



4^a CNC

CONFERÊNCIA NACIONAL DE **CULTURA**

RELATÓRIO FINAL

Apoio:



FLACSO
BRASIL

OEI

Realização:

Conpoc
Conselho
Nacional de
Política Cultural

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO





Sumário

Apresentação	6
Texto-Base	8
Metodologia.....	20
Sobre a programação	30
Propostas aprovadas	52
Eixo 1: Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura	55
Eixo 2: Democratização do acesso à cultura e Participação Social.....	59
Eixo 3: Identidade, Patrimônio e Memória	66
Eixo 4: Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural.....	72
Eixo 5: Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade	81
Eixo 6: Direito às Artes e Linguagens Digitais	85
Moções	91
Etapas Temáticas	155
Encontros Setoriais	170
A conferência em números	172
Anexos	180
Anexo 1 - Convocatória e Regimento Interno.....	180
Anexo 2 - Regulamento da Etapa Nacional	191
Anexo 3 - Lista de Participantes	197
Anexo 4 – Registro dos encontros setoriais na 4ª CNC	210
Expediente.....	294

APRESENTAÇÃO



Apresentação

Margareth Menezes da Purificação

Ministra de Estado da Cultura

A 4ª Conferência Nacional de Cultura realizada em Brasília é a concretização de um sonho e um desejo do povo brasileiro. Desde o início de meu mandato, e seguindo as bandeiras levantadas por nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nós do Ministério da Cultura temos objetivado garantir para todas as pessoas o direito de serem protagonistas do fazer e viver cultural, consolidando e fortalecendo políticas culturais por meio de uma escuta ativa, com participação social e representatividade.

A regulamentação do nosso Sistema Nacional de Cultura, que vai ser o nosso SUS da cultura, nos permite compreender as atribuições e competências de cada ente federado, e é uma peça fundamental para as políticas da cultura que queremos. Temos também a missão de elaborar o nosso Novo Plano Nacional de Cultura, que vai ser um guia para nossas políticas públicas da cultura, em diálogo com as necessidades do setor e da sociedade, com agentes e gestores culturais, e secretarias culturais de estados e municipais.

Com a Conferência, com o Sistema e o Plano Nacional de Cultura queremos cumprir o que está na nossa Constituição: garantir e fortalecer a participação direta da sociedade na formulação e elaboração de nossas políticas da cultura, democratizando acesso como exercício de cidadania.

E nesse terceiro mandato do presidente Lula, que consagra esse desejo popular de nosso povo brasileiro, acolhendo com alegria o retorno das políticas culturais, em um novo momento para nosso país, para nossas políticas públicas e para nosso Ministério da Cultura: a cultura pode, e deve, ocupar esse papel estratégico na direção de nação que desejamos construir.

Temos também essa oportunidade de coletivamente aprofundarmos e ampliarmos nossa compreensão sobre as dimensões sociais, cidadãs e econômicas da cultura, que é promotora de desenvolvimento, que está atrelada a geração de renda e emprego, de maneiras direta e indiretas, formal e informalmente. Essa é a força da Economia Criativa. É também o papel da cultura como fortalecedora de ideais democráticos e promotora de justiça social.

TEXT-O-BASE



Texto-Base

A 4ª Conferência Nacional de Cultura sob o tema "Democracia e Direito à Cultura", convocou a sociedade para refletir sobre o papel da cultura no fortalecimento da democracia. Em meio a desafios sociais e retrocessos, a conferência proporcionou uma oportunidade para revisar conquistas passadas e identificar lacunas na formulação e implementação de políticas culturais, reafirmando a cultura como um direito universal, conforme preceitos constitucionais. Durante os debates, diversas vozes se uniram em busca de ações concretas para impulsionar a transformação social e a inclusão através da cultura. O documento base da 4ª CNC, publicado no site oficial da conferência, apresentou informações sobre os seis eixos temáticos discutidos durante a conferência.

Eixo 1: Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura

Objetivo: É preciso progredir na institucionalização da cultura. Nesse sentido, é necessário aprofundar o debate sobre marcos e instrumentos legais que contribuam para o amadurecimento das políticas culturais brasileiras, de forma a enfrentar as discontinuidades e a pouca institucionalização das políticas culturais.

Institucionalidade da Cultura é um tema que compõe o debate das políticas culturais de forma marcante. Tal discussão nos aponta para um necessário enfrentamento de uma triste constatação para o campo cultural: a de que estamos sempre indo e vindo nas políticas públicas de cultura, sempre atravessados pelas discontinuidades e/ou esvaziamentos. O que foi vivido por nós recentemente por meio de ataques ao setor, do desrespeito a parâmetros normativos e legais existentes, que não respeitaram as barreiras do direito ou da democracia, e pelo exemplo maior, a extinção do Ministério da Cultura (MinC).

Esses elementos sinalizam a importância de se repensar a institucionalidade da cultura como fundamental para o fortalecimento do setor cultural, não apenas enfocando a percepção jurídica, mas dando centralidade aos mecanismos de participação social, pois é a partir da sociedade civil e de suas mobilizações que se garantem as políticas de Estado. O que ficou evidente no último período, afinal, quando o MinC foi extinto, foi a sociedade civil que protagonizou os processos e a busca de caminhos para o exercício do direito à cultura. Neste sentido, a criação das leis emergenciais Lei Aldir Blanc I, Lei Paulo Gustavo e a Lei Aldir Blanc II/Política Nacional Aldir Blanc (esta última, uma Política Nacional de média duração ao longo de 5 anos), foram importantes indicativos de que a continuidade de políticas e a garantia de direitos deve passar pelo fortalecimento da sociedade civil como protagonista do debate e da proposição política.

Ao propormos a discussão em torno da institucionalização da cultura estamos dialogando sobre a premência de continuidades, fortalecimentos e estabilidade para o setor. Dessa

forma, nos referimos às normas, instrumentos legais, instituições, instâncias de participação, programas, projetos, entre outros elementos dedicados à cultura, que possam concorrer para a organização e a gestão do setor cultural, e possibilitar o desenvolvimento das políticas públicas de cultura em nosso país.

Mas um pressuposto é indissociável a essa discussão, o que fundamenta e motiva o temário da 4ª Conferência Nacional de Cultura: a institucionalidade não pode ser desassociada dos valores democráticos e da afirmação da cultura como um direito universal, ou seja, de todas as pessoas.

Dessa forma, afirmamos que a institucionalização da cultura em nossa agenda de reflexões é compreendida como meio para a efetivação dos direitos culturais e não como um fim em si mesmo.

Da mesma forma, compreendemos o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e resgatamos suas inspirações fundadoras: as ideias da Professora Marilena Chauí sobre a cidadania cultural e o direito à cultura; e a necessidade de uma organização estruturante da gestão pública de cultura, de forma descentralizada e articulada em nível nacional (inspirada no Sistema Único de Saúde, SUS) para prover melhores condições para o desenvolvimento cultural e acesso.

O Sistema Nacional de Cultura está garantido na Constituição Federal no Artigo 216-A desde 2012, e dever ser o garantidor do pleno exercício de direitos culturais, o que ainda não foi plenamente efetivado. Para que isso aconteça é fundamental que seja fortalecido por muitas formas, entre elas, pela aprovação do Projeto de Lei 9474/18, que regulamenta o SNC e se encontra no Congresso Nacional, ainda não aprovado. Compreendemos que a Lei do Sistema será base fundamental para a efetivação do pacto federativo da cultura em nosso país.

A realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura também é um capítulo essencial nesse percurso. Afinal, é o processo de escuta e participação que não apenas traz a sociedade civil para novos engajamentos no debate, como reforça a necessidade de se pensar e definir políticas de forma compartilhada em todos os níveis da federação. É essencial recompor espaços participativos, como os conselhos e as conferências, e fortalecer novos arranjos, como os coletivos, comitês e invenções sociais locais organizadas por todo o país, ao que fazemos a ressalva da importância durante o período agudo da pandemia de COVID-19. Sem deixar de compreender as perspectivas sociais essenciais ao campo da cultura - como gênero, raça e etnia, que também precisam ser expressas em sistemas normativos e institucionais para que a liberdade de expressão, a diversidade cultural, os direitos culturais e o pleno exercício da cidadania cultural se efetivem para toda a sociedade.

Da mesma maneira, é primordial a realização de movimentos federativos de debates para o fortalecimento de políticas nacionais estruturadoras, como, entre outras: a política para as artes, patrimônio e memória; a retomada da Política Nacional de base comunitária; política de infraestrutura cultural; política nacional de livro e leitura; e a Política Nacional Aldir Blanc.

Além disso, é preciso se voltar o olhar de maneira atenta para as múltiplas demandas dos territórios, considerando as muitas especificidades e diferenças regionais do país, em que 70,6% dos municípios têm menos de 20 mil habitantes, regiões metropolitanas se

adensam cada vez mais, e as periferias e favelas se mostram desafiadoras tanto pela potência criativa, quanto pela escalada da violência. Além dos vastos territórios em que estradas são rios, como no norte do país, e os territórios amazônicos,

que apresentam uma grande complexidade a ser compreendida e traduzida em políticas públicas concretas. Tais questões se constituem como imensos desafios para a consolidação do Sistema Nacional de Cultura e contribuem para o debate deste eixo.

Ainda sobre o SNC, o seu fortalecimento está na ordem do dia, já que 98,6% dos municípios e 100% dos estados brasileiros compõem formalmente o sistema, devido à adesão dos entes federados à Lei Paulo Gustavo. Fato esse que nos traz a urgência de movimentos concretos que

preenchem as lacunas do SNC para o seu desenvolvimento, como: fortalecer os órgãos gestores da cultura; criar conselhos de política cultural e fortalecer os existentes como potencializadores da democracia e controle social; organizar os sistemas de informações e indicadores culturais; estabelecer periodicidade de realização de conferências de cultura sem tanta lacuna (lembremos que se passaram 10 anos entre as Conferências de Cultura); desenvolvimento de planos de cultura orientadores das políticas culturais; (re)criação de sistemas setoriais de cultura; instituição de comissões Intergestoras; fortalecimento de sistemas de financiamento à cultura; e desenvolvimento de programas de formação na área cultural e cidadã. Mas a tarefa é ainda maior!

O SNC é estruturado como um regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, e se institui como um modelo de gestão e promoção compartilhada de políticas públicas de cultura, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade. Porém, se faz necessário dar completude ao Sistema, considerando as perspectivas de uma urgente Política de Fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura, que preencha as lacunas anteriormente citadas, bem como trate da urgência do debate sobre as pactuações necessárias para a definição das competências e atribuições dos entes federados (municípios, estados e a União, e a sociedade civil), para uma gestão de compromisso e responsabilidades compartilhadas em torno das políticas culturais.

Essa é a proposta de discussão deste Eixo, considerando a necessidade do aprofundamento do debate sobre políticas de Estado para a cultura, dando ênfase à perspectiva de ações complementares dos entes federados, da fundamental participação da sociedade nos espaços de construção e pactuação das políticas públicas para a cultura, e das iniciativas dos legislativos.

Ainda sobre esse tema, é preciso tratar sobre o financiamento público e orçamentário como instrumento para uma gestão de compromisso e de responsabilidades compartilhadas entre os entes federativos, como o fortalecimento e a operacionalização dos Sistemas de Financiamento

Público da Cultura: o necessário debate sobre os Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais, este último à luz da reforma tributária. Sem, contudo, deixar de debater sobre a descentralização de recursos, desconcentração e territorialização da aplicação orçamentária do setor cultural. A este, se soma o necessário debate que a Conferência pode estimular sobre a mudança do sistema de fomento, proposto pelo Marco Regulatório de Fomento à Cultura (PL 3905/21), essencial para a boa gestão das políticas culturais e a

segurança operacional de governos e cidadãos execução de recursos públicos de forma a realmente garantir os direitos culturais.

Iniciando o debate!

Conceitos sugeridos: Institucionalidade; Marcos Legais; Continuidade nas Políticas Culturais; Direito Cultural; Mecanismos de Participação Social; Valores Democráticos; Cidadania Cultural; Constituição Federal; Sistema Nacional de Cultura; Pacto Federativo; Políticas Nacionais Estruturadoras; Plano Nacional de Cultura; Sistemas Setoriais de Cultura; Financiamento Público; Valorização dos Servidores; Capacitação de Gestores;

Pergunta geradora: Quais ações são necessárias para fortalecer e garantir a continuidade das políticas culturais?

Eixo 2: Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social

Objetivo: Debater e reforçar o lugar da participação social como força motriz de nossa democracia e valorizar o protagonismo da sociedade civil na elaboração, no acompanhamento e no controle social das políticas públicas.

No campo das políticas culturais, a participação e a escuta social são compreendidas como instrumentos fundamentais de exercício da cidadania, alcance de direitos, democratização do acesso aos bens, serviços culturais e mecanismos de fomento e incentivo. Nesse sentido, afirmamos a descentralização da política cultural como indissociável da construção de mecanismos de participação e controle social.

A forma de efetivação dessa participação na cultura é inerente ao nosso fazer, representado nas múltiplas formas de expressões artísticas e culturais existentes, muitas vezes agregadoras de coletivos, grupos, comunidades e até mesmo de territórios. Mas é fundamental que os Conselhos de Políticas Culturais sejam afirmados como forma de efetivação dessa participação social como espaços públicos que materializam os princípios de participação popular e de descentralização expressos na Constituição Federal de 1988, e como componentes estruturantes do Sistema Nacional de Cultura.

Vale reforçar que continuamos lidando com dinâmicas econômicas e sociais que trazem uma história de desigualdades sociais. Das mais evidentes como a concentração geográfica de equipamentos culturais ou de recursos, às assimetrias regionais, que ainda persistem e convivem com novas questões, que trazem muitas outras camadas, como o atravessamento tecnológico e seus impactos nos circuitos de produção cultural. Cabe o destaque à necessária promoção da acessibilidade nos espaços culturais para pessoas com deficiência que propicie o protagonismo e a garantia de participação na vida cultural, baseado em uma concepção anticapacitista como forma de amadurecimento nas discussões sobre o pleno direito à cultura.

Além dessas, também persistem desigualdades de participação, já que o baixo índice de participação política e social é fator que contribui para a ampliação das desigualdades no Brasil.

O que nos coloca a compreensão de que vencer o desafio do acesso universal aos bens e produtos simbólicos passa também pelo fortalecimento de canais e espaços de participação, tais como Conferências e Conselhos, entre outros formatos e canais, como coletivos, comitês e redes, que podem em muito identificar demandas sobre o acesso à cultura dos brasileiros. Com isso, ponderar sobre a complexidade de garantir o acesso universal a todos é, nos dias de hoje, atentar também para novos meios de produção, para novas formas de consumo cultural, inclusive em escala global.

Reforçar o lugar da participação social como a força motriz de nossa democracia é valorizar o protagonismo da sociedade civil na elaboração e no acompanhamento de políticas. O histórico político recente no âmbito das lutas culturais reforça que a valorização da divisão de responsabilidades entre Estado e sociedade civil é também um exercício no fortalecimento de nossa democracia e do próprio setor cultural. A experiência recente também nos aponta para a necessária abertura de novos canais de participação e estruturação, além dos já existentes, o que requer amadurecer as formas de representação, mobilização e engajamento. A escuta social apurada possibilita tanto a participação de históricos atores sociais, quanto ouvir as vocalizações de periferias, favelas, campos e florestas, contribuindo para a formulação, o acompanhamento e o controle social das políticas públicas.

Agrega-se a essas, outras pautas políticas que foram incorporadas ao universo das políticas culturais, fazendo releituras da história que a história não conta, e inclusões necessárias a essa quadra histórica, como políticas afirmativas de direitos de cidadania e democracia, de liberdade de expressão e livre participação social.

Nesse contexto, as dimensões de gênero e raça, o segmento das pessoas com deficiência, os aspectos da inclusão social de grupos e povos historicamente minorizados e discriminados agregam potência à pauta das políticas culturais, e trazem um novo tipo de emergência: a democratização do acesso à cultura e a adoção de políticas de participação e representação como indispensáveis para efetivar ações concretas para a superação de desigualdades, por uma sociedade mais justa e igualitária.

Iniciando o debate!

Conceitos sugeridos: Exercício de Cidadania; Participação; Escuta Social; Democratização; Descentralização da Política social; Controle Social; Conselhos de Políticas Culturais; Acessibilidade Cultural; Participação da vida cultural; Conferências; Fortalecimento da Democracia; Políticas Afirmativas; Superação das desigualdades;

Pergunta geradora: Que mudanças são necessárias à ampliação e consolidação de mecanismos de participação social na Cultura?

Eixo 3: Identidade, Patrimônio e Memória

Objetivo: Debater e reconhecer o direito à memória, ao patrimônio cultural e aos museus; valorizando as múltiplas identidades que compõem a sociedade brasileira, os bens culturais expressivos da diversidade étnica, regional e socioeconômica e as narrativas silenciadas e sensíveis da história nacional, de modo a contribuir para a preservação de seus valores democráticos.

O patrimônio cultural brasileiro é definido no Art. 216 da Constituição Federal de 1988 como “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Portanto, olhar para o patrimônio é observar os marcos, raízes e símbolos que conjugam elementos estruturantes de nossa cultura. É, também, observar o cotidiano e os modos de fazer e viver que acionam elementos do exercício identitário, tecendo pontes entre a tradição e a inovação.

O debate sobre Identidade, Patrimônio e Memória atravessa concepções variadas de tempo e história. Por um lado, o registro e o tombamento, auxiliados pela salvaguarda e inventário, são instrumentos que permitem documentar o que, coletivamente, não queremos esquecer. Por outro lado, as festas, os rituais e as cerimônias atualizam a memória de forma cíclica: a cada celebração ativamos o que é importante transmitir às próximas gerações.

Aquilo que é propriedade nacional, do povo - edifícios, monumentos, coleções, documentos - convive com as formas de expressão, a cultura popular, o saber-fazer, a diversidade cultural, étnica e religiosa do país, justapondo significados e ativando disputas legítimas e democráticas. É um olhar para a vida, para a produção de sentido e para a nossa sociedade. Lidar com a diversidade cultural brasileira pressupõe preservar e promover o patrimônio de diferentes segmentos sociais. O direito à memória ganha centralidade numa sociedade democrática e interessada na reparação de processos históricos que silenciaram vozes da diversidade étnica e cultural do país. Museus, acervos, arquivos e redes de memória têm, portanto, indispensável influência no reconhecimento e difusão de bens culturais não consagrados à representação das identidades brasileiras.

Desta forma, o Eixo 3 trata de tarefas ainda inconclusas de reconhecimento, proteção e valorização de práticas e bens culturais, especialmente de grupos sociais historicamente invisibilizados e estigmatizados. E convida a sociedade a responsabilizar-se junto às instituições, comunidades e grupos pelas decisões sobre o que e como preservar, respeitando as diferenças e reconhecendo as desigualdades sociais e a diversidade cultural brasileira.

Iniciando o debate!

Conceitos sugeridos: Patrimônio Cultural; Constituição Federal; Exercício Identitário; Diversidade Étnica e Cultural do País; Direito à Memória; Museus; Acervos; Arquivos

Pergunta geradora: De que forma a sociedade brasileira pretende garantir o direito à memória e aos bens culturais das populações que tiveram suas vozes apagadas, omitidas, desprezadas e preteridas na história oficial do país?

Eixo 4: Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural

Objetivo: Fortalecer e criar mecanismos que garantam a proteção e a promoção da diversidade das expressões artísticas e culturais e a garantia de direitos, reconhecendo e valorizando as identidades e os territórios culturais brasileiros e a construção da acessibilidade na política cultural.

Este eixo debate a criação de mecanismos que garantam o reconhecimento da diversidade das expressões culturais e a valorização e promoção da identidade dos territórios culturais brasileiros. Nessa seara, compreendemos também a importância de promover diversidades e garantia de direitos, respeitando a acessibilidade cultural e fazendo enfrentamento ao racismo, à LGBTQIA+ fobia, ao genocídio da população negra, ao extermínio de povos indígenas, ao feminicídio, ao racismo religioso, aos estigmas contra comunidades ciganas, ao capacitismo e a todas as formas de discriminações correlatas.

Considerar a Diversidade Cultural implica compreender a cultura como um direito fundamental em uma perspectiva plural, entendendo que cada sujeito, grupo, localidade e território possui diversas práticas simbólicas e fazer cultural que estão em constante movimento.

A Convenção para a Proteção e Promoção das Expressões da Diversidade Cultural (2005) é um marco desse debate e tem como um dos seus princípios a promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de expressão, informação e comunicação, assim como a garantia do acesso a elas. Ocorreram muitos avanços nesse percurso, no campo das expressões artísticas e culturais, das culturas comunitárias, populares e tradicionais, dos territórios culturais, do patrimônio material, imaterial e da memória.

Porém, as mudanças da sociedade demonstram a necessidade de revisitar a temática com novas perspectivas, fortalecendo e criando mecanismos transversalizados pela diversidade cultural, pelas identidades e pelos territórios.

Apenas celebrar a diversidade não é o suficiente. Por isso, é fundamental uma reflexão crítica sobre a proteção e promoção da diversidade brasileira que reconheça o racismo, a existência das relações de poder, diferenças e desigualdades entre sujeitos, grupos e territórios que ocupam posições sociais distintas na sociedade.

Quanto à acessibilidade, não basta garantir o acesso das pessoas com deficiência aos espaços como consumidoras de arte sem considerá-las também como produtoras de cultura. O espaço acessível sem consciência anticapacitista pouco contribui para o pleno direito à cultura.

Sob a perspectiva da interculturalidade e da interseccionalidade, as expressões identitárias e territoriais da diversidade devem ser debatidas conjuntamente pelo Estado e a sociedade civil, para o incentivo à cooperação e ao respeito entre as diferenças, a promoção de igualdade de oportunidades e equidade social e a incidência nas desigualdades e assimetrias do setor artístico e cultural.

A transversalidade de gênero e raça é uma expressão da diversidade e uma dimensão fundamental da política cultural do século 21, que deve, de forma ativa, promover a garantia dos direitos culturais das mulheres (cisgênero e transgênero), da população LGBTQIA+, negra, indígena, quilombola, Matriz Africana e cigana e o seu acesso aos meios de produção, bens e serviços culturais, ampliando também o seu protagonismo e participação na sociedade brasileira.

Como um campo em construção, a acessibilidade na política cultural compreende a garantia de direitos e a igualdade de oportunidades em intersecção com a diversidade das expressões culturais, étnicas, raciais, sexuais, de gênero, geracionais e das pessoas com deficiência.

O debate deste eixo deve ser promovido com vistas à retomada de políticas culturais que respeitem e promovam tais diversidades. Para tanto, torna-se fundamental a construção de diretrizes capazes de enfrentar o racismo, o etnocídio, o sexismo, a LGBTQIA+fobia, o capacitismo, o racismo religioso, o etarismo e a falta de acesso aos bens culturais.

Iniciando o Debate!

Conceitos sugeridos: Diversidades das Expressões Artísticas e Culturais; Identidades e Territórios Culturais; Interculturalidade; Interseccionalidade; Ações Afirmativas; Transversalidades de Gênero, Raça e das Pessoas com deficiência; Diversidade Sexual; Diferenças e Desigualdades; Acessibilidade na Política Cultural;

Pergunta geradora: Quais ações podemos adotar para garantir a promoção e proteção da diversidade cultural e os direitos reconhecendo as diferenças, desigualdades e relações de poder entre sujeitos, grupos e territórios da sociedade brasileira contribuindo para a construção de uma cultura democrática?

Eixo 5: Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

Objetivo: Ressaltar a importância da cultura para o desenvolvimento socioeconômico do país, por meio de políticas que fortaleçam as cadeias produtivas e as expressões artísticas e culturais, estimulem a dignidade e a solidariedade nas relações trabalhistas, potencializem a geração de trabalho, emprego e renda, ampliem a participação dos setores culturais e criativos no PIB do país e garantam a sustentabilidade econômica de grupos e agentes culturais.

Nesse contexto, é importante compreender a cultura como um elemento transversal e constitutivo da vida social. Portanto, a relação entre cultura e desenvolvimento deve ser observada de forma ampla e integrada com as dimensões econômica, social, simbólica, ambiental e do clima, como tem sido destacado nas agendas internacionais.

A produção e a circulação de produtos, bens e serviços culturais em escala local e global potencializa a geração de trabalho, emprego e renda e a participação da cultura no Produto Interno Bruto (PIB). Estudos recentes afirmam que a Economia da Cultura e das Indústrias Criativas correspondem a 3,11% do PIB do país e empregam mais de 7,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, apontando o dinamismo e o potencial do setor para a economia e o desenvolvimento.

Contudo, para além dos importantes e necessários ganhos econômicos da cultura, a criação das condições para a consolidação da economia criativa está diretamente relacionada com o fortalecimento das cadeias produtivas locais, economias populares e comunitárias, e economia solidária, sempre com a proteção e promoção das diversas expressões artísticas e culturais.

A sustentabilidade do setor cultural deve ser observada pela capacidade de gestão em longo prazo e pela possibilidade de contar com oportunidades e recursos financeiros para o seu desenvolvimento. O investimento nas economias criativa e solidária deve estar ancorada no desenvolvimento sustentável, na redução de desigualdades, e na valorização da nossa diversidade cultural. As políticas para o setor devem buscar a sustentabilidade financeira dos agentes culturais, em especial periféricos, do campo e de mestres dos saberes tradicionais – sempre com atenção nas perspectivas populares e comunitárias. Só assim é possível garantir os direitos culturais.

A regulamentação de diferentes profissões do setor e a formalização de postos de trabalho devem ser observadas como dimensões da sustentabilidade, para enfrentar o alto grau de informalidade e precariedade do mercado de trabalho da cultura. As políticas voltadas para trabalhadores da cultura, como questões trabalhistas, previdenciárias e de proteção social, precisam ser foco de atenção.

Além disso, deve-se reconhecer a importância da formação e da qualificação de trabalhadores e empreendedores do setor, com políticas que fomentem a ampliação da oferta formativa e de capacitação de saberes artísticos e técnicos relacionados à produção e gestão artística e cultural.

Neste caso, é preciso fortalecer os instrumentos e mecanismos de fomento à cultura, de maneira integrada à sociedade civil e outros setores das políticas públicas, de forma a redistribuir os recursos públicos para o incentivo de processos e práticas culturais.

Apesar de ser marcada pela grande concentração de recursos em alguns centros urbanos, a principal ferramenta de fomento de fluxo contínuo à cultura do Brasil, a Lei de Incentivo à Cultura, “Lei Rouanet”, fomenta, através de incentivo fiscal, a realização de projetos culturais há mais de 30 anos no país. Esse mecanismo garante recursos para a manutenção de espaços culturais e projetos que geram renda aos trabalhadores da cultura.

É preciso fortalecer outros mecanismos de fomento, como o Fundo Nacional da Cultura, a política do Vale-Cultura, e projetos de aumento da circulação, como a implementação

de gratuidades, circuitos e circulações com intercâmbios e itinerâncias de diferentes artes, para fomentar a fruição. A criação de linhas de fomento diversificadas é fundamental para atender os arranjos econômicos e as alternativas de tecnologias sociais próprias da cultura demandam o fortalecimento de mecanismos específicos.

Além disso, o setor cultural foi um dos mais impactados pela pandemia e pelas necessárias medidas de isolamento social para conter a circulação do vírus. A fragilidade do setor se explicitou com a significativa perda de postos de trabalho e da renda dos trabalhadores da cultura. O processo de recuperação está em curso e é uma oportunidade para refletir sobre a participação da cultura no desenvolvimento do País. Nesse contexto, temos, por meio da mobilização da sociedade civil, a aprovação de novas legislações como a Lei Paulo Gustavo, o novo Decreto do Fomento Cultural, e a Política Nacional Aldir Blanc (que garantirá a oportunidade de recursos para todos estados e municípios nos próximos 5 anos), e é fundamental direcionar esses recursos no sentido de fortalecer a cadeia da economia criativa do país, e garantir a sustentabilidade financeira dos agentes culturais.

São muitos os desafios que o campo cultural tem que enfrentar na consolidação de uma política que promova o financiamento perene da cultura, que estimule a profissionalização dos setores técnicos e artísticos e que consolide uma série de direitos aos trabalhadores da cultura.

Iniciando o debate!

Conceitos sugeridos: Fomento; Economia Criativa; Economia Solidária; Dimensões econômica, simbólica e social; Indústria Criativa; Economia da cultura; Trabalhadores da Cultura; Economias populares; Cadeias produtivas.

Pergunta geradora: Que políticas públicas podem colaborar de forma eficiente para o fortalecimento das cadeias produtivas e dos trabalhadores da cultura?

Eixo 6: Direito às Artes e Linguagens Digitais

Objetivo: A criação de espaços de diálogo, reflexão e construção coletiva acerca do papel das artes em sua diversidade de fazeres, territórios e agentes, e do acesso às linguagens artísticas e digitais no fortalecimento da democracia na contemporaneidade. Incluindo também o debate sobre o papel do Estado brasileiro e seus entes federados na construção de políticas públicas para o desenvolvimento das redes produtivas dos setores das artes no Brasil.

Pensar a arte como forma de manifestação do simbólico, como uma ação humana vinculada essencialmente ao cenário cultural, é perceber que é possível vislumbrá-la por meio de múltiplas linguagens e pelo diálogo transversal entre suas inúmeras expressões. A valorização do fazer artístico não é a única preocupação de políticas culturais, mas pode, e deve, ter um lugar importante no debate geral, proporcionando a ênfase ao estético e ao simbólico dentro do direito à Cultura.

É mais do que relevante observar as novas necessidades e dinâmicas de produção e de garantia de circulação e fruição das múltiplas linguagens artísticas no país, inclusive levando em consideração as particularidades setoriais e regionais. Observar essa diversidade de cenários e assimetrias é também olhar para as necessidades do artista-cidadão, da construção de garantias e normatizações que garantam direitos (inclusive trabalhistas) aos artistas.

A interseção entre arte e tecnologias digitais não é nova, há muito já proporciona inovações na estrutura de criação. Contudo, é especialmente importante avaliar o impacto do desenvolvimento tecnológico no fomento à produção, na circulação de produções, na valorização do trabalhador-artista, na preservação da memória das artes e na relação com os públicos na sociedade contemporânea. Afinal, há que se considerar a potencialidade de ampliação do acesso por meio de novas tecnologias, mas que convivem com a assimetria de inclusão digital em nosso país, ou com a entrada de novos agentes e plataformas nos circuitos de produção cultural locais; questões que geram maior concentração econômica e reforçam desequilíbrios.

Ainda sobre este tema, é especialmente potente debater o vínculo entre arte, cultura e educação, valorizando o ensino formal das artes na educação básica, profissional e superior, assim como as ações educativas não-formais. Trata-se do estímulo à criatividade, à expressão, ao pensamento crítico e à ampliação do repertório cultural da população brasileira, especialmente de crianças e jovens.

Dessa forma, este eixo trata do fortalecimento do papel do Estado brasileiro e de seus entes federativos na construção de políticas públicas para a garantia do direito às artes e às linguagens digitais. É responsabilidade do Estado, com participação da sociedade, promover o desenvolvimento de suas redes produtivas de forma contínua e equilibrada entre a produção, a circulação e a fruição, envolvendo artistas, grupos, coletivos artísticos, espaços culturais e públicos.

Iniciando o debate!

Conceitos sugeridos: Direito às Artes; Linguagens Digitais; Redes Produtivas das Artes; Formação Artística; Democratização do Acesso; Públicos; Marcos Legais; Trabalhadores das Artes; Acessibilidade Cultural;

Perguntas geradoras: Como podemos criar espaços de diálogo de desenvolvimento das redes produtivas das artes na ampliação da produção, difusão e fruição das linguagens artísticas em sua diversidade de fazeres, territórios e agentes?

Como garantir o desenvolvimento das redes produtivas digitais das artes no caminho da contínua evolução e ampliação do acesso às linguagens artísticas em sua diversidade de fazeres, territórios e agentes?

METODOLOGIA



Metodologia

A proposta metodológica da 4ª Conferência Nacional de Cultura foi construída de modo a possibilitar que o Objetivo Geral da conferência fosse alcançado: Promover o debate sobre as políticas culturais com ampla participação da sociedade, visando o fortalecimento da democracia e a garantia dos direitos culturais em todos os âmbitos da federação, de forma transversal com todas as políticas públicas sociais e econômicas do Brasil.

Para alcançar as expectativas expressas no Objetivo Geral, todo o processo de organização, elaboração da agenda e realização da 4ª CNC foi orientado por uma concepção metodológica participativa e problematizadora. A proposta foi a de ampliar o contato e a participação dos diferentes grupos envolvidos com o fazer e o pensar da cultura em todo o país e promover maior interação e diálogo. Pretendeu-se, dessa forma, proporcionar espaços e oportunidades para a troca de experiências e construção de propostas em todo o processo da conferência, desde o nível local até o nacional.

Para tanto, foram adotadas metodologias de análise, debate e elaboração de propostas que favorecessem a reflexão sobre os temas e demandas, bem como a leitura crítica e propositiva da realidade a partir da diversidade de valores, práticas e saberes dos diferentes grupos sociais. A estratégia metodológica visou ampliar a análise das diferentes temáticas relacionados à cultura e garantir que os resultados esperados fossem alcançados com a participação ativa, informada e engajada de todos/as.

Com isso em mente, a estratégia metodológica da 4ª CNC foi guiada pelo princípio de gerar oportunidades para a participação dos mais diversos setores sociais envolvidos com a cultura, valorizando e promovendo o envolvimento de jovens, mulheres, população negra, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+, refugiados e migrantes, pessoas em situação de rua e representantes de movimentos sociais urbanos, do campo, das águas e das florestas.

A metodologia da 4ª CNC foi formulada conjuntamente pela Comissão Organizadora Nacional da conferência e equipe da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), que possui experiência comprovada no desenvolvimento de metodologias aplicadas a processos de diagnóstico e elaboração participativa de políticas públicas. A atuação da instituição no campo do fortalecimento do diálogo interinstitucional e do controle social se dá por meio do desenvolvimento de ferramentas metodológicas voltadas para a mediação de diálogos, o registro e a sistematização de resultados e para a mobilização e articulação em torno de projetos e políticas, envolvendo organizações e movimentos sociais e comunitários, bem como governos, empresas e fundações.

Etapas Preparatórias

Como etapas preparatórias da 4ª CNC, foram realizadas conferências Municipais ou Intermunicipais; Regionais ou Territoriais; Livres; Temáticas; Estaduais e do Distrito Federal e Encontros Setoriais. As etapas preparatórias cumpriram um papel fundamental na elaboração de um diagnóstico apurado sobre a realidade da cultura no Brasil. Além disso, forneceram um panorama sobre como o Estado Brasileiro está respondendo aos desafios de reconstruir as políticas culturais nas diferentes Unidades da Federação e proporcionam um espaço de escuta qualificada das percepções e direcionamentos da sociedade civil sobre esta agenda.

Todas as etapas da 4ª CNC buscaram assegurar que a participação de representantes da sociedade civil e do poder público refletisse a diversidade e a transversalidade, com a adoção de critérios que contemplassem os diversos territórios e segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como a diversidade étnica, racial, etária, de gênero e de sexualidade.

Etapas Municipais ou Intermunicipais

As conferências municipais ou intermunicipais cumpriram o papel de atender a questões locais específicas e ampliar a diversidade e representatividade da análise da conjuntura local. As Conferências Intermunicipais, que podiam ser antecedidas por pré-conferências de caráter mobilizador, foram realizadas por agrupamento regional de municípios, seguindo os mesmos critérios das Conferências Municipais.

Realizadas até 30 de outubro de 2023, as conferências municipais ou intermunicipais consistiram na primeira etapa da 4ª CNC, tendo como objetivo contribuir com a elaboração de propostas e eleição de delegados/as para as Conferências Estaduais, sendo 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 de representantes governamentais. As propostas, formuladas a partir das discussões trazidas pelo Documento Base da 4ª CNC, bem como as delegações eleitas, deveriam ser representativas da diversidade cultural do município e de suas múltiplas demandas locais.

Etapas Livres

As Conferências Livres foram formuladas como uma estratégia para estimular novos debates e articulações, bem como para democratizar a participação social, ampliando a diversidade, as temáticas, segmentos populacionais, organizações, movimentos e coletivos que atuam na agenda da 4ª CNC. Estas atividades foram promovidas e organizadas pelos mais variados setores da sociedade civil e do poder público, incluindo entidades, instituições públicas ou da sociedade civil, fóruns, redes, conselhos, escolas, dentre outros.

Com caráter mobilizador e consolidativo, as Conferências Livres não tinham o propósito de eleger delegações e selecionar propostas para as demais etapas do processo conferencial. No entanto, os debates realizados subsidiaram a 4ª CNC, por meio da ampliação do

processo de organização de diferentes grupos da sociedade civil e da análise dos diferentes temas relacionados à cultura.

Etapas Regionais ou Territoriais

Os Estados e o Distrito Federal também puderam promover Conferências Territoriais e/ou Regionais. Estas deveriam ser deliberadas pelos Conselhos Estaduais existentes e realizadas pelos estados a partir do entendimento da necessidade de execução de uma etapa anterior à Conferência Estadual.

Etapas Estaduais e do Distrito Federal

As Conferências Estaduais e do Distrito Federal foram realizadas até 8 de dezembro de 2023, organizadas pelos órgãos gestores de cultura dos estados, com a participação dos conselhos de políticas culturais. Estas etapas puderam eleger até 1.620 pessoas delegadas para a etapa nacional da 4ª CNC, respeitando a proporcionalidade de 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 de representantes governamentais.

Além disso, as Conferências Estaduais e do Distrito Federal debateram o Documento Base da 4ª CNC e, a partir das propostas encaminhadas pelas conferências municipais e intermunicipais, elaboraram propostas que foram encaminhadas para a etapa nacional e contribuíram para a definição de ações e estratégias futuras na área da cultura. Cada conferência selecionou até 14 propostas, considerando o número mínimo de 02 (duas) propostas por Eixo Temático. Dentre as 14 propostas, duas deveriam ser priorizadas, independente do Eixo, conforme o nível de importância em relação às necessidades e especificidades locais. Três delas deveriam, ainda, receber o marcador “proposta para colegiados setoriais de cultura”, resultantes dos debates dos encontros setoriais.

Encontros Setoriais

A Comissão Organizadora Nacional orientou às Comissões Estaduais/Distrital a inclusão na programação de suas etapas de um dia de debate sobre os colegiados setoriais de cultura. Esses encontros tiveram como objetivo subsidiar o debate de temas transversais à pauta da cultura, de modo a fortalecer a retomada dos debates específicos a cada setor de cultura. Tais momentos não se restringiam aos temas dos Eixos definidos para a 4ª CNC, constituindo-se como oportunidades de debater a retomada do resgate histórico acerca dos 18 Colegiados Setoriais de Cultura, conforme tabela na Portaria da Convocatória da 4ª CNC - MinC Nº 45 de 2023, contribuindo para a qualificação de discussões relevantes para a cultura do país.

Cada etapa estadual/distrital deveria indicar como proposta setorial até três propostas dentre as 14 a serem enviadas para a Etapa Nacional. Além disso, as comissões organizadoras tiveram a responsabilidade de garantir a eleição de delegação setorial, de forma legítima pelos próprios setores, para participar da Etapa Nacional, onde puderam

contribuir para a construção de propostas a serem encaminhadas para o processo de atualização do Plano Nacional de Cultura.

Etapas Temáticas

As conferências temáticas são ambientes de participação social baseados nas especificidades do setor artístico e cultural e orientados para a formulação da política cultural a partir de temas transversais que abordam a relação da cultura com diferentes campos da vida social e áreas das políticas públicas, tais como: Igualdade Racial; Culturas Periféricas e do Campo, Florestas e das Águas; Juventude; LGBTQIA+; Mulheres; Infâncias; Acessibilidade; Patrimônio Popular e Direito às Cidades; Educação; Trabalhadores da cultura e Culturas Digitais.

A Coordenação Executiva Nacional foi responsável pela organização das Conferências Temáticas, em diálogo com outros ministérios e com as Secretarias de Cultura nos territórios. Às etapas temáticas cabia gerar dois produtos principais como subsídios para a 4ª CNC: a elaboração de três propostas a serem enviadas para a etapa nacional e a entrega de um texto, de até cinco páginas, apresentando para a sociedade uma reflexão sobre a importância, contexto, desafios e possíveis caminhos acerca do tema específico para a política cultural.

Orientações metodológicas para as Etapas Preparatórias

Três documentos foram elaborados com sugestões para a realização das etapas preparatórias: “Orientações Metodológicas para as Etapas Preparatórias”; “Orientações para os Encontros de Colegiados Setoriais” e “Sobre as Etapas Temáticas”. Estes documentos, destinados aos responsáveis pela organização dessas etapas que antecederam a etapa nacional, não se tratam de guias ou manuais a serem seguidos rigorosamente, mas sim de um roteiro de apoio que deveria ser adaptado para as diferentes realidades locais.

No documento “Orientações Metodológicas para as Etapas Preparatórias”, foram apresentadas sugestões de como organizar as diferentes etapas, divididas em “antes”, “durante” e “depois” da atividade. Por sua vez, os textos “Orientações para os Encontros de Colegiados Setoriais” e “Sobre as Etapas Temáticas” focaram em informações específicas, especialmente relevantes para a organização e condução dessas etapas.

ANTES DA ETAPA: Constituição de Comissões Organizadoras Municipais, Intermunicipais, Estaduais e do Distrito Federal, com a participação de diversos setores da sociedade civil, como artistas, produtores culturais, representantes de grupos culturais e associações, entre outros, e também do poder público. Criação de Subcomissões e Grupos de Trabalho responsáveis por dimensões específicas da organização das etapas, como moderação/facilitação; metodologia e sistematização; organização e infraestrutura, credenciamento; comunicação e mobilização; programação artístico-cultural. Informações sobre o quantitativo e tipologia dos participantes de cada etapa. Sugestões sobre onde buscar subsídios para o planejamento e realização das etapas.

DURANTE A ETAPA: Critérios a serem observados na definição do espaço para a realização da etapa. Tempo ideal para a realização da etapa. Inscrição e credenciamento. Proposta de Programação e blocos de atividades da etapa (Abertura e Fala Motivadora; Palestras ou debates por Eixos Temáticos; Discussão, sistematização, votação e priorização das propostas; Plenária final / Encerramento; Atividades culturais, entre outros). Sugestões de materiais de apoio a serem utilizados na etapa (ficha de inscrição, instrumentais para registro de propostas e minuta padrão do relatório final da etapa). Dinâmicas de integração e dinâmicas participativas que estimulem a criatividade e o engajamento das pessoas participantes.

PÓS-ETAPA: Após a etapa cada Comissão Organizadora, dentro do prazo estabelecido: Enviar os registros feitos com as propostas aprovadas para a Comissão Organizadora da etapa seguinte e lista de participantes com dados de participação; Enviar a lista da delegação eleita para a etapa seguinte; Divulgar os resultados para todas as pessoas participantes da etapa.



Imagens 1, 2 e 3 - Documentos orientadores

Etapa Nacional

A Etapa Nacional da 4ª CNC foi realizada em Brasília-DF, de 4 a 8 de março de 2024, sob os cuidados do Ministério da Cultura, com caráter propositivo, deliberativo e consolidativo.

A metodologia para a discussão de propostas durante a Etapa Nacional foi pautada na construção de três momentos: Grupos de Trabalho, Plenárias Temáticas e a Plenária Final. Essa divisão considerou a garantia de tempo para discussão e aprovação das propostas, de forma a assegurar a efetividade da participação dos/as delegados/as em todo o processo, estabelecendo uma sequência lógica das atividades, desde a submissão inicial das propostas até a sua eventual aprovação e inclusão no documento final.

A seguir a relação de Eixos e Grupos de Trabalho definidos para a 4ª CNC.

Eixo 1: Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura

GT 01 - Governança federativa e fortalecimento da gestão

GT 02 - Fomento e financiamento

Eixo 2: Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social

GT 03 - Territorialização das políticas culturais

GT 04 - Participação social nas políticas públicas de cultura

Eixo 3: Identidade, Patrimônio e Memória

GT 05 - Educar a cultura e culturalizar a educação

GT 06 - Sustentabilidade, diversidade e gestão compartilhada

Eixo 4: Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural

GT 07 - Ações afirmativas e acessibilidade cultural

GT 08 - Promoção da diversidade cultural

Eixo 5: Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

GT 09 - Estratégia Nacional de Economia Criativa

GT 10 - Formação e trabalho na arte e cultura

Eixo 6: Direito às Artes e Linguagens Digitais

GT 11 - Cultura digital

GT 12 - Direito às artes

GT 13 - Setoriais

Grupos de Trabalho

Os Grupos de Trabalho (GTs), tiveram por objetivo discutir e definir as propostas que foram consideradas insumos para a construção do novo Plano Nacional de Cultura. Cada um dos 13 GTs foi concebido com foco em um tema específico, com propostas distintas entre si. Esses temas foram definidos com base na análise e sistematização das propostas recebidas dos relatórios estaduais e das conferências temáticas.

O objetivo principal de cada grupo era examinar as propostas recebidas, propondo emendas aditivas, supressivas ou aglutinativas conforme necessário. Além disso, os grupos tinham a tarefa de identificar lacunas nas propostas existentes e, ainda, possuíam a prerrogativa de criar até duas novas propostas para abordar essas lacunas.

Plenárias dos Eixos

As Plenárias dos Eixos Temáticos tiveram como objetivos ampliar o diálogo e o aprofundamento das propostas aprimoradas nos Grupos de Trabalho; e priorizar tais

propostas. Cada Plenária de Eixo apreciou as propostas aprovadas nos GTs relativos ao respectivo eixo, podendo ser apresentadas emendas aditivas, supressivas (parcialmente) ou aglutinativas, desde que não fosse comprometido o conteúdo central da proposta.

Cada Plenária de Eixo também era responsável por selecionar/priorizar cinco propostas, resultando em 30 propostas priorizadas pela etapa nacional. Esta estratégia foi adotada para possibilitar a compilação de um produto mais sucinto para incidência no Plano Nacional de Cultura, sem omissão das demais produções da conferência, uma vez que a produção inicial dos GTs também foi incluída como resultado final da 4ª CNC.

Plenária Final

A Plenária Final é o momento de culminação dos debates da etapa nacional, quando é realizada a leitura das propostas priorizadas pelas Plenárias dos Eixos Temáticos, que são então aprovadas de forma simbólica, por meio do levantamento de crachás. Caso tenham sido identificados dissensos entre propostas das Plenárias dos Eixos, cabe também à Plenária Final realizar a discussão e eventualmente colocar tais propostas em votação.

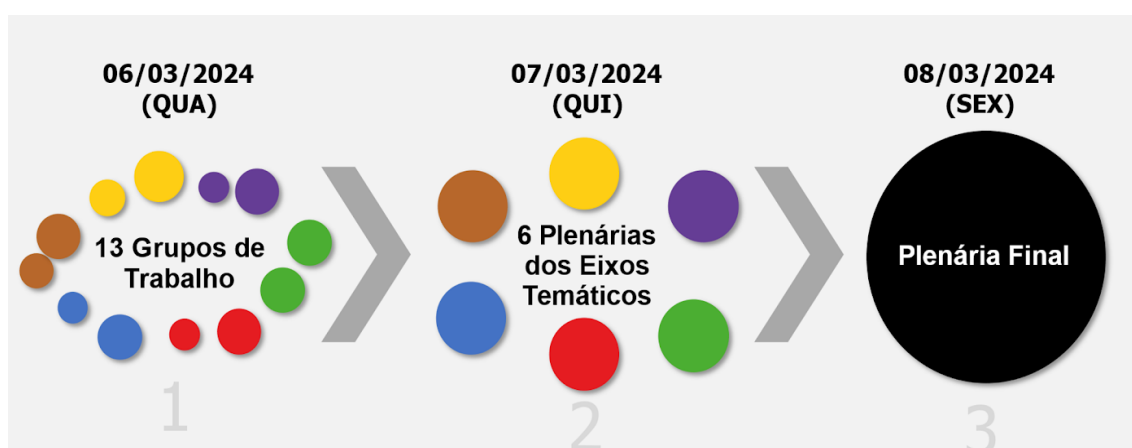


Imagem 4 - Metodologia da etapa nacional

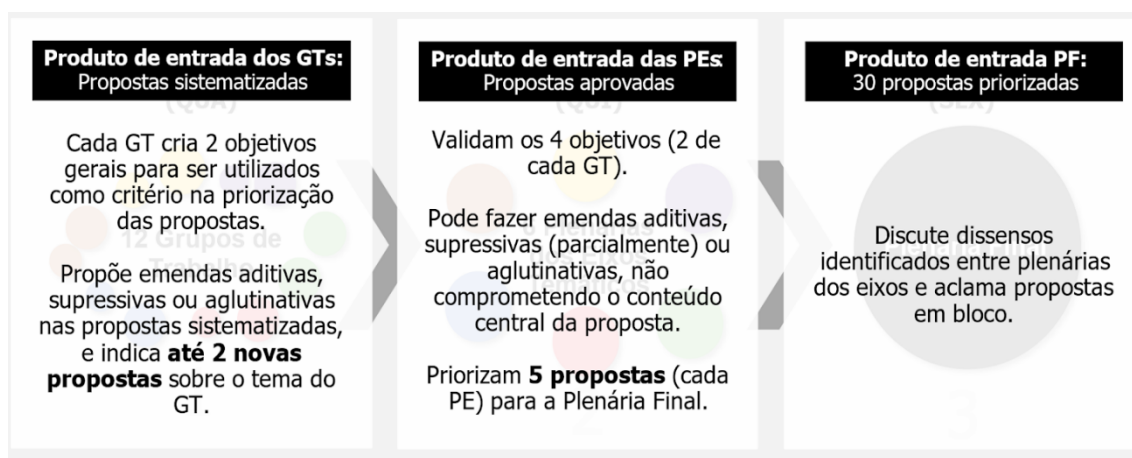


Imagem 5 - Produtos da metodologia da etapa nacional

Orientações para a Etapa Nacional

Durante a Etapa Nacional da 4ª Conferência Nacional de Cultura, uma série de atividades de formação foram realizadas a fim de instruir as pessoas envolvidas nos processos de discussões dos GTs e Plenárias de Eixo (coordenadores, sistematizadores e relatores), de modo a garantir eficiência e clareza na execução das tarefas.

A metodologia dessas oficinas de formação foi estruturada para fornecer uma visão geral do processo de trabalho, os papéis e responsabilidades de cada colaborador e os recursos disponíveis para facilitar a colaboração e controle dos processos. Também foram fornecidas orientações sobre os instrumentais e demais ferramentas e técnicas a serem utilizadas. Essa organização proporcionou que toda a equipe envolvida no processo dos GTs e Plenárias de Eixo um roteiro claro para orientar as atividades, promovendo um ambiente de trabalho produtivo.

Além disso, também foi elaborado o Guia de Participação da Etapa Nacional da 4ª CNC, que disponibilizou orientações sobre o funcionamento de cada uma das atividades da programação e outras informações importantes sobre a conferência, incluindo: Informações gerais (Tema central e objetivos; Credenciamento; Logística; Hospedagem; Alimentação; Acessibilidade e Saúde); Programação; Plano Nacional de Cultura; Política de Participação.



Imagem 6 - Guia de participação



SOBRE A PROGRAMAÇÃO



Sobre a programação

segunda-feira, 4 de março de 2024

Entre os primeiros momentos da 4ª Conferência Nacional de Cultura, ocorreu uma **coletiva de imprensa** com a presença da Ministra Margareth Menezes e jornalistas representantes de 30 veículos de comunicação das cinco regiões do país. Na ocasião, foram debatidos temas relacionados à retomada da Conferência, a valorização das culturas populares e o fator amazônico. Neste dia, a Ministra afirmou que “um país que defende a sua potência cultural tem outra estrutura diante do olhar dos demais países. Entender que a gente tem essa cara diversa, assumir essa cara diversa, isso nos fortalece” e ressaltou a universalização de ações e recursos enquanto base do planejamento estratégico da pasta.

No mesmo dia, os integrantes da **Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC)** estiveram reunidos em um momento que pautou os principais desafios da Política Nacional Cultura Viva (PNCV) que seriam tratados na Conferência. Naquele contexto, João Pontes, diretor da PNCV, afirmou que “A Cultura Viva está num processo importante de retomada e de reconstrução da sua estrutura. Estamos às vésperas de um investimento histórico na PNCV, com a Política Nacional Aldir Blanc [...] Não tenho a menor dúvida de que a Política Nacional Cultura Viva é fundamental e estratégica para os grandes desafios que a gente tem no país, como a valorização da democracia, da diversidade e da possibilidade de construção de sujeitos sociais que valorizam sua ancestralidade e suas trajetórias”.

Ainda no primeiro dia da Conferência, o **Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC)** se reuniu para debater pontos relacionados à organização do evento e a garantia da participação democrática nos processos decisórios de políticas públicas voltadas para o setor. A reunião foi aberta pela ministra Margareth Menezes e contou com a participação de representantes dos estados, municípios, setores temáticos, conselheiros, delegados, observadores, secretários do MinC e presidentes das entidades vinculadas. Na fala de abertura, a ministra declarou que “nos faz falta a continuidade do direcionamento das políticas para o nosso setor, necessitamos estruturá-las de maneira séria, por isso, é muito importante o que estamos fazendo agora e sem o Conselho seria impossível”. Reforçando o caráter democrático da Conferência, declarou ainda que “a arte vive em estado de democracia e sem ela não conseguimos construir políticas que atendam ao setor. Então, nesta gestão, a nossa disposição é de escutar e atender ao que for possível. Isso demonstra o interesse do governo do presidente Lula na participação social e em ver o Brasil encontrando o Brasil mais profundo”. Márcio Tavares, secretário-executivo do MinC, também esteve presente e pontuou que “vivemos um hiato de dez anos sem desenvolvimento das políticas culturais, mas começamos, agora, uma nova rota. Tenho certeza de que vamos sair daqui com deliberações muito importantes e traçando o caminho para marcar a centralidade da política de cultura do nosso país”.

Além disso, se reuniram gestores nacionais, estaduais e municipais de cultura no **Encontro Nacional de Gestores** para debater potências e desafios comuns aos diferentes estados na

implementação de políticas culturais. Na ocasião, os presentes chamaram atenção para a retomada do MinC, da Conferência, para a instituição da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), entre outros instrumentos, enquanto avanços. Também foram levantados temas que demandam atenção, como a formação de gestores públicos em estados e municípios, acesso de pequenas cidades à recursos federais, financiamento das ações culturais, desburocratização dos editais, e o diálogo sobre o papel de cada ente da Federação para com os direitos culturais. Na ocasião, Márcio Tavares, secretário executivo do MinC, fez a seguinte declaração: “Essa é a maior Conferência de cultura que já existiu porque nós fizemos um trabalho unido com as redes de gestores dos municípios e dos estados, convergindo por um mesmo objetivo: consolidar as políticas culturais como política de Estado dentro de um Sistema Nacional de Cultura, que funcione com articulação, participação social e financiamento. Nós estamos comprometidos com esse caminho e sabemos que ele só é possível se todos os entes federativos trabalharem em união”.

Ocorreu também o início do **Encontro Setorial da etapa nacional**, que se encerrou na terça-feira dia 5, e que contou com a participação de delegados representantes de 19 setores culturais. Foram debatidas formas de participação sociais consideradas efetivas e possibilidades para as políticas setoriais em perspectiva federativa.

Ainda no dia 4, a Conferência realizou **Rodas de Conversa sobre o Plano Nacional de Cultura (PNC)**, atividade que também se estendeu ao dia 5. O momento foi voltado para a acolhida, dirimição de dúvidas e fortalecimento da participação no sentido da avaliação do PNC vigente e da construção do novo plano.

Na noite do dia 4 aconteceu a abertura oficial da 4ª CNC. A solenidade contou com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que afirmou que “nunca mais esse país entrará na escuridão do fim da cultura porque queremos as luzes acesas”, fazendo referência à retomada do MinC.

O discurso completo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontra-se a seguir:

Se vocês me permitirem, eu gostaria de pedir desculpas e não ler a nominata, porque não tem nenhuma novidade aqui na nominata. Todo mundo já é conhecido. Eu vou guardar a nominata para outra oportunidade e vou conversar com vocês alguns assuntos que eu acho importante conversar.

A primeira coisa é pedir pra companheira Margareth Menezes vir aqui que eu tenho uma coisa pra falar pra ela. A vida é cheia de surpresas. Eu, a primeira vez que eu conheci a Margareth Menezes, certamente ela não me conheceu porque eu estava no Carnaval na Bahia e fui convidado para ver, acho que duas ou três horas da manhã, um trio elétrico que ia passar uma jovem cantora baiana, ainda não tão famosa, mas já muito respeitada na Bahia que era a Margareth Menezes. E foi a primeira vez que eu vi a Margareth Menezes.

Depois, quando nós ganhamos as eleições, eu convidei a Margareth para ser ministra da Cultura. E confesso a vocês que eu fiquei extremamente feliz hoje ao ver a nossa menina de Salvador fazer discurso. Porque logo que eu indiquei ela para ser ministra, cada vez que ela ia falar ela ficava um pouco nervosa e aquela extraordinária cantante que eu aprendi a gostar deixava de existir e aparecia uma falante, falando menos do que devia, mais baixo do que devia e mais nervosa do que devia.

Eu, muitas vezes, cheguei a pensar: “Será que a *companheira* Margareth Menezes vai dar conta do recado?” Afinal de contas, esse ministro já tinha passado pela mão de um outro extraordinário baiano que vocês conhecem tão bem, que é o Gilberto Gil. E qual foi a minha surpresa hoje? Por que eu te chamei aqui? Porque eu estou extremamente feliz pelo que você falou hoje aqui, pelo domínio da sua área, pelo domínio da matéria e pela certeza que você passou hoje na frente desses milhares de companheiros e companheiras que o Brasil, graças a Deus, tem uma ministra da Cultura, mulher, baiana.

E eu diria que uma artista completa. Daqui pra frente, as coisas só tendem a dar mais certo. É importante lembrar que nós estamos hoje completando 10 anos sem conferência. A gente tem que lembrar que nós já tivemos tempos difíceis na nossa vida, tempos, eu diria, que muita gente deixou de acreditar de que era possível retornar para que esse país tivesse atividade cultural muito forte.

E é importante lembrar também, para que vocês não esqueçam esse dia 4 de março de 2024, somente no primeiro ano do nosso governo, nós colocamos mais na cultura do que tudo que foi colocado nos últimos 10 anos nesse país. E aí nós devemos à Jandira, à Benedita, ao Paulo Rocha, porque teve umas leis aprovadas que foram obra da divindade, a Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo.

E a gente deve ao Senado, deve à Câmara dos Deputados, a aprovação dessa lei, que permite que você seja, talvez na história do Brasil, a ministra que mais está fazendo atividade cultural na história de 500 anos do nosso país.

Mas como hoje é um dia de festa, teve muita música, teve muita coisa bonita, eu queria lembrar algumas coisas tristes da nossa vida. Nós não podemos esquecer, porque o não esquecimento hoje é que pode permitir a gente não deixar acontecer coisas ruins outra vez. Nós não podemos nos esquecer que um dia esse país teve um governo que teve a ousadia de acabar com o Ministério da Cultura. Não era um ministério importante para o Brasil, não era um ministério importante para o povo brasileiro.

Ele chegava a dizer, ele chegava a dizer e coordenar de forma muito feroz ataque nas redes sociais contra artistas como Anitta, Taís Araújo, Zélia Duncan e Daniela Mercury, apenas para mostrar algumas que foram ofendidas muitas vezes por eles. Eles tinham um secretário da Cultura fazendo vídeo inspirado pelo nazismo. A gente não pode esquecer que tinha um secretário da Cultura chamado Mário Frias, que chamava artistas de criaturas imundas.

A gente não pode esquecer a acusação repetida por Bolsonaro e aliados que artistas eram vagabundos, que viviam de receber a Lei Rouanet sem nada em troca e que a mamata iria acabar. Eles se esqueceram, e nós não podemos esquecer, tentar censurar shows de música e a criminalização das opiniões políticas dos artistas, a paralisação dos processos de aprovação das leis de incentivo e audiovisual para, de propósito, sabotar o setor, gerando muito desemprego.

Eu estou lembrando apenas uma das coisas que nós vamos pesquisar rapidamente aqui, eu já estava aqui, sabe, no YouTube, para saber o que há pouco tempo uma matilha de cachorro louco que governou esse país fizeram nesse país. O que foi feito, o que foi dito nesse país sobre a questão da cultura não é uma coisa para a gente esquecer.

Normalmente as pessoas que nos ofendem, eles adorariam que a gente esquecesse. “Ah, que bom se vocês esquecessem, sabe, não guarda mágoa para o resto da vida. Não fica carregando isso, porque isso, sabe...”

Na história desse país, afinal de contas, história é grande parte da nossa cultura, e se a gente esquece a nossa história, a gente esquece da nossa cultura, e se a gente esquece da nossa cultura, a gente deixa de ser povo, a gente passa a ser um rebanho, e nós não nascemos para ser rebanho, nós nascemos para ser povo. Eu queria dizer para vocês que eu também, além de estar feliz pela Margareth, eu estou feliz pela Janja, porque todo mundo que casa fala que é feliz, todo mundo fala que não sei das quantas. Mas eu estou feliz sobretudo pelo lado crítico da Janja. A Janja não é uma Maria vai com as outras. Ela não é um Zé Ninguém.

Ela faz questão de me alertar das coisas ruins. Das coisas boas não precisam porque eu vejo na cara de vocês. Mas as coisas ruins, muitas vezes, mesmo os amigos da gente não têm coragem de dizer. “Ah, eu vou falar tal coisa, o Lula vai ficar ofendido, ele vai ficar chateado, não sei das quantas e tal”. Mas alguém tem que dizer para vocês das coisas que não estão legais, alguém tem que ter coragem de puxar o paletó e falar: “não vai, ou vai”. Alguém tem que ter alguém assim e ela faz isso. Eu acho um papel muito importante, portanto eu não tenho nenhum problema de dizer a quatro dias antes do Dia das Mulheres, que bom que a gente tem uma mulher muitas vezes à frente da gente e não do lado ou atrás da gente.

A terceira coisa importante que eu queria dizer para vocês é porque eu fiz campanha dizendo que a gente ia fazer conferências estaduais, comitê cultural em cada capital desse país. Eu não esqueci. Todo dia que eu conversava com o Margareth, eu falava: “Margareth, me explique como é que está os meus comitês culturais. Eu quero saber.”

Porque a única possibilidade da gente evitar que um dia volte alguém para destruir é se a gente enraizar aquilo que a gente acredita no meio do povo, no seio do povo, nas entranhas da sociedade. A cultura não pode ser uma coisa do presidente da República, uma coisa da ministra da Cultura, ou uma coisa de um ou outro artista. A cultura, ela tem que estar nas entranhas. Sobretudo das pessoas mais humildes, das pessoas mais pobres, que muitas vezes não têm acesso à cultura que a gente faz.

Porque, muitas vezes, a nossa cultura tem um viés financeiro de sobrevivência de todo mundo muito grande. E quantas pessoas humildes tem condições de ir ao teatro, quantas pessoas humildes tem condições de participar de uma atividade cultural mais sofisticada, mais politizada. Nenhuma! Então, Margareth, uma das revoluções que você tem que fazer nessa sua passagem pelo Ministério da Cultura não é esperar que o povo venha até a cultura. Faça a cultura ir até o povo para que o povo se apodere dessa cultura.

Quando o povo se apoderar da cultura, nenhum presidente da República vai poder ofender a cultura. Nenhum presidente da República vai poder dizer que uma Lei Rouanet é pra fomentar e sustentar vagabundo, de que ela não produz nada. Certamente, na escola que ele estudou, ou na parte da cultura que ele viveu, ele não aprendeu nada, porque se aprendesse não seria ignorante e mentiroso como ele é até os dias de hoje. Ninguém, ninguém pode viver a vida inteira contando mentiras.

Ninguém pode viver a vida inteira levantando falsa acusação contra as pessoas. Ninguém pode viver a vida inteira utilizando o nome de Deus em vão quando nem parece que ele acredita em Deus. Ninguém pode, ninguém pode continuar assistindo a indústria do fake news mentindo 24 horas por dia. E contra tudo e contra todos. Não sei se vocês repararam que teve um ato no domingo passado.

Aquele ato, o que era? Aquele ato é de um cidadão que sabe que fez caca, que sabe que fez uma burrice, que sabe que tentou dar um golpe e que sabe que ele vai pra justiça, e que sabe que ele vai ser julgado, e se ele for julgado ele pode ser preso, e ele tá tentando escapar.

Uma coisa que nós temos que pensar muito direito e a cultura pode ajudar muito. Cada artista brasileiro, do mais desconhecido artista, mas cada artista brasileiro, homem ou mulher, daqui para frente tem obrigação de tentar colocar um pouco de política na cabeça das pessoas. Tentar preparar as pessoas adequadamente para as pessoas enfrentarem as adversidades. É importante as pessoas saberem o que está acontecendo nesse país, o que está acontecendo no mundo.

Na verdade, o que nós estamos vivendo no momento é um momento tão maluco que eu não consigo explicar como é que a gente vê a extrema direita fascista crescer em muitos países do mundo, crescer negando a democracia, crescer negando as instituições, crescer negando a cultura, crescer negando a educação, crescer negando a ciência e tecnologia, crescer negando a liberdade.

Ô, gente, se vocês tiverem acesso, quando for publicado, eu acho que a gente vai ter acesso pelos informes que a gente vê todo dia no depoimento das pessoas que estão prestando o depoimento. A verdade nua e crua é que esse cidadão preparou um golpe pro país, quando ele ficou trancado dentro de casa várias semanas, que a gente não sabia se ele tava chorando, o que ele tava fazendo, ele tava preparando um golpe, ele tava tentando imaginar como é que ele ia fazer pra não deixar o presidente eleito tomar posse. E eu acho, eu acho que ele se borrou de medo e resolveu ir embora pros Estados Unidos pra não ver a posse.

E ele imaginava que as pessoas que ele pagou, que ele organizou, e que ele ajudou a financiar para ficar na porta dos quartéis, ele achava que essa gente era o golpe e possivelmente ele fosse ungido pelo povo fascista desse país a voltar nos braços do povo para assumir a Presidência da República. Era isso que estava desenhado e era isso que não aconteceu porque ele ficou com medo da posse.

A posse foi uma demonstração de que tinha muita gente do outro lá. Aquela posse foi uma demonstração de que as urnas eletrônicas não mentiram pra ele, as urnas eletrônicas disseram que nós ganhamos as eleições e que ele tinha que aprender a respeitar o resultado das eleições. Eles eram tão cínicos que resolveram pedir anulação só das eleições presidenciais do segundo turno, mas não pediram do primeiro, porque os perante eleitos senadores e deputados, eles não podiam negar as pessoas eleitas deles. E se a gente não falar isso todo dia pro povo, eles falam o contrário.

Se a gente todo dia não conversar e nós temos que saber quantas vezes a gente tapar a boca pra dizer deles o que eles dizem da gente. Sabe o que eu acho? É que muitas vezes um cachorro louco sozinho faz mais barulho do que uma matilha de muitos e muitos

cachorros. Porque muitas vezes a gente fica em silêncio, muitas vezes a gente acha que a gente não pode se mexer. “Não, não vamos retrucar, não vamos falar. Deixa pra lá, deixa pra lá”. E não dá pra deixar pra lá, porque o que tá acontecendo no mundo é uma verdadeira guerra, guerra e guerra de mentiras, de ódios, de ofensas. Então é uma luta política que a gente vai ter que fazer.

Não é o Lula fazer ou fazer em torno de um partido, não. É uma luta em defesa das coisas que vocês acreditam. Em defesa da cultura. A cultura tem uma força incomensurável ao fazer a cabeça das pessoas. Por isso que eles querem acabar com a cultura. Eles não acabam com outro ministério, mas a cultura acaba. Porque cultura tem muito artista metido a besta que vai no teatro, que vai num filme, que vai num show e fala. Ontem o Caetano Veloso levantou a bandeira Palestina. Vocês estão lembrados, há 20 dias atrás, como eu apanhei porque eu falei da Palestina. Vocês estão lembrados.

Como eu sou um cara católico e crê em Deus, eu acho que Deus escreve certo por linhas tortas, ao tempo a gente vai provar que eu tava certo, eu tava certo. O povo palestino tem o direito de viver, de criar o seu país, você não pode fazer o que foi feito, anunciar comida e mandar torpedo, mandar bala, mandar a morte para aquelas pessoas.

Até quando que a gente vai ter medo, até quando que a gente vai se curvar? Eu já passei por muitas histórias. Eu já fui recusado muitas vezes na minha vida. Eu não podia ter criado um partido político, eu não podia ter feito as greves de 78, eu não poderia estar aqui no terceiro mandato. É demais, é demais. Então, a tentativa de destruir é sempre uma coisa muito danosa e que nós temos que reagir. Nós temos que reagir em nome da democracia, em nome das instituições, em nome da gente salvar aquilo que é o direito de cada um de nós.

E agora, pra eles ficaram com mais raiva, a gente tá criando um programa chamado Pé-de-Meia para garantir que as crianças pobres frequentem a escola no ensino médio. A gente tá garantindo a escola de tempo integral. A gente vai voltar a investir em 100 institutos federais nesse país.

No caso deles, quanto menos cultura melhor, no nosso, quanto mais cultura melhor, quanto mais educação melhor, quanto mais a meninada estudar melhor. É esse mundo que tá em jogo nesse instante. Eu vou dizer uma coisa pra vocês que eu nem deveria dizer, nem deveria ter, mas eu vou dizer. Nesse país, alguns setores da sociedade não sabem pedir desculpas.

Desculpas é um gesto muito nobre. Só tem coragem de pedir desculpa quem tem grandeza. Quem não tem grandeza, mentiu uma vez e continua mentindo o resto da vez, pois a imprensa brasileira vai continuar mentindo sobre a Lava Jato até o fim do milênio. Porque como eles compraram a ideia da Lava Jato do jeito que ela era, não é que não teve erro, pode ter tido erro, mas eles compraram, santificaram algumas pessoas e agora perceberam que as pessoas não eram os santos que eles imaginavam e eles não têm coragem de reconhecer. Não é nem falar mal, é só reconhecer.

É só dizer que não era daquele jeito, era só dizer que as coisas eram viciadas, para que? Para a gente politizar a sociedade brasileira, para a gente informar corretamente a sociedade brasileira, para que as pessoas fiquem sabendo das coisas. Eu lembro de um dia, um jornalista que sempre fez muita crítica a mim, mas é um jornalista importante

no Brasil, o Noblat. O Noblat um dia escreveu um artigo, disse o seguinte: “quando é que a imprensa vai pedir desculpas ao Lula?”

Eu não quero que peçam desculpa a mim, porque as minhas desculpas vocês já pediram por mim e me elegeram presidente da República pela terceira vez. O que eu gostaria era que as pessoas fossem honestas com o povo e mostrassem pro povo o que realmente aconteceu nesse país, porque eles já esqueceram, já esqueceram. Ou seja, agora me parece que há uma bola de neve que faz as pessoas esquecerem o que fizeram.

E nós não podemos esquecer. Por isso esse ato é importante. Esse ato é importante porque é o primeiro em dez anos, é importante porque nesse ano já colocamos dez vezes mais do que foi colocado nos últimos dez anos. Mas por que que esse ato é importante? Esse ato é importante porque vocês vão sair daqui, e presta atenção no que eu vou dizer para vocês, vocês vão sair daqui dizendo o seguinte: Nós, mulheres e homens deste país, nós, brasileiros e brasileiras que gostam de cultura, nós, brasileiros e brasileiras que amamos a cultura, nós, brasileiros e brasileiras que imaginamos criar um mundo mais saudável para os nossos filhos, para nossos netos, nós vamos sair desse ato da cultura na próxima quarta-feira que termina, dizendo o seguinte: nunca mais, nunca mais, nunca mais esse país entrará na escuridão do fim da cultura, porque nós queremos as luzes acesas.

Nós queremos ao meio-dia, nós queremos que todo mundo saiba, alto e bom som, nós defendemos a cultura em toda a sua vertente, livre, do jeito que ela tem que ser livre, para que as pessoas possam ver, assistir, pensar, raciocinar e meditar sobre o que conseguiram ver. Esse país é o meu país, é o país da liberdade, é o país do direito de ir e vir.

É o país de um povo sem medo, de um povo capaz de levantar a cabeça e dizer: ninguém vai mais acabar com o Ministério da Cultura, ninguém mais vai cortar dinheiro. E eu fico feliz, Taciana, quando eu fico sabendo que você fica colocando o dinheiro do Banco do Brasil na Cultura. A Petrobras colocou R\$ 250 milhões na Cultura, e todos têm que colocar, porque a cultura é uma espécie de líquido que nós bebemos, a cultura é o alimento que nós comemos, muito mais do que isso, a cultura é a inteligência que falta para a gente fazer o que precisa ser feito nesse país.

Para que esse país conquiste cidadania plena para que as pessoas possam conquistar o direito de comer, de trabalhar, de estudar, de ter acesso ao lazer e, sobretudo, o direito da gente fazer o que a gente quiser, de mulher fazer o que quiser, de homem fazer o que quiser. Desde que a gente respeite os direitos dos outros, a gente precisa ter liberdade de manifestação.

Por isso, meus queridos e queridas companheiras, obrigado pela existência de vocês. Se não fossem vocês acreditarem no que eu acredito, se não fossem vocês, pegar uma mulher dessa e transformar numa extraordinária mulher. O meu companheiro Gilberto Gil, que me perdoe, você foi extraordinário, mas pode ficar sabendo que essa mulher vai ser imbatível na cultura deste país, porque é a vez da mulher, é a vez da mulher negra, é a vez do povo que nunca teve vez e nem vós de dirigir a Cultura desse país.

Um abraço, boa conferência e que Deus nos abençoe e até outro dia se Deus quiser.

A ministra da cultura, Margareth Menezes, apresentou em seu discurso a ligação entre a existência do ministério e o ambiente democrático. Em sua fala, fez a seguinte declaração: “a nossa 4ª Conferência Nacional da Cultura tem três pilares centrais que são o Sistema Nacional de Cultura, o Plano Nacional de Cultura, e Cultura e Democracia. O Sistema Nacional de Cultura é uma prioridade da nossa gestão, é o nosso SUS da cultura, que tem esse objetivo de nacionalizar as políticas públicas da cultura. Outro sonho que vamos concretizar é a elaboração do nosso novo Plano Nacional de Cultura, que traçará o mapa de percurso para o que queremos: políticas da cultura que sejam acessíveis, transversais, capilarizadas. Comprometidas com o enfrentamento às desigualdades. Promotoras de inclusão social e cidadania. Fortalecedoras das nossas identidades e da nossa diversidade cultural. Elementos essenciais da nossa democracia”.

O discurso completo da ministra Margareth Menezes encontra-se a seguir:

“Sejam bem-vindos e bem-vindas à 4ª Conferência Nacional de Cultura.

A 4ª Conferência Nacional de Cultura é a maior conferência de Cultura da História!

No ano de recriação do Ministério da Cultura no terceiro governo do presidente Lula tivemos essa missão de entregas importantes que são um direito de todo o setor cultural! Com a 4ª Conferência Nacional de Cultura, podemos afirmar que o Ministério da Cultura está de volta: maior e mais fortalecido!

O ambiente ideal de existência do Ministério da Cultura é a democracia. Porque é na arte e da arte e da cultura que vive a democracia. Foi por esta razão e sentimento que o presidente Lula recriou o Ministério da Cultura no primeiro dia de seu Governo. Foi movido pelo seu espírito democrático e visionário, de que o exercício pleno da democracia passa pela garantia dos direitos culturais. A 4ª Conferência é o ambiente máximo para exercermos essa democracia.

Esse acontecimento somente é possível a partir das diretrizes de nosso presidente Lula, que entende a cultura como elemento estratégico no desenvolvimento social do país. Ele nos orienta que a participação social é o único caminho para a construção de políticas para o povo. É a nossa COPA BRASIL DA CULTURA! Mas é uma copa onde não há disputa, há colaboração. E nesse momento peço uma salva de palmas e muito carinho para nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva!

A nossa 4ª Conferência Nacional da Cultura tem três pilares centrais que são o Sistema Nacional de Cultura, o Plano Nacional de Cultura, e Cultura e Democracia.

Como já ouvimos no discurso de nossa secretária Roberta, a conferência está dividida em seis eixos temáticos que foram amplamente debatidos pelo setor cultural nas conferências temáticas, pelos municípios, estados, territórios e pela sociedade civil.

Presidente Lula: nos encontramos em estado de Conferência há algum tempo!

Em estado de espírito, mas também de mobilização social. Mesmo com a criminalização do setor cultural pelo governo anterior, nós sobrevivemos porque nós somos resistência! Nesse momento, nós somos mais de 5 mil pessoas envolvidas na construção dessa conferência. Aqui também quero reconhecer a atuação de todas as secretárias e secretários do Ministério da Cultura, e presidentes e presidentas das

vinculadas. Nesse momento, eu gostaria de fazer uma homenagem a uma pessoa que para nós, presidente, é muito especial: uma defensora da cultura. A cultura é coletiva!

Cada delegado e delegada aqui presente é um coletivo, é porta-voz de sua comunidade, seu território, da sua cidade, é representação social legítima.

O Ministério da Cultura mostra sua força e potência ao reunir nessa Conferência esse conjunto de atores: do governo federal, dos estados e municípios, do congresso nacional, da sociedade civil.

Saúdo também os Fóruns de Gestores Estaduais; os Fóruns de Gestores Municipais e Rede de Fóruns de Gestores – pelo comprometimento e dedicação.

Nós estamos aqui porque amamos o Brasil, um Brasil com arte e cultura!

O Sistema Nacional de Cultura sempre foi prioridade no governo do presidente Lula e da presidenta Dilma. Foi por causa disso está em nossa Constituição. Estamos agora aguardando a aprovação da lei que vai regulamentá-lo. O Sistema Nacional da Cultura é um sonho que está sendo sonhado e concretizado porque muita gente.

Estamos nas melhores condições de consolidar o Sistema Nacional de Cultura; porque temos a Política Nacional Aldir Blanc de Incentivo à Cultura (PNAB) que vai irrigar o acontecimento cultural em todo o território nacional e vai garantir que os entes federados tenham a oportunidade de implementar ações, movimentar o setor cultural, a economia criativa, com geração de emprego e renda, emancipação do setor cultural de cada localidade.

E porque o Sistema Nacional de Cultura é uma prioridade da nossa gestão, é o nosso SUS da CULTURA, que tem esse objetivo de nacionalizar as políticas públicas da cultura.

Outro sonho que vamos concretizar é a elaboração do nosso novo Plano Nacional de Cultura, que traçará o mapa de percurso para o que queremos: políticas da cultura que sejam acessíveis, transversais, capilarizadas.

Políticas feitas à luz do sol. Comprometidas com o enfrentamento às desigualdades. Pactuadas entre os entes federados. Promotoras de inclusão social e cidadania. Fortalecedoras de nossas identidades e da nossa diversidade cultural. Elementos essenciais da nossa democracia. Para que não nos esqueçamos! SEM CULTURA NÃO HÁ DEMOCRACIA; E NÃO HÁ DEMOCRACIA SEM CULTURA!

No Ministério da Cultura estamos construindo uma política inclusiva e democrática, e temos já algumas entregas importantes:

- 1. A Lei Paulo Gustavo, que foi uma lei emergencial, e tivemos aderência de 100% dos estados e 98% dos municípios. E tivemos a importantíssima Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), que teve aderência de 100% dos estados e 97% dos municípios do Brasil.*
- 2. A nacionalização do fomento: Rouanet Norte; Rouanet das favelas; Construção hip-hop; parcerias com grandes estatais brasileiras;*
- 2. Novos marcos de tombamento dos territórios de quilombos;*
- 3. Aprovação da Cota de Tela;*

4. *Novas salas de cinema estão abertas no Brasil*
5. *Chamadas públicas para o setor audiovisual*
6. *Retorno da Política Cultura Viva, que nesse ano completa 20 anos;*
7. *A realização do Mercado das Indústrias Criativas (MICBR)*
8. *Duas ações do MinC no PAC da Cultura – Ceus da Cultura e para o patrimônio cultural;*
9. *A volta da FUNARTE, Fundação Cultural Palmares, com toda sua importância e potência;*

Neste primeiro ano de trabalho criamos Comitês de Cultura, que foi uma ideia do nosso presidente Lula. E que são essa rede de articulação de organizações culturais e Agentes Territoriais de Cultura que chegam nas localidades onde as ações do Ministério da Cultura não costumavam chegar.

E reforço: o Ministério da Cultura está presente nos 27 estados, não apenas nas capitais ou grandes centros urbanos.

Destaco também a retomada de importantes conselhos no âmbito das políticas culturais, como o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural; Conselho Superior de Cinema, Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico e Conselho Nacional de Política Cultural. Buscamos fazer conselhos paritários.

Sabemos que ainda temos algumas pautas importantes, como a regulação do vídeo por demanda, a aprovação da lei de regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, a aprovação do Marco de Fomento Cultural, a garantia dos direitos autorais no ambiente digital e no uso da inteligência artificial.

Também estamos em um momento muito importante, com o Brasil na presidência do G20, esse importante fórum de cooperação, debate e reflexão internacional.

O Ministério da Cultura terá três reuniões, em Brasília, Porto Alegre e Salvador. Também estamos nos conectando com a COP 30 em Belém do Pará; reposicionamento o Brasil numa agenda internacional muito importante.

Nós iremos sair daqui com um pacto, um compromisso mútuo, entre União, estados, municípios e sociedade civil em torno da política nacional de cultura.

Queridos fazedores eazedoras da cultura do Brasil! Deixo meu abraço a vocês.

Gostaria de agradecer as empresas, estatais e não estatais, que investem na cultura, que fazem o seu patrocínio ao setor cultural. Agradecer também a todos os produtores, fazedores e realizadores; as pessoas que se dedicam a criar projetos para que a gente possa fazer o acontecimento cultural. Agradeço a todos os artistas, técnicos, pessoas que trabalham direta e indiretamente com cultura, de maneira formal e informal. Agradeço mais uma vez o trabalho do presidente Lula, no sentido de colocar a cultura como algo essencial em nosso país!

Como diz nosso presidente Lula, menos armas, e mais livros, mais cinema, mais teatro, mais patrimônio, mais dança, mais museu, mais música e mais cultura da paz.

Viva a 4ª Conferência Nacional de Cultura!

Um beijo no coração de vocês.”

A solenidade de abertura contou com a artista Thalma de Freitas como mestre de cerimônia, com Ad Júnior como mediador, e também com a interpretação do Hino Nacional feita pela artista Fafá de Belém. Compuseram a atividade apresentações culturais com Pereira da Viola e Gaby Viola Andrade, Rafa Rafuagi e Rapadura, Antônio Marinho, Dj Barata e os grupos Oz Crias, Carimbó Raízes da Terra, Manifesto Cultural Popular e Grupo Tchê.

Na cerimônia de abertura estiveram presentes a primeira-dama, Janja da Silva, e os ministros da Saúde, Nísia Trindade; da Igualdade Racial, Anielle Franco; da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos; das Minas e Energia, Alexandre Silveira e da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo. Estiveram presentes também parlamentares, gestores e conselheiros culturais, representantes das culturas indígenas e afro-brasileiras, artistas e influenciadores digitais.

Em recepção ocorrida antes da abertura oficial da Conferência no dia 4, a ministra Margareth Menezes se reuniu com artistas e influenciadores digitais de todo o país em diversos segmentos culturais. O momento foi de troca de experiências atreladas ao fazer cultural e contou também com a participação da primeira dama Janja da Silva.

terça-feira, 5 de março de 2024

Foi realizado no segundo dia de Conferência um encontro entre a ministra da Cultura, Margareth Menezes, e a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara. Foram ouvidos também representantes de delegações representantes dos povos originários e as ministras acompanharam um cortejo pelo espaço da conferência. Na ocasião, Sonia Guajajara reforçou junto aos presentes a importância de serem apresentadas suas ideias para a atualização do plano intersetorial de Cultura e declarou: “A partir dessa Conferência, eu e Margareth vamos fazer valer as propostas de vocês [...] Viemos de anos em que a cultura foi assassinada, destruída nas políticas públicas e agora esse momento é de retomada”. Em sua fala, Margareth Menezes compartilhou sobre a importância da Conferência: “Para mim é um momento muito especial poder abrir essa conferência para acolher as ideias trazidas por delegados de cidades, estados, municípios e manifestações culturais de todo o Brasil [...] A falta de uma conferência durante 10 anos dá um prejuízo muito grande porque não tem como continuar as políticas públicas”.

Ainda no dia 5 ocorreu a reunião do Fórum Brasileiro pelos Direitos Culturais; o lançamento de livros, atividade que se estendeu por toda a conferência de maneira autogestionada, e que contou com 195 autores e autoras a apresentarem suas obras; e o início das atividades autogestionadas promovidas por entidades e movimentos de maneira não deliberativa. O segundo dia de conferência também contou com a palestra de Davi Kopenawa, mediada por Ad Junior.



quarta-feira, 6 de março de 2024

No dia 6 de março ocorreu a plenária para aprovação do Regulamento Interno da etapa nacional, documento que estabelece diretrizes e metodologias das atividades do evento. É a partir da aprovação do Regulamento que se desenvolvem as atividades deliberativas. O momento foi conduzido pelo secretário executivo do Ministério da Cultura, Márcio Tavares, a secretária de Comitês de Cultura do MinC, Roberta Martins, os representantes do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), Lucimar Marques e Mestre Gavião. A abertura da plenária foi feita pela artista Elisa Lucinda com uma fala de sensibilização. Ainda no dia 6 foram realizados os 13 Grupos de Trabalhos dos Eixos Temáticos.

quinta-feira, 7 de março de 2024

No dia 7 ocorreram as plenárias dos 6 Eixos Temáticos da Conferência e no período da noite ocorreu a abertura da plenária final da 4ª Conferência Nacional de Cultura, onde os trabalhos foram abertos pela ministra Margareth Menezes. Em sua fala, a ministra declarou: “estamos em estado de Conferência, depois de 10 anos sem a gente conseguir fazer a nossa Conferência. Mas foi uma resistência da democracia e nós resistimos, nós merecemos essa Conferência, o setor cultural, a sociedade. Estamos muito felizes por estarmos chegando nessa plenária”. Ocorreu ainda no dia 7 a Roda de Conversa Ancestralidade na Cultura Digital Brasileira: do princípio ao porvir, contando com a presença da ministra Margareth Menezes.

sexta-feira, 8 de março de 2024

No dia 8 aconteceu a mesa de encerramento da etapa nacional e também o Ato do Dia Internacional da Mulher, com a participação das ministras da Cultura, Margareth Menezes; das Mulheres, Cida Gonçalves; a primeira-dama, Janja da Silva; e a presidenta do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros.

Programação artística e cultural da 4ª CNC

A programação artística e cultural realizada durante a 4ª Conferência Nacional de Cultura, foi dividida em dois tipos: programação interna, dentro do Centro de Convenções Ulisses Guimarães, com receptivo, intervenções e palcos com atividades e a programação externa, com o palco do Festival da Cultura, onde shows foram realizados a partir da parceria entre a produtora Pau Viola, a OEI e o Banco do Brasil.

O trabalho para o desenvolvimento da programação interna da 4ª CNC foi desenvolvido a partir de uma parceria, por meio de TED – Termo de Execução Descentralizada, com a Universidade Federal de Goiás e de uma comissão que contou com representações do CNPC e áreas do MINC.

Toda a programação interna foi concebida e subsidiada a partir das sugestões dos Conselheiros do CNPC, dos servidores e dos escritórios estaduais do MinC. No que se diz respeito à construção da programação artística, núcleos de trabalho e coordenações específicas foram montadas para apresentar uma programação que se consolidasse na perspectiva democrática e da diversidade cultural em consonância com a proposta temática da 4ª CNC.

Assim, alguns princípios nortearam a programação: diversidade artística e cultural, valorização do patrimônio cultural brasileiro, representação regional, educação e informação cultural. Além desses princípios, foi definido que expressões culturais do DF fossem peças chave na recepção dos conferencistas.

Os palcos foram pensados para atender demandas da conferência, ao tempo em que tinham um perfil programático. No Palco da Diversidade, as rodas de capoeira, os cortejos e outras apresentações demonstraram o potencial e a singularidade das festas populares regionais. No Palco Multicultural, foram apresentados os lançamentos de livros, as rodas de conversa sobre o Plano Nacional de Cultura (PNC) e os encontros de saraus. Além dos dois palcos, houve a presença do Palco Livre - Som na Rural.

A Universidade Federal de Goiás, via Escola de Música e Artes Cênicas (EMAC-UFG), participou da Coordenação da programação artística e cultural que abarcou as diferentes manifestações culturais dos quatro cantos do país. A equipe de produção contou ainda com 12 discentes da EMAC-UFG e Unb, além de outras instituições de ensino superior.

Segue abaixo a programação artística e cultural da 4ª Conferência Nacional de Cultura:

PALCOS INTERNOS

04/03/24 (segunda-feira)

RECEPÇÃO DOS CONFERENCISTAS

9h-12h - CIRSENCES - Coletivo DiverCirco

09h - 12h - Pernaltas - Delírio Circense

PALCO DA DIVERSIDADE

14h às 15h - Roda de Capoeira Angola com Grupo Nzinga de Capoeira Angola e Conexão Angoleira do DF

15h às 16h - Roda da Igrejinha - Capoeira Regional - Coletivo Candango de Capoeiras do DF

18h às 20h - Panteão dos Guardiões das Culturas Populares e Tradicionais

20h - Cortejo - Boi do Seu Teodoro com Mestre do Maranhão com Mestre Ribinha

PALCO MULTICULTURAL

14h - Roda de Conversa PNC

ABERTURA DA PLENÁRIA DA 4ª CNC

Mestre de Cerimônia - Thalma De Freitas

Mediador - Ad Júnior

Hino Nacional Brasileiro - Fafá de Belém

Dj - Barata

Dança - Passinho - Oz Crias

Dança - Frevo - Manifesto Cultura Popular

Dança - Grupo Tche

Dança - Carimbó Raízes Da Terra

Hip Hop - Rafa Rafuagi

Hip Hop - Rapadura

Música - Pereira da Viola

Música - Gaby Viola Andrade

Cordel - Antonio Marinho

05/03/24 (terça-feira)

PALCO DA DIVERSIDADE

09h às 12h - Pernaltas - Delírio Circense

9h às 9h30 - Terno Vilão São Jorge Guerreiro

12h às 13h - Pereira da Viola e Dito Rodrigues

13h às 14h - Jonathan Ferr convida Larissa Luz

19h - Cortejo - Quadrilha Si Bobiá a Gente Pimba

PALCO MULTICULTURAL

10h30 - Roda de Conversa PNC

15h às 20h - Lançamentos de Livros

SOM NA RURAL

13h - Baque Solto - Mestre Anderson + Caboclos + Manifesto

06/03/24 (quarta-feira)

PALCO DA DIVERSIDADE

9h às 9h30 - Grupo Tchê

12h às 13h - Ernesto Fagundes

13h às 14h - Viela 17 convida Atitude Feminina e Dj Raffa

15h - Encontro de Saraus, Poetisas e Poetas com Antônio Marinho e Mestre Anderson

19h - Cortejo - Orquestra Alada Trovão da Mata

PALCO MULTICULTURAL

10h às 12h30 - Lançamentos de Livros

15h às 20h - Lançamentos de Livros

07/03/24 (quinta-feira)

PALCO DA DIVERSIDADE

9h às 9h30 - Siriri Elétrico

12h às 13h - Organzza e Nágila GoldStar

13h às 14h - Afoxé Bandarê

15h - Cypher com Udi Santos (BA), Jéssica Caitano (PE), Brô MC's (MS),

19h - Bois de Parintins: Caprichoso e Garantido

PALCO MULTICULTURAL

10h às 12h30 - Lançamentos de Livros

15h às 20h - Lançamentos de Livros

PALCO SOM NA RURAL

10h às 12h - Palestra: Processo de criação da Viola de Cocho

12h20 às 12h50 - Toré-PE (Roda dos povos da Cultura do Campo, das Águas e das Florestas)

13h às 14h - Roda dos povos da Cultura do Campo, das Águas e das Florestas

14h às 15h - Luiz Felipe Vitelli - Planaltino Periférico DF Confesso - Poeta Performático. Poemas autorais de Isaac Mendes Pereira. Apresentação do Bloco de Pife Tupifizinho.

08/03/24 (sexta-feira)

PALCO DA DIVERSIDADE

9h às 9h30 - Sambadeiras de Bimba

13h às 14h - Ellen Oléria convida Bia Ferreira



Programação do Festival da Cultura e contexto



Patrocínio:



Apoio:



Co-realização:



Realização:



O Festival da Cultura, integrado à programação da 4ª Conferência Nacional da Cultura, desdobrou-se como um evento emblemático que aconteceu em Brasília (DF) entre os dias 04 e 08 de março de 2024. Com o objetivo de enriquecer e diversificar a experiência dos participantes, o Festival atraiu 19.949 pessoas ao longo de cinco dias de programação.

Realizado no estacionamento do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o evento foi uma expressão de diversas manifestações culturais, consolidando-se como uma peça-chave na articulação do cenário cultural nacional.

A condução do Festival da Cultura foi norteadada por uma abordagem estratégica da direção geral, que elaborou uma planilha de itens técnicos como referência para as contratações e execução do evento. A equipe desempenhou um papel fundamental como elo de comunicação entre diversas partes envolvidas, incluindo o Ministério da Cultura (MinC), a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), a produtora Pau Viola e as empresas contratadas para a execução das atividades programados e os itens técnicos - GAP e DF Turismo.

A equipe foi estruturada em três eixos - direção institucional, direção de produção e direção de site que consistiu em mais de 20 profissionais em contratação direta, cada um desempenhando funções específicas e essenciais para a realização do evento. As principais áreas envolvidas foram Coordenação de Produção, Coordenação de Infraestrutura e Operacional, Coordenação Técnica, Produção Artística, Produção de Credenciamento e Acessos, Atendimento Institucional, Produção Operacional, entre outras. Essas funções foram essenciais para garantir a fluidez e o sucesso do evento em todas as etapas.

A Direção Institucional desempenhou um papel fundamental no Festival da Cultura realizado em colaboração entre o Ministério da Cultura (MinC) e o Conselho Nacional de Política Cultural, com co-realização da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e patrocínio do Banco do Brasil. Com a missão de coordenar a visão e a sinergia entre os diferentes participantes, essa liderança foi essencial para definir estratégias alinhadas e assegurar a realização dos objetivos centrais do evento.

O eixo denominado "Direção de Site" abrange todas as etapas do processo, desde a concepção do croqui, em colaboração com o arquiteto, até os ajustes finais realizados em conjunto com os fornecedores responsáveis por cada estrutura. Além disso, esse setor cuida minuciosamente do planejamento da escala de serviços, coordenando as operações com diversos profissionais terceirizados, como brigadistas, seguranças, equipe de limpeza, carregadores e outros, todos essenciais para a eficaz execução e entrega do evento. Essa abordagem integrada e abrangente assegura que cada detalhe seja cuidadosamente considerado, resultando em uma experiência fluida e segura para todos os participantes. Essa direção desempenhou um papel importante em áreas-chave da produção, incluindo a gestão da equipe técnica, operacional e atuou como ponto focal para todos os fornecedores de infraestrutura envolvidos

A Direção de Produção do Festival da Cultura exibiu uma eficácia operacional ao comandar uma equipe de alto desempenho e bem integrada, garantindo a realização de um evento de destaque em um intervalo de tempo desafiador. Composta por um conjunto de profissionais altamente qualificados, a equipe incluía posições-chave como Coordenação de Produção, Produtora Artística, Gestão de Credenciamento e Acessos, Orientadores de Público, responsáveis pela Entrada do Evento e a equipe encarregada

da validação de ingressos, além de outros colaboradores vitais. Cada membro contribuiu com sua expertise específica, promovendo não apenas a eficiência operacional, mas também elevando a qualidade global do festival. O esforço coletivo, nos permitiu entregar um festival de sucesso demonstrado pela satisfação geral gerada pelo evento.

A montagem do evento teve início em 28 de fevereiro, estendendo-se ao longo da semana com ajustes pontuais que se mostraram necessários. A desmontagem completa do evento foi concluída no final do dia 11 de março, tendo a programação e público destacados abaixo:

04.03 – SEGUNDA

19h às 20:30 - Pezão (Criolina)

20:30 às 22h - Fafá de Belém convida Johnny Hooker

05.03 – TERÇA

19h às 20:30 - Barata (Criolina)

20:30 às 22h - Diogo Nogueira

06.03 – QUARTA

19h às 20:30 - Ops (Criolina)

20:30 às 22h - Paulinho da Viola

22h às 22:30 - Criolina

22:30 às 00h - Salgadinho convida renegado

07.03 – QUINTA

19h às 20:30 - Criolina convida La Ursa

20:30 às 22h - Academia da Berlinda

08.03 – SEXTA

18h às 19h - Criolina convida Flávia Aguiar + Magah

19h às 20:30 - Sambaiana convida Paula Lima 20:30 às 21h - Criolina convida Flávia Aguiar + Magah 21h às 23h - Daniela Mercury convida Majur

RELATÓRIO DE PÚBLICO DA ARENA DE SHOWS

DIA 4/03 (segunda-feira)

Sympla : 1205

Conferencistas: 1.300 (aprox)

Convidados: 400

Total = 2.905

DIA 5 (terça-feira)

Sympla : 2627

Conferencistas: 1361

Convidados: 400

Total = 4.388

DIA 6 (quarta-feira)

Sympla : 3.572

Conferencistas: 1026

Convidados: 400

Total = 4.998

DIA 7 (quinta-feira)

Sympla : 2379

Conferencistas: 686

Convidados: 400

Total = 3.465

DIA 8 (sexta-feira)

Sympla : 3037

Conferencistas: 756

Convidados: 400

Total = 4.193

Público total 5 dias: 19.949

PROPOSTAS APROVADAS



Propostas aprovadas

Entre os dias 04 e 08 de março de 2024, as pessoas delegadas da 4ª Conferência Nacional de Cultura aprovaram **84** propostas, resultado das discussões realizadas nos 13 Grupos de Trabalho e seis Plenárias dos Eixos que se agruparam da seguinte maneira:

Eixo 1: Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura (07 propostas)

GT 01	Governança federativa e fortalecimento da gestão
GT 02	Fomento e financiamento

Eixo 2: Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social (15 propostas)

GT 03	Territorialização das políticas culturais
GT 04	Participação social nas políticas públicas de cultura

Eixo 3: Identidade, Patrimônio e Memória (12 propostas)

GT 05	Educar a cultura e culturalizar a educação
GT 06	Sustentabilidade, diversidade e gestão compartilhada

Eixo 4: Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural (28 propostas)

GT 07	Ações afirmativas e acessibilidade cultural
GT 08	Promoção da diversidade cultural

Eixo 5: Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade (05 propostas)

GT 09	Estratégia Nacional de Economia Criativa
GT 10	Formação e trabalho na arte e cultura

Eixo 6: Direito às Artes e Linguagens Digitais (17 propostas)

GT 11	Cultura digital
GT 12	Direito às artes
GT 13	Setoriais

Dessas 84 propostas, cada Plenária dos Eixos priorizou cinco, totalizando **30 propostas priorizadas nas seis Plenárias**. As propostas estão aqui dispostas por Eixo e por ordem de priorização (ou seja, das mais votadas para as menos votadas) e ao lado delas foi colocada a quantidade de votos que receberam. As cinco primeiras propostas de cada Eixo, que aparecem destacadas neste documento, foram as propostas priorizadas e lidas durante a Plenária Final.

As demais propostas aprovadas, apesar de não terem sido priorizadas, consistem igualmente em um dos produtos finais da 4ª CNC, o que significa que também servirão de insumo para a construção do novo Plano Nacional de Cultura.

Preâmbulo¹

Considerando a importância vital da cultura como expressão da identidade nacional e individual e reconhecendo a necessidade de fortalecer e promover a diversidade cultural como um direito humano fundamental, valorizando o papel do Sistema Nacional de Cultura como instrumento essencial para o desenvolvimento cultural e social do país;

Comprometidos em garantir a participação ativa e inclusiva de todas as comunidades no processo cultural;

Este documento busca contemplar e integrar as seguintes informações no funcionamento do Sistema Nacional de Cultura e no Plano Nacional de Cultura, visando a promoção e proteção dos direitos culturais de todos os cidadãos. E como princípio geral para parametrização obrigatória a todas as propostas, como políticas afirmativas culturais, considera-se, no plano nacional de cultura, as prioridades para: comunidade LGBTQIAPN+, da cultura infância, mestras e mestres da cultura tradicional popular e contemporânea reconhecidos e não reconhecidos, da dança, samba, chorinho, carimbó, comunidades do forró, da cultura hip hop, da cultura funk, da cultura reggae, cultura do rock, das culturas periféricas e de favela, cultura da capoeira, cultura de rua, cultura surda e comunidades linguísticas, cultura alimentar, cultura da vaquejada, culturas de matrizes africanas e afro-brasileira, circenses, circo itinerante, palhaçaria terapêutico hospitalar, arte de rua, teatro de rua, teatro de bonecos/formas animadas, povos e comunidades tradicionais, comunidades tradicionais de pescadores e pescadoras, povos do mar, povos originários, povos indígenas, comunidades ayahuasqueiras, quilombolas, caiçaras, amazônidas, comunidades ribeirinhas, povos do cerrado, homens e mulheres negros pantaneiros, povos da floresta, povos ciganos, caboclos, assentados da reforma agrária e pela construção de barragens, população fronteiriça, imigrantes, pessoas com deficiência e neurodivergentes, artesãos e artesãs, profissionais de áreas técnicas da cultura, refugiados, apátridas, cultura para a saúde mental, comunidades surdas e cegas, mulheres, homens e mulheres negras, pessoas trans e não binárias, pessoas em situação de rua, pessoas idosas, assentados da reforma agrária de todos os territórios, rurais, sertão, pontos de cultura, pessoas atingidas por rompimento de barragens e catástrofes ambientais, população carcerária, pessoas em extrema vulnerabilidade social, cooperativas culturais, benzedeiras e parteiras, isolamento geográfico, agricultores familiares e culturas urbanas, retirando obstáculos racistas, sexistas, LGBTransfóbicos e quaisquer preconceitos contra as minorias, de modo a reduzir desigualdades, visando a justiça social e o acesso as políticas culturais sem nenhuma discriminação.

¹ Aprovado durante a plenária final, realizada em 8 de março de 2024.

INSTITUCIONALIZAÇÃO, MARCOS LEGAIS E SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

EIXO 1



Eixo 1: Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura

1ª	Criar, aprovar e implementar política pública para o fortalecimento das culturas da Amazônia Legal e de territórios fronteiriços, que considere o Fator Amazônico e as particularidades das regiões em todos os programas de financiamento e fomento à cultura, por meio de: (a) criação de uma instituição vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), focada na implantação e promoção de políticas públicas para a cultura da Amazônia Legal, de modo a consolidar, unificar, disponibilizar e facilitar o acesso a ferramentas de cadastro, divulgação, mapeamento, indicadores e painéis de dados sobre a realidade cultural das Amazonas para subsidiar, democratizar e fomentar políticas públicas culturais da região e territórios fronteiriços; (b) criação do Fundo das Culturas Amazônicas, com financiamento público e privado; (c) permanência da Lei Rouanet Norte como uma política nacional de financiamento e fomento para a Amazônia Legal, com a possibilidade de circulação e distribuição em todo território nacional e internacional; (d) garantia da equidade dos investimentos públicos e do atendimento às políticas afirmativas que contemplem a diversidade cultural da região amazônica e dos territórios fronteiriços, assegurando a consulta prévia, livre e informada dos povos originários, como garantia da Convenção 169 da OIT; (e) acréscimo de, no mínimo, 15% de custeio para projetos da região amazônica e territórios fronteiriços, assegurando assim o acesso à tecnologia, energia elétrica, infraestrutura de estradas e questões como clima, distâncias, transporte, deslocamento e custo de vida, entre outras.	Nº de votos 191
2ª	Reestruturar o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a Política Nacional de Fomento para além dos editais, de forma transversal, bem como criar legislação que permita a destinação de parte do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas para os fundos de cultura, de modo a contemplar: (a) a diversidade de linguagens, de segmentos e de expressões; (b) participação acessível, inclusiva e universal; (c) formato simplificado e desburocratizado; (d) calendário fixo e regular; (e) descentralização equitativa de recursos, considerando os territórios e regiões do país, ações e programas artísticos e culturais continuados; (f) criação, aprovação e implementação de fundos setoriais e agências setoriais nacionais, conforme os setoriais apresentados na portaria que convoca a Conferência Nacional de Cultura, bem como para os povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiro de matriz africana, povos quilombolas e comunidades tradicionais, comunidades de fronteiras, de circo itinerante, das águas, assentamentos de reforma agrária, do pantanal, do sertão e cerrado e demais biomas brasileiros; (g) políticas de inclusão digital e reestruturação dos marcos legais que regem os fundos de cultura já existentes, prevendo maior alocação de recursos, com percentuais progressivos e continuados, ações regionalizadas e afirmativas, a territorialização das Culturas e das artes, contemplando segmentos invisibilizados e em vulnerabilidade; (h) criação e implementação do Plano Nacional para as Culturas Indígenas, de natureza transversal e em conformidade com os modos de ser indígenas, a ser elaborado e executado em parceria entre o Ministério dos Povos Indígenas e MinC, bem como outros ministérios e instituições governamentais que possuam interface	Nº de votos 182

	com o plano e com lideranças, organizações indígenas articuladas através de suas redes de atuação locais, regionais e nacionais e outras instituições parceiras.	
3ª	Garantir recursos para o desenvolvimento das políticas culturais e promover a modernização dos marcos legais da cultura, a fim de assegurar a segurança jurídica, eficiência, eficácia e efetividade das políticas culturais, por meio da aprovação e regulamentação, em caráter de urgência, da PEC 150/2003, PEC 421/2014 e PEC 310/2004, bem como de outros marcos legais de fomento à cultura, como o PL 3905/2021, PL 9474/18, PL 6722/2010 e, ainda, de legislação garantindo que haja previsão de cotas e orçamentos mínimos por estado em todos os editais e programas de fomento federais, com recursos do FNC, FSA, Lei Rouanet e demais políticas de fomento, para garantir a plena regionalização de oportunidades, com especial atenção à implementação de políticas afirmativas, de modo a: (a) promover maior descentralização dos recursos, priorizando o Fator Amazônico, territórios com baixo IDH e indisponibilidade de equipamentos públicos de arte e cultura, a fim de contemplar segmentos invisibilizados, vulnerabilizados, bem como culturas de fronteiras; (b) ampliar a participação social e a gestão participativa; (c) reformar mecanismos de renúncia fiscal e linhas de acesso a crédito para microempreendedores da economia criativa; (d) integrar políticas públicas para jovens e mestres e mestras da cultura popular; (e) simplificar processos, linguagens, formas de acesso e prestações de contas; (f) promover a capacitação dos agentes culturais; (g) assegurar a continuidade do PNAB, pelo prazo mínimo de 10 anos, como instrumentos de fomento cultural, garantindo a atualização anual dos recursos de acordo com a inflação, sendo tais recursos transferidos fundo a fundo para os estados, Distrito Federal e municípios com Sistemas de Cultura implantados; (h) garantir a distribuição dos recursos orçamentários da cultura seguindo um Índice de Desenvolvimento Cultural a ser criado pelo Ministério da Cultura, segundo critérios estabelecidos em parceria com os conselhos nacional, estaduais, municipais e distrital de políticas culturais e conselhos de cultura, juntamente com as secretarias estaduais, distritais e municipais, outros órgãos gestores de cultura e comitês de cultura, com especial atenção à implementação das políticas afirmativas, garantindo a descentralização territorial dos recursos e que contemplem os segmentos invisibilizados e vulnerabilizados, bem como o Fator Amazônico (os municípios que não forem contemplados neste índice seguirão os critérios de acordo com o IBGE).	Nº de votos 166
4ª	Garantir e efetivar o pleno funcionamento do Sistema Nacional de Cultura (SNC), mediante: (a) o apoio e o suporte técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios, para o efetivo processo de institucionalização e implementação de seus componentes, especialmente os Conselhos, Planos e os Fundos de Cultura; (b) a reestruturação e fortalecimento do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), com estrutura e funcionamento democrático, como instância deliberativa, normativa, consultiva e fiscalizadora, assegurando a participação das expressões artísticas e culturais que fazem a diversidade cultural brasileira, considerando ainda a representação regional/territorial e a inclusão das populações historicamente invisibilizadas; (c) a realização, a cada 4 anos, da Conferência Nacional de Cultura, precedida das conferências estaduais, distritais, municipais e setoriais, com ampla participação social; (d) a normatização do pacto federativo na gestão das políticas culturais para assegurar a pactuação de competências e responsabilidades entre os entes, assegurando a transferência regular de recursos e o pleno funcionamento das Comissões Intergestores;	Nº de votos 165

	(e) o fortalecimento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), incluindo a criação do Cadastro Único Cultural, de modo a orientar estados, Distrito Federal e municípios na implementação de políticas públicas; (f) a implantação de programa nacional de formação na área da cultura voltado para a qualificação de agentes culturais das diversas instâncias do SNC; (g) a simplificação e desburocratização dos marcos legais do SNC, em especial dos instrumentos de fomento e incentivo; (h) a implantação de um programa nacional visando a estruturação e o fortalecimento dos órgãos gestores da política cultural, contemplando a qualificação dos agentes e o apoio à estruturação dos órgãos gestores (transporte, equipamentos, mobiliários etc.); (i) o fortalecimento dos escritórios do MinC nos estados, visando a ampliação da presença, do diálogo e suporte aos gestores e agentes culturais; (j) a implantação dos sistemas e planos setoriais de cultura, bem como a revisão daqueles já existentes.	
--	--	--

5ª	Criação do Fundo Setorial Nacional Cultura Infância, composto por recursos provenientes de multas resultantes de processos ligados à Resolução 163/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em alinhamento ao previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Código de Defesa do Consumidor, com ações geridas por um Conselho Nacional Cultura Infância, composto de forma tripartite por: 1/3 de integrantes do Ministério da Cultura (MinC) e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); 1/3 de representantes da Política Nacional Cultura Viva (PNCV) e; 1/3 de agentes culturais da sociedade civil, complementado por uma sala técnica consultiva composta por igual número de pessoas de 00 a 12 anos.	Nº de votos 160
-----------	---	---------------------------

6ª	Garantir, em forma de lei, percentual nas tributações de impostos das <i>big techs</i> e, pelo menos, 2% da arrecadação nacional para o Fundo Nacional de Cultura, promovendo a descentralização e desburocratização do acesso aos mecanismos públicos de fomento, para além dos editais, incluindo formação técnica, educativa e artística, considerando o Fator Amazônico e mantendo a equidade entre as unidades federativas.	Nº de votos 38
7ª	Criar legislação determinando que estados e municípios institucionalizem secretarias de cultura, com gestão técnica, tendo percentual mínimo do corpo técnico ocupado por servidores efetivos concursados e mecanismos de formação, fiscalização e acompanhamento para o cumprimento da legislação já existente, fiscalização esta que também deve ser realizada pelos Tribunais de Contas. Criar mecanismos e programas de descentralização das ações culturais para o interior dos estados, a partir de órgãos gestores estaduais de cultura regionalizados, garantindo: (a) ampliação das contratações de gestores culturais; (b) realização de parcerias com instituições públicas para fomento a pesquisadores e bolsistas em apoio às atividades; (c) formação continuada de conselhos, gestores e fazedores de cultura, bem como equipes técnicas e sociedade civil organizada e; (d) parceria com o Sebrae para desenvolvimento de incubadoras de projetos e programas de gestão, com incentivos à captação de recursos para a produção cultural e empreendedorismo com base na economia criativa e popular. Criação do Estatuto da Cultura e das Artes do Brasil, com uma política pública nacional para os trabalhadores de cultura, artes e áreas técnicas, garantindo seções especiais para os povos originários, afro-brasileiros, periféricos, povos e comunidades tradicionais, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, mulheres e mulheres negras, assentados, migrantes e demais grupos em situação de vulnerabilidade, e assegurando a realização de censo e mapeamento, com busca ativa e cadastro nacional dos trabalhadores de cultura, artes e áreas técnicas.	Nº de votos 10

**DEMOCRATIZAÇÃO DO
ACESSO À CULTURA E
PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

EIXO 2



Eixo 2: Democratização do acesso à cultura e Participação Social

1ª	Criar e garantir políticas públicas e a participação ativa da cultura hip hop, LGBTQIAPN+ e capoeira em instâncias decisórias no cenário cultural do país, como meta estruturante de reparação histórica, regulamentando e implementando o Decreto Presidencial nº 11.784/2023 que reconhece o hip hop como referencial da cultural brasileira, assegurando assento no Conselho Nacional de Cultura, a criação de setoriais transversais em todos os colegiados do Sistema Nacional de Cultura e a manutenção de cadeiras culturais em órgãos federais de cultura, conselhos culturais, comissões de avaliação de projetos culturais e demais espaços de decisão da política cultural, assegurando a participação destes públicos em conferências, fóruns e encontros.	Nº de votos 132
2ª	Ampliar a implementação da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), como política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC), promovendo o exercício e a consciência dos direitos culturais; fortalecendo valores democráticos, a alteridade, a criatividade, a expressão, a ampliação de repertórios, a qualificação de ambientes sociais, a educação popular, a economia solidária, a cultura digital, a memória, a contracolonização e o bem viver. Potencializar os grupos culturais, os territórios, as comunidades, as diversas linguagens artísticas, a participação popular e a atuação em redes, com recorte nas culturas populares, povos e comunidades tradicionais, indígenas, ciganas, ribeirinhas, quilombolas, de matrizes africanas, rurais e da reforma agrária, povos das águas, povos da floresta, fronteiriços, periféricos e de favela, populações empobrecidas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, além da diversidade e o combate às desigualdades, na seleção de pontos e pontões de cultura, pontos de memória, pontos de memória dos territórios indígenas, casas de reza dos territórios indígenas e pontos de memória dos povos de matrizes africana, pontinhos de cultura, pontos de leitura, bibliotecas comunitárias e rurais, cineclubes, circos, pontos de cultura e de memória no exterior, a concessão de bolsas para agentes do Cultura Viva e para mestres e mestras das culturas populares. A garantia da descentralização territorial deve ser estabelecida em um pacto federativo que parta da centralidade da municipalização na aplicação de recursos, com a regionalização e o apoio às redes como atribuição dos governos estaduais, e a implementação de orçamentos participativos para orientação dos recursos, reduzindo/extinguindo a disputa via editais, e reconhecendo o Fator Amazônico.	Nº de votos 124
3ª	Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura e implantar o Programa Nacional dos Comitês de Cultura, por meio de lei, com ênfase em assessoria técnica multidisciplinar para criação de polos e comitês regionais de cultura em todas as regiões do país e no exterior, aprimorando-se a utilização do Índice Territorial dos Comitês de Cultura (ITCC) como instrumento de orientação do direcionamento da política cultural. Além disso, promover políticas de cotas raciais e sociais para populações negras, quilombolas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiro de matriz africana, povos indígenas, mestres e mestras, assentados dos territórios da reforma agrária, pessoas em situação de privação de liberdade nas penitenciárias, povos do mar, ribeirinhos, periféricos e de favela, dos sertões, pantaneiros, fronteiriços e amazônidas, povos do Cerrado, caiçaras, agrestinos, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas, povos ciganos e comunidades rurais, valorizando os agentes já atuantes no território. Estabelecer diretrizes para a criação, fortalecimento, ampliação,	Nº de votos 124

consolidação e manutenção dos conselhos de cultura e demais instâncias de participação, em todos os níveis de governo, criando estruturas que garantam a governança e representatividade social no debate, elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas culturais, bem como a deliberação e fiscalização do orçamento destinado à cultura, por meio das seguintes medidas:

- (a) normatização da composição dos conselhos municipais, estaduais e distrital, com eleição entre pares da presidência em mesa diretora;
- (b) legitimação de fóruns, comitês e coletivos culturais nos processos de consulta pública acerca de políticas públicas;
- (c) ampla formação dos conselheiros;
- (d) facilitação do acesso e permanência nos espaços de participação, especialmente na região Norte, considerando o Fator Amazônico;
- (e) dinamização dos espaços de participação, com conferências, comissões, debates, palestras, caravanas, intercâmbios entre os municípios e fóruns permanentes descentralizados;
- (f) desenvolvimento de mecanismos digitais de participação e de comunicação em rede em múltiplos formatos acessíveis;
- (g) comissões de diversidade cultural que considerem a transversalidade de gênero, raça e acessibilidade;
- (h) cadeiras específicas que contemplem as diversas atuações e territórios, bem como povos e comunidades tradicionais, negros, pardos, indígenas, caboclos, afrodescendentes, quilombolas, ciganos, assentados de reforma agrária, mulheres, população LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, neurodivergentes, trabalhadores da cultura, povos de matriz africana, cultura de rua, hip hop, funk, artistas nômades e circenses, refugiados, imigrantes, pessoas em situação de rua, pessoas em situação de privação de liberdade, idosos, cultura alimentar e demais grupos socialmente excluídos e expressões culturais invisibilizadas;
- (i) estabelecer critérios sobre conflitos de interesse que impeçam a representação dos assentos no CNPC;
- (j) promoção, com maior frequência, de consultas públicas, seminários, conferências e fóruns de discussão nas diversas áreas culturais, estabelecendo um calendário fixo para a escuta ativa na construção de políticas, processos e eventos culturais, descentralizando o debate, por meio da realização das ações em locais fora da capital e grandes centros urbanos e garantindo a diversidade dos participantes e condições de acessibilidade em suas múltiplas dimensões, bem como criando estruturas de comunicação que possam reunir e disponibilizar as informações produzidas, como em sites, catálogos e revistas eletrônicas;
- (k) formulação e implementação de um programa de acessibilidade cultural nos instrumentos de participação e construção de políticas públicas culturais, tais como conferências, conselhos, fóruns, comissões, grupos de trabalho, comitês e demais espaços dedicados à qualificação de políticas públicas. Desde o início, a representatividade deve ser garantida por documentos legais que prevejam um percentual quantitativo obrigatório de participação de artistas, intelectuais e agentes culturais com deficiência, integrantes da cultura DEF, das culturas surdas e da cultura do acesso. O programa deve contemplar projetos e ações de reconhecimento da criação artística e cultural desse público nos espaços culturais e de lazer, museus e instituições de memória, incluindo nesse processo os direitos, as identidades e as visibilidades sociais, culturais, comunicacionais e linguísticas das pessoas com deficiência, diferentes identidades corporais, a preservação do patrimônio cultural, a história dos movimentos sociais e a produção cultural contemporânea das pessoas com deficiência.

4 ^a	Reestruturar e democratizar o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), a partir da revisão da composição e funcionamento, de modo a: (a) garantir assento para todas as setoriais e retorno da eleição de representantes pela sociedade civil; (b) instalar fóruns regionais, contemplando a representatividade de cada estado; (c) ter um olhar diferenciado para os estados que compõem a Amazônia Legal, considerando o Fator Amazônico; (d) implementar um programa de formação permanente de conselheiros, setoriais, regionais, atores e agentes culturais em diálogo com a participação dos entes federados; (e) reconhecer e garantir assento a outras e/ou novas expressões e manifestações artísticas e culturais, fortalecendo as identidades regionais, étnico-raciais, de gênero e sexualidade; (f) incluir as cadeiras de artes visuais, música, teatro, teatro de bonecos, dança, circo, audiovisual, literatura/livro/leitura, arte digital, arquitetura e urbanismo, design, artesanato, moda, economia popular e solidária, cultura hip hop, funk, patrimônio cultural, pontos de cultura e memória, culturas populares, cultura de rua e arte urbana, culturas indígenas, culturas afro-brasileiras, produção cultural, cultura infância, capoeira, biomas-cultura e natureza, culturas de favela, povos tradicionais de matriz africana, áreas técnicas, familiares de presos, agricultura familiar, assentados de reforma agrária, povos das águas, povos das florestas, povos ciganos, povos quilombolas, povos e comunidades tradicionais, cultura alimentar, cultura LGBTQIAPN+, pessoa idosa e cultura DEF.	Nº de votos 121
5 ^a	Estabelecer tratados de integração cultural entre os países que formam parte da Amazônia, estabelecendo diretrizes para as regiões de fronteira e os corredores de integração cultural, como circuitos culturais, redes de intercâmbio, cooperação e convivência entre povos, além de criar um fórum permanente, com representação dos municípios de fronteira amazônica, para elaboração e implementação de políticas públicas de integração cultural e interlocução com os governos municipais, regionais e nacionais, bem como viabilizar planos e programas governamentais que garantam suporte e recursos para elaboração de projetos culturais transfronteiriços, com ênfase nas práticas interculturais e socioeconômicas sustentáveis dos povos indígenas e tradicionais que habitam a Amazônia. Sob essa perspectiva, assegurar um olhar diferenciado para o Norte e territórios Amazônico, pantaneiro e fronteiriços (visão NORTEada), com implementação de programas que prevejam difusão, formação, fomento, distribuição e memória, considerando as especificidades de cada estado da região, entendendo os territórios culturais e de fronteiras e seus desafios de logística e acesso (distâncias, infraestrutura de estradas precárias, trânsito fluvial e hidrovias afetadas pela emergência climática), a diversidade cultural e o Fator Amazônico, pantaneiro e fronteiriço (desenhado pelas suas fronteiras de floresta e águas que tornam o acesso extremamente difícil), de modo a promover a qualidade e alcance da internet e equipamentos tecnológicos para assegurar direitos de acesso, criação, produção e circulação de bens culturais. Para tanto, garantir fomento, considerando o Fator Amazônico e orçamento adequado a todas as realidades locais do país para a realização e viabilização regular de espaços de diálogo para articulação, debate e aperfeiçoamento de políticas públicas de cultura, vinculados aos conselhos municipais, estaduais e nacional de política cultural, tendo como referência os povos e comunidades tradicionais e originários, considerando a Lei 11.645/08, trabalhadores e fazedores da cultura, trabalhadores das áreas técnicas, mestres e mestras, jovens lideranças detentores de saberes tradicionais, grupos, coletivos e festas de culturas populares e tradicionais, o que inclui a cultura da infância em parceria com secretarias de educação, culturas urbanas, periféricas e de favela, cultura hip hop, capoeira,	Nº de votos 119

	caixaras, movimento junino, movimento funk, assentados de reforma agrária, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, povos de matriz africana e povos originários, de modo que os equipamentos culturais sirvam como uma forma de preservação e divulgação continua acessível em múltiplos formatos e dos saberes e fazeres, considerando a Convenção 169 da OIT, Decreto 6040, garantia de salvaguarda e proteção das expressões culturais, patrimônio genético e conhecimento tradicional associado em acordo com protocolos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Descentralizar e democratizar as políticas de fomento e financiamento às artes e à cultura por meio do Sistema MinC, garantindo a pactuação entre os entes federativos na formulação, planejamento, ampliação e efetivação de suas políticas, editais, programas, projetos e ações culturais com foco na participação social e em comunidades e municípios periféricos, acampamentos e assentamentos de reforma agrária e povos originários, consultando os dados a serem atualizados no Sistema Nacional de Informação de Indicadores Culturais (SNIIC) e/ou dos Mapas Culturais, visando a distribuição equânime dos recursos a partir do número de agentes culturais e não apenas do número de habitantes, a fim de garantir a acessibilidade de todas as pessoas, fortalecendo também a política de fomento cultural, através das transferências fundo a fundo, a exemplo da Lei Paulo Gustavo (LPG) e da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Para tanto, aprimorar a plataforma Mapa Cultural, para que se torne acessível a todos os fazedores de cultura e gestores culturais de forma que os municípios, estados e Distrito Federal tenham a responsabilidade da alimentação e manutenção com estratégia de busca ativa e oralidade dos povos de cultura de matriz africana, povos e comunidades tradicionais de terreiro de matriz africana, povos originários indígenas e ciganos, com a finalidade de identificar e cadastrar os fazedores de cultura a nível nacional, buscando assim, promoção de fomento, formação continuada e acessibilidade as políticas públicas de cultura, por meio de editais de iniciativa público e privada.	
--	--	--

6ª	Criação e implementação do Plano Nacional Cultura Infância, reconhecendo as crianças como prioridade absoluta nas políticas públicas, integrado ao Sistema Nacional de Cultura e fundamentado nos diversos marcos legais da cultura infância, a saber: (a) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990); (b) Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016); (c) Lei n.º 13.018/2014 (que institui a Política Nacional Cultura Viva, incluindo os pontinhos de cultura); (d) Implementação e regulamentação da Lei n.º 13.006/2014 (que obriga a exibição de filmes de produção nacional nas escolas) nas escolas públicas e privadas com e sem fins lucrativos, a partir do cineclubismo como espaço de convergência entre a comunidade escolar e seu entorno, incluindo nessa articulação MEC, MCTI e MinC; (e) Lei n.º 10.639/2003 (que reza sobre o ensino da história e cultura afro e afro-brasileira nas escolas); (f) Lei n.º 11.645/2008 (que ratifica a Lei 10.639, incluindo o ensino da história e cultura dos povos indígenas); (g) Lei n.º 12.244/2010 (que obriga instituições de ensino públicas e privadas a terem bibliotecas) e; (h) Art. 42 da Lei 13.146/2015 (LBI), que garante condições de acesso à cultura às pessoas com deficiência, incluindo as crianças.	Nº de votos 65
7ª	Elaborar um plano nacional de espaços culturais, com orçamento, programas permanentes e repasses fundo a fundo, para criar, implantar novos e conservar os espaços e equipamentos públicos multiculturais existentes, com financiamento para construção de centros culturais nos municípios e ampliação do programa de Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), bem como identificar e acolher a participação social na definição de projetos que reconheçam a diversidade cultural. Apoiar, adaptar, revitalizar, fiscalizar, manter e prover os espaços e equipamentos já existentes, tais como teatros, pontos de cultura, sedes de grupos artísticos com ação continuada, casas de acolhimento LGBTQIAPN+, pontos de memória, arquivos, museus, bibliotecas públicas, temáticas e comunitárias, pontos de leitura e centros culturais regionais. Facilitar ações locais de formação, capacitação e apoio aos grupos de cultura populares, povos originários, tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, povos das águas, povos das florestas, de matrizes africanas, fronteiriços,	Nº de votos 63

	ciganos, juremeiros, assentados, povos periféricos) e itinerantes, incentivando circuitos de intercâmbio, integração, produção e fluência das mais variadas manifestações artísticas e garantindo a descentralização, implementação de estratégias de acessibilidade e democratização do acesso à cultura. Criar, fortalecer e dinamizar em sua potencialidade as bibliotecas públicas, escolares, comunitárias, rurais, indígenas, quilombolas, temáticas, pontos de leituras, batalhas de rimas, poesias, <i>slam</i> , arquivos e museus, garantindo a formação e a permanência de bibliotecários, mediadores, profissionais de leitura, arquivistas e museólogos, incentivando a economia do livro com criação de editoras, livrarias, sebos, bem como facilitar o acesso a livros nas penitenciárias.	
8ª	Criar, formalizar e publicizar a Lei de Responsabilidade da Cultura, por meio de comissões com 2/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público, garantindo a criação de processos, mecanismos, plataformas e ferramentas acessíveis de pesquisa e, ainda, visando transparência por meio de dados abertos, indicadores, mapeamento, monitoramento, definição de metas, fiscalização e punição de gestores públicos que não cumpram as legislações e programas culturais.	Nº de votos 30
9ª	Criar no âmbito federal, nos estados, DF, territórios e municípios, um programa de iniciação e de formação continuada, por meio de criação de diretorias regionais e centros de formação que promovam cursos de qualificação técnica e profissional em múltiplos formatos acessíveis, em gestão e produção cultural, abordando assuntos como Plano Nacional de Cultura, Sistema Nacional de Cultura, editais de fomento e leis de incentivo à cultura, elaboração e realização de projetos e programas culturais, prestação de contas, <i>marketing</i> digital e utilização de ferramentas e tecnologias digitais para gestores, agentes culturais, trabalhadores e fazedores de cultura e a sociedade civil, priorizando a cultura popular, comunidades periféricas e tradicionais, principalmente as populações negras, quilombolas, povos de terreiro, povos indígenas, assentados dos territórios de reforma agrária, movimentos de povos urbanos, pessoas sem teto da zona urbana e rural, povos do mar, periféricos, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, pessoas não letradas e não alfabetizadas, mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas, povos ciganos, pardos, caboclos, afrodescendentes, pessoas com deficiência, neurodivergentes, povos de matriz africana, cultura de rua, hip hop, movimento geek, nômades artistas e circenses, refugiados, imigrantes, exilados, povos de fronteiras, grupos socialmente excluídos, expressões culturais invisibilizadas, identidades regionais, étnico-raciais, de gênero e sexualidade, cultura do campo, agricultura familiar, povos das águas, povos das florestas, cultura alimentar, culturas populares, caipira, parteiras, raizeiras, benzedadeiras, comunidades rurais e política Cultura Viva, por meio de parcerias com instituições públicas de ensino e secretarias de educação.	Nº de votos 22
10ª	Criar um programa federal de auxílio financeiro (bolsa artista), para apoiar e incentivar artesãos locais, artistas e técnicos de cultura em situação de vulnerabilidade social e famílias que possuam crianças e adolescentes participando de projetos culturais. Aperfeiçoar o vale-cultura, criado pela lei nº 12.761/2012, com ampla campanha para a adesão de novas empresas, e atualizar o valor do repasse ao trabalhador, sem que esse valor seja descontado do seu salário. Rever o papel do BNDES para fortalecer suas ações em políticas públicas que visem ao fomento da cultura em seus mais diversos âmbitos.	Nº de votos 14
11ª	Realização de uma grande Caravana Nacional de Cultura, com uma etapa preparatória de levantamento de dados sobre os artistas, técnicos e demais trabalhadores da cultura, produtores, arquitetos e urbanistas que fazem parte da cultura brasileira, grupos culturais, mestres e mestras da cultura popular e saberes indígenas e tradicionais, organizada pelo Ministério da Cultura, com participação interministerial, de modo que o Governo Federal e as equipes do Minc e suas instituições vinculadas (FUNARTE, IBRAM, ANCINE etc.) tenham contato com a realidade do setor cultural brasileiro nos mais diversos territórios, de modo a construir um mapeamento por meio de relatório geral com indicadores acerca das defasagens existentes nas gestões estaduais e municipais de cultura, a situação dos equipamentos culturais públicos e o andamento da aplicação do Sistema Nacional	Nº de votos 10

	de Cultura (Conselho, Plano e Fundo) nos estados e municípios. Garantir que a Caravana Nacional da Cultura tenha ampla participação da sociedade civil, por meio da mobilização de associações culturais, espaços culturais, pontos de cultura e memória, museus e bibliotecas comunitárias, assentamentos da reforma agrária, assim como povos originários, povos tradicionais, quilombolas, povos do mar, caiçaras e ribeirinhos, comunidades periféricas, pessoas com deficiência e comunidade LGBTQIAPN+, de modo a instituir, fortalecer ou implementar os comitês de cultura vinculados ao Ministério da Cultura (MinC) durante a passagem da caravana nos estados e municípios.	
12ª	Criar e garantir a manutenção de cadeiras dos segmentos voltadas à cultura LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais, povos do campo, águas e florestas, povos de matriz africana, povos originários, ciganos, imigrantes, refugiados, cultura hip hop, capoeira, mulheres, idosos, pessoas em situação de vulnerabilidade, assentados de reforma agrária, trabalhadores das áreas técnicas, em órgãos federais de cultura e órgãos estaduais e municipais de cultura, conselhos culturais, comissões de avaliação de projetos culturais e demais espaços de decisão da política cultural, assegurando a participação destes públicos em conferências, fóruns e encontros em igualdade de condições. Além disso, retomar o Comitê Técnico de Cultura LGBTQIAPN+ ligado à Secretaria Executiva do Ministério da Cultura (MinC).	Nº de votos 10
13ª	Criar políticas através de programas que contemplem editais, convênios, repasses diretos, patrocínios e que sejam regionalizados, desburocratizados e acessíveis, que visem promover a arte, a cultura, a arquitetura, o urbanismo e as manifestações populares nas regiões e municípios do interior brasileiro, distantes das capitais e do eixo litorâneo, garantindo uma divisão equânime dos recursos e contemplando todas as regiões administrativas de cada estado, com editais anuais exclusivos para os territórios amazônico, fronteiro e pantaneiro, quantitativo de vagas para os estados da Amazônia Legal e política de cotas para os municípios de pequeno e médio porte. Garantir financiamento anual fundo a fundo do Fundo Nacional de Cultura, de no mínimo 2%, pactuado entre os três entes federados, para assegurar a criação, manutenção e expansão de conselhos locais de cultura, com representatividade efetiva de todas as linguagens artísticas, expressões culturais e setoriais, respeitando as particularidades regionais de cada localidade e promovendo formação e rede entre conselhos municipais, estaduais, distrital e nacional.	Nº de votos 6
14ª	Fortalecer as políticas de chamamento público, implementando leis permanentes de incentivo à cultura que visem simplificar e desburocratizar os editais de fomento à cultura, de modo a: (a) tornar sua linguagem mais acessível; (b) facilitar os processos de inscrição; (c) promover o uso de ferramentas audiovisuais, bem como o aceite de projetos por meio da oralidade; (d) democratizar os processos de seleção dos projetos e concessão dos recursos; (e) criar ouvidorias culturais para garantir maior transparência e divulgação dos editais e de seus resultados.	Nº de votos 5
15ª	Fomentar e fortalecer calendários culturais regionais, incluindo-os nos calendários oficiais dos estados e municípios, de modo a promover, inclusive no âmbito nacional, a divulgação, o acesso e a democratização da diversidade cultural e dos bens culturais de cada região, criando um programa de apoio a um calendário de eventos anual.	Nº de votos 3

IDENTIDADE, PATRIMÔNIO E
MEMÓRIA

EIXO 3



Eixo 3: Identidade, Patrimônio e Memória

1ª	Dar continuidade à Política Nacional de Proteção e Valorização dos Conhecimentos e Expressões das Culturas Populares e Tradicionais (atual meta 4 do PNC) sob articulação do Ministério da Cultura, tendo como prioridades: (a) Elaboração e implementação de um Plano Nacional para as Culturas Populares e Tradicionais que reconheça e promova os povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiro de matriz africana, povos ciganos, povos negros, quilombolas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e neurodivergentes, ribeirinhos, comunidades rurais, mestres e mestras da cultura popular, povos fronteiriços, povos circenses, imigrantes e refugiados, culturas urbanas, hip hop, funk, povos do campo, assentados da reforma agrária, entre outros, considerando o Fator Amazônico, assegurando o protagonismo destes nas diversas etapas dos processos de tomada de decisão; (b) Aprovação da Lei dos Mestres e da Lei do Patrimônio Vivo, garantindo bolsas vitalícias concedidas por instituições de ensino públicas e/ou privadas, equiparadas às bolsas de doutorado e mestrado; (c) Destinação de 30% do orçamento da Política Nacional Aldir Blanc para esse segmento; (d) Parcerias com instituições de ensino e pesquisa, públicas ou privadas, para a outorga de títulos de notório saber e inclusão remunerada dos mestres e mestras como professores nas universidades, institutos federais e escolas das redes públicas, museus, arquivos e bibliotecas, colaborando com a efetivação da lei 11.645/2008; (e) Incremento e simplificação dos processos de tombamento e registro, garantindo a responsabilização dos entes federativos pelas ações de preservação e salvaguarda em uma gestão compartilhada com a sociedade civil; (f) Criação de Pontos de Cultura e Pontos de Memória nas comunidades objeto deste programa.	Nº de votos 100
2ª	Promover a criação e manutenção do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural e fortalecimento do Sistema Brasileiro de Museus, em articulação com o Sistema Nacional de Cultura, identificando responsabilidades dos entes federativos e criando o Fundo Nacional do Patrimônio Cultural e o Fundo Nacional de Proteção à Memória e Museus, bem como fundos setoriais para arquivos, bibliotecas públicas e comunitárias, cinematecas, instituições de preservação de acervos audiovisuais iconográficos, acervos arqueológicos e acervos ferroviários, garantindo o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura, de modo a ampliar a destinação de recursos aos entes federativos e instituições federais, de maneira equitativa entre capitais, municípios do interior e periféricos, para a criação e manutenção de centros de memória e vivência cultural, museus, bibliotecas, arquivos, sítios arqueológicos, espaços de memória da moda brasileira e ancestral que observem as ferramentas, a confecção e a indumentária da moda do país, além de projetos educativos e inventários participativos dos bens culturais. Criar políticas e planos setoriais de patrimônio cultural e museus para promover o mapeamento, registro, pesquisa, tombamento, repatriação, restauração dos patrimônios, manutenção e preservação dos patrimônios naturais e ancestrais, históricos e culturais, materiais e imateriais, conforme art. 216 da CF/88, fortalecendo estratégias de fomento aos espaços de memória e às instituições representativas na salvaguarda dos patrimônios culturais, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Fundação Palmares, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Além disso, garantir que a distribuição de recursos seja feita de forma equânime, considerando aspectos étnicos, linguísticos, culturais, bem como características regionais, históricas e socioculturais, objetivando reparações históricas aos povos negros, pardos, indígenas, quilombolas,	Nº de votos 93

	ciganos, nômades, do carimbó, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, neurodivergentes, cultura de rua, populações relacionadas à memória da dor (atingidos por barragens, encarcerados e mortos pela ditadura, entre outros), mulheres, pessoas trans e não binárias, hip hop, FUNK, refugiados, pessoas em situação de rua, idosos e demais populações periféricas e de favela, ribeirinhos, povos circenses, fronteiriços, imigrantes e outros grupos invisibilizados levando em consideração o Fator Amazônico e garantindo a ampla participação da sociedade civil. Assegurar, em todos os estados, políticas públicas de preservação e gestão do patrimônio cultural e marcos legais e institucionais com previsão de recursos orçamentários, repasses aos estados, Distrito Federal e municípios, incentivos fiscais para garantir programas, projetos e mecanismos de fomento, estímulo, para ações de pesquisa, registro, catalogação, preservação, valorização, difusão, acesso, promoção, proteção e salvaguarda, reconhecendo o direito à história, memória, identidade e diversidade cultural, efetivando os sistemas, por meio da promoção de políticas públicas de preservação da materialidade e imaterialidade dos bens culturais, de modo a: (a) identificar, mapear, implantar e reconhecer espaços de difusão e memória; (b) fomentar a pesquisa e o registro de bens culturais; (c) criar espaços de diálogo com a sociedade civil; (d) cartografar a diversidade das expressões culturais brasileiras, contemplando a multiplicidade étnica, cultural, territórios e biomas, no passado e no presente, considerando a parceria com o MEC na implementação das Leis 10639/03 e 11.645/08 e regionalizando histórias e culturas invisibilizadas nas diretrizes curriculares.	
3ª	Criar uma política descentralizada específica, localizada e acessível de educação cultural, popular, patrimonial e museal, com planos e programas intersetoriais em espaços formais e informais (como quilombos e praças, entre outros) e numa estrutura interministerial, articulando as políticas culturais de museologia social e educação museal, educação patrimonial, educação intercultural, integral e integrada alocadas no IBRAM e IPHAN, Fundação Cultural Palmares e Ministério da Educação, como estratégias de reparação histórica de populações subalternizadas, priorizando a construção coletiva e participativa de programas, projetos e ações com os diferentes grupos sociais e valorizando o território, autogestão da memória e o protagonismo desses grupos na identificação e gestão de suas referências culturais. Garantir a inclusão do ensino das artes, cultural, patrimonial e museal nos currículos escolares, de modo a promover a elaboração de projetos culturais educativos, que envolvam a integração da educação com a cultura, o fortalecimento de redes de apoio do cadastro do Cultura Viva, colaboração e reconhecimento do patrimônio cultural e natural, o estímulo a práticas e ações educativas em museus de conservação e preservação patrimonial e estímulos de práticas educativas em museus e memórias LGBTQIAP+. Além disso, promover: (a) o desenvolvimento de pesquisas qualitativas e quantitativas, publicações, cartilhas, tecnologias digitais, conteúdos culturais educativos e materiais didáticos específicos e localizados; (b) a contratação de profissionais das áreas artísticas, patrimoniais e culturais nas escolas; (c) a formação de profissionais da educação, com mecanismos de acompanhamento, avaliação e formação e educação continuada; (d) a criação de cursos continuados de nível técnico e superior que abordem a preservação do patrimônio cultural; (e) a realização de rodas de conversas e de leitura, feiras literárias, exposições, saraus, oficinas, cursos, eventos, bibliotecas, arquivos, programas de formação cultural e intercâmbios com espaços culturais;	Nº de votos 89

	(f) a valorização, preservação e a divulgação das manifestações culturais e das profissões artísticas, tais como: dança, teatro, música, capoeira, audiovisual (produção, preservação e difusão de acervos), artesanato, culturas urbanas, artes visuais, circo, cultura hip-hop, funk, literatura, design e culturas tradicionais, os povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiros de matriz africana, povos ciganos, povos negros, quilombolas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e neurodivergentes, ribeirinhos, comunidades rurais, mestres e mestras da cultura popular, povos fronteiriços, povos circenses, imigrantes e refugiados, culturas urbanas, povos do campo, assentados da reforma agrária, entre outros, considerando o Fator Amazônico. Dialogar com o comitê técnico interministerial de cultura e educação.	
--	---	--

4ª	Criar e implementar uma Política Nacional de valorização das identidades culturais de bem viver, por meio do apoio ao reconhecimento, à produção, difusão e salvaguarda da arquitetura e urbanismo populares e anti-hegemônicos como direito e estratégia de integração cultural e territorial, bem como da valorização contínua dos saberes e fazeres dos diferentes grupos, povos e comunidades, através: (a) da educação e formação profissional oferecida por mestres e mestras dos territórios sendo centros de memória e cultura viva; (b) do mapeamento e inventário sociocultural e socioambiental das iniciativas já existentes; (c) da elaboração de instrumentos de fomento direto com distribuição dos fundos de forma equânime em todos os territórios; (d) da cocriação e construção coletiva de micro intervenções e do desenvolvimento, qualificação e manutenção de edifícios e espaços públicos e de base comunitária, fixos ou itinerantes, com impacto ambiental e social positivo e acessibilidade universal; (e) do serviço permanente de assessoria e assistência técnica de arquitetos e urbanistas; (f) da criação de instâncias participativas de acompanhamento, monitoramento e gestão compartilhada dos patrimônios culturais, naturais e ancestrais e da arquitetura da paisagem (rural e urbana), priorizando os povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiros de matriz africana, povos ciganos, povos negros, quilombolas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e neurodivergentes, ribeirinhos, comunidades rurais, mestres e mestras da cultura popular, povos fronteiriços, povos circenses, imigrantes e refugiados, culturas urbanas, hip hop, funk, povos do campo, assentados da reforma agrária, entre outros, considerando o Fator Amazônico; (g) da internacionalização da cultura e dos saberes e fazeres dos mestres da cultura, através da realização de festivais de música, exposições, saraus, oficinas, cursos e outros eventos em espaços e equipamentos culturais no exterior; (h) do monitoramento contínuo e fiscalização específica com publicação de relatórios periódicos da proteção do patrimônio cultural natural dentro das poligonais de tombamento nos estados abrangidos pela reserva da biosfera.	Nº de votos 86
-----------	---	--------------------------

5ª	Criar e implementar políticas públicas para valorizar e fortalecer a salvaguarda dos bens culturais e de ciência e tecnologia, promover a comunicação e atualizar periodicamente os acervos de arquivos históricos, garantindo o seu acesso público, através de um banco de dados digital unificado e publicações impressas, compostos por acervos dos três níveis da federação. Garantir o fomento aos acervos públicos e privados, por meio de editais e políticas públicas, de modo a promover: (a) a digitalização dos acervos referentes aos patrimônios material, imaterial e natural, garantindo sua preservação; (b) o fomento a ações para proteção e armazenamento de acervos representativos da produção cultural brasileira, tais como: acervos de música, de dança, de arquitetura e urbanismo, arqueológicos, de design, de cinema, de teatro, da moda,	Nº de votos 84
-----------	--	--------------------------

	do artesanato e cultura popular, das culturas indígenas, da cultura afro-brasileira e outros acervos referentes aos segmentos e manifestações representativos do povo brasileiro; (c) o fomento à pesquisa documental e aos meios necessários para tornar o acervo acessível às pessoas com deficiência; (d) um inventário documental que promova o registro dos territórios brasileiros e suas especificidades, com ênfase nos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiros de matriz africana, povos ciganos, povos negros, quilombolas, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e neurodivergentes, ribeirinhos, comunidades rurais, mestres e mestras da cultura popular, povos fronteiriços, povos circenses, imigrantes e refugiados, culturas urbanas, hip hop, funk, povos do campo, assentados da reforma agrária, entre outros, considerando o Fator Amazônico e evidenciando a diversidade dos aspectos artísticos e culturais brasileiros.	
--	---	--

6ª	Criar um programa nacional de sustentabilidade, popularização e democratização do acesso aos museus, arquivos e bibliotecas, garantindo o fomento direto para a criação e dinamização de museus tradicionais, museus digitais, museus de base comunitária, centros de referência e casas de memória, em todos os estados, municípios e no Distrito Federal, bem como onde existir coleções e museus universitários, com disponibilização de recursos para infraestrutura, pesquisa, formação de técnicos, contratação e permanência das equipes de educadores museais e realização de inventários histórico culturais. Além disso: (a) criar Museu Arqueológico e Paleontológico, Núcleo de Estudo e Pesquisa em Arqueologia e Centro de Referência Nacional dos povos Afrodescendentes; (b) propor alteração da Lei nº 11.904/09 (que institui o Estatuto de Museus), visando promover a valorização da cultura viva dos povos originários, povos ciganos e dos povos de matriz africana, das populações periféricas e dos mestres das culturas populares e tradicionais nos processos museológicos, nas tipologias de museus existentes e nos seus diversos arranjos de gestão, para de fato serem acessíveis e inclusivos; (c) recriar o Instituto Nacional do Livro com um novo enfoque e missão adaptados aos desafios contemporâneos; (d) promover políticas itinerantes museais e patrimoniais com intuito de difusão de acervos e expressões, priorizando municípios de difícil acesso ou desassistidos, garantindo isonomia para os projetos artístico-culturais e patrimoniais e priorizando a Região Norte do país, onde 70% não têm acesso a estradas.	Nº de votos 30
7ª	Criar, ampliar e implementar políticas públicas com previsão de recursos orçamentários nas áreas de construção, restauração, manutenção, proteção, fomento, divulgação, capacitação de técnicos e artistas e acesso a museus, arquivos, bibliotecas públicas e comunitárias, cinematecas, instituições de preservação de acervos audiovisuais, centros de documentação e memória, casas de cultura, edificações históricas, centros de referência, pontos de memória, espaços culturais e patrimônios materiais, naturais e imateriais, revitalizando os espaços de rito, festa e cerimônias culturais e/ou tradicionais, ampliando os espaços físicos e virtuais de guarda, conservação e pesquisa de acervos e garantindo a transparência na gestão desses espaços, de modo a preservar e valorizar linguagens, conhecimentos, memórias e narrativas dos fazedores de cultura em todo Brasil.	Nº de votos 29
8ª	Criar, efetivar e ampliar instrumentos de monitoramento, relatoria e fomento para a proteção de territórios, biomas e patrimônios naturais relacionados ao fazer cultural, em especial de coletivos, grupos e manifestações de culturas populares, povos originários e culturas tradicionais, em todo território nacional.	Nº de votos 24

9ª	Apoiar e instituir políticas públicas nacionais específicas de diversidade cultural, museal e patrimonial, financiadas pelo Ministério da Cultura, para a valorização e reconhecimento do patrimônio e da memória LGBTQIAPN+ pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM; contemplando a expansão, criação e manutenção de centros de referências de memória e museologia social LGBTQIAPN+ que promovam manutenção de iniciativas de museus comunitários e de memória e museologia social LGBTQIAPN+ em todo território nacional, não se limitando às capitais e grandes centros, que mantenham arquivos e reservas técnicas, contendo memórias e fazeres da comunidade LGBTQIAPN+. Garantir a promoção contínua de políticas de reconhecimento, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da cultura transformista e drag e das paradas do orgulho LGBTQIAPN+ em sua diversidade territorial (periféricas, interioranas, litorâneas e capitais), como patrimônios imateriais e realizar o mapeamento de outras manifestações LGBTQIAPN+ que possam ser reconhecidas da mesma forma, estabelecendo, ainda, como critérios para execução das políticas públicas de fomento, manutenção e patrocínio, as parentalidades LGBTQIAPN+, a acessibilidade para pessoas com deficiência no consumo e na produção da arte, as racialidades, recortes de classe e regionalidades.	Nº de votos 17
10ª	Garantir e fiscalizar as parcerias com instituições e coletivos culturais para tornar política pública a educação patrimonial e museal, garantindo a formação continuada de agentes culturais, fazedores de cultura, gestores, pesquisadores, professores, educadores, detentores do patrimônio e mestres da cultura popular, de modo que possam mapear, identificar, documentar, diagnosticar e propor políticas de conservação, proteção e salvaguarda do nosso patrimônio cultural material, imaterial e natural, desenvolvendo as questões de sustentabilidade econômicas, sociais, ambientais e culturais.	Nº de votos 16
11ª	Efetivar o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, por meio de programas de fomento e repasse direto para estados, municípios e ONGs, enfatizando ações desenvolvidas no campo do patrimônio cultural, material, imaterial e natural e da promoção do direito à memória, através da elaboração de cartografias.	Nº de votos 7
12ª	Exigir dos poderes legislativos federal, estadual, distrital e municipal a obrigatoriedade de submeter aos órgãos de patrimônio a condução dos processos de patrimonialização, garantindo a submissão ao Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), aos Conselhos Estaduais de Políticas Culturais (CEPCs) e/ou do Patrimônio Cultural, ao Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal (CONDEPAC) e aos Conselhos Municipais de Política Cultural (CMPCs), garantindo a salvaguarda dos bens patrimoniais materiais e imateriais.	Nº de votos 5

**DIVERSIDADE CULTURAL
E TRANSVERSALIDADES
DE GÊNERO, RAÇA E
ACESSIBILIDADE NA POLÍTICA
CULTURAL**

EIXO 4



Eixo 4: Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural

1ª	Criar, de forma democrática e com participação social, uma política afirmativa de bolsas para artistas, fazedores e trabalhadores da cultura (Bolsa Cultura), garantindo a ampla inclusão e participação de populações e grupos historicamente invisibilizados, como mulheres, pessoas negras, quilombolas, ciganos, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos tradicionais de terreiros de matriz africana, povos nômades e em mobilidade territorial, circenses, população LGBTQIAPN+, povos e comunidades tradicionais, populações do campo, das águas e florestas, populações caboclas, balseiros, ribeirinhos, comunidades da agricultura familiar, população fronteiriça, população em situação de rua, artistas de rua, artistas do hip-hop, capoeiristas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, migrantes, imigrantes, apátridas, refugiados, pessoas idosas, crianças, pessoas com deficiência, pessoas com neurodivergência, egressos do sistema prisional e demais fazedores de cultura invisibilizados socialmente.	Nº de votos 132
2ª	Criar diretrizes específicas dentro do Plano Nacional de Cultura (PNC), considerando o Fator Amazônico, para culturas e fazedores de culturas historicamente invisibilizadas, respeitando a diversidade cultural, em todas as dimensões de acessibilidade e a transversalidade de raça e gênero, estimulando uma política de enfrentamento ao racismo e quaisquer tipos de preconceitos religiosos e linguísticos, em articulação com o plano nacional de promoção da Igualdade Racial e demais políticas de enfrentamento ao capacitismo, machismo, LGBTQIAPN+fobia, xenofobia, etarismo, sexismo e intolerâncias correlatas nas políticas de promoção cultural.	Nº de votos 117
3ª	Garantir, potencializar e financiar a implementação da Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018/14) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como a elaboração, criação e implementação do Programa Nacional de Cultura dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas, considerando a diversidade de mulheres, negros e negras, quilombolas, ciganos, povos indígenas, povos de cultura de matriz africana, povos tradicionais de terreiros de matriz africana, povos nômades e em mobilidade territorial, povos e comunidades tradicionais, populações do campo, das águas e florestas, populações caboclas, comunidades da agricultura familiar, população LGBTQIAPN+, população fronteiriça, população em situação de rua, artistas de rua, artistas do hip-hop, capoeiristas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, migrantes, imigrantes, apátridas, refugiados, idosos, crianças, pessoas com deficiência, neurodivergentes, pessoas em privação de liberdade, egressos do sistema prisional e demais fazedores de cultura invisibilizados socialmente, bem como fazedores de cultura brasileira no exterior.	Nº de votos 108
4ª	Criar Programa Nacional de Formação Continuada de responsabilidade do poder público, inclusive com cursos virtuais e etapas obrigatórias de treinamento qualificado anticapacitista, para acesso a mecanismos de fomento direto e indireto pelo Ministério da Cultura, com a participação de entidades representativas e em parceria com Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome,	Nº de votos 107

	Ministério do Turismo, Ministério do Trabalho, Ministério da Comunicação e Conselho Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, para promover a qualificação cultural de estudantes, educadores, gestores eazedores de cultura, garantindo: (a) a conscientização sobre a importância da diversidade, identidade e acessibilidade cultural; (b) o enfrentamento do racismo, da LGBTQIAPN+fobia, do capacitismo, da misoginia, do feminicídio, do genocídio da população negra, do extermínio dos povos indígenas, da intolerância religiosa, racismo religioso e das demais formas de violência, opressão, desinformação, discriminação e preconceito; (c) treinamento qualificado anticapacitista no uso de recursos de acessibilidade em seus diversos prismas, como arquitetônico, digital, cultural, programático, metodológico, estético, natural, atitudinal, instrumental e comunicacional, entre outros; (d) o letramento cultural, racial, de gênero e sexualidades, de acessibilidade e de povos tradicionais e originários, pessoas migrantes, indígenas e de matriz africana e outras diversidades nas escolas, setor público e espaços culturais, respeitando as realidades dos estados de fronteiras geográficas, e as línguas faladas no território; (e) o fortalecimento da pedagogia griô e da cultura hip hop, como pedagogia de base periférica, no sistema de educação básica e unidades de atendimento socioeducativo, bem como a integração de programas artísticos e culturais nas escolas, ofertando educação cultural com base nos sabores, fazeres e saberes tradicionais e de base comunitária, para incentivar o contato dos estudantes com as expressões da diversidade desde a infância; (f) a transversalidade da cultura com temáticas da educação, saúde e assistência social, bem como com questões econômicas, históricas e socioambientais; (g) a promoção de campanhas de conscientização e processos formativos, intercâmbios, vivências, palestras e oficinas entre artistas, estudantes e trabalhadores da cultura, que reconheçam e divulguem nas escolas, museus, pontos e pontões de cultura, centros culturais, universidades, bibliotecas, arquivos e espaços públicos em geral, as iniciativas, lutas e culturas invisibilizadas dos povos indígenas, tradicionais, povos de matrizes africanas, quilombolas, juventudes, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, pessoas com neurodivergência, comunidades linguísticas, povos ciganos, mulheres, pessoas negras e demais populações e grupos apagados da história, possibilitando que as vozes silenciadas e desprezadas se manifestem através de marcos legais, políticas públicas, programas e projetos que promovam a história, memória e cultura dos grupos interseccionais oprimidos; (h) reformulação junto ao Ministério de Educação do currículo dos cursos de licenciatura no ensino superior para inclusão das questões de acessibilidade; (i) formação para uso da linguagem neutra.	
5ª	Garantir a reparação histórica para os povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, comunidades rurais, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, juventudes e demais populações periféricas e de favela, vulnerabilizadas, desassistidas e invisibilizadas, de modo a promover: (a) a implementação de políticas afirmativas e pontuações extras em editais, levando em conta o notório saber dos povos e comunidades tradicionais pautados na oralidade, contemplando pessoas físicas e empresas vocacionadas; (b) a ampliação de políticas de fomento financeiro e de formação de agentes culturais; (c) a inclusão de pessoas que possuam a vivência e a identidade cultural de seus territórios no corpo dos conselhos de cultura; (d) o acesso facilitado a festivais, apresentações e equipamentos culturais; (e) políticas de territorialização que contemplem de maneira equânime a todas as regiões do país, com ênfase nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e regiões das	Nº de votos 99

	fronteiras, tais como editais exclusivos e descentralização do recurso para cidades de pequeno e médio porte; (f) realizar o mapeamento e cadastramento, através de busca ativa, nos territórios dos grupos supracitados, a fim de garantir a participação destes nas políticas de fomento, oferecendo formação para a redação de projetos para editais.	
--	--	--

6ª	Promover e garantir legislações e políticas públicas inclusivas, transversais, interseccionais, antirracistas e anticapacitista, que fomentem a diversidade cultural e humana da sociedade, reconhecendo, valorizando e fortalecendo os diferentes grupos, povos, comunidades, práticas e manifestações culturais e artísticas, de modo a garantir: (a) a aplicabilidade dos dispositivos constitucionais que asseguram a liberdade de expressão e manifestação cultural; (b) a plena acessibilidade e a participação protagônica dos diversos segmentos culturais nas políticas públicas, ações, projetos, editais, agendas e eventos culturais; (c) atividades de formação continuada, qualificação, intercâmbio, profissionalização, trabalho e renda para artistas e agentes culturais enquadrados em grupos minorizados socialmente e racialmente; (d) recursos financeiros e incentivos culturais a temáticas que contemplem grupos minorizados e a ações multiculturais inclusivas que difundam a pluralidade cultural e étnica; (e) o direito ao nome social da população trans e travesti; (f) o combate a todo tipo de exclusão, preconceito e discriminação no âmbito da cultura, valorizando o resgate das narrativas, das linguagens, das expressões artísticas e da diversidade cultural de mulheres, negros, quilombolas, ciganos, povos indígenas, povos de matriz africana, povos tradicionais de terreiros, povos nômades e em mobilidade territorial, povos e comunidades tradicionais, populações do campo, das águas e florestas, populações caboclas, comunidades da agricultura familiar, população LGBTQIAPN+, população fronteiriça, população em situação de rua, artistas de rua, artistas do hip-hop, capoeiristas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, migrantes, imigrantes, apátridas, refugiados, idosos, crianças, pessoas com deficiência, neurodivergentes, egressos do sistema prisional e demais fazedores de cultura invisibilizados socialmente.	Nº de votos 64
7ª	Instituir, por meio de lei nacional específica, o Programa Mais Cultura nas Escolas, que contemple ações de equidade em harmonia com a Lei nº 10.639 de 2013, a Lei nº 11.645 de 2008 e demais marcos legais, considerando a transversalidade das diversidades de gênero, orientação afetivo-sexuais, relações étnico-raciais e participação das pessoas com deficiência, garantindo a acessibilidade.	Nº de votos 55
8ª	Criar uma política previdenciária para fazedores e técnicos da cultura, garantindo aposentadoria especial, contemplando com um olhar diferenciado e priorizando populações negras e quilombolas, população LGBTQIAPN+, povos tradicionais e originários, pessoas migrantes, comunidades linguísticas, mulheres negras, ciganos, povos de terreiro e de matriz africana, assentados, grupos de cultura urbana, nordestinos e nortistas, comunidades carentes e demais populações minorizadas.	Nº de votos 54
9ª	Elaborar projetos, nos âmbitos municipal, estadual e federal, de conscientização e expansão dos conhecimentos sobre a cultura de matriz africana, a fim de desconstruir o ideário distorcido existente e, para além disso, expandir sua tradição. Garantir campanhas educativas na grande mídia, em parceria com o Ministério da educação (MEC), Ministério da Igualdade Racial (MIR), Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Ministério das Mulheres e Secretaria de Comunicação Social (SECOM), sobre o racismo e a intolerância religiosa, contribuindo com a desconstrução do mito da demonização, somando-se ao apoio de políticas públicas ativas que desenvolvam a implementação da cultura negra na sociedade de forma ampla, fortalecendo a Lei nº 12.288/10 (que institui o Estatuto da Igualdade Racial) e a Lei nº 11.645/2008 (que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira na rede de ensino).	Nº de votos 50

10ª	Construir uma política interministerial entre o MinC e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), MEC, MAPA, MDHC, MIR, MPI e demais ministérios existentes e que venham a ser criados, que reconheça a existência e ação do racismo, xenofobia, capacitismo, LGBTQIAPN+fobia, misoginia e machismo estrutural, como a base para a construção e elaboração de políticas públicas de reparação que, no seu enfrentamento e combate, considere as suas várias camadas e dimensões, valorizando as tradições negras e quilombolas, população LGBTQIAPN+, povos tradicionais e originários, pessoas migrantes, comunidades linguísticas, mulheres negras, ciganos, povos de terreiro e de matriz africana, assentados, grupos de cultura urbana, nordestinos e nortistas, comunidades carentes e demais populações minorizadas. Assegurar especial destaque à construção de um outro modelo de segurança pública, gerando processo de responsabilidade sobre crimes discriminatórios que gerem multas a serem revertidas para os grupos atingidos, através da criação ou suplementação de linhas de fomentos ou fundos dos conselhos representativos.	Nº de votos 46
11ª	Criar plano e programa nacionais de popularização e democratização da acessibilidade na cultura e nas artes, bem como diretorias focadas na diversidade e na acessibilidade dentro das secretarias de cultura e conselhos consultivos para trabalhar esses temas junto aos gestores, garantindo: (a) ações de formação e qualificação anticapacitista em acessibilidade; (b) produção de materiais acessíveis; (c) grupos de trabalho para construção, parecer e avaliação de editais culturais; (d) acessibilidade em eventos culturais; (e) política de ações afirmativas e antidiscriminatórias e de valorização das pessoas com deficiência, das culturas afro-brasileiras, indígenas, hip hop, negros e quilombolas, população LGBTQIAPN+, povos tradicionais e originários, pessoas migrantes, comunidades linguísticas, mulheres negras, ciganos, povos de terreiro e de matriz africana, assentados, grupos de cultura urbana, nordestinos e nortistas, comunidades carentes e demais populações minorizadas; (f) captação de recursos financeiros para produções culturais destes grupos; (g) incentivo à participação e ao protagonismo efetivo destes públicos nos equipamentos culturais, nas artes e nas políticas de cultura, levando em conta o notório saber dos povos e comunidades tradicionais; (h) orçamento, fomento e financiamento para políticas que contemplem a acessibilidade em todos os seus múltiplos aspectos físicos, linguísticos, comunicacionais, atitudinais, metodológicos, arquitetônicos, estéticos e patrimoniais, de modo a assegurar, às pessoas com deficiência e aos grupos invisibilizados, o direito à fruição, produção e difusão da cultura.	Nº de votos 42
12ª	Reconhecer e garantir a cultura alimentar quilombola, indígena dos povos tradicionais, população LGBTQIAPN+, pessoas migrantes, comunidades linguísticas, mulheres negras, ciganos, povos de terreiro e de matriz africana, assentados, grupos de cultura urbana, nordestinos e nortistas, comunidades carentes e demais populações minorizadas, como marco em políticas estruturantes e de fomento, em consonância com a política de segurança alimentar e nutricional, valorizando os saberes, sabores e fazeres destes povos como patrimônio imaterial.	Nº de votos 39
13ª	Reestruturar, atualizar, ampliar e monitorar o Mapa da Cultura, implementando ações permanentes de estudo, pesquisa e mapeamento municipal, estadual, distrital e nacional das expressões artístico-culturais, bem como dos agentes, ocupações, atividades econômicas, espaços, eventos, projetos e editais da cultura, buscando contemplar toda a diversidade e transversalidade cultural existente e disponibilizando os resultados do mapeamento no site do Ministério da Cultura (MinC). Para realização deste mapeamento, criar um aplicativo do MinC que possibilite cadastro, formação e informação dos profissionais da cultura, com ampla divulgação e incentivos para o cadastro, que gere banco de dados de indicadores centralizados e sirva como ferramenta de pesquisa multifatorial e para agentes comunitários de cultura a serem contratados que residam e estejam em seus territórios para atuarem neles. Para tanto, realizar a busca ativa e cadastro cultural	Nº de votos 35

	de mestres e fazedores de cultura invisibilizados, identificando as demandas e necessidades regionais, de modo a viabilizar a realização e simplificação de editais específicos, a ampliação de vagas em editais já existentes e a implementação de políticas públicas e ações afirmativas que garantam a participação nesses editais e também nos conselhos, departamentos e comissões pertinentes, dessa diversidade e transversalidade (mulheres, negros, quilombolas, ciganos, povos indígenas, povos de matriz africana, povos tradicionais de terreiros, povos nômades e em mobilidade territorial, povos e comunidades tradicionais, populações do campo, das águas e florestas, populações caboclas, comunidade da agricultura familiar, população LGBTQIAPN+, população fronteiriça, população em situação de rua, artistas de rua, artistas do hip-hop, capoeiristas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, migrantes, imigrantes, apátridas, refugiados, idosos, crianças, pessoas com deficiência, neurodivergentes, egressos do sistema prisional e demais fazedores de cultura invisibilizados socialmente, bem como fazedores de cultura brasileira no exterior).	
14ª	Criar, oferecer, inserir, disseminar e financiar, nos âmbitos municipal, estadual e federal, cursos e oficinas de formação e qualificação técnica para artistas e produtores culturais, incluindo gestores públicos, de diferentes origens e identidades (mulheres, pessoas negras, quilombolas, ciganos, povos indígenas, povos de matriz africana, povos tradicionais de terreiros, povos nômades e em mobilidade territorial, circenses, população LGBTQIAPN+, povos e comunidades tradicionais, populações do campo, das águas e florestas, populações caboclas, balseiros, ribeirinhos, comunidades da agricultura familiar, população fronteiriça, população em situação de rua, artistas de rua, artistas do hip-hop, capoeiristas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, migrantes, imigrantes, apátridas, refugiados, idosos, crianças, pessoas com deficiência, neurodivergentes, egressos do sistema prisional e demais fazedores de cultura invisibilizados socialmente, bem como fazedores de cultura brasileira no exterior), de modo a promover uma maior participação deste público em editais federais, estaduais e municipais e garantir sua representatividade em eventos, exposições, festivais e outras manifestações culturais, contemplando as especificidades regionais.	Nº de votos 30
15ª	Elaborar e financiar projetos de mapeamento, conscientização e expansão dos conhecimentos sobre as culturas dos povos ciganos, nômades e pessoas em mobilidade territorial, bem como de campanhas educativas que promovam a visibilidade dessas comunidades, se somando a políticas de formação continuada, com amparo do Ministério da Educação (MEC).	Nº de votos 30
16ª	Realizar em todo o território nacional o mapeamento das mulheres negras e quilombolas empreendedoras para saber onde estão, o que estão fazendo e, assim, implementar recursos financeiros necessários para realização das potencialidades artístico-culturais e o fomento da economia criativa.	Nº de votos 25
17ª	Criar, estruturar, assegurar e fomentar políticas públicas culturais específicas para as faixas de fronteira, viabilizando o intercâmbio cultural entre os municípios, estados e países, possibilitando a criação de circuitos culturais que valorizam a identidade e a produção artística fronteiriça e promovendo eventos, festivais, mostras e oficinas que considerem as especificidades das comunidades de fronteira, no que diz respeito às trocas interculturais e às manifestações culturais dessas regiões.	Nº de votos 21
18ª	Promover a distribuição das chamadas públicas de fomento às políticas culturais e economia criativa em todos os estados e municípios, de modo permanente e com foco nas diversidades, garantindo que os editais: (a) incluam incentivos específicos, cotas e ações afirmativas, de no mínimo 70%, distribuídos entre juventudes, mulheres cis, trans e travestis, pessoas negras e quilombolas, população LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, povos tradicionais e originários, pessoas migrantes, mulheres negras, ciganos, povos de terreiro,	Nº de votos 20

	indígenas e de matriz africana, assentados, grupos de cultura urbana, nordestinos e nortistas, comunidades carentes e demais populações minorizadas; (b) instituir comissões de seleção e fiscalização com representatividade de todos os grupos da alínea A para verificação para vagas, do ponto de vista documental, por meio de declaração de reconhecimento e pertencimento étnico assinado por suas respectivas lideranças; (c) ofereçam pontuação extra para projetos culturais com responsabilidade ecológica; (d) proibam o financiamento público de atividades artísticas e culturais que promovam quaisquer formas de preconceito ou discriminação, assim como desclassificação das inscrições dos proponentes que estejam respondendo judicialmente a processos de violências sociais, incluído nos itens de vedações dos editais de fomento à cultura; (e) prevejam a obrigatoriedade de intérpretes de libras, audiodescrição, folders em Braille, abafadores, rampas, elevadores e demais garantias de acessibilidade em seus diversos prismas, como arquitetônico, digital, cultural, programático, metodológico, estético, natural, atitudinal, instrumental, comunicacional, entre outros, nos eventos culturais financiados e, na realização dos eventos, contratar trabalhadores da cultura DEF. Além disso, garantir a assessoria de acessibilidade pré-evento, piso tátil, segurança, brigadistas, manutenção dos recursos acessíveis, relatório de avaliação do público com e sem deficiência, fiscalização do MinC, seguir tabelas de referência, como por exemplo as da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Interpretes e Guia-Interpretes de Línguas de Sinais (FEBRAPILS) e Associação Brasileira de Audiodescrição (ABAD), bem como garantir a contratação de consultores com deficiência qualificados.	
19ª	Criar, democratizar e financiar o Programa Nacional para as Culturas Populares e Tradicionais, de forma conjunta com outros ministérios, dialogando e criando linhas de ações em parceria com Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério do Turismo, Ministério do Trabalho, Ministério da Comunicação e Conselho Nacional dos Objetivos dos Desenvolvimento Sustentável, reativando o Colegiado de Culturas Populares e Tradicionais para acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do programa, garantindo a paridade entre sociedade civil e poder público.	Nº de votos 20
20ª	Garantir e financiar a criação de festivais itinerantes entre estados da região amazônica, respeitando a diversidade cultural e incluindo setoriais diversos, através de políticas públicas e leis de incentivo, garantindo a exequibilidade do Fator Amazônico.	Nº de votos 20
21ª	Criar e assegurar a execução de editais de memória e ancestralidade, com ampla circulação, para promover a digitalização, preservação e difusão de registros culturais e audiovisuais de mulheres, negros e negras, quilombolas, ciganos, povos indígenas, povos de matriz africana, povos tradicionais de terreiros, povos nômades e em mobilidade territorial, povos e comunidades tradicionais, populações do campo, das águas e florestas, populações caboclas, comunidades da agricultura familiar, população LGBTQIAPN+, população fronteiriça, população em situação de rua, artistas de rua, artistas do hip-hop, capoeiristas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, migrantes, imigrantes, apátridas, refugiados, idosos, crianças, pessoas com deficiência, neurodivergentes, egressos do sistema prisional e demais fazedores de cultura invisibilizados socialmente, bem como fazedores de cultura brasileira no exterior, promovendo a formação de artistas comunicadores e o acesso às tecnologias de informação e comunicação, dando voz e visibilidade a suas próprias histórias e preservando suas tradições de maneira digital.	Nº de votos 18

22^a	Incluir a infância e adolescência enquanto públicos prioritários de políticas afirmativas dentro das políticas culturais de fomento e financiamento, inclusive como grupos prioritários na Instrução Normativa 10, de 28 de dezembro de 2023, garantindo a estas, que representam 17,15% da população brasileira, o acesso aos seus direitos culturais, considerando que estas não podem acessar os instrumentos democráticos por si mesmas, com a criação de editais específicos e de cotas e ações afirmativas para produção cultural voltada a este público, assegurando no mínimo 15% do orçamento de políticas públicas de cultura para a promoção de ações e atividades direcionadas à infância, assegurando a igualdade de acesso e considerando a diversidade de identidades das crianças e adolescentes.	Nº de votos 17
23^a	Garantir investimento federal para exaltar as culturas dos povos indígenas nos territórios, subsidiando os costumes originários, de modo que a oralidade seja aceita como condutora de inscrição em editais e que sejam respeitadas as tradições dos povos indígenas.	Nº de votos 16
24^a	Elaborar os editais em formatos acessíveis, utilizando ferramentas e linguagens inclusivas como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), Braille, audiodescrição, letras ampliadas e links para que as pessoas com deficiência, trans e travestis, pessoas negras e quilombolas, população LGBTQIAPN+, povos tradicionais e originários, pessoas migrantes, comunidades linguísticas, mulheres negras, ciganos, povos de terreiro, indígenas e de matriz africana, assentados, grupos de cultura urbana, nordestinos e nortistas, comunidades carentes e demais populações minorizadas descreverem suas necessidades específicas. Além disso, criar a Coordenação de Avaliação de Acessibilidade de Editais, no âmbito da Secretaria da Promoção da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (MinC), para analisar e fiscalizar os editais culturais, a fim de verificar se estão de acordo com as legislações pertinentes, garantindo que tal coordenação seja composta por técnicos voltados a questões de acessibilidade, obrigatoriamente pessoas com deficiência.	Nº de votos 14
25^a	Garantir a acessibilidade cultural plena e recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência e outros grupos como negros e quilombolas, população LGBTQIAPN+, povos tradicionais e originários, pessoas migrantes, comunidades linguísticas, mulheres negras, ciganos, povos de terreiro e de matriz africana, assentados, grupos de cultura urbana, nordestinos e nortistas, comunidades carentes e demais populações minorizadas, seguindo os demarcadores interseccionais de opressão, considerando gênero, raça, etnia e orientação sexual e promovendo: (a) a criação, adaptação e manutenção de espaços, estruturas, escolas tradicionais, do campo, itinerantes, indígenas e quilombolas, museus, arquivos, bibliotecas, teatros, galerias, cinemas, eventos, atividades e equipamentos destinados às manifestações culturais; b) o cumprimento da legislação de acessibilidade, com canais de denúncia, fiscalização e emissão de multas que sejam revertidas aos grupos afetados através de linhas de fomento; (c) a obrigatoriedade de empresários e órgãos públicos oferecerem acessibilidade nos locais destinados a eventos culturais e a contratação de funcionários com deficiência trabalhadores da cultura, de modo a assegurar que tais eventos tenham contratação de intérpretes de Libras e audiodescritores, panfletos e informes com escrita em Braille, letras ampliadas, estacionamento com vagas para pessoas com deficiência e idosos e links para as pessoas com deficiência descreverem suas necessidades específicas.	Nº de votos 12
26^a	Criar Bolsa Artista para trabalhadores da cultura com deficiência, neurodivergência e de baixa renda, que sejam autônomos ou independentes, e revisar a legislação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aposentaria por incapacidade de trabalho, que restringe as pessoas com deficiência e seus tutores legais a acessarem o mercado de trabalho, de modo a incluir nela a possibilidade de acesso dos beneficiários às políticas públicas culturais, através de editais, bolsas culturais e contratos para participação como agentes culturais em projetos temporários.	Nº de votos 10

27 ^a	Criar um programa que apoie a realização de projetos culturais que promovam a diversidade cultural, com ênfase nas expressões de gênero, raça, LGBTQIAPN+, etnias e acessibilidade (de mulheres, negros e negras, quilombolas, ciganos, povos indígenas, povos de matriz africana, povos tradicionais de terreiros, povos nômades e em mobilidade territorial, povos e comunidades tradicionais, populações do campo, das águas e florestas, populações caboclas, comunidades da agricultura familiar, população fronteiriça, população em situação de rua, artistas de rua, artistas do hip-hop, capoeiristas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, migrantes, imigrantes, apátridas, refugiados, idosos, crianças, pessoas com deficiência, neurodivergentes, egressos do sistema prisional e demais fazedores de cultura invisibilizados socialmente, bem como fazedores de cultura brasileira no exterior). O programa deverá fornecer financiamento e orientação técnica a iniciativas que valorizem as narrativas das comunidades afetadas por discriminações, bem como a projetos que contribuam para a sensibilização e a conscientização sobre a diversidade cultural e a inclusão, promovendo a diversidade, a equidade e a acessibilidade na política cultural brasileira, com enfoque na valorização das identidades e no enfrentamento de discriminações.	Nº de votos 4
28 ^a	Implantar ações afirmativas que garantam a formação profissional de pessoas com deficiência nos níveis de educação compatíveis, seguindo demarcadores interseccionais de opressão, considerando gênero, raça, etnia e orientação sexual, por meio de cursos, especializações e do Programa Jovem Aprendiz, de modo a promover a presença de pessoas com deficiência em todos os elos da rede produtiva das artes e da cultura. Assegurar, ainda: (a) um percentual mínimo de 10% de cada seguimento participante para pessoas com deficiência e neurodivergência nos espaços de decisão, comissões de seleção e de reserva de recursos e vagas em programas que contemplem o fomento à formação, qualificação, intercâmbio, criação, produção, difusão, pesquisa e extensão, reflexão e memória das artes e da cultura, com a meta de atingir 25% em 10 anos; (b) acessibilidade em todas as etapas; (c) cumprimento da legislação existente quanto à inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, através da criação de canais de denúncia específicos institucionalizados.	Nº de votos 2

**ECONOMIA CRIATIVA,
TRABALHO, RENDA E
SUSTENTABILIDADE**

EIXO 5



Eixo 5: Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

1ª	Criar um Sistema de Proteção Social para as/os trabalhadoras/es da cultura considerando as especificidades étnico-raciais, sociais, de acessibilidade, de pessoas com deficiência, culturais, artísticas e técnicas de cada região dentro da diversidade territorial, inclusive o Fator Amazônico, a partir da implementação de um cadastro único da cultura e atualização da Lei nº 6.533/78 e Lei nº 13.180/2015 para inclusão das novas atividades ainda não registradas; por meio do mapeamento e cadastramento das/os agentes culturais para atualização da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), com a intenção de incluir as categorias não abarcadas no Microempreendedor Individual (MEI); instituir o Ramo da Cultura na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), visando maior organicidade das/os trabalhadoras/es. Garantir os direitos trabalhistas, sociais, previdenciários e tributários, com aposentadoria especial às categorias que, no exercício da profissão, estão expostas à sazonalidade, intermitência, insalubridades, periculosidades e calamidades, viabilizando, ainda, algumas ações, como: fiscalização da atividade trabalhista, fomento, renda básica, plano de carreira, seguro desemprego, assistência social, habitacional e cuidados de saúde, incluindo trabalhadores formais e informais e de notório saber, das culturas, das artes, das áreas técnicas, do artesanato, do patrimônio cultural, da memória e dos museus.	Nº de votos 76
2ª	Garantir, aprimorar e fortalecer políticas públicas de apoio, fomento e financiamento à economia criativa e à cultura entre os entes federados, de modo a assegurar que sejam contempladas as diversidades territoriais e identitárias, incluindo o Fator Amazônico, assim como as especificidades dos setores criativos, nas diferentes etapas das cadeias produtivas do setor cultural e de tipo, porte (tamanho) e modelos de negócio, resguardando a atuação dos/as trabalhadores/as da arte e cultura, das áreas técnicas, do artesanato, das culturas itinerantes, do patrimônio, da memória e dos museus, mestres e mestras dos saberes originários, populares e tradicionais, bem como as demais áreas e setores da cultura, garantindo a desburocratização e a simplificação dos processos, considerando as singularidades culturais, étnico-raciais-sociais, de gênero e sexualidade e de acessibilidade para todos/as. Para tanto, nesta proposta elencamos as seguintes estratégias: (a) revisão de legislações para o desenvolvimento de políticas permanentes e estruturantes, ampliando a participação dos setores criativos supracitados no PIB do país, garantindo empregabilidade, geração de renda e, ainda, a estabilidade e sustentabilidade de grupos, agentes culturais e territórios; (b) criação da Agência Nacional de Fomento à Cultura e Economia Criativa, para viabilizar a acessibilidade e o financiamento de equipamentos para o desenvolvimento de produtos culturais e da economia criativa nos setores criativos supracitados; (c) criação de fundos específicos para a economia criativa e aprimoramento dos Fundos de Cultura, repasses fundos a fundo, mecanismos de isenção fiscal e criação de linhas de crédito que considerem as especificidades dos setores criativos supracitados, a juros baixos, com carência mínima de (01) um ano, incluindo parcerias público-privadas e sugerindo a participação dos bancos públicos, privados e comunitários, a exemplo de uma proposta de arrecadação direta e indireta de tributos da Rota Bioceânica, estabelecendo um corredor para a produção cultural ligada ao turismo e ao desenvolvimento socioeconômico do país e à diplomacia cultural e integração da América do Sul, contemplando a facilitação das condições	Nº de votos 71

	para exportação de bens e serviços culturais ao mercado internacional, contribuindo para a inserção do país no fluxo do comércio exterior; (d) contratação de percentual mínimo obrigatório de 50% de artistas, produtores e técnicos locais nos projetos culturais financiados através de leis e editais de incentivo cultural; (e) isenção fiscal para aquisição de material para execução, aprimoramento, preservação, conservação e restauro, estudo, seja de natureza física ou digital, aparelhos/maquinaria tecnológica ou instrumentos que provenham do exterior, como partituras, livros, maquinaria, matérias-primas, instrumentos musicais e outros, desde que não haja similares nacionais, de modo a democratizar o acesso a estes e desenvolvendo o setor e o fazedor de cultura em toda a sua potencialidade.	
3^a	Implementar os programas de formação na área da Cultura previstos na lei do Sistema Nacional de Cultura de forma regionalizada e descentralizada, com uma oferta formativa ampla, flexível e diversificada, a ser realizada em rede, em espaços formais e informais em todos os territórios brasileiros. O programa deve ser elaborado com a participação efetiva de representantes de instituições de ensino e pesquisa, da sociedade civil e da diversidade das áreas e segmentos técnicos, artísticos, culturais e da economia criativa, considerando a acessibilidade plena e a equidade social, étnico-racial, de gênero e territorial.	Nº de votos 61
4^a	Elaborar e implementar a Política Nacional de Economia Criativa, com instância de participação, incluindo fóruns, colegiados e conselhos. A política deverá contemplar programas intersetoriais de economia criativa com pactuação das responsabilidades e competências entre os entes federativos, em consonância com o Sistema Nacional de Cultura. A política deve estruturar programas voltados para os mapeamentos e a sistematização de indicadores que atendam às especificidades do setor cultural e seus impactos econômicos, de forma a trazer subsídios ao poder público, auxiliando-o numa gestão compartilhada mais eficaz e plural de financiamento, além de proteger as inúmeras linguagens, comprovando seu real impacto financeiro na economia, dando atenção às seguintes diretrizes: (a) inclusão do artesanato nas políticas e ações do plano, garantindo financiamento, mapeamento, formação e contemplação de artesãos e artesãs em seus respectivos territórios e segmentos; (b) criação de mecanismos para desonerar as taxas de impostos às Organizações da Sociedade Civil (OSC) e associações, para que estejam totalmente legalizadas e possibilitando, assim, que as mesmas busquem as empresas privadas para investir em projetos e arte; (c) estabelecimento e adequação dos marcos legais da economia criativa brasileira; (d) garantia dos direitos trabalhistas, previdenciários, administrativos, comerciais e de propriedade intelectual dos trabalhadores, profissionais e empreendedores das artes e da cultura; (e) redução dos entraves à circulação e à exportação de bens e serviços culturais; (f) sustentabilidade na perspectiva do bem viver; (g) democratização do acesso à arte e à cultura nas diversas regiões, garantindo a participação equitativa de todos os estados e as múltiplas configurações territoriais, levando em consideração o Fator Amazônico; (h) foco no empreendedorismo criativo, tendo como prioridade facilitar e desburocratizar o acesso à política por parte de comunidades tradicionais, cooperativas e associações culturais, agricultores familiares, agentes da cultura alimentar, mestres/as populares, produtores, técnicos e fazedores de cultura, culturas afro-brasileiras, afro-indígenas e povos de comunidades tradicionais, culturas itinerantes e brincantes; (i) retomada da isenção fiscal do Vale Cultura e reajuste de seu valor, incluindo novos públicos, priorizando juventudes, idosos, estudantes, servidores e funcionários públicos e beneficiários de programas sociais dos governos federais, estaduais,	Nº de votos 55

	municipais e do Distrito Federal, garantindo a estruturação e formalização das cadeias produtivas da cultura e o acesso à arte e à cultura; (j) valorização da força de trabalho do setor público da cultura com a realização de concursos públicos nas esferas municipal, distrital, estadual e federal, conjuntamente com a consolidação de planos de carreiras que possam valorizar o preparo técnico, formação, experiência e o notório saber (inclusive a oralidade dos mestres/as quilombolas e indígenas, entre outros/as); (k) criação de políticas setoriais para a economia das artes, do patrimônio cultural, da memória e dos museus, entre outros setores criativos.	
--	--	--

5ª	Fortalecer o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), garantindo integração com os sistemas correlatos estaduais, distritais e municipais, ampliando a rede de observatórios da economia criativa e demais observatórios culturais existentes em todas as esferas de governança para sistematizar a gestão do conhecimento em escala nacional e medir indicadores de atividades culturais, de modo a embasar a criação e a manutenção de políticas públicas para a cultura, além de pesquisas para o fortalecimento do campo do capital criativo humano, dialogando com ferramentas já existentes nos diversos entes federados.	Nº de votos 39
-----------	--	----------------------------------

**DIREITO ÀS ARTES E
LINGUAGENS DIGITAIS**

EIXO 6



Eixo 6: Direito às Artes e Linguagens Digitais

1ª	Criar e implementar os sistemas setoriais das artes com todos os seus elementos (colegiados, planos e fundos setoriais), integrados ao Sistema Nacional de Cultura e em convergência com o Plano Nacional de Cultura e a Política Nacional das Artes (PNA), garantindo a acessibilidade plena, a exequibilidade do Fator Amazônico e áreas de difícil acesso, atuando de maneira efetiva na mitigação das desigualdades para produção e garantindo a inclusão das populações LGBTQIAPN+, negras, com deficiência, periféricas e de favela, povos do campo, das águas e florestas, pessoas idosas, infâncias, quilombolas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiro de matriz africana, indígenas, em situação de vulnerabilidade, população em situação de rua, pessoas egressas do sistema prisional, pessoas em conflito com a lei, pessoas neurodivergentes, cultura para saúde mental, pessoas refugiadas, comunidades circenses, ciganos e nômades, comunidades ribeirinhas e litorâneas, respeitando as interseccionalizações necessárias à nossa população, em todo o território nacional.	Nº de votos 154
2ª	Criação e implementação de Instituições setoriais específicas, tais como a Agência Nacional da Música e o Instituto Brasileiro de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, entre outras, e a criação dos fundos de fomento aos setores culturais e artísticos, em consonância com as demandas, necessidades e especificidades de cada setor, além do fortalecimento de instituições setoriais existentes, garantindo a acessibilidade plena.	Nº de votos 137
3ª	Fomentar, implementar e apoiar circuitos e festivais culturais dos povos indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhas, afro e afrodescendentes, com estímulo à produção da cultura digital, que contemplem as diferentes linguagens artísticas e apoiando artistas a aprimorar o uso da tecnologia para criação artística, valorizando a pluralidade das etnias existentes em todo território nacional, com a participação das instituições públicas de ensino federais, estaduais e distritais. A criação dos circuitos e festivais deve contar com a idealização de comitês de cultura, pontos de culturas digitais e demais pontos como base para o fomento do uso desses conteúdos, utilizando a criação de uma plataforma e de núcleos de pesquisas que assegurem que as produções sejam reconhecidas como patrimônio imaterial para assegurar direitos de uso, garantindo a acessibilidade plena.	Nº de votos 130
4ª	Elaborar e implementar a Política Nacional das Artes (PNA) no âmbito do Ministério da Cultura e integrada ao Sistema Nacional de Cultura, em regime federativo de corresponsabilidade e com a definição de atribuições complementares entre municípios, estados, Distrito Federal e União, para garantia do direito à criação, produção, acesso, difusão nacional e internacional, formação, reflexão, pesquisa e memória das artes brasileiras, garantindo a acessibilidade plena e a exequibilidade do Fator Amazônico e áreas de difícil acesso e atuando de maneira efetiva na mitigação das desigualdades para produção, assegurando a inclusão das populações LGBTQIAPN+, negras, com deficiência, periféricas e de favela, povos do campo, das águas e florestas, pessoas idosas, infâncias, quilombolas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiro de matriz africana, indígenas, em situação de vulnerabilidade, população em situação de rua, pessoas egressas do sistema prisional, pessoas em conflito com a lei, pessoas neurodivergentes, cultura para saúde mental, pessoas refugiadas, comunidades circenses, ciganos e nômades, comunidades ribeirinhas e litorâneas, respeitando as interseccionalizações necessárias à nossa população, em todo o território nacional.	Nº de votos 126

5ª	Realizar mapeamento e diagnóstico sobre a cultura e as artes no Brasil, por meio de plataformas federadas e interoperáveis, desenvolvidas em software livre e fomentadas pelo Ministério da Cultura, com governança colaborativa, intersetorial e compartilhada, com API pública que permita o desenvolvimento e integração de outros serviços digitais, tais quais sites e aplicativos integrados e visualização por meio de filtros direcionados a políticas específicas, como dos pontos e comitês de cultura, entre outros. Criar e manter uma plataforma digital nacional das artes, preferencialmente por meio do Mapas Culturais, com dados alimentados de maneira integrada por entes federados e sociedade civil, de forma pública, gratuita e com acessibilidade, visando promover o acesso, a memória, a pesquisa, a criação e a difusão das artes, garantindo a acessibilidade plena e a exequibilidade do Fator Amazônico e áreas de difícil acesso, atuando de maneira efetiva na mitigação das desigualdades para produção e assegurando a inclusão das populações LGBTQIAPN+, negras, com deficiência, periféricas e de favela, povos do campo, das águas e florestas, pessoas idosas, infâncias, quilombolas, povos de cultura de matriz africana, povos de terreiro de matriz africana, indígenas, em situação de vulnerabilidade, população em situação de rua, pessoas egressas do sistema prisional, pessoas em conflito com a lei, pessoas neurodivergentes, cultura para saúde mental, pessoas refugiadas, comunidades circenses, ciganos e nômades, comunidades ribeirinhas e litorâneas, respeitando as interseccionalizações necessárias à nossa população, em todo o território nacional.	Nº de votos 112
-----------	--	---------------------------

6ª	Criar uma política de preservação digital para os acervos (digitalizados e nato digitais) que registre a produção cultural e artística do país, em especial os acervos produzidos e custodiados por museus, arquivos, bibliotecas, pontos de cultura, pontos de memória e pontos de leitura, coletivos, agrupamentos e demais instituições e manifestações culturais e artísticas. Desenvolver diretrizes que garantam a sustentabilidade de um ecossistema de preservação digital, utilizando softwares livres, estabelecendo programas de formação e laboratórios de inovação para agentes culturais e apoiando o trabalho transversalizado na interface da tecnologia, visando o acesso, a integração entre os acervos, a presunção de autenticidade dos documentos e de sua capacidade de acionar memórias e identidades. Integra a política de preservação digital o desenvolvimento e a implementação de um Plano Nacional de Acervos Digitais.	Nº de votos 92
7ª	Garantir políticas públicas descentralizadas de financiamento para o mapeamento, criação, implementação, reforma, manutenção, instrumentalização, acessibilidade e dinamização de espaços artísticos independentes que realizem programas, projetos e ações artístico-culturais, com financiamento através do Fundo Nacional de Cultura e outros, garantindo a exequibilidade do Fator Amazônico, atuando de maneira efetiva na mitigação das desigualdades para produção de arte e valorizando, assim, a produção de pessoas LGBTQIAPN+, negras, com deficiência, periféricos, dos povos do campo, das águas e florestas, infâncias, quilombolas e indígenas de todo o território nacional, possibilitando a interseccionalização necessária à nossa população.	Nº de votos 91
8ª	Propor e articular junto aos órgãos competentes a elaboração e execução de uma política nacional que garanta a Internet como um direito humano fundamental, com metas de universalização e acesso à banda larga e recursos digitais, de forma descentralizada e gratuita, em todo território nacional, sendo implementada a partir do Norte, Nordeste e regiões menos favorecidas, priorizando o acesso de qualidade às pessoas de periferia, interior, do campo, idosas, com deficiência, povos originários, populações em situação de rua, comunidades tradicionais, ribeirinhos, quilombolas, afrodescendentes, povos de terreiro, comunidades circenses, povos ciganos e outros grupos nômades, comunidade LGBTQIAPN+ e nas mais diversas situações de vulnerabilidade e marginalização, de modo a promover o letramento,	Nº de votos 76

	equidade, inclusão digital e a fruição de artes e conteúdos disponibilizados em meios virtuais. Para efetivar e garantir o acesso aos recursos digitais, deve-se incluir: (a) isenção fiscal e distribuição de equipamentos; (b) ações formativas; (c) criação e acesso a espaços de pesquisas, fruição, arquivos, trabalho e produção coletiva, desde os geridos pela sociedade civil, até os espaços públicos, como os geridos pelo Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP); (d) distribuição de recursos por meio de fomentos acessíveis, desburocratizados e direcionados aos pequenos municípios; (e) criação de endereço digital (e-mail governamental) vinculado ao CPF.	
9ª	Adotar e promover tecnologias livres, preferencialmente mantidas por cooperativas e organizações da sociedade civil, por todas as secretarias do Ministério da Cultura, em atividades oficiais e projetos financiados com recursos públicos que, por coerência, devem ter seus códigos públicos, priorizando o acesso de cooperativas e organizações sociais da cultura em licitações públicas para prestação de serviços ligados à economia criativa e garantindo a divulgação destes profissionais, coletivos culturais e plataformas digitais de economia da cultura, através de um cadastro de produtos e serviços acessível na página oficial do Ministério da Cultura (MinC).	Nº de votos 62
10ª	Estimular marcos legais relacionados aos direitos autorais, direito de personalidade (imagem e voz) e propriedade intelectual, garantindo investimento e pesquisa em soluções digitais inovadoras para gestão inteligente e equilibrada, para transparência e acesso aos bancos de dados e algoritmos de empresas que trabalham com aprendizado de máquinas e inteligência artificial, assim como a justa remuneração de criadores cujas obras sejam utilizadas em ambiente digital, assegurando os direitos autorais relativos às novas criações digitais, excetuando criações feitas exclusivamente por inteligência artificial generativa. Além disso, garantir a ampla participação dos trabalhadores e fazedores de cultura na construção de uma legislação que acompanhe as novas linguagens culturais, incluindo a gratuidade no registro nacional, em formato digital, de obras.	Nº de votos 55
11ª	Criar políticas e programas permanentes para a memória, o ensino, e o intercâmbio de conhecimentos e saberes das mais diversas manifestações artísticas, técnicas e tradicionais, através de escolas livres de formação em arte, por meio de projetos artístico-pedagógicos, formais e não formais, em parceria entre Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Educação (MEC) e outras instâncias. Criar, fortalecer e investir em cursos sobre as linguagens artísticas, nas instituições públicas de ensino, nos níveis da educação profissional, tecnológica, de técnicos e, tecnólogos, graduação, bacharelado, licenciatura, pós-graduação e extensão, de modo a subsidiar a formação das linguagens da arte, garantindo a exequibilidade do Fator Amazônico, atuando de maneira efetiva na mitigação das desigualdades para produção de arte e valorizando, assim, a produção LGBTQIAPN+, as produções de pessoas negras, com deficiência, periféricos, dos povos do campo, das águas e florestas, infâncias, quilombolas e indígenas de todo o território nacional, possibilitando a interseccionalização necessária à nossa população.	Nº de votos 50
12ª	Desenvolver uma abrangente política nacional de formação em artes, garantindo a formação continuada e a capacitação técnica e profissionalizante de estudantes, professores, artistas, agentes e produtores culturais, gestores e demais trabalhadores e fazedores de arte. Através de programas, cursos, workshops, caravanas e oficinas de manifestações culturais, promover o letramento, alfabetização estética, pesquisa, aprimoramento e experimentação das possibilidades e ações que as artes em suas diversas linguagens oferecem, garantindo a exequibilidade do Fator Amazônico e a inclusão e a acessibilidade cultural, oferecendo cursos e oficinas de educação para idosos, pessoas em situação de vulnerabilidade, LGBTQIAPN+, pessoas negras, com deficiência, periféricos, povos do campo, das águas e florestas, infâncias, quilombolas e indígenas de todo o território nacional, possibilitando a interseccionalização necessária à nossa população.	Nº de votos 49

13ª	Garantir, com urgência, a retomada da institucionalização da cultura digital no Sistema MinC, incluindo as competências e objetivos específicos da dimensão e do campo digital, garantindo orçamento e transversalidade com outras secretarias e vinculadas do Sistema MinC, assim como do Governo Federal, criando um observatório permanente de novas tecnologias e de produção cultural para propor, de forma continuada, propostas de regulações e regramento que protejam as obras e o fazer técnico e artístico. Incluir, ainda, a cultura digital como setorial no Conselho Nacional de Políticas Culturais e criar uma política cultural para a cultura digital, incluindo-a nos mecanismos de fomento existentes e outros que venham a existir.	Nº de votos 47
14ª	Criar um comitê de acompanhamento entre a sociedade civil e o poder público, composto de forma paritária, de transferências e repasses fundo a fundo, do Conselho Plano Fundo (CPF), assim como propor planos de trabalho, incluindo percentuais setoriais e consultas públicas com ampla divulgação, capacitação, acompanhamento e fiscalização, visando a construção e fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura, Plano Nacional de Cultura, Conselho Nacional de Cultura e Fundo Nacional de Cultura e garantindo a participação social e acessibilidade plena.	Nº de votos 29
15ª	Construir políticas públicas de fomento à criação, fruição, formação inicial e continuada, aquisição, circulação e preservação das artes e linguagens digitais, prevenindo formas de violência e discriminação virtuais, garantindo a acessibilidade e considerando as novas mídias, tecnologias e plataformas digitais, de modo a proporcionar amplo acesso à produção cultural e artística virtual. Além disso, criar programa permanente de fomento que identifique, valorize e financie pesquisas e projetos vinculados à exploração das fronteiras da arte e cultura digitais, desde que as ferramentas e processos utilizados respeitem às leis vigentes de direitos autorais, da arte generativa e das experiências interativas, promovendo o aprimoramento das práticas no campo artístico e cultural e garantindo o direito democrático à cultura digital e suas diversas linguagens, visando o respeito às diversidades e a inclusão das populações LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, quilombolas, indígenas, negras, ciganos, rurais, comunidades camponesas, grupos em situação de vulnerabilidade e demais interseccionalidades.	Nº de votos 12
16ª	Criar fundos de cultura digital nos diversos níveis federativos com apoio financeiro, através de pacto de cooperação integrada e descentralizada com órgãos federais, tais como, mas não se limitando a, o Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Comunicação (MCOM). Vincular os recursos do Fundo Nacional de Cultura e do Fundo Setorial de Audiovisual para iniciativas de desconcentração e descentralização das práticas artísticas e culturais em meios digitais, disponibilizando o uso de <i>softwares</i> e <i>hardwares</i> livres para artistas que desejem desenvolver projetos digitais inovadores de impacto social.	Nº de votos 9
17ª	Implementar programas de residência e ocupação artística, por meio de intercâmbio entre municípios, estados e países e entre o campo, a cidade, o litoral e fronteiras, garantindo o fomento e o acesso aos mais variados tipos de manifestações artísticas e oferecendo recursos para fazedores de arte que desejem explorar diferentes e novas formas de expressão, garantindo a exequibilidade do Fator Amazônico, atuando de maneira efetiva na mitigação das desigualdades para produção de arte e valorizando, assim, a produção LGBTQIAPN+, as produções de pessoas negras, com deficiência, periféricos, dos povos do campo, das águas e florestas, infâncias, quilombolas e indígenas de todo o território nacional, possibilitando a interseccionalização necessária à nossa população.	Nº de votos 4



MOÇÕES



Moções

Foram aceitas 93 moções como propostas culturais válidas. Segue abaixo os textos dessas moções.

Nº 3 - Apoio ao artesanato.

Proponente: Maria Carolina da Silva Lima

Resumo da moção: Artesanato reconhecido como cultura.

Texto da moção:

Que o PAB - Programa do Artesanato Brasileiro seja desvinculado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e seja vinculado ao MinC e que, uma vez no MinC, seja estendido para as esferas estaduais e municipais. Com toda a sua identidade, ancestralidade e, também seus fazeres, saberes e dizeres.

O artesanato é um produto, feito por pessoas que lutam e produzem a identidade do seu povo e de sua cultura. Feito através de suas técnicas e várias tipologias.

Nº 7 - Lei n. 14.133/2021 Participação de Conselheiros em Editais

Proponente: Vanderlei Lazzarotti

Resumo da moção: A presente moção, respaldada pelos gestores de cultura dos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Camboriú, Itajaí, Ilhota, Itapema e Navegantes buscam sensibilizar as autoridades competentes para a revisão desta situação. A proibição da participação de conselheiros em editais municipais

Texto da moção:

Lei n. 14.133/2021) no que tange à participação de conselheiros em editais municipais.

O Colegiado de Dirigentes Municipais de Cultura da AMFRI (Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí) expressa sua profunda preocupação diante da consulta realizada pela Prefeitura de Chapecó (SC) ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) sobre a aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/2021) no que tange à participação de conselheiros em editais municipais.

É relevante destacar que o prejulgado nº 2233 do TCE/SC já havia estabelecido a posição do Tribunal, vedando a participação de conselheiros em editais municipais. A recente Lei de Licitações não trouxe alterações a essa perspectiva, como reiterado pelo TCE/SC na decisão nº 1.753/2023, mantendo em vigor a orientação do prejulgado nº 2233.

A presente moção, respaldada pelos gestores de cultura dos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Camboriú, Itajaí, Ilhota, Itapema e Navegantes buscam sensibilizar as autoridades competentes para a revisão desta situação. A proibição da participação de conselheiros em editais municipais pode resultar no esvaziamento dos conselhos de cultura, entidades fundamentais para o desenvolvimento e fomento das atividades culturais em nossas comunidades.

Portanto, o colegiado de cultura da AMFRI manifesta-se favoravelmente à revisão da proibição imposta pelo TCE/SC, reconhecendo a importância da participação ativa dos conselheiros nos processos culturais municipais e respeitando o seu direito de pleitear recursos públicos para ações culturais. Solicitamos a revisão dessa medida a fim de preservar a vitalidade e representatividade dos conselhos de cultura, promovendo, assim,

um ambiente propício ao fortalecimento e florescimento das manifestações culturais em nossas comunidades.

Nº 8 - Isenção de Imposto de Renda para Projetos Culturais

Proponente: Vanderlei Lazzarotti

Resumo da moção: A problemática envolvendo o objeto da moção refere-se as múltiplas interpretações de municípios e estados brasileiros na execução das políticas públicas de fomento à cultura Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo que, mesmo com orientações do Ministério da Cultura, realizaram desconto de IR.

Texto da moção:

A cultura é um pilar fundamental para o desenvolvimento humano e social de qualquer nação. Ela contribui para a formação de identidade, o senso crítico, a diversidade e a coesão social. No Brasil, a cultura assume um papel ainda mais importante, dada a sua rica história e multiplicidade de expressões artísticas. No entanto, o setor cultural enfrenta diversos desafios, entre os quais a escassez de recursos financeiros. A tributação sobre projetos culturais, como o Imposto de Renda, representa um obstáculo adicional para o desenvolvimento e a sustentabilidade do setor. A problemática envolvendo o objeto da moção refere-se as múltiplas interpretações de municípios e estados brasileiros na execução das políticas públicas de fomento à cultura Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo que, mesmo com orientações do Ministério da Cultura, realizaram desconto de imposto de renda de projetos de execução futura. Diante do exposto, propomos arcabouço legal quem objetivo de isenção de Imposto de Renda para projetos culturais aprovados por entes públicos, que tratará maior segurança jurídica aos órgãos públicos e benefícios ao fomento cultural.

Conclamamos através da 4ª Conferência Nacional de Cultura a considerar a presente proposta e a tomar as medidas necessárias para a sua implementação.

Nº 12 - Moção de louvor à memória de Chico de Paula

Proponente: Dandara Baça de Jesus Lima

Resumo da moção: Moção em memória do bibliotecário Chico de Paula

Texto da moção:

Chico de Paula era chefe da Biblioteca Central do Centro de Tecnologia (CT) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e um dos idealizadores da revista Biblio, na qual foi editor-chefe. Formado em Biblioteconomia pela Unirio e em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), também era doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Idealista, o maranhense defendeu os bibliotecários e as bibliotecas brasileiras de forma combativa.

Falecido em 12 de março de 2022, dia da pessoa bibliotecária, Chico atuou como representante dos servidores técnico-administrativos no Conselho Universitário (Consuni), tendo sempre como norte a defesa dos trabalhadores da UFRJ.

Chico de Paula, presente!

Nº 13 - Para o fortalecimento dos Sistemas Municipais e Estaduais de Cultura

Proponente: Vanderlei Lazzarotti

Resumo da moção: Que os Estados e Municípios tenham no mínimo Secretaria Municipal de Cultura ou órgão equivalente, Conselho Municipal de Política Cultural, Conferência Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura e Sistema Municipal de Financiamento à Cultura (com Fundo Municipal de Cultura).

Texto da moção:

Que os Estados e Municípios tenham no mínimo Secretaria Municipal de Cultura ou órgão equivalente, Conselho Municipal de Política Cultural, Conferência Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura e Sistema Municipal de Financiamento à Cultura (com Fundo Municipal de Cultura).

Nº 14 - Políticas Públicas Acessíveis

Proponente: Vanderlei Lazzarotti

Resumo da moção: Por políticas públicas acessíveis para todas as pessoas e que se atentem às especificidades das comunidades e suas realidades, com melhoria no processo de execução e fiscalização.

Texto da moção:

Por políticas públicas acessíveis para todas as pessoas e que se atentem às especificidades das comunidades e suas realidades, com melhoria no processo de execução e fiscalização.

Nº 16 - Melhoria dos Escritórios do MINC nos Estados

Proponente: Vanderlei Lazzarotti

Resumo da moção: Pela melhoria dos escritórios estaduais do MinC

Texto da moção:

Pela melhoria dos escritórios estaduais do MinC. Contratação de técnicos, estruturas físicas que atendam as demandas de cada estado.

Nº 17 - Moção coletiva do setorial do livro, leitura, literatura e bibliotecas

Proponente: Dandara Baça de Jesus Lima

Resumo da moção: Moção coletiva do setorial do livro, leitura, literatura e bibliotecas

Texto da moção:

Recomposição do setor com orçamento, monitoramento e censo nacional, além de financiamento para o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) em âmbito estadual, municipal e distrital. Programa de intercâmbio de bibliotecários em nível estadual e internacional. Políticas públicas de financiamento para editoras e gráficas independentes, fortalecendo o setor. Programa de fortalecimento de sebos, com incentivo à criação em pequenas e médias cidades. Programa de fortalecimento de livrarias independentes. Incentivo aos narradores por meio de programa específico. Políticas para leitura na primeira infância, incluindo autores, ilustradores e acesso desde o pré-natal. Política de seleção e aquisição equitativa para autores indígenas, afrodescendentes e povos tradicionais. Interiorização das profissões do livro, como biblioteconomia, com cursos na

Rede Federal de Educação. Censo nacional das diversas modalidades de bibliotecas, buscando entender sua realidade, serviços, orçamento e usuários. Circuitos de feiras de livros nas periferias para promover acesso à leitura. Parcerias público-privadas para manutenção de espaços e equipamentos públicos. Prêmios por trajetória para criadores do setor literário. Implementação do Plano Nacional Cultura Infância, com foco nas crianças como prioridade absoluta nas políticas culturais. Editais contínuos de bolsas para incentivo à produção literária. Criação de rubrica específica para atividades de incentivo à leitura e criação literária. Criação de conselhos editoriais para obras de populações historicamente marginalizadas. Programa de incentivo à publicação de obras em domínio público. Políticas para acesso à internet banda larga e tecnologias em bibliotecas, incluindo equipamentos de acessibilidade. Reconhecimento das bibliotecas comunitárias como segmento cultural, com políticas de isenção tributária e incentivos fiscais. Reconhecimento e políticas para bibliotecas circulantes/itinerantes, incluindo tecnologias de acessibilidade e isenção de impostos. Criação da conta satélite da cultura com enfoque em bibliotecas, em parceria com institutos de pesquisa. Pesquisa sobre recursos de direitos autorais pagos/repassados aos autores e sua importância na cadeia. Inclusão da biblioteconomia na residência multiprofissional em saúde, desenvolvendo programas de educação pelo trabalho e estágios em hospitais. Projetos de formação para trabalhadores do setor, com eixos formativos sobre políticas e enfrentamento de violências estruturais.

Nº 18 - CAPOEIRA NO CNPC/ Moção de Recomendação

Proponente: Anderson da Silva Costa

Resumo da moção: A 4ª Conferência Nacional de Cultura mira com suas futuras resoluções o próximo decênio. O segmento Capoeira, que possui milhares de detentores e esta presente em todos os estados da Federação e do Distrito Federal, necessita de uma cadeira no Conselho Nacional de Política Cultural.

Texto da moção:

Prezadas e prezados, nós da Comunidade Capoeirística Brasileira vimos através desta, saudar a realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura. Já se passaram dez anos da última realizada ainda sob os auspícios de um governo democrático e popular.

Neste período muita coisa aconteceu e, infelizmente, não foram coisas boas. Primeiro sofremos um golpe que interrompeu um mandato legítimo da nossa presidenta Dilma. E a partir daí vimos, cada vez mais, o tratamento dado à cultura ficar aquém das nossas necessidades e interesses.

Mas a partir das eleições de 2018 ficou ainda pior. Foi eleito uma figura nefasta, irresponsável cujo "governo" foi um verdadeiro desastre para o país. Se não bastasse o descalabro com o meio ambiente, a educação e a saúde do nosso povo, tinha no seu cerne, discurso, prática e objetivo destruir a cultura. A extrema direita que chegou ao governo federal à época era raivosamente anticultural e tudo fez destruir tudo em termos de política cultural construída a duras penas ao longo de décadas desde o fim da ditadura civil-militar. A 4ª Conferência Nacional de Cultura é, portanto, um momento singular de retomada, de resgate, de reconstrução e ao saudarmos a sua realização, saudamos também o Minc e o Governo Federal pela iniciativa importante de convocá-la. Desejamos pleno êxito nas realizações dos debates, sucesso nas elaborações de propostas e diretrizes e nitidez de consciência aos participantes deste histórico evento. Pois, enfrentar as desigualdades sociais terríveis, combater o racismo, o machismo e o atraso devem ser, na nossa opinião, os objetivos principais de uma política nacional de cultura transformadora, inclusiva e contemporânea.

Contudo, não podemos deixar de registrar nossa profunda frustração pelo fato da nossa comunidade está, bem, sub representada. Nós somos quase oito milhões de adeptos, praticantes da Capoeira no Brasil. Somos trabalhadoras e trabalhadores da cultura, fazemos cultura no nosso dia a dia, ensinamos, aprendemos, gestionamos e fazemos cultura em todos, repetimos, em todos, os 5.568 municípios brasileiros. O que explica, portanto, termos, apenas uma dezena de Delegados(as) à esta conferência?? Seria, nossas conhecidas dificuldades em mobilização? seria nossos erros??

imprecisões?? Provavelmente isso pode ter contribuído também, contudo, entendemos que o principal, o fundamental, que gerou essa sub-representação foi a desatenção com um segmento, com um enorme contingente que leva a nossa arte para 167 países. A Capoeira surge no período colonial escravista de triste memória em nossa pátria. Como arte marcial foi gerada, como instrumento de luta pela libertação de um povo foi desenvolvida. Por séculos foi perseguida, marginalizada e criminalizada. Depois da "abolição" da escravidão, foi ainda mais perseguida e só na década de 40 do século passado deixou de constar no Código Civil Penal Brasileiro. Uma arte criada, praticada, ensinada e trabalhada por negros, pobres, moradores das periferias das cidades, numa sociedade, infelizmente, racista, excludente e preconceituosa. Num contexto como este é difícil ser mobilizada sem ajuda. Espontaneamente gestores municipais e estaduais de estruturas com tais características, com honrosas exceções, nunca irão procurar envolver os(as) Capoeiristas neste ou em qualquer processo. Seria preciso que o MINC tivesse dado a devida atenção e, por exemplo, ter incluído a Capoeira no rol de conferências temáticas, como nós sugerimos, como nós pedimos. A 4ª Conferência Nacional de Cultura mira com suas futuras resoluções o próximo decênio.

Muitas decisões orientarão leis e políticas locais o que é e será bastante positivo. Mas imaginem que este descuido, este "pecado original" pode causar um prejuízo incalculável, para oito milhões de brasileiras e brasileiros trabalhadores, fazedores de Cultura. Por essa razão que nesta carta fazemos um apelo, um pedido, a todos(as) do Governo Federal.

Nº 20 -Criação de uma Cadeira para representação Quilombola no CNPC

Proponente: Jorge Quilombola

Resumo da moção: Criação de uma cadeira para representação quilombola no Conselho Nacional de Cultura. Destacando que este assento deverá ser denominado Nêgo Bispo. Em honra ao intelectual quilombola negro bispo.

Texto da moção:

À Excelentíssima Ministra do Ministério da Cultura,
Sra. Maragareth Menezes

Celebrando a força da cultura quilombola, inspirada pelo Artigo 68 da Constituição, que reconhece a propriedade definitiva dos remanescentes quilombolas sobre suas terras;

Considerando os nossos marcos regulatórios: Conversão Internacional N. 169, Decreto 4887/2003, Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, e por fim o Decreto N.6040/2007, que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.

Reconhecendo que sem a demarcação e seguridade das terras quilombolas, a chama vibrante desses fazedores de arte e cultura, e compartilhadores de ancestralidade e futuros, se veem ameaçadas;

Elevando a voz dos 1,32 milhão de quilombolas, espalhados por 473.970 lares em 1.696 municípios, e que são verdadeiros guardiões da riqueza cultural nacional;

Refletindo sobre a sabedoria ímpar do intelectual quilombola Nêgo Bispo, que nos ensinou que nossas vidas nunca acabam, pois "Somos o começo, o meio e o começo. "Precisamos aprender a voltar para casa", frases estas, que nos deixa uma lição profunda sobre a conexão entre identidade e território;

Ressoando a impactante frase de Nêgo Bispo, "Estarei vivo, mesmo enterrado", que ecoa a resiliência e cosmologia do povo quilombola frente às adversidades;

Recomendamos com vigor a criação da cadeira de representação quilombola no Conselho Nacional de Cultura, batizada com o nome de Nêgo Bispo, como uma honraria à sua luta contracolonialista e em homenagem aos artistas que, mesmo sob pressão, continuam a moldar a narrativa cultural do Brasil.

Esta moção não é apenas um apelo, mas uma celebração vibrante da diversidade reivindicativa. Que ela ecoe nos corações dos fazedores de arte nos territórios quilombolas e ressoe na 4ª Conferência Nacional de Cultura, guiando-nos para uma cultura mais inclusiva, representativa e resplandecente.

Nº 24 - Moção de Apoio para a construção de um CEU da Cultura na cidade de Cajazeiras PB Alto Sertão da Paraíba

Proponente: Fernando Inácio da Silva

Resumo da moção: "Moção para a Construção de Um CEU CULTURAL na Cidade de Cajazeiras Paraíba Alto Sertão Paraibano.

Considerando a riqueza cultural e histórica da cidade de Cajazeiras Sertão, e sua importância para o desenvolvimento cultural e artístico do Alto Sertão Paraibano a necessidade de promover o acesso à cultura

Texto da moção:

"Moção para a Construção de Um CEU CULTURAL na Cidade de Cajazeiras Paraíba Alto Sertão Paraibano.

Considerando a riqueza cultural e histórica da cidade de Cajazeiras Sertão, e sua importância para o desenvolvimento cultural e artístico do Alto Sertão Paraibano a necessidade de promover o acesso à cultura, arte e educação para todos os cidadãos, especialmente em regiões historicamente desfavorecidas.

Com o potencial econômico e turístico que um centro cultural de excelência pode trazer para Cajazeiras e sua região circunvizinha a importância de preservar e promover as tradições locais, bem como fomentar a criação artística contemporânea e um

Nós, os signatários desta moção, vimos expressar nosso apoio irrestrito à construção de um Céu Cultural em Cajazeiras Paraíba, e instamos as autoridades competentes a tomarem medidas efetivas para sua realização. O Céu Cultural será um espaço multifuncional e inclusivo, projetado para abrigar uma variedade de atividades culturais, artísticas, educacionais e comunitárias. Este centro será um local de encontro para artistas locais, regionais e nacionais, um espaço para exposições, performances teatrais, musicais e de dança, bem como para exibições de cinema, palestras e workshops.

Além de promover a expressão cultural e artística, o Céu Cultural também terá como objetivo ser um polo de educação e formação, oferecendo programas e cursos nas mais

diversas áreas artísticas e culturais. Será um espaço aberto a todos, independente de idade, gênero, etnia ou condição socioeconômica, promovendo assim a inclusão e a diversidade.

A construção do Céu Cultural em Cajazeiras não só enriquecerá a vida cultural da cidade, mas também terá um impacto positivo no desenvolvimento econômico local, gerando empregos, atraindo investimentos e promovendo o turismo cultural na região do Alto Sertão Paraibano.

Portanto, conclamamos a realização deste projeto ambicioso e vital para o progresso cultural e social de Cajazeiras e de toda região do Alto Sertão da Paraíba."

Nº 26 - Reconhecimento da Arte Transformista, Drag e do movimento ballroom como expressões da Cultura LGBTQIA+

Proponente: Victor De Wolf, Sandro Ouriques Cardoso, Vinicius Alves

Resumo da moção: "Moção de Recomendação

A 4a Conferência Nacional de Cultura reconhece a arte transformista, a arte drag e o ballroom como expressões e linguagens artísticas da Cultura LGBTQIA+."

Texto da moção:

"A 4a Conferência Nacional de Cultura reconhece a arte transformista, a arte drag e o ballroom como expressões e linguagens artísticas da Cultura LGBTQIA+.

Entendemos e apontamos à política cultural que a Cultura LGBTQIA+ pode ser compreendida como um conjunto de elementos culturais criado pelas pessoas LGBTQIA+ e como produtora de significados para essa população. São fazeres, expressões e manifestações artísticas, construções culturais que revelam e projetam formas de ser e estar no mundo. Constituem-se como modos de enfrentamento a processos cotidianos de violência e, sobretudo, como modos de afirmação de direitos, do direito e o prazer de ser o que se é.

Nesse sentido, reiteramos que tais manifestações, da Arte Transformista, Drag Queen, Drag King e Drag Queer, bem como o movimento ballroom, são expressões singulares e emergentes das nossas vivências criativas, fundamentais à reflexão estruturante da vida em sociedade, pois são, muitas vezes, os meios por onde nós produzimos redes de sociabilidade, cuidado, afeto e engajamento político e social.

A 4a Conferência Nacional de Cultura aponta à Fundação Nacional das Artes, assim como ao conjunto do Sistema MinC, a relevância de contar com essas expressões e linguagens artísticas da Cultura LGBTQIA+, em seus editais, nas ferramentas de fomento direto e indireto e outrem, reconhecendo sua potencialidade como patrimônios culturais, expressivos da pluralidade, diversidade e identidade do povo brasileiro."

Nº 28 - "REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE PARECERISTAS E ENTES FEDERATIVOS (GESTORES CULTURAIS)"

Proponente: LARISSA RIZZATI

Texto da moção: Com as aprovações no Congresso Nacional da Lei Emergencial Paulo Gustavo (LPG) e da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), assistimos não só ao renascer da cultura, mas também a oportunidade de um desenvolvimento consistente do setor nunca visto em nosso país. Nesse sentido, enquanto trabalhadores da cultura, lembramos da importância de toda a cadeia produtiva formada por produtores, artistas, realizadores, técnicos e técnicas e operários e operárias que, segundo dados de 2020, são responsáveis

pela movimentação da Economia da Cultura e das Indústrias Criativas representando 3,11% do PIB e com a possibilidade de crescer ainda mais. Entretanto, precisamos entender que este crescimento só se transformará em ganhos sociais e em desenvolvimento econômico quando conseguirmos atender às justas e legítimas demandas de todos os segmentos envolvidos.

Nós, pareceristas técnicos e técnicas, qualificados e qualificadas - em sua grande maioria com formação superior, largamente atuantes em seus segmentos e comprovadamente dotados de expertise e visão de mercado - temos consciência de que o Brasil é diverso e complexo, com características próprias em cada uma de suas regiões. Tanto a LPG como a PNAB trazem em seus regramentos a proporcionalidade, considerando o tamanho das cidades e sua população para justificar os valores que cada estado e município deverá receber dos repasses previstos.

Com base nesses mesmos regramentos e na experiência de como se dão as relações entre pareceristas e entes federativos (gestores culturais), propomos um modelo de regulação dessas relações, que inclua não apenas a questão de valores por análise, mas, sobretudo, formas de contratação, prazos, deveres e direitos de contratantes e contratados e contratadas, bem como uma sugestão para os municípios de menor porte poderem alcançar verbas federais. Sabemos que para essas prefeituras o valor é relativamente pequeno; contudo, existem soluções, como por exemplo, acordos de cooperação com cidades circunvizinhas, que poderiam capilarizar os recursos, inclusive incentivando intercâmbios de ações entre os realizadores de cultura local e regional.

O fato é que editais de incentivo e fomento se tornaram a principal política pública cultural brasileira, e o debate sobre as condições precarizadas da categoria de pareceristas - peça fundamental nessa engrenagem que garante a imparcialidade, transparência e lisura do processo é da mais absoluta importância.

Nº 29 - Sugestões para a atualização de currículos dos cursos de formação em Gestão e Produção Cultural

Proponente: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GESTÃO CULTURAL (ABGC), Guilherme Silva

Resumo da moção: TEMA 1 - A IV Conferência Nacional de Cultura acontece em clima de muita expectativa para todo o setor cultural e social brasileiro. Sua singularidade histórica efetiva-se por ser um marco na formalização da retomada do setor criativo, que foi desarticulado institucionalmente pela pandemia universal e pelo interesse político de sucumbir o pensamento crítico e articulador de ideias e expressões, intrínsecos ao lugar da arte e da cultura nas sociedades. O que ocasionou grande estagnação no mercado de trabalho para os profissionais das mais diversas atuações no setor da economia criativa como um todo. A Associação Brasileira de Gestão Cultural, entidade do terceiro setor, atua na formação profissional e de conhecimento acadêmico e empírico junto aos setores de Produção e Gestão Cultural e Social, por meio da realização de cursos e ações voltadas à profissionalização do setor. Em parceria com universidades, museus, centros de cultura, governos e organizações sociais, a ABGC tem desempenhado um papel relevante ao longo de duas décadas, oferecendo cursos pioneiros de pós-graduação e extensão, conduzindo pesquisas com seus alunos e corpo docente, além de pautar e defender causas representativas para o meio profissional da cultura. É importante ressaltar que a nomenclatura "Gestão Cultural" foi oficialmente reconhecida como um campo de saber no Brasil através do nosso programa de pós-graduação. A grade curricular do pioneiro MBA em Gestão Cultural, foi desenvolvida em 2001 em resposta às necessidades formativas brasileiras diante da demanda dessa nova profissão, impulsionada pelas políticas públicas de fomento e de profissionalização do setor pelo Ministério da Cultura. Enfim, com a

liberdade de expressão preservada, a cultura torna-se um potente canal para as transformações que o mundo precisa, mediante à criação de mundos e à conscientização comportamental diante dos imensos e urgentes desafios da contemporaneidade.

Texto da moção: Por estas razões a ABGC sugere para a renovação curricular tanto de cursos universitários como de cursos abertos profissionalizantes no setor cultural: 1 - o incentivo da transdisciplinaridade entre os meios de expressão artística e as disciplinas instrumentais de apoio ao exercício eficaz da gestão e da produção cultural, sem ameaçar o caráter simbólico da cultura (economia, contabilidade, ciências sociais, direito, comunicação, etc.); 2 - a cultura, como reconhecido fator para o desenvolvimento, deve se ater ao novo patamar do conceito de desenvolvimento, inclusivo e sustentável, na sua essência de "preservar para as gerações futuras" e de "não deixar ninguém para trás"; 3 - as instituições de ensino devem ampliar a aplicabilidade do conhecimento conceitual de maneira continuada, em permanente oxigenação mútua entre a universidade e o mundo real, em intercâmbio com instituições que realizam com referência as ações em si; 4 - a conscientização incorporada às práticas cotidianas diante dos imensos e urgentes desafios da Agenda 2030 (com destaque aos ODS 1 – na erradicação da pobreza, ODS 4 - Educação de qualidade e ODS 13 - da Ação contra às mudanças climáticas); 5 - a inserção das temáticas de coloniais, identitárias de gênero, antirracistas e da diversidade cultural, como centralidade em seus protagonismos nas grades; 6 - a questão da acessibilidade universal como fator estruturante de pesquisa e de aprimoramento nas práticas inclusivas das instituições culturais; 7 - a democratização do acesso aos cursos às camadas mais extensas da população, por meio de bolsas sociais e gratuidades; 8 - integração das instituições de ensino, com maior capilaridade na inserção dos profissionais formados, junto ao mercado de trabalho nos setores público e privado.

Nº 31 - Apoio à PL 6060/2009

Proponente: Flávio Roberto Mota

Resumo da moção: Moção de apoio ao PL 6060/2009 do Deputado Federal Vicentinho que prevê mecanismo tributário para as editoras que publicarem histórias em quadrinhos de autores brasileiros.

Texto da moção: A Conferência Livre de Ilustração, vem através desta moção solicitar apoio da Conferência Nacional de Cultura para a aprovação da PL 6060/2009, a PL da HQ, que se encontra na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça da Câmara) e que está em vias de ser enviada para o Senado. A PL trata do apoio tributário progressivo para a publicação de obras de História em Quadrinhos, Cartum, Charge e Caricatura, que empreguem em sua totalidade profissionais humanos brasileiros na sua criação. O apoio da Conferência na aprovação dessa PL é importante, pois constitui apoio institucional de classe artística das várias linguagens no país, para com a nossa arte e profissão ilustrada. Assinam essa Moção: ACB - Associação dos Cartunistas do Brasil, AQC-ESP - Associação dos Quadrinhistas e Caricaturistas do Estado de São Paulo, ABIPRO - Associação Brasileira dos Ilustradores Profissionais, Fanzinada - coletivos de fanzineiros, Lendo às 9, SIB - Sociedade dos Ilustradores Brasileiros e Adobe.

Nº 32 - Moção de Apoio

Proponente: Anderson Regner dos Santos Fogo

Resumo da moção: Moção para Inclusão no Sistema Nacional de Cultura de Setorial de Políticas Intersectoriais no âmbito da Política Nacional de Cultura.

Texto da moção:

Moção para Inclusão no Sistema Nacional de Cultura de Setorial de Políticas Intersetoriais no âmbito da Política Nacional de Cultura, na perspectiva da Garantia dos Direitos Fundamentais de acesso à Política de Cultura como Direito Social, bem como sua integração e articulação com as demais Políticas Setoriais previstas na Constituição Federal de 1988, artigos 5º, 6º e:

"Artigo 215 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais".

§ 3º A Lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

IV - democratização do acesso aos bens de cultura

"Artigo 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais".

§ 3º Lei Federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo".

Nº 28 - Sugestões para a atualização de currículos dos cursos de formação em Gestão e Produção Cultural

Proponente: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GESTÃO CULTURAL (ABGC) - Guilherme Silva

Resumo da moção: TEMA 1 - A IV Conferência Nacional de Cultura acontece em clima de muita expectativa para todo o setor cultural e social brasileiro. Sua singularidade histórica efetiva-se por ser um marco na formalização da retomada do setor criativo, que foi desarticulado institucionalmente pela pandemia universal e pelo interesse político de sucumbir o pensamento crítico e articulador de ideias e expressões, intrínsecos ao lugar da arte e da cultura nas sociedades. O que ocasionou grande estagnação no mercado de trabalho para os profissionais das mais diversas atuações no setor da economia criativa como um todo. A Associação Brasileira de Gestão Cultural, entidade do terceiro setor, atua na formação profissional e de conhecimento acadêmico e empírico junto aos setores de Produção e Gestão Cultural e Social, por meio da realização de cursos e ações voltadas à profissionalização do setor. Em parceria com universidades, museus, centros de cultura, governos e organizações sociais, a ABGC tem desempenhado um papel relevante ao longo de duas décadas, oferecendo cursos pioneiros de pós-graduação e extensão, conduzindo pesquisas com seus alunos e corpo docente, além de pautar e defender causas representativas para o meio profissional da cultura. É importante ressaltar que a nomenclatura "Gestão Cultural" foi oficialmente reconhecida como um campo de saber no Brasil através do nosso programa de pós-graduação. A grade curricular do pioneiro MBA em Gestão Cultural, foi desenvolvida em 2001 em resposta às necessidades formativas brasileiras diante da demanda dessa nova profissão, impulsionada pelas políticas públicas de fomento e de profissionalização do setor pelo Ministério da Cultura. Enfim, com a liberdade de expressão preservada, a cultura torna-se um potente canal para as transformações que o mundo precisa, mediante à criação de mundos e à conscientização comportamental diante dos imensos e urgentes desafios da contemporaneidade.

Texto da moção: Por estas razões a ABGC sugere para a renovação curricular tanto de cursos universitários como de cursos abertos profissionalizantes no setor cultural: 1 - o incentivo da transdisciplinaridade entre os meios de expressão artística e as disciplinas instrumentais de apoio ao exercício eficaz da gestão e da produção cultural, sem ameaçar o caráter simbólico da cultura (economia, contabilidade, ciências sociais, direito, comunicação, etc.); 2 - a cultura, como reconhecido fator para o desenvolvimento, deve se ater ao novo patamar do conceito de desenvolvimento, inclusivo e sustentável, na sua essência de "preservar para as gerações futuras" e de "não deixar ninguém para trás"; 3 - as instituições de ensino devem ampliar a aplicabilidade do conhecimento conceitual de maneira continuada, em permanente oxigenação mútua entre a universidade e o mundo real, em intercâmbio com instituições que realizam com referência as ações em si; 4 - a conscientização incorporada às práticas cotidianas diante dos imensos e urgentes desafios da Agenda 2030 (com destaque aos ODS 1 – na erradicação da pobreza, ODS 4 - Educação de qualidade e ODS 13 - da Ação contra às mudanças climáticas); 5 - a inserção das temáticas de coloniais, identitárias de gênero, antirracistas e da diversidade cultural, como centralidade em seus protagonismos nas grades; 6 - a questão da acessibilidade universal como fator estruturante de pesquisa e de aprimoramento nas práticas inclusivas das instituições culturais; 7 - a democratização do acesso aos cursos às camadas mais extensas da população, por meio de bolsas sociais e gratuidades; 8 - integração das instituições de ensino, com maior capilaridade na inserção dos profissionais formados, junto ao mercado de trabalho nos setores público e privado.

Nº 31 - Apoio à PL 6060/2009

Proponente: Flávio Roberto Mota

Resumo da moção: Moção de apoio ao PL 6060/2009 do Deputado Federal Vicentinho que prevê mecanismo tributário para as editoras que publicarem histórias em quadrinhos de autores brasileiros.

Texto da moção: A Conferência Livre de Ilustração, vem através desta moção solicitar apoio da Conferência Nacional de Cultura para a aprovação da PL 6060/2009, a PL da HQ, que se encontra na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça da Câmara) e que está em vias de ser enviada para o Senado. A PL trata do apoio tributário progressivo para a publicação de obras de História em Quadrinhos, Cartum, Charge e Caricatura, que empreguem em sua totalidade profissionais humanos brasileiros na sua criação. O apoio da Conferência na aprovação dessa PL é importante, pois constitui apoio institucional de classe artística das várias linguagens no país, para com a nossa arte e profissão ilustrada. Assinam essa Moção: ACB - Associação dos Cartunistas do Brasil, AQC-ESP - Associação dos Quadrinhistas e Caricaturistas do Estado de São Paulo, ABIPRO - Associação Brasileira dos Ilustradores Profissionais, Fanzinada - coletivos de fanzineiros, Lendo às 9, SIB - Sociedade dos Ilustradores Brasileiros e Adobe.

Nº 33 - Apoio às Bandas de Música do Brasil

Proponente: André Luís Rocha Santos

Resumo da moção: Trata-se de moção em apoio e solicitando apoio às Bandas de Música do Brasil, tendo em vista sua relevância cultural e social.

Texto da moção:

As sociedades filarmônicas são instituições de grande importância na vida social em todo o Brasil. Delas surgiram um grande número de composições musicais fixadas em partitura,

conhecidas em âmbito nacional. Estas composições se relacionam estreitamente com o cotidiano das nossas cidades .

Elas contribuem sobremaneira para a inclusão social e econômica da nossa juventude, à medida em que formam músicos e cidadãos em contextos que sinalizam a marginalidade é possível encarceramento. Estas ações de cunho social quase sempre não contam com nenhum apoio, até mesmo das famílias que não dispõem das condições para contribuir com a manutenção dos estudos acompanhamento escolar,etc.

Nelas tem sido forjados músicos de instituições militares, grandes bandas e até mesmo orquestras sinfônicas que reconhecem a importância de sua iniciação musical e cidadã entre as paredes de muitas sedes sem a devida manutenção sob a tutela de grandes mestres (maestros, regentes)voluntários, de diretorias sempre preocupadas com as contas de cada fim de mês.

Vivem numa eterna luta por reconhecimento, a nível nacional, estadual e municipal, tendo muitas sucumbido ao longo do tempo.

Faz -se necessário apoiar estas instituições (muitas centenárias) num esforço de preservação ,pelo acima exposto e, também por serem uma manifestação da cultura nacional com grande capilaridade e abrigo de milhares de fazedores de cultura.

Nº 34 - Apoio ao PL 573/2024

Proponente: Thiago Sales

Resumo da moção: Apoio ao PL 573/2024 que Autoriza a destinação de recursos oriundos de sites, redes sociais e plataformas digitais de entes públicos aos Fundos de Cultura.

Texto da moção:

Considerando o papel da Cultura para o desenvolvimento social e econômico do país, é de fundamental importância possibilitar que órgãos públicos possam utilizar as redes e mídias sociais para divulgar suas atividades e projetos culturais. Além de promover a cultura em geral, a possibilidade de monetizar canais, perfis, páginas e conteúdos digitais é uma importante fonte de recursos para os fundos federal, estaduais e municipais de cultura. Esses recursos podem retornar para a Cultura como investimento retroalimentando sua cadeia produtiva em consonância com os novos meios de consumo da arte e da informação, contribuindo com o desenvolvimento do país. Entendemos que o PL 573/2024 esta alinhado à proposta 02 do GT 2 Fomento e financiamento/Eixo 1 do caderno de propostas da 4ª CNC.

Nº 38 - Choro - Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil

Proponente: Wagner Staden Egito

Resumo da moção: Aplausos ao Choro pelo título de Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro concedido pelo IPHAN em 28/02/2024.

Texto da moção:

Aplausos ao Choro pelo título de Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil concedido pelo IPHAN em 29/02/2024.

É o reconhecimento oficial da grande importância para a cultura brasileira e ressalta a significância cultural e histórica desse gênero musical genuinamente brasileiro.

Nº 41 - APOIO AO DIREITO À VIDA, A CULTURA E PARTICIPAÇÃO DAS ÁREAS TÉCNICAS DA CULTURA

Proponente: FÓRUM DAS ÁREAS TÉCNICAS DE ARTE E CULTURA DO CEARÁ
Gilseia Souza, David Terra

Resumo da moção: Pedimos apoio para desenvolver e criar mecanismos dentro da cultura que possibilite a participação social econômica e cultural das áreas técnicas dentro dos locais de debate da política cultural(CNPC) que resguarde nossos direitos básicos através da representatividade física e simbólica nos espaços

Texto da moção:

Essa moção deveria ser prioritariamente sobre o acesso às Políticas de Arte e Cultura no Brasil, mas ainda estamos preso em questões básicas e apelamos encarecidamente pelo nosso direito à Vida, a condições mínimas de uma vida digna enquanto trabalhador, trabalhadora e trabalhadora da Cultura, a motivação desta ação nasce do misto de alegria e tristeza, pois no dia 24 de janeiro de 2024 enquanto comemoraremos na Conferência Temática dos Trabalhadores, realizada no Sesc 14 Bis, as conquistas de uma Plenária Final onde se discutiu e aprovou como proposta a criação da Política Nacional dos Trabalhadores da Cultura no mesmo instante há 12km na mesma cidade no Centro de Tradições Nordestina (CTN) falecia o Iluminado Erich Wendell Vinhedo, vítima de uma descarga Elétrica, mesmo sua morte, seu corpo não foi capaz de parar a atividade, Pois o Show tem que continuar, Erich se soma a um número desconhecido é subnotificado de mortes e acidentes de trabalhos que existem na cultura ocasionados pela precariedade, falta de fiscalização e desvalorização do fazer prático do trabalho laboral, A vida do técnico da cultura que precisa subsistir invisível atrás do palco, bastidores, ateliês e oficinas, foi normalizado, queremos a garantia do que diz o artigo quinto da Constituição que abrange a concepção do direito de ter uma vida digna, uma vida com as condições básicas para uma existência saudável e sem tratamentos degradantes. Exigimos usufruir do nosso direito do artigo 215 da constituição, que também fazem parte da garantia de nossa dignidade, não só enquanto trabalhador da cultura, mas também como artista e parte constitutiva de toda cultura e arte produzida nesse país Pedimos apoio para desenvolver e criar mecanismos dentro da cultura que possibilite a participação social econômica e cultural das áreas técnicas dentro dos locais de debate da política cultural(CNPC) que resguarde nossos direitos básicos através da representatividade física e simbólica nos espaços de diálogo e de forma direta para com o Ministério criando um elo de sociedade Civil e Poder Público. Para tal nos reconhecer enquanto setorial é garantir uma Política Nacional para os Trabalhadores da Cultura em especial as Áreas técnicas que se faz emergente e urgente pois não se pode reconstruir uma cultura apoiado na exploração, apagamento da classe mais vulnerável e nosso reconhecimento enquanto Setorial

Nº 45 - Apoio ao Reggae enquanto cultura popular urbana, periférica e de resistência social

Proponente: Wagner Staden Egito

Resumo da moção: Apoio à representação da cultura Reggae, enquanto gênero da cultura popular urbana periférica, de resistência social e política pelos direitos das classes excluídas.

Texto da moção:

Apoio à representação da cultura Reggae em todas suas dimensões: musical, filosófica, ideológica e religiosa, enquanto gênero da cultura popular urbana periférica, de resistência social e política pelos direitos das classes excluídas.

O Reggae é Patrimônio Cultural da Humanidade registrado pela Unesco em 2018.

Nº 46 - Cultura Alimentar

Proponente: Sulamita Patricia Lima Santos de Santana

Resumo da moção: Assegurar a participação da Cultura Alimentar, com garantia e manutenção do assento e do setorial no âmbito do CNPC, em observância ao escopo das políticas públicas culturais no país.

Texto da moção:

Considerando a retomada democrática e a garantia da participação social; Considerando a aprovação da Moção 094 e a experiência do Setorial de Cultura Alimentar e sua destruição pelo governo anterior; Considerando a reformulação do CNPC, reivindicamos a criação e implementação imediata do Colegiado Setorial de Cultura Alimentar a partir do conceito orgânico e coletivo pautado durante a Conferência Nacional Temática de Cultura Alimentar e SAN o qual define a cultura alimentar como saber, fazer, falar, cultivar, criar, preparar, cuidar, curar e encantar. Traz em si a ancestralidade, espiritualidade, territorialidade e dimensões simbólicas e identitárias enquanto prioritárias. Conjunto de práticas, manifestações e expressões culturais alimentares, que transversalizam aspectos produtivos, socioeconômicos, de saúde, direitos humanos, justiça socioambiental e climática, terra e território, combate misoginias e o patriarcado, o racismo estrutural e a criminalização das práticas alimentares artesanais e religiosas. É indissociável de SAN, autodeterminação dos povos e bem viver. Reivindicamos a substituição da palavra gastronomia pelo termo cultura alimentar em todo o escopo de políticas públicas, atividades e agendas do MINC-Ministério da Cultura no âmbito nacional e internacional. Propor Dialogos da cultura alimentar nas cozinhas populares e sociais no país, de maneira transversal, através do ministério de desenvolvimento agrário e do ministério de desenvolvimento social. Estabelecer critérios sobre COI - Conflitos de Interesses, a exclusão de investimentos culturais, financiamentos culturais e isenções fiscais que venham a beneficiar empresas nacionais e internacionais do mercado de agrotóxicos e transgênicos, indústrias e fabricantes de alimentos ultraprocessados e açucarados, empresas envolvidas judicialmente em processos trabalhistas, principalmente nos relativos a trabalhos análogos a escravidão, racismo e discriminação, e questões socioambientais. Além de tudo, reivindicamos presença no programa de titulação embaixadores da Cultura Brasileira que seja indicação de guardião cultural, mestra de cultura, cozinheira/o afrodescendente, cozinheira/o ancestral (oriundos de Povos Originarios e Povos de Comunidades Tradicionais).

Nº 47 - Apoio amplo ao Teatro de Bonecos

Proponente: Renato Paulo Carvalho Silva

Resumo da moção: Solicita-se apoio e especial atenção do MinC Ministério da Cultura na elaboração de políticas públicas para a formação, memória, pesquisa, preservação e fomento específicas para o Teatro de Bonecos/ Teatro de Formas Animadas em solo brasileiro.

Texto da moção:

O movimento do Teatro de Bonecos brasileiro representado pela Associação Brasileira de Teatro de Bonecos e seus núcleos estaduais propõe a implementação de políticas públicas para as Artes Cênicas que garantam editais e ações de fomento específicas para o Teatro de Bonecos/ Formas Animadas. É necessário que as políticas públicas para as Artes Cênicas

contemplem o desenvolvimento e a proteção da arte bonequeira no Brasil em três eixos de atuação: memória, formação e fomento.

O Teatro de Bonecos além de sua inegável contribuição na formação de público para as artes em geral, vem apresentando notável diversidade de formas de produção e criação em todos os estados brasileiros.

E além de estar presente no movimento contemporâneo das Artes Cênicas o Teatro de Bonecos é representativo em sua diversidade no contexto da tradição e da singularidade do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste, já reconhecido como patrimônio cultural brasileiro inscrito no livro das formas e expressões do Iphan. Neste aspecto da preservação patrimonial o Teatro de Bonecos do Nordeste também requer que ações de salvaguarda sejam realizadas de forma permanente e significativa.

Nº 48 - Invisibilidade dos povos ciganos

Proponente: Marcos tulio costa gattas

Resumo da moção: Os povos ciganos historicamente sofrem com a apropriação e usurpação cultural e num momento tão importante novamente sofrem a exclusão e o não reconhecimento de seus saberes e conhecimentos. Os povos ciganos contribuem também com a Cultura desse país e são portadores de uma cultura milenar.

Existem.

Texto da moção:

Os povos ciganos historicamente sofrem com a apropriação e usurpação cultural e num momento tão importante novamente sofrem a exclusão e o não reconhecimento de seus saberes e conhecimentos. Os povos ciganos contribuem também com a Cultura desse país e são portadores de uma cultura milenar.

Existem...resistem e possuem manifestações culturais próprias.

Nº 49 - PROPOSTAS AO SETOR CULTURAL ARTÍSTICO, TÉCNICO E AUDIOVISUAL EM MBITO NACIONAL

Proponente: Poliana Helena Alves Vieira

Resumo da moção: Moção com propostas para o setor cultural artístico, técnico e audiovisual brasileiro, ressaltando alguns pontos que entendemos essenciais para a preservação e desenvolvimento do trabalho no setor, e que convergem com os interesses discutidos na Conferência Temática do Trabalhador realizada em SP.

Texto da moção:

O Fórum dos Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual Brasileiro, SINDCINE, STIC E SINTRACINE, juntamente com os SATEDs SP/MG/PR/RS/ES/RO/PB/DF-CENTRO NORTE - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Rondônia, Paraíba e Distrito Federal-Centro Norte, a INTERARTIS BRASIL - Associação de Gestão Coletiva dos Artistas e Intérpretes do Audiovisual do Brasil, GEDAR - Gestão de Direitos de Autores Roteiristas, DBCA - Diretores Brasileiros de Cinema e do Audiovisual, SPDRJ - Sindicato de Dança do Estado do Rio de Janeiro e SINDDANÇA - Sindicato dos Profissionais da Dança do Estado de São Paulo com a finalidade de contribuir com a 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA, apresenta propostas para o setor cultural artístico, técnico e audiovisual brasileiro, ressaltando alguns pontos que entendemos

essenciais para a preservação e desenvolvimento do trabalho no setor, e que convergem com os interesses discutidos na Conferência Temática do Trabalhador realizada em São Paulo.

1- Esfera Institucional

1.1 Aceleração no processo de atualização das funções do Quadro Anexo ao Decreto 82.385/78, bem como suas competências.

1.2 Amplo debate pelas atuais categorias contempladas pela Lei 6.533/78, para que sejam estudadas modificações para possível inclusão de outras profissões artísticas e técnicas que surgiram nos últimos 46 anos.

1.3 Proteção, preservação e valorização do Registro Profissional (DRT), previsto na Lei 6.533/78.

2- Relação Tripartite

2.1 Obrigatoriedade da Participação de Representantes dos Trabalhadores por Setorial nas diversas esferas de governo (tomadas de decisão), para se manter a relação tripartite com o governo, empresários e trabalhadores, para que haja equilíbrio e representatividade entre os agentes envolvidos nas criações e discussões.

2.2 Participação dos sindicatos de trabalhadores do audiovisual (artistas e técnicos) no Comitê Gestor da Ancine, como representantes da sociedade civil.

3-Contração e Tributação

3.1 Formas de contratação:

PJ

CLT

Autônomo

CNAE para área da Cultura

3.2 O que virá na reforma tributária? Os trabalhadores do setor cultural precisam conhecer e participar do debate da reforma tributária.

4-Remuneração digna

4.1 Aceleração no processo de reconhecimento dos direitos de remuneração no âmbito dos direitos autorais cuja normativa legal é a Lei 9610/98.

5-Inteligência Artificial

5.1 Estudos para criação de regramento ético no uso da Inteligência Artificial.

Regulamentação ética no uso da IA no país com previsão de autorização específica ao que tange aos direitos autorais e conexos dos profissionais criativos e técnicos.

Meios de qualificação de profissionais já atuantes.

Meios de formação para novos profissionais.

Políticas públicas de renda mínima para postos de trabalho que venham a ser eliminados com a evolução da IA.

6-Formação e qualificação profissional

6.1 Participação dos sindicatos no conselho das iniciativas educacionais para o setor cultural (audiovisual, teatro, circo, dança e outras linguagens) nas esferas Federal, Estadual

e Municipal, bem como na iniciativa privada, para garantir um ângulo trabalhista na formação profissional.

7-CADE

7.1 O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), está agindo contra trabalhadores reunidos em associações e sindicatos interferindo negativamente nas relações trabalhistas. Um encontro com o CADE + MinC e MTE + sindicatos é de fundamental importância para esclarecer como de fato trabalha o setor cultural, sobretudo nas produções audiovisuais, onde cada agência/cliente/produtora definem as regras do trabalho, sempre precarizando o trabalhador, com condições absurdas de trabalho e remuneração.

8-JORNADAS ABUSIVAS

8.1 Jornadas na publicidade

As jornadas de trabalho no setor audiovisual, em particular nos trabalhos publicitários, têm sido cada vez mais abusivas, com diárias mínimas de 12/16 horas, que frequentemente são extrapoladas 20/30 horas de estúdio, sem que haja pagamento de horas extras. Os planos de filmagem são uma peça de ficção, visto que a quantidade de planos a serem filmados não cabem numa diária de filmagem. Além disso, ainda embutem mais serviços, como fotos e outros, sobrecarregando as equipes, prejudicando sua saúde e também sem a devida remuneração.

Nº 50 - Comitês Paulo Gustavo escrevendo uma nova página na história da cultura brasileira

Proponente: Wátila Fernando Bispo da Silva

Resumo da moção:

O reconhecimento e legitimação da atuação dos Comitês Paulo Gustavo como movimento Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura Brasileira.

Texto da moção:

Repasse feitos para 98% dos municípios e 100% dos estados brasileiros.

À época dissemos: E agora?

Sabíamos que a luta dos Comitês continuaria pela dura realidade de fazer por onde os recursos chegassem na ponta, em cada município, no Brasil profundo, rural, ribeirinho, quilombola, caboclo, indígena, nômade, e nas periferias das grandes cidades, até às fazedoras e aos fazedores de cultura dos territórios, das populações invisibilizadas, para todas as minorias, através da realização das Oitavas, da Busca Ativa, e de todo o processo indicado pela LPG e pelo Decretos de Regulamentação Nº 11.525 de 11 de maio de 2023 e de Fomento Nº 11.453 de 23 de março de 2023.

A mobilização dos Comitês Paulo Gustavo, em seus respectivos estados e municípios, sob a batuta da Operativa Nacional, foi determinante para que tenhamos conquistado mais uma vitória para a cultura brasileira, que foi a aprovação do prazo de execução da LPG.

É para isso que lutamos!

Agradecemos aos colegas, trabalhadores e trabalhadoras da Cultura, pela companhia na luta e também ao Ministério da Cultura pela parceria na orientação para a implementação e execução da LPG e PNAB-Política Nacional Aldir Blanc. Sem essa rede não poderíamos

ter escrito esse texto, muito menos estar fazendo parte dessa história única, emocionante e revolucionária.

São quase três anos de luta que vão se completar no próximo mês de maio, os quais garantem que os Comitês Paulo Gustavo podem e devem ser trincheiras para outras lutas como o aumento do orçamento para a Cultura pelos municípios, estados e governo federal, o processo de execução da Lei Paulo Gustavo, a implementação (adesão e execução) da PNAB, o processo desta 4ª. Conferência Nacional de Cultura, antecedido pelas conferências municipais, intermunicipais e estaduais) e a articulação e mobilização para aprovação de leis da cultura como a já aprovada regulamentação do Sistema Nacional de Cultura-SNC e o Marco Regulatório do Fomento.

Em caráter voluntário, a luta pela Lei Paulo Gustavo é democrática, permeada participação da sociedade civil, construída de forma coletiva, tendo como premissa básica a simplificação para o acesso, aos recursos das políticas culturais, pela diversidade cultural, étnica, de território, social, apresentando transversalidade e pluralidade, com a participação e referências ancestrais de comunidades como os Povos Originários, Quilombolas, Comunidades Tradicionais, Povos Nômades, grupo LGBTQIAPN+ e demais atores da cultura brasileira, através do diálogo com a grande maioria dos partidos políticos, fóruns, coletivos das mais diversas linguagens artísticas e segmentos do setor cultural brasileiro.

Temos a certeza dos inúmeros desafios, tendo a democracia como norte; e também que é necessário avançar no sentido da dimensão humana e da formação técnica e educativa para além dos editais e leis emergenciais.

Diante dessa longa e resistente trajetória dos Comitês Paulo Gustavo, num período de profunda adversidade de uma pandemia e de um governo fascista, nós, artistas, demais trabalhadores, trabalhadoras, fazedores e fazedoras de cultura, resignificamos a nossa luta e legitimamos a atuação dos Comitês Paulo Gustavo como um Movimento Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura Brasileira.

OPERATIVA NACIONAL DO MOVIMENTO DE TRABALHADORES/AS DA CULTURA PAULO GUSTAVO

Nº 51 - Apoio ao PL 572/2024

Proponente: Marcelo Bravo

Resumo da moção: O PL 572/2023, altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências, para autorizar a doação e patrocínio dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais para fins de dedução do Imposto de Renda.

Texto da moção: Um conjunto de ações legislativas, faz-se necessário para regulamentar o abatimento de imposto de renda para doações aos fundos municipais de cultura. Não se trata de uma lei nova, mas da inclusão do termo “fundos de cultura” nos diplomas já existentes. Atualmente é permitida, no ordenamento legal nacional, a dedução de imposto de renda para doações a fundos municipais e além disso a Lei 8.313/1991, a Rouanet, já prevê a dedução de 6% do imposto de renda de pessoas físicas, mas somente para o Fundo Nacional ou para projetos aprovados por comissão específica.

Buscamos formas de ampliar a captação e estimular o uso dessa lei pelas pessoas físicas de todo o território nacional. Assim, esperamos corrigir a distorção da centralização de recursos, transformando todos os municípios brasileiros em potenciais captadores por meio da Lei Rouanet, ao destinar recursos para aplicação local. O resultado esperado é que

além de descentralizar o uso da lei, vai permitir o enorme desenvolvimento de fundos municipais para fortalecer suas políticas culturais.

Em meados de 2021, este Fórum concebeu a proposta para alterar alguns dispositivos legais, em especial a Lei Rouanet, para incluir os fundos estaduais e municipais na destinação dos recursos de pessoa física. Na ocasião da 4ª CNC, os dirigentes fluminenses de todas as regiões do nosso Estado, apresentaram a minuta do que se tornou logo em seguida o Projeto de Lei 572, de autoria do deputado Áureo Ribeiro.

Deseja-se que a pauta seja acolhida por todos aqueles que fomentam o desenvolvimento descentralizado e buscam nas pautas municipalistas o caminho para isso.

Nº 52 - Moção de defesa ao Cultura Viva

Proponente: Jacqueline Baumgratz, Alcemir Palma

Resumo da moção: Recomendamos que o MinC - Ministério da Cultura, estabeleça interlocuções para defesa das pautas dos 20 anos da lei Cultura Viva incluindo o planejamento da volta das teias Nacionais junto a SCDC e todas as demais secretarias

Texto da moção:

Providência Solicitada: Que todas as Secretarias do Ministério da Cultura sejam interlocutoras junto ao legislativo e executivo sobre a regulamentação dos recursos carimbados para a Lei n.º 13.018/2014 (que institui a Política Nacional Cultura Viva Cultura Viva), incentivando numa grande campanha o estabelecimento da Lei Cultura Viva para políticas públicas de ampliação e subsídios contínuos para Pontos, Pontinhos e Pontões de Cultura e seus prêmios estruturantes em todos os estados e municípios brasileiros para superação da meta 23 do então Plano Nacional de Cultura.

Esta Moção de recomendação vem para o fortalecimento da pauta histórica dos Pontos de Cultura na 4ª Conferência Nacional de Cultura em Brasília, com o propósito de sensibilizar e conquistar o apoio no ano de celebração dos seus 20 anos. Só o estado de São Paulo agrega mais de 1.000 Pontos de Cultura já selecionados em algum momento, beneficiando entidades e coletivos que desenvolvem processos enraizados em suas comunidades e territórios, com ações de identidade, memória, cidadania e diversidade cultural, abrangendo diversas estruturas, linguagens artísticas e expressões culturais. Sendo o Pontão para ações de abrangência Nacional e temática,

Ponto para ações municipais, regionais e estaduais e Pontinhos para ações com foco na Cultura Infância. Além de seus prêmios igualmente estruturantes e capilares como foram alguns exemplos entre tantos outros: Areté (Fóruns, seminários etc), ASAS (Manutenção de espaços culturais), Tuxaua (articuladores de arte e cultura em diferentes segmentos),

Mestres e mestras (para os 60+ com aprendizes em seus ofícios), Escola Viva (projetos artísticos e culturais em escolas), entre outros.

Sabemos o quanto a Lei n.º 13.018/2014 (que institui a Política Nacional Cultura Viva Cultura Viva) foi decisiva para conquistas das demais leis emergenciais que vieram socorrer o setor Cultural, como foi a LAB e LPG. Esta jornada de experimento e desenvolvimento bem-sucedido de mobilização, encantamento social e gestão cultural foi um dos pilares conceituais para a construção das leis emergenciais e para a Política Nacional Aldir Blanc que, nos próximos cinco anos, investirá mais de 15 bilhões de reais em todos os estados e municípios, com destaque aqui neste mês de celebração dos direitos das mulheres, o trabalho de duas incansáveis mulheres parlamentares: Benedita da Silva e Jandira Feghali representando todos e todas demais que lutaram ao lado da Cultura brasileira. Deixamos nossos cumprimentos aos que plantaram, cultivaram antes de nós o Cultura Viva: Célio

Turino e Gilberto Gil cumprimentamos os demais, incluindo os encantados, em nome do saudoso Sérgio Mamberti. E finalizamos com desejo de avanço e práticas exitosas para as políticas públicas culturais em nome de mais duas mulheres saudamos todos os demais secretários e secretárias, profissionais, técnicos e servidores do MinC: Ministra Margareth Menezes e Secretária Márcia Rollemberg.

Entre as principais metas estão:

- Fundo Nacional Cultura Viva com valor carimbado de no mínimo 3 bilhões para políticas públicas de ampliação e subsídios contínuos para Pontos, Pontinhos e Pontões de Cultura e seus prêmios estruturantes em âmbito nacional, estadual e municipal para superação da meta 23 do então Plano Nacional de Cultura.

- Mais editais nacionais de prêmios para mestres, mestras, coletivos, trajetórias artísticas e culturais, cultura infância, apoio e construção conjunta para teias regionais, estaduais e nacionais com seus fóruns de deliberações para superação de municípios e estados que não se encontram alinhados com a política pública implementada pelo governo federal.

Nº 53 - Moção de Apoio ao romancista Jeferson Tenório

Proponente: Dário Ferreira Sousa Neto

Resumo da moção: Manifestar apoio e solidariedade ao escritor Jeferson Tenório contra as práticas de censura a seu romance "O Averso da Pele".

Texto da moção:

A 4ª Conferência Nacional de Cultura, reunida nos dias 04 e 08 de março de 2024, manifesta apoio e solidariedade ao romancista Jeferson Tenório diante das censuras que seu romance tem sofrido. Censurar a literatura é prática de regimes totalitários e cujo efeito é nocivo à sociedade como já nos mostrou a História. Censuras como a que ocorreu contra James Joyce nos Estados Unidos em 1933, ou a ocorrida contra D. H. Lawrence na China em 1987, ou ainda mais recentemente contra o Salman Rushdie que resultou em um brutal ataque contra o escritor em Nova York no dia 12 de agosto de 2022, mostram que a censura contra a literatura resulta de posturas totalitárias, violentas e nocivas à sociedade. Por esta razão, tal prática operada contra o premiado romance de Jeferson Tenório é alvo de repúdio desta Conferência que defende o Estado Democrático de Direito, defende a pluralidade de ideias, o debate e entende que censuras deste tipo ferem o artigo quinto da Constituição Federal Brasileira. A Literatura, em toda sua diversidade, é fundamental para o processo de humanização da sociedade. Como nos ensina o eterno mestre Antonio Candido: "A Literatura nos humaniza porque nos faz viver". Censurar quaisquer obras literárias é alijar a população brasileira de seu contínuo processo de humanização. Portanto, esta plenária manifesta solidariedade ao escritor e repudia veemente essas censuras totalitárias nocivas à nossa cultura brasileira.

Nº 56 - APOIO À CRIAÇÃO DO SETORIAL DE QUADRILHAS JUNINAS

Proponentes: ADELICIMAR DOS SANTOS SILVA, Alison Barbosa de Souza, Kaio Almeida Alencar, Francisco Araújo Chaves, Rodrigo Rafael de Santana Oliveira

Resumo da moção: A moção de Apoio à Criação do Setorial de Quadrilhas Juninas pretende reconhecer a representatividade desse movimento pela sua extensão e complexidade, pelas funções culturais e sociais que essa expressão cumpre junto à sociedade brasileira em todo território nacional.

Texto da moção:

Moção de Apoio à Criação do Setorial de Quadrilhas Juninas

À 4a. Conferência Nacional de Cultura - CNC

Nós, delegadas, delegades e delegados, representantes do Movimento Junino do Brasil, presentes na 4a. CNC, apresentamos a demanda social de criação da Setorial de Quadrilhas Juninas junto ao CNPC.

As quadrilhas juninas têm uma longa tradição em nossa cultura, constituem contemporaneamente a maior expressão cultural e social do país, presente em todos os estados brasileiros.

A quadrilha junina inclui todos os grupos sociais brasileiros, transforma territórios e vidas, e promove a cultura local e nacional.

Considerando a extensão, a complexidade e o potencial das quadrilhas juninas justificamos a necessidade de criação da Setorial demandada para que a política pública de cultura seja real e efetiva junto à sociedade, a partir daquelas e daqueles que fazem as quadrilhas juninas.

A criação desta Setorial fortalecerá nossa identidade cultural, promoverá a inclusão social, possibilitando o desenvolvimento econômico, numa rede de produção cultural que alcança o turismo cultural e de eventos, promovendo o fomento às atividades relacionadas às festividades juninas.

Isto posto, demandamos respeitosamente que esta proposta seja considerada e que sigam-se os encaminhamentos necessários para a implantação da Setorial de Quadrilhas Juninas.

Saudações juninas!

Brasília - DF, 06 de março de 2024.

QUADRILHEIRAS E QUADRILHEIROS DO BRASIL

Nº 57 - MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO EM DEFESA DO FATOR AMAZÔNICO

Proponente: BIANCA ALENCAR, GEOVANE MAXIMO, GILCEIA SOUZA

Resumo da moção: A moção recomenda a defesa do conceito Fator Amazônico no contexto artístico e cultural da Amazônia Legal.

Texto da moção:

Apresentamos esta moção na finalidade de garantir que os acúmulos criativos, estéticos, solidários e organizativos dos agentes culturais da Amazônia, seja um elemento norteador na construção de políticas públicas.

Neste sentido, defendemos o Fator Amazônico, que leva em consideração os fatores territoriais da diversidade demográfica da Amazônia Legal, que são elencados a seguir, como: o tempo em seus aspectos bioculturais; as acessibilidades - dentre elas a comunicacional, a arquitetônica, a logística e de locomoção; a integração regional, bem como o monitoramento do orçamento, a responsabilidade social, a influência econômica e o combate às desigualdades. De modo a enfatizar que o Fator Amazônico, não seja confundido com o Custo Amazônico, enquanto uma derivação do Custo Brasil, mas sim, compreendendo-o como conceito mais abrangente e que se conecta de fato com a realidade e contexto da Amazônia Legal.

Desse modo, estruturamos esta perspectiva para superar dentre as diversas problemáticas, as práticas que ainda impactam no acesso aos investimentos para a cultura, que ficam

centralizadas nas regiões sul e sudeste. Por isso a necessidade destes processos serem geridos por entidades e agentes nascidos na Amazônia e/ou que tenham relação histórica, atuação comprovada e legitimada pelas populações, comunidades e territórios que serão beneficiados.

Neste contexto, defendemos através desta moção as seguintes propostas\

Criação de um programa de promoção da cultura amazônica, com política de fomento e a revisão dos prazos de inscrição, captação, execução e prestação de contas, considerando o modo de vida dos trabalhadores da cultura na região;

Criar e implementar uma política nacional do Fator Amazônico, na qual seja indispensável e obrigatória a plena participação dos agentes que reivindicam e são os principais afetados pela ausência desta política nacional. Para que os editais e outros mecanismos de financiamento privilegiem os agentes culturais da Amazônia, sobretudo, os povos e comunidades tradicionais, mestres e mestras, guardiões e guardiãs dos saberes e fazeres, as minorias sociais e os recortes interseccionais;

Apresentar novos formatos de divulgação e inscrição através de editais específicos baseados nas experiências, confluências e cosmovisões dos diversos povos da Amazônia, demarcando um processo decolonial, em que simplifique e desburocratize o acesso. Valorizando as propostas nas quais o bem viver seja a perspectiva de sustentabilidade que de fato promova a justiça climática, enquanto um critério norteador e transversal;

Criar a partir de espaços deliberativos autogestionados pela sociedade civil organizada, as instâncias de representação nas quais o fator amazônico e seus desdobramentos sejam propostos, fiscalizados, mensurados e divulgados pelos próprios agentes culturais da Amazônia;

Combater de forma veemente as práticas centralizadoras das infra e superestruturas de desenvolvimento, que promovem o protagonismo de forma desproporcional entre os estados e territórios das capitais em relação às suas periferias e os municípios do interior;

Promover o intercâmbio com a Região Nordeste que emana historicamente com o Norte, não apenas exclusões e marginalizações, mas também e, principalmente, as mais diversas potencialidades e experiências de resistência. Criando uma frente norte/nordeste de reparação histórica em relação ao financiamento e sobretudo, o protagonismo nacional;

Determinar uma % dos investimentos destinados à Amazônia para constituir o Fundo de Cultura da Amazônia, beneficiando principalmente as manifestações, expressões e eventos culturais que fomentam, divulgam e valorizam os saberes e fazeres locais, levando em consideração a necessidade de organização, profissionalização e desenvolvimento das cadeias e redes produtivas da economia criativa e solidária;

Combater os estigmas e preconceitos enraizados no senso comum muitas vezes reforçados pela imprensa e por entidades e/ou instituições fundamentalistas e fascistas, por meio de um discurso emancipador e não vitimista, tendo em vista a riqueza da Amazônia e sua contribuição histórica para o tesouro nacional, que sustentou em diversos contextos o país com a ajuda dos nordestinos;

Garantir profissionais capacitados na região por meio de concursos públicos, aumentando a oferta de vagas e reforçando os critérios de permanência para evitar a evasão de servidores, de modo a valorizar profissionais locais e contribuir para ampliação das ações de identificação destes.

Portanto, precisamos compreender a Amazônia como cenário de diversidade pluri sociocultural e garantir o lugar de fala do seu povo que faz a manutenção da cultura local e de sua existência enquanto agente cultural. Nossa Amazônia é uma fonte cultural que

historicamente sustenta a economia brasileira, contribuindo para o tesouro nacional, logo é nosso direito pedir que estas demandas sejam consideradas prioridade na construção do novo Plano Nacional de Cultura – PNC.

Nº 58 - Moção de Recomendação das Áreas Técnicas e de Produção da Região Norte

Proponente: Gabriel Carreiro, Brumma Negrozum

Resumo da moção: Esta moção de recomendação propõem o debate de inclusão das Áreas Técnicas e Produção como Setoriais de trabalho e discussões que demandam políticas públicas específicas.

Texto da moção:

Pelo direito à Vida, condições dignas de trabalho e acesso às Políticas de Arte e Cultura no Brasil, apresentamos esta moção de recomendação solicitando que as categorias de trabalhadoras/es da cultura, incluindo a que mais diretamente se nomeiam como setor das áreas técnicas e a de produtores culturais, sejam declarada de Utilidade Pública.

Estes profissionais atuam prestando serviços especializados na base de realização de projetos, espetáculos, filmes, desfiles, programações e eventos, cuidando do preparo técnico e produção do que se apresenta como resultado de linguagens culturais dentro de nossa diversidade de manifestações artísticas. Portanto, pela relevância das atividades desempenhadas pelo segmento técnico-cultural e de produção, solicitamos cadeiras de representação válida como as demais setoriais, para que participe de comissões e conselhos de cultura nas esferas municipais, estaduais e nacional com direito a voto dentre os delegados. A criação desta cadeira viabiliza o cumprimento da META 46 do atual Plano Nacional de Cultura que busca efetivar políticas culturais que reconhecem e valorizam todas as linguagens artísticas e técnicas, além das identidades nos contextos e recortes sociais e das setoriais de trabalho, o que poderá enfim resguardar os direitos das/os técnicas/os do ramo da cultura e das artes, entretenimento e eventos em geral.

Ao passo que possibilitam nosso acesso e contribuição na construção de novas políticas públicas culturais e pela forma como está se desenhando nossa participação a partir da 1ª Conferência Temática de Trabalhadores da Cultura e agora na 4ª Conferência Nacional de Cultura, buscamos através desta moção facilitar a comunicação com delegados / conselheiros, artistas, contratantes e gestores públicos para repensar uma legislação que:

- a) regulamente nossas atividades conforme a diversidade demográfica e abrace todas as categorias que foram pulverizadas em território nacional por falta de reconhecimento do mercado de trabalho e com isso amplie o debate sobre o Fator Amazônico que ainda desfavorece a distribuição orçamentária dos fomentos de forma equilibrada e equitativa;
- b) incentive e financie a formação inicial e continuada para linguagens artísticas e técnicas, com cursos e certificação em nível profissionalizante e/ou superior, e também reconheça com menções honrosas os saberes populares, tradicionais, indígenas e práticos de mestras/es de cultura e ofício, para fins de qualificação e orientação profissional das/os trabalhadoras/es da cultura;
- c) desenvolva uma estratégia de remuneração justa e boas condições de trabalho, com direito a seguridade através de fiscalização e gestão de riscos quando houver contratação pelo setor patronal, bem como o acompanhamento da atuação dos articuladores, fóruns e sindicatos de apoio à categoria;
- d) crie possibilidades em nível municipal, estadual e nacional para a participação das/os técnicas/os e produtoras/es no pleito de fomentos, garantindo assistência e orientação na escrita de projetos / editais, onde haja garantia de seguridade social e previdência, reconhecendo a dinâmica de sazonalidade e intermitência própria do setor cultural, o que impossibilita vínculos empregatícios diretos e contínuos.

Nº 59 - APOIO A FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE TEATRO-FBT

Proponentes: RAIMUNDO NONATO LOPES DE SOUSA, Rafael Fernandes de Souza

Resumo da moção: Moção de apoio à Fundação Brasileira de Teatro-FBT, o Complexo Cultural Dulcina de Moraes, um Patrimônio Cultural criado por Dulcina de Moraes, para formar e produzir estudos da história do Teatro Brasileiro. Diante disso conclamamos o governo federal anistiar a dívida pública da FBT.

Texto da moção:

Moção em apoio à Fundação Brasileira de Teatro-FBT e da suas vinculadas Faculdade de Artes Dulcina de Moraes e o Teatro Dulcina de Moraes, ao poder público. A Fundação Brasileira de Teatro - FBT fundada no Rio de Janeiro em 1955, pela grande personalidade do teatro brasileiro do século XX e heroína da pátria, Dulcina de Moraes, sediada no centro da capital do país onde se instalou convidada por Darcy Ribeiro - que falava também em nome do presidente da República, Juscelino Kubistchek - chegou na cidade com o objetivo de fomentar a cultura na nova Capital Federal, e prosseguir com o seu objetivo primeiro de profissionalização dos ofícios teatrais no país, da arte educação e de outros fazeres da cadeia de produção da cultura. A instituição sobrevive presentemente das atividades regulares que se propõe, realizando projetos de arte e educação no Espaço Cultural Dulcina de Moraes e, também, como mantenedora da Faculdade de Artes Dulcina de Moraes, oferecendo cursos de graduação em licenciatura e bacharelado, cursos de extensão e cursos livres, bem como pós-graduação e demais especializações e ainda oficinas técnicas. É responsável pela maior parte da inserção de professores de arte educação no setor educacional público e privado do DF e Rde. É sabido que a instituição passa por graves problemas financeiros que vem colocando em risco todo o patrimônio, acervo e legado da Fundação Brasileira de Teatro e de Dulcina de Moraes. Vimos por meio desta moção solicitar apoio, ao poder público, a anistia da dívida pública da Fundação Brasileira de Teatro/Faculdade de Artes Dulcina de Moraes. Essa dívida e todos os empecilhos que ela gera põe em risco a continuidade das atividades deste Patrimônio Cultural do Distrito Federal e brasileiro, impedindo as suas atividades, e por conseguinte, afetando o desenvolvimento da cultura do DF e bem como dificultando e impossibilitando que a FBT gere recursos para se autogerir e sanar suas dívidas.

Resumo da moção 36:

Nº 62 - A Música de Concerto e a Ópera Brasileira em estado de atenção

Proponentes: Glacimere Britto de Oliveira Pimenta, Nicolas David Gonzalez

Resumo da moção: Os projetos de música de concerto e ópera brasileiros necessitam de política pública com mecanismos específicos, o setor, que possui alta demanda tanto de platéia, quanto de mão-de-obra está sendo descontinuado por ausência de recursos, por isso recomenda a atenção do Minc para o setor.

Texto da moção:

Exma Ministra da Cultura Margareth Menezes

Considerando que:

1- A Música de Concerto e a Ópera são segmentos historicamente ausentes das pautas de políticas públicas culturais no país, e não contam com mecanismos específicos de fomento e manutenção;

2- A complexidade da cadeia produtiva e diversidade estilística da Música de Concerto e da Ópera, que emprega e gera renda para milhares de profissionais especializados;

3- A existência prévia de infraestrutura básica pública (conservatórios, universidades, salas de concerto, teatros e casas de ópera) em todo o território nacional, cujo potencial é subutilizado em sua oferta programática;

4- A necessidade de continuidade de investimentos e previsibilidade para manutenção da qualidade e relevância da produção artística já existente.

5- As barreiras de acesso à profissionalização e especialização de músicos, técnicos, gestores, produtores e todos os profissionais envolvidos na cadeia produtiva, especialmente, fora dos grandes centros, destacando-se aí negros, mulheres, povos originários e PCDs e neurodivergentes;

6- A necessidade de promover a rica e volumosa produção de obras contemporâneas ou não, de gerações de compositores e compositoras do Brasil, que nunca tiveram meios para editoração, catalogação, performance e gravação, mantendo a produção de Música de Concerto e Ópera, genuinamente brasileiras, com importância insignificante frente ao seu imenso potencial no cenário internacional, no que se refere à diplomacia, turismo cultural e comércio de bens e serviços;

Solicitamos a Exma Srª Ministra Margareth Menezes viabilizar e receber, juntamente com o corpo técnico do Ministério da Cultura, uma comissão organizada de representação do segmento da Música de Concerto e da Ópera, que tem se movido junto ao Fórum Brasileiro de Ópera, Dança e Música de Concerto, nascido em 2020, no cenário pandêmico, e que reuniu projetos de música, corpos artísticos, equipamentos culturais e produtoras de todo o país, silenciados e privados de recursos, bem como de seus públicos, e que levou grande parte dos projetos de médio e pequeno porte à descontinuidade.

Os delegados abaixo assinados colocam-se à disposição imediata do Ministério, bem como de V. Excelência, para dirimir dúvidas e entrar em acordo quanto à melhor forma de viabilizar este importante canal de diálogo com o Ministério.

Este setor que emprega dezenas de milhares de trabalhadores da Cultura necessita de auxílio.

Nº 64 - Criação de setorial de jogos eletrônicos no CNPC

Proponente: Marcelo de Freitas Rigon

Resumo da moção: Apresentamos à 4ª Conferência Nacional de Cultura o pedido de aprovação de uma moção de apoio para a criação de uma cadeira setorial de jogos eletrônicos quando da reformulação do Conselho Nacional de Políticas Culturais.

Texto da moção:

Urge a reformulação do CNPC! Não somente pelo grave desmonte sofrido ao longo dos governos a partir de 2016, mas também porque a dinâmica da sociedade foi profundamente alterada desde a composição mais inicial, nos início dos anos 2000.

A linguagem dos jogos eletrônicos, por exemplo, não foi jamais abarcada por qualquer composição do CNPC. Um setor com cerca de 70 mil fazedores culturais em mais de 1000

arranjos produtivos não estar representada nesta interface da sociedade com o governo, demonstra grave defasagem.

Há todo um conjunto de fazeres culturais dentro dos games: literatas, musicistas, artistas plásticos, artistas cênicos, dubladores, diretores de fotografia e um sem fim de etc's. Mas eles se organizam de maneira distinta neste setor. Não deveriam os games disputarem cada uma das cadeiras do CNPC, mas sim terem representação para fazer o diálogo interseccional com os múltiplos fazeres.

Neste sentido, apresentamos à 4ª Conferência Nacional de Cultura o pedido de aprovação de uma moção de apoio para a criação de uma cadeira setorial de jogos eletrônicos quando da reformulação do Conselho Nacional de Políticas Culturais.

Nº 65 - Apoio a aprovação urgente Marco Legal dos Games (PL 2796/2021)

Proponentes: Marcelo de Freitas Rigon, Tiago J. S. Oliveira, Diêgo de Lima Barros

Resumo da moção: É urgente a aprovação de apoio para a aprovação do PL 2796/2021, o chamado "Marco Legal dos Games", que trará a possibilidade de disputarmos empregos, renda e divisas internacionais em um setor que já movimenta mais que o dobro da soma dos setores da música e do cinema no mundo, gerando (...)

Texto da moção:

(...) oportunidades para fazedores culturais de áreas tão diversas quanto as que citamos no início do documento, afinal, é impossível fazer jogos sem tratar com as outras expressões artísticas.

Pela aprovação urgente do Marco Legal dos Games

O setor de produção de jogos eletrônicos no Brasil envolve dezenas de milhares de criadores das mais diversas áreas: escritores, musicistas, ilustradores, modeladores, programadores, entre outros.

Apesar dessa enorme massa de fazedores culturais, há um enorme grau de insegurança jurídica: não estão regulamentadas as profissões relativas ao fazer de jogos, não está regulamentada nossa atividade empresarial e nem mesmo nossas ferramentas de trabalho contam com as proteções e os reconhecimentos legais cabíveis.

Neste sentido, dirigimo-nos a esta 4ª Conferência Nacional de Cultura no sentido de aprovarmos uma moção de apoio para a urgente aprovação do PL 2796/2021, o chamado "Marco Legal dos Games", que trará a possibilidade de disputarmos empregos, renda e divisas internacionais em um setor que já movimenta mais que o dobro da soma dos setores da música e do cinema no mundo, gerando oportunidades para fazedores culturais de áreas tão diversas quanto as que citamos no início do documento, afinal, é impossível fazer jogos sem tratar com as outras expressões artísticas.

Pela aprovação do Marco Legal dos Games no formato do substitutivo que hoje tramita no Senado Federal, urgente!

Nº69 - Moção de apoio à política de interiorização dos recursos.

Proponente: Jorge Ayer

Resumo da moção: Moção de Apoio com o objetivo de definir uma política pública de distribuição de recursos que garanta a sua interiorização em ações de fomento federais, estabelecendo um percentual obrigatório para capitais (40%) e interior (60%)

Texto da moção:

O Estado do Rio de Janeiro tem, na lei que regulamenta seu Sistema Estadual de Cultura, um dispositivo que estabelece os critérios para distribuição dos recursos do Fundo Estadual de Cultura na proporção 40/60, sendo 40% do montante para a capital e 60% para o interior.

Trata-se de uma Política Pública exitosa que, em conjunto com outras ações afirmativas, garante que o agente cultural do interior do estado acesse as verbas para a realização de seus projetos.

Esta Moção de Apoio tem como objetivo solicitar que esta Política Pública seja replicada na esfera federal, em todas ações de fomento à Cultura, incluindo os editais de fomento de órgãos e empresas públicas federais. Deste modo, serão garantidos que agentes culturais fora das capitais tenham a possibilidade de acessar esses recursos, evitando a competição desleal com as grandes produtoras da capital, privilegiar a diversidade cultural dos mais diversos territórios do interior.

Nº 72 - Moção de aplausos a equipe da Secult PB por ser a primeiro estado a ter o plano aprovado da LAB e parceiras diretas com os artistas

Proponente: Fernando Inácio da Silva

Resumo da moção: A Equipe do estado da Paraíba vem sendo destaques nacional por desempenho e parcerias com todos os artistas de todas regionais paraibana nisso sendo um fator transformador de políticas públicas culturais pra nosso estado

Texto da moção: A Equipe do estado da Paraíba vem sendo destaques nacional por desempenho e parcerias com todos os artistas de todas regionais paraibana nisso sendo um fator transformador de políticas públicas culturais pra nosso estado

Nº 74 - RECONHECIMENTO DO BARCO DE FOGO COMO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL NACIONAL

Proponente: LIDIANE NOBRE, SELMA DOS SANTOS SILVA

Resumo da moção: O Barco de Fogo é uma bela e lúdica alegoria pirotécnica artesanal, em formato de barco que ao ser impulsionado por fogos de artifícios, presa em arame de aço, percorre um trajeto de cerca de 300 metros, deixando um rastro de luz e beleza

Texto da moção:

O São João da cidade de Estância, Estado de Sergipe. A grande festa tem como centro o seu povo, se configurando como uma manifestação cultural muito importante para a identidade dos estancianos. Pela sua originalidade e tradição, o período junino da cidade de Estância possui beleza única, sendo marcado pela participação popular. Entre os diversos aspectos culturais ligados à festa merece destaque o “Barco de Fogo”, patrimônio material e imaterial de Sergipe, seguido de brincadeiras e manifestações populares. Jovens e adultos soltam espadas e buscapés, ajudando a iluminar o céu com seus fogos com bocas de cor diversificadas e se divertem em batucadas, quadrilhas e trios pés de serra. O São João de Estância é considerado um dos melhores do Brasil, chegando a ocupar espaço considerável na mídia nacional, principalmente pela sua originalidade e envolvimento da população no preparo e realização dos festejos.

Durante o mês de junho a cidade alegra-se vestindo luz e cor em sua tradição e torna-se um grande chamariz de turistas e apaixonados pela cultura popular, que juntos à

comunidade local, agrega em dias festivos uma média de 25 mil pessoas por noite, somando ao longo dos 30 dias de festividades mais de 500 mil pessoas.

Buscando a preservação das tradições juninas no nordeste e em especial em nossa cidade é de inteira relevância investimentos para que a cultura local se mantenha no topo das maiores celebrações folclóricas do Brasil, que é o maior cartão-postal de riquezas culturais para o mundo. Os festejos de São João têm início nos primeiros momentos de junho com a salva. Logo que soam as doze badaladas da meia-noite no velho e sonoro relógio da Matriz, hoje Catedral Diocesana, bimbam os sinos, espocam foguetes, girândolas estouram no ar e vozes de todos os cantos bradam: "Acorda João". É a salva de São João, a zero hora de 31 de maio". A partir daí, a cidade tem trinta dias de atividades voltadas para as comemorações alusivas ao São João, por meio de uma programação cultural original que envolve a população e encanta turistas de todo o Brasil e, até, de outros países. O Barco de Fogo é uma bela e lúdica alegoria pirotécnica artesanal, em formato de barco que ao ser impulsionado por fogos de artifícios, presa em arame de aço, percorre um trajeto de cerca de 300 metros, deixando um rastro de luz e beleza. Por conta deste, Estância recebe o título de "Capital Brasileira do Barco de Fogo", tal alegoria tem ocorrência exclusiva na cidade, sendo este, patrimônio material e imaterial do Estado de Sergipe, amparado pela Lei Nº 7.690 de 23 de junho de 2013.

Nº 75 - Moção de repúdio aos gestores municipais que proíbem as artes de rua

Proponente: Consuelo Vallandro Barbo, Sérgio Augusto aenlhe correa

Resumo da moção: Mocão de repúdio aos gestores municipais que vêm publicando decretos que proíbem ou burocratizam a manifestação espontânea dos artistas de rua.

Texto da moção:

Mocão de repúdio aos gestores municipais que vêm publicando decretos que proíbem ou burocratizam a manifestação espontânea dos artistas de rua, como foi o caso de Ijuí e Panambi no Estado do Rio Grande do Sul, que proibiram as apresentações artísticas nas sinaleiras, calçadas e burocratizaram a presença de artistas nas praças públicas, ferindo diretamente o Artigo 5º da Constituição Federal, que garante a liberdade de expressão.

Nº 76 - Reativação dos colegiados setoriais do CNPC

Proponente: Heloisa Esser dos Reis

Resumo da moção: Os colegiados setoriais de cultura contribuem na construção de estratégias para cumprimento de objetivos e metas visando a implementação das diretrizes da Política Nacional de Cultura aprovadas na Conferência Nacional de Cultura, nos respectivos setores culturais.

Texto da moção:

Os colegiados setoriais de Cultura são órgãos de assessoramento imediato da(o) Ministra(o) de Estado da Cultura, tendo como finalidade promover a gestão democrática da política Nacional de Cultura, respeitadas as competências do Conselho Nacional de Política Cultural.

Nº 77 - Fortalecimento da Produção Cultural como Contribuição Intelectual e Política e Representatividade Setorial

Proponente: Valda Patrícia Neves de Souza da Silva

Resumo da moção: Moção de apoio a importância da produção cultural como construção intelectual e política, propondo medidas à representatividade, com a criação de cadeia setorial, o reconhecimento da profissão e fortalecimento da Rede Nacional de Produtores, assim promovendo o setor cultural de maneira mais eficaz.

Texto da moção:

Fortalecimento da Produção Cultural como Contribuição Intelectual e Política e Representatividade Setorial.

Esta moção, apresentada na 4ª CNC, destaca a importância da produção cultural como construção intelectual e política e RECOMENDA medidas para fortalecer sua representatividade, com a criação de cadeia setorial, o reconhecimento da profissão e o fortalecimento da Rede Nacional de Produtores, assim promovendo o setor cultural de maneira mais eficaz.

Moção para a 4ª Conferência Nacional de Cultura: Fortalecimento da Produção Cultural como Construção Intelectual e Política e Representatividade Setorial

Nós, representantes do grupo reunido na 4ª Conferência Nacional de Cultura, apresentamos esta moção para destacar a importância vital da produção cultural como parte integrante da construção intelectual e política das artes e da cultura, exigindo, além disso, uma representação setorial efetiva.

Introdução:

Saudamos os presentes na 4ª Conferência Nacional de Cultura e expressamos nosso contentamento nessa convergência de múltiplos saberes, fazeres e dizeres. Vida longa às Conferências, lugar de encontros, trocas e proposições.

Contudo, externamos nossa preocupação sobre a posição da produção cultural no panorama atual, reforçando a necessidade de criar a cadeia de Produção Cultural Setorial. Inspirados por iniciativas bem-sucedidas, em conselhos culturais das cidades de Recife e Niterói e dos estados MG e CE, buscamos replicar essa representatividade em âmbito nacional.

Contextualização:

Destacamos a necessidade urgente de formação em produção e gestão cultural para ampliar nossas habilidades e contribuir ainda mais para o desenvolvimento cultural.

Desafios:

Enfrentamos a concepção equivocada de que produtores são apenas executores, quando, na verdade, somos pessoas sujeitas de articulação política, pessoas criadoras e agentes de inteligência, envolvidas em diferentes modos, níveis e espaços de produção.

Propostas:

Cadeira Setorial de Produção Cultural:

Propomos a criação da cadeira setorial de Produção Cultural no Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC, seguindo o exemplo exitoso de conselhos das cidades de Recife e Niterói e dos estados MG e CE, garantindo representação mais efetiva em debates políticos.

Formação em Produção, Políticas e Gestão Cultural:

Exigimos a implementação de programas abrangentes de formação em produção, política e gestão cultural, reconhecendo a diversidade do campo cultural, as implementações e execuções das políticas culturais e de atuação em nosso segmento. Temos reconhecidos

cursos universitários no Brasil em nível de tecnólogos, graduação, pós-graduação e especialização, modos e formas de gestão comunitárias exitosas, que devem ser difundidas e compartilhadas.

Desconstrução de Estereótipos:

Buscamos desconstruir a imagem limitada de produtores como meros executores, destacando nosso papel como articuladores políticos, criadores e agentes de inteligência.

Diferentes Modos de Produção:

Reconhecemos e defendemos a existência de diferentes modos de produção, promovendo a diversidade de abordagens no cenário cultural.

Fortalecimento da Rede Nacional de Produtores:

Propomos a ampliação e fortalecimento da Rede Nacional de Produtores para promover uma colaboração mais efetiva e troca de conhecimentos.

Conclusão:

Concluimos esta moção enfatizando a necessidade premente de abordar essas questões para fortalecer a produção cultural como construção intelectual e assegurar uma representação setorial eficaz. Pedimos o apoio de todos os presentes para impulsionar positivamente nosso setor.

Nº 78 - MOÇÃO DE REPÚDIO

Proponente: Benedito José Pereira

Resumo da moção: Moção de Repúdio aos gestores municipais e estudos que burocratizam e retêm os recursos oriundos da LPB e LAB, prejudicando aqueles que estão nas pontas territoriais.

Texto da moção: Considerando que a LAB e a LPG, apesar das restrições no que se refere ao alcance territorial, se constitui até essa data como uma ferramenta eficiente, para ampliar a abrangência territorial e o seu alcance social. E constatando que, muitos prefeitos e governadores têm tentado inibir essa abrangência territorial e alcance social, burocratizando o processo de acesso e atrasando ao máximo a liberação dos recursos, criando ainda a falsa impressão de se tratar de fomento cultural municipal e estadual, é que propomos uma MOÇÃO DE REPÚDIO a todos os gestores públicos que adotam essa prática, prejudicando os artistas dentro dos seus territórios e não divulgando que a ação cultural é proveniente do Governo Lula.

Nº 79 - Chamado urgente pelo fim do genocídio em Gaza e pelo reconhecimento do estado palestino

Proponente: Alexandre Santini

Resumo da moção: Título: Chamado Urgente pelo Fim do Genocídio em Gaza e pelo Reconhecimento do Estado Palestino

Considerando os impactantes dados dos 151 dias de genocídio em Gaza, incluindo 38.954 mortes, e diante da necessidade de uma ação internacional decisiva

Texto da moção:

Proposta de Moção para a Conferência Nacional de Cultura

Título: Chamado Urgente pelo Fim do Genocídio em Gaza e pelo Reconhecimento do Estado Palestino

Considerando os impactantes dados dos 151 dias de genocídio em Gaza, incluindo 38.954 mortes, e diante da necessidade de uma ação internacional decisiva

Declaramos:

1. **Cessar-Fogo Imediato:** Exigimos um cessar-fogo incondicional e permanente, visando interromper a violência e possibilitar a recuperação e a reconstrução.
 2. **Fim do Genocídio:** Condenamos enfaticamente as ações que resultaram no genocídio do povo palestino, marcado por assassinatos em massa e a desproporcionalidade chocante dos ataques.
 3. **Contra a Limpeza Étnica:** Repudiamos todas as formas de limpeza étnica e exigimos o fim da ocupação colonial em toda a Palestina.
 4. **Julgamento por Genocídio:** Apoiamos o julgamento internacional dos líderes israelenses Proponente e seus cúmplices, conforme evidenciado pelas declarações genocidas documentadas.
 5. **Desbloqueio de Gaza:** Solicitamos a remoção imediata do bloqueio de Gaza, para permitir a entrada irrestrita de ajuda humanitária e abordar a grave crise humanitária e de fome.
 6. **Reconstrução de Gaza:** Instamos Israel e seus aliados a assumirem a responsabilidade pela reconstrução de Gaza, em resposta ao sofrimento e destruição causados.
 7. **Proteção Internacional:** Exigimos proteção internacional ao povo palestino, incluindo medidas eficazes para prevenir futuras violações de direitos humanos.
 8. **Conferência Internacional de Paz:** Apoiamos a realização de uma conferência internacional de paz para a autodeterminação do povo palestino e o reconhecimento de um Estado Palestino com Jerusalém como sua capital.
 9. **Cumprimento das Resoluções da ONU:** Exigimos a implementação de todas as resoluções da ONU para a Palestina, incluindo a Resolução 194 sobre o retorno dos refugiados palestinos e seus descendentes.
 10. **Relações Brasil-Israel:** Pedimos que o Brasil suspenda relações com Israel, retomando-as somente após o fim do genocídio e o início de ações concretas para terminar a ocupação e os outros crimes de lesa-humanidade cometidos na Palestina ocupada.
- Conclusão:** Esta moção representa um apelo urgente e necessário para pôr fim ao genocídio em Gaza e apoiar a causa palestina, refletindo nosso compromisso com a justiça, a paz e os direitos humanos.

Nº 80 - MOÇÃO DE APLAUSO

Proponente: Benedito José Pereira

Resumo da moção: Moção de Aplauso ao ponto de cultura Fórum Permanente de Cultura SBS Engenho de Arte pelo trabalho cultural desenvolvido nas pontas dos territórios culturais.

Texto da moção:

Considerando a ação artística, cultural, política e social que o Fórum Permanente de Cultura – SBS Engenho de Arte vem desenvolvendo, há quase uma década, no estado de Pernambuco, mais especificamente na Zona da Mata Sul, realizando cursos, oficinas,

palestras, contações de estórias, montagens de espetáculos, curta-metragem, festivais de teatro e dança, investindo na formação, produção, fomento e difusão das expressões artísticas das comunidades carentes de São Benedito do Sul e regiões adjacentes, ampliando seu raio de ação a cada ano que se passa, formando artistas e técnicos da área cênica, facilitando o acesso de pessoas carentes aos seus bens culturais, é que propomos uma MOÇÃO DE LOUVOR a todos os artistas que compõem esse ponto de cultura, denominado SBS – ENGENHO DE ARTE, pelos serviços prestados de forma voluntária junto a toda comunidade artística da Zona da Mata Sul.

Nº 81 - ASSENTO DO AUDIOVISUAL NO CNPC

Proponente: Zeno Falcão, Marilena Lima

Resumo da moção: O cinema e o audiovisual brasileiro como linguagem reconhecida pelo MINC, com assento no Conselho Nacional de Política Cultural

Texto da moção:

A importância do cinema e audiovisual brasileiro, uma linguagem cultural centenário que se coloca no cenário da economia brasileira como setor que gera renda e emprego, enquanto se compõe de diversos segmentos e que se caracterizam pela capacidade criativa e que tem papel fundamental na missão de promover a diversidade cultural, vem solicitar um assento na Conselho Nacional de Política Cultural. Dentro da era da imagem o audiovisual se coloca como um meio de expressão inclusivo e acessível permitindo que todos os sujeitos e territórios possam se expressar como forma de traduzir a realidade é a diversidade de linguagens e expressões da culturais.

Nº 82 - MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO

Proponente: MARIA LUCIA RODRIGUES

Resumo da moção: Invisibilidade da cultura cigana nos espaços escolares.

Texto da moção: Destaque eixo 3

Moção de recomendação

A 4ª Conferência Estadual de Cultura de Goiás, recomenda ao MinC, que reconheça e fortaleça a necessidade de urgência na aprovação quanto ao projeto de Lei (PL1387/22) que visa estabelecer o Estatuto dos povos ciganos do Brasil. Que se encontra em análise na Câmara dos deputados aguardando a criação da comissão especial pela mesa diretora.

Nº 83 - Moção de Apoio à Inclusão do Patrimônio Arqueológico no Plano Nacional de Cultura

Proponente: Igor Erler

Resumo da moção: A arqueologia é uma poderosa ferramenta para reconstruir a história de povos ágrafos, marginalizados historicamente pelo Estado. Visamos promover o conhecimento arqueológico na educação, fomentar a extroversão de acervos arqueológicos para o público e ampliar políticas de proteção a este patrimônio

Texto da moção:

A Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) é uma entidade científica e cultural, de natureza privada e sem fins lucrativos, fundada em 1980 e representada no Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PHAN). A SAB visa

fomentar a pesquisa, a divulgação, a proteção e a defesa de assuntos relacionados ao patrimônio arqueológico e cultural brasileiro em níveis federal, estadual e municipal,

com especial atenção aos interesses dos povos indígenas, quilombolas e dos povos e comunidades tradicionais, através de ações que reflitam a diversidade étnico-racial, de gênero, social e cultural e que combatam diversas formas de opressão e desigualdades sociais.

Compreendemos que o patrimônio arqueológico está intrinsecamente ligado aos direitos das populações indígenas e tradicionais, pois representa a história e a presença de povos e comunidades que habitam este território há pelo menos 13 mil anos. Destacamos também que pesquisas arqueológicas realizadas por indivíduos ou grupos afrodescendentes estão trazendo à tona conhecimentos tradicionais que

desafiam interpretações acadêmicas convencionais sobre paisagens culturais e questões territoriais. Nesse sentido, acreditamos que a arqueologia é fundamental para instrumentalizar políticas públicas que promovam a disseminação das culturas indígenas, afro-brasileira, e dos povos e comunidades tradicionais, conforme estabelecido pela Lei 11.645/2008, garantindo o direito à memória de narrativas silenciadas e conquistas invisibilizadas na história oficial do país. Reconhecemos que a prática arqueológica incorpora a dimensão

simbólica e social dos sítios arqueológicos, lugares significativos, paisagens e territórios, desempenhando um papel fundamental na construção da memória social e da identidade cultural. Da mesma forma, as

arqueologias indígenas destacam a necessidade de novas metodologias que respeitem e dialoguem previamente com as comunidades envolvidas com o patrimônio estudado, em conformidade com as disposições da C169 da OIT e da CF/88.

Defendemos esta moção de apoio à inclusão do patrimônio arqueológico no PNC, visando complementar os temas abordados pelo Eixo Temático 3 – Identidade, Patrimônio e Memória:

1) A inclusão da arqueologia nos currículos escolares como parte da educação artística, cultural e

patrimonial, a fim de promover ações educativas para conservação e preservação patrimonial, destacando a importância dos bens arqueológicos na construção de uma história abrangente dos

povos originários e da diáspora africana.

2) A implementação de estratégias de identificação, mapeamento, documentação e proteção do

patrimônio histórico-cultural e arqueológico, enfatizando a necessidade de políticas públicas e financiamentos específicos para divulgação de acervos públicos relacionados ao patrimônio arqueológico, visando à preservação, difusão e salvaguarda da identidade, patrimônio, memória e diversidade cultural brasileira.

3) A criação de um Programa Nacional de popularização e democratização dos acervos arqueológicos, destinando recursos para criação de museus arqueológicos, núcleos de estudo e pesquisa em arqueologia e centros de referência em cultura afro-brasileira e dos povos e comunidades tradicionais, que promovam e valorizem nos processos de musealização a cultura dos povos originários, povos de matriz africana, populações periféricas e mestres das culturas populares e tradicionais.

4) A intensificação da fiscalização de obras que descaracterizam locais considerados como sítios arqueológicos pelo IPHAN, promovendo seu registro e proteção. Além disso, destacamos a necessidade de respeitar as disposições da Convenção 169 da OIT quanto à consulta prévia e informada em pesquisas arqueológicas em Terras Indígenas e em lugares que possam ter ficado fora dos limites demarcados, mas que sejam significativos para essas comunidades. Essa questão é crucial, pois tais projetos são contraproducentes à ideia de conectar comunidades locais com seu patrimônio, promovendo a destruição irreversível de paisagens carregadas de significado para essas comunidades.

5) A destinação de recursos orçamentários para políticas públicas de preservação do patrimônio arqueológico por meio da criação de fundos que ampliem recursos financeiros e humanos nos estados e municípios e que fortaleçam instituições representativas como o IPHAN, IBRAM, Fundação Palmares e a Secretaria dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Nº 84 - Criação de Instrumentos Normativos de prevenção ao assédio e à violência no Setor Cultural, bem como eventuais sanções.

Proponente: Jacqueline Baumgratz

Resumo da moção: Recomendamos que o MinC - Ministério da Cultura, estabeleça em suas campanhas de divulgação e em seu regimento interno regras de conduta, afastamento e outras sanções que venham eliminar e prevenir casos de assédio e violência, principalmente contra às mulheres e principalmente em eventos culturais.

Texto da moção:

Tendo em vista que estamos no mês de celebração dos direitos das mulheres, levando em consideração a legislação vigente de defesa e proteção das mulheres, recomenda-se que se insira em suas ações, campanhas e regimentos, sanções que venham eliminar e prevenir casos de assédio e violência contra mulheres adolescentes e meninas beneficiárias diretas e usuárias de equipamentos culturais públicos ou privados.

A violência é um problema social, cultural e histórico que se intensifica em marcadas por desigualdades, iniquidades e injustiças sociais e ambientais, as quais desestruturam bases familiares, comunitárias e territoriais necessárias ao desenvolvimento humano e uma cultura de paz. Temos produzido informações alarmantes acerca de homicídios, agressões, suicídios e tentativas de suicídio, dentre outras formas graves de violência.

As vítimas mais frequentes dessas formas de violência como: homicídios, suicídios, assédios e violências sexuais, entre outras, são jovens negros, mulheres, idosos e a população LGBTQ+, em especial as mulheres trans e travestis.

A questão racial é de suma importância: temos ao longo da história nacional observado um aumento das taxas de mortes e agressões de negros e negras em relação a pessoas não negras.

Crianças e adolescentes vivenciam muitas violências no âmbito da família, escola e comunidade, propiciando sofrimento físico e psíquico, que podem se expressar através de agressividade, ansiedade e depressão, fragilizando o seu desenvolvimento ao longo da vida.

Estas vulnerabilidades estão refletidas nos marcadores sociais de idade, gênero, raça e orientação sexual da Saúde. Ressalta-se o agravamento dos conflitos armados que vêm acontecendo, especialmente nas grandes cidades, o que gera extrema

insegurança e a constante violação de direitos da população. Os serviços e equipamentos culturais são impactados, usuários e trabalhadores, uma vez que têm sua rotina alterada em função da violência. A denúncia é um passo vital na jornada de cura e empoderamento das vítimas. É uma afirmação de dignidade e uma busca por segurança e liberdade.

Providência Solicitada: Que todas as Secretarias do Ministério da Cultura sejam interlocutoras junto ao Legislativo e Executivo sobre a regulamentação dessas sanções para este tipo de casos, principalmente os já comprovados.

Nº 85 - Moção de aplausos da Delegação RJ em reconhecimento ao Mestre Paulão Kikongo por todo serviço prestado à cultura Fluminense e Nacional

Proponente: Filipe Gonçalves de Assis

Resumo da moção: Moção de aplausos da Delegação do Estado do Rio de Janeiro em reconhecimento ao Mestre Paulão Kikongo por todo serviço prestado à cultura Fluminense e Nacional.

Texto da moção:

Mestre Paulão Kikongo tem histórico de décadas de luta pelas políticas públicas em cultura, tanto em âmbito estadual quanto federal.

Nº 86 - MOÇÃO DE PROTESTO CONTRA A MÁ GESTÃO DOS RECURSOS DA LEI PAULO GUSTAVO.

Proponente: Diego Carvalho

Resumo da moção: Nosso apoio aos TRABALHADORES E TRABALHADORES DA ARTE E DE CULTURA DO PARANÁ que, por meio de abaixo-assinado lançado em 5 de março de 2024 e que já reúne cerca de 500 assinaturas e conta com o apoio do SATED/PR, registraram seu PROFUNDO DESCONTENTAMENTO E PROTESTO contra a gestão na cultura do GOV

Texto da moção:

Nosso protesto pelo fato da Secretaria de Cultura praticamente não ter apresentado ou não ter cumprido até o momento nenhum cronograma com prazo para resultados e pagamentos dos editais LEI PAULO GUSTAVO, realizados com recursos federais e emergenciais que já estão disponíveis desde o início do segundo semestre de 2023, e até agora nada! Demorar tanto para repassar recursos emergenciais de uma política de retomada é gravíssimo! Reivindicamos o comprometimento do Governo Ratinho Júnior com um cronograma real de resultados e uma data limite plausível para os pagamentos.

Nosso protesto pelos sucessivos erros nos pareceres apresentados até então, com ausência de notas, repetição de pareceres, descumprimento de normas, incoerências na aplicação das notas indutoras (ações afirmativas), o que obrigou a Secretaria de Cultura a rever grande parte desse processo, o que resultou em ainda mais atraso nos resultados e demonstra como a Secretaria de cultura estava despreparada para executar os recursos da Lei Paulo Gustavo, que inacreditavelmente seguem parados.

Nosso protesto pelo pouco espaço real para a participação social no debate da Lei Paulo Gustavo no Paraná, o que é refletido em parte dos problemas e desmandos que vem ocorrendo.

Nosso protesto pela gigantesca demora nos resultados, do PROFICE - Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, que, no caso do Teatro, já acumula cerca de 18 meses

após o encerramento de suas inscrições, fato de deixou o setor sem investimentos estaduais de fomento durante todo o ano de 2023. É inaceitável que o Governo do Paraná atrase a execução de recursos estaduais da cultura com a justificativa de que estaria voltado à Lei Paulo Gustavo.

Nosso protesto contra o Governo Ratinho Júnior, pela falta de equipe e de estrutura na Secretaria de Cultura do Paraná, uma vez que a atual estrutura é completamente incompatível com as necessidades de execução e com o tamanho e importância econômica e social da Cultura do Paraná.

Muitos dos graves erros e demora na distribuição dos recursos da emergenciais da Lei Aldir Blanc 1 no Paraná, que na ocasião apresentou um dos piores desempenhos do país, tendem a se repetir no caso da Lei Paulo Gustavo no Paraná, o que justifica nosso repúdio.

Nº 88 - POVOS INDÍGENAS

Proponente: Marcondes Maconi Tapuia

Resumo da moção: Reconhecimento da cultura e territórios indígenas como patrimônio imaterial

Texto da moção: Os povos indígenas são originários do território chamado Brasil, mas seus fazeres, suas atividades, artes, história, conhecimentos, línguas, crenças, tradições, territórios, e demais elementos do modo de viver ainda não são reconhecidos como patrimônio. Essa moção objetiva reconhecer os povos indígenas, com ênfase para o Povo Tapuia do território AHAÏN AAM, originários do Distrito Federal - DF e localizados na Região Administrativa do Paranoá, dentro da cultura para que possam participar dos incentivos, fomentos, financiamentos e realizações da área da cultura, de forma equânime e participativa como determina a constituição.

Nº 89 - Moção de Repúdio à falta de acessibilidade na 4ª CNC

Proponente: Mirell Ballatore

Resumo da moção: Repudiamos a falta de medidas de acessibilidade adequadas na 4ª Conferência Nacional de Cultura, em Brasília, resultando em falta de acesso a banheiros adaptados, falta de atenção à questão pessoa com deficiência na realização das atividades, dificuldades de locomoção e negação de direitos.

Texto da moção:

Manifestamos nossa insatisfação diante das graves falhas no tratamento dispensado às pessoas com deficiência durante a 4ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em Brasília. Enfrentamos diversos problemas, incluindo a falta de atendimento às medidas de acessibilidade solicitadas pelas pessoas com deficiência previamente através de um cadastro. Isso resultou na ausência de acessibilidade comunicacional, atitudinal, digital, metodológica e arquitetônica, além da carência de condições para uma higiene adequada (falta de acesso à banheiros acessíveis com sabão e tranca, assentos de vasos sanitários perigosos).

Destacamos a imposição capacitista na organização, que desconsiderou as condições corpóreas durante as atividades e o acesso pleno ao evento, incluindo shows externos. A solução encontrada, um "cercadinho", foi aplicada de maneira precária e humilhante, com entrada por aglomerações de pessoas. Além disso, enfrentamos dificuldades de locomoção para o hotel, e alguns indivíduos foram negados o direito de jantar após mais de 8 horas exaustivas de trabalho intenso.

Infelizmente, esta moção de repúdio se soma a outras realizadas em conferências anteriores, evidenciando a necessidade de que medidas anti capacitistas sejam tomadas pelo governo federal.

Nº 90 - Repudio as Prefeituras dos Municípios do Estado dos Estados da Paraíba que não realizaram conferencia, não tem interesse em apoio efetivo a cultura

Proponente: Luiz Torres Cacau

Resumo da moção: Repudio aos Municípios do Estado da Paraíba, que boicotam ou não tem nenhum compromisso em realizar conferencias Municipais, Criar Conselhos, Criar Fundos e os sistemas Municipais de Cultura

Texto da moção:

Nós Militantes da Cultura Paraibana, repudiamos a conduta de Gestores de Municípios do Estado da Paraíba, que não apoiam nem realizam conferencias de Cultura, não criam os conselhos, os Planos, os fundos e tão pouco apoiam como politica de governo a cultura.

Contribuindo assim, para o desestímulo da sociedade de se organizarem, prejudicando a criação e fruição do fazer cultural em todos os campos.

Nº 91 - Moção de Repúdio à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo

Proponente: Jacqueline Baumgratz

Resumo da moção: Repúdio à forma desrespeitosa de tratamento a delegação de São Paulo e pelo mal uso dos recursos públicos nas compras de passagens da delegação pela Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo em horários que impediram a delegação da participação plena da programação da 4ª CNC.

Texto da moção:

A juíza Maricy Maraldi, da 10ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de

Justiça de São Paulo (TJ-SP), concedeu um pedido de liminar feito por um grupo de 13 delegados (as) que vieram para a 4ª Conferência Nacional de Cultura, em Brasília.

Porém é triste saber que de 60 (sessenta) delegados titulares pelo estado de São Paulo, somente 13 (treze) conseguiram participar de fato de toda programação prevista

durante a 4ª Conferência Nacional, os 47 restantes que não tiveram tempo e nem recursos para acionar a justiça, portanto repudiamos nesta Moção a falta de respeito e capacidade de gestão do governo do estado de São Paulo a todo processo legítimo de

construção democrática como se pressupõe a participação da sociedade civil e gestores nesta tão esperada Conferência.

Aguardamos por mais de uma década esta 4ª Conferência Nacional de Cultura, para fazer valer nossos direitos culturais, sendo que o setor Cultural brasileiro sofreu perseguições e apagamentos junto ao governo anterior que tentou desmontar a Cultura com a destituição do MinC, como se isso fosse possível, afinal quem faz Cultura são as pessoas e não as instituições públicas, elas tem o dever de proteger suas expressões conforme bem define sua Constituição Federal, sendo esta Nação-Brasil potente em sua diversidade cultural. Porém com a retomada do MinC no governo Lula, com uma mulher negra, artista e sensível às causas dos trabalhadores, trabalhadoras e demais fazedores

de Arte e Cultura, agora a frente do Ministério da Cultura, vimos solicitar a nossa querida e respeitada Ministra Margareth Menezes, que faça interlocução, que fortaleça cada vez mais diálogos, incentivando, se preciso for novas leis, normativas e recomendações a todos os governos estaduais não alinhados com o governo federal e que continuam a

desrespeitar, perseguir trabalhadores (as) da Cultura, assediando-os de toda maneira, por lutarem por mais Direitos Culturais em seus estados.

Sabemos que esta prática colonizadora, opressora se estende também para diversos municípios que insistem com suas velhas práticas autoritárias, coronelistas e de poder. Esta Moção repudia à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo pela forma de tratamento inadequada e desrespeitosa com seus delegados estaduais que aqui estão de forma voluntária e que vem incansavelmente trabalhando por mais de 1 (um ano) para construção dessa Conferência desde suas bases municipais.

Estes delegados eleitos democraticamente na 4ª Conferência Estadual Paulista foram tratados com descaso, havendo inclusive mal uso dos recursos públicos pela SECSP, com o envio de passagens previstas para após o início da Conferência e com previsão de saída antes do seu término, o que demonstra total desinteresse pela política pública de Cultura implementada pelo governo federal e a retomada do MinC. A

delegação São Paulo exige direitos culturais por inteiro e não pela metade, exige mais respeito do governo do Estado de São Paulo para com a Cultura brasileira.

Nº 92 - Plano Nacional Cultura Viva 20 anos.

Proponente: Arthur Anderson Rodrigues Alves

Resumo da moção: Um momento de dar visibilidade a Política Nacional Cultura Viva 20 anos, referendar e atualizar a meta 23 do PNC e criar o Plano Nacional Cultura Viva 20 anos.

Texto da moção:

RECOMENDAÇÃO PARA A 4 CNC

O Programa Cultura Viva nasce em 2004, durante o primeiro governo do Presidente Lula, e se torna Política Nacional Cultura Viva, por meio da Lei 13.018/2014, no governo Dilma Rousseff.

Um programa concebido para a sociedade como uma rede comunitária orgânica de criação e gestão cultural, mediado pelos Pontos de Cultura, sua principal ação. O seu desenvolvimento é semelhante ao micélio, um organismo vivo que se expande, criando uma rede de conexões entre mestres e mestras, artistas, artesãos, arte-educadores, fazedores, técnicos, gestores, produtores culturais, bem como populações periféricas marginalizados, quilombolas, terreiros, comunidade hip-hop, capoeira, ciganos, pessoas com deficiência, povos originários, povos tradicionais, ribeirinhos, LGBTQI+, mulheres, negros e negras, caiçaras, infância e juventude e os idosos.

Criado para reencontrar o Brasil, fertilizar e valorizar as iniciativas culturais, ampliar o acesso aos meios de produção, fomentar projetos de entidades e coletivos culturais, dar visibilidade aos artistas e fazedores de cultura, Grupos e/ou Coletivos de base territorial, realizar formação para Agentes Cultura Viva, inclusão digital, fruição e difusão da cultura brasileira.

Um momento de dar visibilidade a Política Nacional Cultura Viva, referendar e atualizar a META 23 do PNC, de criar o Plano Nacional Cultura Viva e de propor a criação de Leis Estaduais e Municipais Cultura Viva em todas as federações, e a internacionalização dos Pontos de Cultura.

Por isso no ano de 2024, em que completamos, 20 anos da Política Nacional Cultura Viva, realizamos a 1ª Conferência Nacional Livre da Cultura Viva, online, no dia 26 de fevereiro de 2024.

O sonho da cultura comunitária também abraça a defesa da democracia e dos direitos humanos como prioridades do Cultura Viva. Nessa visão, a cultura não é apenas um espaço de expressão artística, mas também um campo de luta pela garantia dos direitos fundamentais de todos os cidadãos. É acreditar que a cultura pode ser uma ferramenta poderosa para promover a inclusão social, a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade.

Nesse contexto propomos metas de investimentos/fomento no Orçamento Anual da União, Estados e Municípios específicos para Política Nacional Cultura Viva.

Nº 93 - Reconhecimento do Rock como cultura popular urbana

Proponente: Delgo Santiago

Resumo da moção: Os signatários da presente moção vêm por este meio solicitar o reconhecimento do Rock Brasileiro como uma Expressão Cultural Popular Urbana e Patrimônio Cultural brasileiro tendo em vista a grande relevância histórica, social e artística.

Texto da moção:

Os signatários da presente moção vêm por este meio solicitar o reconhecimento do Rock Brasileiro como uma Expressão Cultural Popular Urbana e Patrimônio Cultural brasileiro tendo em vista a grande relevância histórica, social e artística. Este gênero musical, dando o pontapé inicial do rock no Brasil com a cantora Nora Ney nos anos 50 (https://pt.wikipedia.org/wiki/Rock_no_Brasil), amplamente difundido nos anos 60 e 70 e ainda popular nos dias de hoje, tem influenciado gerações de músicos e fãs em todo o mundo.

O Rock incorpora uma variedade de estilos musicais, desde o blues e o country até o punk e o heavy metal, refletindo a diversidade e a vitalidade da cultura urbana. Suas letras frequentemente abordam questões sociais, políticas e existenciais, servindo como um meio de expressão para as emoções e preocupações dos indivíduos e da sociedade em geral.

Além disso, o Rock desempenha um papel importante na construção de identidades culturais e na formação de comunidades de fãs, que se reúnem em festivais, concertos e eventos relacionados para celebrar sua paixão pela música e pelo estilo de vida rock'n'roll.

Portanto, os signatários desta moção reconhecem o Rock como uma forma de cultura popular urbana que merece ser valorizada, preservada e promovida. Que este reconhecimento inspire ações que fortaleçam e enriqueçam a experiência cultural de todos os que apreciam e contribuem para esse movimento musical tão significativo. E para maior compreensão o rock brasileiro tem uma particularidade muito grande em relação a originalidade em que atuamos de forma transversal como varias bandas apresentam trazendo elementos regionais como o Maracatu (Nação Zumbi), Sepultura com o disco Roots (Capoeira), Arandu Arakuua banda brasileira de metal indígena e entre outras bandas, além disso o rock dialoga com vários outros elementos como (Cinema, literatura, Dança, Moda, Esportes Radicais, Motociclismo e entre outros). É bom ressaltar que o Brasil é o único país do Mundo ter o dia Mundial do Rock https://pt.wikipedia.org/wiki/Dia_Mundial_do_Rock em que se comemora dia 13 de julho e

agora Brasília como a Capital do Rock tem o Dia do Rock Brasiliense em que se comemora dia 27 de março (Lei 526/2023).

Nº 95 - Criar fundo setorial de arquivos dentro do Fundo Nacional de Cultura para a modernização e fomento de instituições

Proponente: Roberta de Jesus Santana

Resumo da moção: Conforme o Plano Setorial de Arquivos (em vigor até 2027), além da criação de editais, a melhor forma de garantir a manutenção das atividades arquivísticas é por meio da criação de fundo setorial que possa fomentar ações nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

Texto da moção:

O Fundo Setorial de Arquivos terá como finalidade garantir a constante modernização das instalações de Arquivos públicos e ações preventivas e emergenciais para impedir que possíveis catástrofes comprometam a integridade da documentação. Além disso, visa fomentar a criação de instituições arquivísticas e/ou custodiadoras de acervos de relevância histórica e cultural

Nº 96 - NOTA DO FÓRUM EM DEFESA DA VIDA, EM APOIO AO USO DE CÂMERAS CORPORAIS NAS FARDAS DOS POLICIAIS

Proponente: Fernando Ferrari de Souza

Resumo da moção: NOTA DO FÓRUM EM DEFESA DA VIDA, EM APOIO AO USO DE CÂMERAS

CORPORAIS NAS FARDAS DOS POLICIAIS

Texto da moção:

NOTA DO FÓRUM EM DEFESA DA VIDA, EM APOIO AO USO DE CÂMERAS CORPORAIS NAS FARDAS DOS POLICIAIS

Com profunda indignação e crescente preocupação, o Fórum em Defesa da Vida, cuja trajetória de quase três décadas tem sido marcada pelo engajamento na

promoção de uma segurança pública alinhada aos Direitos Humanos, sente-se compelido a manifestar sua consternação diante da postura adotada pelo atual

governador Tarcísio de Freitas com relação ao uso das câmeras corporais pelas forças de segurança.

É alarmante perceber que, em detrimento dos princípios basilares de transparência e prestação de contas, o governador tem deliberadamente impedindo o uso de câmeras corporais na farda dos policiais, perpetuando uma política de morte que põe em risco a vida e a integridade da população, especialmente a juventude preta e periférica. É imperativo ressaltar que tal postura contribui diretamente para a promoção e patrocínio de mais uma série de chacinas, como as ocorridas na Operação Verão/Escudo na Baixada Santista. Essa operação que já vitimou 38 pessoas até a presente data, alguns com fortíssimos indícios de execuções sumárias, constituindo um sério retrocesso para o estado democrático de direito que tanto almejamos.

Recentemente, o Conselho do Ministério da Justiça recomendou o uso de câmeras em fardas de policiais, reconhecendo a importância dessa ferramenta na garantia da transparência nas ações policiais. Além disso, estudos realizados pela Fundação Getúlio

Vargas demonstraram que os batalhões que adotaram o uso de câmeras tiveram uma redução significativa de 57% nas mortes praticadas pela PM em comparação com aqueles que não utilizaram essa tecnologia.

É importante ressaltar que o número de adolescentes mortos por intervenções policiais em São Paulo reduziu em impressionantes 80,1% após a instalação das câmeras nas fardas dos policiais, conforme apontado pelo anuário do FBSP. Além disso, São Paulo registrou o menor número de policiais mortos em serviço na história, o que evidencia os benefícios tangíveis do uso desses dispositivos para a segurança tanto dos cidadãos quanto dos próprios agentes de segurança.

O Programa Olho Vivo, implementado em agosto de 2020, foi uma iniciativa crucial que promoveu a instalação das câmeras nas fardas dos policiais, contribuindo para o aumento da transparência e da prestação de contas nas atividades policiais.

É lamentável, no entanto, que em setembro de 2023, após um pedido do Governador Tarcísio de Freitas, a liminar que obrigava o uso das câmeras tenha sido derrubada pelo TJ-SP. Tal decisão representa um retrocesso significativo na busca por uma segurança pública mais justa e transparente.

As câmeras corporais não apenas reduzem significativamente as violações cometidas pelos agentes públicos, mas também protegem os policiais de acusações indevidas, fornecendo evidências concretas das interações entre os agentes e os cidadãos.

câmeras tiveram uma redução significativa de 57% nas mortes praticadas pela PM em comparação com aqueles que não utilizaram essa tecnologia.

É importante ressaltar que o número de adolescentes mortos por intervenções policiais em São Paulo reduziu em impressionantes 80,1% após a instalação das câmeras nas fardas dos policiais, conforme apontado pelo anuário do FBSP. Além disso, São Paulo registrou o menor número de policiais mortos em serviço na história,

o que evidencia os benefícios tangíveis do uso desses dispositivos para a segurança tanto dos cidadãos quanto dos próprios agentes de segurança.

O Programa Olho Vivo, implementado em agosto de 2020, foi uma iniciativa crucial que promoveu a instalação das câmeras nas fardas dos policiais, contribuindo para o aumento da transparência e da prestação de contas nas atividades policiais.

É lamentável, no entanto, que em setembro de 2023, após um pedido do Governador Tarcísio de Freitas, a liminar que obrigava o uso das câmeras tenha sido derrubada pelo TJ-SP. Tal decisão representa um retrocesso significativo na busca por uma segurança pública mais justa e transparente.

Nº 97 - Implementação da Setorial do Audiovisual no CNPC

Proponente: Rosianne Coelho de Farias

Resumo da moção: Recomendamos a inclusão da setorial de audiovisual nas conferências culturais, dada a importância do setor e sua exclusão histórica. É essencial sua representação no CNPC para promover diálogo e políticas inclusivas.

Texto da moção:

Moção de Recomendação

Prezados membros da 4ª Conferência Nacional de Cultura (4a CNC),

Nós, abaixo-assinados, expressamos nossa preocupação com a ausência da representação setorial do audiovisual durante o processo da 4a CNC, o qual englobou conferências municipais e estaduais em todo o Brasil. Diante disso, recomendamos veementemente que, doravante e para as futuras conferências, a setorial de audiovisual seja assegurada, garantindo assim a representatividade deste importante segmento.

No governo anterior, uma ação arbitrária extinguiu centenas de conselhos e toda a estrutura de participação civil na elaboração de políticas públicas. A reconstrução desses espaços é vital para a democracia e a efetivação dos direitos culturais. Antes do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, já estava determinada a criação de uma setorial própria para o audiovisual, mas a implementação foi interrompida abruptamente.

A importância do setor está clara, evidenciada pelo fato de que, mesmo sem uma setorial própria, a 4a CNC promoveu uma reunião do segmento audiovisual, com grande adesão da categoria. Esta moção é o resultado direto das discussões realizadas nessa reunião, demonstrando a necessidade urgente de reconhecimento e representação adequada do audiovisual.

Ressaltamos a relevância desta recomendação, especialmente considerando a implementação e execução das Leis Aldir Blanc 1 e Paulo Gustavo em todo o território nacional, assim como a implementação da Política Nacional Aldir Blanc - PNAB. Destacamos ainda a posse do novo Conselho Superior de Cinema, entre uma de suas atribuições está a previsão da construção do novo Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual, que estabelecerá as bases para o desenvolvimento da atividade de audiovisual no Brasil nos próximos dez anos. É imperativo para o desenvolvimento cultural do país que o audiovisual seja alvo de discussões e políticas específicas, dada sua centralidade nas questões sociais e artísticas contemporâneas.

Além disso, destacamos a urgência em abordar temas cruciais para o setor, como a regulação de Inteligência Artificial e a regulamentação das plataformas de streaming, cuja falta de atenção evidencia as fragilidades do atraso enfrentado pelo setor do audiovisual.

Portanto, instamos que o audiovisual seja representado devidamente no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e que uma setorial própria seja estabelecida, visando assim garantir uma voz ativa e participativa neste importante órgão de formulação de políticas culturais. O audiovisual desempenha um papel fundamental na construção do imaginário simbólico nacional e é essencial que haja um diálogo efetivo entre o audiovisual e as demais áreas culturais. A setorial do CNPC é o espaço ideal para essa interação acontecer, permitindo que o audiovisual dialogue e colabore com outras áreas, enriquecendo assim o panorama cultural do país.

Nº 99 - Repúdio

Proponente: Jouceerland Rocha Sousa

Resumo da moção: MOÇÃO DE REPÚDIO AOS DESMANDOS DA CULTURA POR PARTE DO GOVERNADOR DO ESTADO E SUA SECRETÁRIA DE CULTURA.

Texto da moção:

MOÇÃO DE REPÚDIO AOS DESMANDOS DA CULTURA POR PARTE DO GOVERNADOR DO ESTADO E SUA SECRETÁRIA DE CULTURA.

1. DENÚNCIA CONTRA ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMETIDA PELA SECMA E CONSECMA.

No período de Janeiro, entre os dias 9 e 11, foi realizada a 4ª Conferência Estadual de Cultura no Maranhão. Na ocasião foi explicitado uma série de irregularidades na aplicação do processo democrático que escalaram ao ponto de haver extravio de dois nomes de Delegados da Sociedade Civil, representantes de Memória e Documentação.

i. A SECMA e CONSECMA.

A Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão contratou empresa para captar e desenvolver o relatório da 4ª CEC, que acabou nunca sendo apresentado.

ii. O CONSECMA esteve a frente de todo o processo e negligenciou os dados e informações que tiveram em mãos, mais especificamente na pessoa do seu Presidente, Dionílio Almeida que tomava decisões monocráticas inviabilizando a postura colegiada.

2. SUCATEAMENTO DA CULTURA POPULAR (PAGAMENTOS NÃO REALIZADOS)

Artistas de todo o Maranhão estão sendo afetados pelos atrasos, pelas omissões, além das poucas contratações para atividades fomentadas pelo Poder Público. Há uma grande série de denúncias nas mídias de que existem cachês não pagos, ultrapassando dois anos de atraso e ainda que os mestres de cultura estão morrendo sem o mínimo de amparo do Estado.

Nº 100 - Moção pela Reforma, Restauo e Reabertura do Teatro Nacional Claudio Santoro e Importantes Espaços Culturais do Distrito Federal

Proponente: Cléria Costa

Resumo da moção: Reforma, restauro e reabertura do Teatro Nacional Claudio Santoro, Centro Cultural Teatro da Praça, Teatro Galpãozinho, Complexo Cultural de Samambaia e outros em regiões administrativas do DF.

Texto da moção:

Em dezembro de 2023 fez dez anos do fechamento do principal palco artístico cultural do Distrito Federal, o Teatro Nacional Claudio Santoro. Concomitantemente, outros espaços nas regiões administrativas do Distrito Federal se deterioraram e foram fechados ou estão em situação precária de funcionamento, como: Teatro da Praça e Complexo Cultural Teatro da Praça de Taguatinga; Cine Itapuã do Gama; Galpãozinho do Plano Piloto; Cave do Gama; Complexo Cultural de Planaltina e Complexo Cultural de Samambaia. Para tanto, a Lei 933/2017 que prevê a criação da Fundação de Arte e Cultura e Fundação do Patrimônio precisa ser efetivada e regulamentada pois essas fundações é que darão conta das tarefas de reforma e manutenção desses espaços de forma permanente. Subscrevem os apoiadores desta moção:

Nº 101 - Rani - Facil

Proponente: Maria de Lourdes de Lima Soares

Resumo da moção: Ter o mês de abril como uma campanha nacional para a realização facilitada do Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI)

Texto da moção:

Moção durante o mês de abril a Funai realizar uma campanha nacional para realização facilitada do Registro Administrativo de Indígena (RANI) Que é um documento administrativo fornecido pela Funai, instituído pelo Estatuto do Índio, Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973.

Nº 102 - Reconhecimento da Cultura de Carros de Som Automotivos.

Proponente: Matheus Moura

Resumo da moção: Reconhecimento da Cultura de Carro de Som Automotivo.

Texto da moção:

O Carro de som mais conhecido no Brasil, é o do Zé do Caroço (O Comunicador Mendes, morador do morro do Pau da Bandeira, Vila Isabel Rio de Janeiro), Leci Brandão através da composição dando luz à história do morador Zé do Caroço, trouxe também à tona as denúncias feitas para as forças repressivas da época do sistema de alto falantes, o B.O. que foi criado pela esposa de um militar que morava na Vila Isabel e não suportava aquele meio de comunicação popular, ressaltando para que nunca mais aconteça, que naquele naquele instante o ditador de plantão era o General Ernesto Geisel, o novo líder não conseguiu enxergar que décadas depois, estimulados pela sua história, jovens tão barulhentos quanto ele, usariam seus carros para se reunirem em torno de luzes, batidas, graves e agudos musicais, tremendo tudo em sua volta, e como se tornou comum em território nacional, há Encontros de carros de som automotivo, na cidade, no campo, e de longe e de perto já são sentidos e ouvidos.

Eis uma nova forma de lazer, de reunião, de pessoas, de agremiação de ideias, uma nova cultura, uma nova versão do Zé do Caroço.

Nº 103 - Fortalecimento da cadeia produtiva do forró pé de Serra, como mecanismo de trabalho e renda.

Proponente: Joshephane da Silva Lima

Resumo da moção: O Forró, em especial o Forró Pé de Serra, é uma expressão cultural profundamente enraizada na identidade nacional brasileira. Sua importância transcende o entretenimento, sendo um reflexo vivo da história, tradição e diversidade do povo nordestino e, por extensão, de todo o Brasil. Além de fortalece

Texto da moção:

Nós, representantes do povo, reconhecemos a importância vital do Forró Pé de Serra como uma expressão cultural genuína e valiosa de nossa identidade nacional. Este estilo musical, enraizado nas tradições nordestinas, transcende fronteiras, unindo pessoas através de sua melodia vibrante e ritmos contagiantes.

Através dos anos, o Forró Pé de Serra tem sido um reflexo vivo de nossa história, resistência e resiliência. Ele é mais do que uma simples forma de entretenimento; é um tesouro cultural que merece ser preservado e promovido em todos os cantos de nosso país.

Ao reconhecer e valorizar o Forró Pé de Serra, estamos não apenas honrando nossas raízes, mas também apoiando os talentosos artistas e trabalhadores que mantêm viva essa tradição. Eles são os guardiões de nossa herança cultural, merecedores de reconhecimento, apoio e proteção.

Portanto, nesta moção, instamos todos os municípios e estados a oficialmente reconhecerem o Forró Pé de Serra como parte integrante de nossa cultura, promovendo sua preservação, difusão e desenvolvimento. Que possamos trabalhar juntos para fortalecer nossa mão de obra e artistas tradicionais, garantindo que o Forró Pé de Serra continue a encantar e inspirar as gerações futuras.

Que esta moção seja um testemunho de nosso compromisso com a preservação de nossa rica diversidade cultural e com o apoio aos que dedicam suas vidas a enriquecê-la.

Nº 106 - Setorial e Edital dos Povos Ciganos e Inclusão de Editais.

Proponente: Sônia Pereira dos Reis Silva

Resumo da moção: Criação dos Setoriais dos Povos Ciganos em todo o território nacional.

Texto da moção: A Criação dos setoriais dos povos ciganos, em todos os estados do Brasil e a inclusão dos povos tradicionais em todos os editais respeitando as suas especificidades.

Nós os povos ciganos ainda somos excludentes, em várias vertentes assim como na cultura em sua totalidade, ressaltando que fazemos parte de povos, de culturas raízes.

Nº 107 - Moção de Recomendação Patrimônios e Museus Ferroviários em Risco

Proponente: Alice Bemvenuti

Resumo da moção: 1) Ação interministerial entre Ministério da Cultura (IBRAM e IPHAN) e Ministério dos Transportes (DNIT, ANTT) e SPU para que junto: a) criação de um Grupo de Trabalho. 2) Criação de política pública para criação de uma Rede de Museus Ferroviários, vinculados ao IBRAM e integrado ao SBM.

Texto da moção:

O Coletivo de Museus Ferroviários Brasileiro apoiado pela sociedade civil e com integrantes de diferentes estados, durante a 4ª Conferência Nacional de Cultural, que se realiza em Brasília entre os dias 04 e 08 de março de 2024, vem a público manifestar:

Com a extinção da RFFSA, os museus criados pelo Ministério dos Transportes por meio do programa PRESERVE e PRESERFE não foram incluídos no processo de concessão e/ou de destinação às estruturas organizadas em CENTROS DE PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DA FERROVIA, como museus, que contavam com profissionais da área de museologia e recursos para a gestão dos acervos e das atividades de salvaguarda, de comunicação e de educação. Com abrangência regional, cada um desses espaços recebeu de diferentes cidades do interior documentos, fotografias e objetos, incluindo material rodante, passando a assumir a responsabilidade de salvaguarda deste patrimônio cultural e industrial ferroviário. Os 11 museus criados pelo PRESERVE/PRESERFE (São João del Rei, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Curitiba, Rio de Janeiro, São Leopoldo, Bauru, Campos, Miguel Pereira e Juiz de Fora) foram abandonados quando da extinção e liquidação da RFFSA, sendo posteriormente, em alguns casos, alguns acolhidos por municípios e estados e outros ficando a esmo. Os municípios e os estados que os acolheram de diferentes maneiras, desconsiderando o processo histórico e museológico desses Centro de Preservação da História da Ferrovia, sendo que encontramos muitos destes sem regulamentação, sem equipe técnica especializada, sem recurso para gestão de modo geral.

As comunidades que mantém os movimentos de resistência da memória ferroviária, salvando objetos e documentos manifestam recorrentes pedidos de ajuda para reconhecimento dos território ferroviários nos antigos recintos e vilas com vestígios e ruínas que necessitam atenção dos entes federativos.

Neste sentido, a moção de recomendação para museus ferroviários:

1) Ação interministerial entre Ministério da Cultura (IBRAM e IPHAN) e Ministério dos Transportes (DNIT, ANTT) e SPU para que junto: a) criação de um Grupo de Trabalho para

reconhecer os museus ferroviários oriundos do programa PRESERVE/PRESERFE; b) implantação de uma gestão vinculada a União, de modo compartilhado com estados e municípios, respeitando as abrangências regionais; c) criação de um fundo específico que parte das recolha multas das concessionárias.

2) Criação de política pública para criação de uma Rede de Museus Ferroviários, vinculados ao IBRAM e integrado ao SBM, que inclua os museus e centros de memória ferroviária, independente das formas de gestões, se comunitários ou vinculados aos órgãos públicos e/ou privados.

Nº 108 - Cantamos pela Reforma Agrária: Moção por um assento para a Cultura dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária no CNPC

Proponente: Marcus Israel Viana Cardoso

Resumo da moção: A moção de pleito apresentada pelo MST tem como objetivo garantir a representação e participação dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária no Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) e na do Programa Nacional de Cultura para Assentamentos da Reforma Agrária.

Texto da moção:

"A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores.

A Liberdade da Terra é assunto de todos quantos

se alimentam dos frutos da Terra. (...)

A Liberdade da Terra e a paz no campo têm nome:

Reforma Agrária.

Hoje viemos cantar no coração da cidade.

Para que ela ouça nossas canções e cante.

E reacenda nesta noite a estrela de cada um.

E ensine aos organizadores da morte

e ensine aos assalariados da morte

que um povo não se mata

como não se mata o mar

sonho não se mata

como não se mata o mar

a alegria não se mata

como não se mata o mar

a esperança não se mata

como não se mata o mar

e sua dança."

Pedro Tierra.

Vemos cantar no coração da cultura, no encontro adiado por golpes e pela censura fascista que tenta nos sufocar. É tempo de nos fortalecer e cultivar na terra a cultura de liberdade,

é tempo de ampliar a participação popular, é tempo de ocupar! Por isso, reivindicamos uma representação dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária no Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, bem como a constituição de um Colegiado Setorial com representações de movimentos populares do campo, representantes de pontos de cultura de assentamentos, representantes de associações culturais do campo e autarquias vinculadas ao MinC, MDA e Incra.

As especificidades dos sujeitos de assentamentos da Reforma Agrária estão invisibilizadas na atual estrutura no Sistema Nacional de Cultura - SNC. Atualmente existem mais de 1.000.000 (um milhão) de assentados da Reforma Agrária. Essa ampla e diversa população do campo, das águas e florestas necessita de políticas públicas específicas e atuação direta no debate para área da cultura, à exemplo do que é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), bem como participar ativa e diretamente da construção dos Planos Nacionais de Cultura destes territórios. A contribuição cultural do campo, águas e florestas é historicamente inegável para a cultura brasileira. Porém, a ausência e limites de políticas públicas culturais para a população destes territórios tem marginalizado, quando não, invisibilizado estruturalmente esse setor e prejudicado o bem viver destas populações. O Governo Federal possui diversos programas sociais, organismos e representações destinadas aos Assentados da Reforma Agrária. Estes territórios urgem por uma série de políticas públicas além da destinação da terra e permanência nos territórios. A vida no Assentamento implica na construção e usufruto das diversas dimensões das condições básicas da vida e dos direitos humanos, mas que historicamente nos é negado e calada a nossa produção cultural.

Os que vivem da Liberdade da terra, os assentados da Reforma Agrária possuem uma constituição político pedagógica específica pela conformação territorial, social, cultural, comunitária, produtiva e alimentar que ocorre através da conquista coletiva da terra para seu desenvolvimento. Cantamos, pois nosso grito não basta para denunciar que a constituição historicamente desigual e exploratória do latifúndio no Brasil nos coloca como sujeitos de direitos que necessitam uma reparação do Estado brasileiro, e isso também envolve o direito a produzir cultura em nossos territórios.

Tentaram, mas não conseguem matar nem a esperança, nem a alegria nem a força dos assentados e assentadas da Reforma Agrária que se constituem culturalmente de forma diversa e com suas especificidades e se reconhecem como tais. Através das formas próprias de organização social, pela pedagogia da terra ocupada, por sua produção artística, pela relação do trabalho e da forma como ocupam e utilizam territórios, imbricados à natureza numa relação cotidiana, como condição para sua reprodução cultural, social e econômica.

Reivindicamos um legítimo espaço de voz e debate direto das políticas públicas culturais no Sistema Nacional de Cultura e, a partir desta reconfiguração do CNPC, a criação e implementação de um Programa Nacional de Cultura da Reforma Agrária. Propomos que este programa seja construído de forma participativa e representativa, por isso é fundamental garantir o Colegiado Setorial para formular e acompanhar a sua implementação. Compreendemos que este programa deve instituir e garantir um orçamento de forma permanente, territorializada e continuada que contemple todas as funções da cadeia de cultura, como formação, produção, intercâmbio, criação, circulação, difusão, fruição e mais, promovendo o alcance regional, nacional e internacional, bem como capacitando os fazedores/as da cultura, gerando condições de trabalho e renda.

Nº 109 - FRONTEIRAS E DIÁLOGOS INTERNACIONAIS

Proponente: Thaiz Rodrigues Lucksis

Resumo da moção: Defendemos que as comunidades de fronteira sejam reconhecidas como interlocutoras dos processos de integração entre povos e países e que essas pautas sejam incluídas nas próximas Conferências de Cultura, assim com nas conferências, seminários e encontros.

Texto da moção:

Fronteiras e diálogos internacionais

O artigo 4º da Constituição Federal diz que "a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações". A América do Sul faz parte deste universo, e o Brasil é estratégico nesse processo, pois faz fronteiras com dez países, e as políticas de relações internacionais têm sido fundamentais para a garantir a paz e o diálogo fraterno entre os povos e países. Por entender que a cultura é o elemento fundamental para sedimentar esses diálogos internacionais e a própria integração, defendemos que as comunidades de fronteira sejam reconhecidas como interlocutoras na elaboração de políticas de cooperação, intercâmbio e convivência, e que as pautas da integração cultural entre os povos e países sejam incluídas nas próximas Conferências de Cultura, assim com nas conferências, seminários e encontros que ocorrerem nos municípios e nos estados.

Nº 110 - Cultura Surda como diversidade do país

Proponente: Luércio de Sousa

Resumo da moção: Reconhecer a Cultura Surda como uma das diversidades culturais do país

Texto da moção:

"Garantir a adesão da Cultura Surda como uma das diversidades culturais do país, sendo que há evidências de trabalhos acadêmicos e manifestações culturais que pulsionam a economia e a educação construindo identidades sociais da pessoa surda e sua diversidade."

Nº 111 - Litoral Negro Catarinense

Proponente: Marcus Israel Viana Cardoso

Resumo da moção: Litoral Negro - Visibilidade da Cultura Negra em Santa Catarina - Quilombolas

Texto da moção:

Dá mais visibilidade a esses segmentos da cultura negra catarinense, respaldando as manifestações destes e introduzir a educação da cultura de paz nas escolas desde o maternal até o ensino superior, em contraposição ao setor cultural catarinense que só valoriza a cultura gaúcha, o alemão e o italiano.

Nº 112 - Moção pela cultura na infância

Proponente: Jacqueline Baumgratz

Resumo da moção: Recomendação que o MinC - Ministério da Cultura e todas as suas Secretarias, reconheçam em todas as suas ações, programas e projetos de governos o foco na Infância como prioridade absoluta, já que esta população deve ser beneficiária direta das políticas públicas culturais brasileiras.

Texto da moção:

"É preciso toda uma aldeia para educar uma criança", diz um provérbio africano, partindo do pressuposto que todos aqui formam esta aldeia social e são Proponente por proteger e cuidar das crianças dessa nação, o Pontão de Cultura Infância Bola de Meia, aprovado com a maior nota no Edital Nacional de Pontão da SCDC/MinC/2023, unido com os demais GTs organizados por todo o país, e principalmente pelo Fórum Nacional Cultura Infância, que reconstrói-se após a volta e reconstrução do MinC, recomendamos aqui por esta Moção que todo Conselho e a Comissão Nacional de Cultura tenha um assento com representante do segmento Cultura Infância, pois está no bolo das políticas afirmativas, além das representações de

pessoa artista, trabalhadora de arte e cultura com deficiência, LGBTQIA+, pessoas negras, indígenas, pois se encontram ainda em minoria quando se trata de tomada de decisões.

Que as deliberações da 4ª Conferência Nacional de Cultura compreendam a Infância enquanto público prioritário de políticas afirmativas dentro das políticas culturais de fomento e financiamento, inclusive como grupo prioritário, complementando a Instrução Normativa 10, de 28 de dezembro de 2023.

Falamos aqui de 17,15% da população brasileira que são sujeitos e, segundo o ECA - Estatuto da Criança e Adolescente, devem ser reconhecidas como de prioridade absoluta nas políticas públicas, sejam editais estruturantes de ações "com",

"de" e "para" crianças brasileiras, sejam em escutas sensíveis em Câmaras Temáticas Setoriais, seja na destinação de recursos públicos, restauração e adaptação de parques infantis e áreas de descanso para promover o convívio e parentalidade, nas vias públicas, com garantia de educação, saúde e cultura para um ser em desenvolvimento.

Se elas ainda não podem definir essas mudanças, nós devemos porque somos esses guardiões que devem garantir um presente e futuro mais digno, de segurança e paz para todas elas, todas elas, sem discriminação alguma. Entender que em todas as metas dessa Conferência que seja possível a transversalidade e assegurar este direito, às crianças, que seja feito. Que cada pessoa aqui, da sociedade civil ou do poder público, saia dessa conferência com esta missão de proteger nossas crianças e assegurar à elas o pleno acesso a Arte e Cultura em todas as produções, projetos, programas, eventos, ações e linguagens. Criança deve ser considerada prioridade absoluta também em todo edital ou política pública, programas de acessibilidade e políticas afirmativas assim como já o é para mulheres, pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência e LGBTQIA+.

Esta Moção defende as principais metas levantadas na I Conferência Temática Cultura Infância, pois foram construídas na unidade de muitas mãos, incluindo as das crianças:

1. Criação e implementação do Plano Nacional Cultura Infância, integrado ao Sistema Nacional de Cultura.
2. Criação do Fundo Nacional Cultura Infância.
3. Inclusão da Infância como público prioritário de políticas afirmativas dentro das políticas culturais de fomento e financiamento.

PROVIDÊNCIA SOLICITADA:

Recomendação que o MinC - Ministério da Cultura e todas as suas Secretarias, estabeleçam a garantia de inclusão das pautas da Cultura Infância em todas as suas ações, aporte de recursos, programas, projetos de governos com foco na

Infância como prioridade absoluta, já que esta população deve ser beneficiária direta das políticas públicas culturais brasileiras.

Nº 113 - Moção de Repúdio contra a condução da participação social da Secretaria de Cultura de São Paulo

Proponente: Kain Ciasca

Resumo da moção: Moção de repúdio contra a condução de todas as ações que propunham a participação social do Estado de São Paulo nos últimos meses.

Texto da moção: Nós, trabalhadoras e trabalhadores de diversos segmentos e territórios, reunidos na 4ª Conferência Nacional de Cultura, repudiamos a forma com que a Secretaria da Cultura, Economia e Indústrias Criativas de São Paulo vem conduzindo a participação social na gestão cultural do Estado.

O atraso histórico em relação à implementação de políticas públicas no Estado de São Paulo é sabido. Sendo um dos poucos que não têm Conselho eleito e nem Plano de Cultura, na atual gestão de Tarcísio de Freitas e da Secretária Marília Marton a situação se agravou muito e a participação social está totalmente comprometida.

São muitos os casos que constataam a gravidade da situação. A presença da delegação dos agentes culturais de São Paulo nesta Conferência, por exemplo, foi conquistada, para parte das delegadas e delegados, com muita luta e organização, mas até o último momento esteve em risco. Além disso, outra parte da delegação chegou com a conferência já iniciada. O processo da Conferência Estadual foi marcado por todo tipo de ataque e cerceamento, desde reuniões online sem direito à voz, com chats fechados, passando por falta de transparência na comunicação, omissão das responsabilidades públicas, desinformação, falta de acessibilidade, perseguição a movimentos e agentes locais, mudanças de datas, entre outras.

Durante o processo da Lei Paulo Gustavo, apesar da participação estar prevista na legislação, as ações realizadas tiveram os mesmos problemas. O calendário das escutas foi publicado em cima da hora, sem divulgação, muitas delas realizadas em locais de difícil acesso, sem recursos de acessibilidade, em poucas regiões do Estado. No entanto, o mais grave é que as proposições feitas nos poucos espaços possíveis, em sua grande maioria, não foram consideradas na criação dos instrumentos de repasse. O resultado foram Editais excludentes, que criaram ainda mais barreiras para a população que deveria ser alvo desta política federal.

Denunciamos, ainda, que neste momento a Secretaria de Cultura está realizando o que tem sido chamado de Escutas Setoriais destinadas a construção da PNAB, porém, as ações novamente impedem a participação efetiva, com encontros centralizados, realizados através de lives, nas quais a maioria de nós só podemos participar via chat, sem direito à voz e sem direito à defesa das propostas, que são lidas ou não, a depender da avaliação da pessoa que está mediando.

Vale ressaltar que não há transparência e nem publicidade das propostas feitas pelos agentes culturais, as lives são retiradas do ar e qualquer questionamento sobre isso é prontamente cerceado e respondido com pedido de envios de emails particulares.

Repudiamos todas estas ações que atacam o processo democrático e causam atrasos na construção de políticas culturais que atendam de fato toda a população do Estado. Nos preocupa muito a implementação do Sistema Nacional de Cultura em nosso território, pois, se não houver nenhum tipo de controle e fiscalização destes processos, corremos o

risco de ter essas ferramentas ocupadas pela gestão para executar uma política opressiva, excludente, e ainda com respaldo legislativo.

Nº 114 - MOÇÃO DE APOIO AO MUSEU DO CANGAÇO DE SERRA TALHADA E AO GRUPO DE XAXADO CABRAS DE LAMPIÃO

Proponente: Cleunice Maria dos Santos

Resumo da moção: Moção de Apoio ao Museu do Cangaço e ao Grupo de Xaxado Cabras de Lampião, Proponente pela preservação do Xaxado e da história do Cangaço, de Lampião e de Maria Bonita.

Texto da moção:

Moção de apoio ao MUSEU DO CANGAÇO DE SERRA TALHADA e ao GRUPO DE XAXADO CABRAS DE LAMPIÃO, responsável pela criação e manutenção do Museu, pela continuidade de suas ações e reconhecimento pela sua contribuição como guardiões do Xaxado, da memória de Lampião e Maria Bonita, e da história do CANGAÇO enquanto movimento social, inspiração constante de luta e resistência. O Xaxado é uma dança criada pelos cangaceiros de Lampião, sendo o GRUPO DE XAXADO CABRAS DE LAMPIÃO o principal divulgador desta dança, mantendo há quase três décadas essa tradição originária do Sertão do Pajeú, reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco, divulgada em todas as regiões do Brasil e no exterior, através do GRUPO DE XAXADO CABRAS DE LAMPIÃO. O MUSEU DO CANGAÇO, criado e mantido pelos Cabras de Lampião, possui o maior acervo sobre este tema no Brasil, e em 2023 teve seu funcionamento ameaçado pela falta de apoio e pelo sucateamento sofrido pelo setor cultural nos últimos anos no Brasil. Esta moção, tem como propósito, reconhecer e fortalecer a luta do GRUPO DE XAXADO CABRAS DE LAMPIÃO e o MUSEU DO CANGAÇO, enquanto equipamento cultural, centro agregador da diversidade cultural nordestina, e como núcleo de memória de um dos capítulos mais importantes brasileiros: o Cangaço.

Nº 115 - APOIO AO MOVIMENTO "PIRAQUARA: O VENTRE DAS ÁGUAS"

Proponente: Luiz Carlos de Camargo Gonçalves

Resumo da moção: Apoio do Governo Federal para que o município de Piraquara - PR, biorregião de mananciais faça a transição para ser o primeiro município orgânico - agroecológico do Brasil

Texto da moção: Anexo

Nº 116 - Alimentação no local da conferencia

Proponente: Emarielly G. Ramos

Resumo da moção: Repudio pela falta de responsabilidade com a alimentação onde deixaram todos sem o jantar no primeiro dia e no dia seguinte quem estava na votação do plenário a má qualidade da comida onde teve varias pessoas passando mau inclusive com intoxicação alimentar.

Texto da moção: Repudio pela falta de responsabilidade com a alimentação onde deixaram todos sem o jantar no primeiro dia e no dia seguinte quem estava na votação do plenário a má qualidade da comida onde teve varias pessoas passando mau inclusive com intoxicação alimentar.

Nº 117 - Combate aos abusos das grandes plataformas digitais por meio da aprovação de direitos à remuneração, transparência para fazedores de cultura

Proponente: Karen Fonseca Lose

Resumo da moção: Combate aos abusos das grandes plataformas digitais e IA por meio da aprovação de direitos à remuneração, transparência e à voz e imagem para fazedores de cultura

Texto da moção:

A regulação das plataformas digitais é necessária por conta de uma série de omissões e abusos praticados por grandes empresas do setor, dentre as quais a violação aos direitos de fazedores de cultura cujas produções artísticas e intelectuais circulam na internet.

A divisão dos lucros das plataformas digitais é bastante injusta, o que fica evidente quando se olha para os contratos assinados entre as grandes empresas do setor, de um lado, e pelos autores e criadores, de outro, os quais configuram-se como verdadeiros contratos de adesão: tal como nos contratos que assinamos com operadoras de internet, por exemplo, aos artistas sobra apenas a opção de aceitar ou não aceitar as cláusulas e condições oferecidas (ou impostas) pelas empresas, ou seja, eles não têm qualquer poder de negociação sobre a utilização e a remuneração vinculada às suas obras, isso em vários gêneros artístico e culturais.

No campo da música, a maior parte dos royalties (lucros decorrentes da execução pública) das músicas é direcionado às gravadoras, sendo que, no Brasil, apenas 3% destes valores é direcionado aos autores (ou compositores), enquanto os artistas intérpretes e executantes (titulares dos chamados direitos conexos), que são os instrumentistas acompanhantes e cantores, por exemplo, que executam mas não compõem, nada recebem! No campo audiovisual a situação é ainda pior: atores, roteiristas e outros profissionais do audiovisual, em regra, também não recebem royalties pela exibição de seus trabalhos.

Já no campo da inteligência artificial (IA), as empresas utilizam sem autorização uma infinidade de obras protegidas por direitos autorais, cujos autores não são pagos pelo uso de suas criações. Esses sistemas são depois comercializados pelas empresas, que têm lucros enormes, enquanto os criadores cujas obras alimentaram os sistemas de IA não recebem qualquer compensação. Além disso, atualmente, os estúdios “adquirem” uma única vez os direitos de voz e de imagem de criadores e passam a explorá-los digitalmente de maneira ilegal, através de tecnologias como a deep fake, por exemplo.

Esse é um cenário de grave injustiça e que pode levar a diminuir a vasta produção cultural do País e contribuir para extinção de trabalhos artísticos e criativos, já que a longo prazo os “criadores e autores humanos” não terão incentivos para produzir as suas obras. Essa situação já é uma realidade no exercício das profissões de dubladores, compositores e artistas visuais, que começam a competir com as obras geradas por IA, produzidas a um custo e tempo muito menores.

Diante desse cenário, é imprescindível que seja aprovada uma regulação dos direitos de fazedores de cultura no contexto do ambiente digital e da inteligência artificial, garantindo-se o direito à transparência sobre os conteúdos utilizados pelas plataformas, bem como à remuneração justa de criadores e a proteção dos direitos de personalidade (imagem e voz) de todas as pessoas

Nº 121 - Tombamento federal do conjunto de armazéns do Cais Mauá de Porto Alegre/RS

Proponente: Jacqueline Custódio

Resumo da moção: Tombamento do conjunto do armazéns do Cais Mauá de Porto Alegre

Texto da moção: Moção Cais

Considerando,

1. a importância da área do Cais do Porto e seu entorno para a história da cidade de Porto Alegre, no que tange a sua localização e também a sua função, diretamente relacionadas com o lugar de fundação do núcleo urbano;
2. a perspectiva de devolução desse lugar público para a cidade, após quase 15 anos fechado, por intermédio de projeto que permite a sua viabilidade econômica, a sua ocupação e o uso da área por atividades culturais diversificadas, pluralistas e representativas do amplo espectro cultural e criativo que Porto Alegre já tem;
3. Que a cultura, em suas inúmeras manifestações, é capaz de proporcionar a animação urbana que o local requer e assim preservar o seu caráter público e inclusivo;
4. Que o Cais Central e a Praça da Alfandega, já tombados pelo IPHAN em 1983 e 2003, respectivamente, constituem juntamente com os Armazéns, o Gasômetro e as Docas, um conjunto único e indissociável, por reunir valores que os definem como patrimônio cultural da cidade;

Recomendamos

1. A proteção do conjunto completo dos armazéns do Cais do Porto de Porto Alegre, formada pelos setores do Gasômetro, dos Armazéns e das antigas Docas, por meio do instrumento do Tombamento;
2. apoio para a implantação do Projeto Cais do Porto Cultural, enquanto uma proposta alternativa à financeirização urbana, proposta esta construída pela coletividade, com o objetivo de tornar a área acessível, diversa e democrática.

Nº 122 - Moção de Apoio a Valorização dos Servidores Públicos Federais da Cultura

Proponente: Ana Lucia Pardo

Resumo da moção: Apoio ao fortalecimento da força de trabalho dos Servidores Públicos Federais da Cultura com a estruturação do Plano de Carreira da Cultura, por meio da abertura da mesa de negociação do MinC e Vinculadas junto ao MGI

Texto da moção:

Nós, delegados da 4ª Conferência Nacional da Cultura, reunidos em Brasília no período de 4 a 8 de março de 2024, evocando a moção nº5 da 2ª CNC, propomos a moção de apoio da 4ª Conferência Nacional de Cultura ao fortalecimento da força de trabalho dos Servidores Públicos Federais da Cultura com a estruturação do Plano de Carreira da Cultura, por meio da abertura da Mesa de Negociação do Ministério da Cultura e Vinculadas (Biblioteca Nacional, FUNARTE, Fundação Palmares, IBRAM e IPHAN), junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Nº 123 - Repúdio censura livros

Responsável: Jefferson Assunção

Resumo da moção: Repudiamos a tentativa de impor uma visão única e limitada sobre a realidade, a censura de livros, a restrição de temáticas no ambiente escolar ou de qualquer outra forma de obstáculo à liberdade de expressão.

Texto da moção: Como aconteceu recentemente no Rio Grande do Sul, onde uma professora tentou - e não conseguiu - retirar das bibliotecas escolares de Santa Cruz do Sul as edições de *O Averso da Pele*, de Jeferson Tenório, agora o Núcleo Regional de Curitiba, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, solicitou recolhimento da obra. O livro foi vencedor do Prêmio Jabuti.

Defendemos os livros e o título - que foi inscrito e avaliado pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD 2021) para ser trabalhado no Ensino Médio. “O avesso da pele” foi aprovado por uma banca de educadores, especialistas, mestres e doutores em literatura e língua portuguesa juntamente com outros 530 títulos.

Posteriormente esse mesmo título foi escolhido pelos educadores e equipe gestora das unidades escolares para chegar aos colégios.

Ao decidir pelo recolhimento dos livros, após a repercussão da veiculação de um vídeo que distorce e tira de contexto trechos isolados do livro, a Secretaria de Educação não apenas limita o acesso à informação, mas também mina a autonomia dos educadores e das escolas prevista no PNLD e na legislação educacional. Ela também cerceia a liberdade de pensamento, o direito à educação e à literatura dos jovens.

Repudiamos a tentativa de impor uma visão única e limitada sobre a realidade, a censura de livros, a restrição de temáticas no ambiente escolar ou de qualquer outra forma de obstáculo à liberdade de expressão.

"O avesso da pele", de Jeferson Tenório foi vencedor do Prêmio Jabuti de 2021.

Nº 125 - Moção de Recomendação à Valorização da Política Territorial

Proponente: Lucineide Rocha

Resumo da moção: Nós, delegados, delegadas e delegades da 4ª Conferência Nacional de Cultura, reunidos em Brasília, no período de 4 a 8 de março de 2024, vimos por meio desta moção exaltar a eleição do Presidente Lula; a volta do Ministério da Cultura; a ampliação da capilaridade territorial do MINC.

Texto da moção: Nós, delegados, delegadas e delegades da 4ª Conferência Nacional de Cultura, reunidos em Brasília, no período de 4 a 8 de março de 2024, vimos por meio desta moção exaltar a eleição do Presidente Lula; a volta do Ministério da Cultura; a ampliação da capilaridade territorial do MINC, a partir dos seus Escritórios Estaduais.

A eleição de 2022 significou a vitória da democracia, entretanto não representou a derrota do fascismo, vide a intentona golpista do 08 de janeiro de 2023, felizmente contida. Neste sentido urge garantir a retomada da política de participação social nos Conselhos e Conferências, visando a consolidação da democracia no país.

Desde o golpe de 2016, a cultura tem estado à frente da luta pela democracia, pela sobrevivência de trabalhadores frente a pandemia, pela sensibilização do congresso e da sociedade pela necessidade de fluxo perene de recursos para o campo e o fortalecimento da economia da cultura.

O Ministério da Cultura nesta retomada enfrentou a destruição institucional encontrada, consolidou a política nacional Aldir Blanc, executou a Lei Paulo Gustavo, iniciou a política

dos trabalhadores da cultura e realizou esta Conferência. Deste modo, entendemos que não haverá mudança social consistente no país sem a presença de uma política forte de territorialização da cultura.

A criação dos Escritórios Estaduais em cada unidade da federação foi um passo importante, pois eles podem articular, fomentar e dar visibilidade às políticas que cumprem o preceito constitucional de garantir o direito à cultura. Por esta razão, faz-se necessário fortalecer politicamente e estruturalmente esta importante representação institucional do MINC. Não se pode fazer uma política cultural verdadeiramente territorializada sem dar aos Escritórios Estaduais, estrutura mínima de trabalho para locomoção no território, ampliação de equipe qualificada e autonomia política.

Este é o objetivo da presente moção, que segue assinada pelos delegados, delegadas e delegades desta Conferência que a aprovam.

Nº 127 - Inclusão de Artes Urbanas

Proponente: Dandara Baça de Jesus Lima

Resumo da moção: Inclusão das Artes Urbanas nas discussões das políticas públicas a serem desenvolvidas pelo Ibram e pelo MinC por ocasião da 4a CNC, sobretudo no que tange ao reconhecimento dos territórios organizados desse fazer artístico e cultural no Brasil como "Museus a Céu Aberto" e/ou "Ecomuseus".

Texto da moção:

Diante da 4a Conferência Nacional de Cultura (CNC) realizada pelo Ministério da Cultura (MinC) e, do papel fundamental do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico (CCPM/Ibram) para o desenvolvimento de políticas públicas para o setor museal do Brasil, encaminho o seguinte pedido de moção:

Inclusão das Artes Urbanas nas discussões das políticas públicas a serem desenvolvidas pelo Ibram e pelo MinC por ocasião da 4a CNC, sobretudo no que tange ao reconhecimento dos territórios organizados desse fazer artístico e cultural no Brasil como "Museus a Céu Aberto" e/ou "Ecomuseus".

Este pedido se baseia na histórica ausência de políticas públicas para essa dimensão do setor e, no êxito do Projeto de Lei 379/2020 no âmbito do município de São Paulo, aprovado por todas as comissões da Câmara e em primeira votação em plenária. O PL institui a cidade como Galeria de Arte a Céu Aberto, reconhecendo 22 territórios de Artes Urbanas como "Museus a Céu Aberto" e/ou "Ecomuseus".

Contemplado este encaminhamento, abriremos caminho na 4a CNC para o reconhecimento inédito de territórios organizados de Artes Urbanas em todo o Brasil como patrimônios materiais e imateriais da nossa cultura, fomentando e preservando o trabalho contínuo de gerações de fazedoras e fazedores desses museus comunitários, participativos, ricos em diversidade, linguagens e técnicas, acessíveis a todos e presentes na paisagem e na arquitetura cotidiana e ordinária das cidades, contribuindo para o desenvolvimento cultural e econômico do país. Assim, promovem sem distinções sociais, o encontro de milhares de pessoas com as múltiplas experiências com artes nos espaços públicos, desempenhando como tecnologia social um papel fundamental no enfrentamento às desigualdades do acesso aos direitos culturais, que são evidentes entre outros dados, pelo déficit de 98,9% da população brasileira que hoje não acessa os museus tradicionais.

Sem mais, desde já agradeço e parablenizo a Presidência do Ibram pelo comprometimento na construção desse legado.

Nº 130 - Apoio a aprovação do PL 1919/2021 - Seguridade Social Especial para o Artesão/a

Proponente: Rejane Beatriz Verardo

Resumo da moção: O Projeto de Lei 1919/21 inclui o trabalhador artesão como segurado especial da Previdência Social. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

Texto da moção: O Projeto de Lei 1919/21 inclui o trabalhador artesão como segurado especial da Previdência Social. O texto tramita na Câmara dos Deputados. Segundo a proposta, será considerado segurado especial o artesão que trabalhar em regime de economia familiar, independente de

residir em área rural ou urbana. O projeto altera a Lei Orgânica da Seguridade Social e a Lei de Planos de Benefícios da Previdência Social. Projeto de lei que prevê a inclusão do artesão como segurado especial aumentará o número de contribuintes da Previdência Social, reforçando o caixa da seguridade social e, ao mesmo tempo, assegurando direitos básicos a milhões de brasileiros. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015 o Brasil contava com 10 milhões de trabalhadores artesãos, sendo 80% deles mulheres. "Estima-se, porém, que, devido a fatores econômicos e sociais da profissão, como a irregularidade das vendas, apenas 10% do total dos artesãos do País aparecem como segurados da Previdência na condição de autônomos. Como regra, segurado especial é o trabalhador que exerce atividade para garantir a própria subsistência e de sua família, de forma individual ou em regime de economia familiar. A maior parte desses segurados está no meio rural (agricultores familiares, proprietários de terreno, usufrutuários, assentados, parceiros, meeiros, entre outros), mas também são considerados segurados especiais os indígenas e os pescadores artesanais.

Tramitação: O projeto será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Autora do Projeto: Deputada Federal Maria do Rosário Coautor: Deputado Otávio Leite

Nº 131 - Moção de Recomendação para a realização de Editais específicos no segmento Capoeira para a Amazônia Legal do Brasil

Proponente: Maria Jose Pantoja

Resumo da moção: Moção de Recomendação para a realização de Editais específicos no segmento Capoeira para a Amazônia Legal do Brasil.

Texto da moção: A Capoeira é um símbolo de resistência dos escravos como forma de expressar a arte, luta, cultura, dança, expressão corporal e educação.

Em 2008 foi tombada PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL pelo Instituto do Patrimônio, Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e em 2014 a roda de capoeira foi reconhecida como PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA HUMANIDADE pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Essa manifestação cultural afro-brasileira, praticada em mais de 160 países por pessoas de todas as idades e classes sociais, independente de cor, raça, credo ou etnia, possui práticas que representam a identidade e a diversidade cultural brasileira. Nesse sentido "Recomenda-se a realização de EDITAIS específicos no segmento Capoeira para a Região da Amazônia Legal do Brasil", priorizando o fator amazônico e o fazer Cultural.

Nº 132 - MOÇÃO DE APOIO À INCLUSÃO DA CULTURA HIP HOP COMO SETORIAL DE COLEGIADOS DE CULTURA

Proponentes: Rafael Diogo dos Santos, Camila Marley Cajales Teixeira, Vitor Araújo Mendonça, Rodolpho de Castro, Ruan Philippe Marques Melo Santos, Anna Franchesca

Resumo da moção: Nós, delegados, delegadas e delegades da 4ª CNC, reunidos em Brasília, no período de 4 a 8 de março de 2024, viemos por meio desta moção destacar o cinquentenário do Hip Hop, afirmar o protagonismo nas lutas periféricas, gerando políticas públicas e organização social (...)

Texto da moção: (...) e requerer a inclusão da cultura Hip-Hop, como setorial de colegiados da cultura. Além de manifestar nossa solidariedade à Escola de Samba Vai-Vai que sofreu represália política e policial na homenagem aos 50 anos do movimento Hip-Hop no desfile de 2024, em São Paulo. O Brasil foi o primeiro país do mundo que, pelo decreto presidencial no 11.784 de 20 de novembro de 2023, reconheceu o Hip-Hop no arcabouço das políticas públicas em nível federal como referência cultural brasileira. No PPA de 2023, o Hip-Hop alcançou o 3º lugar como proposta mais votada em nível nacional dentro da área da cultura. No Iphan, já foi protocolado o pedido de registro do Hip-Hop como patrimônio cultural imaterial brasileiro, a partir da criação do Inventário Participativo da Cultura Hip-Hop Brasileira, com participação de HipHoppers dos 26 Estados e o Distrito Federal, que avança para seu reconhecimento. Na Unesco, criou-se o Seminário Internacional da Cultura Hip Hop em 2024, que tornará o Brasil o protagonista mundial da Cultura Hip-Hop, pela construção do Inventário Participativo Global do Hip-Hop, com participação de HipHoppers de 20 países de 4 continentes, que pedirá o reconhecimento como patrimônio mundial da humanidade. Em 2015, o governo da então presidenta Dilma Rousseff, criou a cadeira cativa ao Hip-Hop no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), embora não tenha sido efetivada por conta do Golpe de 2016. Foi nos EUA que essa expressão cultural nasceu, mas foi no Brasil onde se tornou parte indivisível da construção política e social nacional e internacional. Não é de hoje que o Hip-Hop se organiza e representa a principal expressão da cultura periférica nas cidades, campo e florestas, mas hoje podemos todos fazer parte dessa importantíssima mudança de paradigma. Pessoas HipHoppers representam a riqueza desse movimento cultural, que nasceu da luta, resistência e do talento de uma população marginalizada e perseguida, ainda hoje encontramos imensos obstáculos para se consolidar como uma linguagem cultural respeitada e reconhecida no Brasil. Uma dessas barreiras, identificamos aqui na CNC, onde o Setorial de Hip-Hop simplesmente não compõe nenhum setorial citado nos documentos regimentais. Mesmo assim, com todas as dificuldades e empecilhos, o Hip-Hop se organizou nesta 4ª CNC e, numa ação de apenas um dia, coletou 822 assinaturas de apoio de delegadxs dos 26 estados e o Distrito Federal, mais da metade dos delegadxs presentes nessa CNC, configurando a maioria absoluta! A história relata que em 2013 eram apenas 2 delegados na 3ª CNC, que se identificavam como pertencentes a essa linguagem cultural. Na atual, somos mais de 80 delegadxs eleitos do movimento Hip-Hop. O Hip-Hop cresce, luta e resiste! No carnaval de 2024, em São Paulo, a escola de samba Vai Vai, foi acusada de "demonizar" a imagem da PMESP. Razão? A homenagem feita aos 40 anos de resistência à opressão policial nas periferias e favelas do Hip-Hop no Brasil, e os 50 anos de Hip-Hop no mundo. Dessa vez, as hordas do reacionarismo mostram sua face mais covarde e violenta diante de uma das principais expressões da cultura brasileira, o Carnaval. Todo respeito, apoio, solidariedade e gratidão à escola Vai Vai! Somos um movimento sociocultural que, nas periferias e favelas do nosso país, faz a diferença entre a vida e a morte de jovens de maioria negra e pobre. Somos um grito de revolta e insurgência contra o sistema e seus aparatos de repressão. O Hip-Hop cresce, luta, resiste e salva! A inexistência do setorial de Hip-hop evidencia o não reconhecimento da nossa arte, da nossa identidade e da nossa representatividade cultural no Brasil. Somos sim dança, música, artes plásticas,

poesia, educação, filosofia, saúde, meio ambiente, artesanato, segurança pública, porém somos mais que isso. Tais quais os Capoeiras, em 1890, oprimidos pela Lei de Vádios e Capoeiras, que criminalizou a prática capoeirista no Brasil, ainda hoje, jovens são presos e intimidados pelas forças policiais. Tal qual o Samba, festas onde nossa estética e nossa arte predominam, viram "caso de polícia". Não há exagero nenhum em dizer que Hip-hop é a linguagem cultural mais perseguida e criminalizada da nossa sociedade. E assim sendo, não é aceitável que no espaço dessa Conferência, que decidirá os rumos das políticas culturais, consolide por mais 10 anos a exclusão dessa Linguagem como Setorial de Colegiados do Sistema Nacional de Cultura Brasileira, como também assento no Conselho Nacional de Política Cultural. Assim, nós delegados, delegadas e delegades, abaixo assinados, defendemos e recomendamos assento no Conselho Nacional de Cultura, a criação de setoriais transversais em todos os colegiados do Sistema Nacional de Cultura e a manutenção de cadeiras culturais em órgãos federais de cultura, conselhos culturais, comissões de avaliação de projetos culturais e demais espaços de decisão da política cultural, assegurando a participação destes públicos em conferências, fóruns e encontros.

Nº 133 - Moção de Apoio e Recomendação para a Reestruturação do CNPC com a reativação dos colegiados setoriais e efetivação dos assentos aprovados até 2016.

Proponentes: Bianca Alencar, Mãe Beth de Oxum, José Pedro da Silva Neto, Gil do Jongo, Silvano Euclênio, Geovan d'Luango

Resumo da moção: Proposta de reestruturação do Conselho Nacional de Políticas Culturais, reiterando sua estrutura de composição, funcionamento e normatização, a partir dos Decretos no 5.520 de 24/08/2005, no. 6.973 de 07/10/2009 e no. 8.611 de 21/12/2015 e revogando o que está disposto no Decreto no 9.891/2019.

Texto da moção: O Conselho Nacional de Políticas Culturais - CNPC regulamentado pelo Decreto no 5.520 de 24/08/2005 - Lula e Gilberto Gil - que dispõe sobre sua composição e funcionamento, foi criado como órgão colegiado integrado à estrutura do Ministério da Cultura, com a finalidade de propor e formular políticas públicas visando promover o debate e a articulação em diferentes níveis do governo e da sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e fomento das atividades culturais em todo o território nacional. A partir da luta e articulação nacional dos agentes de diversos setores culturais e de vários setoriais e conselheiros do CNPC/MinC dos mandatos de 2012-2014 e 2015-2017, a composição no CNPC é ampliada em 2009 pelo Decreto no. 6.973 - Lula e Juca Ferreira com as representações para arte digital, arquitetura e urbanismo, design, artesanato, moda e, em 2015, pelo Decreto no 8.611 - Dilma Rousseff e Juca Ferreira - com os assentos para cultura hip-hop, capoeira, cultura alimentar, cultura quilombola, cultura dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e representante das expressões culturais LGBT.

Em 2019, Hamilton Mourão, a partir do Decreto no 9.891 de 27/06/2019 revogou toda a estrutura do CNPC/MinC determinando a participação da sociedade civil a partir da seguinte representação: "VIII - dezoito da sociedade civil das diversas expressões culturais escolhidos em foro próprio, garantida a representação das expressões culturais afro-brasileiras, das culturas populares e das culturas indígenas, sendo: a- sete de diferentes organizações e entidades culturais, de atuação nacional, dentre eles: 1. três de expressões artísticas; 2. Uma expressão do patrimônio cultural; 3. Uma expressão da cultura popular; 4. Uma expressão das culturas indígenas; e 5. Uma das expressões culturais afro-brasileiras; b) dez conselhos estaduais e distrital de cultura, garantida a representação equitativa das macrorregiões brasileiras; e [...] Hoje em 2024, na 4a Conferência Nacional de Cultura o CNPC/MinC é composto ainda no mesmo formato de 2019. Diante do exposto, esta moção

visa recomendar a reestruturação do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), reiterando sua estrutura de composição, funcionamento e normatização a partir dos Decretos no 5.520 de 24/08/2005, no 6.973 de 07/10/2009 e no 8.611 de 21/12/2015 e revogando o que está disposto no Decreto no 9.891/2019. Restabelecendo na íntegra os colegiados setoriais, assentos e representações e seu papel no diálogo e na construção de políticas públicas na área cultural.

Nº 134 - EM DEFESA DA TRANSFERÊNCIA DO PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO - PAB DO MEMP PARA O MINC

Proponente: Nivaldo Jorge da Silva

Resumo da moção: Proposta de transferência do Programa do Artesanato Brasileiro - PAB do MEMP para o MinC.

Texto da moção: Todo artista é por natureza um empreendedor. Mas, antes de ser um empreendedor, o artista é um criador que usa a cultura como matéria-prima essencial para suas criações. Portanto, o artista é um trabalhador cujo trabalho é expressar em seus produtos criativos, tudo aquilo que nos representa, que nos identifica como um povo, como uma nação. Assim é o trabalho dos artesãos e artesãs. A matéria-prima pode ser o barro, a madeira, os metais, as fibras, e até os materiais recicláveis. Mas o produto que cria vem da CULTURA, vem do dia a dia da vida do povo. Não pode ser confundido com os produtos que são criados em outros ramos do mundo do empreendedorismo. O ARTESANATO é seguramente a forma mais antiga de expressão cultural vivido pela humanidade. Por meio também de estudos desta arte, através dos tempos a humanidade pode conhecer o seu passado e o seu presente. O ARTESANATO é uma linguagem cultural tal e qual são a música, o teatro, o circo, a literatura, a fotografia, o audiovisual, etc. Neste sentido, é fundamental que o ARTESANATO esteja situado na estrutura do Ministério da Cultura. É imprescindível que os artesãos e artesãs possam contribuir com a construção das políticas culturais e nelas sejam reconhecidos. Por tudo isso e por ser um pleito histórico dos artesãos e artesãos brasileiros, eu, Nivaldo Jorge da Silva, artesão, Conselheiro no Conselho Estadual em meu Estado, Pernambuco, Conselheiro no Conselho Municipal de Cultura do Recife e suplente do Conselho Nacional de Cultura pela Região Nordeste, participante que fui de todas as Conferências de Cultura já ocorridas até aqui, venho como porta voz da categoria dirigir-me a esta 4ª Conferência Nacional de Cultura no sentido de solicitar que o PAB - Programa do Artesanato Brasileiro, criado em 1991, seja finalmente transferido do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) para o Ministério da Cultura (MINC). Este ato representa o atendimento a uma reivindicação recorrente dos artesãos e artesãs e representa o fortalecimento e reconhecimento do ARTESANATO como expressão cultural e artística.

Nº 135 - Recomendação de Tombamento da Paróquia Nossa Senhora D'Ajuda, no Município de Itaquaquacetuba/SP, pelo IPHAN.

Proponente: Cind Kelly Octaviano

Resumo da moção: Recomendação para que o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), reconheça e garanta a salvaguarda da Paróquia Nossa Senhora D'Ajuda no Município de Itaquaquacetuba/SP.

Texto da moção: Esta moção de recomendação vem de encontro com as premissas da 4ª Conferência Nacional de Cultura em sua missão de "Democracia a Direito à Cultura", a fim de garantir a "cultura como um dos elementos constitutivos da própria democracia e a (re)afirmação da cultura como um direito universal". Considerando que a Igreja Nossa

Senhora D'Ajuda, no município paulista de Itaquaquecetuba, completa, em 2024, 400 anos de existência, firmando-se como fundamental para o traçado territorial da região metropolitana de São Paulo, formando um cinturão ao redor do antigo Pátio do Colégio que segue alguns preceitos como o sítio em "acrópole" e a direção dos cursos d'água, constituindo um fator decisivo na formação do território do Estado de São Paulo, Estado com pouco reconhecimento de sua expressão artístico-cultural formadora da identidade nacional.

Considerando que se busca preservar a qualidade ambiental do conjunto arquitetônico do edifício principal da Igreja Matriz de Nossa Senhora d'Ajuda e visando manter as relações de paisagem que possibilitam, não apenas a fruição do ambiente, mas a compreensão de processo de estruturação da instituição nele refletido. Considerando que os municípios de Itaquaquecetuba e os municípios da região entre os rios Taiaçupeba e Guaió, têm apreço e relação de cuidado e zelo com o bem e se faz necessária a salvaguarda de todos os bens que pertencem ao complexo da Igreja que estão catalogadas em seu acervo, além da festa da padroeira da Cidade que acontece na Praça Padre João Alvares em frente ao edifício, festa esta que movimenta a economia, resgata a fé e garante a continuidade da história contada pelas gerações passadas e que perpetuarão a cultura por muitos mais anos. Solicitamos a consideração de ampliação de estudo de tombamento para toda a paisagem que registra o período histórico de invasão e ocupação e ocupação territorial paulista na busca do ouro, no século XVII, período em que o ouro de aluvião encontrado na região do Taiaçupeba Mirim, é fundamental para a transformação e consolidação das características identitárias do território entre Itaquaquecetuba e a Serra do Mar, quando a Igreja Matriz de Nossa Senhora era referencial de parada para os tropeiros e mineradores que seguiam os cursos dos rios Taiaçupeba e Guaió e estabeleciam novos vilarejos com suas capelas, como é o caso da capela dedicada à Nossa Senhora Piedade e Pilar. Considerando que o Conselho de defesa do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e turístico do Estado de São Paulo reconheceu na Resolução 16 de 31 de março de 2014 na categoria de bem cultural, histórico, arquitetônico e ambiental o edifício principal correspondente à Igreja Matriz de Nossa Senhora d'Ajuda antiga capela jesuítica, situado à Praça Padre João Alvares, no município de Itaquaquecetuba erguido em 1624. "A Cidade de Itaquaquecetuba traz esta moção de apelo ao IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para que seja realizado o estudo para tombamento da Paróquia Nossa Senhora D'Ajuda bem como, material de natureza histórica e paisagística do Estado de São Paulo e do Brasil, salvaguardando a história rica da Cidade de Itaquaquecetuba e de suas irmãs Suzano e Ribeirão Pires. Justificando que essa solicitação de tombamento em nível federal se justifica dentro do contexto dessa conferência já que, mesmo sendo um território esquecido quando o ouro mineiro teve mais valor para a Coroa Portuguesa do que o fino metal do Taiaçupeba Mirim, o esvaziamento do território impôs resiliente resistência à população que permaneceu por dois séculos imposta ao abandono e miséria, até o início do período cafeeiro, quando encontrou no suprimento de lenha e carvão para abastecer as marias fumaças, uma forma de subsistência. Apela-se ao IPHAN que reconheça e legitime os símbolos brasileiros desse território que hoje é resiliente ao ostracismo de duzentos anos de apagamento histórico nacional endossada pela escolha do SPHAN (hoje IPHAN) pelo Modernismo e do Barroco como símbolo de brasilidade, e reivindica o lugar de direito valor simbólico daqueles que trabalharam em condições naquele período consideradas indignas, mas que essa conferência busca reconhecer como gloriosa! PROVIDÊNCIA SOCIAL: que a autarquia federal, realize estudo de tombamento da Paróquia Nossa Senhora D'Ajuda no Município de Itaquaquecetuba/SP.

Nº 136 - Apoio à aprovação do PL Nº 1.176/2011 que propõe a criação do Programa de Proteção dos Mestres(as) dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares.

Proponentes: José Pedro da Silva Neto, Artelane Martins, Ava Fulni-ô, Camila Cabeça, Catarina Ribeiro, Geovan Silva, Gil do Jongo, Iara Aparecida.

Resumo da moção: Moção de Apoio à aprovação do PL nº 1.176, de 2011, que propõe a criação do Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares.

Texto da moção: As mestras e mestres das Culturas Populares e Tradicionais são pessoas físicas detentoras de notório conhecimento, longa permanência na atividade e reconhecidos por sua própria comunidade como referência na transmissão de saberes, ofícios, celebrações ou formas de expressões da tradição popular. O Governo Federal precisa assumir o compromisso de reconhecer e apoiar essas pessoas que, ao longo da história, vêm assegurando que as culturas de fundamentos ancestrais, resistência e periferia se mantenham vivas e potentes, geração a geração. O Projeto de Lei 1.176, de 2011, está fundamentado por discussões que tiveram início na década 1990, que levaram à construção da Política do Patrimônio Imaterial do Brasil por meio do Decreto 3.551/2000 e à aprovação da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO em 2003, além de relacionar-se à Convenção 169 da OIT, promulgada pelo Decreto Presidencial nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e ao decreto. A proposta da Lei dos Mestres e Mestras é inspirada na experiência pioneira do Ceará, amparada pelas leis 13.351/2003 e 13.842/2006, que instituiu o registro dos Tesouros Vivos da cultura tradicional popular e, ao longo dos anos, vem se fortalecendo a partir de novas experiências e contribuições de outras leis estaduais semelhantes e de diversos encontros nacionais. O projeto tramita na Câmara dos Deputados há 12 anos e pretende, por meio de seleção pública por histórico de realizações, agraciar mestras e mestres das culturas populares e tradicionais do Brasil com um auxílio financeiro vitalício, bem como apoiar grupos e coletivos tradicionais para realização de suas atividades. Além de estar previsto na meta 4 do Plano Nacional de Cultura, aprovado em 2010, o apoio para efetivação do PL da Lei dos Mestres e Mestras foi aprovado recentemente na Conferência Temática de Culturas Populares e Tradicionais, que aconteceu entre os dias 15 e 17 de dezembro de 2023, na Vila de São Jorge, em Alto Paraíso de Goiás, como etapa preparatória para a 4ª Conferência Nacional de Cultura. Após muitos debates e apensados na Câmara dos Deputados, o PL nº 1.176 encontra-se, atualmente, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC, cujo relator é o Deputado Federal Patrus Ananias (PT-MG). Pelo exposto, solicitamos à Câmara dos Deputados a recomendação para aprovação do PL Nº 1.176 de 2011.

Nº 150 - Fortalecer a presença de novas tecnologias inclusivas de comunicação nos museus brasileiros

Proponente: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GESTÃO CULTURAL (ABCG) - Kátia de Marco, Guilherme Silva

Resumo da moção: TEMA 1 - O surgimento da Internet alterou profundamente a interconexão e a interatividade entre pessoas em dimensão planetária, por meio da capilarização de sons, imagens, vídeos, textos, dentre outros recursos. No caso específico dos museus, a demanda informacional aumentou particularmente, cada vez mais é um imperativo da sociedade contemporânea. A Internet, como veículo que possibilita a democratização da informação, alterou alguns paradigmas de funcionamento dos museus, na medida em que colocou em evidência a necessidade de facilitar e ampliar o acesso ao conhecimento preservado e produzido por essas instituições a públicos desterritorializados. Entretanto, pesquisas indicam que os museus brasileiros ainda não estão devidamente presentes na Rede Mundial de Computadores, quando comparado ao panorama internacional, refletindo, além de problemas de recursos insuficientes e de

profissionais sem formação, um modelo tradicional de gestão da informação ainda marcado pelo enclausuramento institucional, pela segregação da informação, e por estratégias anacrônicas de construções narrativas. Vale lembrar que as possibilidades da Internet permitiram o surgimento dos "museus virtuais", hoje consolidados enquanto uma importante tipologia de museu, e ampliaram as possibilidades de pessoas com deficiência acessarem conteúdos até então indisponíveis, cumprindo a Internet um importante papel em favor da inclusão, conforme determina a Lei No 13.146/2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Texto da moção: A ABGC sugere: 1- Estimular, de todas as formas, especialmente através da criação de canais de financiamento, inclusive em interação além do Ministério da Cultura, também com os ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação, a presença dos museus na Internet. Com ênfase na criação de bases de dados que coloquem à disposição da sociedade o conjunto das informações produzidas pelos museus, na digitalização de acervos, na criação de materiais educativos eletrônicos e, especialmente, na implementação de formas alternativas de visitação aos espaços expositivos; 2 - Assegurar que todos os sítios da Internet devem ser acessíveis às pessoas com deficiência, conforme determina a Lei N° 13.146/2015, e que todos os esforços nesse sentido devem ser priorizados na implantação de espaços museais digitais, a partir do uso de serviços de validação disponíveis, que atendam aos cerca de 45 milhões de brasileiros que possuem alguma deficiência; 3 - Em parceria com o Ministério da Educação, mobilizar esforços em favor da inclusão de conteúdos sobre novas tecnologias digitais e inclusivas nos currículos de formação no campo da Museologia. Contextualização.

TEMA 2 - Introduzir práticas decoloniais e antirracistas nos museus brasileiros. A decolonização dos museus brasileiros é um processo de longo prazo, que procura reconhecer que a instituição foi entre nós implantada como produto e dispositivo de uma narrativa colonial, extrínseca, que promoveu uma valorização do "olhar exterior". Da mesma forma, o antirracismo é uma discussão extremamente necessária para os museus, especialmente levando-se em consideração que a sociedade foi construída sobre bases patriarcais de cunho racista. Portanto, a decolonização e o antirracismo requerem uma reavaliação da atuação de nossos museus, de sua história e, principalmente, de suas práticas internas e na relação com o público. Por essas razões a ABGC sugere: - A criação, no âmbito do IBRAM/Ministério da Cultura, de uma Comissão de Estudos de caráter multidisciplinar, centrada nos debates sobre novas práticas decoloniais e antirracistas nos museus brasileiros, de maneira a implementar um novo arcabouço de atuação que sirva de orientação para profissionais que atuam nessas instituições. Alguns pontos específicos devem ser tratados pela Comissão: • Reexaminar as coleções musealizadas de forma a explorar diferentes abordagens ou acrescentar informações e contextos adicionais, o que pode alterar mesmo a lógica da própria catalogação; • Estabelecer práticas de compartilhamento de autoridade no que se refere a formação de novas coleções, em parceria com diferentes atores e grupos sociais; • Reconhecer a necessidade de uma mudança estrutural nas instituições, que leve em conta uma mudança no próprio perfil de seu quadro de colaboradores; • Identificar a presença do racismo não apenas na configuração conceitual das exposições, mas também na própria cultura institucional; • Priorizar recursos financeiros e equipes para o trabalho decolonial e antirracista.



ETAPAS TEMÁTICAS



Etapas Temáticas

A proposta metodológica da 4ª CNC, descrita na portaria convocatória (n. 45/2023, artigo 5º) orienta para a realização das seguintes etapas: municipais ou intermunicipais, regionais ou territoriais, estaduais, livres, setoriais e temáticas. As etapas temáticas, que trataremos neste relatório, figuram como uma novidade no processo de preparação para a conferência nacional de cultura, inaugurando o aprofundamento dos debates de transversalidades da política cultural no âmbito de uma conferência de cultura.

As etapas temáticas foram encontros planejados e coordenados pelo Ministério da Cultura, em parceria com instituições, Ministérios afins, organizações da sociedade civil, universidades e governos locais. Seguiram as orientações de um instrumento próprio, distribuídos para as áreas do MinC, responsáveis por temas considerados transversais, disponibilizado no site da conferência e que segue em anexo. A orientação do Ministério considera que as etapas temáticas são ambientes de debate e participação social, baseados nas especificidades do setor artístico e cultural e suas transversalidades, para a formulação da política cultural de forma a produzir um conteúdo que definitivamente inclua a transversalidade da cultura no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

“Consiste na realização de encontros, seminários e debates com temas específicos que fortalecem o papel da cultura para o aprofundamento da democracia no Brasil, traduzidos por meio de temas considerados transversais como Cultura e Enfrentamento ao Racismo, Mulheres e Cultura, Acessibilidade Cultural, entre outros”.

(extraído do documento orientador das temáticas)

Cada conferência temática realizada encaminhou para a sistematização da 4ª CNC um conjunto de propostas, preferencialmente três, para serem inseridas no caderno de propostas, debatidas e votadas na etapa nacional. Outro produto das temáticas é a elaboração de textos orientadores de políticas transversais para a cultura que serão disponibilizados ao público após a conferência nacional. Tal produto está em fase de elaboração e terá um caderno próprio.

Assim, aconteceram as conferências temáticas de Cultura e Direito à Memória, que ocorreu dentro do Encontro Nacional de Educação Museal - EMUSE, Cultura e Direito à Cidade, Cultura e Igualdade Racial, Culturas Populares e Tradicionais, Trabalhadores da Cultura, Cultura LGBTQIA+, Acessibilidade Cultural, Cultura e Infância, Cultura e Povos do Campo, Águas e Florestas. Todos encontros presenciais com inscrições abertas à sociedade e convidados de movimentos estratégicos vinculados ao tema. Também tivemos outras conferências que aconteceram em

formato virtual que foram realizadas pela Secretaria Nacional de Juventude em parceria com o MinC, quais sejam: Cultura e Educação, Culturas Digitais, Cultura e Juventude.

Podemos avaliar que o sucesso de cada conferência temática esteve relacionado ao empenho das equipes e as parcerias com os ministérios, movimentos culturais e sociais vinculados ao tema e a coordenação das áreas do MinC que se envolveram diretamente na execução das conferências que estiveram afeitas ao seu tema em parceria com a Secretaria dos Comitês de Cultura.

Relatório em resumo

1. Conferência Temática de Direito à Memória – EMUSE

DATA: 07/07/2023

LOCAL: UFRB – Cachoeira/BA

Nº DE PARTICIPANTES: 400

PARCEIROS ENVOLVIDOS: UFRB | Coordenado em parceria com o IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

1.1 PROPOSTAS APROVADAS NAS TEMÁTICA E ENVIADAS À 4ª CNC

1.1.1 Museus, pontos de memória e patrimônio:

Criar, preservar, divulgar e promover o acesso a museus, pontos de memória e patrimônios materiais e imateriais, ampliando e normatizando espaços de guarda, conservação e pesquisa de acervos e revitalizando os espaços de rito, festa e cerimônias culturais e/ou tradicionais, de modo a valorizar novas memórias e narrativas.

1.1.2 Valorização da diversidade cultural:

Reconhecer as iniciativas e lutas das populações apagadas da história oficial, divulgando nas escolas, museus e universidades a importância das culturas invisibilizadas e possibilitando que as vozes silenciadas e desprezadas se manifestem através de marcos legais, políticas públicas, programas e projetos que promovam a história, memória e cultura dos oprimidos.

1.1.3 Acessibilidade:

Que o Ministério da Cultura reveja posturas capacitistas e reforce o cumprimento da legislação de acessibilidade junto aos espaços museais, valorizando as pessoas com deficiência.

2. Direito à Cidade

DATA: 25/10/2023

LOCAL: Memorial darcy Ribeiro/UNB – Brasília/DF

Nº DE PARTICIPANTES: 63

PARCEIROS ENVOLVIDOS: UNB, MCIDADES | Coordenado em parceria com a Subsecretaria de Equipamentos Culturais.

2.1 PROPOSTAS APROVADAS NAS TEMÁTICAS E ENVIADAS À 4ª CNC.

2.1.1 Investir na gestão, sustentabilidade e fomento de projetos culturais como políticas de Estado e na capacitação dos sujeitos na periferia para acesso a esses projetos, mestres e mestras do saber popular reconhecidos a partir dos 20 anos de atuação e conhecimento de acordo com a conferência de 2010;

2.1.2 Estimular a criação e manutenção dos equipamentos culturais locais, sobretudo nas periferias e promover o acesso a essa população (periferia) aos equipamentos culturais centrais;

2.1.3 Valorizar o patrimônio cultural popular por meio da revisão e simplificação dos processos de tombamento e registro e ações de preservação e salvaguarda.

3. Igualdade Racial

DATA: 23/11/2024

LOCAL: UFBA e Biblioteca Central do Estado da Bahia – Salvador/BA

Nº DE PARTICIPANTES: 135

PARCEIROS ENVOLVIDOS: MinC, SECULT-BA, UFBA e Fundação Palmares | Coordenado em parceria com o SCDC - Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural.

3.1 PROPOSTAS APROVADAS, ENVIADAS A 4ª CNC

3.1.1 Construir uma política interministerial entre Cultura e Segurança Pública, que reconheça a existência e ação do racismo estrutural como a base para a construção e elaboração de políticas públicas de reparação, e que o seu enfrentamento e combate, considere as várias camadas e dimensões, valorizando as tradições negras e indígenas e com especial destaque na construção de um outro modelo de segurança pública.

3.1.2 Garantir a Reparação por meio de ações mais assertivas como a implementação de políticas afirmativas e a exigência da presença de pessoas no

corpo dos conselhos de cultura, que possuam a vivência e identidade cultural, nos seus respectivos territórios, estimulando a presença de agentes culturais negras, indígenas, LGBTQIAPN+, PCD etc.

3.1.3 Criação do Programa Nacional de Formação Continuada para jovens de territórios tradicionais e periféricos, se inspirando em práticas culturais negras, indígenas, quilombolas, dentre outras comunidades tradicionais.

4. Culturas Populares e Tradicionais

DATA: de 13 a 17/12/2023

LOCAL: Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge - Alto Paraíso/GO

Nº DE PARTICIPANTES: 93

PARCEIROS ENVOLVIDOS: MinC, UFG e Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge | Coordenado em parceria com o SCDC - Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural.

4.1 PROPOSTAS APROVADAS E ENVIADAS À 4ª CNC

4.1.1 Criação do Programa Nacional para as Culturas Populares e Tradicionais, de forma conjunta com outros Ministérios, dialogando e criando linhas de ações em parceria com Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Ministério da Combate à Fome, Ministério do Turismo, Ministério do Trabalho, Ministério da Comunicação e Conselho Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável reativando o Colegiado de Culturas Populares e Tradicionais para acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Programa, passando a incluir outros ministérios, paritário, entre Sociedade Civil e Poder Público.

4.1.2 2% do orçamento público federal para o MinC; 2% do orçamento público estadual para as secretarias de cultura e 2% dos orçamentos municipais para a cultura; 30% da Política Nacional Aldir Blanc voltado para as culturas populares e tradicionais, patrimônio imaterial e periferias, enquanto ação afirmativa, sendo 5% desse recurso distribuído por meio de busca ativa executada pela sociedade civil.

4.1.3 Garantir a aprovação da lei dos mestres e mestras com bolsas vitalícias considerando a trajetória e o reconhecimento comunitário acima de 50 anos.

5. Juventude

DATA: 22/11/2023

LOCAL: Virtual

Nº DE PARTICIPANTES: 600

PARCEIROS ENVOLVIDOS: MinC/SNJ

5.1 PROPOSTAS APROVADAS E ENVIADAS À 4ª CNC

5.1.1 Criação de casas de cultura, que fomente a formação de atores e atrizes para eventos culturais, e, formação de técnicos de som, luz e palco, para a realização desses eventos e gerar emprego, com disponibilidade de bolsas de estudos para os integrantes da casa de cultura.

5.1.2 Fomento de políticas de disseminação da cultura afro-brasileira no contexto escolar e aparelhos públicos para que assim possamos garantir que nossos direitos sejam assegurados, conforme a lei n.º 10.649 de 09 de janeiro de 2004, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação de fato funcione.

5.1.3 CASAS DE CULTURA PARA A JUVENTUDE: espaços que promovam o desenvolvimento social para jovens e que promovam/potencializem as ações culturais realizadas em comunidades periféricas, valorizando as manifestações culturais de grupos minorizados e periféricos, de forma a potencializar, legitimar e garantir o espaço para a produção cultural negra e periférica, além de contribuir para o enfrentamento à violência de gênero, raça e classe e respeitando a pluralidade cultural e as especificidades de cada comunidade.

6. Trabalhadores da Cultura

DATA: 22 à 24/01/2024

LOCAL: Sesc 14 Bis - São Paulo/SP

Nº DE PARTICIPANTES: 500 presencial, mais participações virtuais.

PARCEIROS ENVOLVIDOS: MinC/SESC e UFG | Coordenado pela Diretoria dos Trabalhadores da Cultura - Secretaria de Fomento à Cultura.

6.1 PROPOSTAS APROVADAS E ENVIADAS À 4ª CNC

6.1.1 Política Pública Nacional para as/os trabalhadoras/es de Cultura, Artes e Áreas Técnicas; na qual esteja prevista a criação do Estatuto da Cultura e das Artes do Brasil com as seções especiais para os povos originários, afro-brasileiros, periféricos, povos e comunidades tradicionais, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência,

mulheres e mulheres negras, assentadas/os, migrantes e demais grupos em situação de vulnerabilidade, censo e o mapeamento com busca ativa e cadastro nacional das/os trabalhadoras/es de Cultura, Artes e Áreas Técnicas.

6.1.2 Participação e governança da/os trabalhadoras/es da cultura, das artes e áreas técnicas na construção das políticas públicas mantendo a relação tripartite (Trabalhadores, Empresários e Estado).

6.1.3 Consolidação das leis do setor de cultura, artes e áreas técnicas com a fiscalização, governança, atualização e complementação de todas as leis existentes, com o recorte especial para a lei 6533/78, para garantir a seguridade social.

6.1.4 Criação e implementação do Programa Nacional de Formação e Qualificação de Cultura e Artes do Sistema Nacional de Cultura, com orçamento específico, reconhecendo as responsabilidades da administração pública direta e indireta nos três níveis da federação, com foco no atendimento das demandas da sociedade civil, com atenção aos povos originários, afro-brasileiros, periféricos, povos e comunidades tradicionais, lgbtqiapn+, pessoas com deficiência, mulheres, assentados/as e demais grupos em situação de vulnerabilidade, demandas do mundo do trabalho da cultura, artes e áreas técnicas do setor, considerando indicadores sócio-culturais, artísticos e territoriais, em diálogo com contextos de educação formal e não formal.

7. Cultura LGBTQIA+

DATA: 30 à 31/01/2024

LOCAL: Centro da Juventude - Belo Horizonte/MG

Nº DE PARTICIPANTES: 135

PARCEIROS ENVOLVIDOS: UNIRIO, Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, Plataforma Fervo2k20, Bapho Cultural, AsThemonias, CELLOS, GDN e ABGLT | Coordenado em parceria com o SCDC - Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural e os movimentos LGBTQIA+.

7.1 PROPOSTAS APROVADAS E ENVIADAS À 4ª CNC

7.1.1 Incluir a cultura LGBTQIA+ em todos os espaços de decisão da política cultural ligadas ao MINC, como: Conselho Nacional de Cultura, CNIC, Conselho IBRAM, Conselho de Patrimônio, além de retomar o Comitê Técnico de Cultura LGBTQIA+ ligado agora a Secretaria Executiva.

7.1.2 Criação, de um Programa Interministerial envolvendo o MinC, MDHC, SECOM e MTE, que paute no Comitê de Patrocínio das Estatais Federais, o financiamento de um projeto estratégico para mapeamento de artistas, agentes culturais, pessoa trabalhadora da cultura, coletivos e organizações LGBTQIA+, visando o

desenvolvimento econômico do setor artístico e cultural LGBTQIA+, focado na formação e profissionalização da cadeia produtiva da economia solidária e criativa protagonizada por nossa comunidade, que abranja a qualificação continuada para o nosso acesso direto e indireto, atuando na mitigação das desigualdades presentes na nossa população, priorizando assim a produção trans, travesti e pessoas não-binárias, valorizando também as produções pretas, de pessoas com deficiência, periféricas, do campo, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e garantido a interseccionalização necessária na nossa população assim como para a gestão e manutenção dos recursos.

7.1.3 Criação de uma Política Pública Nacional de Patrimônio e Memória Cultural LGBTQIA+ contemplando a criação e manutenção de um Centro de Referência Nacional de Memória e Museologia Social LGBTQIA+ que possibilite a criação e manutenção de espaços físicos de memória, em todo o território nacional (não se limitando às capitais e grandes centros); que guarde e registre documentos (físicos e digitais), memórias e fazeres da comunidade LGBTQIA+; que promova o reconhecimento da cultura transformista/drag e das Paradas do Orgulho LGBTQIA+ em sua diversidade territorial (periféricas, interioranas, litorâneas e capitais) como patrimônios imateriais e mapeie outras manifestações LGBTQIA+ que possam ser reconhecidas da mesma forma, respeitando, ainda, os critérios para execução das políticas públicas de fomento, manutenção e patrocínio, considerando as parentalidades LGBTQIA+, a acessibilidade PCD no consumo e na produção da arte, racialidades, recortes de classe e regionalidades.

8. Cultura e Povos do Campo, Águas e Florestas

DATA: 30/01 à 01/02/2024

LOCAL: Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto - Fortaleza/CE

Nº DE PARTICIPANTES: 150

PARCEIROS ENVOLVIDOS: MinC, SDA/CE | Coordenado em parceria com o MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e a SECULT-CE.

8.1 PROPOSTAS APROVADAS E ENVIADAS À 4ª CNC

8.1.1 Determinar a reconfiguração do Conselho Nacional de Políticas Culturais a ser composto por mais 11 (onze) assentos representando: 1) Cultura dos Campo/Agricultura familiar, 2) Assentamentos de Reforma Agrária, 3) Povos das Águas, 4) Povos das Florestas, 5) Povos Ciganos, 6) Povos Quilombolas, 7) Povos de Comunidades Tradicionais (PCTs), 8) Cultura Alimentar. 9) LGBTQIAPN+, 10) pessoa idosa, 11) caipira, 12) parteiras/raizeira e benzedeira;

8.1.2 Garantir a elaboração, criação e implementação, na Política Nacional de Cultura Viva, de um Programa Nacional de Cultura dos povos do Campo, das Águas e das Florestas, que considere a diversidade dos sujeitos e segmentos que o compõem – indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, agricultores familiares, povos das águas e demais comunidades tradicionais –, sua diversidade geracional, de gênero, racial, étnico e afetivo sexual;

8.1.3 Garantir imediata inserção e participação dos segmentos dos povos do Campo, das Águas e das Florestas nas políticas culturais existentes, contemplando a diversidade dos sujeitos e criação de novas políticas;

8.1.4 Garantir a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

9. Cultura e Educação

DATA: 15/01/2024

MODALIDADE: VIRTUAL

Nº DE PARTICIPANTES: 400

PARCEIROS ENVOLVIDOS: UFRJ | Coordenado em parceria com a Secretaria de Formação Livro, Leitura e Literatura

9.1 PROPOSTAS APROVADAS E ENVIADAS À 4ª CNC

9.1.1 Presença de bibliotecários e criação de bibliotecas escolares;

9.1.2 Fortalecimento de uma política que foque a formação de mediadores e profissionais de leitura na biblioteca escolar;

9.1.3 Dinamização de bibliotecas públicas;

9.1.4 e criar fundos para a criação de um programa que fomente a acessibilidade cultural nas escolas.

Ressalta-se que este quarto tema está sendo apresentado pela equipe organizadora, devido a predominância de temas relacionados ao livro e leitura no debate. A Equipe compreende a importância de trazer mais uma proposição não vinculada às três primeiras temáticas, para que outros agentes e questões sejam considerados.

10. Cultura Digitais

DATA: de 24 a 26/01/2024

MODALIDADE: VIRTUAL

Nº DE PARTICIPANTES:

1.300 pessoas inscritas na Plataforma nos dias de Conferência.

400 pessoas inscritas na Plataforma para as mesas de debate.

20.000 pessoas alcançadas pelas ferramentas de rede social.

3.000 visualizações únicas na transmissão online.

60 propostas desenhadas:

961 votos recebidos nas duas etapas.

41 participantes das mesas de debates.

PARCEIROS ENVOLVIDOS: Movimento Plataformas, Labhacker, FUNPAR, Rede Livre, Caca da Cultura Tainã, Rede das Produtoras Culturais Colaborativas, Movimento Software Livre | Coordenado em parceria com a Universidade Federal do Paraná

10.1 PROPOSTAS APROVADAS E ENVIADAS À 4ª CNC

10.1.1 Inclusão da Cultura Digital como parte das competências da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Cultura.

Incluir a Cultura Digital entre as competências da Assessoria de Participação Social e Diversidade dá condições para que tanto a Participação Social como a Diversidade, em uma sociedade digitalizada e em meio ao Capitalismo de Dados, se expresse por metodologias e tecnologias já existentes que garantam o protagonismo, visibilidade e expressão dessa diversidade - com o devido reconhecimento das diferenças, desigualdades e relações de poder estabelecidos para a construção de uma cultura democrática.

A Cultura Digital oferta metodologias e tecnologias de colaboração, participação, pertencimento, mapeamento e geração cidadã de dados com lastro nos territórios e fundamentos nas nossas ancestralidades que podem promover inovações pelo potencial de promoção de intersecções no trabalho em rede.

Além disso, a aliança entre a Cultura Digital e a Assessoria de Participação e Diversidade pode fomentar uma Cultura Digital que opera o urgente e necessário enfrentamento - desde a infância - aos preconceitos, epistemicídios e discursos de ódio reproduzidos por meio das tecnologias hegemônicas.

A Cultura Digital possui um caráter dialógico com todas as linguagens e expressões artísticas e culturais para as quais o Ministério da Cultura, por meio de suas Secretarias e Entidades Vinculadas, planeja e executa políticas.

Essa transversalidade da Cultura Digital é confluyente com a natureza igualmente transversal da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Cultura e, por isso, entende-se que a Cultura Digital pode ser abraçada pela assessoria, com a inclusão da Cultura Digital entre suas competências, resultando em consequentes projetos, programas, políticas e ações correlatas.

Colheita realizada pelo comitê de Governança Colaborativa da Rede da Cultura Digital, a partir de saberes partilhados na mesa "Policultura - Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural", realizada em 25/01/2024.

10.1.2 Permacultura Digital no MinC: Incentivo ao uso de Tecnologias Livres e o Fortalecimento da Economia Criativa e Solidária em ações do poder público

Adoção e promoção de tecnologias livres, federadas e preferencialmente mantidas por cooperativas e organizações da sociedade civil, por todas as secretarias do Ministério da Cultura em atividades oficiais e projetos financiados com recursos públicos, que por coerência devem ter seus códigos públicos, priorizando o acesso de cooperativas e organizações sociais da cultura em licitações públicas para prestação de serviços ligados à economia criativa e divulgação destes profissionais, coletivos culturais e plataformas digitais da economia criativa através de um cadastro de produtos e serviços acessível na página oficial do Ministério.

O Ministério da Cultura realiza ao longo do ano diversas ações presenciais e virtuais que demandam a contratação de produtos e serviços relacionados à economia da cultura. Atividades Culturais costumam envolver a contratação de grupos artísticos, porém artistas e produtores culturais ligados a economia criativa e da cultura digital ligados a organizações sociais que funcionam através da economia solidária como pontos de cultura e produtoras culturais colaborativas não recebem apoio e/ou incentivos a serem contratados como prestadores de serviços. No caso da Cultura Digital é fundamental o reconhecimento do Ministério a iniciativas em software livre desenvolvidas por organizações sociais que integram a Rede Brasileira de Cultura Digital e a Coalizão Direitos na Rede que lutam por uma internet livre, democrática e soberana mantendo no ar, plataformas e dados da cultura mesmo em que plataformas públicas não receberam investimentos ou foram descontinuadas. Neste contexto se faz fundamental não apenas o investimento público na contratação e uso de plataformas digitais livres e soberanas ofertadas por organizações sociais brasileiras, mas também a catalogação e divulgação de pessoas, coletivos e ambientes virtuais relacionados a economia criativa, solidária e livre em um espaço oficial na página do Ministério da Cultura. Estas ações possibilitam o fortalecimento dos agentes da economia da cultura através da visibilidade, divulgação e experiência profissional contribuindo para um melhor direcionamento do ainda pequeno orçamento federal destinado a área da cultura.

Colheita realizada pelo Comitê de Governança Colaborativa da Rede da Cultura Digital, a partir de saberes partilhados na mesa “Cultivo - Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade”, realizada em 26/01/2024.

10.1.3 Criação de programas e espaços de letramento, pesquisa e experimentação em Cultura Digital para pessoas trabalhadoras e fazedoras de cultura

Tais programas e espaços têm como objetivo principal garantir o letramento e formação em Cultura Digital, por meio de ações formativas, incluindo as de cunho profissionalizante, e de acesso aos mais diversos equipamentos, componentes eletrônicos e software com prioridade a softwares livres para todos os trabalhadores e trabalhadoras da cultura e sociedade civil.

Reforça-se a importância do aspecto comunitário que esses programas e espaços devem imprimir em seus projetos pedagógicos, incluindo por vezes a própria gestão coletiva dos bens comuns (tangíveis e intangíveis) a serem disponibilizados - uma vez que o comunitarismo, a convivência em rede e comunidades é parte do fundamento ético da Cultura Digital.

Esses programas e espaços - integrados a redes e territórios fazedores de cultura, especialmente pontos e pontões - podem ser configurados também em formatos de laboratórios para que além da formação e da democratização do acesso, promovam igualmente possibilidades de experimentações, especialmente focadas em juventude, ofertando condições para que as atualizações conceituais e práticas necessárias sobre a própria Cultura Digital sejam produzidas e elaboradas como um desdobramento desejável da política.

Colheita realizada pelo Comitê de Governança Colaborativa da Rede da Cultura Digital, a partir de saberes partilhados na mesa “Colheita - Direito às Artes e Linguagens Digitais”, realizada em 26/01/2024.

11. Acessibilidade Cultural

DATA: 03 e 04/02/2024

LOCAL: Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ - Rio de Janeiro

Nº DE PARTICIPANTES: 80

PARCEIROS ENVOLVIDOS: MinC, MDHC e UFRJ | Coordenado em parceria com a SEFLI, SCDC, ENAC e Laboratório de Arte, Cultura, Acessibilidade e Saúde - LACAS

11.1 PROPOSTAS APROVADAS E ENVIADAS À 4ª CNC

GT 01 - EIXO 2 – Democratização do acesso à Cultura e Participação Social

EIXO 3 – Identidade, Patrimônio e Memória

11.1.1 Formulação e implementação de um programa de Acessibilidade Cultural nos instrumentos de participação na construção de políticas públicas culturais. Por instrumentos de participação entendem-se: conferências, conselhos, fóruns, comissões, grupos de trabalho, comitês e quaisquer outros que venham a ser criados para a qualificação das políticas públicas. Desde o início dos processos de construção, a representatividade deve ser garantida por documentos legais que prevejam um percentual quantitativo obrigatório de participação de artistas, intelectuais e agentes culturais com deficiência, integrantes da cultura DEF, das culturas Surdas e da cultura do acesso. O programa deve contemplar projetos e ações de reconhecimento da criação artística e cultural no universo dos espaços culturais, de lazer, museus e das instituições de memória, incluindo nesse processo os direitos, as identidades e as visibilidades sociais, culturais, comunicacionais e linguísticas das pessoas com deficiência, diferentes identidades corporais, a preservação do patrimônio cultural sobre a história dos movimentos sociais e a produção cultural contemporânea das pessoas com deficiência.

GT 02 EIXO 1 - Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura

EIXO 4 - Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e

Acessibilidade na Política Cultural

11.1.2 Criar um Plano Nacional de Cultura do Acesso e Acessibilidade cultural com a participação das Pessoas com Deficiência, articulado ao Plano Nacional de Cultura, com orçamento e financiamento previstos no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), estabelecendo como diretrizes a Interseccionalidade, a Transversalidade, as Artes, Cultura Def (Culturas surda, culturas cegas, culturas neurodiversas, deficientes físicos....); ademais, garantir a participação e o protagonismo efetivos de trabalhadores, gestores, artistas, profissionais e público com deficiência, nos museus e equipamentos culturais públicos e privados, nas artes e na cultura; e definir eixos prioritários, tais quais: programação, produção, formação, qualificação, letramento anticapacitista, monitoramento, avaliação, fiscalização, políticas afirmativas e acessibilidade nos editais, nos equipamentos e nos espaços culturais. Esse Plano deve ser criado por meio de Lei Complementar no prazo máximo de dois anos.

GT 03 EIXO 5 – Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

EIXO 6 – Direito às Artes e Linguagens Digitais

11.1.3 Garantir a formação profissional em todos os níveis de educação (por meio de cursos, especializações, e do programa jovem aprendiz) com a presença de pessoas com deficiência em todos os elos da rede produtiva das artes e da cultura; por meio de percentual mínimo de 10% iniciais, com a meta de atingir 25% em 10 anos, de pessoas com deficiência nos espaços de decisão, comissões de seleção e de reserva de recursos/vagas em programas que contemplem o fomento à formação,

qualificação, intercâmbio, criação, produção, difusão, pesquisa, reflexão e memória das artes e da cultura, com acessibilidade garantida em todas as etapas; e que se cumpra por meio da legislação existente as garantias da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, através da criação de canais de denúncia específicos institucionalizados.

12. Cultura Infância

DATA: 24/02/2024

LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/Porto Alegre

Nº DE PARTICIPANTES: 85

648 visualizações no YouTube da TV assembleia

171 inscritos

85 credenciados presencialmente

52 entidades/representações envolvidas

22 propostas enviadas por formulário online

PARCEIROS ENVOLVIDOS: MinC/Grupo Nacional Cultura Infância | Coordenado em parceria com a Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural e Grupo Nacional Cultura Infância.

12.1 PROPOSTAS APROVADAS E ENVIADAS À 4ª CNC

12.1.1 Criação e implementação do Plano Nacional Cultura Infância, reconhecendo as crianças como prioridade absoluta nas políticas públicas, integrado ao Sistema Nacional de Cultura e fundamentado nos diversos marcos legais da Cultura Infância, a saber: • Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990); • Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016); • Lei n.º 13.018/2014 (que institui a Política Nacional Cultura Viva, incluindo os Pontinhos de Cultura); • Lei n.º 13.006/2014 (que obriga a exibição de filmes de produção nacional nas escolas); • Lei n.º 10.639/2003 (que reza sobre o ensino da história e cultura afro e afro-brasileira nas escolas); • Lei n.º 11.645/2008 (que ratifica a Lei 10.639, incluindo o ensino da história e cultura dos povos indígenas) • Lei n.º 12.244/2010 (que obriga instituições de ensino públicas e privadas a terem bibliotecas).*

12.1.2 Criação do Fundo Nacional Cultura Infância, composto com recursos provenientes de multas resultantes de processos ligado à Resolução 163/2014, do CONANDA, em alinhamento ao previsto no ECA e Código de Defesa do Consumidor, com ações geridas por um Conselho Nacional Cultura Infância, composto de forma tripartite, com 1/3 de integrantes do MINC e MDH; 1/3 de representantes da PNCV - Política Nacional Cultura Viva e 1/3 de agentes culturais da sociedade civil, complementado por uma sala técnica consultiva composta por igual número de pessoas de 00 a 12 anos.**

12.1.3 Inclusão da Infância enquanto público prioritário de políticas afirmativas dentro das políticas culturais de fomento e financiamento, inclusive como grupo prioritário na Instrução Normativa 10, de 28 de dezembro de 2023, garantindo à esta, que representa 17,15% da população brasileira, o acesso aos seus direitos culturais, considerando que estas não podem acessar aos instrumentos democráticos por si mesmas, com a criação de editais específicos e de cotas afirmativas para produção cultural voltada a este público, assegurando no mínimo 15% do orçamento de políticas públicas de cultura para a promoção de ações e atividades direcionadas à infância, assegurando a igualdade de acesso e considerando a diversidade de identidades das crianças de 0 a 12 anos.*

*Propostas aprovadas em plenária final.

** Propostas aprovadas como prioritárias em plenária final.

ENCONTROS SETORIAIS



Encontros Setoriais

Os Encontros Setoriais realizados nos dias 04 e 05 de maio em Brasília, compondo a programação da 4ª CNC, fazem parte de um processo de retomada da participação social dos setores da cultura interrompidos em 2019. Nesse processo de retomada da participação social da cultura, o MINC através da parceria com o CNPC e da Portaria Convocatória da Conferência (MINC nº 45/2023) orientou os estados a realizarem Encontros Setoriais seguindo uma relação de Colegiados Setoriais estabelecidos pelo Decreto nº 5.520/2005 que considera uma divisão área do Patrimônio Cultural e Técnico Artístico.

Foram relacionados 18 (dezoito) colegiados setoriais, quais sejam: Arquitetura e Urbanismo, Arte Digital, Artes Visuais, Artesanato, Circo, Dança, Design, Livro – Leitura - Literatura e Bibliotecas Moda, Música a. Música Popular e b. Música Erudita, Teatro, Arquivos, Cultura dos Povos Indígenas, Culturas Populares, Expressões Artísticas Culturais Afro-Brasileiras, Museu, Patrimônio Cultural Material e Imaterial.

Durante o processo de debate, em que foram identificadas lacunas nos debates setoriais e no envolvimento de áreas setoriais no processo de participação social na cultura e no envolvimento nas conferências estaduais e nacional, foi inserido a área do Audiovisual, construído a partir da Secretaria do Áudio Visual – MINC e da participação do Conselho Superior de Cinema, antes deslocado desse debate geral da cultura.

Assim, a adesão dos estados e municípios a 4ª CNC e o envolvimento dos diversos setores da cultura levaram a realização de 19 (dezenove) Encontros/Reuniões Setoriais que debateram sobre a realidade de cada setor, sobre sua perspectiva federativas, a participação social e as propostas e subsídios para o novo plano nacional de cultura seguindo o objetivo da Conferência e do processo de reorganização da participação social por meio do Sistema Nacional de Cultura.

A ampliação dos debates desenvolvidos pelos encontros setoriais fortaleceram a perspectiva de um novo modelo para o Conselho Nacional de Política Cultural e interviu de forma decisiva nos resultados da 4ª CNC, nos debates que seguiram durante os cinco dias de trabalho e na metodologia da conferência quando decide por criar um novo eixo, o eixo dos Setoriais.

O relato que segue em anexo é o resultado desse processo de construção dos encontros realizados que envolveu cada área do Ministério da Cultura, responsável pelas políticas de seus temas referentes. Secretaria Nacionais e instituições vinculadas do MINC coordenaram os encontros e desenvolveram um relato que contribuiu para as decisões nas seis plenárias dos eixos da conferência e para o resultado que elegeu prioridades. Os subsídios que segue são contribuições efetivas para a construção do plano nacional de cultura e para a consolidação da participação social na cultura.

A CONFERÊNCIA EM NÚMEROS



A conferência em números

Este capítulo se debruça sobre os números relacionados à 4ª Conferência Nacional de Cultura, ocorrida entre os dias 04 e 08 de março de 2024 em Brasília.

A etapa nacional contou com 69 atividades autogestionadas inscritas e destas foram realizadas 45 atividades. Houveram também reuniões organizadas pelo sistema MinC, sendo elas as seguintes: Escuta do PNC; Comissão Nacional dos Pontos de Cultura; Rede de Comitês de Cultura; e Cultura Viva 20 Anos. Além disso, houve a Reunião do CNPC - Escuta para a Reestruturação do CNPC. Houve o Encontro com Gestores em dois momentos: Encontro Nacional de Gestores e Reunião da Rede de Gestores. Por fim, aconteceram atendimentos e reuniões com setores específicos, sendo eles: Indígenas; Ciganos; Colegiados Afro; Gestores; Mestres de Capoeira; Movimentos LGBT's; PCD's; Movimento de Mulheres Negras; e Representação de Universidades.

Dados dos formulários de pré-inscrição

A Conferência contou com 1.201 delegados pré-inscritos cujos perfis foram analisados a partir dos formulários de pré-inscrição. Do universo de delegados respondentes dos formulários, 75 compõem a Delegação Nata, 1.088 a Delegação Eleita Titular e 38 a Delegação Eleita Suplente. Quanto à natureza da participação, 810 delegados estiveram representando a Sociedade Civil e 391 o Poder Público. Além disso, 75 eram PCD.

TOTAL DE DELEGADOS		1.201			
PERFIL DA DELEGAÇÃO		NATUREZA DA REPRESENTAÇÃO		PCD	
Delegação Nata	75	Sociedade Civil	810	Sim	75
Delegação Eleita Titular	1.088	Poder Público	391	Não	1126
Delegação Eleita Suplente	38				

Imagem 7 - Quantitativo de delegados pré-inscritos

A partir do perfil dos delegados da Conferência respondentes dos formulários de pré-inscrição, observa-se que o Ceará, o Rio de Janeiro e a Bahia são os estados com o maior número de participantes, tendo cada um deles 62 delegados inscritos. Já o estado de Sergipe, com 16 inscritos, configurou-se como o estado com o menor número de participantes.

NÚMERO DE INSCRITOS POR ESTADO/DF

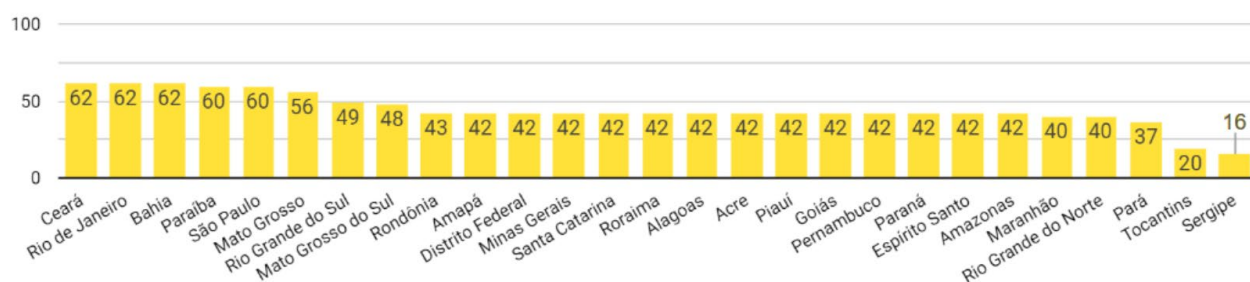


Imagem 8 - Número de inscritos por estado/DF

A faixa etária predominante foi a de 30 a 39 anos que contou com 374 delegados, seguida consecutivamente pelas faixas de 40 a 49 anos, com 348 participantes; de 50 a 59 anos, com 276 participantes; de 18 a 29 anos, com 147 participantes; de 70 anos ou mais, com 35 participantes; de 60 anos ou mais, com 21 participantes.

FAIXA ETÁRIA

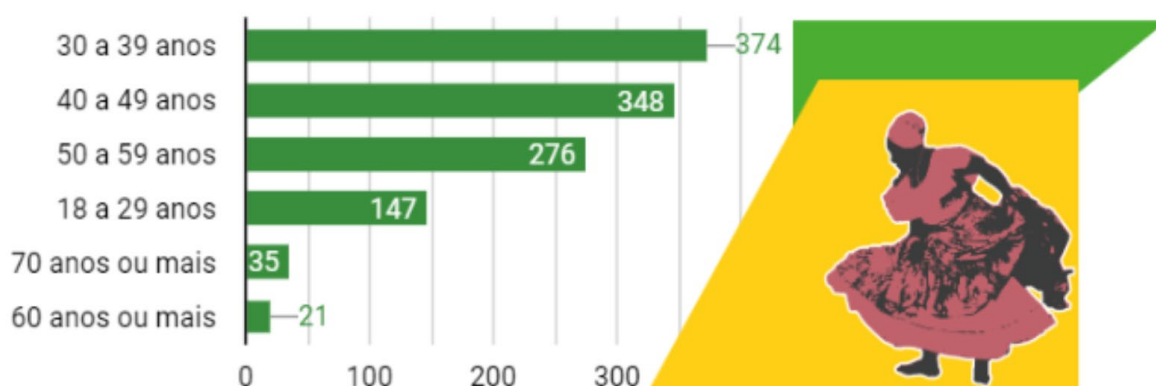


Imagem 9 - Faixa etária dos delegados pré-inscritos

Em relação à pertença étnico-racial, houve uma predominância da população negra na Conferência, tendo sido 35,4% os que se declararam pardos e 21,8% os que se declararam pretos. Além disso, 33,8% se declararam brancos e 6,4% indígenas. No que diz respeito à identidade de gênero, observou-se uma predominância entre os homens cisgêneros (47%), seguidos das mulheres cisgênero (41,2%). Já em relação à orientação sexual dos delegados, 64,7% se identificaram como heterossexuais, 13,4% como homossexuais e 8,4% como bissexuais.

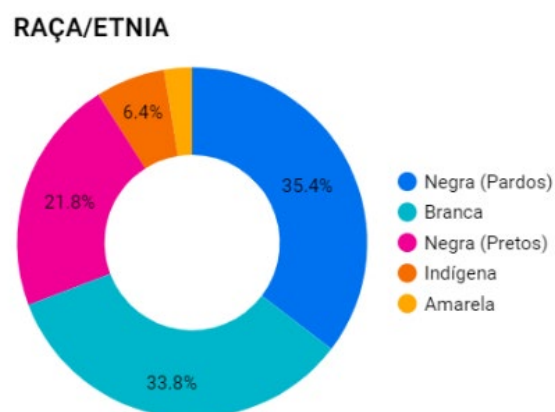


Imagem 10 - Declaração étnico-racial dos delegados pré-inscritos

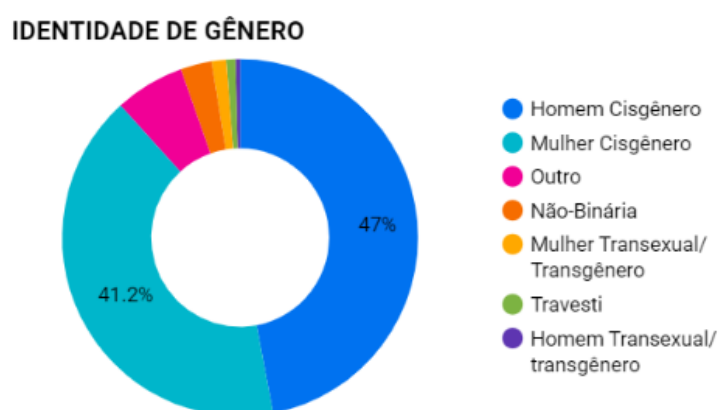


Imagem 11 - Gênero dos delegados pré-inscritos

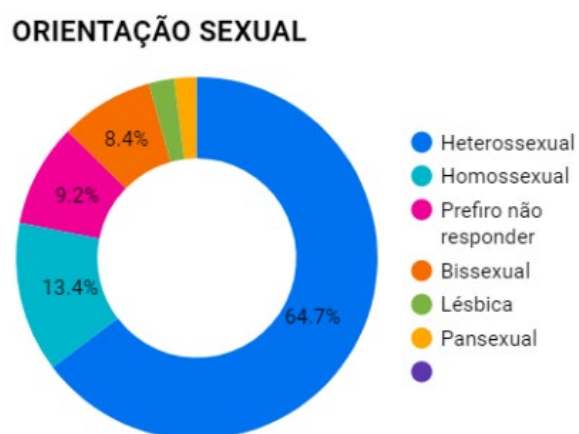


Imagem 12 - Orientação sexual dos delegados pré-inscritos

Paulinho da Viola (RJ); Salgadinho (SP) feat Renegado (MG); Academia da Berlinda (PE); Sambaiana (BA) convida Paula Lima (SP) e Ellen Oléria (DF); Daniela Mercury (BA) convida Majur (BA); DJ Ops (MG); DJ Barata (DF); DJ Pezão (DF); DJ La Ursa (PE); DJ Flávia Aguiar (MG); e DJ Magah (PA). Destes, a predominância foi de artistas provenientes dos estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Distrito Federal.

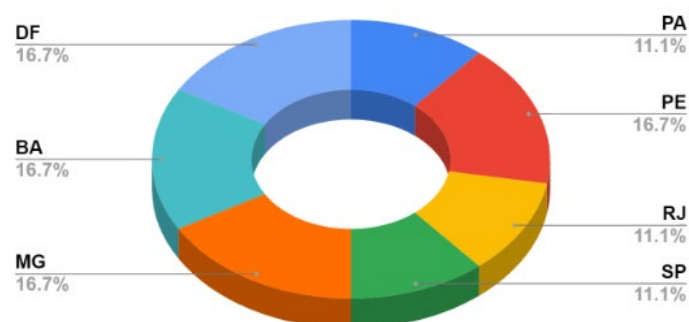
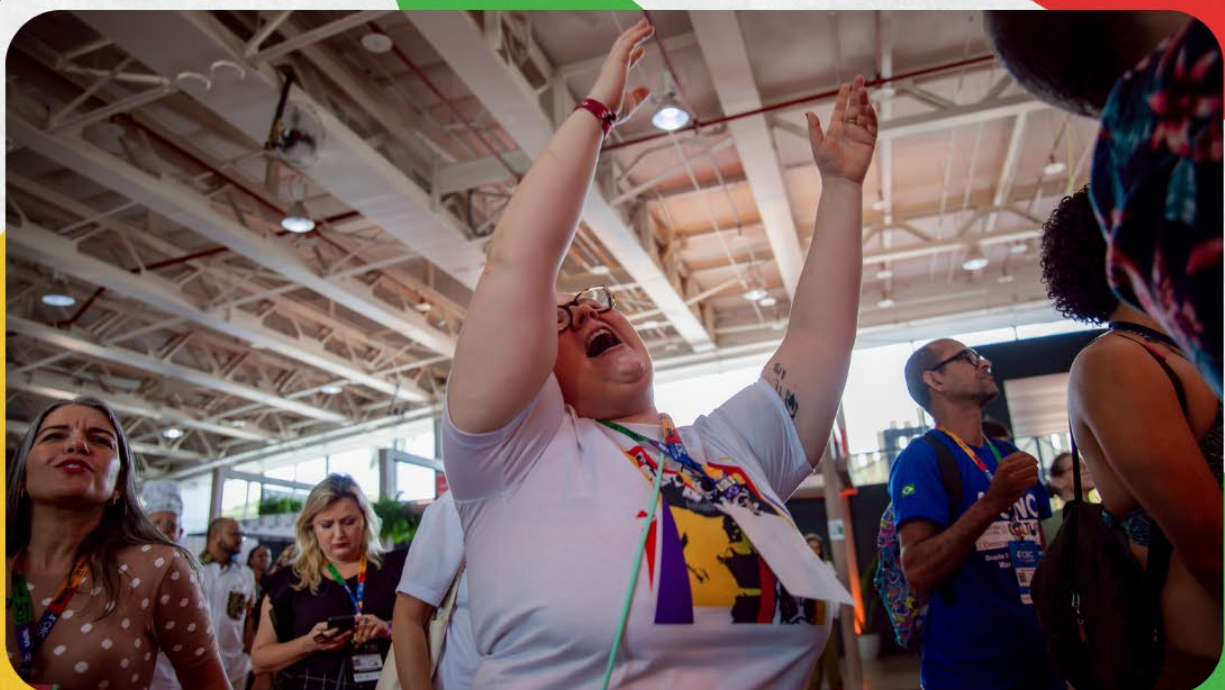


Imagem 14 - Estado dos artistas do Festival da Cultura

A Conferência envolveu o lançamento de 81 livros. Foram 180 autores inscritos e 195 autores envolvidos, sendo esta desproporção entre os números de inscritos e envolvidos explicada pela autoria coletiva de alguns trabalhos como coletâneas e organizações de pesquisas.

A Fundação Cultural Palmares realizou, durante dois dias da 4ª CNC, a doação de mais de 6 mil livros. O Coordenador do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC), Guilherme Bruno dos Santos, fez a seguinte declaração sobre a atividade: "Ter a possibilidade de disseminar informação de qualidade a respeito da cultura negra, produzidos pela Palmares e com a Palmares, é o serviço principal de uma biblioteca pública. Para nós, é uma satisfação enorme ter essa ação bem recebida na conferência, teve uma adesão enorme, distribuímos mais de 6 mil livros. É a sensação de cumprir uma missão importante".

A feira de artesanato da 4ª Conferência Nacional de Cultura contou com a participação de 72 expositores e produtos de diversos segmentos, acompanhados de 25 assistentes, perfazendo um total de 97 trabalhadores atuando de maneira direta. A idade destes trabalhadores esteve entre 23 e 71 anos. 49 expositores eram provenientes do Distrito Federal e 23 de outros estados e países, a saber: PI, SC, ES, MA, SP, RO, PA, AC, MT, RR, PB, BA, Equador, Peru, Senegal e um Nômade. É importante destacar ainda que a relação de expositores envolveu algumas das reservas e aldeias indígenas representadas por seus artistas: Kariri Xocó, Ahain Aaam, Aldeia Teko-Haw e o Santuário dos Pajés. Dentre os artesanatos expostos estiveram: artes visuais; artesanato indígena - equatorial; jóias; souvenir; artesanato; produtos agroecológicos; livros; moda - vestuário; biojóia; discos; e artesanato indígena. O maior quantitativo refere-se ao artesanato indígena que representou 43,1% da exposição.





ANEXOS



Anexos

Anexo 1 - Convocatória e Regimento Interno

PORTARIA MINC Nº 45, DE 14 DE JULHO DE 2023

Convoca a 4ª Conferência Nacional de Cultura - 4ª CNC.

A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA, PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 3º do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, pelo inciso X do art. 2º do Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019, e pelo Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023, e considerando as deliberações do Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural em sua 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2023, resolve:

Art. 1º Fica convocada a 4ª Conferência Nacional de Cultura - 4ª CNC, sob a coordenação da Secretaria dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura - MinC, em conjunto com o Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC.

Parágrafo único. A etapa nacional da 4ª CNC será realizada no período de 4 a 8 de dezembro de 2023, em Brasília/DF.

Art. 2º Fica homologado o Regimento Interno da 4ª CNC, aprovado pelo CNPC, na forma dos Anexos I a III.

Art. 3º A 4ª CNC terá como tema geral: "Democracia e Direito à Cultura".

Art. 4º Ficam revogadas a Portaria CNPC/SECULT/MTUR nº 2, de 3 de maio de 2022, e a Portaria MinC nº 41, de 4 de julho de 2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ANEXO I

MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA

REGIMENTO INTERNO DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A 4ª Conferência Nacional de Cultura - 4ª CNC terá como tema central "Democracia e Direito à Cultura" e como objetivo geral promover o debate sobre as políticas culturais com ampla participação da sociedade, visando o fortalecimento da democracia e a garantia dos direitos culturais em todos os âmbitos da federação, de forma transversal com todas as políticas públicas sociais e econômicas do Brasil.

Art. 2º São objetivos específicos da 4ª CNC:

I - ampliar o debate com a sociedade sobre o conceito de cultura como política; II - promover a avaliação do Plano Nacional de Cultura - PNC;

III - propor diretrizes para a criação de um novo PNC;

IV - definir diretrizes prioritárias para garantir transversalidades nas políticas públicas de cultura; V - potencializar a adesão dos Estados e Municípios ao Sistema Nacional de Cultura - SNC;

VI - debater sobre a divisão de atribuições entre os entes federados; e

VII - construir uma política sociocultural que fortaleça a democracia participativa.

Art. 3º As discussões das etapas da 4ª CNC serão realizadas a partir dos seguintes eixos:

I - Eixo 1 - Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura;

II - Eixo 2 - Democratização do acesso à cultura e Participação Social; III - Eixo 3 - Identidade, Patrimônio e Memória;

IV - Eixo 4 - Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural;

V - Eixo 5 - Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade; e VI - Eixo 6 - Direito às Artes e às Linguagens Digitais.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 4º A 4ª CNC será presidida pela Ministra de Estado da Cultura e na sua ausência ou impedimento eventual pelo Secretário-Executivo ou, na ausência deste, pela Secretária dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura.

Parágrafo único. A Coordenação-Geral da 4ª CNC será exercida pelo titular da Secretaria dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura.

Art. 5º A 4ª CNC será composta pelas seguintes etapas:

I - Conferências Municipais ou Intermunicipais; II - Conferências Regionais ou Territoriais;

III - Conferências Estaduais e do Distrito Federal; IV - Conferências Livres;

V - Conferências Temáticas; VI - Encontros Setoriais; e VII - Conferência Nacional.

§ 1º As Conferências referidas no inciso I são de responsabilidade dos Municípios e as referidas nos incisos II e III de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal e terão caráter mobilizador, propositivo, eletivo e consolidativo.

§ 2º As Conferências Intermunicipais referidas no inciso I serão realizadas por agrupamento regional de municípios e seguem os mesmos critérios das Conferências Municipais.

§ 3º As Conferências Municipais e/ou Intermunicipais poderão ser antecedidas por pré-conferências de caráter mobilizador.

§ 4º As Conferências Regionais ou Territoriais referidas no inciso II serão deliberadas pelos Conselhos Estaduais, onde houver implantado, e realizadas pelos estados a partir do entendimento da necessidade de execução de uma etapa anterior à Conferência Estadual.

§ 5º Os Encontros Setoriais referidos no inciso VI terão caráter mobilizador, propositivo, eletivo e consolidativo e, buscam garantir a presença do debate setorial e da representatividade dos diversos segmentos artísticos e culturais em todas as etapas de realização das conferências, sendo de responsabilidade dos Estados e Distrito Federal regulamentar seu formato de realização no âmbito das Conferências Estaduais, a fim de garantir a eleição de delegados, de forma legítima pelos próprios setores, para os Encontros Setoriais na Etapa Nacional.

§ 6º Os encontros setoriais ocorrerão na etapa nacional da 4ª CNC reunindo delegados setoriais eleitos nas etapas estaduais e do Distrito Federal com o objetivo de resgatar e garantir o acúmulo histórico do debate em torno dos setoriais de cultura.

§ 7º A Etapa Nacional terá caráter propositivo, deliberativo e consolidativo, e será realizada sob os cuidados do Ministério da Cultura.

§ 8º As Conferências Livres poderão ser promovidas e organizadas pelos mais variados setores da sociedade civil e do poder público e ficarão sob a responsabilidade dos segmentos e entidades que as convocarem. Terão caráter mobilizador e consolidativo, não elegerão delegados, mas poderão subsidiar a 4ª CNC.

§ 9º Entidades, instituições públicas ou da sociedade civil, fóruns, redes, conselhos, escolas, dentre outros, por iniciativa própria poderão realizar conferências livres que:

I - Não elegem delegados (as) e nem selecionam propostas para as demais etapas do processo conferencial nacional. No entanto, as propostas formuladas nelas podem ser utilizadas por

participantes das demais etapas no sentido de contribuir para os debates e defesas de argumentação nessas conferências; e

II - Não dependem de ato oficial de órgão de governo, mas devem ser comunicadas às comissões e/ou órgãos responsáveis pela organização das etapas municipais, estadual/distrital, ou nacional, a depender da abrangência.

Art. 6º Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a 4ª CNC contará com a Comissão Organizadora Nacional e a Coordenação Executiva Nacional.

Art. 7º A Comissão Organizadora Nacional será composta por 72 (setenta e dois) membros, dentre os representantes do Ministério da Cultura, indicados pela Ministra de Estado da Cultura, representantes da sociedade civil e membros de Instituições convidadas, conforme anexo II.

§ 1º A Comissão Organizadora Nacional será presidida pela Ministra de Estado da Cultura e na sua ausência ou impedimento eventual pelo Secretário-Executivo ou, na ausência deste, pela Secretária dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura.

§ 2º A Coordenação-Geral da Comissão Organizadora Nacional será exercida pelo titular da Secretaria dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura e na sua ausência pela Diretoria do Sistema Nacional de Cultura.

§ 3º As reuniões da Comissão Organizadora Nacional serão instaladas com a presença de um terço dos seus membros e as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos.

Art. 8º A Coordenação Executiva Nacional será composta por 15 (quinze) membros, sendo 10 (dez) representantes do plenário do CNPC, dentre estes 5 (cinco) representantes da sociedade civil, escolhidos pelo plenário, e 5 (cinco) representantes do poder público, e outros 5 (cinco) membros conforme anexo I.

§ 1º A Coordenação Geral da Coordenação Executiva Nacional será exercida pelo titular da Secretaria dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura. Na sua ausência, será exercida pela Diretoria do Sistema Nacional de Cultura.

§ 2º As reuniões da Coordenação Executiva Nacional serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros e as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos.

§ 3º A Coordenação Executiva Nacional da 4ª CNC será apoiada por uma Secretaria Operativa, coordenada pela Diretoria do Sistema Nacional de Cultura.

Art. 9º Compete à Comissão Organizadora Nacional:

I - Coordenar, supervisionar e promover a realização da 4ª CNC;

II - Aprovar a proposta de programação da 4ª CNC elaborada pela Coordenação Executiva Nacional;

III - Assegurar a lisura e a veracidade de todos os atos e procedimentos relacionados à realização da 4ª CNC;

IV - Atuar junto à Coordenação Executiva Nacional, formulando, discutindo e propondo as iniciativas referentes à organização da 4ª CNC;

V - Mobilizar parceiros e entidades, no âmbito de sua atuação nos Estados, para preparação e participação nas Conferências Municipais, Intermunicipais, Livres, Regionais, Territoriais, Estaduais, Distrital e/ou Temáticas;

VI - Acompanhar o processo de sistematização das diretrizes e proposições da 4ª CNC;

VII - Definir os critérios para a escolha dos convidados e observadores para participação na etapa nacional da 4ª CNC; e

VIII - Deliberar sobre os demais casos, omissos ou conflitantes, deste Regimento.

Art. 10 À Coordenação Executiva Nacional compete:

I - Definir metodologia e elaborar a proposta de programação da 4ª CNC a ser aprovada pela Comissão Organizadora Nacional;

II - Elaborar o calendário e a pauta de reuniões da Comissão Organizadora Nacional; III - Dar cumprimento às deliberações da Comissão Organizadora Nacional;

IV - Acompanhar e monitorar a realização de indicadores das Conferências Municipais, Intermunicipais, Regionais e Estaduais de Cultura;

V - Orientar o trabalho das Comissões Organizadoras nos Estados, Distrito Federal e Municípios;

VI - Instituir, excepcionalmente, Comissão Organizadora Estadual visando à realização de encontro estadual dos delegados, nos termos do art.19 deste Regimento;

VII - Validar as Conferências Municipais ou Intermunicipais, as Regionais ou Territoriais, as Estaduais e a do Distrito Federal, conforme as diretrizes estabelecidas neste Regimento;

VIII - Receber e sistematizar os Relatórios das Conferências Estaduais e do Distrito Federal; IX - Coordenar a divulgação da 4ª CNC;

X - Coordenar a elaboração do documento sobre o temário central, do relatório final e anais da 4ª CNC;

XI - Dar conhecimento ao Congresso Nacional, visando informá-lo do andamento da organização da 4ª CNC, bem como dos seus resultados; e

XII - Proceder à escolha e indicação dos convidados e observadores que participarão na etapa nacional da 4ª CNC, de acordo com critérios definidos pela Comissão Organizadora Nacional.

Art. 11 Os relatórios das etapas estaduais, referidas nos incisos I, II e III do artigo 5º deste regimento, deverão ser entregues à Coordenação Executiva Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o término da etapa estadual, para que possam ser consolidados e sirvam de subsídio à 4ª CNC, com a devida inserção desses documentos na plataforma virtual a ser disponibilizada pelo MinC.

Parágrafo único. Os relatórios encaminhados após o prazo estabelecido não serão considerados para a consolidação das proposições a serem apresentadas à etapa nacional da 4ª CNC.

Art.12 A Coordenação Executiva Nacional sistematizará o Relatório Final e promoverá a publicação e divulgação dos anais da 4ª CNC.

Art. 13 As etapas da 4ª CNC serão realizadas nos seguintes períodos:

I - Etapa Municipal ou Intermunicipal: até 17 de setembro de 2023;

II - Etapa Estadual e do Distrito Federal: até 30 de outubro de 2023; e III - Etapa Nacional: de 4 a 8 de dezembro de 2023.

§ 1º Cabe à comissão organizadora estadual a definição do cronograma de realização das etapas municipais ou intermunicipais, respeitando o prazo limite de até 17 de setembro de 2023, o número de delegados da etapa municipal para a etapa estadual (conforme anexo III) e o prazo para envio do relatório da etapa realizada para sistematização e discussão na etapa estadual.

§ 2º A não realização das etapas nos âmbitos municipal ou intermunicipal, em uma ou mais unidades federadas, não constituirá impedimento à realização da 4ª CNC na data prevista.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal poderão promover conferências territoriais e/ou regionais.

§ 4º As Comissões Organizadoras das Etapas Estaduais e do Distrito Federal deverão realizar Encontros Setoriais de Cultura, a fim de garantir o debate e legítima eleição - dentro do limite estabelecido no Art. 17 - de delegados de todos, ou da maior parte, dos setores e segmentos e linguagens artísticos e culturais.

§5º Será utilizado como referência para a retirada de delegados setoriais estaduais os setores que compunham o CNPC até 2019 constantes do anexo III.

§ 6º Todas as Comissões Organizadoras Estaduais e do Distrito Federal deverão eleger até 18 (dezoito) delegados setoriais para o Encontro Setorial na etapa Nacional da 4ª CNC, correspondentes aos 18 (dezoito) setores listados no Anexo III, e não havendo número suficiente de participantes do setor para a eleição de 1 (um) delegado, a vaga deve ser redistribuída entre os demais setores, de acordo com o número de participantes e regulamentação estadual própria.

§ 7º As Comissões Organizadoras Estaduais e do Distrito Federal deverão encaminhar as sistematizações de dados e informações por meio de relatórios das conferências realizadas para a Coordenação Executiva Nacional da 4ª CNC no prazo estabelecido no art. 11.

§ 8º Cabe às Comissões Organizadoras Estaduais definir se considera as conferências municipais/intermunicipais realizadas antes da publicação desta Portaria, que convoca a 4ª CNC, como preparatórias à Etapa Estadual, bem como a definição sobre o envio das propostas e da forma de eleição da delegação municipal para a Etapa Estadual.

Art. 14 A realização das Etapas Municipais, Intermunicipais, Territoriais/Regionais, Estaduais e do Distrito Federal cabe ao órgão gestor da cultura dos respectivos âmbitos, com a participação dos Conselhos Municipais e Estaduais de Cultura.

§ 1º Os responsáveis pela realização das etapas descritas no caput devem realizá-las, preferencialmente, na modalidade presencial.

§ 2º Cabe à Coordenação Executiva Nacional elaborar orientações de apoio para o trabalho das Comissões Organizadoras nos Estados, Distrito Federal e Municípios.

CAPÍTULO III

DOS PARTICIPANTES

Art. 15 A 4ª CNC terá assegurada, em todas as suas etapas, a ampla participação de representantes da sociedade civil e do poder público.

Art. 16 Na etapa nacional da 4ª CNC, os participantes serão constituídos em três categorias: I - Delegados(as) com direito a voz e voto;

II - Convidados(as) com direito a voz; e

III - Observadores(as) sem direito a voz e voto.

Art. 17 A categoria de Delegados da etapa nacional será composta por até 1.783 (mil setecentos e oitenta e três) delegados com direito a voz e voto:

I - Até 163 (cento e sessenta e três) Delegados Natos, assim distribuídos:

a) Ministra de Estado da Cultura, que preside a 4ª CNC;

b) 72 (setenta e dois) membros titulares e suplentes do Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC;

c) 54 (cinquenta e quatro) representantes dos Conselhos Estaduais e Distrital de Cultura; e

d) 36 (trinta e seis) representantes da Comissão Organizadora Nacional que não compõem o CNPC.

II - Até 1.620 (mil seiscentos e vinte) Delegados Eleitos nas Conferências Estaduais, sendo 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 de representantes governamentais.

§ 1º Os 54 (cinquenta e quatro) delegados natos, indicados pelos Conselhos Estaduais de Cultura, deverão ser representados por 2 (dois) delegados indicados por cada Conselho Estadual e Distrital, sendo 1 (um) representante da sociedade civil e 1 (um) representante governamental.

§ 2º Na escolha dos delegados deve se considerar a diversidade e transversalidade, com adoção de critérios que contemplem a representação de pessoas com deficiência, os diversos territórios e segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como a diversidade étnica, racial, de gênero e de orientação e identidade sexual.

§ 3º Em todas as categorias de delegados, para cada titular deverá ser indicado um suplente correspondente, que será credenciado como delegado na ausência do titular. No caso da presença do titular, este será credenciado como convidado.

Art. 18 Nos Estados em que o Poder Executivo não realizar a convocatória da Conferência nos prazos previstos fica a Coordenação Executiva Nacional responsável pela instituição de uma Comissão Estadual, visando a organização de encontro estadual dos delegados eleitos nas Conferências

Municipais e/ou Intermunicipais, para a escolha, por meio de votação, das propostas e da delegação que participará da etapa nacional da 4ª CNC.

§ 1º A Comissão Estadual será integrada por representantes de entidades não governamentais, do Governo Federal e dos Municípios que realizaram suas Conferências ou participaram de Conferências Intermunicipais.

§ 2º A promoção do encontro entre os delegados será de responsabilidade da Comissão Estadual.

§ 3º O deslocamento e a hospedagem dos delegados municipais até o local do encontro estadual, serão de responsabilidade dos municípios envolvidos.

§ 4º A realização das Conferências Livres será de responsabilidade dos proponentes.

Art. 19 Caberá à Coordenação Executiva Nacional, caso necessário, encaminhar aos municípios, estados e Distrito Federal orientações complementares para a realização das etapas antecedentes da Etapa Nacional da 4ª CNC.

Art. 20 Serão da responsabilidade dos Governos Estaduais e do Distrito Federal as despesas com a realização das etapas estadual e distrital, bem como o deslocamento de delegados até o local de realização da 4ª CNC.

Art. 21 Serão da responsabilidade do Ministério da Cultura as despesas com hospedagem, alimentação e traslado dos delegados na cidade de Brasília.

Art. 22 As despesas com a organização e realização da etapa nacional da 4ª CNC, no que tange às responsabilidades expressas nesta Portaria, ocorrerão à conta de recursos orçamentários do Ministério da Cultura.

ANEXO II

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL E COORDENAÇÃO EXECUTIVA NACIONAL

COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL	
SISTEMA FEDERAL DE CULTURA	
Nome	Qtd
GABINETE DA MINISTRA	1
SECRETARIA-EXECUTIVA	1
SECRETARIA DOS COMITÊS DE CULTURA	1
SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL	1
SECRETARIA DE FORMAÇÃO, LIVRO E LEITURA	1
SECRETARIA DE CIDADANIA E DIVERSIDADE CULTURAL	1
SECRETARIA DO AUDIOVISUAL	1
SECRETARIA DOS DIREITOS AUTORAIS E INTELECTUAIS	1
FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE	1
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL - FBN	1
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA - FCRB	1

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES - FCP	1
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN	1
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM	1
AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE	1

MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL TITULARES DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC	18
TOTAL DE REPRESENTANTES DO SISTEMA MINC	15
TOTAL DE REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL (CNPC)	18
INSTITUIÇÕES CONVIDADAS	
Nome	Qtd
CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1
SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE	1
SECRETARIA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL	1
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1
SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	1
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	1
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	1
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	1
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	1
MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	1
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME	1
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA	1
MINISTÉRIO DO TURISMO	1

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL	1
MINISTÉRIO DAS MULHERES	1
MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS	1
MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA	1
MINISTÉRIO DAS CIDADES	1
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	1
FÓRUM DOS SECRETÁRIOS E DIRIGENTES ESTADUAIS DE CULTURA	1
FÓRUM DOS SECRETÁRIOS E DIRIGENTES DE CULTURA DAS CAPITAIS E MUNICÍPIOS ASSOCIADOS	1
FÓRUM NACIONAL DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE CULTURA	1
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS	1
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP	1
COMISSÃO DE CULTURA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	1
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO SENADO FEDERAL	1
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES	1
EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO - EBC	1
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA - ABEPEC	1
UNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES - UNE	1
SISTEMA CNC/SESC/SENAC	1
SISTEMA INDÚSTRIA CNI/SESI/SENAI	1
SISTEMA BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE	1
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO	1
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS - OEI	1
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA	1
TOTAL DE REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES CONVIDADAS	39
TOTAL DE INTEGRANTES DA COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL	72

COORDENAÇÃO EXECUTIVA NACIONAL	
Nome	Qtd

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ESCOLHIDOS PELO PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL - CNPC	5
SECRETARIA DE FORMAÇÃO, LIVRO E LEITURA	1
SECRETARIA DOS COMITÊS DE CULTURA	1
FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE	1
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES - FCP	1
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM	1
SECRETARIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA CULTURA	1
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1
ASSESSORIA ESPECIAL PARA DIVERSIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL - GABINETE DA MINISTRA	1
FÓRUM DOS SECRETÁRIOS E DIRIGENTES ESTADUAIS DE CULTURA	1
FÓRUM DOS SECRETÁRIOS E DIRIGENTES DE CULTURA DAS CAPITAIS E MUNICÍPIOS DE REGIÕES METROPOLITANAS	1
TOTAL DE INTEGRANTES DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA NACIONAL	15

ANEXO III

TABELA PARA CÁLCULO DO NÚMERO DE DELEGADOS CONFERÊNCIA MUNICIPAL/INTERMUNICIPAL

Quantitativo de Participantes	Número de Delegados(as) para a Conferência Municipal
De 25 a 500	5% do número de participantes
Acima de 500	25 Delegados(as)

OBS: Nos Municípios em que se realizarem as Pré-Conferências, será considerada a soma total dos participantes dessas Pré-Conferências para a definição do número de delegados a serem eleitos para a Conferência Estadual ou Regional/Territorial, sendo vedada a participação em mais de uma Pré-Conferência.

CONFERÊNCIA REGIONAL/TERRITORIAL

Quantitativo Delegados(as)	de	Número de Participantes para a Conferência Estadual
Mínimo de 25		Percentual do número de Delegados(as) presentes definido pelo Poder Executivo Estadual

CONFERÊNCIA ESTADUAL/DISTRITAL

Quantitativo Delegados(as)	de	Número de Delegados(as) para a Conferência Nacional
De 60 a 600		10% do número de Delegados(as) presentes na Conferência Estadual Mínimo de 40 delegados(as)
Acima de 600		60 Delegados(as)

Setoriais de Cultura
1. Arquivos
2. Arte digital
3. Artes visuais
4. Artesanato
5. Circo
6. Cultura indígenas
7. Culturas Populares
8. Dança
9. Design
10. Arquitetura e urbanismo
11. Expressões artísticas culturais afro-brasileiras
12. Livro, leitura e literatura
13. Moda

14. Museu
15. Música
16. Patrimônio imaterial
17. Patrimônio material
18. Teatro

Observações:

1. Nos Estados em que se realizarem Conferências Regionais/Territoriais, será considerada a soma total dos delegados participantes dessas conferências para a definição do número de delegados a serem eleitos na Conferência Estadual de Cultura para a Plenária da 4ª Conferência Nacional de Cultura.
2. Para o cálculo do número de delegados, em todas as etapas da 4ª Conferência Nacional de Cultura, não serão consideradas quantidades fracionadas.
3. As comissões organizadoras estaduais e do Distrito Federal definirão o regulamento para a eleição de delegados setoriais dentro da conta de delegados estaduais para os Encontros Setoriais a serem realizados na Etapa Nacional em Brasília.

Anexo 2 - Regulamento da Etapa Nacional

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A 4ª Conferência Nacional de Cultura – 4ª CNC, cujo Regimento Interno está no anexo à Portaria MinC nº 45, publicada no Diário Oficial da União de 14 de Julho de 2023, realizar-se-á nos termos deste Regulamento.

CAPÍTULO II - DA ETAPA NACIONAL

Seção I - Da Realização

Art. 2º A etapa nacional será realizada no período de 04 a 08 de março de 2024, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, localizado no Setor de Divulgação Cultural – CEP: 70070-350 – Brasília / DF.

Seção II - Dos Componentes e Participantes

Art. 3º A 4ª CNC terá assegurada, em todas as suas etapas, de forma isonômica, a participação de representantes da sociedade civil e do poder público.

Art. 4º Na etapa nacional da 4ª CNC, as pessoas participantes serão constituídas, nos termos Portaria MinC nº 45/2023, em três categorias:

- I. Pessoas delegadas com direito a voz e voto;
- II. Pessoas convidadas com direito a voz; e
- III. Pessoas observadoras sem direito a voz e voto.

§1º A restrição de voz e voto de observadores se aplica para utilização de microfones e documentos/ ferramentas técnicas e/ou metodológicas, em grupos de trabalho, eixos, plenárias e em qualquer momento de deliberação e/ou avaliação coletiva.

§2º A Coordenação Executiva dará ampla divulgação do quantitativo de delegados credenciados aptos a participar da etapa nacional da 4ª CNC até 23h59 do dia 05 de março.

Seção III - Do Credenciamento

Art. 5º O credenciamento de pessoas delegadas, observadoras e convidadas na etapa nacional da 4ª CNC deverá ser feito no período das 09h às 18h do dia 04 de março de 2024 e das 09h às 18h do dia 05 de março de 2024.

§1º Na ausência das pessoas delegadas titulares, as respectivas suplentes serão credenciadas em substituição aos titulares no mesmo local e horário, desde que confirmada a ausência pela Coordenação Estadual da Delegação do respectivo estado.

§2º Não haverá substituição de pessoas delegadas por suplentes após o encerramento do período estabelecido para o credenciamento por este Regulamento.

§3º No ato de credenciamento será exigido documento de identificação original com foto para ter acesso ao Centro de Convenções.

§4º No momento do credenciamento serão entregues crachás individuais, intransferíveis, os quais são de uso obrigatório em todos os momentos e ambientes da conferência. É responsabilidade de cada pessoa participante o cuidado e preservação do seu crachá, pois o mesmo não será substituído.

§5º As pessoas participantes da 4ª CNC serão organizadas por eixo temático e o grupo de trabalho que tratará o tema de sua preferência, observando-se o limite de vagas em cada atividade.

Art. 6º As pessoas participantes com deficiência deverão registrar, no momento de credenciamento, o tipo de sua deficiência, escolhendo entre as opções disponíveis os recursos necessários para suprir suas necessidades na 4ª CNC.

Seção IV - Da programação da conferência

Art. 7º. A 4ª CNC terá sua programação composta das seguintes atividades deliberativas:

- I. Plenária de Regulamento da Etapa Nacional;
- II. Grupos de Trabalho dos Eixos;
- III. Plenárias dos Eixos Temáticos; e
- IV. Plenária Final;

Parágrafo único: Os Encontros Nacionais Setoriais compõem a programação no caráter estabelecido no Artigo 5º, §5º da Portaria 45.

Seção V - Da apreciação e Deliberações

Art. 8º. As deliberações da 4ª CNC serão tomadas pelas pessoas delegadas presentes e devidamente identificadas com crachá.

§1º Cada pessoa delegada, devidamente credenciada, terá direito a 01 voto a cada momento de votação.

§2º A votação se dará por maioria simples e, não havendo contraste na visualização dos crachás de pessoas delegadas erguidos, será realizada contagem individual.

§3º A contagem individual será realizada para a priorização de propostas.

Art. 9º. O direito a voz será cedido pelo tempo máximo de dois minutos e, a depender da dinâmica da sessão, poderá ser reduzido a um minuto por decisão da plenária; atingido o tempo máximo de fala a palavra poderá ser interrompida, com o intuito de ampliar ao máximo as oportunidades de fala das demais pessoas participantes.

Parágrafo Único: Pessoas idosas, pessoas que enfrentam barreiras comunicacionais, pessoas com deficiência, Povos Originários, pessoas que falam outras línguas, caso queiram, poderão ter o tempo máximo de fala de até cinco minutos.

Art. 10. A apreciação e deliberação nas Plenárias de que tratam os incisos I, III e IV do artigo 7º, observarão os seguintes procedimentos:

- I. Apresentação com registro da manifestação, diálogo e argumentação sobre a questão discutida;
- II. Cada destaque em apreciação terá dois minutos para a sua defesa e tempo igual para o contraditório, se solicitado;
- III. Serão permitidas mais 1 (uma) manifestação a favor e 1 (uma) contrária de 1 minuto cada, caso, feito a consulta à Plenária, esta não se sinta devidamente instruída, e considerando a disponibilidade de tempo;
- IV. A questão será colocada para votação nos termos do artigo 8º.
- V. Em caso de empate, a questão será novamente colocada em discussão sendo permitida uma única inscrição em apoio e outra contrária, no máximo, durante 1 (um) minuto cada;
- VI. Será aberta votação em segundo turno e nova contagem dos votos, conforme as regras determinadas para a contagem.

Art. 11. Será assegurado às pessoas delegadas, pelas Mesas Coordenadoras da Plenária, das plenárias dos eixos temáticos e dos Grupos de Trabalho, o direito à manifestação, “QUESTÃO DE ORDEM”, sempre que qualquer um dos dispositivos deste Regulamento não estiver sendo observado ou previsto, apontando-se qual artigo do regulamento estaria sendo descumprido.

Parágrafo único: As “QUESTÕES DE ORDEM” não serão permitidas durante o regime de votação.

Seção VI - Plenária de Aprovação do Regulamento da Etapa Nacional

Art. 12. A Plenária de Aprovação do Regulamento da Etapa Nacional ocorrerá das 16h30 às 19h do dia 05 de março, no auditório principal do local da conferência.

§1º A Plenária de Aprovação do Regulamento será coordenada por pessoas indicadas pela Coordenação Executiva, observando a representação de integrantes da sociedade civil e poder público.

§2º Para apreciação do Regulamento da Etapa Nacional será utilizada a sistemática apresentada na seção V.

Seção VII - Dos Grupos de Trabalho

Art. 13. Os Grupos de Trabalho serão coordenados por pessoas indicadas pela Coordenação Executiva da 4ª CNC.

Art. 14. As propostas aprovadas nas Conferências Estaduais e do Distrito Federal, nas Conferências Livres e nas Conferências Temáticas serão disponibilizadas no site do Ministério da Cultura e as propostas sistematizadas das Conferências Estaduais e do Distrito Federal, nas Conferências Livres e nas Conferências Temáticas constarão no Caderno de Propostas organizado a partir dos eixos temáticos do Documento Base da 4ª CNC, disponibilizado para as pessoas delegadas e conferencistas, e serão apreciadas, debatidas e votadas, em primeiro momento, nos Grupos de Trabalho.

Art. 15. Os Grupos de Trabalho serão realizados no dia 06 (seis) de março de 2024, das 9h às 12h30 e das 14h30 às 19h, horário de Brasília/DF.

§1º No período das 09h às 12h30 dos Grupos de Trabalho, serão realizadas mesas de contextualização e discussão acerca do Sistema Nacional de Cultura e Plano Nacional de Cultura:

I. As salas dos Grupos de Trabalho serão abertas às 8h30 para acesso exclusivo dos delegados e iniciarão às 9h.

II. O acesso dos convidados e observadores às salas dos Grupos de Trabalho dos Eixos Temáticos acontecerão a partir das 9h30, caso haja disponibilidade de lugares.

§2º No período vespertino, as pessoas participantes dos Grupos de Trabalho deverão analisar e aprimorar as propostas relativas ao tema do GT constantes do Caderno de Propostas, podendo propor emendas aditivas, supressivas ou aglutinativas, identificar

lacunas, e propor até duas novas propostas vinculadas ao tema e ao contexto nacional cujo conteúdo não tenha sido contemplado nas demais propostas para, ao final, compor o conjunto de propostas que serão priorizadas na plenária dos eixos temáticos.

I. As salas dos Grupos de Trabalho serão abertas às 13h30 para acesso exclusivo dos delegados e iniciarão às 14h.

II. O acesso dos convidados e observadores às salas dos Grupos de Trabalho dos Eixos Temáticos acontecerão a partir das 14h30, caso haja disponibilidade de lugares.

§3º As propostas que não sofrerem emendas durante a leitura nos Grupos de Trabalho seguirão para as plenárias dos eixos temáticos como propostas aprovadas.

Art. 16. Serão constituídos 13 (treze) Grupos de Trabalho, com a seguinte formatação:

EIXO REFERENTE	Nº do GT	TEMA DO GRUPO DE TRABALHO
Eixo 1	GT 01	Governança federativa e fortalecimento da gestão
Eixo 1	GT 02	Fomento e Financiamento
Eixo 2	GT 03	Territorialização das políticas culturais

Eixo 2	GT 04	Participação Social nas políticas públicas de cultura
Eixo 3	GT 05	Educar a cultura e culturalizar a educação
Eixo 3	GT 06	Sustentabilidade, diversidade e gestão compartilhada
Eixo 4	GT 07	Ações afirmativas e acessibilidade cultural
Eixo 4	GT 08	Promoção da Diversidade Cultural
Eixo 5	GT 09	Estratégia Nacional de Economia Criativa
Eixo 5	GT 10	Formação e Trabalho na arte e cultura
Eixo 6	GT 11	Cultura digital
Eixo 6	GT 12	Direito às artes
Eixo 6	GT 13	Setoriais

Art. 17. O produto final de cada Grupo de Trabalho será o conjunto de propostas encaminhadas ao eixo.

Seção VIII - Das Plenárias dos Eixos Temáticos

Art. 18. As plenárias dos eixos temáticos serão realizadas no dia 07 de março de 2024, das 9h às 13h e das 14h30 às 17h, horário de Brasília/DF, e têm como objetivos ampliar o diálogo e o aprofundamento das propostas aprimoradas nos Grupos de Trabalho; e priorizar tais propostas.

§1º As plenárias dos eixos temáticos serão coordenadas por pessoas indicadas pela Coordenação Executiva da 4ª CNC.

§2º Cada plenária de eixo temático apreciará as propostas aprovadas nos Grupos de Trabalho relativos ao respectivo eixo, podendo ser apresentadas emendas aditivas,

supressivas (parcialmente) ou aglutinativas, desde que não comprometam o conteúdo central da proposta.

§3º Nas plenárias dos eixos temáticos não poderão ser criadas novas propostas.

§4º As plenárias dos eixos temáticos serão formadas a partir da seguinte organização:

I. Plenária do Eixo Temático 1 - Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura;

II. Plenária do Eixo Temático 2 - Democratização do acesso à cultura e Participação Social;

III. Plenária do Eixo Temático 3 - Identidade, Patrimônio e Memória;

IV. Plenária do Eixo Temático 4 - Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural;

V. Plenária do Eixo Temático 5 - Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade; e

VI. Plenária do Eixo Temático 6 - Direito às Artes e Linguagens Digitais.

Art. 19. Ao final da apreciação de todas as propostas, as mesmas serão votadas e ranqueadas de acordo com a quantidade de votos recebidos, e as 5 propostas mais votadas na plenária de eixo temático serão apresentadas na plenária final.

Seção IX - Das Moções

Art. 20. As pessoas delegadas podem propor moções sobre temas de interesse da Política Nacional de Cultura, que devem ser apresentadas em formulário próprio disponibilizado pela Coordenação Executiva da 4ª CNC.

§1º As moções deverão explicitamente ser formuladas em termos de Apoio, Aplauso, Recomendação ou Repúdio.

§2º As moções deverão conter a assinatura de, no mínimo, 50 pessoas delegadas credenciadas na 4ª CNC, devendo ser entregues à Coordenação-Geral da 4ª CNC até às 12 horas do dia 07 de março de 2024.

§3º Não serão habilitadas para votação as moções com conteúdo de discurso de ódio, que violem os direitos humanos, bem como aquelas que estejam em desacordo com legislações, normas e práticas de promoção de acesso à cultura e/ou com os princípios de defesa da democracia, do antirracismo, do anti patriarcado, ofensivas, discriminatórias, sem embasamento ou que violem normas legais ou éticas.

§4º As moções que cumprirem os requisitos dos parágrafos anteriores, serão lidas e apreciadas na Plenária Final.

Seção X - Da Plenária Final

Art. 21. A Plenária Final da 4ª CNC se iniciará a partir das 17h do dia 07 de março e se encerrará às 16h do dia 08 de março de 2024, horário de Brasília, e terá a seguinte programação:

- I. Na abertura da Plenária Final, a ocorrer no dia 07 de março de 2024, a partir das 17h até as 21h:
 - a) Leitura e aprovação das 30 propostas priorizadas pelas plenárias dos eixos temáticos, observando as regras deste regulamento conforme disposto na seção V;
 - b) Leitura dos encaminhamentos dos Encontros Nacionais Setoriais elaborados coletivamente pelos delegados da 4ª CNC.
- II. Na continuidade da Plenária Final, a ocorrer no dia 08 de março, das 09h às 16h:
 - a) Aprovação das moções;
 - b) Mesa de encerramento da Plenária Final.

§1º A Plenária Final será coordenada por pessoas indicadas pela Coordenação Executiva, observando a representação de integrantes da sociedade civil e poder público.

§2º As propostas priorizadas serão lidas e aclamadas em bloco, por eixo temático.

§3º A Subcomissão de Metodologia e Sistematização destacará as propostas em que forem identificados dissensos entre plenárias dos eixos temáticos, para discussão e deliberação na plenária final.

§4º A mesa de encerramento da 4ª CNC será composta por pessoas convidadas pela Coordenação Executiva e contará com pronunciamento de autoridades definidas pela Coordenação Executiva e com atividade cultural.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Em até 60 dias após a realização da 4ª CNC, o Conselho Nacional de Política Cultural, por meio de sua secretaria executiva do Ministério da Cultura, deverá encaminhar aos Conselhos Estaduais e do Distrito Federal, e os delegados e secretarias estaduais e conselhos estaduais, secretarias municipais e conselhos municipais, aos pontos de cultura, o Relatório Final da 4ª CNC, dando ampla divulgação nos meios de comunicação oficiais.

Parágrafo único: Constarão como anexos do caderno de propostas priorizadas, todas as propostas e todas as moções aprovadas e encaminhamentos tirados nos Encontros Setoriais na 4ª. Conferência Nacional de Cultura, e serão amplamente divulgados.

Art. 23. Os casos não previstos neste regulamento serão dirimidos pela Coordenação Executiva Nacional da 4ª CNC.



Anexo 3 - Lista de Participantes

ACRE

ADAS GOMES DE DEUS
ALDECIMAR DOS SANTOS SILVA
ADERLÂNDIO NASCIMENTO DE FRANÇA
ALDEMIR MACIEL FILHO
AMANDA SOUZA DE OLIVEIRA
ANA KAREN OLIVEIRA MENDONÇA CHAVES
ANA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO SOARES LIMA
ANAILTON GUIMARÃES SALGADO
ANTONIO CARLOS DA SILVA COSTA
CAMILA CRISTINA CABEÇA DE SOUZA LIMA
CAROLINA DI DEUS
CLAUDIA TOLEDO LIMA
DANIEL DO NASCIMENTO LOPES
DANIEL IBERÊ ALVES DA SILVA
DAVID GOMES CORREIA
DEYSE JEANE DE ARAÚJO VIEIRA
DIOGO MARQUES PORTO SAID MAIA
EDIMAR ALMEIDA DE AZEVEDO
EDIPAULO SAMARRA MANCHINERI
ELANE CRISTINE ALMEIDA DA SILVA
EURILINDA MARIA GOMES FIGUEIREDO
FRANCISCO LEANDRO DA SILVA SANTOS
GABRIEL THIBERIO CARRILHO VIEIRA ROSSI
GILMARD PEREIRA DO NASCIMENTO
JAEILSON VAZ ALVES
JOSIELMA ORAQUIS DE BRITO FEITOSA
JOSIVAN ALVES DE SOUZA
LENINE BARBOSA DE ALENCAR
LÉRIDA OLIVEIRA DOS SANTOS NASCIMENTO
LOURRANA DE SOUZA SILVA
MAIQUELINE RODRIGUES DA SILVA
MARIA ANITA DAS CHAGAS COSTA
MARIA ENAGE BRITO PERES
NÉLISSA SILVA BARBOSA
NEUDO LOPES DA SILVA AMORIM
RAIMUNDA NONATA BARBOSA DE LIMA REZENDE
RALPH LUÍS DO NASCIMENTO FERNANDES.
SEBASTIÃO CARDOSO DE SOUZA
SÉRGIO SILVA DE MELO
UINE QUEILE FREITAS DA SILVA

ALAGOAS

ALLAN JOSÉ DE OLIVEIRA SANTOS
ALLANA LOPES PEREIRA BRANDÃO
ANDERSON VIEIRA OTACÍLIO DE BARROS

BÁRBARA B. LUSTOSA DA SILVA
BEATRIZ SOUZA VILELA
CARLOS JORGE DA SILVA QUIRINO
CÁSSIO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA
CÍCERO WARLEY DOS SANTOS
DANIEL ALVES DOS SANTOS
EDUARDO JÚNIO FELITO NEVES DA SILVA
ELIEZER MATIAS DOS SANTOS
FABIANA DOS SANTOS LIMA
FRANCCESCA DI PAOLA BRAGA RABELO
IGOR LUIZ RODRIGUES SILVA
IVAN BARSAND DE LEUCAS
IVANETE BEZERRA BARBOSA
JANE CLEIDE DA SILVA SANTOS
JANNICE SOARES LIMA FRANÇA
JEANE TERTULIANO DA SILVA
JEFERSON DOS SANTOS SILVA
JOÃO PAULO DOS SANTOS
JOSÉ CARLOS VANDERLEI DA SILVA
JOSÉ ÉDIPO DA SILVA SANTOS
JOSÉ JÂNIO VIEIRA
JOSEFA FERREIRA RODRIGUES
JULIANA DA SILVA ALVES DE SENA
LEONARDO SANTOS DA SILVA
LEVY JOSÉ DE SOUZA PAZ
LOURDES TEREZA MELO DE OLIVEIRA RIZZATTO
LUCIANA MARIA DA SILVA
MARCOS ROBERTO MUNIZ SANTOS
MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA CAVALCANTE
MARIA TERESA MACHADO P. TENÓRIO SÁ
MELLINA TORRES FREITAS (SEC. CULTURA)
MILTON MUNIZ DE ASSIS (SEC. EXECUTIVO)
RICARDO VINICUS LIMA DOS SANTOS
SÉRGIO RICARDO NASCIMENTO
SILVIA M. N. DOS SANTOS
UDSON PINHEIRO ARAÚJO
VÂNIA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS

AMAPÁ

ALAN DOUGLAS RODRIGUES DE BARROS
ALAN MATIAS DOS REIS SERIQUE
ALICE SOARES DE ARAÚJO
ANA MARIA DUARTE DE CARVALHO
BRUSSILO ARRAES SINDEAUX NETO
CARLA PATRÍCIA RIBEIRO NOBRE
CARLOS ALBERTO MORAES JUNIOR
CARLOS EDUARDO GOMES GONÇALVES

CIRLEY OLIVEIRA PICANÇO
CLICIA HOANA VIEIRA DI MICELI
DAVI CASTRO GABRIEL
DEYVID LOPES FELIX
EDSON MARTINS SALES
ELAINE DE ARAÚJO FERREIRA BARROS
ELEN GABRIELY DE LIMA BAÍA
ELZILENE ARAÚJO DIAS
EZEQUIEL DA SILVA SANTOS
GEDSON GOMES MARTINS
JAIRÓ CLEITON DOS SANTOS SILVA
JOÃO MARCOS CORRÊA DE BARROS
JOÃO PORFÍRIO FREITAS CARDOSO
JOELSON COSTA DE ALENCAR
JOSÉ ADENILSO MERCES DIAS
JOSÉ AUGUSTO SANTOS SAMPAIO
JOSÉ ROBERTO SIQUEIRA BASTOS
JOSEANE FERREIRA SILVA SARMENTO
KELLY DAYANE DUARTE BATISTA
LOTÃ MATEUS DAVID LEMOS
MARIA ANETE PEIXOTO
MARIA ELISIA CARMO SILVA
MARIA JOSÉ PANTOJA FIGUEIREDO
MARIA PINHO GEMAQUE
MAURO ARAUJO DOS SANTOS
MESSIAS SLONE PEREIRA BARBOSA
MICHEL NASCIMENTO BRAZ
PATRÍCIA ANDRADE VIEIRA
PAULO ANDRÉ BENTEW DA ROCHA
PAULO MAICON NUNES CUNHA
RAIMUNDO BATISTA
UELITON LOPES TENÓRIO
VEERNEY WILLIAN E SILVA NUNES
WENNER GEORGE RIBEIRO DE SOUSA

AMAZONAS

ALBERNICE TEIXEIRA PEIXOTO
ANA MILENA SOUZA MARULANDA
ANANDA GUIMARÃES
ANDRÉ CAVALCANTE DOS SANTOS
AUGUSTO DOMINGOS DOS SANTOS SILVA
BIANCA CRISTINA ALENCAR DE AZEVEDO
CAMILA ALMEIDA FALABELLA DE CASTRO
DANIELY PEINADO DOS SANTOS
DOUGLAS RODRIGUES
EDSON RODRIGUES CAVALCANTE
ELMA JEANE DE JESUS
ELZA REGINA LOPES DA SILVA
FRANCILENE DOS SANTOS PEREIRA MULULO
FRANCINEILO BATISTA DA SILVA

FRANCISCO JUNIOR VIANA DOS SANTOS
GETER CORREA CABRAL FILHO
GLICIA CAROLINE ROCHA CAUPER
JAU RIBEIRO VIEIRA
JOÃO BOSCO BORGES FERREIRA
JOÃO GUSTAVO KIENEN
JONAS DA MATA PEREIRA
JONIFERSON VIEIRA DA SILVA
JONILDO DE SEIXAS DUTRA JUNIOR
JORDANIA DAMASCENO GALDINO
KAROLLEN LIMA DA SILVA
KETLEN GUERREIRO REBELO
KLEBER SAHDO
LAIRTON OLIVEIRA DA SILVA
MAICK JOSÉ SOARES TAVARES
MANOEL MARCOS MOURA CLEMENTINO
MARCELO CAMPOS LUCENA DIAS
MÁRCIO DO NASCIMENTO ALMEIDA
MARCOS ANDRÉ DURAND PEREIRA
MARCOS APOLO MUNIZ DE ARAÚJO
MARILANE PACHECO REBELO FREITAS
PAULO CÉSAR MARQUES HOLANDA
PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO
RAIMUNDO SANTOS DE OLIVEIRA
RILA ARRUDA DA COSTA
RONALD NOGUEIRA SIQUEIRA
ROSA MARIA DOS SANTOS MARTINS
VANDERLEY PINHEIRO

BAHIA

AELSON SOARES DA SILVA NETO
AMANDA NOGUEIRA SANTOS DA CUNHA
ANA BEATRIZ SIMON FACTUM
ANDRÉA DE BRITTO
ANGÉLICA DE JESUS SANTOS
ARIELLE CAIENA SAMPAIO PEIXOTO
BRUNO GOMES MONTEIRO
CASSI LADI REIS COUTINHO
CIRILO XAVIER DOS SANTOS NETO
CLEIDSON SANTANA PEREIRA
DAVID WILLYAM TERRA DOS SANTOS
DIJALE BARBOSA DA FONSECA
EDUARDO NASCIMENTO MATOS
EDVALDO DE JESUS
ELAINE PATRÍCIA DE SOUSA OLIVEIRA
EMANUEL LUCAS SANTOS ALVES
FILIPE DE BRITTO MARINHO DA SILVA
GILMAR DE FARO TELES
GLEITON CARLOS GUIMARÃES DE FREITAS
GUILHERME HUNDER CHAVES

HEITOR VINICIUS MORAES SILVA
HEMERSON SANTOS DA SILVA
HEYDE REJANE BARRETO DOS SANTOS
ITANARA CONCEIÇÃO DOS SANTOS
JOSÉ CARLOS DA SILVA
LÍVIA CERQUEIRA RIBEIRO
LOBBA MATTOS NUNES COSTA
LUCIANA MANDELLI
LUCIANO CELESTINO ARAÚJO
LUCIENE ROSA DOS SANTOS
LUCIMAR OLIVEIRA CARNEIRO DA SILVA
MAINÃ OLIVEIRA DE JESUS
MALENALOIANE LIMA DA SILVA
MARCELO FERREIRA LEMOS FILHO
MÁRCIA MARIA FERREIRA DE BRITO LIMA
MARCIEL HENRIQUE REGO VIANA
MARCOS HENRIQUE DE CARVALHO SANTA ROSA
MARCUS COUTO LEITE
MARIA JOYCE VITOR OLIVEIRA
MARIA SÃO PEDRO SANTANA PEREIRA
MONICA DA SILVA HOMEM
NADJANE ESTRELA SOARES
NATÁLIA DOS SANTOS ROCHA
RAFAEL LIMA SANTOS
RAIMUNDO NONATO EMÍDIO BEZERRA
RAIMUNDO RODRIGUES ALVES
ROBERLAN ARAÚJO FERREIRA
ROBERTO TOMÉ FERNANDES
ROSILDO MOREIRA D ROSÁRIO
SARA GABRIELA PRADO MERCÊS LÁZARO
SARAH GOES DA SILVA
SILMARA SANTOS OLIVEIRA
SOIANE GOMES PAULA
UANDROS SANTANA DE OLIVEIRA
VALDEIQUE DE OLIVEIRA PEREIRA
VALDEREDO GOMES DA SILVA
VINICIUS GIL FERREIRA DA SILVA
VITOR MANOEL MARQUES BARRETO
VITÓRIA IRANEIS DOS SANTOS LIMA
VLADIMIR COSTA PINHEIRO
WALMORIO ANDRÉ MONTEIRO DO ROSARIO
WILMA MACEDO SILVA

CEARÁ

ALYSSON LEMOS CAMPOS
ANA CRISTINA DA SILVA SOUZA
ANGELICE SANTOS CUSTÓDIO
ANTONIO GESSILÉ FLORINDO SILVA
BARBARA RODRIGUES PEREIRA TEÓFILO
BRUNO ALVES CHAVES

BRUNO RAFAEL MONTEIRO MOREIRA
CARLEZIANA RODRIGUES DOS SANTOS
CÍCERO ANDERSON ALVES MATIAS
DANIELE ALVES MARINHO
DAVIDSON KENNEDY FERRER CAMPOS SOUSA
DIÊGO DE LIMA BARROS
DIEGO NORMANDI MACIEL DUTRA
EDILIO VAZ DE LIMA
EDINIZ ADRIANO ANDRADE MUNIZ
ELIAQUIM DA SILVA GONÇALVES
ELIZABETE CRUZ DA SILVA
ÉVERTON RICARDO ARAÚJO DE SOUSA
FRANCISCA FLADIANA DE SOUSA RODRIGUES
FRANCISCA LÚCIA LOPES DE SOUSA GOMES
FRANCISCA MARIA DE SOUSA OURIVES
FRANCISCO JAVIER GARCIA NUNEZ
FRANCISCO ZENO GALDINO FALCÃO
GILCÊNIO BEZERRA DA SILVA JUNIOR
GLICIA GADELHA TEIXEIRA
GONÇALO DREIVOS DE SOUZA ARAÚJO
HERMILLA CAROLINA FEITOSA DUARTE CATTONI
JÉSSICA BEZERRA OLIVEIRA LEITE
JORGE LUIZ COSTA DA SILVA
JOSÉ WELLIGTON SOUSA DE CASTRO
JULIANA FERREIRA DOS SANTOS
KARYNA DANTAS ALVES DE SOUSA
LESLIE JOSE DE CASTRO SILVA
LIDUINA MARIA LOPES RODRIGUES
LUCAS VASCONCELOS ALVARES
LUISA CELA DE ARRUDA COELHO
MARCELO ARAUJO ALVES
MARCELO SALES CAVALCANTE
MARCOS VINÍCIUS CRUZ BERNARDINO
MARCUS ISRAEL VIANA CARDOSO
MARIA CRISTIELLEN RODRIGUES RIBEIRO
MARIA DAS DORES DA SILVA
MARIA SANTOS DO NASCIMENTO
MARIELLY FLOR COSTA LIMA
MATHEUS SANTOS DE FREITAS
MAYKON LIMA RIBEIRO
MIGUEL FERREIRA NETO
NAUDINEY DE CASTRO GONÇALVES
PATRÍCIA MARIA APOLÔNIO DE OLIVEIRA
RAFAEL BARBOSA DA COSTA
RAFAEL CORDEIRO FELISMINO
RAFAELLA ALVES
RAIMUNDO ATERLANE PEREIRA MARTINS
RAIMUNDO MOREIRA DA COSTA
RIANA JÉSSICA DA ROCHA ARAÚJO
ROBERTA DE JESUS SANTANA

SALVIANO PAULINO DE MORAIS NETO
SELMA MARIA SANTIAGO LIMA
SILVIA JACQUELINE MOURA DE OLIVEIRA
STEPHANIE ROSALINA LIMA
VITOR MELO STUDART
WESLEY LYEVERTON CORREIA RIBEIRO

DISTRITO FEDERAL

ALEXANDRA FERREIRA GONÇALVES
AMANDA DE OLIVEIRA GOMES
ANDERSON REGNER DOS SANTO FOGO
ANTÔNIO CÉLIO RODRIGUES PIMENTEL
BARTIRIA MONTEIRO DE BRITO
CLÉRIA MARIA COSTA
CRISTIANE DA SILVA FERREIRA
DANDARA BAÇA DE JESUS LIMA
DANDARA SILVA ALEXANDRE DE LIMA
FABIO SUCUPIRA PEDROZA
FRANCESLY DA CONCEIÇÃO LEITE
FRANCISCA IVANETE FEITOSA
FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA MATOS
HAMILTON SILVA DA CRUZ
HENRIQUE ERNESTO GABRIEL MARIA BARON
VON BEHR
IASMIN BARROS FERREIRA DE OLIVEIRA
ISAAC MENDES PEREIRA
JOSÉ REGINO DE OLIVEIRA
JOSIANE OSÓRIO DE CARVALHO
LEANDRO CONDE LEMES
LOURRAYNNY LIMA DE CARVALHO
LUÉRGIO DE SOUSA
MARCELO DE ARAÚJO LIMA
MARCONDES ALVES BARBOSA
MARCONI COSTA DA SILVA SCARINCI
MARIA DE JESUS DE OLIVEIRA COSTA
MARTA LEONARDO DE OLIVEIRA
MATEUS SILVA DE MOURA
NEIDELENA REGINA DE MACEDO NOBRE
RAFAEL FERNANDES DE SOUZA
RAPHAEL DOS SANTOS SIQUEIRA
RÊNIO STUDART QUINTAS
RUBENS AGUILAR FERREIRA
SANDRO ROBERTO DOS SANTOS
SHEILA CRISTINA DA S. CAMPOS
SÍLVIO RANGEL DA SILVA FEITOSA
SONIA PEREIRA DOS REIS SILVA
TAMARA NAIZ DA SILVA
THAIS LORRANY NUNES PIMENTEL
VERONICA RODRIGUES DE LIMA
VICTORIA ALMEIDA SANTOS

ESPÍRITO SANTO

ABNAEL DE JESUS SANTOS
ADILMA BARRETO VENEFRIDES
ADRIANA DE OLIVEIRA MOURA
ALESSANDRO MONTENEGRO BAYER
ANDRÉ LUÍS CARVALHO NOGUEIRA
BÁRBARA VALENTE FERREIRA
CARLOS ROBERTO BATISTA
CATARINA DOS SANTOS FERREIRA
CLAIR DA CUNHA MOURA JUNIOR
CRISTINA MOREIRA
DEBORA CHRISTINE BARROS SCHULZ
DEBORAH SABARÁ ALVES DA SILVA
DEIVID NASCIMENTO SOARES
DOMINGAS VERONICA FLORENTINO DOS SANTOS
ELOÁ ABGAIL OLIVEIRA ELER
ELZIMAR APOLINÁRIO PEREIRA
FABIANO RODRIGUES DE PAULA
FELIPE GOMES
FERNANDA DA SILVA BRITO
FERNANDA MARIA MERCHID MARTINS
FERNANDA SAMORA DIAS BORGES
FRANCISCA CLARA DE ASSIS SALLES DA SILVA
LOPES
FRANCISLEI DA ROCHA FERREIRA
GEOVAN JOÃO ALVES DA SILVA
GEOVANE ROBERTO SANTOS
IGOR DA SILVA ERLER
IGOR NUNES GOUVÊAS
IVAN PEREIRA SANTOS
JOANNA RODRIGUES DA SILVEIRA JULIANI
JOCELINO DA SILVEIRA QUIZZA
LUCIMAR BARROS COSTA
LUIZ GUILHERME SILVA
NAYARA GAVA MONTEIRO
PAOLO DE SOUZA SILVA
RITA SANTOS DA ROCHA
ROSIMAR SILVA DOMINGOS
SEBASTIÃO CÂNCIO PEREIRA JUNIOR
SEBASTIÃO RIBEIRO FILHO
STAEI MAGESCK SERRA
THIAGO VIEIRA DE SOUZA ELEUTÉRIO
WILLIAN FERNANDES VAILANT
WYLLER VILAÇAS SIQUEIRA MESQUITA

GOIÁS

ADRIANA SANTIAGO
AYRES DE OLIVEIRA
ALETHÉIA MARTINS

ALEXANDRA FERREIRA PEDROSO
ANDREIA DE OLIVEIRA
NÃO É DELEGADO DE GOIÁS
CARLOS SENA
CLÁUDIA DA MATA
CRISTIANO BAIANO
DAYANE LOPES
DÉBORA SOUTELLO
EDYMARA DINIZ
ELIÉSER FRANÇA
FABIANA SILVA
FRANCIMAR ALMEIDA
HELENAMAR DA SILVA
HELOISA ESSER
JANAINA SOLDERA
JOÃO RODRIGUES
JOSE FÁBIO DA SILVA
JOSÉ LEANDRO
JOUSE RODRIGUES LOPES
JUDIVAN FERREIRA
LEANDRO DIAS
NÃO É DELEGADO DE GOIÁS
LUCINEIDE ROCHA PACHECO
LUIZ AUGUSTO
MARCIA ALVES VILA NOVA
MARIA LÚCIA RODRIGUES
MARLI GONÇALVES
MURILO SARDINHA
PATRÍCIA FERRAS DA CRUZ
PAULA CRISTINA OLIVEIRA
RAPHAEL DOS SANTOS
ROZERLEY SILVA DE NAZARÉ
SACHA WITKOWSKI
VANESSA
VINÍCIUS AIRES
WALLISTEN DE ALMEIDA NICOLAU
WELLINGTON DIAS
WENDEL DA SILVA

MARANHÃO

ANDRÉ LUÍS DE OLIVEIRA CRUZ
ARISON ROBERT CAMPOS
CARLOS FELIPE PEREIRA DO NASCIMENTO
CÍCERO BRANDÃO DE FRANÇA MENDES
CLAUDIA CRISTIANE DE MATOS SOUSA
DALVA MACIEL DE OLIVEIRA
DAVID BRANDÃO DE JESUS
DOMINGOS MARTINS DE ALMEIDA
EDVAN DA SILVA OLIVEIRA
ELANDIAS BEZERRA SOUSA

EUDIVAN DE RIBAMAR COSTA SILVA
FRANCISCA EDMARA DA COSTA MIRANDA
IGOR JOSÉ RIBEIRO SARAIVA
JEDSON COELHO
JOCILENO GOUVEIA RIBEIRO
JOSE MARIA MACHADO COELHO
JOSÉ MARIA MARQUES FERREIRA
JOSÉ WILSON ALVES DE AMORIM
JOUCLERLAND ROCHA SOUSA
JUCINE AZEVEDO DE CASTRO
JUVENILDE NUNES DA SILVA
LEONALDO BRANDÃO COSTA
MANOLE DE JESUS SOUSA MAUÉS
MANOEL MENDES GOMES
MARCOS RONILSON DO NASCIMENTO
MARIA CLÉA DE JESUS
MARIA EUNICE DE JESUS SANTOS
MARIA JAQUELINE SANTOS DA SILVA
MARILENE DE SOUZA JERÔNIMO APOLIANO
MARILZA CÉLIA COSTA SILVA
PAULO DOS SANTOS OLIVEIRA
REINALDO MORAES GUIMARÃES
REINALDO SANTOS AVELAR
RÔMULO ANTONIO VIEIRA MONTEIRO
SIMEI ARANHA DANTAS
WERLYS DE JESUS CUNHA SANTOS
YURI ARRUDA MILHOMEM
ZILDETE DO ROSÁRIO MOREIRA SARAIVA

MATO GROSSO

AGLIUÇO APARECIDO DOS SANTOS
ALESSANDRA KEIKO GALVÃO OKAMURA AMES
ALEXANDER CRISTIANO CARRER
ALEXSANDER MANOEL DE SIQUEIRA GODOY
ANA PAULA GUIMARÃES
AUGUSTO CÉSAR FRANCELINO DA SILVA
CLAUDIA REGINA CORDEIRO DE BRITO
CRISTÓVÃO LUIZ GONÇALVES DA SILVA
CZARINA FARIAS DE BRITO
DALVA LÚCIA BRITO DO NASCIMENTO
DANIEL GUILHERME MACHADO PINTO
DANIELA COPETTI KERN SZNELWAR
DHENYFER AMORIM ARAUJO
EVA SOUZA E SILVA
EWERTON APARECIDO MOREIRA SALGADO
FRANCISCO DAS CHAGAS ROCHA
HÉLIO INÁCIO SANTANA
HIAGO GONÇALVES DE AGUIAR
JANAINA HELLWICH
JANDERSON PERIN DOS SANTOS

JEISELLI SÁ RODRIGUES
JOÃO VICTOR PICK
JOSE ROBRI UMNHATE
JULIAN JOÃO ZILIO
JÚLIO CÉSAR FREITAZ COELHO
LARISSA DE LIMA NOVAIS
LORRAYNE BETTEGA
MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
MARCOS TULIO COSTA GATTAS
MARIA CLARA OLIVEIRA BERTÚLIO
MARÍA LAURA CUELLAR LÓPEZ
MARIA MAURA FERREIRA DA SILVA
MARILEIDE GOMES DA SILVA
MARINALVA MARQUES DE SOUZA
MAYHARA PATRICIA SILVA CORRÊA
MYLENE WIRGUES PAESE
OSCAR WA RAIWE UREBETE
PAULO DA SILVA LUCAS NETO
PAULO ROBERTO MOREIRA CRISPIM
PEDRO HENRIQUE DA SILVA VITOR
POLLYANNA MEDEIROS DE MAGALHÃES
RODRIGO GOMES PINTO
ROSA DILMA DA SILVA
ROSANA PEREIRA DE BRITO
THIAGO WAECHTER SILVA
VICENTE DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
VICTOR ALLAN OLIVEIRA MENDES
VITAL GOMES DE SIQUEIRA
WALDINEIA RIBEIRO DE ALMEIDA
WANDERSON ALEX MOREIRA DE LANA
WANDERSON MAGALHÃES FARIAS
WATILA FERNANDO BISPO DA SILVA
WILSON CALDAS GAIA
ZENEIDE PEREIRA DA SILVA

MATO GROSSO DO SUL

ALESSANDRA LESCANO TAVARES
ANA FLÁVIA DE OLIVEIRA SOUZA
ANDERSON CARLOS DE LIMA
ANGELA RODRIGUES MONTEALVÃO
ARIANE DE ARAÚJO RODRIGUES LIMA
ARTURO CASTEDO ARDAYA
CARLOS ARRUDA ANUNCIATO
DÁRIO FERREIRA SOUSA NETO
DOUGLAS ALVES DA SILVA
EDINALDO DOS SANTOS
EMERSON FERNANDES
FÁTIMA SELMAIRA CARNEIRO FREITAS PEREIRA
FELIPE DE JESUS SAMPAIO
GICELMA DA FONSECA CHACAROSQUI TORCHI

GIRSEL LIMA DE ASSIS
HELAINÉ BITENCOURT COIMBRA
HERIKSEN PLESLEY DA SILVA COSTA
IGOR MATEUS DA SILVA OLIVEIRA
INARA BIZO GOMIDE
ISRAEL APARECIDO DA SILVA JÚNIOR ZAYED
JANDERSON DA SILVA GOMES
JOANA D'ARK APARECIDA BERALDO
JOÃO BATISTA BARBOZA
JOSÉ GILBERTO GARCIA ROZISCA
JUREMA NOGUEIRA DE MATOS
KARINA DE ANDRADE SANTOS CAETANO
KARLA WALESKA DE MELO
KATIENKA DIAS KLAIN
MÁRCIA GONÇALVES
MARCIA RAQUEL ROLON
MARCO LORIS RODRIGUES
MATHEUS VINICIUS DE SOUSA FERNANDES
MAYARA FIRMO MARTINS
MELLY FATIMA GOES SENA
MÍRIAN MIRELLA BALLATORE HOLLAND
PAULO DE CARVALHO
PEDRO LUIZ GOMES LULU
RAFAELA MORAES PENHA
RAQUEL MARTINS XAVIER
RICARDO SANTOS PORTO
RÓGER TAVEIRA RIBEIRO DA SILVA
ROMILDA NETO PIZANI
ROSICLEIA PULQUERIO GARCIA
SARAH GARCIA FERREIRA
SIDNEY AFONSO SOBRINHO
SILVIA CERQUEIRA DA SILVA
VALDECIR AMORIM
VALTER SOUZA DA SILVA
VITOR HUGO DE SOUZA DA SILVA MAIA
VITOR HUGO SAMUDIO DELASIERRA BRITEZ
ZENILDA MARQUES MAZARÃO DE ALMEIDA

MINAS GERAIS

ALISON BARBOSA DE SOUZA
ANA MARIA DA SILVA SOARES
ANDERSON CARLOS DE QUEIROZ
CRISTIANO RODRIGUES GUIMARÃES
DANIEL RIBEIRO DA SILVA
DENISE ANTÔNIA DE PAULO
ELIANE BALTAZAR DA COSTA
ENI CARAJA FILHO
FERNANDO PAIXÃO DUARTE
FLAVIA PEREIRA DA SILVA
FRANCISCA JOSIANE CARDOSO FELIX

FREDERICO EUSTAQUIO MACIEL
GESILDA RODRIGUES PARAIZO
GIRCILENE DE JESUS VIEIRA
HÉLIO JÚNIOR TERTULIANO BARBOSA
HELOISA SÍLVIA ALMEIDA
IGOR LEONARDO DE OLIVEIRA FERREIRA NOVAES
IGOR LEONARDO DI OLIVEIRA NOVAES
JANETE CARDOSO DOS SANTOS
JOÃO ALEXANDRE MOURA OLIVEIRA
JULICEIA APARECIDA TAVARES
KELLY GOMES CORDEIRO MONTENEGRO
LAÍRA LUANDA SILVA SOARES
LUIS GUSTAVO DOS SANTOS DUTRA
MARCELO ABUCHALLA
MARIA DE LOURDES LIMA SOARES
MARILENE RODRIGUES DOS SANTOS
MARISTELA RANGEL PINTO
MARIZA FERREIRA MENDES
MATOZINHOS SEBASTIÃO DE AVELAR
MIRIAM APRIGIO PEREIRA
MUNIRA MOLAIB
PHILIPPE JARDEL MARTINS DA SILVA
ROSA IRENE LOPES
SEBASTIANA DA SILVA
SHEILA VIRGINIA ALONSO CORDEIRO MALTA
THOMAS PHILLIPE DE MEDEIROS VIKTORVICH
PIDERS
THYALLE KELLE ARAÚJO
VALÉRIA DE CÁSSIA GONÇALVES GOMES REIS
WALTER LUIZ NOGUEIRA
WANESSA BORGES ALVES
WENDELL MARCELINO DE LIMA
WENDER REIS RAMOS
WENDERSON GODOI DOS SANTOS

PARÁ

ACIVALDO CORRÊA NEGRÃO
ADNILSON DE OLIVEIRA NASCIMENTO
ALECI MAURA MORAIS DA SILVA
ALESSANDRO DOS SANTOS PINHEIRO
ANDERSON DA SILVA COSTA
ANDERSON MEDEIROS DIAS DA SILVA
AURIMAR FERREIRA GALVÃO
BENIVALDO DOS SANTOS ALBUQUERQUE
BRUNO HENRIQUE DA SILVA FERREIRA
DANIELE PICAÇÃO DE OLIVEIRA
DAVI MACHADO DA COSTA
DIONILDA FERREIRA LACERDA
EMANUEL DE FIGUEIREDO MACHADO

FÁBIO DA SILVA LAVAREDA
FRANCISCO PAULO DA SILVA MIRANDA
GEOVANE SILVA MAXIMO
GLEMESON LANDELL DE SOUZA RODRIGUES
GUSTAVO HENRIQUE SOARES DA SILVA CUNHA
JANAINA MEDINA PEREIRA
JANETE DOS SANTOS OLIVEIRA
JOANA D ARC DE OLIVEIRA CUNHA
JOÃO DE LIMA SANTOS
JOSÉ CARLOS SILVA RAMOS
LAÉRCIO JUNIOR COSTA NASCIMENTO
MARCELO SOUZA DIAS
MARGARIDA MENDONÇA DE JESUS SOUSA
MARIA DE LOURDES PEREIRA DE ARRUDA
MARIA IRIS LIMA DO CARMO
MARILENE MARTINS DE MOURA
NATHALIA RODRIGUES DA SILVA
NERI GIL DE SOUZA
NIVIA CILRNE DE LIMA GOMES
OSANA LOPES DOS SANTOS BORGES
PAULO THEDIX CURSINO LIMA
REBECA VALQUÍRIA ALBUQUERQUE DE SOUZA
RILQUE CÉZAR LIMA BASTOS
SILVIO PIRES DE OLIVEIRA
TEKORE XIKRIN
URSULA VIDAL SANTIAGO DE MENDONÇA
WALDECY R DA SILVA

PARAÍBA

ALICE MONTEIRO LIMA
ANA CÉLIA DA SILVA GOMES
ANA MÁRCIA MACIEL
ANDRE DE OLIVEIRA COSTA
BRUNO RUAN SOARES DANTAS
CARLOS RAIMUNDO FERNANDES FILHO
CELESTINO ALBINO DA SILVA NETO
CHYARA CHARLOTTE BEZERRA ADVÍNCULA
CICERO ROBSON FIGUEIREDO FERREIRA LIMA
CLAUDETE GOMES DOS SANTOS
CONCEIÇÃO MAYARA DA SILVA CARDOSO
CRISÓLITO DA SILVA MARQUES
DAMIÃO PEREIRA RIBEIRO
DANIEL LIMA MAGALHÃES
DANIELMA DAS NEVES LINO DE OLIVEIRA
ERASMO RAFAEL DA COSTA
ÉRIKA CATARINA DE MELO ALVES
ERIVELTON DA CUNHA NÓBREGA
FERNANDA MARA FERREIRA SANTOS
FERNANDO INACIO DA SILVA
FRANCISCO ALFREDO MAIA

GERMANA NUNES WANDERLEY DE ALENCAR
GILVANEDJA FERREIRA MENDES DA SILVA
HÉRCULOS CARLOS DE ALMEIDA
HILDEMARCIO DO NASCIMENTO LINS
HIURY ÉVINES DE SOUZA LUCENA
IGOVERGH BERNARDO BARBOSA
INGRID EMANUELLE EVANGELISTA DE MACEDO
ISRAEL DA SILVA ARAÚJO
JORDANN PIMENTA FERREIRA
JORGE LUIZ DE FREITAS VILELA
JOSÉ CASIMIRO GOMES
JOSE LUIZ SOUZA DE OLIVEIRA
JOSELINO CAETANO NETO
KENNEDY FRANKLIN OLIVEIRA
LUCIANA DE SOUSA FRANÇA
LÚCIO FLÁVIO ANTUNES DE ANDRADE
LUIZ TÔRRES CACAU
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DE ALMEIDA MELO
MARIA LUIZA DA COSTA RIBEIRO
MARIA VIDAL DE MOURA CRUZ
MAURICIO MANOEL DO NASCIMENTO
ODAIR JOSÉ DA SILVA
PAULA GABRIELA JUSTINO SARAIVA
PEDRO DANIEL DE CARLI SANTOS
PEDRO PEREIRA DOS SANTOS
REBECA ARAÚJO DE SOUZA
REGINA BEZERRA PEREIRA LIRA
RODOLFO DA SILVA SANTANA
SANDRO ALBERTO COSTA MANDÚ
SEBASTIÃO SARMENTO BRAGA
SEVERINO TOMAZ DE ARRUDA
SILVANIA RODRIGUES NUNES
TIAGO SALVADOR
VINÍCIUS FERREIRA FORMIGA ANDRADE DINIZ
VINÍCIUS RAMOS BEZERRA
WALTER FERNANDES ANACLETO
WALTER NUNES DE SOUZA
YURI DE SOUTO PEREIRA

PARANÁ

ADRIANA PAULA DE SOUZA
APARECIDA BENITO PEREIRA
ARY FÁBIO GIORDANI DANIEL
BRENO OBERDAN DA SILVA ALVES
BRUNO DE OLIVEIRA
BRUNO EVANDRO DOS REIS RODRIGUES DOS SANTOS
BRUNO PACKARD PIRES BLASIUS
CLAUDIANE MARIA VIEIRA THEODORO

CRISTIANE APARECIDA MARTINS BORBA
DANIEL APARECIDO PEREIRA MORAIS
DÉBORAH CORRÊA ROOS
DIEGO FRANÇA CARVALHO
EDIMAR MATIAS DA SILVA
EMARIELLY GEORGEA RAMOS
ERNY CONCEIÇÃO SILVA SIEIRO
GABRIEL LADEIRA DOS SANTOS
GABRIELA RUDNICK
GILMAR LUIZ CHIAPETTI
JEFFERSON ROCHA DE LIMA
JOÃO RICARDO MIRI FERNANDES
JOÃO VICTOR DA SILVA SIMIÃO
JOHNATAN CIRIACO DE SOUZA
JOILDA PEREIRA DE JESUS
JUUARA JUAREZA BARBOSA DOS SANTOS
KAUANE APARECIDA KOTOVICZ CADENA
LAURA CHAVES DE SOUZA PELUSO
LUIZ CARLOS DE CAMARGO GONÇALVES
LUIZ GUSTAVO VARDANEGA VIDAL PINTO
MARA RUBIA NUNES
MARINO GALVÃO JR
MICHELLY RIBEIRO CECHELE
NADIELI AGOSTINI ELVAS
NICOLÁS DAVID GONZÁLEZ MARTÍNEZ
RENAN GHIRALDI DE OLIVEIRA
RENATO PAULO CARVALHO SILVA
ROGÉRIO FRANCISCO COSTA
ROSANE ARMINDA PEREIRA
ROSSELANE GIORDANI
SANDRA REGINA RODRIGUES BOLWERK
SUSYLENE BATISTA DE OLIVEIRA
THAYSE CANCELA CHRISTO DE SOUZA
TIAGO JACKSON SOARES DE OLIVEIRA

PERNAMBUCO

ALEXANDRE MIRANDA DA SILVA
ALFREDO JOSÉ DA CRUZ NETO
AMANDA OLIVEIRA DE ARAÚJO CARNEIRO
ANDERSON OLIVEIRA DOS SANTOS
ANDRÉ CARLOS DE SANTANNA MEDEIROS
BÁRBARA PEREIRA COLLIER
BENEDITO JOSÉ PEREIRA
CARLOS EDUARDO SALES DE MELO
CLEONICE MARIA
DEISON DÁRIO DA SILVA BEZERRA
DIÓGENES HUMBERTO RODRIGUES DA SILVA
EDVALDO MÁRIO DO MONTE JÚNIOR
ELIZABETE DE SOUSA GODINHO
ELIZABETE FELICIANO DA SILVA

ELIZONETE CLAUDINA DE OLIVEIRA
FERNANDO ERB MARQUES FERREIRA
FLAVIANY BRUNA DO NASCIMENTO TAVARES
IGOR LOPES WANDERLEY
JANAÍNA MARIA DE MELO
JANAINA SANTOS DE OLIVEIRA
JEIFA ALICE GERICÓ
JOSENICE BARBOSA DA SILVA
JULIANA BARBOSA DA SILVA
LEONARDO LUIZ DA SILVA
LUANA RACHEL RODRIGUES DA COSTA
MARCOS ANDRÉ VILARIM
MARIA CLÁUDIA DUBEUX DE PAULA FIGUEIREDO
BATISTA
MARÍLIA VILELA FERRO
OSIEL FRANCISCO DIAS
RAFAEL FARIAS ALMEIDA
REGINA BEZERRA DE SOUZA GOMES
REGINA CELI DE MORAES BORGES
ROBERTO GERCINO DA SILVA
ROBERTO JOSÉ DOS SANTOS VASCONCELOS
SHIRLEIDE BATISTA DO NASCIMENTO
SULAMITA PATRÍCIA LIMA SANTOS DE SANTANA
TIARA MEDRADO DE MELO
WAGNER STADEN DE VASCONCELOS EGITO
WILLIAMS WILSON DE SANTANA
YASMIM DYNDARA DAS NEVES CRISPINIANO

PIAUI

ADRIANA CARREIRO DA SILVA SANTOS
AGNALDO RIBEIRO DOS SANTOS
AILSON ARAÚJO DE ALENCAR
ARTHUR ANDERSON RODRIGUES ALVES
AUREA DA PAZ PINHEIRO
CARLOS MATHEUS DOS SANTOS VERAS
CLÁUDIA SIMONE DE OLIVEIRA ANDRADE
DENISE DA SILVA NASCIMENTO
DENISE DOS SANTOS DA SILVA
DIEGO DIAS LEITE
EMILLE CRISTHINE DE ALMEIDA PASSOS
FABIANA DIAS DE SOUSA
FERNANDA LIMA DA SILVA
FRANCISCO WALDÍLIO DA SILVA SOUZA
GLAUBER ALVES DOS SANTOS
ISMAEL BEZERRA DA SILVA JUNIOR
IVANILDO RICARDO BARRETO VIANA
JOÃO ARAÚJO PASSOS
JOÃO BATISTA SOUSA VASCONCELOS
JOÃO DIAS DE SOUSA NETO
JONE CLAY MACEDO

JOSÉ GILSON MOREIRA CALAND
LUIS CARLOS MACHADO DO VALE
LUZIA AMÉLIA SILVA MARQUES
MÁRCIO MENDES SANTOS
MARGARETH SALES LEITE
MARIA CAROLINA DA SILVA LIMA
MARIA DORA DE OLIVEIRA MEDEIROS LIMA
MARIA SIMONE NOGUEIRA DE ARAÚJO
MARLENILDES LIMA DA SILVA
NELSON NERY COSTA
PEDRO DA SILVA SANTOS
PEDRO VIDAL OLÍMPIO DE MELO COSTA
POLIANA SEPÚLVEDA CAVALCANTI
RISOMAR DA COSTA SILVA
RONALDO ADRIANO DOS SANTOS GOMES
RONDINELE DOS SANTOS SILVA
RYCK ARAUJO COSTA
SÔNIA MARIA DA SILVA
SUZANE OLIVEIRA JALES DE CARVALHO
VICTOR VERÍSSIMO GUIMARÃES

RIO DE JANEIRO

ADENILSON HONORATO DA SILVA
ADRIANO SAMPAIO EVANGELISTA
ALCIMÁRIO SOARES DA COSTA JÚNIOR
ALEXANDRE CAMPOS
ANA CAROLINA PEREIRA DA SILVA
ANA LÚCIA RIBEIRO PARDO
ANNA FRANTHESCA DE SOUZA RIBEIRO
ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ
CLARA MARIA PAULINO CÃO
CLÁUDIA GONÇALVES DE LIMA
CLÁUDIA REGINA FAIET DOS SANTOS
DANIELLE CHRISTIAN RIBEIRO BARROS
DARDANA RANGEL MACÊDO
DYLAN SABINO RODRIGUES
EDSON BAPTISTA DE SANTANA
EDSON TEIXEIRA JÚNIOR
ELLEN CRISTINA PEREIRA DA COSTA
ERIC RODRIGO HERRERO
ERIXK MARCIO MENDES MUNIZ
FABIO FERNANDES FERREIRA
FABIOLA DA FONSECA MACHADO
FABRÍCIO DA SILVA SIMÕES
FABRICIO SIQUEIRA DA SILVA
FILIPE GONÇALVES DE ASSIS
GUILHERME BARCELOS RAMOS
JACINEIDE LEMOS SOARES
JAMIR BARBOSA JÚNIOR
JOÃO VITOR GUERRA TOLEDO TAMEZ

JORGE ANTONIO AYER JUNIOR
JORGE ANTÔNIO DA SILVA TATAGIBA
JORGE ROBERTO RIBEIRO BRAGA JUNIOR
JOSÉ GERALDO DA SILVA
JOSEPHANE DA SILVA LIMA
LEANDRO BARBOSA MUSSI
LEON THIAGO FERREIRA CHAVES
LUCAS MACHADO LUIZ FERREIRA BORGES
LUCIANA DA SILVA AZEVEDO
LUCIENNE FIGUEIREDO DOS SANTOS
MAGNO PATRICIO DO COUTO
MARCELO BRANCO CRUZ
MARCIA RODRIGUES AUGUSTO
MATEUS DE ARAGÃO LOPEZ TORRES
NILCILENE DOS SANTOS MENDONÇA
OSMANE SILVA DE FREITAS
PAULA CRISTINA FABRICANTE DO NASCIMENTO
MALVÃO
PAULO ROBERTO RODRIGUES PEREIRA
PEDRO RICARDO DE SOUZA NASCIMENTO
RAPHAEL VINICIUS RUVENAL DA SILVA
RAQUEL SIMÕES DA ROCHA
RENATA GUEIA DE OLIVEIRA
RODOLFO FERNANDES DA SILVA
RODRIGO RANGEL LUCIO
RUBEN GONÇALVES ALMEIDA PEREIRA
SINARA RÚBIA FERREIRA
TATIANE JESUS DA CONCEIÇÃO
THAMMY DAMIANE SOUZA ELEOTERIO DE
CARVALHO
THÉO SILVEIRA DA SILVA
THIAGO MARTINS DE SALES

RIO GRANDE DO NORTE

ABNER ANIEL DE SOUZA MENDONÇA
ADLER SIDNEY BARROS DOS SANTOS CORREIA
ALANA FERREIRA DA SILVA ROCHA
ANDRE RODRIGO APRIGIO ROSINO
ANTÔNIA JOCIELMA DA SILVA
AUANA DA CÂMARA LIMA
BETANIA CLAUDIA SILVA DE MEDEIROS
RODRIGUES
CARLOS DANIEL SANTOS DINIZ
EDUARDO AUGUSTO MARTINS DE MELO
EDUARDO CARDOSO DA SILVA
EMANUEL FERREIRA
FÁBIO LUIS DE SOUZA FERNANDES
FRANCISCA RENAJILA DE SOUZA SILVA
GEÂNGELA DE OLIVEIRA TRINDADE SILVA
GENILDO TEIXEIRA GOMES

GLÁUCIO TEIXEIRA DA CÂMARA
HAILLY KAREN DA SILVA LIMA
JARDIA GABRIELLA MAIA RODRIGUES
JOÃO PEDRO EVANGELISTA DE OLIVEIRA
JOSÉ CARLOS MARQUES DA SILVA
JOSÉ CLAUDIO FELIPE DO NASCIMENTO PAIVA
JOSIDALVA IRINEU DE BRITO
KALINE CASSIANO DA SILVA
LEANDRO DA PAZ BARBOSA
LEONETE ROSENO DO NASCIMENTO
LUCILEIDE COSTA BERNARDO
LUIZ FELIPE GUILHERME DE MORAIS
MANOEL CARDOSO NETO
MARA JOVANKA DA COSTA RODRIGUES
MARIA BERNADETE DANTAS LIMA
MARIA KLECIANE DE LIMA
MARIO DE OLIVEIRA
OSIVALDO MÁRCIO CÉSAR DE SÁ LEITÃO JÚNIOR
REBECKA DE FRANÇA
ROMUALDO CALISTO MEDEIROS SOUZA
ROSANGELA MOURA DA SILVA
TAIZA BARROS LEITE
TATIANE CRISTINA FERNANDES
VALDINES GOMES DA COSTA
YADSON FABIO DA SILVA MAGALHÃES

RIO GRANDE DO SUL

ALICE BEMVENUTI
ALVARO FRAGA MOREIRA BENEVENUTO JUNIOR
ANDRÉIA VON HAUSEN BEDERODE BECKER
ANTÔNIO EDUARDO RODRIGUES SOARES
BARBARA LARRUSCAHIM DA COSTA
CAROLINE BILHAR DA SILVA
CLÁUDIA MARIA DUTRA E SILVA
CLÁUDIA REGINA PINTO RIBEIRO
CONSUELO VALLANDRO BARBO
DEISE FORMOLO
DOROTÉA SCHAEFFER
DOUGLAS BARBOSA PINTO DE MOURA
DUCLERC JOÃO DA SILVA
ÉRICO KENNE RAKOWSKI
EVANDRO VINÍCIUS MANES SOARES
EVELIN JIANE XAVIER DOS SANTOS
FERNANDO PERTUZZATI
GABRIEL AUGUSTO FERNANDES BARBOSA
GABRIELA AFFONSO FRISON
GUILHERME MAUTONE GOMES
IVAN IRINEU QUEIROZ DE VASCONCELOS
JO RUBIM NOBRE
JOÃO CARLOS SALGADO DE LOS SANTOS

JULIANE VICENTE LOPES
JULIANI BORCHARDT DA SILVA
JULIANO MÜLLER DE OLIVEIRA
JUSSARA PRATES DOS SANTOS GIRARDI
KELLY OLIVEIRA GABRIELLI
LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE
LISETE BERTOTTO CORRÊA
LIZIANE DA SILVA BARBOSA
MAIZA PEREIRA JACQUES
MARCO ANTONIO FILLIPIN RODRIGUES
MARISE GOMES SIQUEIRA
MOISÉS DA SILVA
NELSON VENTURA GILES
PATRÍCIA MARIA COSTA DE MELLO
POLLIANA ABREU CAMARGO
RAFAEL DIOGO DOS SANTOS
REJANE BEATRIZ VERARDO
ROSECLER WINTER
RUBIA ANA MOSSI FRIZZO
SABRINA MOREIRA DA SILVA
SANTIAGO RULLMANN PASSOS
SERGIO AUGUSTO AENLHE CORRÊA
SILVIA TANAURA BELLES DA CRUZ
VANUSA DILL FAGUNDES
WAGNER FERREIRA PREVITALI

RONDÔNIA

ADAILTON ALVES TEIXEIRA
ALÉCIO VALOIS PEREIRA DE ARAÚJO
AMANDA DE PAULA PINHEIRO
ANDRE ALMEDINA UCHOA
ANDRÉIA SANTOS MACHADO
AULENILDA LOPES DE OLIVEIRA
BRUNA ALENCAR FRANÇA LIMA
CLÁUDIA RIBAS DE AQUINO VITORINO
CLEBSON CARLOS DE OLIVEIRA
DANIELE SILVA DOS SANTOS
DINEUZA MIRANDA LEÃO
ÉDIER WILLIAM MEDEIROS DA SILVA
ELIVAR KARITIANA
ELOYSIA SILVESTRE ELOY
ÉVELYN OLIMPIA MEDRADA TEIXEIRA
FIRMINETTO MENDES SILVA
FLAMMAREON JACKSON FARIAS CRUZ
FRANCISCO CARLOS DOS REIS
GLÓRIA MARIA DA SILVA MACÊDO
HEMERSON MILANI MENDES
IVAN MARINHO DE SOUZA
JHEIMES DIORDAN DAMACENO

LOURIVAL JÚNIOR DE ARAÚJO LOPES
LUAN GOMES DE ARAÚJO
MADMA CRISTIANI DIAS DE SOUZA
MARCIO PEREIRA GUILHERMON
MARCOS AUGUSTINHO BATISTA
MARLÚCIO EMIDIO DOS SANTOS
MATEUS PAULO DE LIMA
NIVINE DURAN SERRA ALBUQUERQUE
RAFAEL CARVALHO ALDUNATE
RENATO JUNIOR DE SOUZA
ROBSON RONI MATOS DA SILVA
ROSÂNGELA CILENE CIDRAM
SELMA CRISTINA PAVANELI
SONIA ALBERTINA PRETTO
THAIZ RODRIGUES LUCKSIS
VALDETE SOUSA SILVA
VITOR BRUNO QUADROS
WELINGTON RODRIGUES CINTA LARGA
WESLEY LUSITANI NASCIMENTO
WESLLER FABIANO SANTOS DO NASCIMENTO

RORAIMA

ALDENIR SANTOS ARAÚJO
ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS
BEATRIZ ESTHER BROOKS YANCE
BRUNA SOUTO MAIOR BONATO
CHARLENI CRUZ GALDINO
ÉDER RODRIGUES DOS SANTOS
EIDENIA MARIA LIMA SOARES
ELDER SILVA MARQUES
ERNANDES DANTAS E SILVA
ESTEVÃO DOS SANTOS NETO

EVANDRO DA SILVA PEREIRA
FRANCISCO ARAUJO CHAVES
GABRIEL DA SILVA CARREIRO
GERALDO PEREIRA MAIA NETO
GIOVANY LOPES SACRAMENTO
ISAUQUE NASCIMENTO DE AMORIM
IXEMAR DOLORES CAMACHO MARTÍNEZ
JAFFÉ DA SILVA OLIVEIRA
JAMISON PEREIRA GASKIN
JANIO TAVARES
JEFFERSON DIAS DE ARAUJO
JOHAN RAFAEL MATOS
JOSE CARLOS FRANCO DE LIMA
JOSIVAN LIMA DA SILVA
KALINE RODRIGUES BARROSO
LAERTE DE LIMA MARTINS
LUCIANE FRAZÃO MOTA

MARCIO ALEXANDRE ANDRÉ CAETANO DA SILVA
MARIA DA PROVIDÊNCIA GONÇALVES DA
SILVEIRA
MARIA MADALENA ALVES
MARIANGELA PATRÍCIO DA SILVA
MARILENA DA SILVA RAMOS
MAURÍCIO DE OLIVEIRA PEREIRA
MIKAELLE DE OLIVEIRA TOLENTINO DA SILVA
NELSON MARTINS DE MELO
PAULO ZANATA FERREIRA DE SOUSA
PERLA CRISTINA GOMES
RAIMUNDA MARIA RODRIGUES SANTOS
ROSIANE PEREIRA DA SILVA
SEBASTIÃO ALBERTO VIEIRA DE MOURA
SYLVIO MARINHO DA PUREZA RAMIRES
VANDA DOMINGOS DA SILVA

SANTA CATARINA

ADRIANA APARECIDA BELINO PADILHA DE BIAZI
ANA BEATRIZ MAGALHÃES MATTAR
ANDERSON LUIZ RAASCH
ANDREA GIANINI
ARTHUR ROGOSKI GOMES
AUGUSTO ZEISER
CAMILA MARLEY CAJALES TEIXEIRA
CAMILA ROZETTE ROSA DE CAMPOS
CÉLIA REGINA DE BORTOLI
CLODOALDO CALAI
CRISTIANE FERNANDES
CRISTIANO MOREIRA
CRISTINA VILLAR DE SOUZA
DANIELA VIEIRA DE SOUZA
DEIZIANE DE SOUZA DA SILVA FONTANIVE
ELAINE SALLAS
ELIVELTON REICHERT
FÁRIDA MIRANY DE MIRA
FERNANDA BORGES RAUPP
HEIDI BUBLITZ SCHUBERT
HELEN CRISTINA DENK ARRUEZ PEREIRA
HÉLIO CUZUM FARIAS
HELOIZA DIAS VIANA DE CASTRO STRAPAZZON
JANAIRA REIS
JOÃO EDUARDO ALVES
JOÃO VITOR FRANÇA
LUCIMARA ANTUNES
MÁRCIA CRISTINA FERREIRA
MARIA ALICE DE SOUZA
MARIA LAURI PRESTES DA FONSECA
NELSON BRUM MOTTA
RAFAELA CATARINA KINAS

ROBERTO MORAUER
SAMANTHA CAROLINE HAVEMANN DE
CARVALHO
SARAH ZEWE URIARTE
SCHIBIAN NARA PHILEMONN OLIVEIRA COSTA
SINCLAIR DE FÁTIMA BIAZOTTI
SUELI DORS
VANDERLEI LAZZAROTTI
VANESSA LOPES
WHELITON LUIZ GODINHO
WOIE KRIRI SOBRINHO PATTÉ

SÃO PAULO

ADBAILSON WELLINGTON MOREIRA DOS SANTOS
ADRIANA SCANAVEZ DOS SANTOS
ALCEMIR JOSE RIBEIRO PALMA
ANGELA MARIA DO VALE
ANGELINA MOREIRA DE SOUZA
AVANI FLORENTINO DE OLIVEIRA
BRUNA MOTTA BATISTA
BRUNO PIERRE PEREIRA
CAIO JOSÉ MARTINEZ PACHECO
CAIO SÉRGIO DE CASTRO ARMADA FLORET
FRANZOLIN
CAROLINE ALCANTARA AGUIAR
CIND KELLY OCTAVIANO
CÍNTIA CRISTIANE PEREIRA
CRISTIANA ALEXANDRE PASQUINI
DENILZA SANTOS MENEZES
DENIS RODRIGUES DOS SANTOS
DOUGLAS HERIBERTO DE SOUZA ARANHA
EVANDRO FELIX CARNEIRO
FERNANDO FERRARI DE SOUZA
FLÁVIO ROBERTO MOTA
FLÁVIO SHIMODA
GILBERTO AUGUSTO DA SILVA
GLACIMERE BRITTO DE OLIVEIRA PIMENTA
ICARO HENRIQUE DE ABREU MONTEIRO
IGOR TEIXEIRA NUNES FERNANDES
INTI ANNY QUEIROZ
IZABEL CASTANHA GIL
JACQUELINE BAUMGRATZ
JÉSSICA HELEN MORAIS SILVA
JESSYCA BIAZINI GUIMARÃES THOME
JOSÉ GERALDO RESENDE
JOSÉ PEDRO DA SILVA NETO
JOSÉ RENATO FONSECA DE ALMEID
JOSÉ VICTOR OLIVEIRA MAGALHÃES
JOSELAINE MENDES TOJO
KAIAN NÓBREGA MARYSSAEL CIASCA

LAIS CRISTINA VENÂNCIO DA ROCHA
LARISSA RIZZATTI GOMES
LAWRENCE WILLIAM GARCIA GAZARIAN
MAÍRA SCHIAVINATO MASSEI
MARCELO DE FREITAS RIGON
MARISA DO CARMO MOURA
MIRIAM APARECIDA VIEIRA
OLIVIA MENDES LEAL COSTA
PABLO CARAJOL DELVAGE
PALOMA GERVASIO DA SILVA BOTELHO
PATRICK GONÇALVES RIBEIRO
PAULO CEZAR PEREIRA
PEDRO HENRIQUE SALETTI JÚNIOR
POLIANA HELENA ALVES VIEIRA
PRISCILA GUIDIO BACHIEGA
RAFAEL SOARES DE ARAÚJO
RICARDO DE FARIA SILVA
RICARDO MASSONETTO
SANDRA REGINA VIEIRA DA MATA
SILVANY EUCLÊNIO SILVA
SIMONE ELIZA MARCONDES
SONIA MARIA PEREIRA RIBEIRO
WESLEY MIGUEL FERREIRA REBOLO RIZZI

SERGIPE

AMANDA DE OLIVEIRA SANTOS
DÉBORA ARRUDA DOS SANTOS
IRINEU SILVA FONTES JUNIOR
JOÃO AUGUSTO ARAÚJO CHAGAS
JOSENILSON BISPO DOS SANTOS
LIDIANE SOUZA NOBRE
MARIA LUCIA CACHO MAIA

MARILENE DOS SANTOS MOURA
PÉTALA TÂMISA BATISTA REIS LIMA
QUÉSIA SANTOS SOUZA
RILDO DE JESUS SANTOS
ROGÉRIO SANTOS ALVES
SANDRA RODRIGUES OLIVEIRA
SELMA DOS SANTOS SILVA
TÁCITA MYKAELLY NASCIMENTO LEAL
TIMOTEO DOMINGOS MARTINS

TOCANTINS

CLÁUDIO NOGUEIRA CARNEIRO
DIEGO SILVA BRITO
EVERTON FRANCISCO DA SILVA
FELISBERTA PEREIRA DA SILVA
KAIO ALMEIDA ALENCAR
KARIN TATIANA DIAS
KÁTIA MAIA FLORES
LIUBLIANA SILVA MOREIRA SIQUEIRA
LUCIANO PEREIRA DA SILVA
LUCIÉLIA DE AQUINO RAMOS
MEIRE MARIA MONTEIRO
OSMAR CASAGRANDE CAMPOS
THAISE LUCIANE NARDIM
THAYSSA AMANDA CARVALINHO MOTTA DINIZ
THIAGO HENRIQUE OMENA
VALÉRIA MARIA PEREIRA ALVES PICANÇO
VANDERSON SUARÁ JAVAÉ
VANESSA GONÇALVES DA SILVA
VITOR ARTUR MENDONÇA RODOLPHO DE CASTRO

Anexo 4 – Registro dos encontros setoriais na 4ª CNC

Arquitetura e urbanismo

Setorial:		Arquitetura e urbanismo	
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde
	05 de março de 2024		Manhã
Relator(a)s:		Letícia Miguel leticia.teixeira@cultura.gov.br Nicolle Freire nicolle.freire@cultura.gov.br	Izabel Torres izabel.torres@cultura.gov.br

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1.	Cecília Sá	Subsecretária de Espaços e Equipamentos Culturais do MinC
2.	David Kopenawa	Liderança dos povos Yanomami
3.	Gabriela de Mattos	Arquiteta, fundadora do Coletivo de Arquitetas Negras, vencedora do Leão de Ouro na Bienal de Veneza em 2023.
4.	Nabil Bonduki	Professor Titular de Planejamento Urbano da FAU - USP
5.	Izabel Torres	Relatora
6.	Nicolle Freire	Relatora
7.	Letícia Miguel	Relatora
8.	Sandro Silva	Apoio
	Keile Sousa	Apoio

DADOS GERAIS E ABERTURA

73 pessoas estavam presentes

Gabriela de Matos: Fala da arquitetura como uma expressão cultural poderosa, capaz de construir espaços igualitários, narrar histórias, moldar identidades e influenciar nossa vida social cotidiana. Destaca que ao longo do tempo, as expressões arquitetônicas dos povos originários do Brasil e da população afro-brasileiras foram invisibilizadas dentro do campo. Necessidade de buscarmos soluções éticas, baseadas nessa sabedoria ancestral, que integra o respeito pela natureza com soluções comunitárias, sustentáveis e sofisticadas, promovendo uma arquitetura que seja verdadeiramente brasileira, que celebre nossa diversidade cultural e que contribua para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Davi Kopenawa: Se apresenta em sua língua originária e depois traduz ao português. Fala da felicidade de apresentar a sua terra, da necessidade de se conhecer mais quem são os povos yanomami, de onde vieram. "Nós somos a mesma cultura, o mesmo sangue e um só coração." A terra mãe ensina para a gente, somos membros da terra planeta. Nasceu como guerreiro para defender o povo da floresta, da montanha, que moram longe. Sou ianomâmi, sou da cor de terra, não sou branco, somos misturados. Explica um pouco da diferença entre a cultura das pessoas da cidade, ensinadas na escola e a cultura dos povos indígenas que aprendem junto com a natureza. Está aprendendo sempre. Nossa arquitetura é diferente, não tem desenho no papel. Nós cuidamos muito e seguimos o caminho da natureza. Sou Amazônia. Continuamos lutando porque sem luta não há saúde. Precisamos cuidar para ter casa, saúde, água. Sonho é pensar na frente. Cultura nossa é sonhar, no futuro.

Nabil Bonduki: Se propõe a pensar a relação entre arquitetura, urbanismo e cultura. Relação entre cultura e cidade. Arquitetos trabalham na cidade, cidade como espaço de trabalho. A relação entre arquitetura e cidade

vem sendo trabalhada como mercadoria. Faz parte do ciclo econômico, mas a arquitetura é essencialmente cultura, é expressão artística, expressa um modo de morar que é cultural.

Expressa a diversidade cultural que vem sendo apagada no Brasil desde os tempos da colonização. Ao se implantar uma arquitetura colonial, sem considerar as especificidades de cada lugar, você apaga a diversidade, gera invisibilidade de modos de fazer específicos de cada contexto. Apagamentos das diferenças, tentativa de moldar. Exemplo quando se pensa num programa de habitação que apaga as diferenças. É preciso dialogar com as instituições que possuem políticas de moradia para que considerem as especificidades e diferenças.

Há uma tendência em tornar tudo mercadoria. Inclusive os espaços públicos. São vários os exemplos de espaços públicos importantes que são concedidos ao setor privado e transformados em espaços que geram renda. Espaço público pela sua natureza é um espaço de expressão cultural. Falar em direito a cidade é falar sobre o direito de usar a cidade de acordo com a cultura que ele povo quer expressar.

Há uma luta que vai contra essa tendência universalizante. Arquitetura moderna como o exemplo de Brasília que se tornou referência mundial, mas ao mesmo tempo é uma arquitetura uniformizadora. A arquitetura se torna num instrumento de uniformizar e as culturas têm modos de morar específicos. Trazer para o cenário o desafio de como se contrapor a lógica da arquitetura e urbanismo de forma padronizada. Romper as fronteiras entre campo, cidade, centro, periferia.

Palavras chaves: Diversidade. Direito à cidade. Ocupação cultural dos espaços públicos.

RELAÇÃO FEDERATIVA

1- Necessidade de simplificação de editais e de formação para os fazedores de cultura na ponta acessarem as políticas.

2- Estratégias para a territorialização da política:

2.1 Fortalecer instâncias regionais que trabalhem em conjuntos de municípios:

formação, quadro técnico, gestores. E essa não é uma questão da cultura, mas uma questão federativa.

2.2 Estudar o modelo dos arranjos de municípios da PNDR para propor arranjos produtivos da cultura.

Distribuição de dinheiro, prioridades e vocação por territórios para definição de estratégias de capacitação, de tipo de equipamento cultural.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Síntese dos temas discutidos em um dos grupos:

Anderson Fogo (delegado assistente social): Necessidade das políticas públicas sociais intersetoriais. Aumento no número de equipamentos públicos privatizados. Importância dos conselhos de cultura territorializados, por regiões administrativas. Jorge (Secretaria geral da presidência/participação social): Esclarece quais as

instâncias que temos atualmente. No âmbito federal, a Secretaria de participação social que trabalha com as representações oficiais, formalizadas, conselhos. A Secretaria de diálogos sociais trabalha com segmentos não formalizados: grupos, associações, comunidades tradicionais, indígenas, André Tavares (MTD e coletivo Kalunga): Participação social é a prioridade dos movimentos sociais. Espaço público como central no debate. Pensar de que forma está na base consegue articular com os ministérios. Encarar este desafio. Como articular as ações territoriais com o poder público? Como dialogar? Necessidade de criar pontes entre ações concretas na base e a elaboração de políticas.

Neila Gomes (MNLN): Como chegar mais próximo, como garantir a territorialidade? Importância de garantir espaços de cultura como ferramenta para combater o fundamentalismo religioso. Fazer audiências e fomentar debates sobre a questão da cultura e segurança alimentar, criando espaço para se aproximar.

Realizar diálogos como conferências livres. Relata o programa de desapropriação de imóveis não utilizados que não teve diálogo com os movimentos. Necessidade de combater a privatização da cidade.

Três aspectos para fortalecer a participação social.

Marcela: Como criar urbanismo colaborativos entre servidores públicos e sociedade civil. Propostas da carta do Instituto A cidade precisa de você, nas últimas eleições:

- Plataforma online de participação

- Pensar a territorialização

- Conselhos locais que sejam deliberativos

- Criação de mecanismos de transferência de verbas diretas, focando em espaços públicos

Pensar não somente em formas de implementação, mas também de monitoramento

Vania: Necessidade de um urbanismo de baixo pra cima, gerando um empoderamento da população para pensar e cobrar o direito à cidade. Micro urbanismo, urbanismo tático, baixo recurso para implementar pequenas ações.

Pensamento sistêmico do espaço da arquitetura como caber nos editais. Associar as estratégias de ação e não separar os temas. Participação atuando de forma integrada.

Ori Kabeça (bahia): Fala sobre a repressão da cultura periférica com a questão da violência policial com jovens negros, como por exemplos integrantes do hip hop.

Falta de espaços para fazer batalha de mc, cultura do grafite. O direito à cidade não pode ser exercido pois sofre repressão. Relata que Salvador possui um projeto de lei onde a prática do grafite vira crime. Falta de espaços de diálogo. Dificuldade de chegar nas verbas.

Necessidade de existir espaços de cultura, praças e serem apropriados.

Cris (CE): Traz a questão racial do território. Garantir que as políticas existam a partir da participação, participação como escuta e retorno. Não apenas escuta, mas também retorno das demandas. Medir a participação.

Criação de rede de cozinhas comunitária como exemplo de ação de micro urbanismo

Combater a arquitetura impositiva, destaca a necessidade de projeto participativo e não projeto monumental que gera afastamento das pessoas. Que os projetos de arquitetura sejam convidativos.

Garantir a não separação de cultura, arquitetura e urbanismo.

Jorge: fóruns e canais existem, mas há necessidade de aprimorar. Incentivo para participação das comunidades locais.

Danilo Matoso: Arquitetura e urbanismos feita por arquitetos em diálogo com outras entidades de não arquitetos. Que as instituições ligadas à arquitetura e urbanismo pensem junto a entidades sociais. Papel do arquiteto e urbanistas em cuidar das políticas públicas como agentes de participação popular nos territórios.

Chay: moradora da ocupação e relata a ação do projeto Arquitetura na periferia onde a arquitetura dialoga com a cultura local. Reformas e projetos por meio da assessoria técnica.

PROPOSTAS PRIORIZADAS

EIXO 1. Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura

GRUPO DE TRABALHO 01 – GOVERNANÇA FEDERATIVA E FORTALECIMENTO DA

GESTÃO.

PROPOSTA 1

Aprovar e regulamentar, em caráter de urgência, o PL 3905/2021 (que cria o marco regulatório do fomento à cultura), o PL 9474/18 (que estabelece diretrizes para as políticas culturais e regula o Sistema Nacional de Cultura), a PEC 150/2003 (que trata da destinação de recursos à cultura), bem como outros marcos legais de fomento à cultura, como o PL 421/2014 (que determina a aplicação mínima de recursos por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios na reservação do patrimônio cultural brasileiro COM A CRIAÇÃO DA CÂMARAS SETORIAIS, e na produção e difusão da cultura) e o PL 6722/2010 (que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura - Procultura), de modo a: (a) promover maior descentralização dos recursos priorizando territórios com baixo IDH e indisponibilidade de equipamentos públicos de arte e cultura; (b) ampliar a participação social e gestão participativa; (c) incentivar mecanismos de renúncia fiscal e linhas de acesso a crédito para microempreendedores da economia criativa; (d) integrar políticas públicas para jovens e mestres populares; (e) simplificar processos, linguagens, formas de acesso e prestações de contas e; (f) promover a capacitação dos agentes culturais.

EIXO 2. Democratização do acesso à cultura e Participação Social

GRUPO DE TRABALHO 03 – TERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS

PROPOSTA 1

Elaborar um plano nacional de espaços culturais, com orçamento e programas permanentes para criar e implantar novos espaços e equipamentos públicos multiculturais, com financiamento para construção de centros culturais nos municípios e ampliação do programa de Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), POR MEIO DA CRIAÇÃO DE UMA CÂMARA SETORIAL DE ARQUITETURA E INFRAESTRUTURA CULTURAL CAPAZ DE ACOLHER A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA DEFINIÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA QUE RECONHEÇAM A DIVERSIDADE DOS TERRITÓRIOS, AS CULTURAS CONSTRUTIVAS LOCAIS E AS CONDIÇÕES DE

ACESSIBILIDADE, OUVINDO AS COMUNIDADES E OS DIFERENTES GRUPOS SOCIAIS ENVOLVIDOS, bem como identificar, apoiar, adaptar, revitalizar, fiscalizar, manter e prover os espaços e equipamentos já existentes, tais como teatros, pontos de cultura e centros culturais regionais, facilitando ações locais de formação, capacitação e apoio aos grupos de cultura populares, tradicionais e itinerantes, incentivando circuitos de intercâmbio, integração, produção e fluência das mais variadas manifestações artísticas, garantindo a descentralização e democratização do acesso à cultura.

INDICATIVO DE DEFESA NOS EIXOS

EIXO 2. Democratização do acesso à cultura e Participação Social

Proposta 5

Criar editais regionalizados NAS ESFERAS FEDERATIVAS de fomento e premiação, que visem promover a arte, a cultura, A ARQUITETURA E URBANISMO e as manifestações populares nas regiões e municípios do interior brasileiro, distantes das capitais e do eixo litorâneo, garantindo uma divisão equânime dos recursos e

contemplando todas as regiões administrativas de cada estado, com editais anuais exclusivos para o território amazônico, quantitativo de vagas para os estados do Norte e política de cotas para os municípios de pequeno e médio porte.

Proposta 13

Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura com ênfase em ASSESSORIAS TÉCNICAS E MULTIDISCIPLINARES para criação de polos e comitês regionais de cultura em todas as regiões, questionando a utilização do Índice Territorial dos Comitês de Cultura (ITCC) como instrumento de orientação do direcionamento da política cultural. Além disso, promover políticas de cotas raciais e sociais para populações negras, quilombolas, povos de terreiro, povos indígenas, assentados dos territórios da reforma agrária, DOS MOVIMENTOS DOS POVOS URBANOS, povos do mar, ribeirinhos, periféricos, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas, povos ciganos e comunidades rurais, valorizando os agentes já atuantes no território.

EIXO 5. Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

Proposta 1

Garantir o fomento à economia criativa, através de legislações, linhas de crédito, financiamento e repasses fundo a fundo, de modo a promover: (a) o desenvolvimento de políticas permanentes de fortalecimento das cadeias produtivas e dos trabalhadores da cultura; (b) a criação e manutenção de espaços e equipamentos públicos destinados à cultura, POR MEIO DA CRIAÇÃO DA CÂMARA SETORIAL DE ARQUITETURA E INFRAESTRUTURA CULTURAL;

(c) o mapeamento dos prestadores de serviços das cadeias produtivas da economia criativa; (d) a criação de unidades gestoras da economia criativa e coordenações de projetos culturais; (d) a elaboração de editais e prêmios de economia criativa destinados à produção cultural local; (e) a contratação de percentual mínimo obrigatório de artistas locais nos projetos culturais financiados através de leis e editais de incentivo cultural; (f) a estruturação do turismo rural, com ações continuadas, como feiras e lojas de artesanato, com ênfase no desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais e das populações vulnerabilizadas e; (f) o incentivo a práticas sustentáveis de impulsionamento e distribuição dos produtos culturais nos âmbitos local, nacional e internacional. Criação da Agência Nacional de Apoio Cultural, para viabilizar a acessibilidade e o financiamento de equipamentos para o desenvolvimento de produtos culturais da economia criativa

Eixo 4- Mirella, que pede para colocar proposta de acessibilidade em espaços públicos e privados onde se exerce cultura.

NOVAS PROPOSTAS

Proposta 1

EIXO 3: Identidade, Patrimônio e Memória –GT 6

Criar e implementar uma Política Nacional de valorização das identidades culturais, por meio do apoio ao reconhecimento, à produção, difusão e salvaguarda da arquitetura e urbanismo popular e anti-hegemônica como direito e estratégia de integração cultural e territorial, bem como da valorização contínua dos saberes e fazeres dos diferentes grupos, povos e comunidades através a) da educação e formação profissional; b) do mapeamento e diagnóstico sociocultural e socioambiental das iniciativas já existentes; c) da elaboração de

instrumentos de fomento direto; d) da cocriação e construção coletiva de micro intervenções e do desenvolvimento, qualificação e manutenção de espaços e edifícios públicos e de base comunitária; e) do serviço permanente de assessoria e assistência técnica de arquitetos e urbanistas; f) da criação de instâncias participativas de acompanhamento, monitoramento e gestão compartilhada, priorizando comunidades locais afro-brasileiras, indígenas, ribeirinhas, ciganas, periféricas, LGBTQIAPN+, PCD.

Proposta 2

EIXO 2: Democratização do acesso à cultura – GT 4

Criar a Câmara Setorial de Arquitetura e Infraestrutura Cultural com o objetivo estratégico de promover o direito à cultura e à cidade e garantir nos programas, ações, serviços e políticas públicas de cultura, arquitetura e urbanismo, nos três níveis de governo, a diversidade (afro-brasileiras, indígenas, ribeirinhas, ciganas, periféricas, LGBTQIAPN+, PCD, gênero) das equipes de elaboração de projetos, a acessibilidade plena e tecnologias assistivas, o respeito ao meio ambiente e aos povos tradicionais, a diversidade cultural, urbana, rural e regional, garantindo a participação popular e a priorização dos territórios periféricos e vulneráveis.

OUTROS FATOS RELEVANTES

Os gestores públicos que possuem pouco conhecimento sobre o universo da cultura. Necessária a sensibilização para promoção da arquitetura como expressão cultural, não apenas como infraestrutura e para incorporação de práticas tradicionais que estão fora do escopo das práticas estabelecidas no mercado.

II - Necessidade de difusão da arquitetura para valorização pela sociedade:

1- Por meio do concurso que promove o processo de engajamento e apropriação dos equipamentos culturais e por meio das exposições de arquitetura.

2- Dois instrumentos existentes: O concurso como instrumento importante para a valorização da arquitetura e a Lei de Assistência técnica. Necessidade de aprimorar os caminhos institucionais para a implementação deles.

3- Equipamento e espaços públicos como suporte para as práticas culturais e necessidade de fiscalização para que eles mantenham sua função social.

4- Participação na definição dos equipamentos e espaços culturais e acolhimento das percepções da comunidade

III - Definição do objeto:

5- Arquitetura e urbanismo enquanto projeto de sociedade, como instrumento, como política transversal para fortalecer uma perspectiva política. O espaço arquitetônico deve ser pensado como vetor para a emancipação.

6- Uma provocação: Necessidade de mais atores para essa discussão de arquitetura porque a arquitetura não é feita só pelos arquitetos. Pensar a produção do espaço

7- Plano para a cultura arquitetônica, separado dos editais de cultura e que englobasse a maior diversidade de expressões da arquitetura.

ENCAMINHAMENTOS

- Necessidade da discussão sobre a acessibilidade em todos os aspectos. As pessoas com deficiência já têm leis que as protegem, mas há a necessidade de se informar melhor ao conjunto da sociedade sobre a necessidade da autonomia das pessoas com deficiência, que passa pela eliminação de barreiras nas cidades.

- Discussão na necessidade de escolher uma proposta que entenda a Arquitetura perpassando todas as manifestações pois não existe Arquitetura sem cultura. Priorizar a arquitetura como amparo.

- O grupo participante entende ser prioritária recriação do setorial de arquitetura para que atue como um colegiado técnico, para o reconhecimento da arquitetura e urbanismo como expressão cultural.

Arquivos

Setorial:		Arquivos	
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde
	05 de março de 2024		Manhã
Relator(a)s (Nome e contato):		Luciana Macêdo proflucianamacedo@gmail.com	

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1.	Leandro de Abreu Souza Jaccoud	Fundação Casa de Rui Barbosa – Coordenador do Encontro Setorial de Arquivos
	Luciana Macêdo	Relatora

DADOS GERAIS E ABERTURA

O evento estava previsto para iniciar às 14h30 do dia 04-03-24, na sala extra do mezanino do Centro de Convenções Ulisses Guimarães. Leandro Jaccoud, coordenador, abriu os trabalhos às 14h55.

O primeiro dia de encontro contou com 9 participantes. Estavam presentes: Bianca Panisset, Fundação Casa de Rui Barbosa – Pessoa Convidada; Roberta de Jesus Santana – Pessoa Delegada; Filipe de Brito Marinho da Silva – Pessoa Delegada; Joelma Neris Ismael – Pessoa Convidada; Heloisa Esser dos Reis, Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – Pessoa Delegada; Maria de Andrade, Fundação Casa de Rui Barbosa – Pessoa Convidada; Adriana de Oliveira Moura – Pessoa Delegada; Roseli Leal Ribeiro – Pessoa Convidada.

Houve a tentativa de exibição de falas inspiradoras, por meio de vídeos curtos, de autoria do Prof. Francisco Cougo, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e de Lucia Maria Velloso de Oliveira, da Universidade Federal Fluminense (UFF), mas não foi possível devido a problemas técnicos. Ficou acordado entre os participantes que o momento das falas seria realizado no início do segundo dia do encontro.

Em atendimento à metodologia pré-acordada para os encontros setoriais, foram lançadas duas perguntas problemas: como você acha que deveria ser a relação federativa dentro do setorial de arquivos? e quais formas de participação social, formulação, implementação e acompanhamento, acha adequado para o seu segmento?

Os participantes foram separados em dois grupos.

O resultado segue nas seções seguintes do documento, por meio das tabelas Matriz de Responsabilidades Federativas e Matriz Propostas de Participação Social.

O encontro do dia 05-03-24 foi iniciado às 10h17, pelo coordenador Leandro Jaccoud, com a apresentação dos participantes presentes: Lucia Maria Velloso de Oliveira, da Fundação Casa de Rui Barbosa – Pessoa Convidada; Aline Lacerda, da Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz/COC) – Pessoa Convidada; Francisco Cougo, Universidade Federal de Santa Maria – Pessoa Convidada; Renato de Matos, da Universidade Federal Fluminense – Pessoa Convidada; Filipe de Britto Marinho da Silva, da Executiva de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia – Pessoa Delegada; Roberta de Jesus Santana – Pessoa Delegada; Heloisa Esser dos Reis, Arquivista do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – Pessoa Delegada; Adriana de Oliveira Moura – Pessoa Delegada; e Bruno Packard Pires Blasius – Pessoa Delegada.

Novamente não foi possível transmitir os vídeos, por problemas com o áudio. Porém, como Francisco Cougo estava presente, ele fez uma pequena fala. Tratou de 3 grandes fragilidades que os Arquivos enfrentam atualmente: a desinstitucionalização (as cidades brasileiras tem entre poucas instituições arquivísticas) e poucos cursos, a ausência de um conselho profissional, poucas pessoas no funcionalismo público; o Plano Setorial de Arquivos, várias metas estão vencidas; não há um fundo setorial para a área. Sugeriu conseguirmos um local para esses pontos nas propostas da conferência como um objetivo a ser alcançado. Temos que estar nominalmente nessas propostas.

Em seguida, Lucia Velloso apresentou um histórico de como os arquivos apareceram na pauta das Conferências Nacionais de Cultura. No túnel do tempo, ela tratou da importância da nossa presença na 4 CNC. Antes da segunda CNC, lembrou que a Fundação Casa Rui Barbosa organizou uma pré-conferência, acionando o Brasil inteiro, configurando um grupo diversificado, representando as 5 regiões. A arquivologia não existia na política. Como consequência da articulação, foram 10 convidados para Brasília, com o objetivo de

emplacar o Setorial de Arquivos, e conseguiram. Na 4 CNC a área está representada por 6 delegados. A intenção é empregar a palavra arquivo no máximo de propostas, tornando a área novamente visível no âmbito das políticas públicas voltadas para a cultura.

No governo Temer, o colegiado não foi renovado. No governo Bolsonaro, o arquivo retroagiu. Lucia apontou a necessidade de que a área de arquivos seja novamente trazida à pauta. Temos que participar dos eixos e entrar na defesa da visibilidade da área.

Foi sugerido a formação de um grupo de Whatsapp para mobilização.

Alexandre Santini, atual Presidente da Fundação Casa Rui Barbosa, obteve a palavra e afirmou que temos que ter política pública para o conjunto do país. A partir da conferência, temos que trabalhar nessa proposta, e temos a Fundação Casa de Rui Barbosa como guardião da causa arquivística. Defendeu que dois eixos devem ser prioritários: o Eixo 3 – Identidade, Patrimônio e Memória; e o Eixo 6 – Direito às artes e linguagens digitais.

Os integrantes do encontro, em seguida, se organizaram estrategicamente para ter um representante em cada eixo relevante.

A partir daí, os integrantes lançaram-se a analisar o caderno de propostas.

Propostas relevantes para a arquivologia:

Eixo 1 – Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura

GT 1 e GT 2 - Nenhuma alteração

Eixo 2 – Democratização do acesso à cultura e Participação Social

GT3 Territorialização das políticas culturais:

Proposta 2 - alteração de texto: Criar, fortalecer, bibliotecas públicas e escolares, arquivos, museus e outros equipamentos culturais, garantindo a formação e a permanência de bibliotecários, mediadores, profissionais de leitura, arquivistas e museólogos.

Eixo 3 – Identidade, Patrimônio e Memória

GT5 – Educar a cultura e culturalizar a educação:

Proposta 1: Não alterar texto, mas importante defender a proposta.

Proposta 3: Também não é importante acrescentar a palavra arquivo, mas defender a proposta.

Proposta 6: linha 3, retirar “registros” e acrescentar ...bem como dos arquivos históricos...

Proposta 7: linha 4, acrescentar ...casas de memória, arquivos e bibliotecas, em todos os municípios, com disponibilização de recursos para...

Proposta 8: a única de arquivos, muito importante, defender!

GT6 – Sustentabilidade, diversidade e gestão compartilhada

Proposta 2: linha 2, ...acesso a museus, arquivos, bibliotecas, casas de cultura, edificações...

Proposta 4: linha 4, acrescentar... centros de memória, vivência cultural, arquivos, bibliotecas e museus e a projetos de inventários...

Eixo 4 – Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural

GT7 – Ações afirmativas e acessibilidade cultural

Proposta 5: linha 3, acrescentar: escolas, museus, arquivos, bibliotecas, cinemas,

Proposta 9, linha 3: acrescentar escolas, museus, arquivos, bibliotecas e universidades...

GT8 – Promoção da diversidade cultural

Proposta 3: Assegurar editais de ampla circulação para promover a digitalização, preservação e difusão que registrem as expressões culturais e audiovisuais....

Eixo 5 – Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

GT 9 e GT 10 – nenhuma alteração

Eixo 6 - Direito às artes e linguagens digitais

GT11 – Cultura digital:

Proposta 1: para apoiar, muito importante!

GT12 – Direito às Artes:

Proposta 9: linha 3, acrescentar: ...Escolas Livres de Formação em Arte e Cultura, arquivos, bibliotecas e museus, para crianças, adolescentes, pessoas com deficiência...

RELAÇÃO FEDERATIVA

Matriz de Responsabilidades Federativas

	Federal	Estadual	Municipal	Sociedade Civil
Tema 1: Proteção e promoção da diversidade cultural do país por meio da democratização, difusão e acesso ao patrimônio arquivístico	Promoção de políticas públicas para a criação e fomento de arquivos estaduais e municipais	Implantar o sistema estadual de arquivos e institucionalizar os arquivos estaduais para fomentar a criação de arquivos municipais Instrumentalizar os Arquivos como equipamentos culturais como espaços para ações de caráter transversal e inter setorial com a valorização do patrimônio e memória.	Identificar o perfil das localidades e suas potencialidades para a criação de ações e projetos que respeitem as identidades locais, mobilizando as comunidades no sentido de despertar interesse e conscientização para a preservação de sua história e memória.	Apropriação dos arquivos como lugares de promoção cultural; mobilização e mapeamento dos acervos de caráter artístico, cultural e histórico a partir de seus saberes e fazeres.
Tema 2: Inserção dos Arquivos na política desenvolvimentista do país.	Promoção e fortalecimento de políticas públicas arquivísticas, integrando os arquivos às políticas de incentivo e pesquisa, à inovação tecnológica, promovendo o desenvolvimento de processos e produtos associados à gestão, conservação, restauração, organização, movimentação, preservação e difusão de acervos.	Promover parcerias entre setor público e privado, com o intuito de assegurar recursos para a pesquisa e desenvolvimento tecnológico, para acesso e preservação de acervos.	Destinação dos recursos do PAC e da PNAB à criação e conservação de Arquivos Públicos e contratação de profissionais arquivistas	Promover a criação de instâncias de diálogo, discussão pública e fiscalização da gestão de instituições arquivísticas.

Para a Matriz de Responsabilidades Federativas foram também mencionados mais 2 temas: Valorização da profissão de arquivista e o Plano interministerial de recuperação dos Arquivos das instâncias governamentais. Os desdobramentos dos temas nas instâncias federal, estadual, municipal e na sociedade civil não puderam avançar por conta da duração destinada ao Encontro e do cronograma das atividades da Conferência Nacional de Cultura.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Matriz propostas de participação social

	Aspectos positivos	Aspectos negativos	Outras considerações
Tipo de participação social 1: Criação do Conselho Federal de Arquivologia e dos Conselhos Regionais de Arquivologia	Representatividade, fortalecimento e fiscalização da profissão	Não se aplica.	A falta do Conselho desvaloriza e enfraquece o profissional arquivista. A presença do profissional arquivista nas instituições trará a possibilidade da documentação com competência.

Tipo de participação social 2: A reativação do Colegiado Setorial de Arquivos.	A execução do plano do setor de Arquivos.	Não se aplica.	O Plano é um documento de referência, validado por consulta pública. Foi uma vitória positiva na área arquivística.
Tipo de participação social 3: Reformulação do CNPC e recriação da Cadeira do Setor de Arquivos.	Transversalidade do setor de arquivos com demais setores.	Não se aplica.	
Tipo de participação social 4: Empoderamento da sociedade civil através dos Sistemas de Acesso à Informação ao Cidadão.	Democratização do acesso à informação e transparência pública.	Não se aplica.	

Novas proposições de tipos de participação social e o amadurecimento de considerações possíveis não puderam avançar por conta da duração destinada ao Encontro e do cronograma das atividades da Conferência Nacional de Cultura.

PROPOSTAS PRIORIZADAS

Houve consenso no Setorial de Arquivos quanto à necessidade de atuar no maior número de Eixos, GT's e propostas possíveis para que os Arquivos, novamente, se fizessem visíveis no âmbito das políticas públicas voltadas para a cultura.

NOVAS PROPOSTAS

Houve o entendimento da necessidade de se apor uma nova proposição no Eixo 6: Direito às Artes e Linguagens Digitais, GT 11 – Cultura Digital, conforme segue:

Criar uma política de preservação digital para acervos que registram a produção cultural e artística do país, desenvolvendo diretrizes que garantam a sustentabilidade de um ecossistema de preservação digital, visando o acesso, a integração entre os acervos, a presunção de autenticidade dos documentos e de sua capacidade de acionar memórias e identidades.

OUTROS FATOS RELEVANTES

Não se aplica

ENCAMINHAMENTOS

Apresentar duas moções de apoio:

- 1 – Moção de Apoio à criação do Fundo Setorial de Arquivos dentro do Fundo Nacional de Cultura para modernização e fomento de instituições.
- 2 – Moção de reativação dos colegiados setoriais do Conselho Nacional de Políticas Culturais.

Apresentar nova proposta no Eixo 6: Direito às Artes e Linguagens Digitais, GT 11 – Cultura Digital, conforme detalhado na seção **Novas Propostas**.

Artes Digitais

Setorial:	Artes Digitais		
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde
	05 de março de 2024		Manhã
Relator(a)s (Nome e contato):	Murilo Lina Távora lina.tavora@turismo.gov.br		Consolidação: Izabel Costa izabel.costa@funarte.gov.br

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1	Izabel Costa	Funarte/ Coordenadora de Artes Digitais

DADOS GERAIS E ABERTURA

19 pessoas estavam presentes

Gabriela Silveira: Relatou sobre sua participação no Colegiado Setorial de Arte Digital, para o qual foi eleita em 2015, apresentando questões sobre as quais o colegiado se debruçou, como, por exemplo, a criação de centros de pesquisa em mídias e tecnologias, separadas do audiovisual, pelas unidades federativas, e a dificuldade que tiveram em cumprir todos os compromissos, dado os desmontes ocorridos a partir de 2016.

Destacou o caráter transversal da Arte Digital, presente até mesmo no Carnaval, a partir do trabalho das escolas de samba, que avançaram muito no quesito da tecnologia, experimentações, estas, que contribuem para a evolução do setor do digital e da arte em si. Refletiu, ainda, que, apesar desta transversalidade, é preciso pensar suas especificidades, o que é algo complexo, porque a arte digital transita por todos os outros segmentos artísticos e culturais. Relata que, na época em que esteve no Colegiado, uma das principais demandas era a participação de seus membros também nas discussões que ocorriam em outros grupos, que tangenciavam o tema das Artes Digitais, mas dos quais nossos representantes não eram convidados a participar.

Lamentou o fato do colegiado do segmento não ter tido tempo de consolidar seu plano setorial, avançando pouco no mapeamento, no conhecimento sobre essa produção e seus artistas. Menciona que há um esqueleto de plano, mas que precisa ainda amadurecer em várias questões.

Finaliza manifestando sua alegria com a retomada dos debates e convidando os presentes a refletir sobre a arte digital, considerando sua transversalidade, mas buscando identificar aquele que seria seu espaço próprio de construção.

Clélio de Paula: Compartilhou sua trajetória de reconhecimento e auto-reconhecimento enquanto artista digital, quando ainda não existiam referências sobre o que é ser artista digital.

Destacou a capacidade da arte digital de alcançar e mobilizar pessoas que não tenham muitas referências culturais e artísticas, sensibilizando-as para a arte e gerando oportunidades de atuação. Refletiu sobre o poder simbólico envolvido em ser reconhecido como artista entre seus pares.

Destacou a iniciativa da Bienal da Arte Digital, e seu relevante papel de aproximar artistas ao redor do mundo, gerando visibilidade e reconhecimento para seus trabalhos. Manifestou otimismo com o fortalecimento que o segmento pode experimentar a partir da aproximação com a Funarte e com as oportunidades geradas no contexto da Lei Paulo Gustavo.

RELAÇÃO FEDERATIVA

Após a apresentação da metodologia sugerida para os trabalhos, os presentes decidiram por segui-la como orientadora dos debates, dada a limitação de tempo, sem uso da matriz.

O grupo se dividiu em dois, ficando um participante responsável por relatar ao grupo todo, ao fim das discussões nos grupos menores, os destaques da discussão realizada.

Neste grupo foi destacada a importância do estímulo federal para a formação e o ensino em Arte Digital. Percebe-se que a Cultura Digital é entendida como inferior, tendo diferente reconhecimento entre diferentes gerações e classes sociais. É preciso pensar a arte digital também na formação de professores de educação artística. Falta uma relação mais profunda com a linguagem.

A arte Digital vive da inovação. Por isso, é difícil essa delimitação precisa do que é Arte Digital. Ela está mudando o tempo todo.

É fundamental pensar no acesso às ferramentas necessárias para produzir arte digital. Muitas vezes elas não são acessíveis, especialmente em municípios menores, alguns ainda sem acesso a dados móveis, por exemplo.

Destacaram como principal proposta a criação e expansão de “Espaços Makers”, por meio de uma política executada de forma descentralizada pelos entes federativos.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Este grupo destacou que a Arte Digital surgiu enquanto segmento específico na 1ª CNC, com a criação de uma Câmara Técnica que, depois, se configurou enquanto Colegiado Setorial. Pontuam que não há dúvida sobre a especificidade da Arte Digital e que esta é uma construção que não recomeça do zero.

Pontuaram que é preciso pensar em uma articulação que permita o mapeamento das experiências bem sucedidas em diferentes localidades, possibilitando que sejam inspiração para iniciativas em outros locais e contextos.

Convidam os presentes a refletir se podemos considerar o grande acesso a telefones celulares como inclusão digital.

Sugerem a realização de seminários expositivos voltados para a Arte Digital, com a realização de pelo menos um em cada unidade federativa, bem como outras estratégias, como a criação de fóruns permanentes.

PROPOSTAS PRIORIZADAS

Foram destacadas as propostas 4 e 9 do eixo 6 do caderno de propostas, entendidas como prioritárias.

Proposta 4 – Eixo 6 (caderno do caderno de propostas): Construir políticas públicas de fomento à criação, aquisição, circulação e preservação das artes e linguagens digitais, prevenindo formas de violência e discriminação virtuais, garantindo a acessibilidade, e considerando as novas mídias, tecnologias e plataformas digitais, de modo a proporcionar amplo acesso à produção cultural e artística virtual. Além disso, criar programa permanente de fomento que identifique, valorize e financie pesquisas e projetos vinculados à exploração das fronteiras da arte e cultura digitais, da arte generativa e das experiências interativas, promovendo o aprimoramento das práticas no campo artístico e cultural e garantindo o direito democrático à cultura digital e suas diversas linguagens, com diversidade e inclusão.

Proposta 9 – Eixo 6 (caderno do caderno de propostas): Revisar a legislação aplicada às artes e aos direitos autorais, através de conferências específicas com ampla participação dos trabalhadores dos diversos setores, tendo como finalidade a atualização para abrangência sobre as novas mídias e plataformas digitais, além da regulamentação dos NFT's (Non Fungible Token - símbolos eletrônicos utilizados para representar bens considerados únicos, como uma obra de arte), em plataforma e código blockchain, que poderá ser um código de registro ou identidade digital das obras de arte em suas diversas formas de apresentação.

NOVAS PROPOSTAS

Não foi desenvolvida nova proposta, mas se destacou a lacuna observada nas propostas do caderno a respeito do uso de ferramentas tradicionalmente chamadas de “inteligência artificial”.

Foi debatida a importância da criação de marcos legais para regulamentar a ação de empresas que trabalham com o aprendizado de máquina (inteligência artificial), prevendo a abertura de seus bancos de dados para auditoria, de modo a verificar eventuais utilizações de obras sem observação do devido direito autoral, viabilizando, nestes casos, a responsabilização penal.

OUTROS FATOS RELEVANTES

- Necessidade de ações voltadas para a implementação de centros de cultura digital, voltados para a experimentação em tecnologia e arte digital, em diferentes estados, em modelo semelhante aos que já existem para o audiovisual. Criação de espaços que possibilitem acesso de artistas a equipamentos e recursos tecnológicos de criação, inclusive itinerantes.

- Criação de um observatório de novas tecnologias, tendo como objetivo a pesquisa e a observação de tecnologias emergentes, para subsidiar a criação de marcos legais e legislações específicas e, ainda, alimentar os processos formativos no segmento.

- Criação de fomento específico para a aquisição e manutenção de equipamentos de arte digital.

- Criação de editais de artes digitais voltados a experimentos artísticos, refletindo particularidades das manifestações locais de cultura.

- Necessidade de atualizar as bibliotecas e museus do país, com ferramentas e estrutura para mostras e exposições digitais, facilitando o acesso a algumas tecnologias, dentre elas, a realidade aumentada.

- Registro de que várias propostas de outros segmentos não fazem menção à arte digital. Um olhar mais transversal resultaria no seu fortalecimento.

- Registro de que a acessibilidade ao digital é um grande desafio a ser enfrentado.

Reivindicação de realização de seminários, de modo a propiciar um debate mais amplo, inclusive com participações estrangeiras.

- Criação de GTs e fóruns permanentes, para facilitar os trabalhos de articulação, divulgação, consolidação, entre outros.

- Desafio: alguns artistas não reconhecem a arte digital como arte.

- Necessidade de realizar mapeamento dos artistas digitais.

- Ênfase na importância de se garantir estrutura e acesso, especialmente em áreas rurais.

- Preocupação com a difusão do conhecimento digital, aliado à valorização da identidade local.

- Preocupação com o uso ético e construtivo da tecnologia, especialmente entre os jovens.

- Necessidade de se estimular o uso de tecnologias sustentáveis.

- Incentivo a uma cultura de priorização de softwares livres.

- Reflexão: olhar atento para as práticas em arte digital, sendo este o critério para a definição do que é arte digital.
- Realização de programa de formação de professores para o uso criativo de ferramentas digitais.

ENCAMINHAMENTOS

Ao fim do encontro, foi criado entre os presentes o Fórum Nacional de Arte Digital, para organização e articulação do segmento.

Foi indicada a realização de seminários temáticos, como estratégia de formação, difusão de conceitos e boas práticas, fortalecimento da participação social e articulação do segmento.

Artes Visuais

Setorial:		Artes Visuais	
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde
	05 de março de 2024		Manhã
Relator(a)s		CONSOLIDAÇÃO:	
Edi Freitas de Paula Fundação Cultural Palmares		Andréa Paes andrea.luiza@funarte.gov.br	

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1.	Lais Almeida (*participou da abertura dos trabalhos e da mesa no 1º dia de forma colaborativa).	Funarte – Diretora de Projetos
	Andréa Paes	Funarte - Coordenadora de Artes Visuais
3	Guilherme Mautone (*participou da mesa no 2º dia de forma colaborativa).	Sociedade Civil – RF 1 – Delegado
4	Bárbara Larruscahim (*participou da mesa no 2º dia de forma colaborativa).	Sociedade Civil – RF 6 – Delegada

DADOS GERAIS E ABERTURA

50 pessoas estiveram presentes

Falas inspiradoras

Juliana Xucuru/PE no dia 04/03

Em sua fala considerou: “entre as principais batalhas travadas pelos povos indígenas do Nordeste, destaca-se a busca pelo acesso aos espaços de conhecimento e poder político. Entendo que é através da inserção nesses ambientes que garantimos a preservação de nossos direitos, memória e a possibilidade de transformação das estruturas coloniais de poder, presentes em instituições como universidades e museus, e nas instituições do governo destinadas à cultura, onde se trava uma disputa por políticas públicas.

A nossa fé na sacralidade da natureza constitui a base de nossa existência e relações, conferindo força aos nossos territórios sagrados. Segundo a cosmovisão Xukuru, quando nos deparamos com experiências singulares ou lugares especiais que sentimos ser destinados a ocupar, interpretamos isso como um chamado, lembrando-nos de que todos fazemos parte da natureza e devemos zelar por esses territórios.

Foi nesse contexto que passei a adotar a cosmovisão e cosmogonia indígenas do meu povo Xukuru como principais referências em meus processos de pesquisa e expressão artística, tanto na formulação teórica quanto na concretização de formas por meio de diferentes meios. Nossa fé ou ciência, fundamentada nos Encantados e na Natureza Sagrada, nos ensina que existem múltiplas direções além das indicadas pela “bússola” do homem branco, mesmo que estas nos escapem à percepção. Centralizar a visão de mundo em um único indivíduo branco carece de sentido diante dos diversos saberes elaborados por diferentes povos e comunidades, cada qual com suas próprias referências”.

2) Xico Chaves/RJ no dia 05/03

Em sua fala considerou: 1) as artes visuais da Funarte como modelo avançado de difusão de linguagens e programas de integração nacional; 2) políticas de integração das diversas linguagens no campo das artes integrando arte contemporânea, arte popular, arte moderna, étnica e acadêmica; 3) o modelo de projeto da Rede Nacional de Artes Visuais/CEAV/FUNARTE/Minc como forma de intercâmbio interpessoal e digital; 4) os editais democráticos incluindo todas as linguagens do campo das Artes Visuais; 5) difusão de conteúdos por meio de publicação de livros, catálogos, sites e outros meios digitais além de editais específicos das artes visuais.

RELAÇÃO FEDERATIVA

Tema 6 - Regulamentação Profissional dos Agentes Individuais das Artes Visuais

(3 esferas de governo, mas, em especial, a federal).

Tema 6 - a) Regulamentação EM CARÁTER EMERGENCIAL profissional dos CNAEs (em até 4% de alíquota) da atuação no campo das Artes Visuais, articulando com Legislativo, com Ministério da Fazenda e Receita Federal, Estados e Prefeituras e a criação de um Código de Ética da atuação profissional

b. Taxação específica para materiais importados, redução e amortecimento tributário;

c. Vincular os CNAEs aos MEIs.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Toda a matriz de trabalho foi construída em conjunto com o grupo presente.

PROPOSTAS PRIORIZADAS

CADERNO DE PROPOSTAS - EIXO 6 - DIREITO ÀS ARTES - PROPOSTAS ESCOLHIDAS: NÚMERO 04 E 07.

Proposta 04: garantir políticas descentralizadas de financiamento para a criação, implementação, reforma, manutenção, instrumentalização e dinamização de espaços físicos e virtuais que viabilizem a realização programas, projetos e ações culturais, como: museu digital nacional e plataforma de mapas culturais; espaços comunitários, centros, casas e pontos de cultura, com acessibilidade digital; núcleos, hubs e laboratórios de produção digital e apoio tecnológico, públicos, inclusivos com acesso livre à internet e equipados com tecnologias livres e aparatos materiais para a criação diversas de artes.

Proposta 07: desenvolver uma plataforma nacional de diversidade cultural e acessibilidade que reúna informações sobre políticas culturais, projetos, recursos, eventos e oportunidades relacionadas à promoção da diversidade e da acessibilidade. Garantir, ainda, que a plataforma forneça recursos educacionais, dados estatísticos e uma rede de contatos para fortalecer a promoção da diversidade cultural e a garantia de direitos, servindo como um espaço de diálogo e compartilhamento de boas práticas entre diferentes atores, incluindo artistas, organizações culturais, poder público e comunidades afetadas por discriminações.

A SEGUIR, RELACIONAMOS OS TEMAS UMA VEZ QUE ENTENDEMOS QUE EM SUA MAIORIA ELES ESTÃO EXPOSTOS NOS INTERTÍCIOS DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PELO GRUPO NA 4ª CNC.

Tema 1- Aprimoramento do Mapa da Cultura com Mapeamento e pesquisa da Rede Produtiva e Instituições formativas no campo das artes visuais / Sistema de Informações.

FEDERAL - a. Criação de grupos de pesquisa com Universidades Federais, Pontos de Cultura, Comunidades e fazedores de cultura;

b. Atenção aos mecanismos de produção, circulação/difusão, "consumo", acessibilidade, formação das Artes Visuais;

c. Agentes individuais (seus perfis socioeconômicos e sistêmicos no campo) e agentes institucionais (museus, cargos, organogramas, formação, etc...);

d. Aperfeiçoamento do conteúdo do formulário e instrumentos de pesquisa do Mapeamento;

e. Reativação e/ou aprimoramento de cadastros culturais.

ESTADOS: Financiamento parcial do Mapeamento da Rede Produtiva (previsão orçamentária via Política Nacional Aldir Blanc);

MUNICÍPIOS: Estruturação, busca ativa, organização de informações, cadastramento, pesquisa in loco, direcionamento;

SOCIEDADE CIVIL : Participação através de Pontos de Cultura, Comunidades, entidades, organizações, Colegiados, Conselhos e associações da sociedade civil.

Tema 4 - Difusão e Circulação Nacional das Artes Visuais

FEDERAL - a. Circulação de artistas (interior – interior) / (interior - capital) / (estado - estado), levando em consideração o diferencial da Região Amazônica através do Fator Amazônico;

b. Itinerância de exposições;

c. Bolsas de pesquisa em poéticas / Residências artísticas, interações estéticas, etc.;

d. Levantamento dos próprios inservíveis do Governo Federal para cessão para Organizações culturais para fins não econômicos.

ESTADOS - a. Programas estaduais de ocupação dos equipamentos culturais em sincronia com a circulação de artistas, com previsão orçamentária de recursos para acessibilidade;

b. Operacionalização de programas expositivos com vista às ações de circulação e itinerância de exposições;

c. Organização de linhas de aquisição, premiação e fortalecimento de acervos públicos das Artes Visuais em consonância aos programas nacionais deste tema (circulação de artistas e residências).

MUNICÍPIOS - a. Manutenção, ampliação e criação dos equipamentos públicos das Artes Visuais, através de PAC voltado às estruturas de acessibilidade e novas contratações através de Concursos Públicos;

b. Promoção de atividades de arte-educação e artísticas e formação de público coordenadas com a Educação e em consonância com os programas deste tema (circulação de artistas e itinerância de exposições);

c. Mapeamento e fortalecimento dos bolsões territoriais de produtores de cultura / artes visuais, articulando com Pontos de Cultura e Pontos de Memória;

d. Prever adaptações de materiais e expografias acessíveis, respeitando as distintas deficiências, dentro de equipamentos culturais das Artes Visuais.

SOCIEDADE CIVIL: a. Envolvimento da comunidade e da sociedade civil nas ações e programas do tema através de Programas Públicos de equipamentos culturais com acervos artísticos, especialmente de arte contemporânea;

b. Garantir a participação de pessoas com deficiência nos programas deste tema, prevendo sempre estratégias de acessibilidade e inclusão.

Tema 5 - Diplomacia cultural - Circulação / Difusão Internacional das Artes Visuais

FEDERAL - Criação, organização e fomento de programas de Intercâmbio de Artistas Visuais, estímulo à residências, ocupação dos equipamentos de artistas e programas e demais agentes sistêmicos da rede produtiva das Artes Visuais

NOVAS PROPOSTAS

Tema 2 - Fórum Nacional de Artes Visuais

FEDERAL: Previsão legal da Criação do Fórum Nacional de Artes Visuais, via Sistema Nacional de Cultura e Colegiados Setoriais, com suas estratificações nos entes federativos. E com a criação de mecanismos de governo para busca ativa e propositiva dos artistas e demais agentes das Artes Visuais.

ESTADOS: Fórum Estadual.

MUNICÍPIOS: Fóruns e seminários municipais .

SOCIEDADE CIVIL: Previsão da participação na construção dos fóruns (Comissão Organizadora etc.).

Após discussão e revisão do documento final foi colocado em votação e os delegados presentes escolheram os 2 temas mais relevantes.

Os temas escolhidos pelo grupo foram:

3 - Colegiado Nacional de Artes Visuais;

6 – Regulamentação Profissional dos Agentes Individuais das Artes Visuais.

TEMA 3 - Colegiado Nacional de Artes Visuais

FEDERAL: Criação do Colegiado Nacional de Artes Visuais, com competências deliberativas, vinculado ao MINC e cujas representações atendam demandas de diferentes linguagens / suportes / processos artísticos e representantes estaduais e municipais.

ESTADOS: Indicações descentralizadas de membros do Colegiado Nacional Setorial através dos Fórum Setorial de Artes Visuais; Garantia de representação do segmento das Artes Visuais nos Conselhos Estaduais de Cultura.

MUNICÍPIOS: Garantia da representação do segmento das Artes Visuais e sua pluralidade de linguagens, suportes e processos nos Conselhos Municipais de Cultura.

SOCIEDADE CIVIL: Previsão da participação na construção dos fóruns.

TEMA 6 - Regulamentação Profissional dos Agentes Individuais das Artes Visuais (Nas 3 instâncias de governo).

Regulamentação EM CARÁTER EMERGENCIAL - profissional dos CNAEs (em até 4% de alíquota) da atuação no campo das Artes Visuais, articulando **com Legislativo, com Ministério da Fazenda e Receita Federal, Estados e Prefeituras e a criação de um Código de Ética da atuação profissional.**

Taxação específica para materiais importados, redução e amortecimento tributário;

Vincular os CNAEs aos MEIs.

OUTROS FATOS RELEVANTES

Vários debates surgiram tendo em vista que o grupo da fotografia criou, em 2010, a Rede Nacional de Produtores Culturais da Fotografia no Brasil. Instituição que se fortaleceu ao longo dos anos, consolidando uma legítima representação da fotografia, no campo das artes visuais. Baseados nessa iniciativa o grupo dos segmentos das artes visuais ditos convencionais foram orientados pelos presentes a seguirem o mesmo caminho.

ENCAMINHAMENTOS

Foi criado na rede social WhatsApp um grupo para articulação, discussões frequentes e encaminhamentos necessários ao segmento das artes visuais, visando a criação do Fórum Nacional de Artes Visuais, conforme acima mencionado.

Artesanato

Setorial:	Artesanato		
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde
	05 de março de 2024		Manhã
Relator(a)s (Nome e contato):		M. Lucila da Silva Telles Lucila.telles@iphan.gov.br	

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1.	Rafael Barros Gomes	CNFCP/IPHAN – coordenador
	M. Lucila da Silva Telles	CNFCP/IPHAN - relatora
	Krislane	DPI/IPHAN - relatora

DADOS GERAIS E ABERTURA

Presentes 29 pessoas no primeiro dia e 34 no segundo dia

A fala de Rodrigo Lyra, no primeiro dia, propõe que o campo do artesanato precisa discutir políticas e estratégias existentes de modo a selecionar o que na prática funciona, com a participação da base, para que não se perca na estrutura burocrática.

No segundo dia, a fala de Ana Mumbuca ocorreu no final, uma vez que ela teve problemas para chegar. Tratou de identidade, ancestralidade, memória, conhecimentos e significados envolvidos no artesanato – uma fala claramente construída como comentário a uma discussão que havia ocorrido.

Discussões relevantes surgiram no grupo que não se relacionaram aos temas propostos (relação federativa, participação social e propostas)

- Houve interpelação direta às representantes do PAB ali presentes quanto à necessidade de promover diálogo, participação e apoio efetivo aos artesãos, o que gerou explicações por parte delas, apontando perspectiva de respostas às demandas;

- A intervenção de um artesão que defendeu que artesão deva ser MEI (diante das queixas de cobrança nesse sentido), empresário, e minimizou o valor cultural da atividade, o que gerou discordâncias;

RELAÇÃO FEDERATIVA

Houve diversas discussões que tocaram direta ou indiretamente na relação federativa, com foco principal na ausência de diálogo entre as três instâncias e também com organismos da sociedade civil. Apontadas inúmeras questões locais, como falta de apoio ou mesmo desconsideração do artesanato como atividade cultural e produtora de economia, a necessidade de fortalecimento do setor por parte do governo federal com articulação até as bases foi ponto consensual.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A não realização de encontros em diversos estados e distorções nos processos de indicação de delegados foram pontos discutidos.

OUTROS FATOS RELEVANTES

Destaque para a cobrança direta aos representantes do PAB, presentes na reunião, quanto à necessidade de exercer apoio efetivo aos artesãos.

Houve alguma discussão sobre a importância de valorizar a tradição cultural do artesanato.

ENCAMINHAMENTOS

Organizar a participação de modo articulado nas discussões dos eixos, dividindo-se entre eles com o fim de acompanhar e ter voz, como conjunto, nas discussões que julgassem mais importantes para o setor.

Audiovisual

Setorial:		Audiovisual	
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde
	05 de março de 2024		Manhã
Relator(a)s (Nome e contato):		Daniela Fernandes daniela.fernandes@cultura.gov.br	

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1.	Daniela Santana Fernandes	SAv/MinC - Diretora de Preservação, Difusão e Internacionalização Audiovisual
	André Virgens	Sav/MinC - Coordenador-Geral de Preservação, Difusão e Internacionalização Audiovisual
	Viviane Ferreira (Fala inspiradora)	Diretora, roteirista, produtora e cineasta brasileira.

DADOS GERAIS E ABERTURA

114 pessoas estavam presentes

A fala inspiradora de Viviane Ferreira, Diretora, roteirista, produtora e cineasta brasileira no Encontro do Audiovisual na programação da 4ª CNC, abordou de forma poética e provocativa a todos os presentes, ao contribuir com reflexões sobre o retorno no MinC, a garantia de conduzir a plena circulação de obras e produções audiovisuais nas cidades do nosso país, o processo de democratização e acesso às produções brasileiras nas telas, caminhos para criação, implantação, fomento e regulação de uma rede pública de salas de cinema, com a meta de que cada município conte com no mínimo 1 sala de cinema subsidiada pelo Sistema Nacional de Cultura; a preservação e memória das obras e trajetórias de realizadores audiovisuais no nosso país; o sistema de formação audiovisual do país com aperfeiçoamento e aprimoramento para garantir profissionais audiovisuais cada vez mais qualificados em todos os campos de nossa atividade; Relação interministerial para estabelecer um diálogo com o Ministério das Ciências e Tecnologia para propor um programa que instigue jovens cientistas a criarem e investigarem tecnologias de software e Hardware vinculados à atividade audiovisual; Encontrar alternativas tanto para a garantia de direitos autorais e patrimoniais, quanto para que nos torne patenteadores de tecnologias; Nacionalização do audiovisual brasileiro, a partir das políticas de ações afirmativas, para redução das desigualdades de raça, gênero e regional; Comprometimento em combater os impactos nefastos da necropolítica que impactam a possibilidade de pessoas negras, indígenas, Trans, pessoas com deficiências, mulheres e das cinco regiões do país existirem em plenitude; Comprometimento com um processo reflexivo que olhe de maneira sistêmica para o setor audiovisual, reconhecendo a importância de todas as instâncias do setor;

RELAÇÃO FEDERATIVA

Matriz Responsabilidades Federativas

Tema 1. Difusão, Circulação e Formação de Público

Âmbito Federal

1. Fomento à Salas de Cinema
2. Retomada do Fomento à Produção e o Licenciamento de Conteúdos Nacionais pela EBC.
3. Regulamentação da Lei 13.006/2014 (Com previsão de cotas para produções regionais).

Âmbito Estadual

1. Implementação da Lei 13.006/2014 na rede de ensino.
2. Formação de Plateia.
3. Fomento à Atividade Cineclubista e Cinema Itinerante.

- **Âmbito Municipal**

4. Implementação da Lei 13.006/2014 na rede de ensino.
5. Formação de Plateia.
6. Fomento à Atividade Cineclubista e Cinema Itinerante

- **Âmbito da Sociedade Civil**

1. Controle Social

Tema 2. Fomento

- **Âmbito Federal**

1. Fomento a conteúdos voltados para a Infância.
2. Aprimorar experiências de gestão compartilhada de mecanismos de fomento partir de modelos pré-existentes (Arranjos Regionais, TV's Públicas).
3. Articulação agentes econômicos regionais/locais
4. Aprimorar mecanismos de distribuição de recursos e políticas afirmativas

- **Âmbito Estadual**

1. Implementar experiências de gestão compartilhada nos Estados
2. Aprimorar mecanismos de distribuição de recursos e políticas afirmativas

- **Âmbito Municipal**

1. Implementar experiências de gestão compartilhada nos Municípios
2. Aprimorar mecanismos de distribuição de recursos e políticas afirmativas

Tema 3. Formação

- **Âmbito Federal**

1. Formação para Gestores Públicos;
2. Articulação para ações de formação e criação de Centros Técnicos nos IFs, com foco em audiovisual;
3. Formação Técnica para profissionais do audiovisual, com certificação reconhecida.

- **Âmbito Estadual**

1. Formação para Gestores Públicos.
2. Formação Técnica para iniciantes e profissionais do audiovisual, com certificação reconhecida.

- **Âmbito Municipal**

1. Formação para Gestores Públicos

- **Âmbito da Sociedade Civil**

1. Controle Social

Tema 4. Marcos Legais

- **Âmbito Federal**

1. Proposição de desoneração fiscal para o Audiovisual

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Matriz Participação social

- **Consideração:**

Conselhos estaduais e municipais: Restabelecimento da cadeira do audiovisual nos conselhos de audiovisual;

- **Aspectos negativos apontados:**

Comitê gestor do FSA: Necessidade de ampliação de participação da sociedade civil; Ausência de representação de trabalhadores(as);

Câmaras Técnicas (Ancine): Necessidade de recomposição e fortalecimento destas instâncias;

- Não houve aspectos positivos;

Proposições/Considerações:

- Transversais:

- a. Interiorização;
- b. Representatividade (com especial menção à presença de pessoas com deficiência);
- c. Capacitação de gestores/as;
- d. Mecanismos de produção de dados e publicização de resultados de políticas públicas;
- e. Desenvolvimento de estratégias de escuta de brasileiros que vivem no exterior;
- Comitês de acompanhamento de implementação da LPG em âmbito local:
- A. Enquanto estratégia auxiliar de controle social em relação ao processo de implementação da Lei;
 - Sistema Nacional do Audiovisual:
- a. Integrar entes municipais, estaduais e federais em torno da governança do setor;
 - Fóruns de audiovisual:
- a. Como instâncias de participação social continuada, e que deem subsídios, inclusive, para a Conferência Nacional de Cultura;
 - Conselho de consumidores da cultura:
- a. Instância de escuta com foco nos públicos da cultura.

PROPOSTAS PRIORIZADAS

Propostas apresentadas e aglutinadas:

Eixo 01

- 01 - Criação do Sistema Nacional do Audiovisual, a partir do fortalecimento do SNC e dos sistemas setoriais
- 02 – Revisão da proposição do marco regulatório do fomento, de forma que sejam abarcadas as especificidades do setor audiovisual;
- 03 – Aprovar a regulação das plataformas de vídeo sob demanda (streaming), de forma a atender aos interesses da sociedade brasileira.
- 04 - Fortalecer o fomento ao setor audiovisual, consolidando novos parâmetros para seleção de projetos pela Ancine; b) Criação de um fundo destinado ao audiovisual nos Estados e Municípios, a partir de recursos federais (FSA, ; c) Fomentar a Cultura urbana e a formação de jovens produtores; d) Formação técnica em games; e) Reforçar o aparato dos Núcleos de Produção Digital (NPDs) nos Estados e Municípios estabelecer gestão compartilhada para o uso dos equipamentos do NPD; f) Estabelecer cotas de aprovação por Estado e não por regiões; e) Atualização da lei que regulamenta as profissões de artísticas e técnicas; g) Papel estratégico do BNDES na industrialização do audiovisual; Pensar a modalidade fluxo contínuo para diferentes elos da cadeia produtiva.
- 05 - Implementar um Política para o setor audiovisual que contemple todos os elos da cadeia de modo conectado e interdependente, enfocando principalmente a formação, a preservação e a difusão audiovisual, enxergados atualmente como os elos da cadeia que mais precisam de regulamentação e fomento para sustentabilidade do ecossistema do audiovisual Brasileiro.

- **Eixo 02:**

- 01 – Fortalecer a presença dos(as) trabalhadores(as) da cultura nas esferas consultivas e deliberativas do setor audiovisual e cultural, incluindo grupos de trabalho temáticos, e que também garantam representatividade regional;
- 02 – Garantia de Equidade de gênero em instâncias representativas e de participação social do setor cultural
- 03 - Fortalecimento de políticas e programas de territorialização da cultura, incluindo o fomento à criação e manutenção de cineclubes
- 04 - Regulamentação da Lei 13.0006/2014 – de forma tornar a escola, por meio do cineclubismo, um espaço de convergência da comunidade escolar e seu público interno imediato e do movimento cineclubista local A regulamentação da lei deve observar a capacitação dos professores e ainda se um espaço de pensamento crítico.
- 05 - Criação, dentro da proposta do ensino do audiovisual nas escolas e da sua divulgação (cineclubes, cinema itinerante, plataformas públicas ou privadas, de streaming, etc.), de uma plataforma digital focada na perspectiva de gênero e raça.
- 06 – Focar na interiorização, de modo a levar a todos os cantos do Brasil, o audiovisual brasileiro (do ponto de vista da produção, formação, consumo), observando as dificuldades e singularidades de cada região como, por exemplo, o fator Amazônico.

- **Eixo 03:**

01 - Conectar-se com o Plano Nacional de Educação e a Lei 13.006/2014, que se encontra em processo de regulamentação – conectado com outros agentes de preservação, visando a ampliação da circulação dessas obras preservadas.

03 – Fortalecer o fomento à produção audiovisual incorporada a uma estratégia de preservação e valorização de manifestações artístico-culturais

04 - Implementação da Política Nacional de Preservação Audiovisual, como parte integrante das políticas públicas de cultura e patrimônio, que considere a complexidade e heterogeneidade do setor, com o objetivo de promover o desenvolvimento necessário da área de preservação audiovisual no Brasil. As ações devem se basear no Plano Nacional de Preservação Audiovisual, elaborado coletivamente pela Associação Brasileira de Preservação Audiovisual com colaboração de setores do audiovisual

- **Eixo 4:**

01 - Aprovação do PL 10516/2018, de autoria Jandira Feghali - PCdoB/RJ, Paulo Teixeira - PT/SP, que dispõe sobre políticas de ação afirmativa para o setor audiovisual, determinando reserva de vagas para negros, indígenas e mulheres em processos seletivos financiados com recursos públicos federais.

02 – Fortalecer ações de acessibilidade cultural, com especial atenção a processos formativos que possam promover a realização de atividades culturais contemplando diferentes perfis de público (pessoas autistas, com TDAH, dentre outras);

03 - Ampliação de ações de formação/capacitação no setor audiovisual voltadas para pessoas com deficiência, possibilitando ampliação do campo de trabalho para este público prioritário;

04 - Amplificar a intersecção entre a implementação das Leis Intensificar a intersecção entre a Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afrobrasileira e africana em todas as escolas públicas e particulares do ensino fundamental até o ensino médio e a Lei 13.006/2014 que estabelece a exibição de filmes de produção nacional como componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais

05 – Atenção às pessoas idosas e ao combate ao etarismo nas políticas de fomento;

- **Eixo 05**

01 - Promover a internacionalização da cultura brasileira, fomentando festivais, redes, e mostras, reconhecendo a poando já existentes e incentivando a criação de novas iniciativas de promoção da cultura brasileira no exterior

02 – Fortalecer instâncias e programas de formação como o Centro Técnico do Audiovisual (CTAV), a partir de sua ramificação pelo país, e programas como os Núcleos de Produção Digital (NPD's). Além de ações em parceria com a Fundaj e a CANNE.

- **Eixo 06**

01 - Regulação da adoção da inteligência artificial no país, incluindo sua regulação ética aplicada ao setor audiovisual e com respectiva fundamentação desses processos (direitos autorais, por exemplo)

02 - Garantia dos direitos autorais e conexos dos artistas na regulamentação do streaming e na inteligência artificial, com especial atenção à gestão de contratos e direitos;

03 – Fortalecimento de plataformas de streaming regionais como estratégia para ampliação de ações de fomento e difusão, a partir do fortalecimento territorial dessas iniciativas

04 – Fortalecimento de circuitos de exibição e difusão, incluindo cineclubes, mostras e festivais, TV's Públicas e canais de difusão comunitária;

CIRCO

Setorial:	CIRCO		
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde - 14:54 – 17:20
	05 de março de 2024		Manhã - 09:58 – 13:00
Relator(a)s (Nome e contato):	Dandara Perassa Coêlho dandara.coelho@cultura.gov.br	Luciana Belchior luciana.mota@funarte.gov.br	

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1.	Anna Flavia Costa Oliveira	FUNARTE
	Marcos Teixeira Campos	FUNARTE
3.	Rui Moreira dos Santos	FUNARTE
	Verônica Tamaoki	[Fala Inspiradora] – SP
	Williams Santana (Chicó)	[Fala Inspiradora] – PE

DADOS GERAIS E ABERTURA

O Encontro Setorial de Circo, realizado nos dias 04 e 05 de março de 2024, contou com a presença de 41 representantes da sociedade civil, em sua maioria delegados e artistas circenses oriundos de todas as regiões do país, entre eles quatro convidados, além dos membros da Mesa acima relacionados, das reladoras e apoios.

O encontro foi coordenado por Marcos Teixeira e pela servidora da Funarte Anna Flavia, a qual, em sua fala de abertura, apresentou os membros da mesa e da relatoria, contextualizou a 4ª Conferência, com destaque para o tema central “Democracia e Direito a Cultura”, e traçou um histórico das políticas culturais federais para o segmento. Ressaltou que o Plano Setorial de Circo, concretizando as diretrizes do setor a curto, médio e longo prazos foi aprovado em 2010 e que a linguagem do circo é contemplada na estrutura da FUNARTE desde a década de 1980, com a criação da Escola Nacional de Circo (atual ENCLO), embora uma Coordenação específica tenha sido formalizada apenas na década de 2000.

Por fim, discorreu brevemente sobre a Política Nacional das Artes – PNA, passando para Rui Moreira, Diretor de Artes Cênicas da Funarte, que fez sua apresentação, propondo “que pudéssemos dar uma salva de palma para nós mesmos, isso tem também um aspecto ritualístico, para que possamos mexer, e com essa vivacidade colocar nossos posicionamentos com respeito a esse chão. É com essa energia que a gente abre e continua, com essa potência na abertura do encontro da CNC”.

Em seguida, foram realizadas duas falas inspiradoras.

Na primeira, a Sra. Verônica Tamaoki educadora, pesquisadora e responsável pela inauguração do Centro de Memória do Circo, em São Paulo/SP, começou dizendo que está no circo há mais de 45 anos, tendo se formado equilibrista, malabarista, na primeira escola de circo do Brasil, Academia Piolin. O circo deu razão à existência de Verônica: ela saudou a comunidade circense com muita reverência, admiração e orgulho, pois fala de dentro:

“Além das artes, que ficaram conhecidas como circenses, o circo herdou dos saltimbancos a tradição nômade, a tradição de transmitir os conhecimentos de pai e mãe para filho e filha. No Brasil, a novidade do circo moderno chegou no século 19 adentrado, com a chegada das famílias tradicionais vindas de vários lugares do mundo, como o Japão, mas principalmente da Europa. E quando começaram a chegar aonde só o circo chega, foram incorporando culturas locais, tornou-se uma coisa nossa, como com o circo-teatro. E não foi somente o teatro; o festejo, o disco, o rádio, também beberam dessa fonte do circo.

É verdade que nunca foi fácil, que as dificuldades são grandes, que muito há para melhorar o setor. É preciso estimular novas escolas de circo, sem esquecer das escolas únicas e permanentes dos circos de lona. Elas absorvem os jovens, que fazem verdadeiros malabarismos para aprenderem a sua arte. Mas, apesar de todas as dificuldades que enfrenta o setor – como a necessidade de alterar/regular as leis que regulamentam os circos itinerantes de lona, as leis de incentivo (não chegamos perto do que o cinema, ou mesmo o teatro, recebem) –, temos coisas a comemorar. Não podemos deixar de saudar os jovens que se apresentam aqui, de saudar os circos que nascem como cogumelos depois de uma chuva. O que talvez seja mais importante do que o que o circo conquistou

no Brasil, é a diversidade da nossa comunidade. (...) Há que se chegar o reconhecimento do circo como patrimônio cultural, sem encará-lo como troféu. Todos os circos são nossos circos."

A segunda fala inspiradora foi do Sr. Williams Santana, artista e pesquisador de circo. Chicó inicia sua fala inspiradora cantando. Segue:

"Quanta gente de arte circense. É tudo igual, né? É nada. A gente pode e deve caminhar diferente. Mas juntos, pois somos uma tropa só; às vezes um pedaço é de um grupo, outro pedaço é de outro. A luta pela memória, a luta pela invenção dos mais jovens, a luta para reconhecer o circo como uma comunidade itinerante, equipamento cultural, de formação, para reconhecer a gente de trupe como trabalhador, a gente paga a conta de luz, a gente paga plano de saúde, a gente paga imposto. (...)

A gente precisa mostrar para as pessoas que quem nos representa somos nós; temos especificidades. Só nós sabemos como é procurar terreno sem ter. E continuamos sendo nós que chegamos aonde nada chega; porque nós fazemos pesquisa; porque nós assentamos memória; porque nós somos tecnologia; porque nós revolucionamos as artes cênicas deste país; fomos nós, circenses. A gente batalha muito, porque somos injustiçados cotidianamente: preciso falar a mesma coisa a esse gestor, a essa gestora?

A gente é feita de sangue, mas também de outra matéria. A gente toca no íntimo do âmagô; a gente vai no fundo. A nossa arte não é sabonete, prego, nós compartilhamos sonhos, vontades, ideais. E nossa esperança se retroalimenta, quando o filho de Eurico faz o que Eurico fazia e muito mais. Quando a gente faz uma pesquisa e fundamenta a história de um mestre, e que isso vai ficar pra eternidade, a gente se alimenta disso, porque a gente resiste, a gente insiste a gente acredita numa sociedade mais plural, mais inclusiva, mais diversa, porque vocês, nós somos gente de circo. Por isso que a gente tá aqui. É isso."

Na sequência das falas inspiradoras, os participantes do Encontro representantes da sociedade civil se apresentaram individualmente, trazendo, em muitos casos, sementes de discussões relacionadas aos temas propostos (relação federativa, participação social) e a outros assuntos relevantes para segmento (Circo e Patrimônio, representatividade regional, Circo-escola, Circo de Rua, fragilidades do Circo Itinerante).

Neste ínterim, a presidenta da Funarte, Maria Marighella, entrou na sala para trocar uma palavra breve com o Setorial. Discursou sobre a "convicção de que não tem política pública sem os setores, sem os movimentos. A crise faz com que haja uma atomização da luta, e a mensagem nesse sentido é a retomada da dimensão coletiva, da produção de coletividade. Política pública se conjuga no plural, e nós é mais forte que eu".

Logo após as (auto)apresentações dos participantes, os coordenadores reforçaram que no dia 04 o foco era a reflexão, e no dia seguinte, dia 05, era a articulação.

Para a primeira atividade, a sala foi dividida em dois grupos: um respondeu à pergunta "Como você acha que deveria ser a relação federativa nesse segmento?"; e outro, à pergunta "Quais formas de participação social (formulação, implementação e acompanhamento) acha adequada para o seu segmento?"

RELAÇÃO FEDERATIVA

Para estruturar a reflexão, foi indicada a sugestão de matriz das responsabilidades federativas (pensando nos eixos estruturantes da PNA). Segue uma síntese dos temas discutidos, relatados pela representante do grupo Maria Verônica Gomes:

- Criação e fortalecimento dos pactos federativos pelos municípios;
- Criação de um plano de seguridade para o futuro dos circenses;
- Criação de Marcos regulatórios;
- Não exigência de comprovante de residência – trabalho conjunto com associações e sindicatos para se criar um endereço pro circo;
- O pacto federativo deve passar por uma preparação dos terrenos para instalação das lonas, em diálogo com municípios e estados;
- O Estado deve intermediar a relação dos circenses com a Agência Nacional de Energia Elétrica;
- Mapeamento do circo/ terrenos;
- Desburocratização dos espaços públicos, criação da praça do amigo do circo, com as estruturas prontas;
- Cadastro único/ criação de uma plataforma de informação para que essas políticas e ações construídas sejam pactuadas;
- Os circenses que vivem na itinerância e ainda hoje não são visitados pelo IBGE;
- Trazer emendas parlamentares para o circo como um todo através de contato com deputados;

- Educação dos jovens e adultos dentro do circo itinerante;
- Criação de um fundo emergencial para o circo para o período das chuvas;
- Dinamização, junto à presidência do IPHAN, de um trabalho de reconhecimento das famílias de circo como patrimônio imaterial;
- Trabalhar junto ao Juizado da infância e da juventude/ Conselho tutelar a permissão de trabalho das crianças circenses nos circos;
- Descentralização das políticas públicas - fundos estaduais devem fazer esse repasse.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Para estruturar a reflexão, foi indicada a sugestão de matriz das propostas de participação social. Segue uma síntese dos temas discutidos, relatados pela representante do grupo Consuelo Vallandro:

Sobre as estruturas pré-existentes:

- Representação da sociedade civil nos conselhos (municipal, estadual, federal) – com cadeira para o circo (com orientação da formatação vinda do eixo nacional), sugestão de ter representantes dos gestores ligados ao setor do circo;
- Fortalecimento do papel dos conselhos e colegiados setoriais do circo (inclusive nacional), garantindo a representatividade da diversidade da cadeia produtiva do circo – retomar a estrutura que existia até 2016 para não partir do zero.
- Criação um Fórum nacional permanente de circo e realização de conferências nacionais para reformularem o Plano Nacional Setorial

Outras formas de participação social junto à gestão:

- Construção de instância de consulta pública aberta à comunidade de forma contínua e periódica para acompanhar a gestão, construção e execução de políticas para o circo;
- Indicação de um consultor do circo para dar apoio aos gestores para elaboração e execução de políticas públicas para o circo;
- Criação de uma instância e mecanismos para fiscalização e denúncia das etapas de execução gestão para políticas públicas;
- Busca de uma participação dos contemplados em editais/ mecanismos nas instâncias de escuta (ou pontuar pela participação);
- Necessidade de incentivar a cadeia do circo como um todo e sua articulação (dos diversos agentes) para participação social

Das responsabilidades do Estado

- Promoção do diálogo com agentes diferentes da cadeia produtiva (pesquisadores, artistas, professores, diretores, etc);
- Responsabilizar o Estado na construção destes espaços de representação (busca ativa e escuta afetiva); melhora do sistema de escuta da sociedade civil (para que ocorra de fato e não apenas pro forma);
- Parceria entre sociedade civil e gestão para construção ou aprimoramento de um mapeamento (possibilidade de usar a plataforma nacional e unificação com mapas municipais e estaduais) e homologação deste mapeamento.

Sobre outras instâncias de representatividade:

- Fortalecimento dos sindicatos como instâncias de representação;
- Fomento à criação de associações e organizações de vários segmentos do circo;
- Dificuldade de engajamento dos artistas nas instâncias de decisão (como fazer a busca ativa e propiciar estes encontros)

PROPOSTAS PRIORIZADAS

Para realização da segunda atividade, após explanação da metodologia, houve divergências sobre a maneira de se conduzir o trabalho. Foi sugerida a leitura das propostas setoriais, encaixando nos eixos esse trabalho já sistematizado nos estados. A relatoria Luciana Belchior apontou a transversalidade dos eixos esclareceu que era possível haver propostas novas, mas o Caderno de Propostas entregue precisava ser levado em consideração. Chicó observou que não era verdade que as propostas levantadas e sistematizadas nos eixos não

teriam nada a ver com o circo, pois quando se quer um percentual para a política pública para a cultura, isso tem a ver, sim, com o nosso segmento. Após outros apontamentos, decidiu-se, por maioria simples, que o grupo único fosse dividido em 6 grupos, cada um relativo a um eixo, para que fosse realizada a segunda atividade. Ao final, foram entregues às relatoras as propostas prioritárias escolhidas em cada grupo para cada eixo temático, conforme segue:

Grupo para o Eixo 1:

GRUPO DE TRABALHO 01 - GOVERNANÇA FEDERATIVA E FORTALECIMENTO DA GESTÃO

Proposta 05

Revisar os marcos legais relacionados ao complexo do Sistema Nacional de Cultura (SNC) para simplificar e desburocratizar o processo de reconhecimento das expressões culturais locais e regionais, com a garantia de inclusão da comunidade LGBTQIAPN +, da cultura hip hop, da cultura reggae, das culturas periféricas, cultura da capoeira, de rua, povos originários, quilombolas, população fronteiriça, imigrantes, comunidades ribeirinhas, pessoas com deficiência, culturas de matrizes africanas, refugiados, apátridas, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e culturas urbanas, retirando obstáculos racistas, sexistas, homotransfóbicos e quaisquer preconceitos contra as minorias, de modo a reduzir desigualdades, visando a justiça social e o acesso às políticas culturais sem nenhuma discriminação.

Códigos de origem da proposta (02): AP-E1-02; MS-E1-02 GRUPO DE TRABALHO 02 - FOMENTO E FINANCIAMENTO

Proposta 02

Garantir, em forma de lei, percentual nas tributações de impostos das big techs e, pelo menos, 2% da arrecadação nacional para o Fundo Nacional de Cultura, promovendo a descentralização e desburocratização do acesso aos editais de fomento, considerando o custo amazônico e mantendo a equidade entre as unidades federativas.

Códigos de origem da proposta (06): AP-E5-01; MA-E5-03; PI-E1-03; RN-E2-01; SE-E1-01; TO-E1-01.

Grupo para o Eixo 2:

GRUPO DE TRABALHO 03 - TERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS Sugestão do grupo: Fundir propostas 05 e 06

Proposta 05

Criar editais regionalizados de fomento e premiação, que visem promover a arte, a cultura e as manifestações populares nas regiões e municípios do interior brasileiro, distantes das capitais e do eixo litorâneo, garantindo uma divisão equânime dos recursos e contemplando todas as regiões administrativas de cada estado, com editais anuais exclusivos para o território amazônico, quantitativo de vagas para os estados do Norte e política de cotas para os municípios de pequeno e médio porte.

Códigos de origem da proposta (08): AP-E2-01; CE-E2-02; ES-E4-01; MG-E4- 01; MS-E2-01; RO-E6-02; RR-E2-02; SP-E2-02

Proposta 06

Descentralizar e democratizar as políticas de fomento e financiamento às artes e criar políticas públicas voltadas para a territorialização da cultura, a fim de garantir a autonomia dos estados para formular, planejar, ampliar e efetivar suas políticas, editais, programas, projetos e ações culturais, com foco na participação social e em comunidades e municípios periféricos.

Códigos de origem da proposta (03): BA-E2-02; ES-E2-01; TO-E6-03.

Proposta 12

Ampliar a implementação do Programa Cultura Viva, promovendo sua descentralização territorial, com recorte para os povos e comunidades tradicionais, e garantindo a diversidade cultural na seleção dos pontos de cultura e pontos de memória.

Códigos de origem da proposta (02): PI-E1-02; RN-E2-03.

GRUPO DE TRABALHO 04 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

Proposta 02

Estabelecer diretrizes para o fortalecimento, ampliação, consolidação e manutenção dos conselhos de cultura e demais instâncias de participação, em todos os níveis de governo, promovendo a governança e representatividade social no debate, elaboração e implementação de políticas públicas culturais, bem como a deliberação e fiscalização do orçamento destinado à cultura, através de: (a) ampla formação dos conselheiros;

(b) facilitação do acesso e permanência nos espaços de participação; (c) dinamização dos espaços de participação com conferências, comissões, debates, palestras, caravanas, intercâmbios entre os municípios e fóruns permanentes descentralizados; (d) desenvolvimento de mecanismos digitais de participação e de comunicação em rede; (e) comissões de diversidade cultural que considerem a transversalidade de gênero, raça e acessibilidade e; (f) cadeiras específicas que contemplem as diversas regiões e territórios, bem como povos e comunidades tradicionais, negros, pardos, indígenas, caboclos, afrodescendentes, quilombolas, ciganos, mulheres, população LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, neurodivergentes, religiões de matriz africana, cultura de rua, hip hop, artistas nômades e circenses, refugiados, imigrantes, pessoas em situação de rua, idosos e demais grupos socialmente excluídos e expressões culturais invisibilizadas.

Códigos de origem da proposta (05): AC-E4-02; RS-E2-02; SC-E4-02; T06-02; TO-E2-01

Proposta 03

Reestruturar e democratizar o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), a partir da revisão da composição e funcionamento, de modo a: (a) garantir assento para todas as setoriais e retorno da eleição de representantes pela sociedade civil; (b) instalar fóruns regionais, contemplando a representatividade de cada estado; (c) ter um olhar diferenciado para a região Norte; (d) implementar um programa de formação de conselheiros e; (e) reconhecer e garantir assento a outras e/ou novas expressões e manifestações artísticas e culturais, fortalecendo as identidades regionais, étnico raciais, de gênero e sexualidade, tais como cultura do campo, agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária, povos das águas, povos das florestas, povos ciganos, povos quilombolas, povos de comunidades tradicionais, cultura alimentar, LGBTQIAPN+, pessoa idosa, caipira, parteiras, raizeiras, benzedadeiras, entre outros.

Códigos de origem da proposta (04): AC-E2-02; AP-E2-02; SC-E1-04; T08-01.

Grupo para o Eixo 3:

GRUPO DE TRABALHO 05 - EDUCAR A CULTURA E CULTURALIZAR A EDUCAÇÃO

Proposta 01

Criar uma política descentralizada de educação cultural e patrimonial, com planos e programas intersetoriais, garantindo a inclusão da educação artística, cultural e patrimonial nos currículos escolares, de modo a promover a elaboração de projetos culturais educativos, que envolvam a integração da educação com a cultura, o fortalecimento de redes de apoio, colaboração e reconhecimento do patrimônio cultural e o estímulo a práticas e ações educativas de conservação e preservação patrimonial. Além disso, promover: (a) o desenvolvimento de publicações, cartilhas, tecnologias digitais, conteúdos culturais educativos e materiais didáticos específicos e localizados; (b) a contratação de profissionais das áreas artísticas e culturais nas escolas; (c) a formação de professores, com mecanismos de acompanhamento e avaliação; (d) a criação de cursos de nível técnico e superior que abordem a preservação do patrimônio cultural; (e) a realização de rodas de leitura, feiras literárias, exposições, saraus, oficinas, cursos, eventos, programas de formação cultural e intercâmbios com espaços culturais e; (f) a valorização das manifestações culturais e das profissões artísticas, tais como: dança, teatro, música, capoeira, audiovisual, artesanato, culturas urbanas, artes visuais, circo, cultura Hip-Hop, cultura religiosa e culturas tradicionais, indígenas e afro-brasileiras.

Códigos de origem da proposta (13): AC-E3-02; BA-E3-03; CE-E3-02; ES-E3-02; MA-E3-03; MT-E2-01; PI-E3-03; RJ-E2-02; RJ-E3-03; RS-E3-01; RS-E3-02; SE-E6-02; TO-E3-03

Proposta 02

Garantir a aprovação da Lei Nacional do Patrimônio Vivo e da Lei dos Mestres, de modo a reconhecer, proteger, promover e valorizar mestres e mestras dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais, indígenas, afrobrasileiras e da agricultura familiar, garantindo: (a) bolsas vitalícias para salvaguardar os saberes tradicionais; (b) parceria com instituições de ensino e pesquisa em busca da manutenção e preservação desses saberes; (c) outorga de títulos de notório saber e inclusão remunerada como professores nas universidades e escolas públicas, e; (d) criação de pontos de memória com cursos ministrados por mestres e mestras das culturas populares e agentes culturais, através de parcerias com escolas e universidades.

Códigos de origem da proposta (08): BA-E3-03; GO-E3-01; MS-E3-01; PA-E1-02; PE-E3-01; RJ-E3-03; SE-E3-01; T04-03.

Grupo para o Eixo 4:

GRUPO DE TRABALHO 07 - AÇÕES AFIRMATIVAS E ACESSIBILIDADE CULTURAL

Proposta 02

Promover a distribuição das chamadas públicas de fomento às políticas culturais e economia criativa em todos os municípios, de modo permanente e com foco nas diversidades, garantindo que os editais: (a) incluam incentivos específicos e cotas, de no mínimo 30%, para mulheres cis, trans e travestis, negros, população

LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, povos tradicionais e originários, grupos de cultura urbana, nordestinos e nortistas, comunidades carentes e demais populações minorizadas; (b) instituam bancas de verificação para vagas étnicas; (c) ofereçam pontuação extra para projetos culturais com responsabilidade ecológica; (d) restrinjam o financiamento público de atividades artísticas e culturais que promovam quaisquer forma de preconceito ou discriminação e; (e) prevejam a obrigatoriedade de intérpretes de libras, audiodescrição, folders em Braille, abafador, rampas, elevadores e demais garantias de acessibilidade nos eventos culturais financiados. Além disso, criar uma Coordenação de Capacitação, voltada para a formação de gestores e com ações formativas em diversidade cultural, gênero, classe, raça, território, pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, e demais populações vulnerabilizadas, a fim de que não criem obstáculos a estes grupos nos editais e políticas públicas.

Códigos de origem da proposta (09): DF-E4-01; DF-E4-02; MG-E1-03; PE-E4- 01; PI-E4-02; RN-E4-02; RO-E4-01; SE-E6-01; SP-E4-01

Proposta 03

Elaborar os editais em formatos acessíveis, utilizando ferramentas e linguagens inclusivas como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), Braille, audiodescrição, letras ampliadas e links para as pessoas com deficiência descreverem suas necessidades específicas. Além disso, criar a Coordenação de Avaliação de Acessibilidade de Editais, no âmbito da Diretoria da Promoção da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (MinC), para analisar e fiscalizar os editais culturais, a fim de verificar se estão de acordo com as legislações pertinentes, garantindo que tal coordenação seja composta por técnicos voltados a questões de acessibilidade, preferencialmente pessoas com deficiência.

Códigos de origem da proposta (02): MS-E4-02; RO-E4-01

GRUPO DE TRABALHO 08 - PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL

Proposta 08

Criar, de forma democrática e com participação social, uma política afirmativa de bolsas para artistas (Bolsa Cultura), garantindo a ampla inclusão e participação de populações e grupos historicamente invisibilizados, como povos indígenas, negros, quilombolas, povos tradicionais, pessoas com deficiência, povos das águas e das florestas, ciganos, neurodivergentes, LGBTQIAPN+, comunidades tradicionais de terreiros, cultura de rua, hip hop, artistas nômades, circenses, camponeses, caboclos, balseiros, ribeirinhos, migrantes, refugiados, pessoas em situação de rua e idosos.

Códigos de origem da proposta (02): AP-E4-01; SC-E2-01.

Proposta 12

Garantir a criação de festivais itinerantes entre estados da região amazônica, respeitando a diversidade cultural e incluindo setoriais diversos, através de políticas públicas e leis de incentivo.

Códigos de origem da proposta (01): PA-E4-02

Grupo para o Eixo 5

GRUPO DE TRABALHO 10 - FORMAÇÃO E TRABALHO NA ARTE E CULTURA

Proposta 01

Criar um sistema de proteção social aos trabalhadores da cultura e um marco legal nacional de seguridade social, garantindo mapeamento e cadastramento dos agentes culturais, atualização da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), bolsa-auxílio, renda básica, "Piracema artística", plano de carreira, seguro desemprego, direitos trabalhistas, tributários e judiciários, assistência social e habitacional, cuidados de saúde, regime previdenciário específico e aposentadoria especial considerando atividades de alto risco, através da implementação de um cadastro único e/ou quaisquer outras formas de comprovação legalmente admitidas.

Códigos de origem da proposta (16): AM-E1-02; BA-E6-02; CE-E1-02; CE-P-01; DF-E1-01; ES-E5-02; GO-E1-01; MS-E5-01; PE-E1-02; RJ-E5-01; RN-E5-01; RS-E1- 01; SP-E1-02; SP-E5-01; SP-E5-03; TO6-03.

Proposta 05

Criar e regulamentar uma Lei de Auxílio Cultural e um Programa Nacional de Auxílio Financeiro aos fazedores de cultura e trabalhadores de todas as linguagens artísticas, garantindo bolsa de incentivo (bolsa cultura), recursos para os municípios e fortalecimento dos mecanismos de fomento e financiamento da cadeia produtiva artística.

Códigos de origem da proposta (02): ES-E1-02; PE-E5-03.

Grupo para o Eixo 6:

GRUPO DE TRABALHO 12 - DIREITO ÀS ARTES

Proposta 04

(sugestão do grupo: Inserção da palavra “circos de lona”)

Garantir políticas públicas descentralizadas de financiamento para a criação, implementação, reforma, manutenção, instrumentalização e dinamização de espaços físicos e virtuais que viabilizem a realização de programas, projetos e ações culturais, tais como: (a) o Museu Digital Nacional e plataformas de mapas culturais; (b) espaços comunitários, bibliotecas, centros, casas e pontos de cultura, com acessibilidade digital e; (c) núcleos, hubs e laboratórios de produção digital 52 e apoio tecnológico, públicos, inclusivos, com acesso livre à internet e equipados com tecnologias livres e aparatos materiais para a criação e cocriação cultural nas diversas artes e linguagens digitais.

Códigos de origem da proposta (10): AC-E6-02; AL-E6-01; AP-E6-01; ES-E6-01; PA-E6-02; PE-E6-01; PI-E6-01; RO-E2-02; RS-E6-01; TO E4-02.

Proposta 10

Sugestão do grupo: priorizar a criação para as setoriais com assento no CNPC e que não possuem cursos de graduação no Brasil

Criar, fortalecer e investir em cursos de graduação nas linguagens artísticas (bacharelado e licenciatura), como forma de subsidiar a formação básica nas linguagens da arte, com ênfase na qualificação para atuação nos espaços de ensino formal e não-formal, bem como subsidiar espaços e materiais adequados para o trabalho e atuação dos profissionais da cultura, garantindo o acesso e o direito à arte.

Códigos de origem da proposta (01): MS-E6-02.

OUTROS FATOS RELEVANTES

Outras questões foram levantadas ao longo das discussões, sintetizadas aqui:

- Política que extrapole os editais, que propicie, por exemplo, o reconhecimento dos fazedores do circo e as trocas e intercâmbios entre grupos, artistas e circos;
- Fomentar a estruturação das escolas profissionalizantes/ escolas técnicas
- Pensar o circo de lona itinerante como um museu vivo – pela sua cultura de saberes e fazeres
- Retomar a oralidade nas inscrições de editais (inscrições por vídeo)
- Ampliar acesso aos recursos públicos para o circo
- Diminuir as dificuldades burocráticas exigidas aos circos itinerantes (alvará com validade para mais de uma praça, por exemplo)
- Dar uma formação de brigadista e NRs para os circenses itinerantes (buscar isenção do custo do curso)
- Verbas para estruturação dos circos itinerantes (compra de lonas, equipamentos etc.)
- Dificuldade de engajamento do setor: não conversam entre si, e aí não consegue lutar contra um decreto em uma cidade que não o permite trabalhar, por exemplo
- Garantir, no orçamento da PNAB, um percentual para o circo.

Expressões artísticas culturais afro-brasileiras

Setorial:		Expressões artísticas culturais afro-brasileiras	
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde x
	05 de março de 2024		Manhã x
Relator(a)s:		Janaína Lima	Michelle Castro

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1.	Nelson Luiz Rigaud Mendes	Fundação Cultural Palmares - Coordenador de Setorial
	Adryelle Arouche	Fundação Cultural Palmares - Coordenadora de GT

DADOS GERAIS E ABERTURA

A Conferência Nacional de Cultura (CNC) de 2024 emergiu não apenas como um fórum para discutir os temas propostos pela metodologia de condução do encontro setorial, mas também como um espaço onde questões relevantes, muitas vezes negligenciadas, vieram à tona, destacando desafios e oportunidades cruciais para a formulação de políticas culturais no Brasil.

Um dos pontos mais evidentes foi a lacuna de mais de 10 anos entre a realização das conferências. Esse hiato fragilizou significativamente a participação social na construção de políticas culturais, especialmente no que diz respeito às manifestações culturais afro-brasileiras. A falta de continuidade enfraquece os avanços alcançados em edições anteriores e prejudica a implementação efetiva das políticas culturais, deixando grupos marginalizados, como os representantes da cultura afro-brasileira, em uma posição ainda mais vulnerável.

Além disso, a insegurança quanto à metodologia e as críticas à dificuldade de acesso aos materiais foram pontos de preocupação. A disponibilização dos materiais apenas um dia antes do início da conferência gerou frustração e dificultou a preparação dos participantes. A solicitação por versões impressas, com letras aumentadas, ressaltou a necessidade de garantir acessibilidade para todos os envolvidos, incluindo aqueles com deficiência visual ou dificuldades de leitura.

A questão da acessibilidade também se estendeu ao próprio espaço físico do evento. Muitos participantes eram pessoas idosas, e a presença de escadas dificultou sua locomoção, evidenciando a necessidade de escolher locais mais adequados para garantir a participação de todos, independentemente de idade ou mobilidade.

As críticas à sinalização do espaço da conferência e às condições de acessibilidade demonstraram a importância de planejar detalhadamente a logística do evento para garantir uma experiência positiva e inclusiva para todos os participantes.

Além disso, as discussões revelaram um aspecto subjetivo significativo. Muitos participantes utilizaram o espaço como uma oportunidade para "desabafar", expressando suas frustrações e preocupações acumuladas ao longo dos anos de ausência da conferência. Isso evidenciou a necessidade não apenas de discutir questões específicas da política cultural, mas também de reconhecer e abordar as expectativas dos participantes.

A dificuldade da mesa em manter a condução conforme a metodologia proposta refletiu o desejo dos participantes de terem suas vozes ouvidas e suas preocupações consideradas. O processo de aglutinação de propostas e a priorização de algumas em detrimento de outras foram questionados, destacando a importância de garantir um processo participativo e transparente na formulação de políticas culturais.

Entre os participantes, surgiu um consenso sobre a necessidade premente de criar mais setoriais, de forma a garantir que todas as manifestações culturais tenham espaço adequado para serem discutidas e representadas.

Um dos pontos de destaque foi a insatisfação de diversos participantes que sentiram que suas áreas de atuação não estavam devidamente contempladas pela setorial em foco. Um exemplo marcante foi o questionamento levantado em relação ao hip hop, que engloba não apenas aspectos musicais, mas também dança, cultura visual e outros elementos. Muitos argumentaram que o hip hop compartilha afinidades com a setorial de música, bem como com a de manifestações culturais afro-brasileiras, destacando assim a necessidade de uma abordagem mais holística e específica para garantir sua representatividade e discussão adequada dentro da CNC.

A crítica mais recorrente foi a de que a dissolução de grupos específicos fragiliza as articulações e compromete a representatividade das manifestações culturais, especialmente aquelas relacionadas à cultura afro-brasileira.

A ideia de uma setorial guarda-chuva, que abarca diversas expressões culturais, foi considerada insuficiente para abraçar toda a diversidade e complexidade dessas manifestações.

Além disso, houve um forte anseio por um melhor entendimento e abordagem das manifestações culturais afro-brasileiras, especialmente no que diz respeito à religião e religiosidade de matriz africana/afro-brasileira. Muitos participantes expressaram a necessidade de uma discussão mais aprofundada e inclusiva sobre esses temas, reconhecendo sua importância cultural e histórica para o Brasil.

Essas reflexões evidenciaram a importância de repensar a estrutura das setoriais e garantir uma representatividade mais abrangente e precisa das diversas manifestações culturais presentes no país. A criação de novas setoriais e uma abordagem mais sensível e inclusiva são fundamentais para garantir que a CNC seja verdadeiramente representativa e capaz de abordar as complexidades e diversidades culturais do Brasil.

RELAÇÃO FEDERATIVA

Os participantes destacaram a importância de uma maior articulação e cooperação entre os diferentes entes federativos - União, Estados e Municípios - na formulação e implementação de políticas culturais.

Uma das principais questões levantadas foi a necessidade de descentralização das políticas culturais, garantindo uma maior autonomia e protagonismo dos estados e municípios na gestão de seus próprios recursos e na definição de suas prioridades culturais. Muitos participantes ressaltaram a importância de reconhecer e valorizar a diversidade cultural presente em cada região do país, adaptando as políticas culturais de acordo com as necessidades e realidades locais.

No entanto, também foram apontados desafios significativos para a efetivação dessa descentralização, como a falta de recursos e estrutura técnica em muitos municípios e estados, bem como a necessidade de uma maior integração e alinhamento entre as diferentes esferas de governo.

Outro ponto de destaque foi a importância de fortalecer os mecanismos de participação e controle social na elaboração e implementação das políticas culturais em todos os níveis federativos. Os participantes enfatizaram a necessidade de ampliar o diálogo com a sociedade civil, garantindo uma maior transparência e legitimidade nas decisões relacionadas à cultura.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

As discussões sobre participação social foram fundamentais para reforçar a importância do envolvimento da sociedade civil na construção e implementação de políticas culturais. Os participantes destacaram a necessidade de ampliar e fortalecer os mecanismos de participação, garantindo que diferentes grupos e comunidades tenham voz e representatividade no processo decisório.

Um dos pontos abordados foi a importância de promover uma participação mais inclusiva e diversificada, garantindo a representação de diferentes segmentos da sociedade, incluindo povos indígenas, comunidades quilombolas, artistas independentes, entre outros. Foi ressaltada a necessidade de superar barreiras de acesso e garantir que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais de participar e contribuir para a formulação das políticas culturais.

Além disso, os participantes enfatizaram a importância de fortalecer os espaços de diálogo e debate entre o poder público e a sociedade civil, garantindo uma maior transparência e prestação de contas por parte dos órgãos governamentais. Foi destacada a necessidade de criar canais de comunicação mais eficazes e acessíveis, que permitam uma maior interação e troca de informações entre os diferentes atores envolvidos na formulação e implementação das políticas culturais.

Outro ponto relevante foi a importância de garantir uma participação efetiva e significativa das comunidades na gestão e preservação do patrimônio cultural, reconhecendo sua importância como guardiões e protagonistas da cultura local. Os participantes ressaltaram a necessidade de promover uma maior conscientização e valorização do patrimônio cultural em todas as suas formas, incentivando a sua proteção e promoção por meio de iniciativas participativas e colaborativas.

PROPOSTAS PRIORIZADAS

As discussões sobre as propostas priorizadas abrangeram uma ampla gama de temas essenciais para o desenvolvimento e fortalecimento do setor cultural no Brasil. Cada uma das propostas selecionadas como prioridade recebeu atenção especial e foi objeto de debates detalhados e construtivos.

No Eixo 1, que trata da institucionalização, marcos legais e Sistema Nacional de Cultura, as propostas enfocaram a urgência de aprovar e regulamentar legislações fundamentais para o fomento à cultura, como o PL 3905/2021, o PL 9474/18 e a PEC 150/2003. Os participantes ressaltaram a importância de descentralizar os recursos, ampliar a participação social e simplificar os processos de acesso e prestação de contas. Além disso, destacaram a necessidade de consolidar e implementar plenamente o Sistema Nacional de Cultura, garantindo a reestruturação e o pleno funcionamento de seus elementos em todos os estados e municípios.

No Eixo 2, que aborda a democratização do acesso à cultura e participação social, as propostas visam criar um plano nacional de espaços culturais, fortalecer bibliotecas públicas e escolares e promover a formação de jovens comunicadores para preservar e disseminar as tradições culturais.

No Eixo 3, voltado para identidade, patrimônio e memória, as propostas enfocam a criação de políticas descentralizadas de educação cultural e patrimonial, o mapeamento e proteção do patrimônio histórico-cultural, e a valorização das manifestações culturais populares e das religiões de matriz africana.

No Eixo 4, que trata da diversidade cultural e transversalidades de gênero, raça e acessibilidade na política cultural, as propostas buscam promover a acessibilidade na cultura e nas artes, criar diretrizes específicas para culturas marginalizadas e assegurar editais de ampla circulação para promover a digitalização de registros culturais.

No Eixo 5, relacionado à economia criativa, trabalho, renda e sustentabilidade, as propostas visam fomentar a economia criativa, garantir direitos trabalhistas e promover o desenvolvimento de políticas de fomento à criação, circulação e preservação das artes e linguagens digitais.

No Eixo 6, que aborda o direito às artes e linguagens digitais, as propostas visam construir políticas públicas de fomento à criação e circulação das artes digitais, garantir a inclusão digital e promover o financiamento de espaços físicos e virtuais para a realização de projetos culturais.

NOVAS PROPOSTAS

Para o Eixo II - Aprimorar a plataforma Mapa Cultural. Que se torne acessível a todos os fazedores de cultura a gestores culturais, de forma que os Municípios e Estados tenham responsabilidade da alimentação e manutenção com estratégia da busca ativa e oralidade dos povos e comunidades tradicionais de terreiros, povos originários indígenas e ciganos, com a finalidade é identificar e cadastrar os fazedores de cultura a nível nacional, buscando assim, promoção de fomento, formação continuada e acessibilidade às políticas públicas de cultura.

Para o Eixo III - Que o Conselho Nacional de Cultura reconheça os Povos de Matriz Africana em seus vários segmentos, como agentes e fazedores de cultura, como preservadores e mantenedores dos saberes e fazeres culturais ancestrais, disseminados pela vivência e oralidade, em diversos territórios, levando em consideração suas especificidades.

Cultura Indígenas

Setorial:		Cultura Indígenas	
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde
	05 de março de 2024		Manhã
Relator(a)s (Nome e contato):		Iuri Lapa lurilapa@gmail.com	ALAN MATOS alan.matos@palmares.gov.br

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1.	Karina Gama	MinC
2.	Gisele Dupin	MinC
3.	Márcia Rollemberg	MinC
4.	Daniel Munduruku	Escritor e Artista Indígena Sociedade Civil
	Davi Kopenawa	Liderança indígena Sociedade Civil
	Naine Terena	MinC
	Daiara Tukano	CNPC
	Junior Xukuru	CNPC

DADOS GERAIS E ABERTURA

60 pessoas pessoas estavam presentes

Data: 4 e 5 de março de 2024

Local: 4ª Conferência Nacional de Cultura

Introdução

O Encontro Setorial Culturas Indígenas, realizado como parte da 4ª Conferência Nacional de Cultura, ocorreu nos dias 4 e 5 de março de 2024, reunindo delegadas e delegados setoriais eleitos, representantes de diversas comunidades indígenas, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil. O Encontro Setorial teve como objetivo discutir políticas culturais voltadas para os povos indígenas do Brasil, promovendo o diálogo, a troca de experiências e a formulação de propostas para fortalecer e valorizar as culturas indígenas na 4ª CNC.

Os **Encontros Setoriais** referidos no inciso VI terão caráter mobilizador, propositivo, eletivo e consolidativo e, buscam garantir a presença do debate setorial e da representatividade dos diversos segmentos artísticos e culturais em todas as etapas de realização das conferências, sendo de responsabilidade dos Estados e Distrito Federal regulamentar seu formato de realização no âmbito das Conferências Estaduais, a fim de garantir a eleição de delegados, de forma legítima pelos próprios setores, para os Encontros Setoriais na Etapa Nacional.

Atividades Iniciais

As atividades do encontro iniciaram com uma homenagem a um falecido parente, o Cacique Merong Kamakã Mongoió, do povo pataxó hã-hã-hãe, assassinado na manhã de segunda-feira (4), em Brumadinho (MG). As lideranças indígenas estavam na defesa de seu próprio povo como na de outros, como os kaingang, os xokleng e os guarani. As atividades foram seguidas por rituais, rezos e cantos indígenas, em respeito às tradições indígenas.

Falas Inspiradoras e Contribuições

Karina Gama – Diretora de Promoção da Diversidade (SCDC) do MinC

Destacou a importância do Encontro Setorial de Culturas Indígenas, como parte da 4ª CNC 1, informou um balanço das ações realizadas desde a reconstrução do Ministério da Cultura, trazendo a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, com informes do Prêmio Cultura Viva Vovó Bernaldina e as proposições que deveriam ser apresentadas a partir deste encontro.

Márcia Rollemberg – Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC

Realizou breve histórico do GT e do Colegiado Indígena, cujos trabalhos levaram à criação das cadeiras indígenas no CNPC. Lembrou a realização, pela SCDC, dos editais de premiação para as Culturas Indígenas e do edital de 2024, Sérgio Mamberti, bem como a criação de Pontões de Cultura territoriais e do Pontão de Culturas Indígenas Terra Mãe, também selecionados via edital público, e ainda a bonificação para as inscrições de pessoas indígenas no edital Construção Nacional Hip-Hop. Lembrou que as comunidades indígenas nos ajudam a ampliar a visão de que a Terra e a natureza são sujeitas de direito, e que há muito ensinamento e aprendizados nesse campo e no campo da inovação, bem como nos campos da saúde, da educação, do desenvolvimento agrário, da cultura alimentar e da economia, campos que precisamos integrar para desenvolver uma política que beneficie a todos. “Nesta roda de conversa de hoje, vamos refletir como as culturas indígenas estão inseridas no Sistema Nacional de Cultura; se estão presentes, por exemplo, nos conselhos municipais de cultura”.

Naine Terena – Diretora SEFLI do MinC:

Enfatizou a importância da presença indígena em todas as esferas do governo, destacando a capacidade dos indígenas de ocupar qualquer profissão.

Ressaltou seu compromisso em contribuir com o Ministério da Cultura para promover ações indígenas, incluindo a valorização da produção literária e da economia criativa. Abordou que a aplicação da Lei 1.245 é fundamental e estamos em diálogo com o MEC para garantir a presença dos mestres nas escolas e na universidade. É difícil e burocrático. Mostramos aos não indígenas que temos capacidade de estar em qualquer lugar. Precisa vir mais gente, precisamos de mais indígenas. Precisamos estar em várias reuniões, pois são muitas as pautas que nos dizem respeito”. Falou também sobre a questão da saúde mental, recomendando que as pessoas indígenas que estiverem em sofrimento falem a respeito.

Alertou sobre os desafios enfrentados pelas mulheres indígenas em relação à saúde mental e violência, destacando a necessidade de apoio e conscientização.

Taís Werneck - Representante do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional):

Destacou a importância das línguas indígenas na transmissão de saberes e tradições, bem como os esforços para fortalecer e valorizar essas línguas. Mencionou iniciativas para inventariar e proteger o patrimônio cultural indígena, reconhecendo sua relevância na identidade nacional.

Shirley PanKará – Coordenadora-Geral do Ministério dos Povos Indígenas:

Abordou o reconhecimento dos direitos indígenas e a diversidade de desafios enfrentados pelas comunidades, incluindo a representação inadequada em pesquisas e mídias. Destacou a importância da inclusão da literatura indígena na educação formal e a intersecção da cultura com outras áreas, como saúde e educação.

Lucimara Paté - Co-fundadora da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas:

Enfatizou a valorização da memória e da preservação cultural indígena, destacando a importância das mulheres na guarda dos conhecimentos tradicionais.

Apelou pelo reconhecimento e respeito às culturas indígenas, denunciando a violência e a discriminação enfrentadas pelas comunidades.

Daniel Munduruku - Escritor e autor, Setorial do Livro, Leitura e Biblioteca:

Expressou gratidão pela oportunidade de participar, destacando a contribuição única das culturas indígenas para a sociedade brasileira.

Defendeu a importância da participação política e do uso da tecnologia para promover a causa indígena, ressaltando a necessidade de demarcação de terras e valorização cultural.

Maurício Fonseca - Contribuidor para o Plano Setorial das Culturas Indígenas e para a retomada da Política Nacional de Cultura para os Povos Indígenas:

Enfatizou a importância da transformação da política cultural indígena em lei para garantir sua proteção contra retrocessos. Destacou a necessidade de valorização da memória e participação das comunidades indígenas na construção de políticas públicas.

Convidado a falar porque é uma espécie de guardião de parte da memória do trabalho realizado pelo MinC na construção de políticas públicas de cultura para os povos indígenas, afirmou que o marco inicial aconteceu em

2004, no Fórum Social Mundial, onde algumas organizações indígenas propuseram ao MinC a construção de uma política para os povos indígenas. “Dali saiu um documento que foi acolhido pelo MinC, que criou um GT em 2005. Esse GT era paritário e trabalhou de 2005 a 2009. Dali nasceu o Plano Setorial de Culturas Indígenas, o Prêmio Culturas Indígenas e o edital. A partir dali, conseguimos substrato para propor ações concretas. O prêmio culturas indígenas trouxe pontos importantes: (1) o protagonismo; uma organização indígena se encarregava de executar a proposta; definimos a oralidade nas inscrições e que só organizações indígenas podiam acessar os recursos. Todo o perfil do prêmio foi calcado na cultura como modo de vida. O recurso era via Petrobrás, o que criou algumas dificuldades em algum momento, porque era preciso negociar com a CNIC, que não entendia a realidade indígena; (2) Outra questão fundamental do prêmio foi a articulação de organizações indígenas e indigenistas, universidades, prefeituras, governos estaduais e outras organizações que permitiram a divulgação do prêmio, o apoio e articulação para as inscrições, o que deu ótimos resultados, tanto que a 3ª edição aproveitou inscrições na 2ª edição, e ao todo tivemos a participação de mais de 1.100 projetos que percorrem todas as dimensões e expressões das culturas indígenas; (3) Algumas questões fundamentais do prêmio são o modelo de gestão e o financiamento, além da sistematização das informações e o retorno aos povos indígenas. O Plano Setorial das Culturas Indígenas começou a ser debatido em 2009 e sua aprovação aconteceu em novembro de 2009. Ele inclui três macro programas que contemplam todo esse leque: memória, culturas materiais e economia criativa, gestão e participação social indígena, com espaços para elaborar e para fazer a implementação das políticas para os indígenas, com espaços institucionais nos ministérios ocupados por indígenas. Tivemos dois Fóruns Nacionais das Culturas Indígenas, em 2013 e 2015. Não se avançou muito na implementação do Plano Setorial, mas o Colegiado foi reformulado e retirou-se as cadeiras para não-indígenas. Em função do golpe de 2016, o processo do Plano Setorial foi paralisado. A destruição tão fácil nos leva a refletir porque isso aconteceu e se é importante que as conquistas da cultura sejam transformadas em lei, para dificultar sua destruição. Escrevi uma matéria sobre esse processo histórico e foi difícil conseguir os documentos, porque eles se perderam. Isso pode ajudar na construção da pauta que será discutida aqui na CNC. Foi um processo muito rico, que contou com representantes indígenas.”

Anapuaka Tupinambá - Conselheiro municipal do Rio de Janeiro:

Destacou a importância da participação indígena nos conselhos de cultura e a necessidade de apropriação dos espaços culturais. Convocou os indígenas a se envolverem na construção de políticas públicas e a deixarem um legado para as futuras gerações.

É conselheiro municipal no Rio de Janeiro, sendo a primeira vez que o Conselho de Cultura do Rio de Janeiro tem um representante indígena. “Foi difícil conseguir essa representação e é importante entender por que algumas lideranças não estão aqui. Me pediram para falar algo inspirador e ser inspirador é a ocupação. O histórico que ouvimos foi muito importante. A comunicação foi uma ferramenta muito importante para impulsionar o processo de promoção das culturas indígenas, mesmo quando não somos contemplados com políticas públicas. Estou criando um banco indígena, o que é um projeto cultural. Sempre trabalhei consultando o Plano Setorial das Culturas Indígenas. Ele nos ajuda a entender a ocupação. Quase não temos conselheiros municipais indígenas. E isso é muito importante. Em agosto teremos no Rio de Janeiro um edital próprio para os indígenas, pela primeira vez. Precisamos começar a refletir sobre essa nova resolução de Ocupar. E quantos planos estaduais de cultura têm a participação e/ou contemplam as culturas indígenas? Precisamos estar nesses espaços. Todo mundo acha que tudo o que diz respeito aos indígenas é responsabilidade da Funai, mas não é. O que o Maurício contou aqui está ligado ao legado de outros que vieram antes de nós. Isso é ancestralidade. Precisamos construir o nosso caminho a partir do que nós queremos. Tenho o maior orgulho de ter participado da elaboração do Plano Setorial de Culturas Indígenas.”

Daiara Tukano – Conselheira do CNPC- Minc

Enfatizou a transversalidade da cultura indígena e propôs medidas para fortalecer a cultura, incluindo a criação de um museu nacional dos povos indígenas.

Convocou os povos indígenas a se organizarem e atualizarem os dados sobre pontos de cultura e memória.

“Estamos em um momento de retomada da memória e da cultura. Os povos indígenas podem estar em todos os lugares. Minha área é o direito. Estamos lutando para a criação da Comissão da Memória dos Povos Indígenas. O nosso tema talvez seja o mais transversal de todos os temas porque todas essas políticas são estratégicas para as culturas indígenas. Todos os direitos que nós temos são direitos culturais. Chegou o momento de criar essa pasta de formação de produtores culturais dentro das nossas organizações. Desde 2023, tivemos muitos editais para as nossas culturas. Um exemplo importante é a Rede de Museus Indígenas, que estão mantendo a nossa cultura viva, a nossa memória viva. Por isso, peço à APIB, COIAB, ARPIN e muitas outras que possam criar esses espaços para fortalecer essa pauta fundamental para a continuidade das nossas políticas. Quero citar aqui o MRE e o Museu do Índio, que agora vai se chamar Museu Nacional Indígena. O Brasil não tem um museu importante sobre as nossas culturas. Por quê? O que falta? Estamos nos articulando para ter um terreno no Rio de Janeiro para construir um museu importante onde possamos reunir artefatos que nos foram roubados e estão os museus da Europa e de outros países. Precisamos articular diversos ministérios para a repatriação

deles. Precisamos de uma assessoria ou de uma coordenação indígena na estrutura do MinC, porque hoje não existe ninguém. O Estado tem a obrigação de implementar políticas para os povos indígenas. Precisamos organizar os dados sobre os Pontos de Cultura Indígenas e os Pontos de Memória, e precisamos criar mais Pontos de Cultura. Nada será feito nem dito sem nós.”

Junior Xukuru - Conselheiro do CNPC- Minc

Reivindicou a preservação da cultura indígena e a defesa do território contra invasões, destacando a importância da representatividade e identidade indígena.

Chamou os povos indígenas à ação e reflexão, incentivando a união e o diálogo para defender seus direitos e territórios.

David Kopenawa

Fez uma saudação na língua Yanomami e lembrou que a mãe Terra é que nos ensinou cultura. “Estamos sentados na barriga da nossa Mãe Terra. A nossa cultura é diferente, tem casa diferente, moradia diferente, pensamento diferente. Temos direito de permanecer onde nascemos. Vamos experimentar falar a língua do branco, porque o branco quer discutir a nossa cultura tradicional.” Explicou que a Terra Yanomami está dividida entre Roraima e Amazonas e que “os indígenas hoje estão pensando como o branco porque a cultura do branco é muito forte e ele sabe dominar. A minha cultura é diferente, mas é nossa mãe. Não podemos abandonar. A cultura é nossa saúde, é nossa língua, é nosso cuidar. É respeitar nossa floresta. O jovem precisa escutar sempre a liderança. Não posso deixar abandonar a minha língua; preciso permanecer onde estão enterrados meus ancestrais. Fomos criados com o Mami, que cada um chama de um jeito diferente, mas o nosso pai é um só, a nossa mãe é uma só. O arquiteto Yanomami amarra com cipó, não usa prego. Nossa casa é aberta, é viva; olhamos os pássaros passando e cantando. Nossa matemática é diferente. O português não é minha cultura.”

Alexandre Santini - Presidente da Casa de Rui Barbosa:

Relembrou momentos históricos de mobilização cultural indígena e anunciou um acordo de cooperação técnica para promover a cultura indígena. Convocou os indígenas a participarem ativamente da conferência e a defenderem suas vozes e prioridades nas políticas culturais nacionais.

Juliana Xukuru –liderança indígena XuKuru

Informa que a CNIC [Comissão Nacional de Incentivo à Cultura] já tem representante indígena, embora seja só uma pessoa, o Avani Fulni-ô, de São Paulo, como representante da ARPIN Sudeste.

Conclusão

O Encontro Setorial Culturas Indígenas foi marcado por debates inspiradores para fortalecer a cultura indígena no Brasil. As diversas vozes representadas demonstraram a diversidade e a riqueza das tradições indígenas, enquanto as contribuições dos participantes ressaltaram a importância da participação ativa dos povos indígenas na construção de políticas públicas que valorizem sua cultura e identidade.

Este relatório reflete as discussões e contribuições apresentadas durante o encontro, destacando a necessidade de uma abordagem específica para e com os povos indígenas do Brasil.

Dia 05 de março – Terça-feira

A setorial Culturas Indígenas foi aberta às 9h50, dia 5 de março de 2024, com coordenação da diretora Karina Gama e da coordenadora Giselle Dupin. A abertura contou com a apresentação geral de todos os presentes. Toré, cantos e falas foram entoados. Lamentou-se a morte de vários indígenas, seja por meio de violências físicas ou por negligência na área da saúde.

Juliana Xukuru falou em levar para a CNIC a moção de se fazer do Acampamento Terra Livre um Pontão de Cultura, proposta por Júnior Xukuru. O ATL ocorrerá esse ano.

Daiara Tukano pediu que todos sejam acomodados, cuidados, alimentados. Que o transporte seja garantido. Falou em continuar as atividades de discussão das propostas na parte da tarde nas sessões autogestionadas.

Várias situações de abuso foram relatadas. Inclusive abuso policial pela cidade.

Os presentes criticaram a falta de representatividade da cultura indígena nas apresentações artísticas da abertura da 4.CNC que contava com a presença do Presidente Lula. A falta de diárias para os convidados foi apresentada como uma das causas para as necessidades dos participantes. Daiara Tukano criticou a ausência

da Sonia Guajajara no palco com os demais ministros do governo. Clamou (representante cujo nome perdi) falou que os indígenas precisam estar presentes em todos os Eixos, e levar propostas e melhorias.

Juliano da Chapada dos Veadeiros mencionou o projeto Aldeia Multiétnica, citando alguns representantes, mencionando o encontro que ocorreu em julho. Falou que é um ponto de cultura. Desde 2005. Está em processo de virar pontão. Mas que o edital está complexo e difícil de submeter. Acabou sendo submetido, o único que foi inscrito. Prevê a formação de 20 jovens indígenas para ser agentes culturais.

Márcia Rollemberg reiterou a necessidade de se estar presente e defendeu uma moção de defesa aos indígenas, devido às muitas mortes ocorridas. Defendeu desde bolsas para jovens até bolsa para os pajés e os guardiões dos saberes. Agradeceu aos povos pela presença, pelo encantamento e pela sabedoria que trouxeram.

Às 12h39 encerrou-se às atividades.

Propostas Definidas:

RELAÇÃO FEDERATIVA

Houve discussão da relação federativa

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Os temas que refletem a importância da participação social e do diálogo intercultural na formulação e implementação de políticas públicas de cultura direcionam-se à promoção dos direitos e à preservação das culturas indígenas.

Elencamos os temas abordados a seguir:

1. **Abertura para Diversidade:** a importância de incluir as comunidades indígenas nos espaços de discussão e tomada de decisões, reconhecendo sua contribuição para diversos campos, como ambiente, saúde, e educação.
2. **Luta por Políticas Públicas:** a importância de lutar por políticas públicas que promovam e preservem as culturas indígenas, garantindo seus direitos culturais e territoriais.
3. **Participação em Instâncias de Decisão:** destaca-se a importância de ter representantes indígenas em instâncias de decisão, como os conselhos municipais de cultura, para garantir que as necessidades e perspectivas dos povos indígenas sejam consideradas.
4. **Valorização da Cultura e Identidade:** ênfase para a importância de valorizar as culturas indígenas e defender seus direitos culturais como forma de preservar a identidade dos povos indígenas.
5. **Renovação e Ocupação de Espaços:** destaque para a importância da renovação constante na defesa das culturas indígenas e a ocupação de diferentes espaços com uma resposta nova e criativa.
6. **Articulação e Diálogo Interministerial:** a necessidade de articular diversos ministérios para repatriar artefatos indígenas e implementar políticas públicas eficazes para os povos indígenas.

PROPOSTAS PRIORIZADAS

Houve discussão de priorização das propostas existentes? Se sim, apresentar o breve relato e as proposta priorizadas.

Não houve.

NOVAS PROPOSTAS

Houve discussão de novas propostas? Se sim, apresentar o breve relato e novas proposta.

Durante a tarde de terça-feira (05), as atividades do Encontro Setorial Culturas Indígenas deram sequência com o objetivo de pactuar propostas para inclusão nas plenárias da 4ª CNC, foram definidas as seguintes propostas para fortalecer e valorizar a cultura indígena no Brasil:

Criação e Implementação do Plano Nacional de Culturas Indígenas:

Propõe-se a elaboração e execução de um Plano Nacional de Culturas Indígenas, de natureza transversal, em conformidade com os modos de ser indígenas. Este plano será desenvolvido em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas, bem como outros Ministérios e instituições governamentais que possam se associar a este plano.

O processo de elaboração do plano será conduzido em conjunto com as lideranças e organizações indígenas articuladas, por meio de suas redes de atuação locais, regionais e nacionais, além de instituições parceiras. O plano terá como objetivo principal promover políticas culturais inclusivas e respeitadas com a diversidade das culturas indígenas do país.

Criação do Fundo das Culturas Indígenas:

Propõe-se a criação de um Fundo das Culturas Indígenas para financiar projetos e iniciativas que visem à preservação, valorização e promoção das culturas indígenas brasileiras.

Este fundo será gerido de forma participativa, com a participação das comunidades indígenas na definição de prioridades e na avaliação dos projetos apoiados. Além disso, serão estabelecidos mecanismos de transparência e prestação de contas para garantir a efetiva utilização dos recursos.

Criação da Cadeira Indígena para o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) no CNPC (Conselho Nacional de Política Cultural):

Propõe-se a criação de uma cadeira indígena no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

Essa cadeira garantirá a representatividade e a participação órgão governamental nas decisões e diretrizes relacionadas à política cultural nacional. A inclusão dessa cadeira permitirá uma interlocução direta entre MinC e MPI de forma mais efetiva nas políticas públicas culturais do país.

Essas propostas foram apoiadas durante o encontro, refletindo o compromisso das diversas partes interessadas em fortalecer e valorizar as culturas indígenas do Brasil. A implementação dessas medidas contribuirá significativamente para a promoção da diversidade cultural e o respeito e o amplo exercício dos direitos culturais dos povos indígenas.

Que discussões relevantes surgiram no grupo que não se relacionaram aos temas propostos (relação federativa, participação social e propostas)?

OUTROS FATOS RELEVANTES

Algumas falas, como as de Daiara Tukano e Júnior Xucuru, abordam a necessidade de repatriação de artefatos indígenas e a falta de um museu importante no Brasil para abrigar esses itens. Embora relevante para a preservação cultural, esse tema não parece estar diretamente ligado às discussões da 4ª CNC sobre políticas culturais e a inclusão das culturas indígenas no Sistema Nacional de Cultura.

ENCAMINHAMENTOS

Houve encaminhamentos? Quais?

As diretrizes apresentadas para a implementação das propostas apresentadas durante o Encontro Setorial Culturas Indígenas consideram:

1. Criação e Implementação do Plano Nacional de Culturas Indígenas:
 - a. Criação de grupo de trabalho interministerial, em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas e outras instituições governamentais relevantes, para elaborar o Plano Nacional de Culturas Indígenas.
 - b. Garantir a participação ativa e representativa das lideranças e organizações indígenas, por meio de suas redes de atuação, durante todo o processo de elaboração do plano.
 - c. Atualizar o Plano Setorial das Culturas Indígenas
 - d. Criação da Cadeira Indígena para o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) no CNPC:

Culturas Populares e Tradicionais

Setorial:		Culturas Populares e Tradicionais	
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde
	05 de março de 2024		Manhã
Relator(a)s		lara Zanon	Carolina Freitas
(Nome e contato):		lara.zannon@cultura.gov.br	Caroline.freitas@cultura.gov.br

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1.	Marcelo Manzatti	Antropólogo e Pesquisador _ São Paulo
	Mestra Rainha Bela	Rainha do Congo do Estado de Minas Gerais
3.	Sandra Cipriano	SCDC – Coord Geral
	Tião Soares	SCDC – Diretor de Promoção das Culturas Populares

DADOS GERAIS E ABERTURA

175 no primeiro dia e 200 pessoas no segundo dia

Quais foram as falas inspiradoras e o que abordaram (sinteticamente)?

1) Plano Nacional às culturas Populares e Tradicionais e Criação do Comitê Técnico à sua elaboração

2) Políticas setoriais de cultura do Brasil: histórico e perspectivas

Que discussões relevantes surgiram no grupo que não se relacionaram aos temas propostos (relação federativa, participação social e propostas)?

Muitas questões:

O lugar das culturas populares e tradicionais na Política do Minc; Orçamento público às culturas populares e Tradicionais; Política para Mestras e Mestres das Culturas Tradicionais; Lei nacional dos Mestres dos Saberes e dos fazeres das culturas Populares e Tradicionais

RELAÇÃO FEDERATIVA

O governo de gestão centraliza as pautas;

- Relação entre União, estados, DF e municípios deve melhorar para criar leis e aprovar a Lei dos Mestres e Mestras
- Os municípios precisam dar condições para os fazedores de cultura fazerem só a cultura deles
- Os recursos precisam ser repassados antes do Festejo de Reisado, que ocorre em dezembro/janeiro
- Respeitar os Quadrilheiros, sem politicagem
- Regulamentação de 30% dos recursos da Aldir Blanc para as culturas populares e periferias
- Estabelecer a educação patrimonial no Brasil como conteúdo programático de salvaguarda das culturas populares
- Desburocratizar as prestações de contas dos projetos
- Pasta específica das Culturas Populares e Tradicionais nos municípios
- Adesão dos municípios ao SNC, ter conselhos em todos os municípios
- Representação de todos os segmentos culturais nas escolas
- Mapeamento das culturas populares
- Celeridade nos recursos de recursos para programas e projetos
- Inclusão dos Mestres/Mestras para formação nas escolas
- Segurança jurídica interfederativa para implementação de leis e ações
- Pressionar o Legislativo para ter o Sistema Nacional de Cultura aprovado e sancionado

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Abaixo síntese das discussões:

- Ter setorial do hip-hop, povos ciganos como povos tradicionais, como ponto de pauta dos conselhos
- Exigir que os municípios tenham Conselho para receberem recursos
- Técnicos trabalhadores da cultura precisam se fortalecer para reconhecimento, visibilidade e acesso a editais e fomento
- Articulação entre os conselhos e as periferias para ampliação de representatividade
- Participação social para definir o uso dos recursos

PROPOSTAS PRIORIZADAS

Dois dias intensos de discussões sobre as propostas.

1. O estado é centralizado na extrema direita e precisa-se pensar como conseguir ter projetos aceitos. A cultura é remédio para o fascismo. A setorial do hip-hop deve ser ponto de pauta.
2. A relação interfederativa deve melhorar para aprovação das leis, das leis dos Mestres e Mestras
3. É preciso que o município crie condições para que as pessoas façam cultura e que possam ter suas leis, seus conselhos, com a participação social. A partir dos Conselhos que a cultura terá voz. Não repassar recursos se o município não tiver conselho
4. Que a União dê oportunidades e recursos para o reisado nas ruas. O reisado ocorre em dezembro e janeiro e há grande dificuldade de conseguir recursos nessa época.
5. É preciso ter recurso com antecedência para acontecer a cultura. Pela Lei dos Mestres.
6. Espera que o governo respeite os fazedores de cultura sem politicagem.
7. Participação de estados, DF e municípios é a Aldir Blanc. Precisamos determinar 30% para as culturas populares e periferias. O Governo Federal precisa regulamentar isso.
8. Fazedores de cultura da base param de fazer sua cultura para fazer outros ofícios. Cultura tradicional também é cultura técnica e os trabalhadores da cultura precisam fortalecer a tradição e visualizar os fazedores de cultura como beneficiários dos editais ao longo do ano, para eles se enxergarem.
9. Havia o Programa Mais Educação – precisa-se pensar e estabelecer a educação patrimonial no Brasil.
10. Pasta específica da Cultura Popular com representação nos municípios. Desburocratização das prestações de contas dos projetos.
11. Muitos municípios não têm Conselho de Cultura e são de extrema direita, o que traz muitos problemas para o reconhecimento da cultura regional. É necessário ter conselho e ter isso dentro dos municípios.
12. Os conselhos não têm área para a produção cultural. Os produtores que movimentam a cultura e falta a base da produção nos conselhos. A cultura popular precisa ser representada pelo povo, por quem faz, pelos produtores de cultura.
13. Problemas com a comunicação entre os municípios, o estado e a União. E não tem conselhos. E tem municípios que não respeitaram a Lei Paulo Gustavo e a Lei Aldir Blanc. Agora o movimento estadual é para levar o tradicionalismo para as escolas, mas devem levar a todos os outros segmentos.
14. O movimento autogestionado dos povos. O governo federal precisa fomentar mais os encontros nacionais. E há dificuldade de participar dos conselhos por pessoas das periferias. Os conselhos precisam ir até as periferias.
15. Os conselhos têm dificuldade com governos de direita e são formados por apoiadores da gestão e não das políticas públicas. Precisa pensar em barrar o direcionamento de pauta dos conselhos e ter participação social para apresentação de pautas.
16. A sociedade civil tem muita dificuldade nas demandas do dia a dia do conselho. Implementação do SMC para políticas públicas de indução, incentivos para adesão dos municípios.
17. Municípios sem secretaria de cultura iam ser penalizados. Tem departamento que recebe recursos e a pauta é a assistência social, e não, a cultura. Falta secretaria, conselho... A União precisa determinar que os recursos serão repassados para órgãos específicos da Cultura.
18. Garantir a celeridade de pagamento de programas e projetos para grupos e mestres. A cultura popular deve ser pauta nas escolas.

19. Comunicação interfederativa sobre as políticas culturais. A União precisa definir regras e os municípios devem definir ações.
20. ??
21. Inclusão dos povos ciganos em setorial, como povos tradicionais, para participação dos conselhos como povos tradicionais.
22. Comunicação maior pelo governo federal, com movimento da sociedade civil para definir uso dos recursos. Formação pelos Mestres/Mestras nas escolas
23. Formação dos Mestres/Mestras nas escolas. Ter conselhos nos municípios com cadeiras para os segmentos culturais, com representação por segmento.
24. Problemas com as leis de cultura porque o governo federal não consegue chegar nos municípios para a gestão implementar ações com segurança jurídica.
25. Mapeamento de Mestres/Mestras para pensar as políticas públicas. Todos os grupos com CNPJ para melhorar o fomento.
26. Os próximos editais precisam ter vagas para quadrilhas juninas e deve-se pensar na realidade local.
27. Precisa-se pensar melhor o SNC.
28. O poder precisa impor de cima para baixo.
29. Se não tiver cadeira de todos os segmentos nos conselhos, não se resolve os problemas da participação social.
30. Hip Hop. Fundo Nacional para as Culturas Populares, tripartite, com órgão gestor dentro das secretarias para criar política pública transversal.
31. Os eixos do governo precisam dar atenção aos povos tradicionais, para que os costumes não morram e os mestres sejam reconhecidos.
32. Entrada das escolas, criação de conselho, olhar especial para as culturas populares. Os gestores locais não se preocupam. O governo federal precisa olhar para isso para não acabar com o São João do Nordeste.
33. Fomento para fazer cultura popular no território. Os editais precisam contemplar os segmentos e os fazedores de cultura, que não sabem escrever, mas sabem falar.

NOVAS PROPOSTAS

Diante das propostas retiradas das discussões oriundas de todos os estados brasileiros, os grupos de trabalho respaldados pela plenária geral da discussão setorial, se propuseram a releituras e reelaboração daquelas já existente, de vez agrupando-as dando-lhes um novo contexto ou simplesmente mantendo-as de acordo com a redação original, não as separando-as em novas e em priorizadas. Priorizou-se todas que estão contidas num mesmo relato geral das 33 (trinta e três) propostas acima descritas

OUTROS FATOS RELEVANTES

Muitas discussões e reflexões acerca da ausência de Políticas às Culturas Populares e Tradicionais; e conversas gerais sobre o estado da arte das políticas de financiamento público em especial as Leis Paulo Gustavo com seus entraves e burocracias de editais públicos e a dificuldade de repasse pelos municípios, especificamente pela ausência de editais voltados às Culturas Populares e Tradicionais. Discussão prioritariamente relevante e que já constam em várias propostas advindas dos estados brasileiros, se refere ao repasse do percentual de 30% dos recursos da PNAB às Culturas Populares e Tradicionais

ENCAMINHAMENTOS

- Encaminhou-se sobre criação de redes nacionais a fim de organizar as demandas das culturas populares e tradicionais, em especial para uma articulação nacional para aprovação da Lei dos Mestres na Câmara Federal, dando-lhe como exemplo a criação de leis estaduais e municipais.
- Organização de Mestres e Mestras para o acompanhamento dos GTs na 4ª Conferência nacional de Cultura;
- Organização em redes nacionais para a Criação e Implantação do Plano nacional de cultura e a garantia do percentual de 30% da PNAB às culturas Populares E tradicionais;
- Realização do II Seminário nacional das Culturas Populares e Tradicionais

DANÇA

Setorial:		DANÇA	
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde
	05 de março de 2024		Manhã
Relator(a)s		Juliana Amaral Coordenadora de Dança/Funarte (21) 99969-2229 juliana.santos@funarte.gov.br	Rui Moreira Diretor Artes Cênicas Funarte (21) 99979-7396 rui.moreira@funarte.gov.br

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1.	Rui Moreira	Diretor de Artes Cênicas - Funarte
2.	Juliana Amaral	Coordenadora de Dança – DACEN/Funarte
	Dulce Aquino	Fala inspiradora
	Natalia Rocha	Fala inspiradora
	Rafaela Serique	Representação Funarte Brasília/DF (relatora)

DADOS GERAIS E ABERTURA

Dia 04/03: 54 pessoas

Dia 05/03: 53 pessoas

Dulce Aquino. Fórum Nacional da Dança. Abordou a importância da retomada do espaço de participação social, as conquistas da dança ao longo do tempo, a organização do setor e a relevância do espaço da Conferência. Em falas encorajadoras, induziu a todos a entenderem seu papel ao longo de todo o processo de conferência, defendendo propostas que garantissem o maior desenvolvimento do setor no âmbito das políticas culturais. Ressaltou ainda a importância de se entender que dança é uma produção artística, que se encontra no campo das artes, integrando um contexto maior de cultura.

Natalia Rocha. Artista Def., ressaltou a necessidade de se debater, no âmbito das políticas públicas de cultura, as demandas dos artistas com deficiência, em especial no tocante aos espaços de criação, circulação, produção, formação, direitos e profissionalização. Destacou ainda que não há dentre as propostas a serem debatidas no evento linhas de atuação política para os artistas def., sendo de extrema importância que a acessibilidade se tornasse tema transversal em todo o plano, estando presente em todas as propostas. Encorajou a todos a defenderem essa presença.

Discussões relevantes surgiram no grupo

A ausência de grupos de trabalho setoriais. Ausência das discussões/demandas/propostas setoriais ocorridas nas conferências estaduais.

RELAÇÃO FEDERATIVA

A metodologia sugerida inicialmente não foi totalmente aplicada. O grupo optou por não se dividir, expressando a relevância de debaterem juntos sobre as propostas, considerando a diversidade regional e as demandas setoriais em cada estado.

A mesa sugeriu a reflexão sobre os dois temas como transversais durante todas as discussões levantadas. A sugestão foi acatada por todos e aplicada no segundo dia de trabalho.

No primeiro dia de encontro houve um desejo das pessoas se conhecerem e reconhecerem enquanto coletivo, entender quais demandas estariam sendo colocadas como propostas, resultando numa conversa mais ampla e informal.

Nesse contexto, os representantes do Fórum Nacional da Dança propuseram a leitura das propostas retiradas no Encontro ocorrido em dezembro de 2023, e assim procedeu o primeiro encontro até sua finalização.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Houve discussão da questão da participação social? Usou a matriz? Insira a matriz ou uma síntese dos temas discutidos.

A metodologia sugerida inicialmente não foi totalmente aplicada. O grupo optou por não se dividir, expressando a relevância de debaterem juntos sobre as propostas, considerando a diversidade regional e as demandas setoriais em cada estado.

A mesa sugeriu a reflexão sobre os dois temas como transversais durante todas as discussões levantadas. A sugestão foi acatada por todos e aplicada no segundo dia de trabalho.

No primeiro dia de encontro houve um desejo das pessoas se conhecerem e reconhecerem enquanto coletivo, entender quais demandas estariam sendo colocadas como propostas, resultando numa conversa mais ampla e informal.

Nesse contexto, os representantes do Fórum Nacional da Dança propuseram a leitura das propostas retiradas no Encontro ocorrido em dezembro de 2023, e assim procedeu o primeiro encontro até sua finalização.

Diferente do tema sobre a relação federativa, a participação social conduziu os processos de trabalho nos dois dias a partir da oitiva de todas as propostas regionais dos delegados setoriais e da compreensão sobre chegar a um consenso sobre as demandas a serem priorizadas para a área da dança.

PROPOSTAS PRIORIZADAS

O segundo dia de encontro foi marcado pelo compartilhamento das propostas setoriais discutidas nas conferências estaduais e setoriais de cultura que antecederam a IV CNC. Após os relatos sobre as propostas pelos delegados setoriais presentes, chegou-se ao seguinte resultado:

Propostas priorizadas

Eixo 1. Grupo de Trabalho 1. Proposta 1 (PEC 150/2005).

Eixo 1. Grupo de Trabalho 2. Proposta 3 (Fundos Setoriais).

Pontos ressaltados

As questões sobre raça, etnia, gênero e acessibilidade deveriam constar no PNC como eixos transversais e não somente discutidos em eixos específicos.

Revisão das propostas setoriais na ocasião da consolidação do PNC.

Reivindicação do olhar do MinC sobre as artes. Presença da palavra ARTE em todo o texto, junto à palavra cultura, sempre que couber.

OUTROS FATOS RELEVANTES

A necessidade de compreensão e consequente compartilhamento das propostas setoriais da dança discutidas e retiradas nas Conferências estaduais e temáticas de cultura. Nesse sentido, segue abaixo relato sobre estas demandas, com a finalidade de registro.

ESPÍRITO SANTO

- Criação de bolsas de dança em cada estado, para valorizar quem está começando e quem já está trabalhando na área, por meio de Edital, a nível nacional e estadual.
- Criação de espaços culturais em cada região da capital. Regionalizar espaços abertos, como praças - com palco, acessibilidade e piso liso; criar espaços públicos para dança.
- Reivindicação da cadeira da dança separada da do circo e do teatro. No modelo de hoje é exclusão.

SÃO PAULO

- Mapeamento das danças do interior do estado com a finalidade de aprimorar as ações e mecanismos de fomento.
- Realização de encontros e intercâmbios entre diferentes cias e grupos.
- Formação profissional e plural, incluindo iluminadores, cenógrafos e profissionais correlatos.
- Instituição do sistema nacional da cultura e sistemas estaduais de cultura, com conselhos deliberativos, planos e fundos.
- Criação de legislação empresarial específica, para incorporar o profissional da dança
- Valorização das artes danças a partir do reconhecimento de mestras e mestres dos interiores e territórios.
- Criação de políticas públicas a curto, médio e longo prazo.
- Realizações de cursos mais perenes.
- Destinação mais homogênea de recursos para as diferentes regiões de São Paulo.
- Criação de conselho deliberativo descentralizado.
- Realização de mapeamento estadual promovendo a descentralização.

- Maior divulgação de fóruns.
- Destinação de recursos para formação profissional.
- Criação de programas locais e territoriais para evitar migração para a capital.
- Criação de um olhar crítico.
- Formato mais condizente com a realidade jurídico empresarial para prestação de contas.
- Utilizar a linguagem de dança própria de cada cidade.

SANTA CATARINA

Proposta 1:

- Adoção de medidas legislativas e estrutura cultural que conservem a promoção da visibilidade da diversidade das comunidades tradicionais, indígenas, mulheres e deficientes, entre outros.
- Efetivação de parcerias educacionais em movimentos de expansão de representação para dentro das escolas.
- Formação de conselhos municipais, que instituem políticas de apoio financeiro artístico-cultural, relacionado ao eixo 4.

Proposta 2:

- Garantias para os profissionais, previstas e legais, com previsão orçamentária, cadeia produtiva da dança, programas de estímulo, inserção no mercado de trabalho, plano de carreira. Eixo 5.

PARAÍBA

- Não há propostas no momento.

CUIABÁ

- Não há propostas no momento.

MACAPÁ

- Dificuldade na valorização do profissional, por meio de programas e melhorias dos editais ou por meio da disponibilização dos recursos financeiros. Eixo 5. Qualificar o profissional.

RIO GRANDE DO SUL

- Disponibilizar e criar espaços públicos para ensaios, encontros, em cada cidade do RS.
- Garantir no mínimo 2% do recurso do estado.
- Criar um fundo estadual setorial de dança para desenvolver a cadeia produtiva do setor.
- A cada 2 anos um edital de fomento à dança.

CEARÁ

- Criação de tabela para pautas nos espaços do Ceará. Dentro de uma agenda institucional.
- Implementar edital unificado para os festivais do Ceará.
- Garantir a partir da implementação do Sistema Nacional de Cultura a criação da política nacional de editais em todos os órgãos e vinculadas do MINC, que contemple a diversidade de linguagens, priorização da participação acessível e inclusiva, com formato simplificado e desburocratizado em um calendário fixo e regular com a descentralização equitativa de recursos, considerando os territórios regionais do País.
- Assegurar a política de seguridade social para todos os trabalhadores da cultura, bem como o fortalecimento das políticas setoriais, garantindo processos contínuos de formação, difusão e fomento.

AMAZONAS

- Formação por meio de cursos técnicos federais e escolas técnicas de dança.
- Regulamentação da lei Rouanet: estabelecer o programa Rouanet-Norte enquanto Lei. Considerando o fator amazônico em benefício dos trabalhadores da dança.
- Reformulação da Lei. 6533/78 – Lei trata da profissionalização do artista. Atualizar o texto, não consta fotógrafo, por exemplo.

RIO DE JANEIRO

- Implementar política nacional, valorizar os artistas de rua.
- Destinar recursos do fundo estadual para o ensino e pesquisa em dança, considerando as diversas instituições de ensino e terceiro setor.
- Garantir dotação orçamentária própria para dança, considerando como mecanismos de financiamento o fundo (Aldir Blanc); garantir piso para negras e indígenas, lgbtqi+, recursos para acessibilidade que é diferente para deficiente (tem uma porcentagem específica para cada).

- Geração de trabalho e renda, e ampliação do setor com o PIB do país.
- Implementar o plano de seguridade social direcionado a dança, por motivos de doença.

PARANÁ

- Criação de ações no campo educacional, lembrando as danças originárias do Sul.
- Aprimorar a interlocução e comunicação com o poder público de todas as esferas e o artista. Fomento, por parte das secretarias, para oficinas, criação de normativas sobre financiamento, acessibilidade (para todos, inclusive para os artistas que querem fazer arte) para receber os festivais e outros, abrangendo as necessidades gerais.

PERNAMBUCO

- Garantir a aposentadoria especial para trabalhadores da cultura, que comprovem 30 anos de fazedores de cultura para homens e 25 anos para mulheres, assim como os direitos previdenciários.

PARAÍBA

- Formação dos artistas de dança, a formação não chega no interior, descentralização das capitais.

TOCANTINS

- Capacitação técnica: cursos técnicos nas escolas públicas estaduais.
- Editais federais, estaduais e municipais com inscrições por meio de vídeo e/ou áudio para as comunidades quilombolas e danças tradicionais.
- Capacitação técnica para os gestores públicos. Responsabilização quanto ao processo de gestão pública dos editais.
- Cotas específicas para dança, principalmente para danças de culturas tradicionais, nos mecanismos de fomento.
- Visibilidade para campesinos: participar dos editais por meio de vídeo.

BAHIA

- Institui políticas e medidas que visam o reconhecimento e promoção da diversidade, a garantia dos direitos culturais promovendo a descentralização e democratização do acesso aos recursos públicos, fomento direto, utilização dos espaços públicos, garantia da mobilidade e acessibilidade dos espaços culturais e públicos a fim de preservar a memória das danças baianas e realizar o mapeamento dos grupos de dança.

ACRE

- Fator amazônico: custo, tempo, característica geográfica e de locomoção.
- Mapeamento e cadastro direto no sistema do Minc, com identificação e valorização dos mestres de saberes populares. Foi realizado um cadastro municipal que não dialoga com o Estado e nem com o ente federativo. Incorporação da tecnologia, acesso fácil de dados e digitalização dos serviços para integralidade de todos.
- Difusão dos pontos de cultura, dentro dos editais. Cabe à sociedade civil, promotores e artistas integralizar o que já tem para fazer uso. Processo de profissionalização.
- Requerer (voltar) uma cadeira da Dança no Conselho Nacional da Cultura, desvinculada das artes cênicas.

PIAUÍ

- Criação de graduação pública em dança (Teresina não tem). Minc tem que articular junto ao Estado. Bacharelado e licenciatura.
- Criação do Fundo setorial de dança no Piauí. Os artistas de dança estão desamparados, os balés estão sendo extintos.
- Criação de Concurso público municipal e estadual para dança.
- Criação do prêmio Mercedes Batista de dança. MINC reconhecer o que ela fez na dança brasileira, para fortalecer iniciativas de dança de pessoas negras, e fortalecer o trabalho das criadoras e criadores negros.
- Criar uma espacialização em danças negras, com professoras e professores negros no Estado do Piauí, para equidade de raça.

ENCAMINHAMENTOS

Houve encaminhamentos futuros no tocante ao retorno dos processos participativos setoriais e regionais, para fortalecimento e aprimoramento das demandas do setor, em especial sobre a questão trabalhista e reconhecimento da profissão.

Design

Setorial:		Design	
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde 15h 17 min -
	05 de março de 2024		Manhã 10 horas e 24 minutos e 12h 13 min
Relator(a)s		Nome Jessica de Freitas Afonso jessica.afonso@cultura.gov.br	Nome Thais Fernandes Costa thais.costa@cultura.gov.br

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1.	Deryk Vieira Santana	DTRAC/SEFIC/MINC
	Ana Beatriz Simon Factum	Designer e Professora de Desenho Industrial (UNEB)
	João Roberto Costa do Nascimento	designer, sócio da Multi Design

PARTICIPANTES DO ENCONTRO

Pessoas presentes

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)	Dia 1	Dia 2
1	Deryk Vieira Santana	DTRAC/SEFIC/MINC	x	x
2	Ana Beatriz Simon Factum	Designer e Professora de Desenho Industrial (UNEB) e Pessoa Delegada da Bahia	x	x
3	João Roberto Costa do Nascimento	designer, sócio da Multi Design	x	
5	Renata Gamelo	PE	x	x
4	Cadu Sales	PE	x	x
5	Julian Zilio	MT	x	x
6	Fernanda Messias	DF	x	x
7	Cassio Motta	DF	x	
8	Eneida Figueiro	DF	x	x
9	Icaro de Abreu	SP	x	x
10	Camila Falabella	AM	x	x
11	Diego Normandi	CE	x	x
12	Jaú Ribeiro	AM	x	x
13	Felipe Gomes	ES	x	
14	Enivelton Reichert	SC		x
15	Ariane Rodrigues	MS		x
16	Rodrigo Costa Lima	CE		x
17	Aldiane Lima	CE		x

DADO GERAIS E ABERTURA

Fala de abertura do coordenador Deryk Santana

Boas-vindas, Apresentação do Coordenador e explicação sobre a metodologia do setorial (conforme orientação metodológica parado MINC).

15h23

Fala Inspiradora 1 Bia Simon - Ana Beatriz Simon Factum - Designer e Professora de Desenho Industrial (UNEB), atua no segmento há 40 anos. Trabalha com política cultural. "Defendo a Política de Estado e não a Política de

Governo, assim como SUS". O Colegiado Setorial do Design iniciou-se com Freddy Van Camp, ao final de 2011, movimentando a categoria por meio de uma carta elaborada por ele para os Designers de todos os estados reunirem-se e elegerem seus representantes, titulares e suplentes, e compor o Colegiado Setorial de Design do MINC. Em 2012 houve a primeira reunião do Colegiado Setorial do Design em Brasília. O Colegiado gostaria que as reuniões fossem realizadas em outros estados que, por falta de estrutura, foram realizadas somente em Brasília. Foi elaborado o plano setorial do design, com validade até 2026, mas por causa da descontinuidade da política cultural iniciada em 2016, e, principalmente, a partir de 2019, não foi possível avançar com as políticas e ações estabelecidas para o setor Design. Defende a democratização das leis de editais, linhas de financiamento e crédito para as demandas dentro da economia criativa, que atendam às necessidades específicas do trabalho do Designer, pontuando a necessidade da regulamentação da profissão e da inserção no MEI de CNAES e CBO's relacionados às diversas atividades/atuações do designer. O plano setorial teve dificuldades na sua implementação, visto as questões do cenário político com retrocessos das políticas públicas essenciais. Em 2014 houve uma nova reunião do Colegiado do Setorial do Design com os antigos e novos representantes para o biênio 2014-2016, na qual Fernanda Martins, representante do Design no CNPC, passou para Túlio Filho (como titular) e Leonardo Buggy (como suplente), dentro deste mesmo Conselho. "A última atualização do Plano Setorial do Design foi em 2015, salvo engano".

15h35

Fala Inspiradora 2 - João Peixe - João Roberto Costa do Nascimento (designer, sócio da Multi Design, ex-secretário de Cultura do Recife e ex Secretário de Articulação Institucional do MINC) iniciou as trajetórias de luta política e da profissão do design

Participou da criação da AND (Associação Nacional de Design) onde foi o primeiro presidente do Brasil. Na ALADI (Associação Latino Americana de Desenho Industrial) participou como secretário Geral na presidência da Valéria London. A associação promoveu trocas internacionais, inclusive culminando em um congresso internacional em Cuba. Esses aspectos mobilizaram e motivaram a atuação das entidades para a regulamentação da profissão, que foi pauta durante décadas com tentativas de projetos legislativos (que não teve continuidade).

Foram realizados 5 encontros nacionais do Design. O primeiro encontro resultou no projeto de regulamentação. Para mobilização dos projetos, realizou-se um plebiscito nacional para decidir o nome da profissão, que inicialmente era em português, e posteriormente foi adotada a nomenclatura internacional. Miguel Arraes era líder do MDB, e houve encontro com os líderes dos partidos, para avançar na pauta da regulamentação da profissão. À essa altura, a luta pela regulamentação já durava 10 anos. Arraes, que se candidatava pela 3ª vez, disse que sua profissão tardou 20 anos para ser regulamentada. Houve, na trajetória, momentos engraçados, mas outros de muita frustração.

No primeiro encontro nacional de design além da regulamentação houve momento de discussão dos conceitos de políticas culturais. As novas gerações de designers continuam lutando pela regulamentação da profissão. Durante o período houve mudanças nas questões da economia, sociedade e cultura levando os próprios líderes a questionarem se seria determinante a regulamentação da profissão se consolidar no país. O elemento da regulamentação continua em aberto. É um assunto que precisa estar em outros campos da cultura que também não têm suas profissões regulamentadas. Essas questões são difíceis de estabelecer expectativas, pois as circunstâncias mudam. No período Collor não cabia ter regulamentação a regra era "desregulamentar".

Renata Gamelo pediu que ele falasse da relação do Design com a Cultura. Peixe informa que neste momento há maior preocupação do MinC para o setor, e suas interseções com a Cultura. A História da política pública para o setor iniciou-se ainda na ditadura, com ações de Aloísio Magalhães para o campo da cultura e do design, que tinha uma visão contemporânea para o setor.

As políticas para o campo do design não tinham arcabouço dentro do MinC enquanto, no MDIC, o programa brasileiro do design era mais atuante.

A partir do primeiro governo Lula com Gilberto Gil, Peixe atuou como membro do Conselho de Políticas Nacional (CNPIC). Teve uma discussão com o Professor Albino Rubim e outras pessoas do conselho. Houve uma polêmica no conselho com a articulação da moda. Se era para ter uma vaga para o campo, deveria ter uma vaga para o Design como todo, incluindo a moda e a arquitetura contemporânea, artesanato e urbanismo. Nas pesquisas feitas pelo IBGE, a expressão cultural de maior presença nos municípios é o artesanato e não tinham representações nos espaços de conselhos. Ficou a proposta de ter moda e design e terminou indo para votação, e ganhou o designer. A formalização foi para a moda que foi votada no CNPC. A casa civil verificou que, quando foi feita a recomposição do conselho, o poder público estava com uma vaga a mais e precisava ter mais um representante da sociedade civil.

Com todo esse histórico se abriu um novo campo para a participação do design, assim como também de outras áreas.

Na reunião de hoje (pela manhã), o Peixe foi convidado para participar do CNPC, onde observou que houve um apoio para a retomada dos setoriais. O que precisa é que os designers tenham sintonia com o contexto político e das políticas culturais. Qual o caminho: retomar os setoriais das áreas dos conselhos. Os designers têm que

ter uma sintonia e autonomia enquanto setor produtivo. Resgatar a história, o trabalho e a construção dos mecanismos das instâncias de representação em sintonia com as questões que estão postas à cultura e à economia criativa hoje, integradas com o design. “No meu entendimento esse é o rumo para os próximos momentos da retomada e debate da cultura”.

16h02 - Iniciou-se uma rodada de apresentações entre os participantes da reunião. Participantes de estados (pessoas delegadas), profissionais do campo e pesquisadores

16:17 - Início do debate

Julian Zilio, Pessoa Delegada do Mato Grosso. Sugeriu a metodologia da reunião setorial de apontar primeiro os problemas do setor

1) Ampliação da rede de Capacitação Técnica para designers. 2) Ampliação da digitalização, para que profissionais possam não mais trabalhar só com lápis e papel. 3) Fomento para aquisição de software e hardware. 4) Apoio e financiamento do Governo Federal para dar sustentabilidade e espaço aos trabalhadores do design.

Fernanda Messias UNB- 1) O designer pensando como essência em áreas como arquitetura e urbanismo. 2) O design de soluções para as cidades, principalmente, frente às mudanças climáticas. 3) Compreender o design do necessário “Há um oceano azul para um debate vivo que a cidade precisa ser repensada. O designer conseguiu se especializar no mercado de trabalho. Para fazer a cidade ser reinventada, a sensibilidade para a criatividade pode ser levada aos cidadãos, para que atuem na reinvenção das cidades, para além da técnica do profissional”.

Jaú Ribeiro, Indígena, Pessoa Delegada do Amazonas. 1) Pensar o Design e o acesso à educação, nas perspectivas das cosmovisões. 2) Ações afirmativas para acesso às ferramentas de trabalho relacionadas ao Design [software e hardware]. 3) Política Pública para aquisição de equipamentos para o trabalho do Design.

Renata Gamelo, Pessoa Convidada de Pernambuco - 1) Enfatizou a importância da fala de Jaú sobre as ações afirmativas para maiorias minorizadas e a acessibilidade das ferramentas [equipamentos: software e hardware].

Felipe Gomes, Pessoa Delegada do Espírito Santo. 1) Fez a provocação sobre pesquisas e acessibilidade, enfatizando a lacuna grande para a efetiva implementação de acessibilidade a grupos de pessoas com deficiência. 2) A limitação do conceito de cidade criativa, se não houver acessibilidade. 3) Trabalho: pontuou que hoje o Designer não assina como MEI, (o que onera muito o profissional e impacta principalmente os profissionais em início de carreira). 3) Falou sobre sua pesquisa em mobiliário urbano (exemplo de Buenos Aires que ganhou reconhecimento da UNESCO pelo seu investimento em mobiliário urbano). 4) A atuação de designers pouco associada à construção institucional na educação, nas instituições, museus etc. 5) A contratação de designers é direcionada, hoje, à atuação em redes sociais

Bia Simon, Pessoa Delegada da Bahia. 1) Todas as propostas que foram colocadas são importantes. 2) Perguntou para Deryk sobre como organizar metodologicamente as pautas trazidas nas falas.

Intervenção de fala: Deryk sobre a metodologia proposta.

Bia Simon, Pessoa Delegada da Bahia. 1) A perspectiva das cidades criativas e do planejamento participativo dos bairros com a comunidade. 2) Falou sobre pesquisas na temática de cidades criativas e como as pessoas estão encontrando formas da propriedade compartilhada. 3) Enfatizou como fundamental a questão ações afirmativas [gênero, raça, classes social] para ingresso de estudantes e concursos de professores [contexto da educação/formação].

Renata Gamelo propôs três grupos de trabalho:

- Design participativo, soluções urbanas e sociais;
- Políticas de incentivo: fiscal (MEI) e crédito subsidiado (para aquisição de equipamentos e outras ações);
- Design na educação e inclusão de maiorias minoritárias (gênero, raça, classe) e suas cosmovisões e difusão da profissão.

Camila Falabella, Pessoa Delegada do Amazonas. 1) Ressaltou que nos concursos públicos, os candidatos são muito mais próximos de desenvolvedores do que designers. 2) Sobre o Plano Setorial do Design, reiterou que ele é um gancho para promover campanhas educativas, para a população e para empreendedores criativos sobre o segmento do design.

Deryk Santana lançou provocação: quais são os caminhos e como a sociedade civil pode contribuir com os temas? [em debate sobre design]

Cassio Motta, Pesquisador da UNB 1) participação cidadã (sociedade civil, exemplo do Fala DF) e cidades inteligentes. 2) Crítica à formação do designer no Brasil ser eurocentrada. 3) Fomento para aquisição de softwares, hardwares e outras ferramentas para o trabalho do Designer. 4) Enfatizou a falta de política cultural para o Design brasileiro que observe o Brasil como ele é.

Julian Zilio, Pessoa Delegada do Mato Grosso - 1) sobre o grafite e designers de povos originários: é muito bom que isto esteja acontecendo. O Design de Produto era muito higienizado. 2) A diversidade cultural traz muita beleza para o design. 3) Um jeito de trabalhar o fomento para o setor é iniciar dentro da escola (propõe oficinas e cursos livres em escolas). 4) Relata sua experiência no planetário.

Cassio Motta, pesquisador da UNB- 1) Sobre os concursos, a formação do designer (designer de interiores) deveria existir em todos os espaços públicos, em todos os prédios públicos. 2) O acesso aos espaços públicos é diferente dos espaços particulares (a exemplo do designer enquanto trabalhador público que tem a possibilidade de resolução de problemas junto com engenheiros e arquitetos pensando, por exemplo, no conforto e em questões ambientais dos espaços públicos).

Jaú Ribeiro, Pessoa Delegada do Amazonas - 1) Pensar o contexto amazônico e a dificuldade de acesso aos espaços e equipamentos culturais incluindo o designer. 2) A importância de ter os designers nas perspectivas de raça/etnia "os atravessadores que estão reproduzindo as identidades". 3) A potência do designer e se tornar um estudo obrigatório nas escolas.

Felipe Gomes, Pessoa Delegada Espírito Santo. 1) Ressaltou programas de estímulo ao voluntariado, que se encontre estímulos dentro dos municípios, para que haja integração entre os bairros. Esses programas promovem a reintegração de pessoas que já saíram do mercado de trabalho, para que possam articular intergeracionalmente com profissionais menos experientes. O voluntariado leva ao compartilhamento de visões e experiências de cidadania.

Ícaro de Abreu, Pessoa Delegada de São Paulo. 1) O papel do design no futuro vai mudar completamente o jeito de ser feito. O Designer é o mestre do processo. 2) Deixar o tema mais evidenciado para a Juventude e para sociedade que o designer é o mestre da solução. 3) As novas soluções vão remodelar todo o setor, tudo que se entende por design. 4) Sugere discutir sobre os problemas que o setor vai passar nos próximos anos.

Bia Simon, Pessoa Delegada da Bahia. 1) Concordo com Ícaro que a gente é o mestre do processo e essa é a maior ferramenta que a gente tem. 2) Projetar soluções para a demanda. Bia fala sobre um aluno de mestrado que fez sua pesquisa em design do bem com 10 alunos propondo um espaço ideal para eles na cidade de São Paulo. "Isso são cases, a gente não pode reproduzir isso. Precisamos que isso seja realizado em escalas". 3) A Necessidade de fomento e financiamento para qualquer tipo de tecnologia vinculada à profissão de designer. 5) afirmou: Muito mais caro que os equipamentos são os softwares.

início 10 horas e 24 minutos

Renata Gamelo, Pessoa Convidada Pernambuco - Propõe uma metodologia de condução do segundo encontro do setorial: divisão em dois grupos de trabalho para discutir as propostas temáticas de ontem (04/03) na perspectiva do pacto federativo. O tema "Design Participativo, Soluções Urbanas e Sociais" foi condensado com "Design na educação e inclusão das majorias minoritárias", por entenderem que estas fazem parte da solução. Os grupos se dividiram em duas salas e iniciaram o debate.

Temas:

1. - Design participativo, soluções urbanas e sociais; Design na educação e inclusão de majorias minoritárias (gênero, raça, classe) e suas cosmovisões e difusão da profissão;
2. - Políticas de incentivo: fiscal (MEI) e crédito subsidiado (para aquisição de equipamentos e outras ações).

RELAÇÃO FEDERATIVA

11h55 - Os dois grupos retornaram para a mesma sala para apresentar o que foi debatido para todos. Os grupos, além das propostas, definiram as responsabilidades dos entes federados.

Grupo 1 - Design participativo, soluções urbanas e sociais; Design na educação e inclusão de majorias minoritárias (gênero, raça, classes e suas cosmovisões) e difusão da profissão

Jaú e Camila, pessoas delegadas do Amazonas, apresentaram:

Eixo 01:

Regulamentação da Profissão: Conselho Federal de Profissionais de design. Bia pontuou que só seria possível formar associações, pois não há regulamentação da profissão **[Federal/ Estadual]**

Contemplação de projetos de Design nos mecanismos de fomento e incentivo existentes no Sistema do Ministério da Cultura. (Inserção da profissão dentro dos Comitês dos Comitês estaduais do MinC) **[Federal]**

Regulamentação sobre o uso da inteligência artificial no mercado (responsabilidade do Federal). **[Federal]**

Eixo 02

Promover campanhas educativas e informativas sobre o Design como expressão cultural e ferramenta de transformação social. **[federal/estadual]**.

Criar mecanismos de assistência técnica gratuita custeada pelo Estado que crie escritórios de atendimento aberto a toda a população e que estimule o acesso aos profissionais da área por meio de um design decolonial, sustentável e popular. **[estadual]**

Fortalecimento de políticas e recursos financeiros para a inserção do Design em comunidades tradicionais e periféricas a partir da aplicação de metodologias de participação comunitária. **[federal/estadual]**

Implementação de bolsa de equipamento para ensino fundamental/médio e para estudantes de baixa renda de graduação de design, arquitetura e artes visuais **[municipal/estadual/federal]**

Eixo 03

Promoção da criação de museus regionais e de um Museu Nacional do Design Brasileiro, incluindo suas versões digitais, para ampliar acesso aos acervos e programas **[estadual/federal]**

Criação de política cultural para fomento de acervos de Design em indústrias, empresas, instituições de ensino, etc. **[município]**

Ampliação de acesso aos recursos, fomento e implementação de editais específicos para pesquisa, criação, conservação e difusão de acervos e registros audiovisuais da memória do design brasileiro (autóctone e de formação acadêmica), não restrito à academia. **[município/estado]**

Ampliação de acesso aos recursos, fomento e implementação de editais específicos para pesquisa, criação, conservação e difusão de acervos e registros audiovisuais da memória do design brasileiro **[município/estado]**

Fortalecimento da pesquisa sobre origens e identidades do Design Brasileiro e sua difusão, contemplando a diversidade cultural do país, incluindo as culturas urbanas e rurais. **[município/estado]**

Levar ao ensino Fundamental e Médio a compreensão do papel social e simbólico do Design, assim como têm das Artes Plásticas, Cênicas, Música, etc. **[federal/estado]**

Instituir um Prêmio Nacional de Design. **[federal]**

Eixo 04

Editais que promovam e divulguem a produção cultural em design para população negra, povos originários, mulheres DEFs, PCDs, comunidades tradicionais (ribeirinhos, quilombolas e comunidades ciganas). **[estadual/federal]**

Instituir o Prêmio Nacional do Design para população negra, povos originários, mulheres DEFs, PCDs, comunidades tradicionais (ribeirinhos, quilombolas e comunidades ciganas). **[federal]**

Oferta de cotas e bolsas de estudos em graduação, especialização e pós-graduação e a pesquisadores de fora da academia. **[estadual/federal]**

Eixo 05

Garantir direitos e seguridades sociais para o mundo do trabalho em cultura na área do design **[federal]**

Inclusão da prestação de serviços de Design no MEI para dar um mínimo acesso aos prestadores de serviço informais que existem no Brasil inteiro e no CPF da Cultura. **[federal]**

Garantir a criação de recursos específicos para o Design nos mecanismos de fomento e incentivo, assim como nos editais e no fundo de cultura do MinC. **[federal]**

Promover editais e fomentos para: publicações sobre design brasileiro; exposições de design brasileiro; bienais de design brasileiro; repositório digital do design brasileiro; viagens de estudos e pesquisas no território brasileiro para estudantes e docentes e pesquisadores dentro e fora da academia; bolsas para a formação técnica em design. **[federal]**

Incluir grupos vulneráveis e sistematicamente excluídos nas oportunidades de trabalho através de cotas nos editais e concursos de Design, como os idosos, mulheres, indígenas, negros, deficientes, LGBTQIA+. **[federal/estado]**

Promover polos criativos regionais municipais e estaduais para fomentar o mercado e desenvolvimento de pesquisas e processos tecnológicos. **[município/estado]**

Implantar unidades interdisciplinares nos comitês do Ministério da Cultura - alocadas em centros de apoio à economia solidária e criativa que assessoram grupos produtivos comunitários urbanos e rurais nas áreas de administração, marketing, assistência social, design gráfico, de produto, de embalagem, de moda, etc. **[federal]**.

Eixo 06

Criação de mecanismos para democratização do acesso aos acervos e bancos de dados do Design brasileiro e cultura Brasileira **[Federal]**

criação da Disciplina Linguagens Criativas e Educação Cultural como disciplina fundamental para promoção dos saberes tradicionais e intercâmbio de conhecimentos sobre as expressões culturais regionais, usando do design como meio de aplicação de metodologias, conteúdos e gamificação no meio físico e digital nas escolas como práticas de inclusão **[municipal/estadual/federal]**.

Facilitar acesso às Normas de design, necessários para padronização de artes, revisão de fontes e legibilidade de materiais com foco nas acessibilidades para PCDs **[federal]**

Manter e promover mais recursos para a criação em Design, através de editais e leis de incentivo à produção cultural com foco nas acessibilidades para PCDs [estadual/federal].

Grupo 2 - Políticas de incentivo: fiscal (MEI) e crédito subsidiado (para aquisição de equipamentos e outras ações);

Aldiane Lima Presidente da Associação Ceará Design apresentou:

Eixo 5

1. Sugerimos à DESEC/SEFIC/MinC a realização de: mapeamento e sistematização de linhas de fomento existentes no MinC e em demais Ministérios, que as publicize e que se crie ferramentas amigáveis de acesso à informação e a esses recursos. **[federal]**
2. Criar, ampliar e regulamentar, através de lei e com consultas públicas, as profissões artísticas, tais como designers, escritores, produtores culturais, artistas, curadores, roadies, iluminadores, operadores de mesa de som e demais profissionais que trabalham nos diversos segmentos da cultura, atualizando a Lei nº 6.533/78 (que dispõe sobre a regulamentação das profissões artísticas) para inclusão das novas atividade ainda não registradas no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) e na categoria de microempreendedor individual (MEI) de modo a garantir os diretores trabalhistas e previdenciários, promovendo a visibilidade e o empoderamento dos fazedores de cultura. (Propomos suprimir da proposta 06 do GT 10 “em condição de vulnerabilidade”). **[federal]**
3. Criar, através do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil (BB), da Caixa Econômica Federal (Caixa), do banco do Nordeste do Brasil (BNB) e de outros bancos públicos e comunitários e de recursos internacionais destinados a projetos de cultura, linha de crédito e microcrédito subsidiadas pelo governo, desburocratizadas e especificamente direcionadas a economia criativa (Propomos suprimir da proposta 02 do GT 09 “de modo a promover: (a)...(b)...(c)...”). **[federal]**
4. As Instituições Financeiras Privadas que acessem Leis de Isenção Fiscal da Cultura, como Lei Rouanet, devem estabelecer contrapartidas de crédito subsidiado a juros baixos para criadores e empreendedores da Economia Criativa. **[federal]**.

ENCAMINHAMENTOS

12h13 - Fala Final:

Deryk Santana, pessoa delegada MinC:

Como encaminhamento propõe a permanência de alguns participantes na sala para fechar as competências federativas dos temas abordados.

Deryk ressaltou que a 4ª CNC é um momento histórico, do qual estamos fazendo parte. Reiterou a importância da capacitação para os profissionais do setor “A maioria dos trabalhadores da cultura não são formados na academia, mas, sim, na ‘lida’”. Pontuou a o lançamento da plataforma <https://escult.cultura.gov.br/> - Escola Solano Trindade de Formação e Qualificação Artística, Técnica e Cultural que oferta ampla gama de cursos que abrangem uma variedade de disciplinas artísticas, técnicas e culturais;

Clamou por união do segmento para regulamentar as profissões e a possibilidade de inserção na regra do MEI. O enquadramento do MEI é feito a partir da CNAE. Segundo ele, está sendo feito trabalho junto ao MTE para revisar as CBOs e CNAEs da cultura. Por outro lado, com o Min da Fazenda, está sendo trabalhada a atualização do teto do MEI, que passa por análise do Congresso. “Hoje 37% do setor cultural é formalizado pelo MEI”. Também salientou a necessidade de trabalhadores da cultura ingressarem em órgão públicos, por meio de concursos públicos, para elevar a qualidade das políticas. Apontou para desafios como uma política de software livre e isenção de imposto para esses insumos. Para o dirigente, os trabalhadores da cultura são os promotores de direitos, são o meio e o fim da quando se pensa na promoção dos direitos culturais. E lembrou que recentemente foi assinado o Projeto de Lei que regulamenta a profissão de trabalhadores motoristas de aplicativos. O texto regulamenta o transporte em veículos de quatro rodas e segue para análise do Congresso.

12:23 - Agradeceu a participação de todos e abriu para últimas falas.

Eneida Figueiredo, pesquisadora da UnB, ressaltou uma publicação da ABNT sobre a nomenclatura das profissões relativas ao Design, e informou que compartilhará a publicação com o grupo.

Fernanda Messias, pesquisadora da UnB, colocou que Codeplan tem uma publicação dos MEIs da Cultura e do Design, e que a FECOMERCIO DF tem a classificação dos MEI do Design.

Enivelton Reichert, Delegado de Santa Catarina, as possibilidades de atividade principal da CNAE na abertura do MEI não estão completas. Há uma reivindicação dos profissionais para ter mais classificações relacionadas ao setor.

Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas

Setorial:	Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas		
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde
	05 de março de 2024		Manhã
Relator(a)s	MAIESSÉ GRAMACHO maiesse.gramacho@cultura.gov.br	MARIA CAROLINA MACHADO maria.mello@cultura.gov.br	
	RAÍSSA CHRISTÓFARO raissa.christofaro@cultura.gov.br	VIRGÍNIA FERREIRA DA SILVA CASTRO virginia.castro@cultura.gov.br	

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1.	Fabiano dos Santos	Secretário SEFLI
	Jéferson Assunção	Diretor DLLLB/SEFLI
	José Castilho	Convidado / Fala Inspiradora
	Daniel Munduruku	Convidado / Fala Inspiradora
	Andressa Marques	Coordenadora-Geral CGLIL/DLLLB/SEFLI
	Aline Franca	Coordenadora-Geral CGLEB/DLLLB/SEFLI

DADOS GERAIS E ABERTURA

Cerca de 100 pessoas por dia, entre participantes externos, convidados e equipe MinC.

José Castilho, Daniel Munduruku e Fabiano dos Santos foram os convidados a proferir “falas inspiradoras” ao grupo.

José Castilho destacou a resiliência que o setor do livro e leitura e a cultura como um todo tiveram nos últimos anos, desde a saída da presidenta Dilma; as bibliotecas, livrarias, os escritores e as editoras continuaram o trabalho apesar dos momentos que vivemos. Segundo ele, a sociedade civil soube resistir à barbárie. Destacou a importância da participação da sociedade civil para a pauta e a construção das políticas de livro, leitura e bibliotecas. E que isso precisa culminar no PNLL. Destacou a oportunidade de termos uma política de Estado, permanente, suprapartidária, que é a PNLE, e de ter um plano decenal, o PNLL e, também, o apoio do Poder Legislativo por meio da Frente Parlamentar do Livro, Leitura e Escrita.

Daniel Munduruku, por sua vez, falou sobre a dívida histórica do Brasil para com os povos indígenas. Afirmou que o Brasil aproveitou pouco a sabedoria indígena, mas que, graças à emergência de uma literatura indígena, está havendo uma reaproximação. Ressaltou a importância de construir uma identidade brasileira considerando a diversidade, a pluralidade. Concluiu dizendo que as políticas públicas dessa área (livro, leitura, literatura e bibliotecas) foram fundamentais para que as populações indígenas tivessem maior visibilidade.

Discussões relevantes

A questão da acessibilidade foi bastante ressaltada pelos participantes do grupo que debateu a pergunta “B) quais formas de participação social acha adequada para seu segmento?”. Várias pessoas desse grupo destacaram a necessidade de promover ações de inclusão nas políticas culturais, em geral, e de livro e leitura, especificamente. O tema do racismo surgiu eventualmente em algumas falas.

No segundo dia, surgiram discussões relativas à acessibilidade (da própria setorial). Foi dito que o tamanho pequeno da letra projetada no telão, e que a cor verde usada como destaque das propostas, prejudicou os deficientes visuais – em função disso, o documento foi compartilhado por WhatsApp. Foi ressaltado também que tumultos pontuais e falas sem microfone durante o encontro setorial prejudicaram as pessoas surdas, que dependem dos intérpretes.

Houve questionamento quanto ao fato de as propostas (caderno de propostas) estarem muito genéricas, o que não atenderia a especificidades locais importantes. Porém, foi lembrado que essas propostas já foram legitimadas nos Estados e Municípios, sendo importantes subsídios para o PNC. Foi ressaltada, portanto, a impossibilidade de alterá-las. As prioridades do Plano Nacional de Cultura (PNC) devem ser mais genéricas, mas

que, de todo modo, duas novas propostas seriam criadas durante a setorial e, portanto, haveria espaço para novas formulações.

Houve, também, reclamação de que a literatura estava pouco enfatizada nas propostas. Que o campo da literatura deveria ser reforçado, assim como deveriam ser fortalecidos os quatro eixos: livro, leitura, literatura e bibliotecas.

RELAÇÃO FEDERATIVA

Síntese dos temas discutidos:

- A quantidade de bibliotecas fechadas nos últimos anos e a possibilidade de que haja um condicionante de pelo menos uma biblioteca pública aberta e em funcionamento no município para recebimento de recursos federais das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc.
- A existência de programas como o PAC da cultura para gerar investimento territorial, regional e local;
- A importância da manutenção dos prédios em que estão alocadas as bibliotecas;
- Pensar o objeto 'livro' como intercâmbio entre os estados, porque as produções literárias ficam retidas em seus estados de origem;
- A importância da garantia de que os recursos sejam destinados para a pauta do livro, literatura e bibliotecas e, portanto, a defesa da criação de um fundo destinado para o setor;
- A necessidade de atendimento às particularidades de cada biblioteca, estados e regiões e à biodiversidade, garantindo que as obras escolhidas para composição dos acervos contemplem autoras/es indígenas e afroindígenas de diversos estados;
- A necessidade de reflexão sobre a logística de distribuição de obras a partir da particularidade amazônica, como a dificuldade de locomoção, por exemplo;
- Garantir que encontros como a CNC sejam permanentes e periódicos;
- A importância de que os livros e materiais possuam conteúdos mais próximos das realidades locais das comunidades;
- A necessidade de uma burocracia mais acessível para a compra de livros, especialmente para as empresas menores, e que haja uma plataforma acessível de catálogo do acervo da Biblioteca Nacional para auxiliar a pesquisa das bibliotecas na seleção de livros mais diversos;
- A necessidade de que as/os profissionais bibliotecárias/os e agentes mediadoras/es de leitura estejam presentes nesses espaços, bem como a orientação e suporte do Governo Federal para melhor planejamento de utilização de recursos nesses equipamentos;
- O reforço da importância da biblioteca e de centros culturais como espaços democráticos fundamentais nos territórios para surgimento de novos coletivos literários e trocas entre a comunidade;
- A importância de garantir a permanência e continuidade política e administrativa para manutenção dos serviços oferecidos;
- A necessidade de aumentar o número de trabalhadoras/es, não apenas bibliotecárias/os, com formação contínua das/os profissionais e que sejam garantidos equipamentos para automatizar as bibliotecas;

No segundo dia, algumas questões também envolveram a relação federativa:

- Foi colocada e bastante apoiada a proposta de criação de um fundo setorial para a área do livro, leitura, literatura e bibliotecas. Foi dito que o recurso deveria vir da esfera federal para estados e municípios, e que deveria chegar até as bibliotecas públicas e comunitárias. Foi ressaltado que este fundo deveria ser fiscalizado também por profissionais das bibliotecas.
- Pontuou-se a importância da construção de uma política de incentivo municipal aos escritores e demais artistas. Nesse sentido, foi exemplificado que, muitas vezes, um artista possui reconhecimento em outros estados, nacional, mas, em sua própria cidade, não. Sendo assim, é importante pautar os municípios com este tipo de política.

- Foi mencionado que o Paraná é constituído por 80% de cidades pequenas, e que isto pode ser aplicado para outros estados brasileiros. Que é necessário repensar e reformular políticas que já existem, como a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) e que isso também vale para o novo PAC.
- Foi pontuado que os cursos de letras deveriam ser considerados nos editais do MinC, que a pesquisa, ensino e extensão deveriam ser estimulados para o desenvolvimento de temas específicos, de forma mais articulada.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Síntese dos temas discutidos:

- Problemas no fluxo de informações: o que se discute em Brasília (âmbito federal) não chega aos estados e municípios; foi destacada a necessidade de se acompanhar mais de perto as políticas públicas culturais estaduais e municipais.
- Necessidade de ouvir as classes menos favorecidas quando se fala de participação social.
- Necessidade de construir o PNLL a partir de outros patamares (não especificados), e de o MinC mapear grupos literários do país inteiro, para reconhecer a importância deles.
- Necessidade de elaborar editais mais acessíveis, com menos burocracia.
- Necessidade de incluir a pessoa com deficiência no processo editorial, para que ela também consiga publicar.
- Necessidade de se pensar nas dificuldades enfrentadas, hoje, pelas bibliotecas e bibliotecários. Foi apontada falta de amparo aos bibliotecários.
- Necessidade de promoção e valorização da oralidade. Pensar políticas que incluam o conceito de literatura oral. Aceitar inscrições orais em editais.
- Importância da inclusão e reconhecimento da “literatura marginal” e “periférica”. Foi destacada a falta de políticas públicas para a literatura marginal, produzida em presídios, por exemplo.
- Necessidade de repensar o funcionamento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.
- Necessidade de a participação social observar a diversidade pujante do Brasil.
- Importância de haver concursos públicos específicos que contemplem a diversidade racial e cultural.
- Foi apontado que o potencial de mapeamento cultural que têm as bibliotecas não pode ser desprezado na formulação das políticas.
- Necessidade de editais realmente inclusivos, para garantir a participação social de pessoas com deficiência, em especial, surdas. Destacou-se a diversidade dentro da própria comunidade surda (surdos negros, surdos LGBTQIA+, mulheres surdas, surdas e portadoras de outras deficiências...)

No segundo dia, algumas questões também envolveram a participação social:

- Foi discutida a importância da (re)criação do Instituto Brasileiro de Livro, Leitura Literatura e Bibliotecas e que a institucionalidade dá força para a pauta
- Falou-se na necessidade de que sejam criadas outras instâncias de discussão, para além da 4ª CNC, e que estas tenham continuidade.
- Foi pontuado que as propostas do caderno não falavam em acessibilidade, que sempre está presente a palavra acesso, mas que a palavra acessibilidade deve vir junto, para que o acesso não fique inútil para muitas pessoas.
- Foi sugerido que as bibliotecas escolares sejam sempre voltadas para comunidade e que os sebos fossem incluídos nesta discussão.
- Foi dito que se deve olhar para a cultura produzida na Amazonia, que o fator amazônico deve ser respeitado e que ele deve estar incluído nos eixos. Foi proposta a criação uma política de aquisição de acervos da e para a população indígena.
- Foi sugerida a criação de um programa de clubes de leitura, um programa nacional nos municípios, com financiamento para a aquisição de livros.

- Falou-se da construção da cidadania e que, ao falar de livro e literatura, seria importante falar das crianças.

PROPOSTAS PRIORIZADAS

Discussão de priorização das propostas existentes.

Fabiano Piúba disse que a 4ª Conferência Nacional de Cultura tem realizado um rico debate sobre a articulação federativa e a participação social e em como tem sido aprimorada essa relação. Ele mencionou a PNAB e a Aldir Blanc como importantes instrumentos para isso e reforçou o trabalho extenso para que os recursos dessas políticas possam ser executados pela pauta do livro, leitura, literatura e bibliotecas. Ressaltou a importância do trabalho nos estados e municípios. Mencionou ainda a que a CNPC - desde o histórico de extinção pelo governo anterior até um novo processo eleitoral - está a caminho para garantir novamente essa representatividade.

Em relação à questão da participação social no segmento do livro, leitura e bibliotecas, o grupo entendeu que as leis não bastam. Chegou-se à conclusão de que para se ter participação social é preciso “olhar” os atores que fazem parte do setor (escritores, bibliotecários, agentes, mediadores etc.). Trazer o SNBP como ferramenta de mapeamento e o PNLD literário para ter nos seus catálogos autoras e autores de diversos estados. Ampliar o alcance das políticas públicas, tornar os invisíveis, visíveis. Olhar os estados e municípios, mapear nossos territórios. Trazer e fortalecer a tradição oral é fundamental, ter um mapa de eventos literários, incluir o “fator amazônico”. O MinC precisa querer conhecer os atores desse segmento para ter sucesso em suas políticas públicas.

Foi apresentada a necessidade da regulamentação do PNLE, considerado uma espécie de que é uma espécie de carta de navegação e fundamento para a reconstrução e articulação do PNLL para os próximos 10 (dez) anos.

As propostas mais votadas foram:

Eixo 3, GT 6, proposta 02 - 46 votos:

Criar políticas públicas de construção, restauração, manutenção, proteção, fomento, divulgação e acesso a museus, bibliotecas, casas de cultura, edificações históricas, centros de referência, pontos de memória, espaços culturais e patrimônios materiais e imateriais, revitalizando os espaços de rito, festa e cerimônias culturais e/ou tradicionais, ampliando os espaços físicos e virtuais de guarda, conservação e pesquisa de acervos e garantindo a transparência na gestão desses espaços, de modo a preservar e valorizar linguagens, memórias e narrativas dos fazedores de cultura em todo Brasil.

Eixo 1, GT 1, proposta 01 - 45 votos

Aprovar e regulamentar, em caráter de urgência, o PL 3905/2021 (que cria o marco regulatório do fomento à cultura), o PL 9474/18 (que estabelece diretrizes para as políticas culturais e regula o Sistema Nacional de Cultura), a PEC 150/2003 (que trata da destinação de recursos à cultura), bem como outros marcos legais de fomento à cultura, como o PL 421/2014 (que determina a aplicação mínima de recursos por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios na preservação do patrimônio cultural brasileiro e na produção e difusão da cultura) e o PL 6722/2010 (que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura - Procultura), de modo a: (a) promover maior descentralização dos recursos priorizando territórios com baixo IDH e indisponibilidade de equipamentos públicos de arte e cultura; (b) ampliar a participação social e gestão participativa; (c) incentivar mecanismos de renúncia fiscal e linhas de acesso a crédito para microempreendedores da economia criativa; (d) integrar políticas públicas para jovens e mestres populares; (e) simplificar processos, linguagens, formas de acesso e prestações de contas e; (f) promover a capacitação dos agentes culturais.

NOVAS PROPOSTAS

Foram elaboradas e escolhidas as seguintes propostas:

1. Revisar, atualizar e aprovar o PLS 294/2005 que cria o Fundo Setorial do Livro, Leitura Literatura e Bibliotecas e criar o Instituto Brasileiro do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, bem como fomentar ações para efetivar e fortalecer as diretrizes da Política Nacional da Leitura Escrita – Lei nº 13.696/2018, segundo as diretrizes constantes em seu artigo 2º e seus objetivos do artigo 3º. Garantir que as linguagens artístico-culturais

sejam permeadas e articuladas com ações e políticas do livro, leitura, literatura e bibliotecas a fim de registrar, acessibilizar, difundir e fomentar os conhecimentos e saberes a curto, médio e longo prazo, fortalecendo os eixos do Plano Nacional de Cultura.

2. Descentralizar as Políticas Culturais com programas e políticas regionalizadas que incluam e contemplem as manifestações literárias produzidas nos diferentes territórios brasileiros, observando as questões próprias do custo amazônico, valorizando as produções literárias indígenas, africanas e afro-brasileiras, de mulheres, LGBTQIAP+, comunidades tradicionais, comunidades periféricas, pessoas com deficiência e todas as expressões de oralidades literárias, como contações de histórias, slams e batalhas de rima.

OUTROS FATOS RELEVANTES

A necessidade de políticas públicas mais inclusivas, por meio de editais mais acessíveis a PcDs e que também considerem a oralidade e a arte literária marginal/periférica.

ENCAMINHAMENTOS

Os encaminhamentos condizem com as propostas priorizadas e com as novas propostas relatadas acima.

Moda

Setorial:		Moda	
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde 15h00 – 17h20
	05 de março de 2024		Manhã 10h30 – 12h45
Relator(a)s		Gabriel Medeiros Chati	Lívia Maria Tenório Buarque de Freitas
(Nome e contato):		gabriel.chat@cultura.gov.br	livia.buarque@cultura.gov.br

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição, função, UF	Dia 1	Dia 2
1	Andrea Guimarães	MinC/SEFIC/DDEC	X	X
2	Glícia Cáuper	Delegada – Amazonas	X	X
3	Paloma Gervasio Botelho	Delegada suplente – São Paulo	X	X
4	Sílvia M N dos Santos	Delegada Sociedade Civil Alagoas	X	X
5	Giovana Penido	Minas Gerais	X	
6	Taís Figueredo	Pará	X	X
7	Fernanda Morgani	CNPC – Sociedade Civil – C. Oeste	X	X
8	Gabriela Duarte Marsen	Convidada - Curitiba/PR	X	
9	Bele Lara dos Santos	Convidada - Curitiba/PR	X	
10	Vic Guidi	Convidada - Curitiba/PR	X	
11	Ley Silva	Delegado Goiás	X	X
12	Javier Garcia	Delegado Ceará	X	X
13	Habacuque Miguel	Brasília/DF	X	
14	Matheus Solem	Minas Gerais	X	
15	Emille Cristhine Almeida Passos	Delegada Piauí	X	X
16	Stael Magesck Serra	Delegada Espírito Santo	X	X
17	Heidi Bublitz Schubert	Santa Catarina	X	X
18	Vanessa G. da Silva	Tocantins	X	X
19	Cecília Pessoa	Convidada Pernambuco	X	X
20	Rafa Barbosa	Ceará		X
21	Danielle Nigromonte	Convidada Rio de Janeiro	X	X
22	Inara Gomide	Delegada Mato Grosso do Sul		X
23	Bruno Chaves	Delegado - Ceará		X
24	Verônica Rodrigues	Delegada - Distrito Federal		X
25	Patrícia Albernaz	MinC/DDEC/SEFIC	X	X
26	Adriana Nunes	MinC/DDEC/SEFIC		X

DADOS GERAIS E ABERTURA

No primeiro dia do encontro eram vinte e duas pessoas presentes na setorial de Moda, que se iniciou às 15h, no dia 4 de março de 2024, na sala extra do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, localizada no mezanino. Andrea Guimarães, coordenadora do setor, Diretora de Desenvolvimento Econômico da Cultura (SEFIC/MinC), apresentou a metodologia dos encontros setoriais e convidou duas empreendedoras/delegadas para fazer falas inspiradoras.

Glícia Cáuper, empreendedora do norte do país, leu uma carta aberta do setor de moda para todos os brasileiros, iniciando sua fala questionando ao público o que eles acreditam que é a moda (carta aberta em anexo). Paloma Botelho, empreendedora do sudeste, continuou a leitura da carta, reforçando o protagonismo

da moda no setor cultural brasileiro, destacando que a moda está presente em todas as manifestações culturais do país.

Andrea Guimarães fez uma fala informativa de balanço e histórico do Colegiado Setorial de Moda e do Plano Setorial de Moda, com ênfase no processo de elaboração do plano setorial (2009) que visava se integrar ao Plano Nacional de Cultura, aprovado por lei em 2010. Retomou aspectos da formação do setorial em 2010, de sua representatividade, primeiros passos de organização e funcionamento, culminando no plano setorial em 2016. Passou a descrever algumas das características do plano setorial e do cotidiano de funcionamento do colegiado.

Andrea sugeriu a separação dos presentes em dois grupos, para resposta dos questionamentos padrões do setorial. Giovana Penido, delegada por Minas Gerais, sugeriu que fosse feita uma discussão única, com todos os presentes, o que foi acatado pela coordenadora. Assim, passou-se a uma rodada de apresentação dos presentes no primeiro dia de encontros, conforme e na ordem da listagem no início deste documento.

O primeiro dia de encontro do setorial de Moda encerrou-se às 17h20min com uma breve explicação feita pela coordenadora Andrea Guimarães sobre o funcionamento do dia seguinte.

O segundo dia de encontro, 05 de março de 2024, teve início às 10h30min, com a coordenadora do setorial, Andrea Guimarães, fazendo um resumo do trabalho do dia anterior. Solicitou às dezesseis pessoas presentes que observassem o preenchimento da matriz de responsabilidades federativas (ver tópico seguinte), opinassem sobre os temas incluídos e indicassem quais entes teriam a atribuição de cada proposta.

O segundo e último dia de trabalho se encerrou às 12h45min, com agradecimentos e falas emocionadas, além de registros fotográficos com as pessoas participantes do setorial.

RELAÇÃO FEDERATIVA

Durante o debate sobre a responsabilidade dos entes federativos para as questões levantadas pelo setorial, esta relatoria seguiu com o encaixe dos temas no quadro exposto acima, após aprovação de inclusão pelo grupo. Algumas falas se destacaram no debate e geraram uma troca mais intensa, conforme trechos que seguem:

Proposta	Federal	Estados	Municípios	Soc. Civil
Revisão do plano setorial de moda e criação de planos onde não existem	X	X	X	X
Taxação dos produtos importados e política de subsídio/barateamento para a aquisição de insumos nacionais e importados, evitando a bitributação	X	X	X	
Oferta de formação continuada em moda, em diferentes níveis (técnico, profissional e acadêmico), garantindo a participação de pessoas LGBTQIAPN+, pessoas negras, pessoas indígenas, pessoas com deficiência e pessoas idosas, pessoas quilombolas, pessoas periféricas, povos ribeirinhos, mestres da cultura, povos ciganos, pessoas em assentamento e pessoas em vulnerabilidade social	X	X	X	X
Abertura de espaços de discussão em conselhos de moda nos Estados e Municípios		X	X	
Reconhecimento dos ofícios e dos saberes profissionais da moda (grafismos e técnicas indígenas, povos afro-brasileiros, povos tradicionais e originários, manipulação de biomateriais etc.).	X			
Alcance das políticas públicas nas periferias e municípios do interior	X	X	X	
Incubadoras de moda e fomento específico (editais e outros) para o setor		X	X	X
Cota geográfica e garantia de ações afirmativas intergeracionais para pessoas LGBTQIAPN+, pessoas negras, pessoas indígenas, pessoas com deficiência e pessoas idosas nas políticas públicas	X	X	X	X
Mapeamento da cadeia e dos agentes do setor de moda	X	X	X	X
Democratização e simplificação do acesso às políticas públicas	X	X	X	
Incentivo à pesquisa no setor de moda	X	X	X	X
Incentivo à comercialização no setor de moda	X	X	X	X

Reconhecimento do setor de moda como pauta para políticas públicas e possibilidade de inscrição de pessoas físicas e jurídicas em editais do setor	X	X	X	
Criação de espaços de memória, ancestralidade do setor	X	X	X	X
Criação de fórum permanente de moda	X	X	X	X
Retomada do colegiado de moda em âmbito federal e criação das setoriais em âmbito estadual e municipal (SEPARAR PROPOSTAS)	X	X	X	X
Regulamentação da profissão dos trabalhadores da moda, e instituição de mecanismos de regularização salarial para os trabalhadores da área, incluindo as atividades econômicas no CNAE e o MEI	X			
Criação de um eixo de sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental dentro do plano setorial de moda	X	X		
Criação de espaços físicos e virtuais polivalentes/multiusos (formação, comercialização, intercâmbio, exposição, divulgação) de acesso público e gratuito	X	X	X	X
Participação do setor de moda nas leis de incentivo estaduais (renúncia de ICMS)		X		
Criação de uma agenda de divulgação incluindo iniciativas independentes	X	X	X	X
Criação de festas, feiras, festivais, exposições, desfiles regionais itinerantes de moda em parceria com instituições interessadas na área de formação em moda (Sistema S)	X	X	X	X
Articulação entre MinC e MEC para a inclusão no ambiente escolar de temas da moda	X	X	X	
Garantir a diversidade da população brasileira na moda nacional	X	X	X	

O debate seguiu com os presentes levantando pontos e opiniões sobre a responsabilidade de cada ente para os temas que foram trazidos dentro do setorial. O grupo entende que o direcionamento na matriz de responsabilidades não exclui a participação dos demais entes federativos, assim como o debate e participação da sociedade civil.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Em todos os temas levantados e discutidos no encontro, a participação social foi aventada, ainda que sem aprofundamento de aspectos positivos ou negativos. Houve sempre um destaque para a importância da realização de reuniões junto a sociedade civil, através da criação de fóruns, setoriais e colegiados de discussão a nível municipal, estadual e federal.

PROPOSTAS PRIORIZADAS

Patrícia Albernaz reforçou que todas as propostas serão levadas em consideração, pois elas são uma expressão da sociedade, mas algumas delas serão priorizadas dentro do Plano Nacional de Cultura.

Em algumas falas houve menção ao eixo em que a proposta se insere, permitindo que esta relatoria montasse o quadro de relação entre temáticas e eixos a seguir:

EIXO 1	EIXO 3	EIXO 5
Mapear as ações e/ou resultados pós o Plano Setorial de Moda.	Simplificação das inscrições em editais nos editais, para que possam ocorrer através de vídeos e/ou através de propostas oralizadas, as quais deverão ser apresentados a profissionais com escuta ativa, para reduzir adequadamente a termo.	Cadastro de profissões específicas do setor de moda dentro do CNAE e adição de CNAES já existentes
	Proposta de cotas geográfica e garantia de ações afirmativas intergeracionais para pessoas LGBTQIAPN+, pessoas negras, pessoas indígenas, pessoas com deficiência e pessoas idosas nas políticas públicas.	

NOVAS PROPOSTAS

Glícia Cáuper mencionou a parca oferta de formação em Moda na região Norte, especialmente de instituições públicas. A questão da oferta de formação e as condições de produção foram mencionadas por outras participantes, sendo o modelo de incubadoras mencionado como sugestão.

Processos de apropriação cultural foram recorrentes em diferentes falas; para lidar com isso, mencionou-se a necessidade de políticas de proteção específicas, nos diferentes âmbitos da administração pública.

OUTROS FATOS RELEVANTES

A fim de ilustrar as intervenções e o debate de maneira ampla, fizemos registros de falas individuais conforme segue.

Giovana Penido destacou a importância de pensar os produtos da moda como um produto cultural: "o que a gente veste é cultura".

Thais e Silvia destacaram a dimensão imaterial do trabalho em Moda.

Cecília Pessoa defendeu a criação de um espaço de memória do setor de Moda.

Bruno Chaves reforçou a necessidade de as atividades formativas chegarem nos municípios e nos trabalhadores de base. O que foi também enfatizado por Verônica Rodrigues.

Glícia ressaltou a importância de um retorno financeiro para pessoas trabalhadoras da ponta da cadeia produtiva do setor.

Silvia lembrou que a Moda engloba vários setores culturais – artesanato, fotografia, design, etc. – e que a cadeia produtiva engloba artesãos, costureiras, maquiadores, estilistas, modelistas, modelos, vendedores, entre outros.

Heidi destacou a importância de criação de ações afirmativas para pessoas idosas, o que foi reforçado por Silvia e incluído nos temas prioritários do setor.

Vanessa Silva solicitou a palavra ao final dos trabalhos para reforçar a importância da fiscalização mais rigorosa quanto ao trabalho escravo no setor de moda.

ENCAMINHAMENTOS

Cecília Pessoa solicitou que o relatório das reuniões deste setorial fosse enviado para os presentes, para que servisse de base para futuras reuniões e discussões.

Museus

Setorial:		Museus	
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde
	05 de março de 2024		Manhã
Relator(a)s (Nome e contato):		Nome (00) 00000-0000 email@email.com.br	Nome (00) 00000-0000 email@email.com.br

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1.	Fernanda Castro	Presidenta do Ibram
	Alexandre Gomes	Consultor OEI Ibram
	Lúcia Santana	Museu Goeldi/ Fórum de Museus de Base Comunitária e Práticas Socioculturais da Amazônia
	Átila Tolentino	Ibram
	Marielle Costa	Ibram/ relatoria
	Taís Valente	Ibram/relatoria
	Bárbara Primo	Ibram/ relatoria

DADOS GERAIS E ABERTURA

O Setorial de Museus contou com a participação de aproximadamente 70 pessoas. O início dos trabalhos contou com as falas inspiradoras de Lúcia Santana (Pará) e Alexandre Gomes (Pernambuco).

Fala de Lúcia Santana – representante do Fórum de Museus de Base Comunitária e Práticas Socioculturais da Amazônia

“Não nos afastemos do nosso Norte!”. A partir dessa premissa, Lúcia Santana Iniciou sua fala fazendo um histórico do Fórum de Museus da Amazônia e da sua relação com a memória e democracia. Destacou a atuação de todos, todes e todas que, em diferentes formatos museológicos, fizeram e fazem essa diferença na retomada das políticas museológicas. E ressaltou o papel das redes e coletivos que resistiram à pandemia, à censura e continuaram ativamente com seus trabalhos, contribuindo para mudanças significativas no campo museal. Foi com a participação das redes de educação museal que se consolidou o Primeiro Encontro de Educação Museal na Bahia (Emuse), quando se pôde compreender o impacto do processo político de retrocesso que vivemos entre os anos de 2016 e 2022, que atingiu principalmente o campo da educação, com redução de profissionais nos setores museológicos, com poucos investimentos para o setor, com pouca participação do setor nos campos decisórios da governança dos museus, com visita pública restrita dos museus, entre outros. Ressaltou que saímos do Emuse compreendendo o cenário desolador e desafiador, mas reconhecendo também a resistência das redes e a expansão da luta pelas memórias LGBTQIP+, quilombola, indígena, de mulheres, entre outros movimentos que apontam para uma visão decolonial de museus, onde faz todo o sentido integrar para não entregar o campo museal para qualquer forasteiro. No ano de 2023, o Fórum de Museus da Amazônia, em conjunto com a Associação Brasileira de Ecomuseus e museus comunitários e o Movimento Negro do Pará, abraçou a política dos Pontos de Memórias e se adentrou no interior da Amazônia para falar de política e convidar várias iniciativas culturais a se tornarem Pontos de Memórias, uma vez que o Pará só tinha dois Pontos de Memórias reconhecidos pelo IBRAM até 2023. Ter engajamento e ativismo social colaboram para as lutas, reivindicações e diálogos com as esferas do Estado para que haja um maior instrumental para o desenho de políticas públicas democráticas que atendam os anseios da sociedade brasileira em prol dos seus bens culturais e museus. Apontou ser necessário fazer um balanço sobre a constituição da Política Nacional de Museus desde 2003, ler criticamente e rever as recomendações internacionais, nacionais e locais de documentos que foram feitos a partir da coletividade, trazendo referências para aproveitar as boas práticas, no sentido de fazer uma reflexão ampliada da democratização da cultura, observando as vulnerabilidades regionais, sociais, ambientais, de raça, etnia, econômicas, de gênero entre outros fatores que levam aos abismos sociais e políticas socioculturais excludentes. Pontuou que não devemos permitir retrocessos, pois foram construídos, ao longo da PNM, documentos imprescindíveis aos museus, como

programas e políticas de educação, acessibilidade, pontos de memórias, entre outros dispositivos fundamentais aos museus e necessários nas suas governanças, como por exemplo os planos museológicos. Pontuou ser importante verificar se os Sistemas de Museus operam nos estados e municípios envolvendo as diversas tipologias de museus existentes. E que os Museus ganham as mídias, os canais de tv, as rádios comunitárias, entre outras ferramentas de comunicação que possam proporcionar debates, partilha de conhecimentos em prol de uma cidadania cultural. Finalizou destacando que os museus e os processos museais não são um movimento acabado, porque um museu deve seguir com as perguntas que os indignam em qualquer sistema político ou econômico que houver, porque a memória é um ser vivente. E que é possível pensar com ousadia o desenho uma Política Cultural de Base Comunitária que esteja baseada de fato e de direito nos afetos, na comunidade, no Bem-viver e nos Patrimônios, como uma forma de frear o neoliberalismo predador, autoritário e excludente.

Fala de Alexandre Gomes – Consultor da OEI pelo Ibram

A fala inspiradora de Alexandre Gomes efetuou um balanço dos últimos 20 anos sobre os processos de mobilização da sociedade civil nas políticas museológicas, contextualizando a relação Estado x Sociedade a partir das transformações nas modalidades de participação social a partir das gestões públicas federais. Problemáticas oriundas das continuidades e rupturas desde as mobilizações do setor museal a partir de 2003, com o início da Política Nacional de Museus, em consonância com os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura, até o desmonte dos últimos 6 anos, foram o mote para a contextualização dos desafios da retomada das políticas públicas por parte dos/as participantes da 4ª Conferência Nacional de Cultura. Situando nesse período o surgimento de diferentes redes e processos mobilizativos de povos indígenas, quilombolas, povos de terreiros, povos e comunidades tradicionais, mestres e mestras da cultura, movimento LGBTQIA+ e das mulheres, entre outros, em torno das políticas para museus, desde as pautas de raça, etnia, gênero, sexualidade, luta por terra/território etc., a resistência dos movimentos sociais se fortaleceu articulada à luta por direitos à memória e à cultura. Desde uma discussão sobre participação social e políticas culturais de Estado a partir da relação entre autonomia e institucionalidade, propôs pontos de inflexão para o debate setorial alinhados às perspectivas de uma museologia política, social e comunitária, a saber: a natureza como sujeito de direitos; a cultura como direito, à memória como instrumento de luta e o patrimônio como campo de conflito; pluriversos epistêmicos e cosmológicos como fundamentos políticos, teóricos e metodológicos; memória social e patrimônio cultural como fundamentos para a reparação e justiça de transição; defesa e fortalecimento da autonomia dos territórios e populações re-existentes; e gestão compartilhada, processos participativos e democracia direta nas políticas públicas culturais.

RELAÇÃO FEDERATIVA

Inicialmente, o Setorial foi subdividido em dois subgrupos para trabalhar a relação federativa e a participação social. Alguns temas que passaram por esses debates foram: a) Comunicação museal; b) repensar o futuro sob o ponto de vista da Museologia Social; c) intersetorialidade; d) acessibilidade; e) trocar os termos “fazedores de cultura” por “trabalhadores da cultura”; f) necessidade da realização de mapeamentos de territórios e fomento para questões de preservação das memórias; e g) discutir a cultura do acesso e acessibilidade à cultura.

Também foram utilizadas perguntas norteadoras que conduziram os debates: Como você acha que deveria ser a relação federativa neste segmento? O que vocês consideram que deva ser responsabilidade do âmbito federal, estadual e municipal na sua linguagem ou segmento?

No grupo que discutiu a relação federativa, a Matriz não foi utilizada, tendo em vista que o Ibram já implementa desde 2004 o Sistema Brasileiro de Museus e que, nessa perspectiva, a relação federativa se dá no âmbito da delegação de competências e gestão compartilhada das políticas públicas setoriais.

Apesar disso, foi apontado que a relação federativa entre o SBM e os demais sistemas de museus precisa ser potencializada, de forma mais orgânica e comunicativa, levando em conta as especificidades das necessidades regionais e viabilizando maior capilaridade do Ibram. No pacto federativo, também foi apontada a necessidade de fortalecimento das instâncias de controle social, a fim de haja mais efetividade na execução das políticas de museus nos estados e municípios. Nesse desenho, o Sistema Brasileiro de Museus deve ter uma coordenação que estabeleça normativas necessárias (como as políticas locais, os planos setoriais, os mecanismos de participação social) para a delegação de competências.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Inicialmente, houve a discussão sobre o processo de participação social no campo museal em um dos grupos de trabalho nos quais o Setorial foi subdividido, constituído de vários delegados, convidados e observadores. Nesse GT, foi feita uma discussão sobre as diferentes camadas do conceito de Participação Social, desde o nível

institucional, de ativismos e mobilização para a constituição de representação social nos dispositivos criados pelo governo em articulação com os movimentos sociais, como conselhos, comitês, fóruns entre outros que contribuem para que haja inclusão social, representatividade e pluralidade dos processos museais. Foi colocado também que a democracia e participação social formam a base de uma cidadania cultural. A falta da democracia cria museus excludentes, autoritários e que têm pouco diálogo com a comunidade. Há necessidade dos museus se aproximarem dos desafios e problemas que são postos na contemporaneidade de forma crítica, coletiva e também qualificada. E por fim, foi destacado ser necessário criar e potencializar espaços de escuta qualificada, participação e controle social, de modo que os diferentes segmentos e atores do campo dos museus possam efetivamente participar da implementação e monitoramento das políticas públicas do setor.

PROPOSTAS PRIORIZADAS

Foi discutida a priorização de propostas do Eixo 3, tendo sido elaborados objetivos, como segue:

GT 05

Educar a cultura, culturalizar a educação.

Articular as políticas culturais de museologia social, educação museal, educação patrimonial, educação integral e integrada, alocadas no IBRAM, IPHAN, FCP e MEC, como estratégias de reparação histórica de populações subalternizadas, priorizando a construção coletiva/participativa de programas, projetos e ações com os diferentes grupos sociais, valorizando o território, a autogestão da memória e o protagonismo desses grupos na identificação e gestão de suas referências culturais.

Objetivo 1:

Promover políticas públicas que viabilizem a intersetorialidade, a transversalidade e a capilaridade de programas, projetos e ações assegurando o direito à memória e ao patrimônio cultural.

Objetivo 2:

Qualificar e consolidar a participação social por meio do protagonismo de grupos sociais historicamente invisibilizados e seus territórios na identificação e gestão do patrimônio cultural e da memória.

GT 06

Sustentabilidade, diversidade e gestão compartilhada

Fortalecer o Sistema Brasileiro de Museus e instituir o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural em gestão compartilhada com os entes da federação e de forma integrada ao Sistema Nacional de Cultura, apontando as respectivas responsabilidades e criando políticas e planos setoriais de museus e patrimônio cultural com os estados e municípios, assegurados recursos orçamentários específicos para as áreas.

Objetivo 3:

Assegurar a sustentabilidade financeira por meio de fundos específicos para o campo dos museus e do patrimônio, inclusive na execução da lei nacional do patrimônio vivo e a partir da vigência da lei dos mestres e mestras.

Objetivo 4:

Garantir recursos com dotação orçamentária prevista em Lei, com programas de incentivo fiscal e linhas de financiamento para o campo da memória e do patrimônio cultural, assegurando e viabilizando distribuição adequada às especificidades territoriais, regionais e estaduais entre os federativos.

NOVAS PROPOSTAS

A partir da discussão de priorização, identificação de ausências e complementações necessárias às propostas do Eixo 3, que mais se relacionavam com o setor de museus, foram elaboradas as seguintes novas propostas:

Participação social

Criar e fortalecer espaços, mecanismos e ferramentas de participação social direcionadas ao poder público e às instituições museais, considerando as diferentes esferas, a implementação de políticas públicas e de processos e ações museais, nos âmbitos da gestão e da prática museal.

Fomentar a organização de redes

Regulamentar a relação do Ibram, enquanto gestor do SBM, com os sistemas estaduais e municipais, considerando a obrigatoriedade de criação de conselhos, de políticas estaduais de museus e planos setoriais, tendo em vista um modelo de gestão compartilhada de responsabilidades. Nesse contexto, foi sugerido o seguinte vocabulário base para as propostas: Museus; Pontos de memória; Educação museal; Mestres de patrimônio e memória; Memórias sensíveis; Repatriação; Restituição; Tráfico ilícito; Direito à memória; Ibram; Sistema brasileiro de museus; Diversidade; Memórias LGBTQIAPN+.

ENCAMINHAMENTOS

Foram apresentadas as seguintes recomendações gerais para a sistematização de propostas da IV CNC:

- Onde tiver educação cultural e educação patrimonial inserir educação museal;
- Onde o texto abordar democratização, descentralização e acesso, inserir: acessibilidades, a fim de assegurar o direito ao acesso e acessibilidades;
- Onde o texto aborda diversidade mencionar valorizar memória LGBTQIAPN+;
- Incluir trabalhadores da cultura junto a fazedores da cultura onde couber.

Música

Setorial:	Música		
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde
	05 de março de 2024		Manhã
Relator(a)s: (Nome e contato)	Hudson Cláudio Neres Lima hudson.lima@funarte.gov.br	Paulo Henrique da Costa Barros paulo.barros@funarte.gov.br	

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1.	Eulícia Esteves Vieira	Funarte – Coordenadora Setorial
	Paulo Henrique da Costa Barros	Funarte – Relator
	Hudson Neres Lima	Funarte – Relator
	Rosana Gonçalves Lemos	Funarte – Apoio Técnico

DADOS GERAIS E ABERTURA

Na abertura do Encontro Setorial da Música, a Diretora de Música da Fundação Nacional das Artes, Eulícia Esteves, saudou os presentes e apresentou os servidores da Funarte integrantes da Mesa: Rosana Lemos, Coordenadora de Bandas, Hudson Neres, Coordenador de Ópera e Música de Concerto, e Paulo Henrique Barros, Coordenador de Música Popular.

Em seguida, Sara Loiola Viana, presidente da Associação Brasileira de Festivais Independentes, e Magali Kleber, representante da Rede Brasileira de Práticas Musicais Reflexivas, compartilharam visões e experiências, a partir de seus segmentos de atuação. Entre os temas abordados pelas convidadas, destacamos a importância de políticas estruturantes (como o fomento aos eventos calendarizados e casas de música, por exemplo), a necessidade de criação de um fundo e uma agência específicos para a música, e a importância do ensino da música como direito universal.

Eulícia Esteves apresentou um histórico do processo de construção da Política Nacional para a Música desde 2005 e destacou a importância da realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura como espaço de retomada das discussões, em âmbito nacional, de forma ampliada e federativa.

Destacou-se a participação significativa da sociedade civil, especialmente no segundo dia. O debate na plenária evidenciou o engajamento dos participantes em buscar soluções para os desafios do setor musical brasileiro, traduzindo a importância da participação social na construção de políticas públicas para a cultura no país.

No primeiro dia, 32 representantes da sociedade civil assinaram a lista de presença. No segundo dia, com a maioria dos participantes da 4ª Conferência Nacional de Cultura já em Brasília, 92 representantes assinaram a lista. Vale registrar que durante a plenária houve rotatividade de participantes, sugerindo um número maior do que o registrado.

RELAÇÃO FEDERATIVA

Os participantes do encontro setorial, em deliberação coletiva, optaram por não discutir sobre os temas propostos (pacto federativo e participação social), direcionando os debates para temas considerados mais relevantes e prioritários para o setor no atual momento.

A importância da construção de um pacto federativo foi tema que surgiu em algumas falas ao longo dos dois dias de encontro, porém não houve encaminhamento ou deliberação específica sobre este assunto.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Os participantes do encontro setorial, em deliberação coletiva, optaram por não discutir sobre os temas propostos (pacto federativo e participação social), direcionando os debates para temas considerados mais relevantes e prioritários para o setor no atual momento.

A importância da participação social foi tema que surgiu em algumas falas ao longo dos dois dias de encontro, porém não houve encaminhamento ou deliberação específica sobre o tópico.

PROPOSTAS PRIORIZADAS

Após os debates sobre metodologia e encaminhamentos, os participantes decidiram pela defesa de duas propostas prioritárias para encaminhamento aos grupos de trabalho da Conferência e às plenárias dos eixos temáticos.

Entre os tópicos constantes no Caderno de Propostas, a grupo decidiu dar prioridade à **criação do Fundo Setorial da Música** (FSM), tema aderente à Proposta 03, do Grupo de Trabalho 02 – Fomento e Financiamento, do Eixo 1 – Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura, a saber:

“Aprovar os fundos setoriais e reestruturar os marcos legais que regem os Fundos de Cultura já existentes, prevendo maior alocação de recursos estaduais, dos quais devem ser destinados percentuais progressivos e continuados às ações afirmativas voltadas para a territorialização da Cultura”.

NOVAS PROPOSTAS

No segundo dia do Encontro Setorial de Música, a plenária debateu a metodologia proposta para o debate e priorização de propostas a serem defendidas pelo setor durante a plenária final da Conferência. Após deliberação, a metodologia inicial não foi acatada, pois os participantes consideraram que ela não atendia às suas expectativas. Em vez disso, a plenária optou por discutir temas considerados relevantes para o setor, tais como:

1. A importância da educação musical para o desenvolvimento da cidadania e a formação integral do indivíduo;
2. A valorização da música regional e periférica como um elemento essencial para a diversidade cultural do país;
3. A necessidade de capacitar os proponentes para a participação em editais públicos foi ressaltada como forma de democratizar o acesso aos recursos públicos destinados à cultura;
4. As questões trabalhistas e previdenciárias para garantia da dignidade e da sustentabilidade da carreira dos profissionais da música; e
5. A criação de uma Agência Nacional de Música foi vista como um mecanismo para fortalecer a institucionalidade do setor musical, promover a articulação entre os diferentes níveis de governo e otimizar a gestão dos recursos públicos destinados à área.

Após alguns debates, os presentes escolheram, por unanimidade, apresentar como nova proposta à plenária da 4ª Conferência Nacional de Cultura a **criação da Agência Nacional da Música**, autarquia federal dedicada exclusivamente ao tratamento das questões do setor musical.

OUTROS FATOS RELEVANTES

Delegados e convidados presentes chamaram atenção para a ausência das propostas setoriais, debatidas nas conferências prévias, no Caderno de Propostas da 4ª CNC. Alguns sugeriram a inclusão das propostas setoriais oriundas dos municípios, estados e do DF como um anexo do Caderno de Propostas ou como um documento específico, a ser publicado nos anais da 4ª Conferência, para registro e preservação do histórico dos debates setoriais.

Além das manifestações sobre os desafios e questões prioritárias do setor musical, algumas falas destacaram a valorização do Hip Hop e dos blocos de axé. Os participantes defenderam a importância de reconhecer e promover esses gêneros musicais como elementos relevantes da cultura brasileira. De maneira mais específica, houve menção ao bloco afro Ilê Aiyê e seu fundador, Vovô, como figura a ser mais valorizada.

ENCAMINHAMENTOS

Defesa de duas propostas como prioritárias do setor:

1. Criação da Agência Nacional da Música;
2. Criação do Fundo Setorial da Música.

Patrimônio Imaterial

Setorial:		Patrimônio Imaterial	
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde
	05 de março de 2024		Manhã
Relator(a)s (Nome e contato):		Diego da Hora Simas (61) 2024-5401 diego.simas@iphan.gov.br	Mônica de Medeiros Mongelli (61) 2024-5424 monica.mongelli@iphan.gov.br

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1.	Deyvesson Israel Alves Gusmão	Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial - DPI/Iphan (Coordenador da Mesa)
	Joaquim de Lima Kaxinawá (Maná)	Membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - CCPC/Iphan (Convidado para fala inspiradora)
	Alessandra Ribeiro	Membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - CCPC/Iphan (Convidada para fala inspiradora)
	Diana Dianovsky	Coordenadora-Geral de Identificação e Registro – CGIR/DPI/Iphan (Apoio)
	Ivana Medeiros Pacheco Cavalcante	Coordenadora de Monitoramentos do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural – Comos/CGESP/DAFE/Iphan (Apoio)
	Diego da Hora Simas	Coordenador Administrativo do DPI – COADM-DPI/DPI/Iphan (Relator)
	Mônica de Medeiros Mongelli	Técnica I na Coordenação de Identificação – COIDE/CGIR/DPI/Iphan (Relatora)

DADOS GERAIS E ABERTURA

Quantas pessoas estavam presentes?

Conforme as duas listas de presença entregues, foram 45 pessoas no dia 04 de março e 88 pessoas no dia 05 de março.

Fala Inspiradora: Joaquim de Lima Kaxinawá (Maná), convidado. Indígena do Povo Huni Kuin, Doutor em Linguística, Professor e Membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural:

Maná deu boa tarde em sua língua e ensinou aos demais que lhe respondessem. Refletiu sobre saberes e práticas que significam nossa cultura material e imaterial. Seus slides versaram sobre os povos originários do Brasil, as famílias e a manutenção das diversas línguas. Falou sobre genocídio, epistemicídio e glotocídio, que é a perda da língua. Comentou que muitos povos não se comunicam mais em suas línguas, são apenas “lembrantes”.

Comentou que o povo Huni Kui, do qual ele faz parte, está trabalhando na formação dos agentes de suas comunidades. Comentou que já foram feitos levantamentos e encontros entre membros de seu povo, a partir dos quais já identificaram 11 áreas de formação e 44 especializações que precisam fazer.

Demonstrou, por imagem, diversos saberes que, juntos, compõem saberes indígenas relevantes para a educação de sua comunidade. Pontuou, ainda, que a língua é um ponto focal para transmissão desses saberes; é essencial para acesso e transmissão geracional dos saberes ancestrais.

Falou para os presentes de diversos elementos de sua cultura, em sua língua, que são estruturantes, tais como os espíritos da floresta, formas de organização social e parentesco, artes e ofícios. Lembrou que esse trabalho envolve horas de aulas presenciais e horas de pesquisa.

Ressaltou que a educação escolar indígena é assunto há muito tempo, mas que a educação específica para indígenas está sendo construída agora. Comentou sobre ações da Unesco que visam a estabelecer a década de 2022 a 2032 para as línguas indígenas, dentre as quais as Hatxa Kui. Com isso, concluiu sua fala inspiradora saudando a todos em Hatxa Kui.

Fala Inspiradora: Alessandra Ribeiro, convidada. Liderança da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, gestora da Casa de Cultura Fazenda Roseira, Doutora em Urbanismo e Membro do Conselho Consultivo do patrimônio Cultural.

Alessandra pediu as bênçãos às suas ancestralidades, aos mestres e comunidades, antes de iniciar sua fala. Cumprimentou os parceiros do Iphan e pediu “Vivas!” a Lula e ao MinC, que voltou. Realizou uma cantiga, da

qual os presentes participaram, entoando o coro conjunto. Saudou o jongo; falou de sua história e de quem ela representa, enfatizando a cadeira que ocupa no Conselho Consultivo.

Comentou que faria uma fala a partir da escrita, embora fosse mais versada nas escrevivências. Observou que há traços comuns entre povos e comunidades, as tradições e como são transmitidas cotidianamente. Falou da busca da preservação do patrimônio e da manutenção da cultura para as próximas gerações.

Falou sobre a importância do corpo, da alma e do coração enquanto fundamento para a preservação da cultura, fundamentos essenciais para os detentores que preservam bens culturais. Além disso, ressaltou valores de matriz africana próprios da ancestralidade, que possibilitam a organização territorial, linguística, cultural e de diversos outros valores civilizatórios essenciais.

Ressaltou a prática e o compromisso da preservação da ancestralidade africana. Falou sobre direitos culturais e a legislação, ressaltando a Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 3551/2000 quando destacam que deve ser preservado o direito à cultura e as referências culturais dos povos e comunidades que compõem o processo civilizatório do país. Falou sobre a nova portaria do Iphan (Portaria nº 135/2023) sobre o tombamento dos Quilombos, incluindo documentos e as diretrizes para o reconhecimento dos sítios que sejam detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Comentou sobre a necessidade de atualização de políticas públicas para atendimento, também, de outras parcelas da população dentre os povos tradicionais, como a população LGBTQIA+, idosos, entre outros. Para tal, citou como uma política de exemplo os Pontos e Pontões de Cultura para os bens culturais registrados e o Prouni. Lamentou acontecimentos políticos como o golpe à Presidenta Dilma Rousseff e a recessão antidemocrática durante o governo de Jair Bolsonaro. Comemorou que, apesar desses períodos, as instituições de cultura e os coletivos e comunidades culturais resistiram e estão dispostos à reconstrução.

Finalizou saudando Exu e pedindo que abra nossos caminhos nos trabalhos com a Cultura e nos guie para o ano de eleições municipais.

RELAÇÃO FEDERATIVA

Discussão da relação federativa

Por deliberação dos presentes, foi feita a discussão por meio de ordem de inscrição, em dois grupos, acompanhados pelos relatores da mesa que sintetizaram o discutido, segundo o que segue:

Pergunta colocada para debate do Grupo A: Como você acha que deveria ser a relação federativa neste/segmento? O que vocês consideram que deva ser responsabilidade do federal, do estadual e do municipal na sua linguagem/segmento?

Juliani Bochart (RS): Comentou que o pacto federativo impacta na chegada de recursos orçamentários para as políticas culturais entre os níveis e que é norteador das instâncias de participação social.

Clebson Alberto (CE): Falou sobre a importância dos mestres e técnicos da cultura. Pontuou como costureiras, marceneiros e outros profissionais são invisibilizados nas políticas culturais e na própria Conferência. Ressaltou que os técnicos e técnicas estão sempre nos bastidores da cultura e não são lembrados. Rogou que sejam incluídos nos textos e falou como impactam nos territórios.

Danilo Moura (BA): Falou sobre a tramitação do PL 1868/21 para criação do Fundo Nacional do Patrimônio Cultural, para o qual comentou que a Rede Integrada de Bens Imateriais Registrados (RIBIR) fez contribuições a fim de incluir o patrimônio imaterial no referido PL. Criticou a dinâmica de grupo com divisão entre a relação federativa e participação social, que considera fatores indissociáveis e que poderiam ser discutidos em conjunto.

Eliane Baltazar (MG): Trouxe que a questão do território é fundamental para pensar o patrimônio imaterial, sendo grande barreira, por exemplo, a falta das titulações de terras quilombolas. Comentou que a legislação permite que municípios tomem medidas para subsidiar o reconhecimento dos territórios quilombolas pelo Incra, mas que isso não ocorre. Em resumo, pontuou a necessidade de que o Governo Federal atue na responsabilização dos estados e municípios para que seja estruturado o setor cultural nessas instâncias.

Pedro Neto (SP): Defendeu o estabelecimento de um Sistema Nacional de Cultura, a fim de evitar que realidades e entraves locais impeçam a organização do setor. Falou da importância de que o setor de patrimônio imaterial se organize enquanto um sistema dentro dessa estrutura federativa. Falou da importância de retomar o setorial de patrimônio imaterial e da falta de validade de uma setorial herdada dos parâmetros do governo anterior. Pontuou a importância de articulação interinstitucional e de replicação de iniciativas exitosas para salvaguarda do patrimônio imaterial.

Aleci Silva (PA): Falou da falta de acesso de recursos para cultura nos municípios com menor recurso e da necessidade de um fundo que tenha acesso para todos os municípios, inclusive os menores. Comentou que em seu município (Colares), muitos sequer tiveram acesso à Lei Paulo Gustavo por falta de estrutura e de apoio do governo municipal para os fazedores de cultura. Andréia (...): Falou da dificuldade local, em municípios menores, de acessar editais do Patrimônio Imaterial. Destacou que considerou a Lei Paulo Gustavo como um caso

exemplo de sucesso. Falou também da dificuldade de determinados municípios de compreender instrumentos de fomento e diferenciá-los de licitações e pregões, por exemplo.

Elson Rocha (AM): Rogou pelo destaque da sustentabilidade do campo do patrimônio imaterial, para além de títulos. Falou da necessidade de que os editais de cultura, nos estados e municípios, tenham reserva para o patrimônio imaterial a fim de fomentar essa sustentabilidade e continuidade.

Thomas Medeiros (MG): Defendeu que o reconhecimento dos territórios e povos também é de responsabilidade dos estados e municípios, que estão próximos às comunidades. Falou da necessidade de criar, nos estados e municípios, conselhos de patrimônio cultural e que os mesmos sejam paritários para patrimônio material e imaterial. Também falou da necessidade de melhorar, em seu município e outros mineiros, os quadros do ICMS cultural. Pontuou que Mirosc e Cultura Viva deveria ser mais utilizado pelo Governo Federal.

Cristiane Fernandes (SC): Relata que a maior dificuldade com os fazedores de cultura é o tratamento da lei. Comenta que é necessário que o ente federal implemente formas simplificadas de execução dos recursos em favor dos fazedores de cultura para contratação de detentores de bens culturais e membros de povos e comunidades tradicionais.

Ari Giordani (PR): Falou da necessidade de aumentar os quadros de pessoal das instituições de cultura, que têm estado estranguladas e cada vez mais recebendo novas atribuições.

Álvaro Benevenuto (RS): Falou como o ente federal deve ser o provocador dos estados e municípios, a fim de mobilizar a execução de uma política cultural na estrutura federativa. Falou da importância de incentivar os colegiados setoriais nas estruturas estaduais e municipais.

Marcondes Marconi Tapuia (DF): Falou que seu povo está no DF muito antes de Brasília, prova disso é o Sítio Arqueológico Cachoeirinha. Falou da dificuldade de seu povo com o governo do Distrito Federal por questões territoriais. Ponderou que para além de editais, vê que os povos indígenas são patrimônio vivo e imaterial, para os quais acima de tudo é importante a tradição.

Ricardo Almeida (RS): Comentou a relação que os povos fronteiriços têm com o governo brasileiro. Criticou que não há nenhum eixo na 4a. CNC falando da relação internacional, sendo que diversos povos aqui representados são transnacionais. Falou da importância da cultura se projetar no campo das políticas internacionais.

Laudessandro (SP): Falou sobre a dificuldade do reconhecimento dos quilombos, ponderando que essa é a falta de cumprimento de uma determinação constitucional. Comentou que, para reconhecimento da cultura de seu quilombo, conquistaram o Registro do de seu Sistema Agrícola Tradicional, mas que encontram dificuldades para alcançar o reconhecimento enquanto território quilombola.

O Grupo A apresentou como síntese:

GRUPO A - O grupo selecionou para relato sintético da discussão Juliani Bochartt, que trouxe à plenária os seguintes pontos:

- Necessidades de normas e orientações para implementação de um pacto federativo que contemple o patrimônio cultural imaterial;
- Criação de fundos nas diversas esferas de governança para o patrimônio cultural imaterial;
- Importância de reestruturar a Setorial de Patrimônio Imaterial;
- Estruturação/Reestruturação dos conselhos e demais instâncias de participação social da cultura na esfera federal e nos estados e municípios;
- Valorização de grupos invisibilizados nas políticas para patrimônio imaterial, inclusive profissionais invisibilizados, como os técnicos;
- Defesa e apoio à tramitação do Projeto de Lei para criação do Fundo Nacional do Patrimônio Cultural, que contemple patrimônio material e imaterial;
- Garantia da participação social no financiamento ao patrimônio imaterial;
- Garantia de uma política contínua para o patrimônio imaterial;
- Incentivo à apropriação e compreensão de um sistema para a cultura que contemple o patrimônio imaterial e as culturas populares e tradicionais;
- Modelo de governança de responsabilidade compartilhada entre entes federais, distritais, estaduais e municipais;
- Recursos e fundos locais potencializando o direito à cultura;
- Editais específicos para o patrimônio imaterial nos diversos entes, ou ao menos reserva de recursos para essa frente;
- Desburocratização do acesso aos editais de fomento, tendo como exemplo as estratégias adotadas na implementação da Lei Paulo Gustavo;

- Incentivo à sustentabilidade do patrimônio imaterial;
- Engajamento dos estados, municípios e distrito federal para o reconhecimento dos territórios tradicionais;
- Facilitar legislações para contratação de detentores do patrimônio imaterial, artistas populares, povos tradicionais e fazedores de cultura no geral;
- Inclusão e menção aos povos originários como patrimônio e cultura viva;
- Integrar a cultura aos debates internacionais, em especial sobre integração das fronteiras;
- Fazer cumprir os dispositivos legais que já existem preservação do direito à cultura.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Discussão da questão da participação social

De igual maneira ao tópico anterior, se seguiu a discussão do segundo grupo.

Pergunta colocada para debate do Grupo B: Quais formas de participação social (formulação, implementação e acompanhamento) acha adequada para seu segmento?

Sinei Dantas, do tambor de crioula do MA, iniciou o debate dizendo que fazer cultura é um ato de resistência. Falou sobre o apagamento histórico que houve, em função do governo anterior, e que acha necessário que o MinC hoje os ampare. E que a política seja direcionada para os mestres. Pediu que seja reavaliado o prêmio Rodrigo Melo Franco, para se tornar mais simples e mais acessível aos detentores.

Lucimeire demandou que o MinC e o Iphan promovam escutas, oitivas ou façam consultas livres prévias aos territórios tradicionais, para que eles, os detentores, decidam sobre as políticas públicas. E pediu que se desburocratizem os processos dos editais e dessas políticas. Afinal, não pode prevalecer o olhar dos técnicos, porque eles não sabem como é a realidade nos diversos lugares.

Jocyara, do jongo SE, herdeira do jongo, reforçou as falas anteriores e solicitou que haja capacitações para os jovens, porque eles têm a base de tudo. Comentou que deveria ser cada vez mais fácil para os jovens acessarem as políticas públicas. E que deveria haver preocupação no Ministério da Cultura e no Iphan em facilitar esse acesso.

Atelane, do CE, das quadrilhas juninas e das culturas populares, trouxe como sugestão que haja participação, cada vez maior, dos mestres e dos detentores em todo o processo de construção das políticas públicas. Em sua experiência, ele nunca vê a escuta acontecer em relação aos mestres. Ou ainda, percebe que os burocratas ouvem e mudam tudo, quando vão encaminhar os assuntos. Precisa que os mestres participem do processo todo de discussão, em todos os momentos de fazer a política pública, e que seja diretamente.

Mãe Francis de Oyá, de Brasília, Samambaia/DF, e que é presidente de Cultura, disse que gostou da fala da Jocyara e pediu para colocar também a necessidade de ter cartilhas de saberes, considerando todas as bases documentais. Ter como uma assessoria literária para a capacitação, para só depois disso serem formulados os editais. Os editais precisam ser entendidos por quem faz cultura e pelos detentores.

Paulo, também de Brasília, membro de conselho, e que é do movimento rock, veio dizer que o rock não é patrimônio imaterial e que está inconstitucional do jeito como foi dado o título. Precisa ainda trabalhar diferentemente no executivo para que o rock seja reconhecido como patrimônio imaterial. Falou também da necessidade de se ampliarem as formas de participação social.

Carla, do MS, veio como representante da Cultura LGBTQIA+. Falou da arte Drag e da Cultura Vogue, entre outras culturas periféricas. Pediu visibilização para um conglomerado de culturas artísticas, que precisa ser visto em seu conjunto. Falou da falta de acesso dos membros da comunidade que estão afastados, periféricos, dos centros de discussão. Criticou que muitos municípios não participam dos editais de cultura. E que isso é uma irresponsabilidade, porque assim, esses gestores não fomentam o que tem no território e não permitem os diálogos e o fortalecimento das manifestações culturais.

Keka, produtora e que lida com arquivos, diz que lá no seu território são 14 núcleos, e que eles lêem os editais completamente juntos, para entenderem. Conseguiram aprovar 3 Pontos de Cultura. Entende que a perspectiva da escuta ativa e de ir nos territórios é fundamental para o Ministério da Cultura. Falou de cadeias produtivas. E perguntou de como agregar outras instituições nesses processos. Disse que é difícil entender os editais e como é o acompanhamento deles. E que também não entende como se dá a salvaguarda no imaterial. Voltou à questão da necessidade de articulação com outras instituições, para além do Iphan, e reforçou que seja através dos núcleos nos territórios culturais, fortalecidos pelas extensões das universidades e dos institutos federais. Portanto, juntando a Educação, e envolvendo, por exemplo, escolas do ensino médio local. E precisa que isso reverbere também nos grêmios e nos núcleos de estudos.

Mãe Juliana, mulher de terreiro, da cidade de Olinda/PE: pediu a benção antes de começar sua fala. Disse que lá no seu terreiro foi utilizado o INRC, mas falta a fiscalização implementada. E que o terreiro não foi tombado. Perguntou, ilustrando: “como proteger o ovo sem a casca?” Como implementar as ações sem o tombamento? Falou, ainda, de espaços em que os detentores de saberes tradicionais não podem adentrar. E que isso acontece

até no campo da educação. Apontou a necessidade de mais fiscalização contra a intolerância religiosa, pois, os espaços de terreiro também são territórios de cultura e educação.

Luisa agradeceu por poder estar no evento e tentar auxiliar a resguardar a cultura popular. Foi eleita pelo Itamaraty como representante dos brasileiros morando no exterior. Veio defender o direito de fazer cultura brasileira, mesmo fora do Brasil. Pontuou que é necessário olhar para os descendentes dos brasileiros, que não podem perder as conexões que têm. Precisa resguardar a cultura do brasileiro que está morando fora do Brasil. Como o brasileiro de fora pode ter acesso à política do patrimônio imaterial brasileiro, por exemplo? Porque tem maracatu lá fora, tem forró, e outros. Precisa de uma via de políticas públicas para que os brasileiros de fora também acessem seus direitos.

Clélia Costa, educadora, e membro do conselho, de Taguatinga/DF, cidade que é vizinha de Samambaia/DF: falou da efervescência da cultura dos operários que vieram para Brasília. E apontou que, em Taguatinga, não tem um espaço cultural! Não dá pra fazer eventos, não tem esses espaços criados para isso. Comentou que há uma resistência na periferia do DF e que o governo distrital continua fascista.

Claudete, representante de cultura popular, artista e da literatura de cordel: pediu para documentar, nessa relatoria, que o bem imaterial precisa ser valorizado de modo global, sem privilegiar nenhum grupo, porque é participação social e todos precisam estar representados. Nenhum grupo do imaterial poderia ficar de fora. Demandou ter conselho consultivo dos representantes dos movimentos e manifestações culturais, para que sejam ouvidos diretamente. E que não haja só os representantes nominados do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Vê a necessidade de que o diálogo ocorra entre pares. E que eles dialoguem também com os municípios.

Edna Moura, representante do Instituto Henfil, que está em Brasília, embora o instituto seja do RJ: relembrou que os irmãos Henfil morreram tendo deixado grande obra para os cartoons e para a democracia. Edna refletiu, nesse encontro, sobre a inclusão da questão dos jovens e viu como pontos-chave, no grupo, a comunicação, a facilitação de linguagem e do acesso aos editais e como conseguir a participação social. Pediu para o Iphan pensar num dispositivo de celular para diálogo e informações da cultura local, de modo federativo, com os municípios e estados. E opinou que o Cultura Viva pode ajudar para isso.

Damiana, a representante do norte de Minas Gerais, do Cultura Viva, pediu que se promovam encontros e que sempre o mestre vá com seu aprendiz. Também falou da importância de promover o acesso às leituras dos documentos e materiais. Que seja fácil, pé no chão, de leitura simples. Refletiu sobre a necessidade de aproximar as ações do IPHAN com o programa Cultura Viva, em especial na educação patrimonial, fortalecendo as ações de implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, bem como a aproximação dos detentores nos espaços formais da educação. E sugeriu que o IPHAN faça mapeamento dos bens registrados, como o em desenvolvimento no programa Cultura Viva, para localizar os pontos e pontões de cultura.

Atelane leu uma manifestação de um colega seu do Ceará. Ele também tem interesse em que cultura e educação se unam. Para implementar políticas conjuntas entre os dois Ministérios. E disse que os Institutos Federais estão abertos, mas que não há promoção do diálogo. Manifestou: "Vamos procurar os IF's"!!!!

Silvio, professor pesquisador de Roraima: falou sobre oralidade. E que concorda com o caminho buscado pelo grupo. Que seria pensar em produzir cartilhas, livros didáticos,... mas, verificar isso no território, para que tenha correspondência com a realidade. Disse que Roraima, por exemplo, é território de fronteira. E que houve um apagamento de bens materiais que havia, antes, nas escolas. Entende que é preciso valorizar as culturas, em especial as locais de lá que sofrem um apagamento contínuo, devido à chegada constante de estrangeiros. E disse que, de 1990 para cá, as escolas estão sem os livros didáticos tratando da realidade de lá, que é transfronteiriça. Sobre representatividade dos grupos, nesse momento, o grupo se perguntou sobre quais representantes estariam ali presentes. E contaram somente 7 tipos de patrimônios imateriais registrados, entre os quais, o jongo, o cordel, o forró, as baianas do acarajé, tambor de crioula, a capoeira...

Elane falou sobre patrimônio imaterial e trabalhos de mobilização que podem ocorrer independentemente do Iphan. Falou sobre os saberes das rezadeiras, os ofícios dos castanheiros, dos cacauzeiros, dos extrativistas, de quem faz canoa tradicional e tantos outros. Disse que tem diversidade cultural, mas que essas pessoas não sabem que fazem cultura ou que são patrimônio. Então, precisam se reconhecer. Poderia haver movimentação por meio de formação e capacitação em educação patrimonial ou também do patrimônio imaterial, independente de em qual segmento esteja, ou de qual recorte. Enquadrar em um segmento às vezes é limitador. Deu o exemplo da salvaguarda feita pela comunidade Ahayuásqueira, explicando que não precisa de o Iphan dizer, ou intermediar. Eles podem fazer.

GRUPO B - apresentou como síntese:

O grupo selecionou para relato sintético da discussão Alessandra Ribeiro, que trouxe à plenária os seguintes pontos:

- Necessidade de revisão do prêmio Rodrigo Melo Franco, para que se torne de fato mais acessível aos detentores. Facilitar não só este edital, mas outros também;

- Necessidade de criação de espaços de escuta ativa para construção dos editais e das políticas públicas, de modo geral;
- Que haja participação direta dos fazedores de cultura, bem como dos mestres, em todos os processos da política pública e para fazerem parte das decisões;
- Que se invistam em novas formas de acesso às políticas e que seja pensada, especialmente, a capacitação dos jovens, que têm mais facilidade com o mundo digital;
- O Iphan poderia desenvolver mais dispositivos digitais, pensando que os jovens têm mais habilidades com redes sociais;
- Que mestres e detentores possam participar de bancas de editais de seleção e de outros momentos de construção da política pública;
- Que haja investimento em produção e difusão das cartilhas, e que as pessoas possam ajudar a fazê-las;
- Que se busque melhor articulação em todas as instâncias do Iphan e do governo, a exemplo do orçamento participativo;
- Necessidade de ampliação do olhar da cultura para a diversidade sexual e de gênero, como no caso da cultura vogue e arte drag;
- Necessidade de agregar outras instituições, levando em consideração a diversidade dos territórios, como os de fronteira, e incluindo os comunicadores sociais nessa construção;
- Que sejam formuladas políticas públicas para brasileiros que moram fora do Brasil e que precisam acessar seus direitos culturais e manter a conexão com suas origens, podendo se beneficiar do que é patrimônio imaterial no Brasil;
- Que o Iphan possa direcionar maior atenção aos territórios periféricos do DF, que não dialogam com o MinC, e onde as políticas culturais de modo geral não estão chegando, por exemplo, ao não haver espaços adequados para realização de eventos;
- Obter mecanismos para possibilitar que de fato as políticas públicas imateriais cheguem nos territórios diversificados e nas bases. Muitas vezes essas políticas não chegam nos municípios por falta de conhecimento e de articulação;
- Que haja mais capacitação, e que os mestres sejam sempre acompanhados de seus aprendizes;
- Que haja ampliação da participação dos detentores e mestres nos conselhos de patrimônio do Iphan;
- É necessária articulação das redes integradas de patrimônio;
- É preciso conectar Cultura e Educação e pensar políticas culturais para permearem os ambientes das escolas também.

PROPOSTAS PRIORIZADAS

A Coordenação sugeriu aos participantes que se dividissem em 4 grupos, cada grupo trabalhando diferentes Eixos e a partir disso:

GRUPO A - Propostas dos Eixos 1 e 2

Foi escolhida pelo grupo a Claudete para relatar o que o grupo produziu. Foi priorizada a proposta do Eixo 1 - GT 1 - Proposta 5 (indicou que conste na relatoria que essa proposta se aglutina àquela do Eixo 2 - GT 3 - Proposta 4), ressaltando a questão da revisão dos marcos legais do Sistema Nacional de Cultura com maior garantia de inclusão e do direito à diversidade cultural e acesso democrático aos instrumentos estatais de garantia de direitos.

GRUPO B - Propostas do Eixo 3

Manjani relatou que não houve consenso no grupo. Fizeram dois destaques:

1. Educação Patrimonial, que entendem poder ser contemplada no Eixo 03 - GT 5 - Proposta 1. Consideraram que base legal, sem educação, não é possível.
2. Além disso, consideraram que no Eixo 3 - GT 6 - Propostas 1, 3 e 4 podem ser unificadas em uma única proposta que contemple Sistema Nacional de Cultura e fundos para fomento.
3. Destacaram, também, a importância de mapeamentos apontada no Eixo 3 - GT 5 - Proposta 6.

GRUPO C - Propostas dos Eixos 4

Raphael, secretário de Cultura de Alto Paraíso/GO tratou do Eixo 4. O grupo entendeu que todas as propostas são importantes, mas selecionou a GT 8 - Proposta 5, que trata da implementação da Política Nacional de Cultura Viva e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

GRUPO D - Propostas dos Eixos 5 e 6

O grupo destacou no Eixo 5 - GT9 as Proposta 5 e 7 para Valorização de mestras e seus direitos trabalhistas. Além disso, os previdenciários, administrativos, comerciais e de propriedade intelectual, bem como para os profissionais e empreendedores de cultura. Pontuou que é necessário valorizar fazedores de cultura e profissionais de cultura pois vários deles não conseguem nem aqui estar. Essas pessoas têm que ser lembradas. Devem ser citadas, lembradas, valorizadas. Há também a necessidade de reforçar a capacitação para jovens. Sugeriram, ainda, juntar no Eixo 6 - GT12 as Propostas 7 e 9, que consideram que se complementam.

NOVAS PROPOSTAS

A Coordenação sugeriu aos 4 grupos, a partir das discussões de seus eixos:

GRUPO A - Propostas dos Eixos 1 e 2

Lacuna: Destacaram que há entraves para algumas coisas que já estão garantidas em lei. Precisa que sejam asseguradas em todos os governos municipais, estaduais, distrital e federal por meio de estratégias que possibilitem a garantia do compromisso dos candidatos e pré-candidatos aos governos estaduais e municipais para seu cumprimento. É necessário reforçar a transversalidade das políticas públicas entre os poderes federal, estadual, distrital e municipal e reforçar que essas políticas devem dar especial atenção aos municípios menores, com menos de 20 mil habitantes, pois não há estrutura e conhecimento de tais políticas, algo que deve ser, inclusive, fiscalizado.

GRUPO B - Propostas do Eixo 3

Lacunas: Perceberam a ausência de propostas referentes à cultura alimentar como movimento agroalimentar, soberania alimentar e terra, incluindo também a questão dos presídios. Solicitaram que seja suprimida dos textos a expressão "gastronomia", que não contempla o setor cultural. Sentiram falta da inclusão, nos materiais das propostas, dos ciganos, pois havia apenas dois representantes na setorial, do CE e PB, isso demonstra necessidade de maior reconhecimento. A própria relatora do grupo destacou que tem ascendência de ciganos, mas não conhece a cultura. Para o hip hop, queriam trazer proposta, mas não conseguiram juntar, mas ressaltaram a demanda pelo reconhecimento patrimonial.

GRUPO C - Propostas do Eixo 4

Lacunas: Trouxeram a importância de garantir as leis municipais e estaduais em cada região. Direcionar as arrecadações dos impostos para garantir os recursos. Poder trabalhar fundo a fundo dentro da Lei MROSC e da 8166 com sensibilização e capacitação das PGRs e tribunais de contas, municipais e estaduais. É preciso trabalhar dentro de leis existentes e seguindo as normas. Garantir que o patrimônio imaterial seja reconhecido com leis próprias sem precisar disputar com outras áreas. Garantir a reparação histórica com indígenas, comunidades de matriz africana, comunidades desassistidas, invisibilizadas, de territórios rurais e tradicionais, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, territórios culturais, populações periféricas, vulnerabilizadas e desassistidas das penitenciárias. Destacou a importância da revisão do programa de educação patrimonial para inserção do patrimônio imaterial e da inclusão da pedagogia griô no sistema de ensino, contemplando metodologias que insiram a cultura da infância.

GRUPO D - Propostas dos Eixos 5 e 6

Jocyara, representante do jongo do Sudeste, que é do RJ e mora em SP, falou sobre os Eixos 5 e 6, explicando que houve um consenso para sugestão e incentivo a uma possível nova proposta: "Fortalecimento e sustentabilidade do programa nacional do patrimônio imaterial, garantindo a participação dos detentores conforme a Convenção 169 da OIT e ampliar recursos orçamentários direcionados ao patrimônio, incluindo a legislação que já tem do Iphan".

Fez destaque para a resistência dos fazedores de cultura; necessidade de incentivo ao ensino da língua nata, com reconhecimento dos griôs, que são os formadores. Valorizar os nossos mais velhos, que muitas vezes mal sabe o que significa "detentor do saber", porque ele nem sabe que ele é isso, mas o é! Valorizar a passagem do conhecimento.

ENCAMINHAMENTOS

Todos os encaminhamentos da setorial se dirigiram à mesa por meio dos debates e relatos acerca da relação federativa, participação social e das propostas, todas aqui relatadas.

Patrimônio Material

Setorial:		Patrimônio Material	
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde
	05 de março de 2024		Manhã
Relator(a)s (Nome e contato):		Luiz Eduardo Sarmento luiz.sarmiento@iphan.gov.br	Fernando Medeiros fernando.medeiros@iphan.gov.br

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1.	Érica Diogo	IPHAN, Coordenadora Geral de Normatização e Gestão do Território - CGNT/DEPAM
	Vanessa Pereira	IPHAN, Coordenadora Geral de Identificação e Reconhecimento - CGID/ DEPAM
	Paulo Farsette	IPHAN, Coordenador Geral de Conservação - CGCO/ DEPAM
	Mario Ferrari	IPHAN, Coordenador Geral Substituto de Autorização e Fiscalização - CGAF/ DEPAM
	Candice Ballester	IPHAN, Assessora Internacional no DEPAM
	Luis Carlos Giannonni	IPHAN, Geógrafo, servidor federal – CGNT/DEPAM
	Jeanne Crespo	IPHAN – Diretora do Centro Nacional de Arqueologia – CNA/ DAEI
	Herbert Moura	IPHAN – Coordenador Geral de Licenciamento – CNL/DAEI
	Marcia Pacito	IPHAN – Coordenadora Geral Substituta de Educação, Formação e Participação Social - DAFE

DADOS GERAIS E ABERTURA

No dia 04 foram 31 e no dia 05 foram 54.

As falas inspiradoras foram de Nivaldo Andrade, conselheiro no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN como representante do IAB e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, e Patrícia Marinho, doutora e pesquisadora pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, faz parte da Rede de Arqueologia Negra NEGRAQUEO.

Nivaldo ressaltou a importância de avançar com a participação da sociedade civil nas ações de salvaguarda do patrimônio cultural material. Ressaltou que qualquer decisão sobre patrimônio tem, além de uma dimensão técnica, uma dimensão política (no sentido mais nobre do termo política), assim sendo, é fundamental que a população seja incluída, já que a política do patrimônio material ainda é muito tecnicista e precisa aprender com as ações do patrimônio imaterial. Tomando como base o fato de que, assim como o patrimônio imaterial registrado precisa ser reavaliado periodicamente, os valores relacionados ao patrimônio material acautelado precisariam ser revalidados/atualizados dentro de um determinado período, com a participação da sociedade civil, com destaque para os detentores, moradores, comerciantes etc.

Esse monitoramento é importante para reconhecer certos valores. Citou exemplo do processo de normatização do centro histórico de Salvador, dizendo que atualmente é impossível dissociar o patrimônio imaterial do patrimônio material. Frisou que neste exemplo, é impossível dissociar o patrimônio edificado do patrimônio intangível que existe ali, reforçando a ideia de que é necessária a atualização periódica dos valores relacionados aos bens materiais protegidos.

Nivaldo, já indicando que sua fala se encerraria, ressaltou que sentiu falta de dois pontos, e os explicou:

1 - O principal desafio do Brasil hoje é preservar sua democracia. O Brasil não fez seu dever de casa, diferentemente dos países vizinhos assolados por ditaduras, que patrimonializaram os espaços de memória ligados à ditadura e seus crimes. É fundamental que em uma ação conjunta com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, reconhecer os lugares de Memória da Ditadura. É uma questão urgente que o órgão responsável pela preservação do patrimônio material nacional pode contribuir. Tal iniciativa, entende ele, é determinante para o futuro da democracia no país.

2 - Houve um esvaziamento dos centros históricos. Devem-se estabelecer políticas em habitação de interesse social e assistência técnica em arquitetura e urbanismo e engenharia (Athis) para populações

de baixa renda em centros históricos. É necessário, para além da Athis, a produção de novas habitações em imóveis abandonados, subutilizados ou em ruínas. Citou que existem mais de 2 mil imóveis abandonados, subutilizados ou em ruínas no centro histórico de Salvador que poderiam receber milhares de pessoas, de famílias, para habitar esses imóveis integrantes de sítios protegidos pelo Iphan. Ressalta que não é uma ideia nova, citando que na década de 1960 o consultor da Unesco Michel Parent, quando da criação do BNH, propôs que o Iphan deveria trabalhar conjuntamente com este Banco de Habitação.

Patrícia Marinho começa sua fala se apresentando, destacando que foi uma das primeiras pessoas no Brasil a estudar a materialidade dos povos diaspóricos.

Leu um poema de Nego Bispo:

g!... Queimaram Palmares, Nasceu Canudos.

Fogo!... Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.

Fogo!... Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.

Fogo!... Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.

Fogo!... Queimaram Pau de Colher...

E nasceram, e nasceram tantas outras comunidades que os vão cansar se continuarem queimando.

Porque mesmo que queimam a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesque que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo
Não queimarão a ancestralidade.

Antônio Bispo dos Santos – Quilombo Saco-curtume em São João do Piauí/PI

Em seu discurso, afirmou que a cultura não é um setor isolado, mas um fio condutor que permeia toda nossa vida. A descolonização do pensamento é imperativo que questionemos as narrativas dominantes, que escutemos as vozes silenciadas e marginalizadas. Propôs pensar a partir de Antônio Bispo dos Santos, buscando uma nova narrativa, emancipatória. Reconhecer emergência da proteção, do reconhecimento e da materialidade diaspórica e afro-indígena, que constituem a maior parte da população brasileira.

Enfatizou que não existe democracia sob o racismo. E que não existe democracia sem participação popular.

Afirmou que quando a gente fala em patrimônio, principalmente quando fala em cultura material, a gente pensa no concreto, na cal, nos grandes prédios, as construções, tudo relacionado ao colonizador europeu. Quando a gente pensa no patrimônio imaterial a gente pensa em nosso povo, na capoeira etc., mas quando pensamos no patrimônio material o que se pensa é no colonizador. Esta postura está mudando, para precisa avançar.

A convidada explicou que faz parte do movimento em prol da proteção e interpretação dos achados do Quilombo Saracura, em SP e questiona: o que sabemos da cultura material do povo negro? O que preservamos e o que queremos preservar da cultura do povo negro, da maior parte da população brasileira? A cultura negra não pode ser só vinculada aos momentos de lazer e de autorreflexão, na capoeira, na música ou na religião, mas para além disso. É preciso sair da superfície. REFLETIR SOBRE O QUE É A CULTURA MATERIAL BRASILEIRA.

Reforçou que é O MOMENTO para essas reflexões. Afirmou que é o momento para construir as políticas.

Os presentes se dividiram em 2 grupos e optaram por debater os dois temas propostos – Relação Federativa e Participação Social - em conjunto, chegando nos seguintes pontos:

Grupo 01

Pontuaram que deve haver instrumentos de participação desde a identificação (Inventários Participativos etc.) até a gestão (com Conselhos Gestores dos sítios tombados, valorados ou cancelados, Orçamento Participativo etc.) apontando para um Sistema do Patrimônio Cultural participativo e que fortaleça o pacto federativo.

Grupo 2

Chegaram a quatro pontos que entenderam fundamentais. Informaram que a maioria dos delegados setoriais que foram eleitos não são das capitais, mas sim de municípios periféricos. A grande queixa é a falta de apoio de forma descentralizada, a necessidade do fortalecimento das instituições, com foco nas instituições municipais. Apontaram que se deve buscar obter resultados a partir dos municípios, dos pequenos centros.

Identificaram que se deixa muito de lado o patrimônio natural: fala-se do patrimônio imaterial e do patrimônio material sem olhar o patrimônio natural. Sugeriram que o Iphan deve agir enquanto orientador para os municípios para que a preservação ocorra de forma mais potente, mais efetiva.

Após a apresentação dos grupos, a coordenadora da mesa encerrou o encontro da Setorial às 16h20, respeitando o limite de tempo determinado para a atividade, desejando a todas e todos uma boa conferência e retificando o convite para a continuidade das atividades da setorial na manhã do dia seguinte.

PROPOSTAS PRIORIZADAS

Atualizar proposta 07 - GT 05 - reposicionar no texto a menção ao Centro de Referência cultura afro, dando maior destaque, iniciando o texto. Incluir Casas do Patrimônio, pontos de cultura (...) etc.

Atualizar proposta 06 - GT 05 - Realizar de forma tripartite e com previsão de recursos orçamentários, de forma participativa (...). Incluir termo "socioambiental" depois de arqueológico. Incluir "considerando as mudanças climáticas" onde melhor couber.

Atualizar proposta 08 - GT 05 - Incluir algumas menções especificando acervos seguindo temas das setoriais e temas emergentes nas propostas (acervos afroindígenas, acervos de arte, acervos de arquitetura e urbanismo etc.)

Atualizar proposta 05 - GT6 - especificar melhor os pontos sobre patrimônio arqueológico.

Redação consolidada das propostas prioritárias deste grupo, com redação atualizada a partir dos debates e consensos:

Proposta 06 - GT 05 – PROPOSTA DE NOVA REDAÇÃO REALIZADA NA SETORIAL DE PATRIMÔNIO MATERIAL

Realizar, de forma tripartite e com previsão de recursos orçamentários, em âmbito nacional, de forma participativa e através de busca ativa, a identificação, mapeamento, documentação e proteção do patrimônio histórico-cultural material, imaterial, natural, arqueológico e socioambiental, bem como dos registros históricos, manifestações artísticas tradicionais, fazedores de cultura, mestres e mestras da cultura popular, espaços, equipamentos, grupos e coletivos culturais, festas populares e tradicionais, culturas urbanas e periféricas, povos e comunidades tradicionais, povos de matriz africana e povos originários. Além, disso, garantir a ampla divulgação de tal mapeamento, através da criação de um banco de dados virtual e de acesso público, de modo a promover redes de fazedores de cultura, pesquisas, estudos e o aperfeiçoamento de políticas públicas de preservação, difusão e salvaguarda da identidade, patrimônio, memória e diversidade cultural brasileira, levando-se em conta as ameaças oriundas das mudanças climáticas.

Códigos de origem da proposta (09): AL-E3-01; DF-E3-02; ES-E3-01; MG-E3-02; MT-E3-02; PBE3-01; PR-E3-01; RN-E3-02; RO-E3-02

Proposta 07 - GT 05 – PROPOSTA DE NOVA REDAÇÃO REALIZADA NA SETORIAL DE PATRIMÔNIO MATERIAL

Criar o Centro Nacional de Referência em Cultura Afro-brasileira, de forma a reconhecer, divulgar, fomentar, dinamizar, valorizar e socializar a contribuição das/os afrodescendentes à cultura brasileira. Estabelecer um programa nacional de popularização e democratização do acesso aos museus e espaços de memória, garantindo o fomento direto para a criação e dinamização de museus tradicionais, museus digitais, museus de base comunitária, centros de referência e casas de memória em todos os municípios, com disponibilização de recursos para infraestrutura, pesquisa, formação de técnicos e realização de inventários histórico culturais, potencializando e ampliando programas, projetos e espaços existentes, como pontos de cultura e Casas do Patrimônio. Além disso criar Museu Arqueológico, Núcleo de Estudo e Pesquisa em Arqueologia e propor a

alteração da Lei nº 11.904/09 (que institui o Estatuto de Museus), visando promover a valorização da cultura viva dos povos originários, dos povos de matriz africana, das populações periféricas e dos mestres das culturas populares e tradicionais nos processos museológicos, nas tipologias de museus existentes e nos seus diversos arranjos de gestão, para de fato serem acessíveis e inclusivos.

Códigos de origem da proposta (05): AC-E3-01; BA-E3-01; DF-E3-01; PI-E3-02; RO-E3-03

Proposta 08 - GT 05 – PROPOSTA DE NOVA REDAÇÃO REALIZADA NA SETORIAL DE PATRIMÔNIO MATERIAL

Criar e implementar políticas públicas para valorizar, manter, salvaguardar e atualizar periodicamente as medidas de proteção, divulgação e acesso aos documentos dos arquivos históricos e acervos de interesse cultural brasileiros, garantindo o seu acesso público, através de um banco de dados digital unificado, composto por acervos dos três níveis da federação. Garantir o fomento aos acervos públicos e privados, por meio de editais e política pública específica, de modo a promover: (a) a digitalização dos acervos referentes aos patrimônios material e imaterial; (b) fomentar ações para proteção de acervos representativos da produção cultural brasileira tais como, acervos de música, de dança, de arquitetura e urbanismo, de design, de cinema, de teatro, da moda, do artesanato e cultura popular, das culturas indígenas, da cultura afro-brasileiras e outros acervos referentes aos segmentos e manifestações representativos do povo brasileiro, (c) o fomento à pesquisa documental e aos meios necessários para tornar o acervo acessível às pessoas com deficiência e; (d) um inventário documental que promova o registro dos territórios brasileiros e suas especificidades com ênfase nos povos originários e comunidades tradicionais, evidenciando a diversidade dos aspectos artísticos e culturais brasileiros.

Códigos de origem da proposta (01): SP-E3-01.

Proposta 05 – GT 06 - PROPOSTA DE NOVA REDAÇÃO REALIZADA NA SETORIAL DE PATRIMÔNIO MATERIAL

Garantir os princípios da prevenção, precaução, mitigação e reparação em casos de obras e/ou empreendimentos que possam impactar o patrimônio cultural, principalmente o de valor arqueológico. Portanto, deve-se ampliar a capacidade do Estado de reconhecer, monitorar e fiscalizar os bens arqueológicos e culturais, buscando sempre socializar os sítios arqueológicos por meio de estratégias de musealização. Em casos de intervenções que possam impactar Povos e comunidades tradicionais, as ações de mitigação relativas ao patrimônio arqueológico devem garantir a consulta livre, prévia e informada; assim como, a participação nos processos de compensação e de gestão dos bens culturais reconhecidos por tais populações.

Códigos de origem da proposta (01): PA-E3-02

NOVAS PROPOSTAS

Delegado do DF, Sr. Chico Piauí, disse que o tempo para os debates foi muito pouco e que o tempo do processo democrático deve ser maior. Disse que os movimentos deveriam ser consultados, principalmente os movimentos do DF, que são anfitriões. Pediu para registrar seu manifesto crítico ao Minc pela forma como o processo desta Conferência ocorreu, ressaltando que o evento poderia ser adiado.

Algumas dúvidas foram sanadas e Érica reforçou a importância de se analisar as propostas do caderno e as avaliarem. Delegado Chico Piauí (DF), retomou a fala defendendo sua proposta objetiva, aprovada na Conferência Distrital, de se criar um espaço para os povos e culturas afro-brasileiras no Eixo Monumental da Capital do País. Elencou outros setores da sociedade que são representados em espaços simbólicos da nação e questionou o lugar do povo negro nesses espaços. Propõe o Centro Nacional de Referência para a Cultura Afro-brasileira.

Convidada Joelma Ismael, da Funarte, apontou os problemas para acervos de arte e que deveria haver uma política nacional para acervos de arte.

Delegado Robinson, de Mato Grosso, propôs que deveria haver uma política para que cada unidade da federação deveria ter um Instituto de Patrimônio Histórico.

Cejane (Iphan) fez uma fala apontando as propostas colocadas até então, reforçando as dificuldades para enfrentar os problemas relacionados aos temas, como a preservação de acervos.

Luiz Gonçalves falou da relevância de se levar em conta também o patrimônio natural.

Delegado Jorge Vilela ressaltou a necessidade de analisar e priorizar as propostas, assim como esta Setorial deveria apresentar duas moções, uma sobre a necessidade de ter um Equipamento Cultural destinado às contribuições afro-brasileiras “na Capital do País” e outra moção sobre a importância de cada unidade da Federação tenha um Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico.

Outra delegada alertou sobre a perda do patrimônio cultural e do problema dos jovens não acessarem esse patrimônio nacional e ressaltou as dificuldades de falar de patrimônio histórico e cultural no sistema oficial de ensino e que este grupo tem a missão de criar condições para a preservação e acesso aos jovens ao patrimônio cultural brasileiro.

Jeane (Iphan-CNA) falou da importância dos sítios arqueológicos enquanto possibilidades de estudo, reconhecimento, possibilidades de se pesquisar e saber mais sobre as populações historicamente marginalizadas, invisibilizadas. Ressaltou que devemos trabalhar dentro da perspectiva de focar estudos no campo da arqueologia, tanto urbanas quanto rurais, em comunidades invisibilizadas. Propõe melhorar proposta 5, GT 6, para incluir gestão integrada desses sítios com as comunidades envolvidas.

Luiz Eduardo Sarmiento (Iphan - Depam) fez coro a duas propostas, a da colega da Funarte e a do delegado Chico Piauí. Àquela ele sugeriu que fossem especificados os setores cujos acervos estão em maior risco, apontando a necessidade de incluir os acervos de arquitetura e urbanismo, vários ameaçados de saída do país, citando exemplo a perda do acervo de Lucio Costa. Reforçou a importância da proposta do Delegado Chico Piauí, sugerindo aos delegados que levem a proposta do centro nacional de referência afro-brasileira à plenária, entendendo que deve ser uma demanda para o Governo Federal, citando exemplo de caso recente do Museu Afro-americano de Washington.

Bruno Pastre fez coro à proposta de Jeane, ressaltando a importância de maiores pesquisas e preservação de bens indígenas.

Marly Rios, delegada de Goiás, abriu uma pintura e apresentou a todos e todas, que retrata a identidade cultural e momentos históricos do estado.

Paulo Cesar Fernandes, observador da Bahia, trouxe proposta dizendo que representa pessoas de 21 municípios da Bahia, propondo a criação de um consórcio, instituindo fundo territorial de cultura, gerido pela sociedade civil.

Chico Piauí pediu apoio dos demais delegados para que sua proposta do Centro Nacional de Cultura Afro-brasileira seja aprovada como proposta e não como moção.

Prosseguiu-se com o debate acerca do método a adotar. Decidiu-se por identificar as propostas do caderno que possuem temas correlatos aos temas correlatos. Seguiu-se com a leitura de debate dessas propostas do caderno e o que deveria ser incluído ou modificado.

Delegado Luiz Gonçalves (PR) falou sobre a importância de se observar o patrimônio natural na redação das propostas. Delegado Felipe Vitelli, do DF, fez coro à fala sobre o patrimônio natural do colega.

Delegado José Cláudio falou sobre a ausência de equipamentos culturais em diversos municípios e expôs a importância de pensar formas sustentáveis para as ações de cultura e memória, reforçando a importância das ações

OUTROS FATOS RELEVANTES

Um delegado do DF apontou que faltam propostas mais específicas para o patrimônio material, afirmando que as propostas estavam mais voltadas ao patrimônio imaterial. Prosseguiu dizendo que existem enormes problemas relacionados ao patrimônio material que precisam ser resolvidos e citou exemplos da importância de uma base material para as diversas manifestações culturais apontando alguns casos, como o Teatro Nacional de Brasília, fechado há 11 anos, o Museu Nacional do RJ, que pegou fogo, e os espaços culturais de Taguatinga, que estão sendo destruídos ou sucateados para reforçar seu ponto da importância do patrimônio material para acolher patrimônios imateriais, outros bens e atividades ligadas à cultura e mais especificamente do campo patrimonial.

Teatro

Setorial:		Teatro	
Data:	04 de março de 2024	Turno:	Tarde
	05 de março de 2024		Manhã
Relator:		Guilherme Domingos dos Reis Guilherme.domingos@cultura.gov.br	

MEMBROS DA MESA

#	Nome e Sobrenome	Instituição e função (se informado)
1	Rui Moreira	FUNARTE – Diretor de Artes Cênicas
2	Dulce Penna de Miranda	FUNARTE – Coordenadora de Teatro
3	Glauber Coradesqui	FUNARTE - Assessor Técnico da Diretoria de Projetos
4	Tânia Farias	Convidada - Fala Inspiradora
5	Nelson Albuquerque	Convidado - Fala Inspiradora

DADOS GERAIS E ABERTURA

Quantas pessoas estavam presentes?

Acima de 100 pessoas no dia 04/03 e acima de 120 pessoas no dia 05/03. **Quais foram as falas inspiradoras e o que abordaram (sinteticamente)?**

Tania Farias, do Grupo Ói Nós Aqui Traveiz (RS), e Nelson Albuquerque, integrante do coletivo Pavilhão da Magnólia (CE) e articulador da Rede Pávio na Região Nordeste, enfatizaram a importância dos encontros setoriais após um longo período de ausência. Sua fala destacou a valorização do espaço proporcionado pelo encontro e a potência da 4ª Conferência Nacional de Cultura como um meio para estruturar as demandas do setor de forma contínua, fortalecendo políticas culturais efetivas que não sejam vulneráveis às conjunturas políticas momentâneas. Por fim, ressaltaram a relevância de uma participação mais ativa dos diversos atores do setor teatral na construção e manutenção das políticas culturais.

Que discussões relevantes surgiram no grupo que não se relacionaram aos temas propostos (relação federativa, participação social e propostas)?

O grupo abordou uma série de questões cruciais para o setor. Entre elas, a regulamentação da profissão de artista e a ausência de um Cadastro Nacional de Artistas Individuais para grupos teatrais foram destacadas. Além disso, ressaltou-se a importância da cultura do acesso e da acessibilidade tanto para o público quanto para os artistas. Houve também discussões sobre a necessidade de os artistas se aproximarem dos movimentos sociais e das preocupações climáticas. A desburocratização e simplificação dos processos de relatórios e prestação de contas no setor cultural foram enfatizadas, assim como a urgência de políticas atração às jovens gerações para a arte teatral. Outros pontos incluíram a defesa de um regime especial de previdência para artistas, o aumento do orçamento cultural para 5% do orçamento da União e a necessidade de uma maior integração entre os Ministérios da Cultura e da Educação.

RELAÇÃO FEDERATIVA

Houve discussão da relação federativa? Usou a matriz? Insira a matriz ou uma síntese dos temas discutidos.

Com o objetivo de abordar as responsabilidades dos entes federativos e discutir o setor de forma específica, as seguintes reivindicações destacaram-se como mais alinhadas ao tema:

Observou-se que vários gestores estaduais ainda não aplicaram ou até devolveram os recursos provenientes das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc;

Os participantes defenderam a necessidade de estabelecer percentuais específicos de recursos para o setor cultural;

Propôs-se a criação de um Fundo Emergencial em nível estadual, além de políticas de formação teatral em âmbito municipal;

Destacou-se a importância de estabelecer um sistema único de cultura, integrando as diversas esferas governamentais;

Ressaltou-se a necessidade de descentralizar os recursos culturais para além das capitais, visando a efetivação das ações teatrais em nível nacional;

Foi defendida a regionalização dos editais de fomento como forma de ampliar o acesso dos produtores culturais aos recursos disponíveis;

Críticas foram feitas à eficácia dos editais de fomento nas cidades do interior, ressaltando a importância de aprimorar esses instrumentos;

Enfatizou-se a importância de os entes públicos demonstrarem zelo em relação à implementação e acompanhamento das políticas de fomento cultural;

Criticou-se a falta de cumprimento da legislação cultural por parte de alguns estados e municípios, defendendo a aplicação de penalidades para os gestores que violam essas leis.

Entretanto, o debate não progrediu de maneira produtiva em relação à proposta metodológica inicial do encontro.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Houve discussão da questão da participação social? Usou a matriz? Insira a matriz ou uma síntese dos temas discutidos.

Embora tenha havido uma participação significativa de delegados da sociedade civil, do Poder Público e observadores externos durante o encontro, o debate não avançou significativamente no sentido de aprofundar a discussão sobre o tema da participação social. Embora tenha sido ressaltada a importância dessa participação na discussão e implementação de políticas culturais para o setor teatral, não houve uma exploração mais aprofundada sobre como promover uma participação efetiva e inclusiva, nem reflexão sobre como garantir essa participação de forma mais substancial e democrática.

PROPOSTAS PRIORIZADAS

Houve discussão de priorização das propostas existentes? Se sim, apresentar o breve relato e as proposta priorizadas.

Na dinâmica de debate das propostas, os participantes foram divididos em três grupos, cada um focado em dois eixos temáticos específicos da conferência:

Grupo 1: Abordou os Eixos 1 (Institucionalização e Marcos Legais) e 2 (Democracia e Participação Social), discutindo questões relacionadas à estrutura institucional da cultura e à participação da sociedade no processo decisório.

Grupo 2: Concentrou-se nos Eixos 3 (Identidade, Patrimônio e Memória) e 4 (Transversalidade e Políticas de Diversidade), explorando temas como preservação do patrimônio cultural, identidade cultural e políticas de inclusão e diversidade.

Grupo 3: Trabalhou com os Eixos 5 (Economia Criativa e Indústria Cultural) e 6 (Artes Digitais e Acesso à Cultura), analisando questões relacionadas à economia cultural, produção artística digital e acesso às manifestações culturais.

Os grupos propuseram (trechos em destaque) os seguintes acréscimos e modificações às propostas pré existentes:

EIXO 03 - GRUPO 05 - PROPOSTA 01

Criar uma política descentralizada de educação cultural e patrimonial, com planos e programas intersetoriais, garantindo a inclusão da educação artística, cultural e patrimonial nos currículos escolares, de modo a promover a elaboração de projetos culturais educativos, que envolvam a integração da educação com a cultura, o fortalecimento de redes de apoio, colaboração e reconhecimento do patrimônio cultural e o estímulo a práticas e ações educativas de conservação e preservação patrimonial. Além disso, promover: (a) o desenvolvimento de publicações, cartilhas, tecnologias digitais, conteúdos culturais educativos e materiais didáticos específicos e localizados; (b) a contratação de profissionais das áreas artísticas e culturais nas escolas, contando com a realidade de fronteiras e suas diversas línguas, LIBRAS, língua originária, toda realidade brasileira e sua diversidade; (c) a formação de professores, com mecanismos de acompanhamento e avaliação; (d) a criação de cursos de nível técnico e superior que abordem a preservação do patrimônio cultural; (e) a realização de rodas de leitura, feiras literárias, exposições, saraus, oficinas, cursos,

eventos, programas de formação cultural e intercâmbios com espaços culturais e; (f) a valorização das manifestações culturais e das profissões artísticas, tais como: dança, teatro, música, capoeira, audiovisual, artesanato, culturas urbanas, artes visuais, circo, cultura Hip-Hop, cultura religiosa e culturas tradicionais, indígenas e afro-brasileiras.

EIXO 03 - GRUPO 06 - PROPOSTA 02

Criar e consolidar fundos (tais como o Fundo Nacional de Cultura, o Fundo Nacional de Patrimônio Cultural e o Fundo de Defesa de Direitos Difusos) que ampliem a destinação de recursos humanos, financeiros e orçamentários aos estados e municípios para o mapeamento, registro, pesquisa, tombamento, restauração, manutenção e preservação dos patrimônios culturais e históricos, materiais e imateriais, fortalecendo estratégias de fomento aos espaços de memória e às

instituições representativas na salvaguarda dos patrimônios culturais, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Fundação Palmares e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Criação e manutenção de espaços culturais. Além disso, garantir que a distribuição de recursos seja feita de forma equânime, considerando aspectos étnicos, linguísticos e religiosos, bem como características regionais, históricas e socioculturais, objetivando reparações históricas aos povos negros, indígenas, quilombolas, ciganos, nômades, pessoas de religião de matriz africana, LGBTQIAPN+, cultura DEF (pessoas com deficiência), teatro de rua, mulheres, pessoas trans e não binárias, hip hop, refugiados, migrantes, pessoas em situação de rua, idosos e demais populações periféricas e grupos invisibilizados.

EIXO 04 - GRUPO 05 - PROPOSTA 02

Promover a distribuição das chamadas públicas de fomento às políticas culturais e economia criativa em todos os municípios, de modo permanente e com foco nas

diversidades, garantindo que os editais: (a) incluam incentivos específicos e vagas afirmativas, de no mínimo 30%, para mulheres cis, trans e travestis, negros, população LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, povos tradicionais e originários, povos de terreiro, populações nômades, grupos de cultura urbana, nordestinos e nortistas, comunidades carentes e demais populações minorizadas; (b) instituam bancas de verificação para vagas étnicas; (c) ofereçam pontuação extra para projetos culturais com responsabilidade ecológica; (d) restrinjam o financiamento público de atividades artísticas e culturais que promovam quaisquer forma de preconceito ou discriminação e; (e) prevejam a obrigatoriedade de intérpretes de libras, audiodescrição, folders em Braille, abafador, rampas, elevadores e demais garantias de acessibilidade (arquitetônica, atitudinal e comunicacional) nos eventos culturais financiados, na realização dos eventos contratar profissionais da cultura DEF e contemplar recursos atitudinais nos processos de acessibilidade; (f) garantir financiamento a partir dos fundos municipais, estaduais e federais, contemplando a realidade e notório saber de cada território. Além disso, criar uma Coordenação de Capacitação, voltada para a formação de gestores e com ações formativas em diversidade cultural, gênero, classe, raça, território, pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, e demais populações vulnerabilizadas, mediados pelas respectivas lideranças de cada movimento social, a fim de que não criem obstáculos a estes grupos nos editais e políticas públicas.

NOVAS PROPOSTAS

Houve discussão de novas propostas? Se sim, apresentar o breve relato e novas proposta.

Grupo 2 - Eixo 3

Efetivar, revisar e atualizar o Plano Setorial de Teatro e o Plano Nacional de Cultura, incorporando políticas afirmativas que promovam a igualdade, diversidade e inclusão no setor teatral. Isso inclui ações voltadas para o fortalecimento e reconhecimento das manifestações culturais teatrais, bem como medidas para garantir acesso equitativo e oportunidades para todos os segmentos da sociedade, especialmente aqueles historicamente marginalizados ou sub-representados na cultura."

OUTROS FATOS RELEVANTES

Que discussões relevantes surgiram no grupo que não se relacionaram aos temas propostos (relação federativa, participação social e propostas)?

O grupo abordou uma série de questões cruciais para o setor. Entre elas, a regulamentação da profissão de artista e a ausência de um Cadastro Nacional de Artistas Individuais para grupos teatrais foram destacadas. Além disso, ressaltou-se a importância da cultura do acesso e da acessibilidade tanto para o público quanto para os artistas. Houve também discussões sobre a necessidade de os artistas se aproximarem dos movimentos sociais e das preocupações climáticas. A desburocratização e simplificação dos processos de relatórios e prestação de contas no setor cultural foram enfatizadas, assim como a urgência de políticas atração às jovens gerações para a arte teatral. Outros pontos incluíram a defesa de um regime especial de previdência para artistas, o aumento do orçamento cultural para 5% do orçamento da União e a necessidade de uma maior integração entre os Ministérios da Cultura e da Educação.

ENCAMINHAMENTOS

Houve encaminhamentos? Quais?

Sim, houve importantes encaminhamentos após a 4ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), especialmente no que diz respeito ao setor teatral.

1. **Frente Parlamentar em Defesa das Trabalhadoras e Trabalhadores do Teatro:** Durante a CNC, foi articulada uma iniciativa para criar uma Frente Parlamentar na Câmara dos Deputados Federais em Defesa das Trabalhadoras e Trabalhadores do Teatro. A Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS) aceitou liderar esse processo. Atualmente, o grupo está reunindo assinaturas de Deputadas/os Federais para atingir o número mínimo necessário para a abertura da Frente. Esse movimento visa a representar os interesses e necessidades dos profissionais do teatro no âmbito legislativo, buscando promover políticas e ações que fortaleçam o setor.
2. **Reuniões Online da Setorial de Teatro:** Após a CNC, membros da setorial de teatro decidiram continuar suas discussões e articulações por meio de reuniões online. Esses encontros permitem que os participantes continuem a trocar ideias, compartilhar experiências e planejar futuras ações para fortalecer o teatro brasileiro. Essa iniciativa demonstra o comprometimento e engajamento dos profissionais do teatro em seguir adiante com as pautas discutidas durante a conferência e buscar soluções concretas para os desafios enfrentados pelo setor.

Além dos encaminhamentos mencionados, é importante destacar que os mediadores do encontro disponibilizaram os contatos de todos os participantes, bem como todo o material de base da conferência, através de um drive compartilhado. Essa iniciativa visa facilitar a comunicação entre os envolvidos e garantir o acesso às informações discutidas durante a CNC, possibilitando que os participantes continuem engajados e colaborando de forma eficaz mesmo após o término do evento.

Atualmente, estamos analisando uma variedade de possíveis ações colaborativas e participativas para engajar o setor teatral em diálogo com a Funarte, através da Diretoria de Artes Cênicas e a Coordenação de Teatro, com o objetivo de estabelecer uma parceria sólida e inclusiva para promover o desenvolvimento das artes cênicas de forma abrangente, em consonância com os eixos estruturantes da Política Nacional das Artes.

1. **Reuniões de Alinhamento:** Organizar reuniões regulares entre representantes do setor teatral, a diretoria de artes cênicas e a coordenação de teatro para alinhar objetivos, discutir desafios e identificar oportunidades de colaboração.
2. **Fóruns de Discussão:** Promover fóruns de discussão abertos para que os membros do setor teatral possam expressar suas preocupações, compartilhar ideias e contribuir para o desenvolvimento de estratégias conjuntas.
3. **Grupos de Trabalho:** Estabelecer grupos de trabalho com lideranças do setor teatral, membros da diretoria de artes cênicas e da coordenação de teatro para abordar questões específicas, desenvolver projetos e implementar soluções.
4. **Consultas Públicas:** Realizar consultas públicas para obter *feedback* da comunidade teatral sobre políticas, programas e iniciativas propostas, garantindo que as vozes e necessidades do setor sejam consideradas no processo de tomada de decisão.
5. **Parcerias Estratégicas:** Buscar oportunidades de parceria com organizações do setor teatral, instituições acadêmicas, grupos de pesquisa e outros atores relevantes para fortalecer as iniciativas e maximizar o impacto das ações planejadas.
6. **Capacitação e Formação:** Oferecer programas de capacitação e formação para profissionais do setor teatral em áreas como gestão cultural, captação de recursos, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais.
7. **Divulgação e Comunicação:** Implementar estratégias eficazes de divulgação e comunicação para manter o setor teatral informado sobre oportunidades, eventos, recursos e outras informações relevantes, garantindo transparência e engajamento contínuo.

Esses encaminhamentos são essenciais para transformar as discussões realizadas durante a CNC em ações efetivas que possam impactar positivamente a realidade dos artistas e profissionais do teatro no Brasil.

EXPEDIENTE



Expediente

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministra da Cultura

Margareth Menezes da Purificação

Secretário Executivo

Márcio Tavares Dos Santos

Secretário Executivo Adjunto

Cassius Antonio Da Rosa

Secretária dos Comitês de Cultura

Roberta Cristina Martins

Diretoria do Sistema Nacional de Cultura

Lindivaldo Oliveira Leite Junior

Conselho Nacional de Política Cultural

Ministério da Cultura

Ministra da Cultura

Margareth Menezes da Purificação

Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural

Márcia Rolemberg

Karina Miranda da Gama

Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais

Marcos Alves de Souza

Karen Fonseca Lose

Secretaria de Formação de Livro e Leitura

Fabiano dos Santos Piúba

Naine Terena de Jesus

Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural

Henilton Menezes

Deryk Vieira Santana

Secretaria do Audiovisual

Joelma Oliveira Gonzaga

Daniela Santana Fernandes

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN

Leandro Antônio Grass Peixoto

Desirée Ramos Tozi

Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM

Fernanda Santana Rabello de Castro

Sônia Regina Rampim Florêncio

Fundação Nacional de Arte-FUNARTE

Maria Fernandes Marighella

Lais Santos de Almeida

Fundação Palmares

João Jorge Rodrigues

Nelson Luiz Rigaud Mendes

Ministérios

Ministério da Educação-MEC

Maurício Ernica

Rodrigo Luppi dos Passos

Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação-MCTI

Juana Nunes Pereira

Zeilly Teles de Carvalho

Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania-MDHC

Anna Karla Pereira

Fernanda do Nascimento Thomaz

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Lazara Cristina do Nascimento de Carvalho

Eduardo de Araújo Nepomuceno

Estados e municípios

Confederação Nacional de Municípios-CNM

Ana Cristina Maltez

Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Cultura dos Estados

Fabício Noronha

Beatriz Helena Miranda Araujo

Fórum dos Secretários e Gestores da Cultura das Capitais e Municípios Associados

Eliane Parreiras

Gabriel Portella

Organizações e Entidades Culturais

Associação Rede de Produtores Culturais da Fotografia no Brasil

Carmen Brigida Negrão

Mônica Teresa Costa Maia

Câmara Brasileira do Livro

Luis Antonio Torelli

Mara Regina Beserra Xavier Cortez

Serviço Social do Comércio SESC

Jocelino Pessoa de Oliveira

Adriana Dutra Mendes

Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus

Luciana Conrado Martins

Maurício Candido da Silva

Confederação da União das Federações de Capoeira do Brasil

Vitor Hugo Narciso

Gilceia de Lurdes Souza

Culturas Indígenas

Daiara Tukano

Osvaldo Rosa da Silva Júnior Xukuru -Junior Xukuru

Instituição de Tradições e Cultura Afro-brasileira São Judas Tadeu

Geová Alves da Silva

Francinete Santos Braga

Representantes Regionais

Região Norte

Elson Silva da Rocha – AM

Lucimar Bezerra Marques – AM

Wellisson Brito Batista (Mestre Camaleão) – AM

Roseane Farias

Região Nordeste

André Luís Rocha Santos – BA

Ednilton Barreto (Shaolin) – BA

Fábio Mendes da Silva – BA

Nivaldo Jorge da Silva – PE

Região Centro-Oeste

Luiz Felipe Vitelli Peixoto – DF

Fernanda Barbosa Adão – DF

Cláudia Maria Queiroz de Jesus – DF

Geraldo Vitor da Silva Filho – DF

Região Sudeste

João Michel Daniel Ferreira – MG

Thaynã Fernandes Araújo Paes – MG

Aryanne Ribeiro – MG

José Facury Helui – RJ

Região Sul

Paulo Leônidas de Barros – RS

Jacqueline Custódio – RS

Geziel da Silva de Souza – RS

Neimar Pires Rodrigues – RS

Ministério da Cultura

Esplanada dos Ministérios, bloco B, 2º andar.

Brasília/DF CEP: 70.068-900

E-mail: snc@cultura.gov.br

Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)

Diretor

Leonardo Barchini

Coordenadora de Administração, Finanças e Contabilidade

Amira Lizarazo

Coordenador de Desenvolvimento de Cooperação Técnica

Rodrigo Rossi

Coordenadora de Projetos Especiais

Sandra Sérgio

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – Flacso Brasil

Diretora

Rita Gomes do Nascimento (Rita Potyguara)

Coordenadora do Programa Participação, Sociedade Civil e Processos de Mobilização

Kathia Dudyk

4ª Conferência Nacional de Cultura

Aline Quintão, Andrea Ferreira, Astrid Cosac, Barbara Nonato, Carolina Albuquerque, Carolina Diniz, Chrys Luana Coimbra, Daniele Canedo, Danuel Sucupira, Deborah Lima, Fábio Merladet, Felipe Ernando Santos, Jennifer Bombonatti, Juliana Nascimento, Juliana da Silva, Luciano Ribeiro, Marcia de Câmera, Maria Izabel da Silva, Raimundo Marques, Regina Coria, Renata Montechiare, Ricardo Kaminski, Silas Santos e Tatiana Maia.

Ficha técnica - Relatório Final 4ª CNC

Organização e textos

MinC: Daniel Barbosa Balabram, Lindivaldo Oliveira Leite Junior, Lucileine da Silva Souza e Maria Paula Fernandes Adinolfi.

Flacso Brasil: Aline Quintão, Bárbara Nonato, Felipe Ernando Santos, Carolina Albuquerque, Carolina Diniz e Danuel Sucupira.

Fotos: Filipi Araujo, Gabriel Brandão, Paulo Cavera, Raul Alves, Victor Vec.





Apoio:



Realização:



MINISTÉRIO DA
CULTURA

